SEARA ALIMENTOS S.A.

CNPJ nº 02.914.460/0001-30

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2008 foi um ano de grande turbulência no mercado brasileiro e internacional devido a crise financeira global e suas consequências nos mais diversos setores da economia, crise esta que se estende em 2009. Apesar da situação de crise global, como prova de sua solidez financeira e foco em seu alinhamento estratégico, a Companhia realizou diversos projetos de expansão para o negócio de processamento de carne de frango, o que trouxe um incremento de 20% em volume de vendas quando comparado com o ano anterior. Demonstrando forte sinergia à estratégia de crescimento e incremento de participação no mercado doméstico a Companhia obteve grande sucesso com o lançamento de novos produtos, incrementando o volume de vendas e gerando valor agregado à gama de produtos comercializados. Desta forma atingiu um crescimento de 14%, no mercado doméstico, em volume comparado com o ano anterior, além de ganho de participação no mercado.

Durante o ano de 2008 a Companhia conviveu com diversas variações de mercado que influenciaram diretamente o seu resultado financeiro. Foram itens relevantes neste cenário, o incremento nos preços das *commodities* internacionais, combinado com a apreciação do Real frente ao câmbio durante grande parte do ano. Outro fator relevante denota que desde o último trimestre, o preço da carne no mercado nacional e internacional tem estado em baixa, consequência da crise financeira mundial, o que vem gerando uma diminuição das margens de lucro da Companhia.

Vislumbrando o crescimento, a melhoria e a satisfação de seus clientes tanto no mercado interno quanto no mercado externo, em 2008 os investimentos totalizaram R$ 136,9 milhões. Os principais projetos realizados contemplaram a construção de um novo Incubatório, a ampliação de capacidade de incubação, novas linhas de peletização de ração, a conclusão da instalação de uma Linha de Corte Automático, aumentos de capacidade de abate de aves e aumento de capacidade de produção em Industrializados nas linhas de Mortadela, Calabreza e Curados. Especificamente em Meio Ambiente, Saúde e Segurança dos Colaboradores os investimentos atingiram R$ 6,3 milhões. Em 2007 os investimentos totais atingiram R$,58,5 milhões.

Outro fato relevante do ano de 2008 ocorreu em novembro, quando a região de Itajaí foi impactada por fortes enchentes, o que provocou a interrupção dos portos e rodovias, imprescindíveis para o negócio da Companhia. Contudo a Companhia realizou ações efetivas do ponto de vista de negócio para minimizar os efeitos deste fenômeno natural nos resultados financeiros. Aproximadamente 100 funcionários perderam suas casas e/ou pertences, mas com a contribuição da empresa e dos demais empregados, para a solução desta situação, eles estão reiniciando suas vidas.

No âmbito operacional a Companhia encerrou o ano de 2008 com receita operacional líquida de R$ 2,9 bilhões, resultado 37,9% superior aos R$ 2,1 bilhões de 2007. Os negócios nas áreas de aves e suínos tiveram o impacto positivo da retomada da demanda internacional no primeiro semestre de 2008, desempenho observado no segmento de proteína animal como um todo, apesar dos sucessivos aumentos dos custos dos produtos agrícolas internacionais, bem como pela apreciação do Real em relação ao câmbio. Neste contexto a Companhia também intensificou suas ações no mercado interno, onde o volume de vendas teve um incremento de 13,4% em relação ao ano anterior. O incremento de vendas do mercado interno foi impulsionado pela venda de industrializados, com as ações de extensão da gama de produtos através dos novos lançamentos, companhas nacionais de venda e o grande desempenho no varejo, com o maior crescimento da categoria no segmento de congelados. Outro fator relevante no mercado interno foi o incremento significativo das vendas de final de ano da "Linha Festa". (Quadro 01).

Quadro 01

(Em toneladas)	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Aves			
2008	77.848	459.026	536.874
2007	57.044	390.037	447.081
% variação	36,47%	17,69%	20,08%
Suínos			
2008	8.564	59.046	67.610
2007	22.455	65.978	88.433
% variação	-61,86%	-10,51%	-23,55%
Industrializados			
2008	158.407	15.336	173.743
2007	136.401	10.895	147.296
% variação	16,13%	40,76%	17,96%
Total			
2008	244.819	533.408	778.227
2007	215.900	466.910	682.810
% variação	13,39%	14,24%	13,97%

O volume total comercializado no ano de 2008 alcançou cerca de 778 mil toneladas (683 mil toneladas em 2007), sendo que 68,54% (68,38% em 2007) deste total foi destinado ao mercado externo e 31,46% (31,62% em 2007) ao mercado interno, (Quadro 02).

Quadro 02

(Em toneladas)	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Total Vendas			
2008	244.819	533.408	778.227
% participação	31,46%	68,54%	100,00%
2007	215.900	466.910	682.810
% participação	31,62%	68,38%	100,00%

No que tange aos colaboradores, que no ano de 2008 ocorreram diversos processos formais de desenvolvimento e reconhecimento de colaboradores, que reforçaram e renovaram o quadro de talentos que em 31/12/2008 somavam 20.693 colaboradores (2007 18.475), e certamente, manterão a Companhia apta e preparada para enfrentar os desafios dos mercados globais.

No que diz respeito à Responsabilidade Social Corporativa, a Companhia elaborou o projeto "Minha Casa", que foi finalizado em dezembro. Neste projeto foram entregues 105 casas populares em Itapiranga (SC), no loteamento denominado "Loteamento das Flores". A unidade de Itapiranga é a pioneira na realização do projeto habitacional, nesta nova concepção criada, por meio da captação de recursos no mercado, e não apenas através do desembolso financeiro por parte da Companhia.

Tratando a questão de sustentabilidade e meio ambiente, a Companhia está atenta ao momento que o mundo está vivendo, onde as mudanças climáticas fazem com que a reflexão sobre o meio ambiente seja cada vez mais presente nas empresas. Neste ano de 2008 foi lançado o **"Programa Viver"** com o intuito de fortalecer as ações em prol de um desenvolvimento sustentável . Neste ano foram também priorizados projetos de florestamento e implantados 1.169 hectares de floresta para fins energéticos. Ao todo foram distribuídas 1.719.354 mudas de eucalipto para 141 produtores rurais buscando usar recursos naturais renováveis.

Com a estratégia de se obter melhores custos logísticos na operação, a Companhia consolidou o modelo intermodal no trânsito de mercadorias de exportação embarcadas pelo porto de Paranaguá. No Terminal portuário Braskarne foram implementadas melhorias operacionais, como a otimização do terminal de containeres, visando uma melhor operação logística e aumento de movimentação física no terminal.

No âmbito da Governança Corporativa, a Seara está integrada ao modelo de gestão empresarial da Cargill, voltando os esforços para o aumento da produtividade e o desenvolvimento e crescimento profissional.

Os princípios que orientam as atividades da Companhia vislumbram um futuro melhor para seus funcionários, clientes e toda a sociedade. O caminho que levará a Seara a cumprir sua Intenção Estratégica até o ano de 2015 consiste em sua aspiração maior que é "ser a parceira preferida de seus clientes, fornecedores, consumidores finais e colaboradores, reconhecida por ter pessoas de grande qualidade e com imaginação, comprometidas com a excelência nas soluções entregues aos parceiros que servimos."

Mais uma vez, a Seara manifesta agradecimento especial aos seus acionistas, funcionários, clientes, fornecedores, parceiros e às comunidades nas quais está presente.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2008	2007
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.738	45.905
Contas a receber de clientes	5	153.384	109.348
Estoques	6	513.007	348.565
Partes relacionadas	8	133.953	71.914
Imposto a recuperar	7	20.185	19.625
Despesas antecipadas		1.084	679
Outros créditos		54.019	36.468
		883.370	632.504
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Imposto a recuperar	7	183.483	112.215
Outros créditos		16.063	15.201
		199.546	127.416
Investimentos	9	100.436	90.097
Imobilizado	10	622.391	529.601
Intangível	11	6.972	–
Diferido		–	79
		729.799	619.777
		1.812.715	1.379.697

Passivo	Nota	2008	2007
Circulante			
Financiamentos e empréstimos	12	177.418	237.131
Instrumentos financeiros	16	71.574	–
Fornecedores		167.538	155.483
Impostos e contribuições a recolher		16.422	5.336
Salários e férias a pagar		48.600	47.183
Partes relacionadas	8	509.237	491.990
Outras contas a pagar		74.857	46.625
Imposto de renda e contribuição social		14.189	–
		1.079.835	983.747
Não circulante			
Financiamentos e empréstimos	12	218.953	14.286
Provisão para contingências	13	80.936	59.008
Outras contas a pagar		8.905	8.960
		308.794	82.254
Patrimônio líquido	14		
Capital social		647.678	479.604
Reservas de capital		–	8.074
Ajustes de avaliação patrimonial		28.284	–
Prejuízos acumulados		(251.876)	(173.982)
		424.086	313.696
		1.812.715	1.379.697

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007 (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reservas de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2007		471.739	7.865	–	(127.362)	352.242
Prejuízo do exercício		–	–	–	(46.620)	(46.620)
Aumento do capital com reservas		7.865	(7.865)	–	–	–
Incentivos Fiscais de ICMS		–	8.074	–	–	8.074
Saldos em 31 de dezembro de 2007		479.604	8.074	–	(173.982)	313.696
Ajustes de adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08	3.1	–	–	–	(5.370)	(5.370)
Aumento de capital	14	160.000	–	–	–	160.000
Aumento de capital com reservas	14	8.074	(8.074)	–	–	–
Prejuízo do exercício		–	–	–	(72.524)	(72.524)
Ajuste de conversão patrimonial de subsidiária no exterior	3.1	–	–	28.284	–	28.284
Saldos em 31 de dezembro de 2008		647.678	–	28.284	(251.876)	424.086

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Em milhares de Reais, exceto o prejuízo por ação)

	Nota	2008	2007
Receita operacional bruta			
Venda de produtos		3.065.579	2.245.881
Serviços prestados		16.601	2.800
		3.082.180	2.248.681
Deduções			
Impostos sobre as vendas		(158.542)	(125.509)
Devoluções e abatimentos		(36.745)	(30.885)
		(195.287)	(156.394)
Receita operacional líquida		2.886.893	2.092.287
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados		(2.409.935)	(1.868.458)
Lucro bruto		476.958	223.829
Receitas (despesas) operacionais			
Vendas		(236.992)	(211.186)
Administrativas e gerais		(114.474)	(74.389)
Resultado financeiro, líquido	15	(184.763)	(14.814)
Resultado da equivalência patrimonial		3.139	44.161
Outras receitas (despesas) operacionais		1.562	(11.077)
		(531.528)	(267.305)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(54.570)	(43.476)
Imposto de renda e contribuição social		(17.954)	(3.144)
Prejuízo do exercício		(72.524)	(46.620)
Prejuízo por ação - R$		(0,45)	(466)
Quantidade em milhares de ações ao final do exercício		160.100	100

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

continua →

continuação

SEARA

SEARA ALIMENTOS S.A.

CNPJ nº 02.914.460/0001-50

Cargill

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 (Em milhares de Reais)

	2007
Origens dos recursos	
De terceiros	
Juros sobre o capital próprio de controladas e coligadas - Lei nº 9.249/95	953
Redução do realizável a longo prazo	7.352
Captações de empréstimos de terceiros	32.108
Plano de pensão	34
Alienação de investimento	42
Receita de exercícios futuros	8.700
	49.189
Aplicações dos recursos	
Nas operações	
Prejuízo do exercício	46.620
Itens que não afetam o capital circulante	
Depreciação e amortização	(82.733)
Custo residual de ativos permanentes baixados	(273)
Resultado de equivalência patrimonial	45.114
Provisão para contingências	(12.357)
Provisões para perdas no realizável a longo prazo	1.560
Incentivo fiscal	(8.074)
Juros e variações cambiais sobre o realizável e exigível a longo prazo, líquidos	(67)
Variação cambial sobre o investimento	(6.395)
Com terceiros	
Adições do imobilizado	110.265
Depósitos judiciais	2.393
Aumento nos saldos de impostos a compensar	70.271
Passivos exigíveis de longo prazo transferidos para o passivo circulante	56.873
	223.197
Redução do capital circulante líquido	(174.008)
Demonstração das variações no capital circulante líquido	
Ativo circulante	
No fim do exercício	632.503
No início do exercício	616.105
	16.398
Passivo circulante	
No fim do exercício	983.747
No início do exercício	793.341
	190.406
Redução do capital circulante líquido	(174.008)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 (Em milhares de Reais)

	2008
Fluxos de caixa das atividades operacionais	
Prejuízo do exercício	(72.524)
Ajustes por:	
Depreciação e amortização	95.524
Provisões	21.928
Variações cambiais não realizadas	129.400
Juros não realizados	66.819
Resultado na venda de ativos imobilizados	1.426
Equivalência patrimonial	(3.139)
Perdas não realizadas de derivativos	66.204
	305.638
Variações nos ativos e passivos	
Aumento em contas a receber	(44.036)
Aumento nos estoques	(164.442)
Aumento nos impostos a recuperar	(71.828)
Aumento nos outros a receber	(17.200)
Aumento despesas antecipadas	(405)
Aumento em partes relacionadas	(62.039)
Aumento em fornecedores	12.055
Aumento em impostos e contribuições a recolher	11.086
Aumento em salários e férias a pagar	1.417
Redução em partes relacionadas	(12.491)
Aumento outras contas a pagar	28.222
Aumento no imposto de renda e na contribuição social	14.189
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(305.472)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	
Aquisição de ativo imobilizado	(198.353)
Aplicação de ativo intangível	(613)
Recebimentos por vendas de ativo imobilizado	1.120
Efeito decorrente de incorporação	21.084
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(176.762)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos	
Integralização de capital	160.000
Empréstimos tomados	1.709.516
Pagamentos de empréstimos	(1.660.120)
Juros pagos de empréstimos	(70.967)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	138.429
Redução do caixa e equivalentes de caixa	(38.167)
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa	
No início do exercício	45.905
No fim do exercício	7.738
	(38.167)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: Atividade operacional: A Seara Alimentos S.A., com sede em Itajaí/SC, tem como atividades preponderantes a industrialização e comercialização de produtos alimentícios; criação e abate de aves e suínos; fabricação de rações e concentrados; industrialização de carnes; transporte rodoviário de mercadorias próprias e de terceiros; importação e exportação de mercadorias; comercialização de produtos veterinários e agropecuários; prestação de serviços de apoio, atendimento, consultoria e assessoria às relações de consumo; serviços de instalação, configuração, desenvolvimento, suporte e consultoria em sistemas; aplicativos e tecnologia de informação; prestação de serviços de armazenagem em geral, de produtos agrícolas, matérias-primas, carnes em geral, pescados, bem como produtos industrializados, inclusive em contêineres, emissão de bilhetes, conhecimentos de depósito, "warrants" e quaisquer outros títulos ou documentos negociáveis, prestar serviços portuários, construir, reformar, ampliar, melhorar, arrendar e explorar instalação portuária de uso público e de uso privativo exclusivo e misto, e comercialização, exportação e distribuição de produtos agrícolas em geral, próprios e/ou de terceiros, em seus estados *in natura*, brutos, beneficiados ou industrializados, produtos de qualquer natureza; podendo participar de outras sociedades.
a. Incorporação: Em 17 de janeiro de 2008, a Seara Alimentos S.A. incorporou o patrimônio da Braskarne - Comércio e Armazéns Gerais Ltda., formalizada no instrumento particular de 17ª alteração do estatuto social, devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, com acervo líquido de R$ 21.084.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Na elaboração das demonstrações financeiras de 2008, a Companhia adotou pela primeira vez as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638 aprovada em 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449 de 3 de dezembro de 2008. A Lei nº 11.638/07 e a Medida Provisória 449/08 modificam a Lei nº. 6.404/76 em aspectos relativos a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. Os ajustes relativos à adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e a Medida Provisória nº 449/08 estão detalhados na Nota Explicativa nº 3.

3. Resumo das principais práticas contábeis: 3.1 Adoção inicial da Lei nº 11.638/07: A Companhia optou por elaborar balanço patrimonial de transição em 1º de janeiro de 2008 que é o ponto de partida da contabilidade de acordo com a legislação societária modificada pela Lei nº 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08. As modificações introduzidas pela referida legislação caracterizam-se como mudança de prática contábil, entretanto, conforme facultado pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, todos os ajustes com impacto no resultado foram efetuados contra prejuízos acumulados na data de transição nos termos do art. 186 da Lei nº 6.404/76, sem efeitos retrospectivos sobre as demonstrações financeiras. Seguem abaixo o sumário das práticas contábeis modificadas pela referida legislação e o resumo dos efeitos no resultado de 2008 e no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2008 decorrentes da adoção da referida legislação. **Sumário das práticas contábeis modificadas pela adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros na data de transição foram reclassificados em: (i) ativo ou passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado; (ii) mantido até o vencimento; (iii) empréstimos e recebíveis; e (iv) disponível para venda. Os saldos dos instrumentos financeiros disponíveis para venda e mensurados ao valor justo por meio do resultado e pelo método do custo amortizado foram mensurados para seu valor justo na data de transição e reconhecidos no saldo de prejuízos acumulados. As operações com instrumentos financeiros derivativos em 2007 foram contabilizadas no balanço patrimonial quando de sua realização. **Ativo diferido:** O saldo do ativo diferido em 31 de dezembro de 2007 será mantido até a sua realização total por meio de amortização. Os ativos diferidos que não atendiam aos requisitos do Pronunciamento específico foram baixados contra resultado do exercício. **Ativo intangível:** Determinados ativos intangíveis já reconhecidos antes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, e que atendem os requisitos específicos do Pronunciamento Técnico CPC nº 04 - Ativo Intangível, foram reclassificados do grupo de contas do ativo imobilizado e do ativo diferido para o grupo de contas específico de ativos intangíveis. **Moeda estrangeira:** Os ganhos e as perdas decorrentes de variação de investimentos no exterior foram reconhecidos diretamente no patrimônio líquido na conta de ajustes de avaliação patrimonial. **Doações e subvenções:** As doações e as subvenções recebidas pela Companhia antes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08 foram registradas em conta de reserva do capital no patrimônio líquido na qual serão mantidas até a sua destinação, e as doações e as subvenções recebidas a partir do exercício de 2008, foram reconhecidas no resultado do exercício. **Efeitos da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08:** Segue conciliação do resultado de 2008 e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2008 considerando os efeitos da adoção inicial da Lei nº 11.638/07, com o resultado que seria obtido caso as mudanças de práticas contábeis relativas à referida legislação não tivessem sido adotadas.

Demonstração dos efeitos no resultado e no Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2008 decorrentes da Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08

	2008
Prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro	(72.524)
Ajustes dos efeitos decorrentes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08	
Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	66.236
Doações e subvenções em 2008	(9.020)
Baixa de gastos pré-operacionais anteriormente classificados no ativo diferido	170
Ajuste de conversão patrimonial de subsidiária no exterior	28.284
Ajustes de equivalência patrimonial por adoção da Lei 11.638/07 nos investimentos	2.093
Lucro líquido sem os efeitos da Lei 11.638/07 (Resultado líquido ajustado)	15.239
Total dos ajustes líquidos decorrentes da adoção da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08	87.763
Patrimônio líquido em 31 de dezembro	424.086
Ajustes na data da transição reconhecidos em prejuízos acumulados	5.370
Ajuste de conversão patrimonial de subsidiária no exterior	(28.284)
Doações e subvenções em 2008	9.020
Diferença entre o resultado líquido de 2008 e o resultado ajustado	87.763
Patrimônio líquido em 31 de dezembro 2008, sem os efeitos da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória 449/08	497.955

3.2 Resumo das principais práticas contábeis: Apuração do resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime de competência. A receita de vendas de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para o comprador. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. **Estimativas contábeis:** As estimativas contábeis foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem, entre outros, o valor residual do ativo imobilizado, provisão para devedores duvidosos, provisão para desvalorização de estoques, imposto de renda diferido ativo, provisão para contingências, valorização de instrumentos derivativos, e ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente. **Instrumentos financeiros:** Instrumentos financeiros não-derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas os quais são reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito abaixo. **Instrumentos mantidos até o vencimento:** Se a Companhia tem a intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método do taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável. **Instrumentos disponíveis para venda:** Os investimentos da Companhia em instrumentos de patrimônio e de certos ativos relativos a instrumentos de dívida são classificados como disponíveis para venda. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliadas pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moeda estrangeira destes instrumentos, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários. Quando um investimento é realizado, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para resultado. **Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado:** Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma a decisões de compra e

continua

continuação

SEARA

SEARA ALIMENTOS S.A.

CNPJ nº 02.914.460/0001-50

Cargill

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007 (Em milhares de Reais)

venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado. **Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras, taxa de juro e preços de commodities. Os derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, remensurações deste valor justo são contabilizadas no resultado. **Moeda estrangeira:** A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o real de acordo com as normas descritas no CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas àquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações de investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido na conta de ajustes de avaliação patrimonial e reconhecidos no demonstrativo de resultado quando esses investimentos forem alienados, todo ou parcialmente. As demonstrações financeiras de controladas no exterior são ajustadas as práticas contábeis do Brasil e, posteriormente, convertidas para a moeda funcional local pela taxa de câmbio da data do fechamento. **Ativos circulantes e não circulantes: Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. **Estoques:** Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição e produção, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. No caso de produtos industrializados, em processo e acabados, o estoque inclui os gastos gerais de fabricação com base na capacidade normal de produção. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. **Investimentos:** Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável. **Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 10 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens com os respectivos valores residuais. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido. **Intangíveis:** Os ativos intangíveis compreendem ativos adquiridos de terceiros e são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização. **Redução ao valor recuperável:** Os ativos do imobilizado, do intangível, do diferido têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. **Passivo circulante e não circulante:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários:** A Cargillprev - Fundo Múltiplo de Previdência Privada é uma entidade fechada de previdência privada, estabelecida sob a forma de sociedade civil de caráter não econômico e sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, da qual a Companhia é uma das patrocinadoras e cujas contribuições mensais são calculadas com base em 200% da contribuição básica do participante, que está limitada a 4,5% do salário de contribuição. Em atendimento à NPC nº 26 do IBRACON, a Companhia, com base em laudo atuarial, reconhece os efeitos desses planos nas demonstrações financeiras. **Subvenção governamental:** Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições do CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais: Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo é efetuada em conta específica de passivo (ou como conta redutora do ativo). **Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas nominais desses tributos, devem ser ajustados pelo resultado da equivalência patrimonial e adições permanentes para serem reconciliados para o valor registrado como despesa de imposto de renda e contribuição social. A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT), instituído pela Medida Provisória nº 449/08, por meio da qual as apurações do imposto de renda, a contribuição social da contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), para o biênio 2008-2009, continuam a ser determinados sobre os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404, de 15/12/76, vigentes em 31/12/07.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2008	2007
Caixa e bancos	7.738	44.755
Aplicações financeiras	–	1.150
	7.738	45.905

As aplicações financeiras referiam-se substancialmente a aplicações financeiras com liquidez diária, indexadas pelas taxas de 98% a 98,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5. Contas a receber de clientes

	2008	2007
No país	136.180	98.258
No exterior	24.222	15.576
Provisão para devedores duvidosos	(7.018)	(4.486)
	153.384	109.348

6. Estoques

	2008	2007
Produtos acabados	194.389	122.548
Produtos em elaboração	1.743	443
Animais para abate	202.553	155.488
Matéria-prima	66.636	41.290
Materiais para manutenção e auxiliares	47.674	28.534
Importações em andamento	12	262
	513.007	348.565

Determinados itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade, foram objeto de constituição de provisões para o ajuste ao valor de realização. Os saldos estão apresentados líquidos dessas provisões que totalizam R$ 14.646 em 31 de dezembro de 2008 (R$ 6.368 em 31 de dezembro de 2007).

7. Impostos a recuperar

	2008	2007
ICMS	28.449	21.834
IPI	1.818	785
Antecipações de imposto de renda e contribuição social	12.988	10.745
COFINS	127.985	77.807
PIS	31.357	20.521
Outros	1.071	148
	203.668	131.840
Circulante	20.185	19.625
Não circulante	183.483	112.215

8. Partes relacionadas: As transações com partes relacionadas são representadas principalmente por operações de vendas mercantis da Seara Alimentos S.A. para as suas empresas controladas, coligadas e relacionadas. As principais operações efetuadas durante o exercício são demonstradas no quadro a seguir:

	Controladas		Outras Partes Relacionadas		Total	
	2008	2007	2008	2007	2008	2007
No resultado						
Venda de bens e serviços	1.359.907	1.102.645	555.047	271.814	1.912.954	1.374.459
Operações financeiras	(275.060)	44.746	–	–	(275.060)	44.746
	1.084.847	1.147.391	555.047	271.814	1.637.894	1.419.205
No balanço						
Contas a receber	49.850	22.106	84.103	49.808	133.953	71.914
Contas a pagar	–	(12.786)	(14.362)	(14.051)	(14.362)	(26.837)
Empréstimos	(494.875)	(465.153)	–	–	(494.875)	(465.153)
	(494.875)	(477.939)	(14.362)	(14.051)	(509.237)	(491.990)
	(445.025)	(455.833)	69.741	35.757	(375.284)	(420.076)

Os montantes referentes a remuneração dos membros chave da administração, que inclui remuneração, gratificação e encargos, constituem o valor de R$ 5.430.

9. Investimentos: a. Composição dos saldos:

	2008	2007
Investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial	100.178	89.839
Outros	258	258
	100.436	90.097

b. Informações das investidas

	Seara International Ltd.		Braskarne Com. Armazéns Gerais	
	2008	2007	2008	2007
Capital social	57.865	43.858	–	7.000
Quantidade de ações, quotas	800	800	–	408
Patrimônio líquido	100.178	68.755	–	21.084
Participação no capital total, no final do exercício - %	100%	100%	–	99,99%
Participação no patrimônio líquido	100.178	68.755	–	21.084
Resultado de equivalência patrimonial	3.139	37.865	–	7.249
Variação cambial sobre o investimento	28.284	(6.395)	–	–
Juros sobre capital próprio	–	–	–	(953)
Incorporação de investimento (a)	–	–	(21.084)	–

(a) vide nota explicativa 1a.

10. Imobilizado

	Taxa de depreciação (a.a.%)	2008 Custo	2008 Depreciação	2008 Líquido	2007 Líquido
Bens sujeitos a depreciação					
Máquinas e equipamentos	De 3,90 a 10,00	442.510	(171.192)	271.318	232.737
Edificações	De 2,50 a 4,00	311.702	(96.482)	215.220	193.568
Veículos	De 10,00 a 20,00	77	(69)	8	10
Móveis e utensílios	De 6,62 a 10,00	22.222	(13.176)	9.046	14.613
Reflorestamento	Variável	6.715	(3.603)	3.112	2.750
Animais de plantel	De 20,00 a 29,00	94.736	(32.562)	62.174	45.485
		877.962	(317.084)	560.878	486.413
Bens não sujeitos a depreciação					
Obras em andamento e outros				44.847	26.075
Provisão para perdas				(5.542)	(5.542)
Terrenos				22.208	19.905
				622.391	529.601

11. Intangível

	Taxa de amortização (a.a.%)	2008 Custo	2008 Amortização	2008 Líquido
Bens sujeitos a amortização				
Softwares	De 3,90 a 10,00	19.444	(14.480)	4.964
Softwares em desenvolvimento		1.395	–	1.395
Outros		613	–	613
		21.452	(14.480)	6.972

continua

continuação

SEARA ALIMENTOS S.A.

CNPJ nº 02.914.460/0001-50

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007 (Em milhares de Reais)

12. Financiamentos e empréstimos

	2008			2007		
	Circulante	Longo prazo	Total	Circulante	Longo prazo	Total
Financiamento de importações	–	–	–	308	–	308
Capital de giro	83.532	–	83.532	76.565	–	76.565
FCO Empresarial	2.973	11.428	14.401	2.993	14.286	17.279
BNDES - EXIM	88.952	1.614	90.566	52.427	–	52.427
Finame	1.961	5.688	7.649	–	–	–
Notas de crédito de exportação	–	200.223	200.223	104.838	–	104.838
	177.418	218.953	396.371	237.131	14.286	251.417

Os financiamentos e empréstimos de longo prazo foram pactuados nas seguintes condições e prazos:

Financiamento	2008	2007	Descrição
FCO - Banco do Brasil	11.428	14.286	Juros de 11,20% a.a., com hipoteca em primeiro grau de equipamentos.
BNDES - EXIM	1.614	–	80% TJLP / 20% Variação cambial e juros de 2,8% a.a.
Comercialização	200.223	–	TR e juros de 10,04% a.a.
Fihame	5.688	–	TJLP, remuneração BNDES 1,8% a.a. e remuneração bancária de 0,5% a.a.
	218.953	14.286	

As parcelas classificadas no Passivo Não Circulante têm o seguinte cronograma de vencimento:

Ano de vencimento	
2010	204.976
2011	5.156
2012, em diante	8.821
	218.953

13. Provisão para contingências: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	2008	2007
Contingências fiscais	67.983	60.948
Contingências trabalhistas	23.026	16.271
Contingências diversas	22.521	9.511
Depósitos judiciais	(32.594)	(27.722)
Total provisão para contingências	80.936	59.008

A Companhia possui outras contingências de natureza cível e tributária, cuja expectativa de perda avaliada pela Administração e suportada pelos assessores jurídicos está classificada como possível, em 31 de dezembro de 2008.

14. Patrimônio líquido: Capital social: Em abril de 2008, foi efetuado aumento do capital social mediante capitalização de reservas, sem emissão de novas ações, sendo que permanecem as 100.000 ações ordinárias, as quais compunham o capital social em 31 de dezembro de 2007. Em setembro de 2008, foi efetuado aumento de capital social mediante integralização em dinheiro, com a emissão de 160.000.000 novas ações ordinárias. Em 31 de dezembro de 2008 o capital social é composto por 160.100.000 ações ordinárias. **Reserva de Capital:** Constituída em decorrência das doações e subvenções para investimento nos termos do art. 182 da Lei 6.404/76. Os incentivos fiscais recebidos de determinados Estados da Federação, correspondentes ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS vinham sendo reconhecidos como reserva de capital, diretamente no patrimônio líquido, até 31 de dezembro de 2007. A partir do exercício de 2008, com a adoção da Lei 11.638/07, os incentivos fiscais são reconhecido diretamente ao resultado. Em 2008 o saldo da reserva de capital foi totalmente absorvida pelo capital social, mediante capitalização.

15. Resultado financeiro, líquido

	2008	2007
Rendimentos com aplicações financeiras	591	132
Juros recebidos	2.262	2.158
Outros	525	580
Total receitas financeiras	3.378	2.870
Juros passivos	(70.596)	(63.641)
CPMF	(215)	(9.716)
Outros	(4.929)	(2.787)
Total despesas financeiras	(75.740)	(76.144)
Variação cambial, líquidas	(46.165)	58.460
Resultado de operações financeiras com derivativos	(66.236)	–
Resultado financeiro, líquido	(184.763)	(14.814)

16. Instrumentos financeiros: A Companhia possui instrumentos financeiros para proteger a sua exposição aos efeitos das variações das taxas de câmbio sobre os seus compromissos indexados à moeda estrangeira e taxas de juros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia e classificadas em (i) ativo ou passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado no valor de R$ 71.574 e (ii) empréstimos e recebíveis conforme demonstrado no balanço patrimonial. As operações da Companhia e da sua controlada estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos: **a) Risco de taxas de câmbio e juros:** Os riscos de taxas de juros decorrem da possibilidade de a companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas, e em determinadas circunstâncias são efetuadas operações de *hedge* para travar o custo financeiro das operações. Os riscos de taxas de câmbio decorrem da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia tem investimentos em controlada no exterior e tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos. Em conformidade com a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 14 - "Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação de Instrumentos Financeiros", os instrumentos de derivativos com vencimentos futuros foram reconhecidos contabilmente ao valor justo. Em 31 de dezembro de 2008, os valores nominais e o respectivo valor justo, são demonstrados a seguir:

Contratos de Swap — 2008

Indexador	Valor Referência	Ajuste a Mercado	Contraparte	Local de Negociação
Posição ativa				
TRM	184.000	202.698	CETIP	Balcão
Posição passiva				
Pré	184.000	204.003	CETIP	Balcão
Total ganho/(perda)		(1.305)		

Contratos a Termo — 2008

Indexador	Valor Referência	Ajuste a Mercado	Contraparte	Local de Negociação
Posição comprada				
Dólar	726.798	(70.636)	CETIP	Balcão
Posição vendida				
Dólar	708.417	367	CETIP	Balcão
Total ganho/(perda)	18.381	(70.269)		

Todas as operações acima citadas foram devidamente registradas e assinadas, tendo como contraparte as instituições financeiras: Bradesco S.A., Banco HSBC, Banco Itaú S.A., Banco Santander, Banco Votorantim. **b) Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras avaliadas por agências de *rating*. **Valores estimados de mercado:** A Companhia utilizou os seguintes métodos e premissas para estimar a divulgação do valor justo de seus instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2008 e 2007: **Disponibilidades, aplicações financeiras, contas a receber e a pagar, empréstimos e financiamentos:** Os valores contábeis registrados no balanço patrimonial não divergem dos prospectivos valores justos. **Termos de moeda:** Os valores justos dos termos de moeda foram estimados com base na utilização das curvas de mercado nas respectivas datas de apuração, trazidas a valor presente. **Contratos de *swap*:** Os valores justos dos contratos foram estimados com base na utilização de curvas de mercado, nas respectivas datas de apuração, trazidas a valor presente. Os resultados atingidos estão em linha com as políticas para contratação de derivativos da Companhia e suas controladas.

17. Cobertura de seguros: A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2008, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R$ 1.120.000 para danos materiais e R$ 41.664 para responsabilidade civil.

18. Prejuízos fiscais a compensar: Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia apresenta um saldo de prejuízos fiscais acumulados no montante de R$ 169.679 e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido no montante de R$ 185.499 (em 31 de dezembro de 2007 a Companhia apresentava R$ 188.614 de saldo de prejuízo fiscal acumulado e R$ 201.858 de base negativa de CSLL) para o qual não há prazo prescricional e pode ser abatido no limite máximo de 30% do lucro tributável anual.

19. Subvenções e assistência governamental: Em Novembro de 2008 a Companhia recebeu uma doação da Prefeitura do município de Jacarezinho, no Paraná, um terreno no valor de R$ 200 para ampliação de sua planta industrial de processamento de produtos alimentícios. O referido imóvel foi registrado como ativo imobilizado da Companhia pelo valor da escritura definido com base em valor justo suportado por um laudo técnico de avaliação patrimonial. Foi também reconhecida ao resultado a receita no montante de igual valor. A companhia obteve do Governo do Estado do Mato Grosso do Sul, incentivos fiscais correspondentes ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS. O referido imposto é reconhecido ao resultado em 2008 e no patrimônio líquido em 2007.

20. Avais, fianças e garantias: A Companhia prestou a terceiros garantias referentes a aquisição de matérias-prima durante o exercício de 31 de dezembro de 2008.

A Diretoria

José Eduardo de Oliveira Miron - Contador CRC 1SP 166509/O-9

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

À Diretoria e aos Acionistas da **Seara Alimentos S.A.** Itajaí - SC

1. Examinamos o balanço patrimonial da **Seara Alimentos S.A.**, levantado em 31 de dezembro de 2008, e a respectiva demonstração do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo nessa data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: **a)** o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; **b)** a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e **c)** a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Seara Alimentos S.A.** em 31 de dezembro de 2008, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e os seus fluxos de caixa referentes ao exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Anteriormente, auditamos as demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, compreendendo o balanço patrimonial, a demonstração do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos desse exercício, sobre as quais emitimos parecer sem ressalva, datado de 21 de março de 2008. Conforme mencionado na nota explicativa 2, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 1º de janeiro de 2008. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações financeiras de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.

17 de abril de 2009

KPMG

KPMG Auditores Independentes CRC 2SP014428/O-6-F-SC

Carlos Augusto Pires Contador CRC 1SP184830/O-7-SC

As informações contidas neste Prospecto Preliminar estão sob análise da Comissão de Valores Mobiliários. O presente Prospecto Preliminar está sujeito a complementação e correção. O Prospecto Definitivo será entregue aos investidores durante o período de distribuição.

PROSPECTO PRELIMINAR DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA DE AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DA

Marfrig Alimentos S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado – Registro CVM nº 20788
CNPJ/MF nº 03.853.896/0001-40 – NIRE Nº 35.300.341.031
Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1912, conjunto 7-B
CEP 01451-000 – Jardim Paulistano – São Paulo - SP

60.800.000 Ações

Valor da Distribuição: R$1.276.800.000,00

Código ISIN das Ações: BRMRFGACNOR0

Código de negociação da Ações no segmento Novo Mercado da BM&FBOVESPA: MRFG3

Preço por Ação R$21,00

A Marfrig Alimentos S.A. ("Companhia") está realizando uma oferta de distribuição pública primária de 60.800.000 ações ordinárias de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal ("Ações"), sob a coordenação do Banco Bradesco BBI S.A. ("Bradesco BBI" ou, para os fins da Instrução CVM 400, "Coordenador Líder" e "Coordenador Global"), o BB Banco de Investimento S.A. ("BB BI"), o Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. ("Credit Suisse"), o Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA"), o Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander" e, em conjunto com o BB BI, o Credit Suisse, Itaú BBA e o Coordenador Líder, os "Coordenadores"), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM nº 400") e da Instrução CVM nº 471, de 08 de agosto de 2008, ("Instrução CVM 471") o Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários ("Código ANBID") e o Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para Atividades Conveniadas ("Código ANBID Atividades Conveniadas" e, em conjunto com o Código ANBID, ("Códigos ANBID")), e demais disposições legais aplicáveis, com esforços de colocação no exterior, nos Estados Unidos da América, para investidores institucionais qualificados, conforme definidos na Rule 144A editada pela Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos da América ("SEC"), em operações isentas de registro em conformidade com o disposto no Securities Act of 1933, conforme alterado ("Securities Act") e nos regulamentos editados ao amparo do Securities Act, e, nos demais países, exceto o Brasil e os Estados Unidos da América, em conformidade com os procedimentos previstos no Regulation S editado pela SEC, respeitada a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor, em qualquer caso, por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM ("Oferta").

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade total das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais (conforme definido abaixo) poderá ser acrescida em até 15%, ou seja, até 9.120.000 ações ordinárias de emissão da Companhia, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas ("Ações do Lote Suplementar"), conforme opção a ser outorgada no contrato de distribuição da Oferta ("Contrato de Distribuição") pela Companhia ao Credit Suisse, as quais serão destinadas a atender eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta ("Opção de Lote Suplementar"). O Credit Suisse terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Distribuição e por um período de até 30 dias contados, inclusive, da data de publicação do anúncio de início da Oferta ("Anúncio de Início"), de exercer a Opção de Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação aos demais Coordenadores, desde que a decisão de sobrealocação das Ações no momento em que for fixado o Preço por Ação tenha sido tomada em comum acordo pelos Coordenadores. Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data de publicação do Anúncio de Início, exclusive, a quantidade total das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar) poderá, a critério da Companhia, em comum acordo com os Coordenadores, ser acrescida em até 20%, ou seja, até 12.160.000 ações ordinárias de emissão da Companhia, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas ("Ações Adicionais").

O Preço por Ação será fixado após a finalização do procedimento de coleta de intenções de investimento de Investidores Institucionais (conforme definido neste Prospecto), conforme previsto no artigo 44 da Instrução CVM 400 ("Procedimento de Bookbuilding"), a ser conduzido pelos Coordenadores.

Oferta	**Preço(1)**	**Comissões(1)**	**Recursos Líquidos (1) (2) (3)**
Por Ação	R$ 21,00	R$ 0,63	R$ 20,37
Total	**R$ 1.276.800.000,00**	**R$ 38.304.000,00**	**R$ 1.238.496.000,00**

(1) Com base na cotação das ações ordinárias de emissão da Companhia na BM&FBOVESPA em 23 de outubro de 2009.
(2) Sem considerar as Ações do Lote Suplementar e as Ações Adicionais.
(3) Sem dedução das despesas da Oferta.

A Oferta foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 21 de setembro de 2009, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") em 29 de setembro de 2009 e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e no jornal "Valor Econômico" em 2 de outubro de 2009. O Conselho de Administração da Companhia, previamente à concessão do registro da Oferta pela CVM, em reunião cuja ata será publicada no jornal "Valor Econômico" na data de publicação do Anúncio de Início e será arquivada na JUCESP e publicada no DOESP, aprovará o Preço por Ação.
Registro da Oferta pela CVM: CVM/SRE/REM/2009/[•], em [•] de [•] de 2009.

Exceto pelo registro da Oferta pela CVM, a Companhia e os Coordenadores não pretendem realizar nenhum registro da Oferta ou das Ações nos Estados Unidos da América e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

"O registro da presente distribuição não implica, por parte da CVM, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da Companhia emissora, bem como sobre as Ações a serem distribuídas."

Este prospecto não deve, em nenhuma circunstância, ser considerado uma recomendação de subscrição e integralização das Ações. Ao decidir subscrever e integralizar as Ações, potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da situação financeira da Companhia, de suas atividades e dos riscos decorrentes do investimento nas Ações. Os investidores devem ler a seção "Fatores de Risco", iniciada na página 109 deste prospecto, para discussão de certos fatores de risco que devem ser considerados com relação à subscrição das Ações.

"As informações contidas neste Prospecto Preliminar estão sob análise ANBID - Associação Nacional dos Bancos de Investimento e da Comissão de Valores Mobiliários, as quais ainda não se manifestaram a seu respeito."

"O presente Prospecto Preliminar está sujeito à complementação e correção. O prospecto definitivo será entregue aos investidores durante o período de distribuição."

"A(O) presente oferta pública (programa) foi elaborada(o) de acordo com as normas de Regulação e Melhores Práticas da ANBID para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, atendendo, assim, a(o) presente oferta pública (programa), aos padrões mínimos de informação exigidos pela ANBID, não cabendo à ANBID qualquer responsabilidade pelas referidas informações, pela qualidade da emissora e/ou ofertantes, das Instituições Participantes e dos valores mobiliários objeto da(o) oferta pública (programa). Este selo não implica recomendação de investimento. O registro ou análise prévia da presente distribuição não implica, por parte da ANBID, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, bem como sobre os valores mobiliários a serem distribuídos.

COORDENADORES E *JOINT BOOKRUNNERS*

COORDENADOR LÍDER E COORDENADOR GLOBAL

AGENTE ESTABILIZADOR

A data deste Prospecto é 4 de novembro de 2009.

[Página intencionalmente deixada em branco]

ÍNDICE

DEFINIÇÕES 21

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E PROJEÇÕES 36

APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E OPERACIONAIS 38

Alterações na Lei das Sociedades Por Ações 38

Apresentação das Informações Financeiras 39

Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008 ..... ***39***

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2008 e 2009 ..... ***40***

Demonstrações do resultado, balanços patrimoniais e demais informações financeiras 40

Outros Dados Financeiros ***47***

Demais Informações Financeiras e Operacionais ***47***

SUMÁRIO DA COMPANHIA 49

Introdução 49

Desenvolvimentos Recentes 50

Seara ***50***

Grupo Zenda ***50***

Novos Arrendamentos ***51***

Informações Financeiras 51

Portfólio de Produtos 52

Informações Operacionais 53

Pontos Fortes 53

Estratégia 55

Estrutura Societária 57

APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÕES RELATIVAS A AQUISIÇÃO DAS OPERAÇÕES DA SEARA ALIMENTOS S.A. E OUTRAS OPERAÇÕES NESTE PROSPECTO 58

Breve Sumário da Aquisição da Seara 58

Outras Transações Recentes 58

Apresentação de Informações Financeiras da Seara 59

Apresentação de Informações Operacionais da Seara 59

SUMÁRIO DA OFERTA 61

Cronograma da Oferta ***69***

INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA 70

Composição do Capital Social 70

Tabela de Acionistas ***70***

Cotação em Bolsa 72

DESCRIÇÃO DA OFERTA 73
PREÇO POR AÇÃO 73
QUANTIDADE, VALOR, ESPÉCIE E RECURSOS LÍQUIDOS 74
ALOCAÇÃO DOS RECURSOS ÀS CONTAS PATRIMONIAIS 75
CUSTOS DA OFERTA 75
APROVAÇÕES SOCIETÁRIAS 75
PÚBLICO ALVO 76
CRONOGRAMA ESTIMADO DA OFERTA 76
PROCEDIMENTO DA OFERTA 76
OFERTA PRIORITÁRIA 76
OFERTA DE VAREJO 79
OFERTA INSTITUCIONAL 83
CANCELAMENTO DE PEDIDOS DE RESERVA, INTENÇÕES DE INVESTIMENTO E BOLETINS DE SUBSCRIÇÃO 83
CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO 84
PERÍODO DE COLOCAÇÃO 84
DATA DE LIQUIDAÇÃO E DATA DE LIQUIDAÇÃO DAS AÇÕES DO LOTE SUPLEMENTAR 85
GARANTIA FIRME DE LIQUIDAÇÃO 85
ESTABILIZAÇÃO DO PREÇO DAS AÇÕES ORDINÁRIAS DE NOSSA EMISSÃO 85
DIREITOS, VANTAGENS E RESTRIÇÕES DAS AÇÕES 86
RESTRIÇÕES À NEGOCIAÇÃO DE AÇÕES (LOCK-UP) 86
ADMISSÃO À NEGOCIAÇÃO DAS AÇÕES ORDINÁRIAS DE NOSSA EMISSÃO 87
ALTERAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS, REVOGAÇÃO OU MODIFICAÇÃO DA OFERTA 87
SUSPENSÃO E CANCELAMENTO DA OFERTA 88
RELACIONAMENTO ENTRE NÓS E OS COORDENADORES 88
Relacionamento entre a Companhia e os Coordenadores 88
Relacionamento entre Nós e o Coordenador Líder 88
Relacionamento entre Nós e o BB BI e seu conglomerado econômico 91
Relacionamento entre Nós e o Credit Suisse 93
Relacionamento entre Nós e o Itaú BBA 94
Relacionamento entre Nós e o Santander 95
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA ESCRITURADORA DAS AÇÕES 97
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DA OFERTA 97
INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA 97
Coordenador Líder e Coordenador Global 97
Coordenadores 98
Instituições Consorciadas 98

OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA **99**
APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES INTERMEDIÁRIAS **100**
BRADESCO BBI **100**
BB BI **100**
CREDIT SUISSE **101**
ITAÚ BBA **103**
SANTANDER **104**
INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA **106**
IDENTIFICAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, CONSULTORES E AUDITORES **107**
FATORES DE RISCO **109**
RISCOS RELACIONADOS AO BRASIL **109**
RISCOS RELACIONADOS AO SETOR E AOS NOSSOS NEGÓCIOS **111**
RISCOS RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES **118**
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS **121**
CAPITALIZAÇÃO **125**
DILUIÇÃO **126**
INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS **131**
ALTERAÇÕES NA LEI DAS SOCIEDADES POR AÇÕES **131**
APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS **132**
Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008 ..... ***132***
Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2008 e 2009 ..... ***133***
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO, BALANÇOS PATRIMONIAIS E DEMAIS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS **133**
Outros Dados Financeiros ***140***
DISCUSSÃO E ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E O RESULTADO DAS OPERAÇÕES **141**
VISÃO GERAL **141**
CONJUNTURA ECONÔMICA BRASILEIRA **142**
PRINCIPAIS FATORES QUE AFETAM NOSSOS RESULTADOS OPERACIONAIS **143**
Crescimento do Produto Interno Bruto Brasileiro e da Demanda por Nossos Produtos ***143***
Efeitos das Oscilações de Preços de Matéria Prima (Gado e grãos) ***143***
Efeitos Sobre a Receita Operacional Líquida ***143***
Efeitos Sobre o Custo de Produtos Vendidos ***144***
Reflexos dos Níveis de Exportação em nosso Desempenho Financeiro ***144***
Reflexos das Oscilações Cambiais ***144***
Reflexo do Nível de Endividamento ***145***
PRÁTICAS CONTÁBEIS RELEVANTES **145**

Discussão Sobre Nossas Principais Práticas Contábeis *145*
Reconhecimento dos Efeitos Inflacionários e Cambiais *146*
Apuração do Resultado *146*
Estimativas Contábeis *146*
INSTRUMENTOS FINANCEIROS **146**
Instrumentos Mantidos até o Vencimento *146*
Instrumentos Disponíveis para Venda *146*
Instrumentos Financeiros ao Valor Justo Através do Resultado *147*
Outros *147*
MOEDA ESTRANGEIRA **147**
ATIVOS CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE **147**
Contas a Receber de Clientes *147*
Estoques *147*
Investimentos *147*
Imobilizado *147*
ARRENDAMENTO **148**
Arrendamento Financeiro *148*
Arrendamento Operacional *148*
INTANGÍVEL **148**
Redução ao Valor Recuperável *148*
PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES **148**
Provisões *149*
Plano de Remuneração Baseado em Ações *149*
Imposto de Renda e Contribuição Social *149*
Lucro por ação *149*
MUDANÇAS NAS PRÁTICAS CONTÁBEIS **149**
NOSSAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS **151**
Exercício social de 2006 ..... *151*
Exercício social de 2007 ..... *151*
Exercício social de 2008 ..... *151*
Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2008 ..... *152*
Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009 ..... *152*
DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS LINHAS DO NOSSO RESULTADO **152**
Receita Operacional Líquida *152*
Custo dos Produtos Vendidos *153*
Lucro Bruto *153*

Despesas Comerciais, Administrativas e Gerais ***153***
Outras receitas e despesas operacionais ***153***
Resultado Financeiro Líquido (Receita/Despesas Financeiras) ***153***
Imposto de Renda e Contribuição Social ***153***
(Prejuízo) Lucro Líquido no Exercício / Período ***153***
DISCUSSÃO E ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS E DISCUSSÃO E ANÁLISE DO BALANÇO PATRIMONIAL DA COMPANHIA **153**
PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2009 COMPARADO AO PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2008 ..... **154**
Receita Operacional Líquida ***155***
Mercado Interno *155*
Mercado Externo *156*
Bovinos e Food Service - Brasil *156*
Aves, Suínos e Industrializados *157*
Argentina *157*
Uruguai *157*
Europa *157*
Custo dos Produtos Vendidos ***158***
Lucro Bruto e Margem Bruta ***158***
Despesas Comerciais, Administrativas e Gerais ***159***
Outras receitas e despesas operacionais ***159***
Resultado Financeiro Líquido (Receita/Despesas Financeiras) ***159***
Imposto de Renda e Contribuição Social ***160***
Lucro Líquido no Período ***160***
EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 COMPARADO AO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 ..... **161**
Receita Operacional Líquida ***161***
Mercado Interno *162*
Mercado Externo *162*
Bovinos e Food Service - Brasil *163*
Aves, Suínos e Industrializados *163*
Argentina *163*
Uruguai *163*
Europa *163*
Custo dos Produtos Vendidos ***164***
Lucro Bruto ***164***
Despesas Comerciais, Administrativas e Gerais ***164***

Amortização do Ágio ***165***
Resultado Financeiro Líquido (Receita/Despesas Financeiras) ***165***
Imposto de Renda e Contribuição Social ***165***
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio ***166***
Lucro (Prejuízo) Líquido no Exercício ***166***
EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 COMPARADO AO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 ..... **166**
Receita Operacional Líquida ***167***
Mercado Interno *167*
Mercado Externo *167*
Custo dos Produtos Vendidos ***168***
Lucro Bruto ***169***
Despesas Comerciais, Administrativas e Gerais ***169***
Amortização do Ágio ***169***
Resultado Financeiro Líquido (Receita/Despesas Financeiras) ***170***
Imposto de Renda e Contribuição Social ***170***
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio ***170***
Lucro (Prejuízo) Líquido no Exercício ***170***
DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS LINHAS DO BALANÇO PATRIMONIAL **171**
Ativo Circulante ***171***
Ativo Não Circulante ***171***
Passivo Circulante ***171***
Passivo Não Circulante ***171***
Patrimônio Líquido ***171***
ANÁLISE DOS BALANÇOS PATRIMONIAIS **172**
COMPARAÇÃO ENTRE A POSIÇÃO PATRIMONIAL EM 30 DE SETEMBRO DE 2009 E 31 DE DEZEMBRO DE 2008 ..... **172**
Ativo Circulante ***173***
Realizável a Longo Prazo ***173***
Ativo Permanente ***174***
Passivo Circulante ***174***
Passivo Não Circulante ***174***
Patrimônio Líquido ***175***
COMPARAÇÃO ENTRE A POSIÇÃO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 31 DE DEZEMBRO DE 2007 ..... **175**
Ativo Circulante ***176***
Realizável a Longo Prazo ***177***

Ativo Permanente *177*
Passivo Circulante *177*
Passivo Não Circulante *178*
Patrimônio Líquido *178*
COMPARAÇÃO ENTRE A POSIÇÃO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 31 DE DEZEMBRO DE 2006 ..... **178**
Ativo Circulante *179*
Realizável a Longo Prazo *180*
Ativo Permanente *180*
Passivo Circulante *180*
Passivo Não Circulante *180*
Patrimônio Líquido *181*
LIQUIDEZ E RECURSOS DE CAPITAL **181**
Fontes e Usos de Caixa *181*
Caixa Aplicado em Investimentos *181*
Outros Dispêndios de Capital *182*
ENDIVIDAMENTO **182**
CONTRATOS RELEVANTES **184**
NCE - Nota de Crédito de Exportação *185*
Capital de Giro *185*
ACC – Adiantamento de Contrato de Câmbio *185*
Pré-Pagamento *186*
Bonds *187*
Covenants Financeiros. *187*
Contratos Relevantes *187*
DERIVATIVOS **188**
Administração de risco de taxas de juros *188*
Administração de risco de preços de commodities *189*
Administração de risco cambial *189*
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS **189**
CAPACIDADE DE PAGAMENTO DE NOSSAS DÍVIDAS **190**
OPERAÇÕES NÃO REGISTRADAS CONTABILMENTE **190**
EBITDA **191**
AVALIAÇÃO QUALITATIVA E QUANTITATIVA DOS RISCOS DE MERCADO **192**
Risco Cambial *192*
Risco Relativo a Preços de Commodities *193*

Risco Relativo a Taxas de Juros *193*
EVENTOS SUBSEQUENTES A 30 DE SETEMBRO DE 2009 193
Aquisição da Seara *193*
Grupo Zenda *195*
Novos Arrendamentos para produção de processados de carne bovina no Brasil *195*
Parceria Comercial e Logística com o Grupo Martins *195*
VISÃO GERAL DO SETOR 197
O SETOR MUNDIAL DE CARNE BOVINA 197
Consumo *197*
Produção *198*
Exportação *200*
Importação *201*
Competitividade *201*
Restrições Comerciais e Riscos Sanitários *201*
O SETOR DE CARNE BOVINA BRASILEIRO 202
Consumo *202*
Produção *203*
Exportação *203*
Vantagens Competitivas *205*
Restrições Comerciais e Riscos Sanitários *206*
O SETOR DE CARNE BOVINA ARGENTINO 207
Consumo *207*
Produção *207*
Exportação *207*
Vantagens Competitivas *209*
Restrições Comerciais e Riscos Sanitários *209*
O SETOR DE CARNE BOVINA URUGUAIO 209
Consumo *209*
Produção *209*
Exportação *210*
Vantagens Competitivas *211*
Restrições Comerciais e Riscos Sanitários *211*
O SETOR MUNDIAL DE CARNE DE FRANGO 212
Consumo *212*
Produção *212*
Exportação *212*

Importação *213*
Competitividade *213*
Barreiras Comerciais e Riscos Sanitários *214*
O Setor de Carne de Frango no Brasil 214
Consumo *214*
Produção *214*
Exportação *214*
Vantagens Competitivas *216*
Barreiras Comerciais e Riscos Sanitários *216*
O Setor de Carne de Frango na Europa 216
Desempenho no período de nove meses encerrado em 30 de setembro *216*
O Setor Mundial de Carne Suína 217
Consumo *217*
Produção *217*
Exportação *218*
Importação *218*
Competitividade *219*
Barreiras Comerciais e Riscos Sanitários *219*
O Setor de Carne Suína no Brasil 220
Consumo *220*
1. Produção *221*
Exportação *221*
Barreiras Comerciais e Riscos Sanitários *222*
Matéria-Prima 222
Grãos *222*
ATIVIDADES DA COMPANHIA 224
Introdução 224
Pontos Fortes 225
Estratégia 227
Estrutura Societária 229
Divisão Bovinos *Food service* – Brasil 229
Divisão Aves, Suínos e Industrializados – Brasil 230
Divisão Argentina 230
Divisão Uruguai 230
Divisão Europa 231
A Companhia 231

HISTÓRICO DE CRESCIMENTO ORGÂNICO E AQUISIÇÕES 231
PRESENÇA GEOGRÁFICA 235
DESCRIÇÃO DAS NOSSAS DIVISÕES DE NEGÓCIO 236
Divisão de Bovinos - Brasil e Food service 236
Produtos e comercialização 236
Divisão de Aves, Suínos & Industrializados - Brasil 237
Produtos e Comercialização 237
Divisão Argentina 238
Divisão Uruguai 239
Divisão Europa 239
VENDAS – MERCADO INTERNO 240
EXPORTAÇÃO 240
Vendas - Destino 241
Bovinos e Food Service - Brasil 241
Aves, Suínos e Industrializados 241
Argentina 242
Uruguai 242
Europa 242
PROCESSO PRODUTIVO 243
Matéria Prima 243
Bovinos 243
Aves 243
Suínos 244
Cordeiros 244
Plantas de Abate e Unidades de Produtos Processados e Industrializados 244
Bovinos 245
Outros produtos derivados de Bovinos 247
Aves e Suínos 247
Cordeiros 248
SAZONALIDADE 248
Bovinos 248
Aves e Suínos 248
Ovinos 248
CLIENTES 248
MARKETING 249
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO 250

MARCAS **250**
Brasil ***250***
Argentina ***250***
Uruguai ***250***
Europa ***251***
CONCORRÊNCIA **251**
Brasil ***251***
Argentina ***251***
Uruguai ***251***
Europa ***251***
MERCADO INTERNACIONAL **251**
EMPREGADOS **251**
SINDICATOS **252**
RECURSOS HUMANOS **252**
PROPRIEDADES, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS **252**
SEGUROS **254**
ASSUNTOS REGULATÓRIOS **254**
Regulação da Vigilância Sanitária ***255***
MEIO AMBIENTE **255**
Legislação Ambiental ***255***
Licenciamento Ambiental ***255***
FRIGORÍFICO MABELLA LTDA.: **257**
INVESTIMENTOS E DESINVESTIMENTOS **259**
CONTRATOS RELEVANTES **259**
CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS **259**
Processos Tributários ***260***
Contribuições Previdenciárias ***260***
Impostos e Contribuições Federais ***260***
Parcelamento de Débitos Federais e Contribuições Previdenciárias ***261***
Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços - ICMS ***261***
Processos Trabalhistas ***262***
Processos Cíveis ***262***
Processos Administrativos e Concorrenciais ***262***
PRÊMIOS **262**
Moy Park ***263***

ADMINISTRAÇÃO **264**
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO **264**
Comitês de assessoramento ao Conselho de Administração ***266***
Comitê de Auditoria ***266***
Comitê de Remuneração, Recursos Humanos e Governança Corporativa ***266***
Comitê Financeiro e Investimentos ***266***
Comitê de Assessoramento Comercial ***266***
DIRETORIA **267**
DIRETORIA EXECUTIVA DE NOSSAS DIVISÕES **268**
CONSELHO FISCAL **269**
TITULARIDADE DE AÇÕES **270**
REMUNERAÇÃO **270**
PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES **271**
Da aprovação do plano ***271***
Da concessão ***272***
Os preços de exercício serão: ***273***
Dos direitos dos participantes ***273***
RELAÇÃO FAMILIAR ENTRE OS ADMINISTRADORES, ASSIM COMO ENTRE OS ADMINISTRADORES E O ACIONISTAS DA COMPANHIA **275**
CONTRATOS OU OBRIGAÇÕES RELEVANTES EXISTENTES ENTRE OS ADMINISTRADORES E A COMPANHIA **275**
PROCESSOS JUDICIAIS OU ADMINISTRATIVOS ENVOLVENDO NOSSOS ADMINISTRADORES **275**
PRINCIPAIS ACIONISTAS **276**
GERAL **276**
DESCRIÇÃO DOS PRINCIPAIS ACIONISTAS **276**
MMS Participações S.A. ***276***
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR ***276***
OSI International Holding Limited ***276***
OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS **278**
DESCRIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL **281**
GERAL **281**
CAPITAL SOCIAL **281**
CAPITAL AUTORIZADO **281**
HISTÓRICO DO CAPITAL SOCIAL **281**
OBJETO SOCIAL **282**
AÇÕES EM TESOURARIA **283**
VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS E DETIDOS PELA COMPANHIA **283**

DIREITOS DOS ACIONISTAS **283**
OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES **284**
DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO **284**
DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO **284**
ASSEMBLEIAS GERAIS **284**
Quorum ***285***
Convocação ***286***
Local da Realização de Assembleia Geral ***286***
Competência para Convocar Assembleias Gerais ***286***
Legitimação e Representação ***286***
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO **287**
Eleição dos Membros do Conselho de Administração ***287***
Interesse de Conselheiros em Operações ***288***
CONSELHO FISCAL **288**
DIREITO DE RETIRADA E RESGATE **289**
Direito de Retirada ***289***
Resgate ***290***
REGISTRO DE NOSSAS AÇÕES **290**
DIREITO DE PREFERÊNCIA **290**
NEGOCIAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS DE NOSSA EMISSÃO PELO NOSSO ACIONISTA CONTROLADOR, NOSSOS CONSELHEIROS E DIRETORES E PELA NOSSA COMPANHIA **290**
OPERAÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES DE NOSSA PRÓPRIA EMISSÃO **291**
DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES **292**
Divulgação de Informações Eventuais e Periódicas ***292***
Divulgação de Informações Trimestrais ***293***
Divulgação de Negociação por Acionista Controlador, Membro do Conselho de Administração, Diretor ou Membro do Conselho Fiscal ***294***
Divulgação de Ato ou Fato Relevante ***295***
CANCELAMENTO DO REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA **295**
ALIENAÇÃO DE CONTROLE **296**
SAÍDA DO NOVO MERCADO **297**
Oferta pelo Acionista Controlador ***297***
Cancelamento do Registro de Companhia Aberta ***297***
Reorganização Societária ***297***
Obrigações na Saída ***298***
Alienação de Controle da Companhia após a Saída ***298***

Vedação ao Retorno ***298***
CLÁUSULA ARBITRAL **298**
INFORMAÇÕES SOBRE VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS E O MERCADO DE NEGOCIAÇÃO **299**
GERAL **299**
NEGOCIAÇÃO NA BM&FBOVESPA **299**
REGULAÇÃO DO MERCADO BRASILEIRO DE VALORES MOBILIÁRIOS **299**
RESTRIÇÕES A INVESTIMENTO ESTRANGEIRO **300**
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS **300**
Notas com Taxas de Juros Fixas ("Notes") ***300***
Debêntures Conversíveis ***301***
Notas Conversíveis ("Convertible Notes") ***301***
Ações Ordinárias ***301***
Bonds ***302***
PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA **303**
INTRODUÇÃO **303**
PRÁTICAS DIFERENCIADAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA **303**
ADESÃO AO NOVO MERCADO **303**
CÓDIGO DAS MELHORES PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DO IBGC **305**
DIVIDENDOS E POLÍTICA DE DIVIDENDOS **306**
ALOCAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS **306**
Valores Disponíveis para Distribuição ***306***
Reservas ***306***
Reserva legal *306*
Reserva de lucros a realizar *306*
Reserva para contingências *307*
Reserva estatutária *307*
Reserva de retenção de lucros *307*
Reserva de capital *307*
Pagamento de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio ***308***
Dividendos *308*
Juros sobre o capital próprio *309*
Valores Distribuídos a título de Dividendos ou Juros Sobre o Capital Próprio ***309***
RESPONSABILIDADE SOCIAL, PATROCÍNIO E INCENTIVO CULTURAL **310**

3. ANEXOS

- Estatuto Social Consolidado da Companhia 315
- Ata de Reunião do Conselho de Administração da Companhia de 21 de setembro de 2009 que aprovou a Oferta.....335
- Ata de Reunião do Conselho de Administração da Companhia de [•] de [•] de 2009 que aprovou o aumento de capital e o Preço por Ação 339
- Declaração da Companhia e do Coordenador Líder para fins do artigo 56 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada 343
- Informações Anuais relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 (apenas as informações não constantes neste Prospecto) 349
- Minuta de Termo de Cessão de Direitos de Prioridade.....373

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas aos Exercícios Sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 2007 e respectivos pareceres dos auditores independentes.....381
- Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas aos Exercícios Sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007 e 2006 e respectivos pareceres dos auditores independentes.....471
- Informações Trimestrais da Companhia referentes aos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2009 e 2008, e respectivos relatórios dos auditores independentes sobre as revisões limitadas 529

[Página intencionalmente deixada em branco]

1. INTRODUÇÃO

[Página intencionalmente deixada em branco]

DEFINIÇÕES

Para os fins deste Prospecto, os termos "nós" e "nossos" e verbos na primeira pessoa do plural referem-se à Companhia em conjunto com suas sociedades controladas, direta ou indiretamente, salvo referência diversa neste Prospecto, sem considerar a Aquisição. Os termos indicados nesta seção terão o significado a eles atribuídos abaixo, salvo referência diversa neste Prospecto.

AB&P	Argentine Breeders and Packers S.A.
ABEF	Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frangos.
ABIEC	Associação Brasileira de Indústrias Exportadoras de Carnes Industrializadas.
ABIPECS	Associação Brasileira Ind. Prod. Exp. Carne Suína.
Acionista Controlador ou MMS Participações	Nosso Acionista Controlador é a MMS Participações S.A. Na data deste Prospecto, nosso Acionista Controlador possui 135.162.784 ações ordinárias de nossa emissão, totalizando 50,4% do nosso capital social total antes da emissão das Ações. Após a realização da Oferta, sem considerar o exercício do direito de prioridade pelo Acionista Controlador no âmbito da Oferta Prioritária, sem considerar as Ações do Lote Suplementar e as Ações Adicionais, as 135.162.784 ações ordinárias de nossa emissão, de titularidade do nosso Acionista Controlador representarão 41,1% do nosso capital social total. O Acionista Controlador tem a intenção de exercer, total ou parcialmente, o seu direito na Oferta Prioritária.
AC Nielsen	AC Nielsen Brasil Ltda.
Ações	Ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, objeto da Oferta.
Ações Adicionais	Até 12.160.000 Ações, equivalentes a até 20% do total das Ações inicialmente ofertadas, sem considerar as Ações Suplementares, a serem alocadas a critério da Companhia, com o consentimento dos Coordenadores, com as mesmas características e preço das Ações inicialmente ofertadas, nos termos do artigo 14, §2° da Instrução CVM 400.
Ações em Circulação	As ações emitidas pela Companhia, excetuadas as ações detidas pelo Acionista Controlador, por pessoas a ele vinculadas, por administradores da Companhia, aquelas em tesouraria e preferenciais de classe especial que tenham por fim garantir direitos políticos diferenciados, sejam intransferíveis e de propriedade exclusiva do ente desestatizante.
Ações Suplementares ou Ações do Lote Suplementar	Até 9.120.000 Ações, equivalentes a até 15% do total das Ações inicialmente ofertadas, sem considerar as Ações Adicionais, com as mesmas características e preço das Ações inicialmente ofertadas, conforme Opção de Ações de Ações Suplementares outorgada pela Companhia ao Credit Suisse, as quais serão destinadas exclusivamente a atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400.

Agentes de Colocação Internacional	Bradesco Securities Inc., Banco do Brasil Securities LLC, BB Securities Limited, Credit Suisse Securities (USA) LLC.; Itaú USA Securities Inc. e Santander Investment Securities Inc.
AgraFNP	Empresa de consultoria especializada no setor de agronegócios, parte do grupo internacional Agra Informa, Inc.
Agrofrango	Agrofrango Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.
Albert Van Zoonen	Albert Van Zoonen B.V.
Ambev	Companhia de Bebidas das Américas.
ANBID	Associação Nacional dos Bancos de Investimento.
Anúncio de Encerramento	O Anúncio de Encerramento de Distribuição Pública Primária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia a ser publicado pelos Coordenadores e pela Companhia, nos termos do artigo 29 da Instrução CVM 400.
Anúncio de Início	O Anúncio de Início de Distribuição Pública Primária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia a ser publicado pelos Coordenadores e pela Companhia, nos termos do artigo 52 da Instrução CVM 400.
Anúncio de Revogação / Anúncio de Retificação	Anúncio a ser publicado na hipótese de modificação da Oferta, conforme dispõe o artigo 27 da Instrução CVM 400.
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
Aquisição	A aquisição da totalidade do negócio brasileiro de proteínas animais (aves, suínos e industrializados) da Cargill Inc. e determinadas afiliadas da Cargill na Europa e na Ásia, incluindo a Seara e a marca SEARA, 12 unidades industriais no segmento de produtos processados de valor adicionado e industrializados de aves e suínos e um terminal portuário, formalizada por intermédio de compromisso irretratável e irrevogável de compra e venda firmado entre a Companhia e a Cargill, Inc. em 14 de setembro de 2009.
Arroba	Unidade de medida correspondente a 14,7 quilogramas.
Aviso ao Mercado	O Aviso ao Mercado publicado pelos Coordenadores e pela Companhia, nos termos do artigo 53 da Instrução CVM 400.
Banco Central ou BACEN	Banco Central do Brasil.
Banco Mundial	Organização internacional que ajuda governos em países em desenvolvimento a reduzir a pobreza por meio de empréstimos e experiência técnica para projetos em diversas áreas.
BB	Banco do Brasil S.A.
BB BI	BB Banco de Investimento S.A.
BCRA	Banco Central de la República Argentina.

Biocamp Indústria e Comércio Importação	Biocamp Indústria, Comércio, Importação e Exportação de Biodiesel Ltda., empresa cujo objeto social é a indústria, comércio, importação e exportação de biodiesel, glicerina, álcool solúvel, aditivos orgânicos para misturar ésteres, produtos químicos e de origem vegetal e animal. O Sr. Marcos Antonio Molina detém 22% de seu capital social. A referida empresa não pertence ao grupo Marfrig.
BDO Auditores Independentes	BDO Trevisan Auditores Independentes.
Blue Horizon	Blue Horizon Trading Co., LLC.
BM&FBOVESPA	BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
BNDESPAR	BNDES Participações S.A.
Brasil ou País	República Federativa do Brasil.
Braslo	Braslo Produtos de Carne Ltda.
BSE	*Bovine Spongiform Encephalopathy* ou Encefalopatia Espongiforme Bovina; doença neurodegenerativa que afeta o gado bovino.
CAGR	*Crescimento composto médio anual. O CAGR é calculado pela seguinte fórmula: (Vf/Vi)^(1/(n-1))-1, onde Vf é o valor final, Vi o valor inicial e n o número de períodos considerados.*
CADE	Conselho Administrativo de Defesa Econômica.
Câmara de Arbitragem	Câmara de Arbitragem do Mercado, instituída pela BM&FBOVESPA.
Cargill Inc.	Multinacional do ramo de processamento e produção de alimentos.
Carroll's	MBL Alimentos S.A.
CBLC	Câmara de Compensação, Liquidação e Gerenciamento de Riscos de Operações do Segmento BM&FBOVESPA administrado pela BM&FBOVESPA.
CDB	C.D.B. Meats Limited.
CDI	Certificado de Depósito Interbancário.
CFC	Conselho Federal de Contabilidade.
CETIP	CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.
CFC	Conselho Federal de Contabilidade.
Cledinor	Cledinor S.A.
Código ANBID para Atividades Conveniadas	Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para Atividades Conveniadas.

Código ANBID	Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.
Códigos ANBID	Em conjunto, Código ANBID para Atividades Conveniadas e Código ANBID.
Código Civil	Lei n° 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada.
Código IBGC	Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
Companhia ou Marfrig	Marfrig Alimentos S.A.
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimentos, empresa pública, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
Conselheiro Independente	Conforme o Regulamento do Novo Mercado, o Conselheiro Independente caracteriza-se por: (i) não ter qualquer vínculo com a Companhia, exceto participação de capital; (ii) não ser acionista controlador, cônjuge ou parente até segundo grau daquele, ou não ser ou não ter sido, nos últimos três anos, vinculado a sociedade ou entidade relacionada ao acionista controlador (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição); (iii) não ter sido, nos últimos três anos, empregado ou diretor da Companhia, do acionista controlador ou da sociedade controlada pela Companhia; (iv) não ser fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (v) não ser funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia; (vi) não ser cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia; e (vii) não receber outra remuneração da Companhia além daquela de conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação de capital estão excluídos desta restrição).
Conselho de Administração	O Conselho de Administração da Companhia.
Constituição Federal	Constituição da República Federativa do Brasil.
Contrato de Distribuição	Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Garantia Firme de Liquidação e Colocação de Ações Ordinárias de Emissão da Marfrig Alimentos S.A., entre a Companhia, os Coordenadores e a BM&FBOVESPA, esta última na qualidade de interveniente anuente.
Contrato de Estabilização	Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço das Ações Ordinárias de Emissão da Marfrig Alimentos S.A., o qual foi aprovado pela BM&FBOVESPA e pela CVM.

Contrato de Participação no Novo Mercado	Contrato celebrado entre, de um lado, a BM&FBOVESPA e, de outro, a Companhia, seus administradores e Acionista Controlador, em 18 de maio de 2007, por meio do qual a Companhia concordou em cumprir com requisitos diferenciados de governança corporativa e divulgação de informações ao mercado estabelecidos pelo Regulamento do Novo Mercado, a fim de se qualificar para listagem no Novo Mercado.
Coordenador Líder, Coordenador Global ou Bradesco BBI	Banco Bradesco BBI S.A.
Coordenadores	Coordenador Líder, BB Banco de Investimento S.A., Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A., Banco Itaú BBA S.A. e Banco Santander (Brasil) S.A.
COPOM	Comitê de Política Monetária.
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis.
CPC nº 13	Pronunciamento Técnico nº 13 do Comitê Pronunciamentos Contábeis aplicado caso as primeiras demonstrações financeiras da entidade, elaboradas de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/2007 e Medida Provisória nº 449/2008, se refiram a um período ou a um exercício social iniciado a partir de 1º de janeiro de 2008.
CPMF	Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira, extinta desde 13 de dezembro de 2007.
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
DaGranja	DaGranja Agroindrustrial.
Data de Início de Negociação	Dia útil seguinte à publicação do Anúncio de Início.
Data de Liquidação	17 de novembro de 2009, data da liquidação física e financeira das Ações objetos da Oferta que deverá ocorrer no último dia do Período de Colocação.
Deliberação n° 565/2008	Deliberação CVM nº 565 de 17 de dezembro de 2008 que aprova o CPC 13.
Diretoria	A diretoria da Companhia.
Dólar Norte-Americano, dólar ou US$	Moeda oficial dos Estados Unidos da América.

EBITDA	De acordo com o OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP nº 01/2007, item 1.9.7, a medição EBITDA ou Lajida é o lucro antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização (Ebitda – *earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*) . O EBITDA apresentado é utilizado por nós para medir o nosso desempenho econômico operacional. Conforme referido Ofício Circular, o EBITDA pode ser reconciliado com as demonstrações financeiras como segue: lucro (prejuízo) líquido antes de imposto de renda e contribuição social, resultado de participações não consolidadas, resultado financeiro líquido, resultado não operacional líquido, participação de acionistas não controladores, depreciação e amortização, sendo essa a reconciliação utilizada por nós para o cálculo do EBITDA. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. Outras empresas podem calcular EBITDA numa maneira diferente de nós. Nossa Companhia divulga seu EBITDA, pois o utiliza como métrica de desempenho e o considera uma medida útil por ser frequentemente utilizado por analistas de mercado de capitais, investidores e outras partes interessadas na avaliação de empresas em nosso mercado. Em razão de não serem consideradas, para o seu cálculo, as despesas e receitas com juros (financeiras), o imposto de renda e a contribuição social, e a depreciação e amortização, o EBITDA funciona como um indicador de nosso desempenho econômico geral, que não é afetado por flutuações nas taxas de juros, alterações da carga tributária do imposto de renda e da contribuição social ou dos níveis de depreciação e amortização. Consequentemente, acreditamos que o EBITDA funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, nosso desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Acreditamos que o EBITDA permite uma melhor compreensão não só sobre o nosso desempenho financeiro, como também sobre a nossa capacidade de cumprir com nossas obrigações passivas e de obter recursos para nossas despesas de capital e para nosso capital de giro. O EBITDA, no entanto, apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de nossa lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes de nossos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os nossos lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.
Establecimientos Colonia ou Colonia	Establecimientos Colonia S.A.
Estados Unidos ou EUA	Estados Unidos da América.
Estâncias del Sur	Estâncias del Sur S.A.
Estatuto Social	Estatuto Social da Companhia.

FGV	Fundação Getulio Vargas.
Final Offering Memorandum	*Final Offering Memorandum*, com data do Prospecto Definitivo relativo aos esforços de colocação das Ações no exterior.
Fitch Ratings	Agência de classificação de risco.
Frigoclass	Frigoclass Alimentos S.A.
Frigorífico Patagônia	Frigorífico Patagônia S.A.
Food Service	Distribuição de produtos comercializados pela Companhia a hotéis, restaurantes e congêneros.
Fundação Dom Cabral	Centro de desenvolvimento de executivos, empresários e empresas.
Governo Federal	Governo Federal da República Federativa do Brasil.
Grupo Marfrig	A Companhia e suas subsidiárias, que não constituem, para fins da Lei das Sociedades Anônimas, um grupo de sociedades.
Grupo Margen	Frigorífico Margen Ltda., incluindo seus controladores, coligadas e controladas, que não constituem, para fins da Lei das Sociedades Anônimas, um grupo de sociedades.
Grupo Moy Park	*Moy Park Limited* e suas subsidiárias.
Grupo Zenda	Zendaleather S.A., empresa constituída sob as Leis da República do Uruguai, incluindo suas subsisdiárias.
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
IBGC	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.
IFC	*International Finance Corporation*, membro do Grupo Banco Mundial.
IFRS	*International Financial Reporting Standards* ou normas internacionais de contabilidade.
IGP-M	Índice Geral de Preços - Mercado, divulgado pela FGV.
INAC	Instituto Nacional de Carnes, órgão do governo do Uruguai.
Inaler	Inaler S.A.
Índice BOVESPA	Um dos indicadores de desempenho do mercado de ações no Brasil. O índice é o valor atual de uma carteira teórica de ações negociadas na BM&FBOVESPA constituída a partir de uma aplicação hipotética, que reflete não apenas as variações dos preços das ações, mas também o impacto da distribuição dos proventos, sendo considerado

	um indicador que avalia o retorno total das ações que o compõe.
INDEC	Instituto Nacional de Estadistica y Censos de la Republica Argentina.
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor, divulgado pelo IBGE.
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social.
Instituições Consorciadas	Corretoras autorizadas a operar na BM&FBOVESPA e outras instituições financeiras que não sejam corretoras autorizadas a operar na BM&FBOVESPA, contratadas pelos Coordenadores para efetuar exclusivamente esforços de colocação das Ações aos Investidores Não Institucionais.
Instituições Participantes da Oferta	Os Coordenadores e Instituições Consorciadas, em conjunto.
Instrução CVM 282	Instrução da CVM n° 282, de 26 de junho de 1998, conforme alterada.
Instrução CVM 325	Instrução CVM n° 325, de 27 de janeiro de 2000, conforme alterada.
Instrução CVM 358	Instrução da CVM n° 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada.
Instrução CVM 400	Instrução CVM n° 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM 471	Instrução CVM n° 471, de 8 de agosto de 2008.
Investidores Institucionais	Pessoas físicas, pessoas jurídicas, residentes e domiciliados no Brasil e clubes de investimento registrados na BM&FBOVESPA, cujas ordens específicas de investimento excedam o limite de R$300.000,00 (trezentos mil reais), fundos de investimento, carteiras administradas, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BM&FBOVESPA, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização, carteiras de valores mobiliários, pessoas jurídicas não financeiras com patrimônio líquido superior a R$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) e Investidores Institucionais Estrangeiros.
Investidores Institucionais Estrangeiros	Investidores institucionais qualificados residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definidos na Regra 144A, nos termos de isenções de registro previstas no *Securities Act*, e, nos demais países, exceto no Brasil e nos Estados Unidos, em conformidade com os procedimentos previstos no Regulamento S, e de acordo com a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor estrangeiro, que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento da Resolução CMN 2.689, da Instrução CVM 325 e da Lei 4.131.
Investidores Não	Pessoas físicas e jurídicas residentes e domiciliados no Brasil, que não

Institucionais	sejam considerados Investidores Institucionais, bem como clubes de investimento (registrados na BM&FBOVESPA, nos termos da regulamentação em vigor) que decidiram participar da Oferta de Varejo, por meio da efetivação de Pedidos de Reserva no Período de Reserva, observado o valor mínimo de investimento de R$3.000,00 (três mil reais) e o valor máximo de R$300.000,00 (trezentos mil reais).
IPC	Índice de Preços ao Consumidor.
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo IBGE.
IPIM	Índice de Preços Internos Maioristas, da Argentina.
IPO Marfrig	Oferta Pública Inicial de Distribuição Primária e Secundária de Ações de Emissão da Companhia, encerrada em 6 de julho de 2007, que compreendeu a distribuição de 38.474.444 ações ordinárias de emissão da Companhia e 21.555.556 ações ordinárias de titularidade dos acionistas vendedores ao preço de R$17,00 por ação, totalizando 60.030.000 ações ordinárias e R$1.020.510.000,00.
ISO	International Standardization Organization.
Kilo Certo	Kilo Certo Indústria e Comércio Ltda.
Kitchen Range	Kitchen Range Foods Limited.
Laurus Holding	*Laurus Holding LLC*, empresa relacionada ao Grupo OSI.
Lei 4.131	Lei n° 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada.
Lei 11.638	Lei n° 11.638, de 28 de dezembro de 2007.
Lei 11.941	Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009.
Lei das Sociedades por Ações	Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Lei do Mercado de Valores Mobiliários	Lei n° 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.
LIBOR	London Interbank Offered Rate.
"LTM"	*Last twelve months* (últimos doze meses).
Mabella	Frigorífico Mabella Ltda.
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil.
Marfrig Chile	*Marfrig Chile Inversiones Ltda*.
Marfrig Overseas	Marfrig Overseas Limited.
Margem EBITDA	EBITDA dividido pela receita líquida operacional.

Masplen	Masplen Limited.
MBL	MBL Alimentos S.A. (Carroll's)
Mercosul S.A.	Frigorífico Mercosul S.A. e suas subsidiárias.
Mercado Interno	Abrange Brasil, Uruguai, Argentina e Reino Unido.
Mirab	Mirab S.A.
Mirab USA	*Mirab USA Inc.*, controlada da Mirab.
Moinhos Cruzeiro do Sul	Moinhos Cruzeiro do Sul S.A.
Moy Park	Moy Park Ltd.
MP 449/2008	Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários, concede remissão nos casos em que especifica, institui regime tributário de transição, e dá outras providências.
NAFTA	*North American Free Trade Agreement* ou Tratado Norte-Americano de Livre Comércio; tratado comercial entre Canadá, México e Estados Unidos da América para troca de mercadorias.
Novos Arrendamentos	Contratos de arrendamento com opção de compra com os frigoríficos Margen S.A. e Mercosul S.A. para o arrendamento de 12 plantas frigoríficas localizadas nos estados brasileiros de Goiás, Pará, Rondônia, Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio Grande do Sul que, juntas, possuem capacidade de abate de 8,8 mil cabeças de gado/dia, além de 1,7 mil toneladas de produtos industrializados/mês.
Novo Mercado	Segmento especial de listagem da BM&FBOVESPA com regras diferenciadas de governança corporativa, do qual a Companhia faz parte.
Oferta	Oferta pública de distribuição primária de 60.800.000 Ações, a ser realizada (i) no Brasil, em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução CVM 400, da Instrução CVM 471 e dos Códigos ANBID pelos Coordenadores que contará ainda (ii) com esforços de colocação das Ações no exterior, por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo BACEN e pela CVM, a serem realizados pelos Agentes de Colocação Internacional e por determinadas instituições financeiras a serem contratadas pelos Agentes de Colocação Internacional, exclusivamente para investidores institucionais qualificados, residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, conforme definidos na *Rule* 144A editada pela SEC, nos termos de isenções de registro previstas no *Securities Act*, e, nos demais países, exceto no Brasil e nos Estados Unidos da América, em conformidade com os procedimentos previstos no Regulamento S do *Securities Act*, e de acordo com a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor. Não houve e não haverá registro da Oferta em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país,

	exceto no Brasil.
Oferta de Varejo	Após o atendimento da Oferta Prioritária, no contexto da Oferta de Varejo, e desde que haja Ações remanescentes suficientes para tanto, o montante de 10% das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar e as Ações Adicionais), considerando, nesse montante, as Ações ofertadas para os acionistas que se enquadrem na classificação de Investidor Não Institucional no âmbito da Oferta Prioritária, será destinado à colocação pública para Investidores Não Institucionais que realizem investimentos em montante entre o valor mínimo de investimento de R$3.000,00 e o valor máximo de R$300.000,00, e que realizem Pedido de Reserva da Oferta de Varejo, conforme previsto pelo item 7.1 (ii) do Regulamento do Novo Mercado, de acordo com as condições ali previstas e o procedimento indicado em "Informações Sobre a Oferta – Oferta de Varejo" iniciada na página 79 deste Prospecto.
Oferta Institucional	As Ações que não tiverem sido alocadas na Oferta Prioritária e as Ações destinadas à Oferta de Varejo que não tiverem sido alocadas na Oferta de Varejo serão destinadas à Oferta Institucional, juntamente com as demais Ações, de acordo com o procedimento indicado em "Informações Sobre a Oferta – Oferta Institucional" iniciada na página 83 deste Prospecto.
Oferta Prioritária	A totalidade das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar e as Ações Adicionais), será destinada prioritariamente à colocação pública aos acionistas, nos termos do artigo 21 da Instrução CVM 400, de acordo com o procedimento indicado em "Informações Sobre a Oferta – Oferta Prioritária" iniciado na página 76 deste Prospecto. Antes de apresentarem seus Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária, os acionistas que não sejam residentes e domiciliados ou com sede no Brasil deverão se certificar que não existem restrições legais ou regulamentares em suas respectivas jurisdições que impeçam ou restrinjam sua participação na Oferta Prioritária; adicionalmente, tendo em vista as leis de valores mobiliários dos Estados Unidos da América, a Oferta Prioritária será estendida exclusivamente aos acionistas residentes e domiciliados ou com sede no exterior que sejam considerados Investidores Institucionais Estrangeiros.
OIE	Organização Mundial da Saúde Animal.
OPA	Oferta Pública de Aquisição de Ações.

Opção de Ações Suplementares	Opção a ser outorgada pela Companhia ao Credit Suisse para a distribuição de um lote de Ações Suplementares, correspondente a até 15% do total das Ações inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais, a ser exercida pelo Credit Suisse, parcial ou integralmente, em uma ou mais vezes, desde que a decisão de alocação das Ações Suplementares seja tomada após notificação e de comum acordo com os demais Coordenadores, a partir da data do Contrato de Distribuição e por um período de até 30 (trinta) dias contados a partir do primeiro dia útil (inclusive) após a publicação do Anúncio de Início, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas, as quais serão destinadas exclusivamente a atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400.
OSI ou Grupo OSI	OSI Brazilian Holdings, LLC e suas seis subsidiárias, sendo três no Brasil e três na Europa, detêm participação minoritária em nosso capital social.
Pemmican	Marca de produtos da linha beef jerky que adquirimos por meio de nossa subsidiária Mirab USA, Inc. e distribuída pela ConAgra Foods, Inc.
Pedido de Reserva	Formulário específico preenchido e celebrado durante o Período de Reserva por Investidor Não Institucional que desejou participar da Oferta de Varejo.
Período de Reserva da Oferta de Varejo	Será concedido aos Investidores Não Institucionais o prazo entre 09 de novembro de 2009 e 10 de novembro de 2009, inclusive, para a realização do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo.
Período de Reserva da Oferta Prioritária	Será concedido aos acionistas o prazo para a realização do Pedido de Reserva da Oferta Prioritária no dia 06 de novembro de 2009.
Período de Colocação	Prazo para a colocação das Ações, que será de até três dias úteis a contar da data de publicação do Anúncio de Início.
Pampeano	Pampeano Alimentos S.A.
Penapaulo	Penapaulo Alimentos Ltda.
Penasul	Penasul Alimentos Ltda.
PIB	Produto Interno Bruto do Brasil.
PIS	Programa de Integração Social.
Placement Facilitation Agreement	Contrato a ser celebrado entre os Agentes de Colocação Internacional e a Companhia, regulando esforços de colocação das Ações no exterior no âmbito da Oferta.

Poder de Controle	Poder efetivamente utilizado de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito. Há presunção relativa de titularidade do controle em relação à pessoa ou ao grupo de pessoas vinculado por acordo de acionistas ou sob controle comum ("grupo de controle") que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas três últimas assembleias gerais da Companhia, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante.
Práticas Contábeis Adotadas no Brasil	Práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais são baseadas na Lei das Sociedades por Ações, nas normas e regulamentos da CVM e nas normas contábeis emitidas pelo IBRACON, pelo CFC e pelo CPC.
Prazo de Distribuição	Nos termos do artigo 18 da Instrução CVM 400, prazo máximo de até seis meses, contados a partir da data da publicação do Anúncio de Início, para subscrição e/ou aquisição das Ações objeto da Oferta.
Preço por Ação	Preço por Ação a ser fixado após a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, conduzido junto a Investidores Institucionais pelos Coordenadores, em conformidade com no artigo 170, parágrafo 1°, III, da Lei das Sociedades por Ações e com o disposto no artigo 44 da Instrução CVM 400, tendo como parâmetro a cotação das ações ordinárias de emissão da Companhia na BM&FBOVESPA e as indicações de interesse, em função da qualidade da demanda (por volume e preço), coletadas junto aos Investidores Institucionais.
Preliminary Offering Memorandum	*Preliminary Offering Memorandum*, com data do Prospecto Preliminar, relativo ao esforço de colocação das Ações no exterior.
PRISA	Prestcott International S.A.
Procedimento de *Bookbuilding*	Procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado junto a Investidores Institucionais, no Brasil, pelos Coordenadores e, no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, conforme previsto nos artigos 23, parágrafo 1° e 44 da Instrução CVM 400, tendo como parâmetro a cotação das ações ordinárias de emissão da Companhia na BM&FBOVESPA e considerando as indicações de interesse, em função da qualidade da demanda (por volume e preço).
Produtos de Carne Industrializada ou Produtos Industrializados	Produtos de carne que passaram por processo de cozimento, incluindo carnes enlatadas, carne cozida congelada, carne bovina desidratada (*beef jerky*) e extrato de carne.
Produtos de Carne In natura ou Produtos In natura	Produtos de carne resfriada ou congelada, com ou sem osso, incluindo cortes de traseiro e de dianteiro, que podem ser condicionados em sacos plásticos e/ou embalados a vácuo.
Produtos de Carne Processada ou Produtos Processados	Produtos de carne que passaram por processo de elaboração, (fatiamento, moeção ou cubagem), incluindo hambúrguer, cortes porcionados, carne moída e almôndegas.

Prospecto ou Prospecto Preliminar	Este Prospecto Preliminar de Distribuição Pública Primária das Ações Ordinárias de Emissão da Companhia.
Prospecto Definitivo	O Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Primária das Ações Ordinárias de Emissão da Companhia.
Quickfood	Quickfood Comércio de Alimentos S.A.
Quinto Cuarto	Quinto Cuarto S.A.
Quota Hilton	Quota de importação de carne bovina com redução de imposto instituída pela União Europeia.
Real, real, reais ou R$	Moeda corrente do Brasil.
Regra 144A	*Rule* 144A editada pela SEC ao amparo do *Securities Act*, conforme alterada, dos Estados Unidos.
Regulamento de Arbitragem	Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, inclusive suas posteriores modificações, que disciplina o procedimento de arbitragem ao qual serão submetidos todos os conflitos estabelecidos na Cláusula Compromissória inserida no Estatuto Social da Companhia e constante dos Termos de Anuência.
Regulamento do Novo Mercado	Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA que disciplina os requisitos para negociação de valores mobiliários de companhias abertas em segmento especial do mercado de ações da BM&FBOVESPA denominado Novo Mercado, estabelecendo regras de listagem diferenciadas para essas companhias, seus administradores, seu Conselho Fiscal, se instalado, e seus acionistas controladores.
Regulamento S	*Regulation S* editada pela SEC ao amparo do *Securities Act*, conforme alterada, dos Estados Unidos.
Resolução CMN 2.689	Resolução do CMN n° 2.689, de 26 de janeiro de 2000, conforme alterada.
SAGPYA	Secretaria de Agricultura, Ganaderia, Pesca y Alimentos.
SDE	Secretaria de Direito Econômico.
Seara	Cargill Alimentos S.A., que, após transformação de sociedade anônima para sociedade limitada, passará a se chamar Seara Alimentos Ltda.
SEC	*Securities and Exchange Commission*, a comissão de valores mobiliários do Estados Unidos.
SECEX	Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.
Securities Act	*Securities Act* de 1933 dos Estados Unidos da América, conforme alterado.

SELIC	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia.
Standard & Poor's	É uma agência de classificação que publica análises e pesquisas sobre bolsas de valores e títulos mobiliários.
Tacuarembó	Frigorífico Tacuarembó S.A.
Taxa de Desfrute	Índice usado para indicar a quantidade de bovinos abatido durante um ano em relação ao rebanho total.
Termo de Cessão de Direitos de Prioridade	Instrumento por meio do qual os acionistas poderão formalizar a cessão, no todo ou em parte, dos seus respectivos direitos de prioridade na subscrição das Ações objeto da Oferta Prioritária, durante o Período de Reserva da Oferta Prioritária.
TJLP	Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo CMN.
TR	Taxa Referencial, divulgada pelo Banco Central.
EU – 27	União Europeia composta por 27 estados-membros.
Uruguai	República Oriental del Uruguay.
USDA	United States Department of Agriculture.
US GAAP	Princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos.
Weston	Weston Importers Limited.

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E PROJEÇÕES

Este Prospecto inclui estimativas e declarações acerca do futuro, principalmente nas seções "Sumário da Companhia", "Fatores de Risco", "Discussão e Análise da Administração sobre a Situação Financeira e o Resultado das Operações" e "Atividades da Companhia", nas páginas 49, 109, 141 e 224, respectivamente. As estimativas e declarações acerca do futuro baseiam-se, principalmente, em expectativas atuais sobre eventos futuros, bem como em tendências que afetam ou podem vir a afetar nossos negócios e resultados. As palavras "acredita", "antecipa", "entende", "espera", "estima", "irá", "planeja", "pode", "poderá", "pretende", "prevê", "projeta", entre outras palavras com significado semelhante, têm por objetivo identificar estimativas e declarações acerca do futuro.

Embora acreditemos que estas estimativas e declarações acerca do futuro encontram-se baseadas em premissas razoáveis, elas estão sujeitas a diversos riscos, incertezas e suposições e são feitas com base nas informações de que atualmente dispomos. Muitos fatores importantes, além daqueles discutidos em outras seções deste Prospecto, podem vir a fazer com que os resultados efetivos sejam substancialmente diferentes dos resultados previstos em nossas estimativas e declarações ou daqueles obtidos no passado, inclusive, entre outros, os seguintes:

- os efeitos da crise financeira e econômica internacional no Brasil e nos países em que atuamos;
- conjuntura econômica, política, social e de negócios do Brasil e de outros países em que atuamos;
- alterações nos preços de mercado, preferências dos consumidores e condições competitivas;
- flutuações na taxa de câmbio;
- nossa habilidade em implementar nossas estratégias, incluindo nossa estratégia financeira, nosso plano de investimento, nossa capacidade de obter financiamentos quando necessário e em termos razoáveis;
- intervenções governamentais, resultantes de mudanças na economia, nos tributos e no ambiente regulatório brasileiro e dos outros países em que atuamos;
- condições de infraestrutura de transporte e logística nos países em que atuamos;
- imposição de barreiras alfandegárias ou sanitárias, ou quaisquer outros tipos de restrições à importação que vierem a ser impostas por países para os quais exportamos ou venhamos a exportar;
- imposição de restrições sanitárias impostas no Brasil;
- nossa habilidade em desenvolver produtos e conceitos inovadores e em implementar nossos produtos nos prazos determinados;
- nossa habilidade em manter altos níveis de satisfação de nossos clientes;
- nossa habilidade em competir com êxito;
- nossa habilidade de empreender projetos de expansão, bem como administrar custos e investimentos envolvidos em tais projetos;

- nosso nível de endividamento e demais obrigações financeiras;
- alterações nas leis e regulamentos tributário, previdenciário, trabalhista, regulatório e ambiental, que tornariam nosso modelo de negócio ou nossos produtos menos atraentes;
- alterações nas práticas contábeis brasileiras;
- outros fatores que possam afetar nossa situação financeira, liquidez e nossos resultados operacionais; e
- nossa capacidade de promover a integração de nossas atividades com as atividades da Seara, após aprovação da Aquisição pelos órgãos de defesa da concorrência;
- outros fatores discutidos na seção "Fatores de Risco", nas páginas 109 a 120 deste Prospecto.

Nossas estimativas e projeções envolvem riscos e incertezas e não constituem garantia de desempenho futuro, sendo que os reais resultados ou desenvolvimentos futuros podem ser substancialmente diferentes das expectativas constantes em tais estimativas e projeções. Tendo em vista os riscos e incertezas envolvidos, as estimativas e declarações acerca do futuro constantes deste Prospecto podem vir a não se concretizar e, ainda, os resultados futuros e o nosso desempenho podem diferir substancialmente daqueles previstos em nossas estimativas ou dos obtidos no passado em razão dos fatores mencionados acima, além de outros não especificamente mencionados nesta seção. Por conta dessas incertezas, o investidor não deve se basear nessas estimativas, projeções e declarações sobre o futuro para tomar uma decisão de investimento nas Ações. Nós, os Coordenadores e os Agentes de Colocação Internacional não assumimos qualquer obrigação de atualizar ou de revisar tais informações.

APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E OPERACIONAIS

As informações abaixo devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas incluídas neste Prospecto, bem como com as Seções "Informações Financeiras Selecionadas" e "Discussão e Análise da Administração sobre a Situação Financeira e o Resultado das Operações", nas páginas 131 e 141, respectivamente, deste Prospecto.

Nossas informações financeiras para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2008 e 2009 e para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008 foram extraídas das nossas demonstrações financeiras consolidadas apresentadas nas páginas 531, 473 e 383 do presente Prospecto, respectivamente, objeto de revisão pela BDO Trevisan Auditores Independentes, conforme relatórios de revisão anexos a este Prospecto nas páginas 533, 494 e 411, respectivamente.

De acordo com a nossa administração, as demonstrações financeiras anuais e dos períodos findos acima referidas refletem a correta apresentação da posição patrimonial e financeira e o resultado de nossas operações para os referidos exercícios/períodos de nove meses.

Os resultados financeiros indicados nas referidas demonstrações financeiras não indicam, necessariamente, os resultados que podem ser esperados em qualquer outro período.

ALTERAÇÕES NA LEI DAS SOCIEDADES POR AÇÕES

Com a promulgação da Lei nº 11.638/2007 e edição da MP nº 449/2008, sendo esta última posteriormente convertida na Lei n° 11.941/2009, foram alterados, revogados e introduzidos diversos dispositivos na Lei das Sociedades por Ações sobre matéria contábil, em vigência a partir do encerramento das demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, e aplicáveis a todas as entidades constituídas na forma de sociedades anônimas, incluindo companhias de capital aberto e sociedades de grande porte.

Essas alterações têm como objetivo principal atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de harmonização das Práticas Contábeis Adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pelos órgãos reguladores e pela CVM em consonância com as normas internacionais de contabilidade.

Adicionalmente, em decorrência da promulgação da referida Lei e Medida Provisória, durante 2008 foram editados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC diversos pronunciamentos com aplicação obrigatória para o encerramento das demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008.

Nossas demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 foram as nossas primeiras demonstrações financeiras apresentadas com a adoção das alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e pela MP nº 449/2008. Em conformidade com a Deliberação n° 565/2008, a qual aprovou o CPC n° 13 que trata das primeiras demonstrações financeiras com base nas novas práticas contábeis adotadas no Brasil, optamos por ajustar o nosso balanço patrimonial de abertura com data de transição de 1º de janeiro de 2008. Dessa forma, aplicamos somente o parágrafo 1°, do artigo 186, da Lei das Sociedades por Ações.

Tendo em vista tal opção, as demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007, apresentadas conjuntamente com as demonstrações financeiras de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes naquela data, não sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.

Para o melhor entendimento sobre as mudanças das práticas contábeis no Brasil promovidas pelas alterações na Lei das Sociedades por Ações e os consequentes ajustes em nosso patrimônio e resultado, incluímos a nota explicativa n° 2.3 nas demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em dezembro de 2008, sob o título "Ajustes Decorrentes da Nova Legislação", a qual consta na página 423 deste Prospecto.

Adicionalmente, em continuidade a esse processo de convergência, deverão ser editados novos pronunciamentos contábeis – CPCs os quais podem eventualmente trazer impactos relevantes sobre o resultado das operações da Companhia, e consequentemente a base para cálculo dos dividendos. A Companhia não tem controle e não pode prever quais serão os novos pronunciamentos contábeis a serem emitidos em 2009 e nos anos seguintes.

Ressaltamos que as futuras demonstrações financeiras a serem elaboradas pela Companhia poderão eventualmente vir a ser alteradas de maneira relevante em decorrência de diversos pronunciamentos contábeis previstos para serem emitidos pelo CPC e normatizados pela CVM no decorrer do exercício de 2009.

APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

Para a leitura e análise das demonstrações e demais informações financeiras a elas referenciadas incluídas neste Prospecto, devem ser considerados os seguintes aspectos quanto à elaboração e apresentação das demonstrações financeiras:

Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008

- os balanços patrimoniais (controladora e consolidado) levantados em 31 de dezembro de 2008, bem como as respectivas demonstrações do resultado (controladora e consolidado), as demonstrações de mutações do patrimônio líquido (controladora), as demonstrações de fluxos de caixa (controladora e consolidado) as demonstrações de valores adicionados (controladora e consolidado), correspondentes ao exercício encerrado naquela data, foram elaborados de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e normas da CVM, incluindo as alterações introduzidas pela Lei n° 11.638/2007 e pela MP n° 449/2008.

- os balanços patrimoniais (controladora e consolidado) levantados em 31 de dezembro de 2006 e 2007, bem como as respectivas demonstrações do resultado (controladora e consolidado), as demonstrações de mutações do patrimônio líquido (controladora) e as demonstrações de origens e aplicações de recursos (controladora e consolidado), correspondentes aos exercícios encerrados naquelas datas, foram elaborados de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e normas da CVM vigentes à época de sua elaboração, as quais não incluem as alterações introduzidas pela Lei n° 11.638/2007 e pela MP n° 449/2008.

Adicionalmente, para fins de leitura e análise das informações financeiras incluídas nesta seção, referentes à comparação das contas de resultado e patrimoniais entre os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2007 e de 2008, deve-se considerar o fato de que as demonstrações financeiras referentes a 2008 foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e normas da CVM, incluindo as alterações introduzidas pela Lei n° 11.638/2007 e pela MP n° 449/2008, e as demonstrações financeiras referentes a 2007 foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, vigentes à época de sua elaboração, as quais não incluem as alterações introduzidas pela Lei n° 11.638/2007 e pela MP n° 449/2008. Portanto, as informações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007 e de 2008 incluídas neste Prospecto apresentam limitações na sua comparabilidade. Os efeitos da mudança de prática contábil foram apresentados na nota explicativa n° 2.3 das demonstrações financeiras encerradas em 31 de

dezembro de 2008, de forma a possibilitar a comparação em relação às demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2007.

As demonstrações financeiras acima referidas foram auditadas pela BDO Trevisan Auditores Independentes de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2008 e 2009

- os balanços patrimoniais (controladora e consolidado) levantados em 30 de setembro de 2009, bem como as respectivas demonstrações do resultado (controladora e consolidado), das mutações do patrimônio líquido (controladora) e dos fluxos de caixa (controladora e consolidado), correspondentes ao período de nove meses findo naquela data, foram elaborados de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e normas da CVM, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e pela MP n° 449/2008.

- os balanços patrimoniais (controladora e consolidado) levantados em 30 de setembro de 2008, bem como as respectivas demonstrações do resultado (controladora e consolidado), das mutações do patrimônio líquido (controladora) e dos fluxos de caixa (controladora e consolidado), correspondentes ao período de nove meses findo naquela data, foram elaborados de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e normas da CVM vigentes a época de sua elaboração, as quais não incluem as alterações introduzidas pela Lei n° 11.638/2007 e pela MP n° 449/2008.

As limitações de comparabilidade supramencionadas também se aplicam aos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2008 e 2009, tendo em vista que as demonstrações financeiras dos primeiros nove meses de 2009 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da CVM, incluindo as alterações introduzidas pela Lei n° 11.638/2007 e pela MP n° 449/2008, enquanto que as demonstrações financeiras de igual período em 2008 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes à época, as quais não incluem as alterações introduzidas pela Lei n° 11.638/2007 e pela MP n° 449/2008. Os efeitos da mudança de prática contábil foram apresentados na nota explicativa nº 2.2 das demonstrações findas em 30 de setembro de 2009, de forma a possibilitar a comparação em relação às demonstrações financeiras encerradas em 30 de setembro de 2008.

As demonstrações financeiras referentes aos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2008 e 2009 foram revisadas pela BDO Trevisan Auditores Independentes de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.

Na opinião de nossa administração, nossas demonstrações financeiras referente aos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2008 e 2009 anexas a este Prospecto apresentam adequadamente o resultado de nossas operações nos respectivos períodos e nossa situação patrimonial e financeira nas respectivas datas. Os resultados financeiros indicados nas referidas demonstrações financeiras não indicam, necessariamente, os resultados que podem ser esperados em qualquer outro período.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO, BALANÇOS PATRIMONIAIS E DEMAIS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

Os quadros a seguir apresentam um sumário das nossas informações financeiras e operacionais para os períodos indicados. As informações a seguir devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras da Companhia e as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas e respectivas notas explicativas, incluídas neste Prospecto, nas páginas 383, 473 e 531 deste Prospecto, e com as seções "Informações Financeiras e Operacionais Selecionadas" e "Discussão e Análise da Administração sobre a Situação Financeira e o Resultado das Operações", nas páginas 131 e 141 deste Prospecto.

Demonstração do Resultado	Exercício social encerrado em 31 de dezembro *(em milhões de R$)*							
	2006*	AV (1)	2007*	AV (1)	2008**	AV (1)	Var. 07/06	Var. 08/07
Receita Operacional Bruta	2.391,0	112,2%	3.726,2	111,6%	6.775,2	109,2%	55,8%	81,8%
Mercado interno	1.225,8	57,5%	1.869,7	56,0%	3.838,5	61,9%	52,5%	105,3%
Mercado externo	1.165,2	54,7%	1.856,5	55,6%	2.936,7	47,3%	59,3%	58,2%
Deduções da Receita Operacional Bruta	(260,5)	-12,2%	(386,3)	-11,6%	(571,4)	-9,2%	48,3%	47,9%
Deduções da Receita Bruta – Mercado Interno	(194,5)	-9,1%	(335,9)	-10,1%	(525,7)	-8,5%	72,7%	56,5%
Deduções da Receita Bruta – Mercado Externo	(66,0)	-3,1%	(50,4)	-1,5%	(45,7)	-0,7%	-23,6%	-9,3%
Receita Operacional Líquida	2.130,5	100,0%	3.339,9	100,0%	6.203,8	100,0%	56,8%	85,7%
Custo dos Produtos Vendidos	(1.710,2)	-80,3%	(2.673,1)	-80,0%	(4.876,8)	-78,6%	56,3%	82,4%
Lucro Bruto	420,3	19,7%	666,9	20,0%	1.327,0	21,4%	58,7%	99,0%
Despesas/Receitas Operacionais	(352,7)	-16,6%	(590,7)	-17,7%	(1.563,5)	-25,2%	67,5%	164,7%
Comerciais	(136,1)	-6,4%	(219,8)	-6,6%	(393,4)	-6,3%	61,5%	79,0%
Administrativas e gerais	(56,0)	-2,6%	(103,6)	-3,1%	(179,7)	-2,9%	85,0%	73,5%
Amortização do ágio	-	-	(10,1)	-0,3%	(37,1)	-0,6%	N/m	267,3%
Outras receitas (despesas) operacionais	1,1	0,1%	(0,2)	0,0%	7,8	0,1%	N/m	N/m
Resultado Financeiro	(161,7)	-7,6%	(257,0)	-7,7%	(961,1)	-15,5%	58,9%	274,0%
Lucro/ (Prejuízo) Operacional	67,6	3,2%	76,2	2,3%	(236,5)	-3,8%	12,7%	N/m
Resultado não operacional	0,0	0,0%	(2,0)	-0,1%	-	0,0%	N/m	N/m
Lucro/ (Prejuízo) antes dos efeitos tributários	67,6	3,2%	74,2	2,2%	(236,5)	-3,8%	9,8%	N/m
Imposto de Renda	(14,5)	-0,7%	(22,7)	-0,7%	144,2	2,3%	56,6%	N/m
Contribuição Social	(4,4)	-0,2%	(5,4)	-0,2%	67,6	1,1%	22,7%	N/m
Lucro/ (Prejuízo) antes da Reversão dos Juros sobre o Capital Próprio	48,7	2,3%	46,1	1,4%	(24,7)	-0,4%	-5,3%	N/m
Reversão dos juros sobre o capital próprio	14,3	0,7%	41,3	1,2%	-	-	188,8%	-100,0%
Lucro/ (Prejuízo) antes da participação dos Acionistas não Controladores	63,0	3,0%	87,4	2,6%	(24,7)	-0,4%	38,7%	N/m
Participação dos acionistas não controladores	1,3	0,1%	(2,4)	-0,1%	(10,8)	-0,2%	N/m	350,0%
Lucro Líquido/ (Prejuízo) no exercício	64,3	3,0%	85,0	2,5%	(35,5)	-0,6%	32,2%	N/m
Por lote de mil ações (R$ Mil)	0,5	-	0,4	-	(0,1)	-	-20,0%	N/m
EBITDA	247,6	11,6%	380,2	11,4%	884,3	14,3%	53,6%	132,6%
Depreciação/amortização	18,3	0,9%	47,0	1,4%	159,8	2,6%	156,8%	240,0%

* De acordo com os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e normas da CVM, vigentes em 31 de dezembro de 2007.

** Elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da CVM, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e pela MP nº 449/2008.

(1) Análise Vertical da Receita Operacional Líquida.

N/m = não mensurável

	Período de nove meses findo em 30 de setembro				
	(em milhões de R$)				
Demonstração do Resultado	**2008***	**AV (1)**	**2009****	**AV (1)**	**Var. 09/ 08**
Receita Operacional Bruta	4.147,1	108,9%	7.555,6	107,1%	82,2%
Mercado Interno	2.183,2	57,3%	4.759,2	67,4%	118,0%
Mercado Externo	1.963,9	51,6%	2.796,4	39,6%	42,4%
Deduções da Receita Operacional Bruta	(339,3)	-8,9%	(498,1)	-7,1%	46,8%
Deduções da Receita Bruta – Mercado Interno	(312,7)	-8,2%	(472,6)	-6,7%	51,1%
Deduções da Receita Bruta – Mercado Externo	(26,6)	-0,7%	(25,5)	-0,4%	-4,1%
Receita Operacional Líquida	3.807,8	100,0%	7.057,5	100,0%	85,3%
Mercado Interno	1.870,5	49,1%	4.286,6	60,7%	129,2%
Mercado Externo	1.937,3	50,9%	2.770,9	39,3%	43%
Custo dos Produtos Vendidos	(3.061,1)	-80,4%	(6.052,1)	-85,8%	97,7%
Lucro Bruto	746,7	19,6%	1.005,4	14,2%	34,6%
Despesas/Receitas Operacionais	(671,9)	-17,6%	(318,3)	-4,5%	-52,6%
Comerciais	(244,2)	-6,4%	(470,9)	-6,7%	92,8%
Administrativas e Gerais	(115,1)	-3,0%	(214,4)	-3,0%	86,3%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(27,7)	-0,7%	105,0	1,5%	N/m
Resultado Financeiro	(284,9)	-7,5%	262,0	3,7%	N/m
Lucro Operacional	74,8	2,0%	687,1	9,7%	818,6%
Resultado não Operacional	(0,8)	0,0%	-	0,0%	N/m
Lucro antes dos Efeitos Tributários	74,0	1,9%	687,1	9,7%	828,5%
Imposto de Renda	(27,4)	-0,7%	(84,8)	-1,2%	209,5%
Contribuição Social	1,4	0,0%	(27,6)	-0,4%	2.043,4%
Lucro antes da Participação dos Acionistas não Controladores	48,0	1,3%	574,7	8,1%	1.097,3%
Participação dos Acionistas não Controladores	(9,3)	-0,2%	(7,3)	-0,1%	-21,5%
Lucro Líquido no Período	38,7	1,0%	567,4	8,0%	1.363,3%
Por Lote de Mil Ações (R$)	0,2	0,0%	2,1	0,0%	950,0%
EBITDA	437,7	11,5%	619,5	8,8%	41,5%
Depreciação/Amortização	78,0	2,0%	194,4	2,8%	149,2%

* De acordo com os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e normas da CVM, vigentes em 31 de dezembro de 2007.

** Elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da CVM, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e pela MP nº 449/2008.

(1) Análise Vertical da Receita Operacional Líquida.
N/m = não mensurável

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de *(em milhões de R$)*							
Balanço Patrimonial	**2006***	**AV (1)**	**2007***	**AV (1)**	**2008****	**AV (1)**	**Var. 07/06**	**Var. 08/07**
Ativo Circulante	1.176,7	68,5%	2.681,4	61,9%	4.370,4	47,7%	127,9%	63,0%
Disponibilidades	291,7	17,0%	1.049,8	24,2%	1.071,7	11,7%	259,9%	2,1%
Valores a Receber de Clientes Nacionais	185,9	10,8%	387,2	8,9%	686,0	7,5%	108,3%	77,2%
Valores a Receber de Clientes Internacionais	178,2	10,4%	350,2	8,1%	315,9	3,5%	96,5%	-9,8%
Estoques de Produtos e Mercadorias	347,4	20,2%	594,5	13,7%	1.581,9	17,3%	71,2%	166,0%
Impostos a Recuperar	165,3	9,6%	297,9	6,9%	689,4	7,5%	80,2%	131,4%
Despesas do Exercício Seguinte	1,3	0,1%	1,8	0,0%	25,2	0,3%	38,4%	1.300,0%
Outros Valores a Receber	6,9	0,4%	-	-	0,3	0,0%	(100%)	-
Ativo Não Circulante	541,1	31,5%	1.649,3	38,1%	4.784,8	52,3%	204,8%	190,1%
Realizável a Longo Prazo	17,9	1,0%	43,3	1,1%	385,4	4,2%	141,9%	790,1%
Aplicações Financeiras	0,2	0,0%	3,3	0,1%	4,2	0,0%	1.550,0%	27,2%
Depósitos Compulsórios	1,8	0,1%	5,5	0,1%	23,4	0,3%	205,6%	325,5%
Títulos a Receber	0,9	0,1%	2,6	0,1%	0,4	0,0%	188,9%	-84,6%
Tributos Diferidos	14,4	0,8%	20,3	0,5%	303,6	3,3%	41,0%	1.395,6%
Tributos a Recuperar	-	-	2,8	0,1%	44,6	0,5%	-	1.492,9%
Outros Valores a Receber	0,6	0,0%	8,8	0,2%	9,2	0,1%	1.366,7%	4,6%
Permanente	523,2	30,5%	1.606,0	37,1%	4.399,4	48,1%	207,0%	173,9%
Investimentos	93,7	5,5%	647,0	14,9%	1,2	0,0%	590,5%	-99,8%
Imobilizado	429,5	25,0%	947,9	21,9%	2.235,7	24,4%	120,7%	135,9%
Intangível	-	-	-	0,0%	2.144,2	23,4%	-	-
Diferido	-	-	11,1	0,3%	18,3	0,2%	-	64,9%
Total do Ativo	**1.717,8**	**100,0%**	**4.330,7**	**100,0%**	**9.155,2**	**100,0%**	**152,1%**	**111,4%**

* De acordo com os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e normas da CVM, vigentes em 31 de dezembro de 2007.

** Elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da CVM, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e pela MP nº 449/2008.

(1) Análise Vertical % do total do Ativo.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de *(em milhões de R$)*							
Balanço Patrimonial	**2006***	**AV (1)**	**2007***	**AV (1)**	**2008***	**AV (1)**	**Var. 07/06**	**Var. 08/07**
Passivo Circulante	420,0	24,4%	1.207,3	27,9%	2.799,5	30,6%	187,5%	131,9%
Fornecedores	212,8	12,4%	335,4	7,7%	748,5	8,2%	57,6%	123,2%
Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	57,1	3,3%	71,5	1,7%	269,8	2,9%	25,2%	277,3%
Impostos, Taxas e Contribuições	18,4	1,1%	40,5	0,9%	274,5	3,0%	120,1%	577,8%
Empréstimos e Financiamentos	118,1	6,9%	428,1	9,9%	1.232,1	13,5%	262,5%	187,8%
Arrendamentos a Pagar	-	-	-	0,0%	62,6	0,7%	-	-
Título a Pagar	-	-	269,7	6,2%	11,7	0,1%	-	-95,7%
Juros Sobre Capital Próprio	-	-	32,1	0,7%	-	-	-	N/m
Outras Obrigações	13,6	0,8%	30,0	0,7%	200,3	2,2%	120,6%	567,7%
Passivo não Circulante	1.052,2	61,3%	1.817,7	42,0%	3.607,9	39,4%	72,7%	98,5%
Empréstimos e Financiamentos	929,0	54,1%	1.645,9	38,0%	3.081,4	33,7%	77,2%	87,2%
Arrendamentos a Pagar	-	-	-	-	142,1	1,6%	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições	70,5	4,1%	61,8	1,4%	78,7	0,9%	-12,3%	27,3%
Impostos Diferidos	52,7	3,1%	57,3	1,3%	109,0	1,2%	8,7%	90,2%
Provisões	-	-	48,1	1,1%	108,5	1,2%	-	125,5%
Outros Títulos a Pagar	-	-	4,6	0,1%	88,2	1,0%	-	1.817,4%
Participação dos Minoritários	22,4	1,3%	23,4	0,5%	17,9	0,2%	4,5%	-23,5%
Patrimônio Líquido	223,2	13,0%	1.282,3	29,6%	2.729,9	29,8%	474,5%	112,9%
Capital Social	140,0	8,1%	1.183,8	27,3%	2.559,7	28,0%	745,6%	116,2%
Gastos na Emissão de Ações	-	-	-	-	(34,1)	-0,4%	-	-
Reserva de Lucros	-	-	3,2	0,1%	155,1	1,7%	-	4.746,9%
Reserva Legal	-	-	3,2	0,1%	3,2	0,0%	-	-
Retenção de Lucros	-	-	-	-	164,9	1,8%	-	-
Ações em Tesouraria	-	-	-	-	(13,0)	-0,1%	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	49,2	0,5%	-	N/m
Lucro Líquido (Prejuízo) do Período	83,2	4,8%	95,3	2,2%	-	0,0%	14,5%	N/m
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**1.717,8**	**100,0%**	**4.330,7**	**100,0%**	**9.155,2**	**100,0%**	**152,1%**	**111,4%**

* De acordo com os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e normas da CVM, vigentes em 31 de dezembro de 2007.

** Elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da CVM, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e pela MP nº 449/2008.

(1) Análise Vertical % do total do Passivo.
N/m = não mensurável

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 e período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009

(em milhões de R$)

Balanço Patrimonial	**2008****	**AV (1)**	**2009****	**AV (1)**	**Var. 09/08**
Ativo circulante	4.370,4	47,7%	4.852,4	51,7%	11,0%
Disponibilidades	1.071,7	11,7%	1.277,1	13,6%	19,2%
Valores a receber de clientes nacionais	686,0	7,5%	662,2	7,1%	-3,5%
Valores a receber de clientes internacionais	315,9	3,5%	304,3	3,2%	-3,7%
Estoques de produtos e mercadorias	1.581,9	17,3%	1.672,7	17,8%	5,7%
Impostos a recuperar	689,4	7,5%	888,3	9,5%	28,9%
Despesas do exercício seguinte	25,2	0,3%	38,6	0,4%	53,2%
Outros valores a receber	0,3	0,0%	9,2	0,1%	2.966,7%
Ativo Não Circulante	4.784,8	52,3%	4.528,7	48,3%	-5,4%
Realizável a longo prazo	385,4	4,2%	342,1	3,6%	-11,2%
Aplicações financeiras	4,2	0,0%	1,8	0,0%	-57,1%
Depósitos compulsórios	23,4	0,3%	24,0	0,3%	2,6%
Títulos a receber	0,4	0,0%	1,5	0,0%	275,0%
Tributos diferidos	303,6	3,3%	221,2	2,4%	-27,1%
Tributos a recuperar	44,6	0,5%	60,1	0,6%	34,8%
Outros valores a receber	9,2	0,1%	33,5	0,4%	264,1%
Permanente	4.399,4	48,1%	4.186,6	44,6%	-4,8%
Investimentos	1,2	0,0%	1,2	0,0%	0,0%
Imobilizado	2.235,7	24,4%	2.282,8	24,3%	2,1%
Intangível	2.144,2	23,4%	1.890,6	20,2%	-11,8%
Diferido	18,3	0,2%	12,0	0,1%	-34,4%
Total do Ativo	**9.155,2**	**100,0%**	**9.381,1**	**100,0%**	**2,5%**

_____

** Elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da CVM, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e pela MP 449/2008.

(1) Análise Vertical % do total do Ativo.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 e período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009

(em milhões de R$)

Balanço Patrimonial	**2008****	**AV (1)**	**2009****	**AV (1)**	**Var. 09/08**
Passivo circulante	2.799,5	30,6%	2.465,6	26,3%	-11,9%
Fornecedores	748,5	8,2%	748,2	8,0%	0,0%
Pessoal, encargos e benefícios sociais	269,8	2,9%	208,1	2,2%	-22,9%
Impostos, taxas e contribuições	274,5	3,0%	146,0	1,6%	-46,8%
Empréstimos e financiamentos	1.232,1	13,5%	1.187,3	12,7%	-3,6%
Arrendamentos a Pagar	62,6	0,7%	58,9	0,6%	-5,9%
Título a pagar	11,7	0,1%	32,9	0,4%	181,2%
Outras obrigações	200,3	2,2%	84,2	0,9%	-58,0%
Passivo não circulante	3.607,9	39,4%	4.078,6	43,5%	13,0%
Empréstimos e financiamentos	3.081,4	33,6%	3.407,6	36,3%	10,6%
Arrendamentos a Pagar	142,1	1,6%	103,5	1,1%	-27,2%
Impostos, taxas e contribuições	78,7	0,9%	287,4	3,1%	265,2%
Impostos diferidos	109,0	1,2%	95,1	1,0%	-12,8%
Provisões	108,5	1,2%	48,1	0,5%	-55,7%
Outros Títulos a Pagar	88,2	1,0%	136,9	1,5%	55,2%
Participação dos minoritários	17,9	0,2%	15,2	0,2%	-15,1%
Patrimônio Líquido	2.729,9	29,8%	2.821,7	30,1%	3,4%
Capital social	2.559,7	28,0%	2.559,7	27,3%	0,0%
Gastos na Emissão de Ações	(34,1)	-0,4%	(34,1)	-0,4%	0,0%
Reserva de lucros	155,1	1,7%	157,1	1,7%	1,3%
Reserva legal	3,2	0,0%	3,2	-	0,0%
Retenção de lucros	164,9	1,8%	164,9	1,8%	0,0%
Ações em tesouraria	(13,0)	-0,1%	(11,0)	-0,1%	15,4%
Ajustes de avaliação patrimonial	49,2	0,5%	(428,4)	-4,6%	N/m
Lucro (Prejuízo) do Exercício/Período	-	0,0%	567,4	6,0%	N/m
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**9.155,2**	**100,0%**	**9.381,1**	**100,0%**	**2,5%**

** Elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da CVM, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e pela MP 449/2008.

(1) Análise Vertical % do total do Passivo.
N/m = não mensurável

Outros Dados Financeiros

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			Período de nove meses findo em 30 de setembro de	
	2006	**2007**	**2008**	**2008**	**2009**
	(Em milhões de R$, exceto se informado de outra forma)				
Lucro (prejuízo) líquido do exercício / período	64,3	85,0	(35,5)	38,7	567,4
Juros sobre capital próprio	(14,3)	(41,3)			
Imposto de renda e contribuição social	18,9	28,1	(211,9)	26,0	112,5
Resultado não operacional	-	2,0	-	0,8	-
Resultado financeiro líquido	161,7	257,0	961,1	284,9	(262,0)
Depreciação e amortização	18,3	47,0	159,8	78,0	194,4
Participações dos minoritários	(1,3)	2,4	10,8	9,3	7,2
EBITDA[(1)]	247,6	380,2	884,3	437,7	619,5
Margem EBITDA[(2)]	11,6%	11,4%	14,3%	11,5%	8,8%

(1) De acordo com o OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP nº 01/2007, item 1.9.7, a medição EBITDA ou Lajida é o lucro antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização (Ebitda – *earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*) . O EBITDA apresentado é utilizado por nós para medir o nosso desempenho econômico operacional. Conforme referido Ofício Circular, o EBITDA pode ser reconciliado com as demonstrações financeiras como segue: lucro (prejuízo) líquido antes de imposto de renda e contribuição social, resultado de participações não consolidadas, resultado financeiro líquido, resultado não operacional líquido, participação de acionistas não controladores, depreciação e amortização, sendo essa a reconciliação utilizada por nós para o cálculo do EBITDA. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. Outras empresas podem calcular EBITDA numa maneira diferente de nós. Nossa Companhia divulga seu EBITDA, pois o utiliza como métrica de desempenho e o considera uma medida útil por ser frequentemente utilizado por analistas de mercado de capitais, investidores e outras partes interessadas na avaliação de empresas em nosso mercado. Em razão de não serem consideradas, para o seu cálculo, as despesas e receitas com juros (financeiras), o imposto de renda e a contribuição social, e a depreciação e amortização, o EBITDA funciona como um indicador de nosso desempenho econômico geral, que não é afetado por flutuações nas taxas de juros, alterações da carga tributária do imposto de renda e da contribuição social ou dos níveis de depreciação e amortização. Consequentemente, acreditamos que o EBITDA funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, nosso desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Acreditamos que o EBITDA permite uma melhor compreensão não só sobre o nosso desempenho financeiro, como também sobre a nossa capacidade de cumprir com nossas obrigações passivas e de obter recursos para nossas despesas de capital e para nosso capital de giro. O EBITDA, no entanto, apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de nossa lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes de nossos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os nossos lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

(2) EBITDA dividido pela receita líquida operacional.

Demais Informações Financeiras e Operacionais

Determinados valores e porcentagens incluídos neste Prospecto foram arredondados, sendo que os totais apresentados em algumas tabelas podem não corresponder à soma aritmética dos números que os precedem.

As informações incluídas neste Prospecto relativas ao nosso setor de atividade, bem como as estimativas a respeito de participações de mercado, foram obtidas por meio de levantamentos internos, informações públicas e publicações sobre o setor. Foram incluídas informações de relatórios elaborados por fontes públicas oficiais, como o BACEN, o IBGE, entre outras. As informações que constam dessas publicações são extraídas de fontes consideradas confiáveis, mas não podemos garantir a exatidão e a integridade dessas informações. Os referidos levantamentos internos e estimativas não foram objeto de comprovação independente. Nós, os Coordenadores e os Agentes de Colocação Internacional não podemos garantir a exatidão dessas informações.

Firmamos em 14 de setembro de 2009 um compromisso irretratável e irrevogável de compra e venda para aquisição da totalidade do negócio brasileiro de proteínas animais (aves, suínos e industrializados) da Cargill Inc. e determinadas afiliadas da Cargill na Europa e na Ásia, incluindo a SEARA e marca SEARA, 8 unidades industriais no segmento de produtos processados de valor adicionado e industrializados de aves e suínos e um terminal portuário.

Este Prospecto não contém informações financeiras relativas à Seara e suas afiliadas internacionais. Não possuímos informações auditadas ou revisadas que nos permita apresentar neste Prospecto os efeitos que a Aquisição terá sobre os nossos negócios e sobre a nossa situação financeira e, consequentemente, não podemos preparar demonstrações financeiras consolidadas pro-forma para ilustrar tais efeitos. Contudo, acreditamos que uma vez concluída a Aquisição, nossa receita líquida e nossos ativos aumentarão significativamente e a nossa dívida líquida também poderá aumentar e que a Aquisição poderá afetar de modo significativo a nossa condição financeira, o nosso desempenho financeiro e os nossos negócios.

Tendo em vista que a aquisição da Seara e as demais empresas objeto da Aquisição ainda não foi concluída, solicitamos autorização para a Cargill Inc. para apresentação neste Prospecto das demonstrações financeiras auditadas da Seara para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, a qual foi negada.

Em observância às regras societárias brasileiras, as demonstrações financeiras auditadas da Seara para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 foram publicadas no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, na edição de 30 de abril de 2009 nas páginas 147 a 150 e estão disponíveis na rede mundial de computadores no seguinte endereço http://www.ioesc.sc.gov.br/diariooficial.htm, bem como no seguinte endereço http://www.mzweb.com.br/marfrig/web/arquivos/Marfrig_DF_Seara_20091104_pt.pdf. De acordo com tais demonstrações financeiras, a Seara apresentou uma receita operacional líquida consolidada de R$2.886,9 milhões e um prejuízo de R$72,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 e possuía, em 31 de dezembro de 2008, um ativo total consolidado de R$1.812,7 milhões.

Em relação às demonstrações financeiras da Seara, ressaltamos que: (i) não participamos do processo de elaboração de tais demonstrações financeiras e não as verificamos independentemente; (ii) as decisões administrativas e contábeis relativas a estas demonstrações foram tomadas por terceiros e não temos, portanto, como assegurar que essas demonstrações financeiras refletem apropriadamente a situação patrimonial e financeira da Seara em 31 de dezembro de 2008; (iii) além da Seara, a Aquisição contempla outras sociedades localizadas no exterior e, portanto, a análise das demonstrações financeiras da Seara não permite avaliar todos os negócios adquiridos no âmbito da Aquisição. No entanto acreditamos que a Seara representa a maior parte dos ativos adquiridos na Aquisição.

Finalmente, as informações que podem ser extraídas dessas demonstrações financeiras não devem ser utilizadas como indicativo de nossas futuras demonstrações financeiras consolidadas ou de nossos futuros resultados operacionais combinados com os da Seara.

SUMÁRIO DA COMPANHIA

Apresentamos a seguir um sumário de nossas atividades, informações financeiras, operacionais, pontos fortes e estratégias. Este sumário não contém todas as informações que o potencial investidor deve considerar antes de investir em nossas Ações. Antes de investir em nossas Ações, o potencial investidor deve ler cuidadosamente e atentamente todo este Prospecto Preliminar para um entendimento mais completo do nosso negócio e desta Oferta, incluindo nossas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, bem como as seções "Fatores de Risco" e "Discussão e Análise da Administração sobre a Situação Financeira e o Resultado das Operações", nas páginas 109 e 141 deste Prospecto.

A não ser que de outra forma indicado, as informações contidas neste sumário e neste Prospecto não incluem informações sobre a Seara e demais empresas objeto da Aquisição. As informações operacionais e de qualquer outra natureza referentes à Seara e às demais empresas objeto da Aquisição contidas neste Sumário e neste Prospecto são apresentadas exclusivamente para fins informativos e não devem ser utilizadas como indicativo de nossos futuros resultados operacionais. As informações apresentadas nesta seção referentes à Seara representam o nosso melhor conhecimento e a expectativa da nossa administração sobre as informações operacionais e financeiras da Seara e das demais empresas objeto da Aquisição. Entretanto, essas informações não foram independentemente verificadas por nós e, portanto, não se deve confiar nelas como sendo necessariamente indicativas da situação financeira ou dos negócios da Seara e das demais empresas objeto da Aquisição. A Aquisição ainda não foi concluída, estando sujeita à aprovação dos órgãos do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e aos órgãos competentes na União Europeia, que poderão impedir que a Aquisição seja consumada. Para maiores informações sobre os riscos envolvidos na Aquisição, vide a seção "Fatores de Risco – Riscos Relacionados ao Setor e aos Nossos Negócios", na página 111 deste Prospecto.

INTRODUÇÃO

Somos uma multinacional de origem brasileira dedicada à produção, industrialização e comercialização no mercado interno e externo de produtos alimentícios diversificados, com foco em derivados de proteína animal. De acordo com os relatórios anuais da SECEX e INAC, somos um dos maiores exportadores de carne bovina do Brasil e Uruguai, e acreditamos ser um dos maiores exportadores de carne bovina do mundo e fomos considerados em 2008, pela Fundação Dom Cabral, a empresa mais internacionalizada do agronegócio brasileiro. Atuamos há mais de duas décadas no setor alimentício e consolidamos um modelo de verticalização de nossos negócios através de um amplo e diversificado portfólio de proteínas e produtos e pela forte e crescente presença no segmento de processados, que acreditamos ser um dos principais vetores de crescimento de nossos negócios e expansão de margens nos próximos anos.

Construímos um modelo de negócios integrado e geograficamente diversificado, composto por bases de produção localizadas em lugares com vantagens competitivas importantes de custo e uma rede de distribuição com acesso aos principais mercados consumidores do mundo, em mais de 100 países. Estamos organizados estrategicamente em cinco divisões, com estruturas próprias e profissionalizadas: (i) Bovinos e *Food Service* - Brasil, (ii) Aves, Suínos e Industrializados - Brasil; (iii) Argentina; (iv) Uruguai e (v) Europa. Temos 84 plantas industriais e escritórios distribuídos em 13 países na América do Sul, América do Norte, Europa, Ásia e África e uma capacidade instalada diária de 30.150 cabeças de bovinos, 4.200 cabeças de suínos, 1.846.000 cabeças de frangos, 30.000 cabeças de perus, 9.400 cabeças de ovinos e capacidade de produção mensal de 48.215 toneladas de produtos industrializados, que constituem uma plataforma altamente capacitada para suportar nosso crescimento e capaz de mitigar os riscos típicos da indústria.

Desde nossa oferta pública inicial de ações realizada em 2007, realizamos nossa estratégia de crescimento expressivo e consistente de nossas operações, baseado em nosso modelo de negócios internacionalizados e diversificados. No período entre a nossa oferta pública inicial de ações e 31 de dezembro de 2008, nosso volume de produtos vendidos, em toneladas, cresceu 298,9%. Considerando desde 2005, passamos de 371.187 toneladas de produtos vendidos para 1.480.767 toneladas em 2008 com um crescimento anual composto (CAGR) de 58,6%. Nosso crescimento foi acompanhado de um aprimoramento de nossos processos internos, buscando melhor eficiência e um rígido controle de custos operacionais, o que acreditamos ter aumentado nossa rentabilidade.

DESENVOLVIMENTOS RECENTES

Seara

Firmamos em 14 de setembro de 2009 um compromisso irrevogável de compra e venda para aquisição da totalidade do negócio brasileiro de proteínas animais (aves, suínos e industrializados) da Cargill Inc. e determinadas afiliadas da Cargill na Europa e na Ásia, incluindo Seara e a marca SEARA, 8 unidades industriais no segmento de produtos processados de valor adicionado e industrializados de aves e suínos e um terminal portuário. Acreditamos que esta aquisição agregará uma capacidade instalada diária de, aproximadamente 6.200 cabeças de suíno e de 1.223.000 cabeças de frango, e capacidade de produção mensal de aproximadamente 16.400 toneladas de produtos industrializados, com o que consolidamos nossa estratégia de expansão pela adição de capacidade produtiva com potencial de sinergia com as nossas estruturas atuais na América do Sul e na Europa.

O acordo está avaliado inicialmente em US$ 706,2 milhões em moeda e US$ 193,8 milhões em assunção de endividamento, perfazendo um valor total de US$ 900 milhões. O valor a ser pago à vista poderá ser ajustado por conta de eventuais contingências e para refletir flutuações do capital de giro entre a 31 de maio de 2009 e a data de fechamento. Em outubro de 2009, em razão de determinadas contigências que identificamos no curso de nossa auditoria legal da Seara, acordamos com Cargill Inc. um ajuste de preço em favor da Marfrig de um valor entre US$ 13,0 milhões e US$ 14,0 milhões, dependendo da realização de acordo pela Cargill para o encerramento de determinados processos judiciais. Este ajuste é independente de potenciais outros ajustes relativos à posição de capital de giro da Seara, que ocorrerão anteriormente à transferência das ações da Seara e suas subsidiárias para nós, e que não foram calculados ainda. Esperamos que tanto o ajuste relativo à diligência legal da Seara, quanto o ajuste relativo à posição de capital de giro da Seara sejam realizados simultaneamente.

A conclusão da Aquisição está sujeita a verificação de determinadas condições e à aprovação dos órgãos do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e aos órgãos competentes na União Europeia, de modo que não podemos garantir se e quando a Aquisição será concluída.

Segundo dados da AC Nielsen, ABIPECS e ABEF, acreditamos que após essa aquisição seremos a segunda maior companhia brasileira no mercado de exportação de aves e suínos e uma das maiores no mercado interno desse segmento.

Pretendemos financiar parte da Aquisição com os recursos advindos desta Oferta. Para maiores informações, vide a seção "Destinação dos Recursos" na página 121 deste Prospecto. Adicionalmente, o Banco Bradesco S.A. emitiu carta fiança no valor de US$706,2 milhões, garantindo o pagamento da Aquisição.

Grupo Zenda

Firmamos em 19 de setembro de 2009 um contrato vinculante para aquisição inicial de 51% do Grupo Zenda por US$49,5 milhões sujeito a ajuste por contingências que serão verificadas após o processo de diligência legal e os restantes 49%, em parcelas semestrais pelo valor equivalente a 7

(sete) vezes o EBITDA anual médio entre 2010 e 2012, menos a dívida líquida, conforme definida no contrato vinculante para a aquisição do Grupo Zenda, multiplicada por 49%, mais a soma adicional, conforme definida no contrato vinculante para a aquisição do Grupo Zenda, iniciando-se o pagamento da primeira parcela no prazo de 12 (doze) meses contados da data do fechamento e a última decorridos 42 (quarenta e dois) meses da data do fechamento em data limite de até 31 de julho de 2013, e cuja atividade é a produção e comercialização de couros semi-terminados, acabados e cortados, fornecendo seus produtos para as indústrias automobilística e de aviação, além da indústria de tapeçaria. O Grupo Zenda tem a capacidade diária de produção de 7.000 couros acabados e cortados, possui sede no Uruguai e tem unidades comerciais na Argentina, México, Estados Unidos, Alemanha, África do Sul, Chile, Hong Kong e China.

Novos Arrendamentos

Firmamos em 18 de setembro e em 21 de setembro de 2009 contratos de arrendamento com opção de compra, respectivamente com os frigoríficos Margen S.A. e Mercosul S.A. para o arrendamento de 12 plantas frigoríficas localizadas nos estados brasileiros de Goiás, Pará, Rondônia, Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio Grande do Sul que, juntas, possuem capacidade de abate de 8,8 mil cabeças de gado/dia, além de 1,7 mil toneladas de produtos industrializados/mês.

Para maiores informações sobre nossos Desenvolvimentos Recentes, vide as seções: "Aquisição Seara", "Grupo Zenda" e "Novos Arrendamentos para produção de processados de carne bovina no Brasil – Eventos Subsequentes a 30 de setembro de 2009" nas páginas 193 e 195 deste Prospecto.

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

O quadro abaixo apresenta informações financeiras extraídas de nossas Demonstrações Consolidadas auditadas, nos períodos abaixo indicados. Estes dados financeiros não refletem as informações financeiras e operacionais da Seara, Grupo Zenda e/ou dos Arrendamentos recém contratados:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					Período de nove meses findo em 30 de setembro de		
	2006	2007	2008	Var.% 07/06	Var.% 08/07	2008	2009	Var.% 09/08
	(demonstrações auditadas/revisadas, em milhões de R$, exceto se informado de outra forma)							
Receita Operacional Líquida	**2.130,5**	**3.339,9**	**6.203,8**	**56,8%**	**85,8%**	**3.807,8**	**7.057.5**	**85,3%**
Mercados Locais	1.031,3	1.533,8	3.312,8	48,7%	116,0%	1.870,5	4.286,7	129,2%
Exportações [(1)]	1.099,2	1.806,1	2.891,0	64,3%	60,01%	1.937,3	2.770,8	43,0%
EBITDA[(2)]	247,6	380,2	884,3	53,6%	132,6%	437,7	619,5	41,5%
Margem EBITDA[(3)]	11,6%	11,4%	14,3%	-20b.p.	290b.p.	11,5%	8,8%	-270b.p.
Lucro/prejuízo Líquido[(4)]	**64,3**	**85,0**	**(35,5)**	**32,1%**	**n/a**	**38,7**	**567,4**	**1.366,1 %**
Caixa e Equivalentes de Caixa	291,7	1.049,8	1.071,7	259,9%	2,1%	1.172,2	1.277,1	8,9%
Endividamento a Curto Prazo	118,1	428,1	1.232,1	262,5%	187,8%	772,7	1.187,3	53,7%
Endividamento a Longo Prazo	929,0	1.645,9	3.081,4	77,2%	87,2%	2.525,3	3.407,6	34,9%

(1) Exportações entre empresas do grupo são canceladas no resultado consolidado e contabilizadas pela venda final no mercado local.

(2) De acordo com o OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP nº 01/2007, item 1.9.7, a medição EBITDA ou Lajida é o lucro antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização (Ebitda – *earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*) . O EBITDA apresentado é utilizado por nós para medir o nosso desempenho econômico operacional. Conforme referido Ofício Circular, o EBITDA pode ser reconciliado com as demonstrações financeiras como segue: lucro (prejuízo) líquido antes de imposto de renda e contribuição social, resultado de participações não consolidadas, resultado financeiro líquido, resultado não operacional líquido, participação de acionistas não controladores, depreciação e amortização, sendo essa a reconciliação utilizada por nós para o cálculo do EBITDA. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. Outras empresas podem calcular EBITDA numa maneira diferente de nós. Nossa Companhia divulga seu EBITDA, pois o utiliza como métrica de desempenho e o considera uma medida útil por ser frequentemente utilizado por analistas de mercado de capitais, investidores e outras partes interessadas na avaliação de empresas em nosso mercado. Em razão de não serem consideradas, para o seu cálculo, as despesas e receitas com juros (financeiras), o imposto de renda e a contribuição social, e a depreciação e amortização, o EBITDA funciona como um indicador de nosso desempenho econômico geral, que não é afetado por flutuações nas taxas de juros, alterações da carga tributária do imposto de renda e da contribuição social ou dos níveis de depreciação e amortização. Consequentemente, acreditamos que o EBITDA funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, nosso desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Acreditamos que o EBITDA permite uma melhor compreensão não só sobre o nosso desempenho financeiro, como também sobre a nossa capacidade de cumprir com nossas obrigações passivas e de obter recursos para nossas despesas de capital e para nosso capital de giro. O EBITDA, no entanto, apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de nossa lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes de nossos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os nossos lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

(3) EBITDA dividido pela receita operacional líquida.

(4) Lucro líquido excluídos os gastos com emissão de ações ou debêntures.

PORTFÓLIO DE PRODUTOS

Atualmente, nosso portfólio de produtos inclui a produção, industrialização e/ou comercialização de:

- Produtos industrializados e processados tais como frios, embutidos, defumados, hambúrgueres, almôndegas, kibes, pratos e lanches prontos, empanados e massas, entre outros;

- Cortes especiais, porcionados e tradicionais *in natura* derivados de carnes bovina, suína, de aves e de cordeiro;

- Carnes bovinas processadas e industrializadas tais como carne cozida congelada, carnes enlatadas e carnes desidratadas (*beef jerky*);

- Carnes de frango processadas e industrializadas tais como empanados de frango, pratos prontos, pratos congelados e resfriados, entre outros;

- Peixes nobres tais como abadejo, merluza, salmão e pescadas;

- Batatas pré-cozidas, legumes e hortaliças congeladas, provenientes dos principais centros produtores da América do Sul;

- Couros *wet-blue* e semi-acabados, acabados e cortados para as indústrias automobilística, aeronáutica e de tapeçaria; e

- Produtos de limpeza.

INFORMAÇÕES OPERACIONAIS

O quadro abaixo apresenta nossas informações operacionais nas datas indicadas:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					Período de nove meses findo em 30 de Setembro de		
	2006	2007	2008	Var.% 07/06	Var.% 08/07	2008	2009	Var.% 09/08
Bovinos(1)	12.550	21.100	21.100	68,1%	0,0%	21.100	30.150	42,9%
Aves(1)	0	0	1.726.000	N/m	N/m	780.000	1.846.000	136,7%
Suínos(1)	0	4.200	4.200	N/m	0,0%	4.200	4.200	0,0%
Ovinos(1)	0	8.400	9.400	N/m	11,9%	8.400	9.400	11,9%
Industrializados(2)	2.970	12.350	49.100	315,8%	297,6%	22.771	48.215	111,7%

(1) Capacidade medida em cabeças/dia.
(2) Capacidade medida em toneladas/mês.
N/m = não mensurável.

PONTOS FORTES

Acreditamos estar em posição privilegiada para continuar a expansão de nossa base atual de clientes, aproveitar as oportunidades de negócio no segmento de alimentos industrializados e processados, de cortes nobres e no segmento de *food service* e continuar a criar valor para os acionistas devido a nossa capacidade comprovada de crescimento orgânico e histórico de aquisições de qualidade, consubstanciados pelo aumento de mais de 15 vezes em nossa capacidade de produção de industrializados entre os anos de 2006 e 2008. Adicionalmente acreditamos ter os seguintes pontos fortes:

Capacidade de crescimento orgânico. Nossas plantas foram todas arrendadas, adquiridas ou construídas nos últimos nove anos e foram projetadas ou estão sendo modernizadas para produzir uma ampla variedade de produtos de carne bovina, suína, ovina e de aves, incluindo produtos de alto valor agregado, como cortes nobres, carne bovina cozida congelada, carne suína defumada, embutida e salgada. Nossas modernas instalações nos dão amplo acesso a clientes, como redes mundiais de supermercados, que exigem os mais altos padrões de qualidade de seus fornecedores. Acreditamos que a capacidade de produção de nossa plataforma de bovinos, aves e suínos poderá ser aumentada de forma relevante com investimentos nas plantas atuais.

Comprovada capacidade de selecionar, adquirir e integrar com sucesso novas empresas. Temos um histórico de sucesso na integração e aquisição de companhias no Brasil e no Exterior, conduzindo tais processos de maneira rápida, bem sucedida e captando sinergias. Nos três últimos anos, adquirimos e integramos, com sucesso, 36 negócios com elevado potencial de crescimento, entre sociedades, ativos e marcas em diversos segmentos de

nosso setor. Desta forma, acreditamos possuir a experiência necessária para identificar, adquirir e integrar oportunidades de novos negócios e nos beneficiando das sinergias decorrentes de cada nova aquisição. Isso permite aliar crescimento com captura de sinergias operacionais, gerando uma rentabilidade consistente e crescente à medida que mais marcas e produtos são incluídos em nosso portfólio.

Plataforma global e diversificada. Temos uma plataforma global presente em 5 continentes, com 84 plantas e escritórios na América do Sul, América do Norte, Asia, Africa e Europa e um sistema de distribuição que nos permite acesso a mais de 100 países. Em virtude da localização estratégica de nossas plantas no Brasil, Argentina e Uruguai, nos beneficiamos dos baixos custos de produção devido à grande disponibilidade de terras e da tradição na criação de animais para abate nestas regiões, o que resulta em preços competitivos e maior volume de exportações. Acreditamos que, isto, combinado com a venda de produtos de alto valor agregado, em sua maioria processados e industrializados, em mercados consumidores com alto poder aquisitivo, como Europa e os Estados Unidos, nos possibilita gerar margens de rentabilidade mais elevadas. Nosso volume de exportações e de vendas em mercados locais nos permitem manter a escala necessária à condução e expansão de nossos negócios em mercados competitivos. Adicionalmente, nosso portfólio diversificado de produtos nos permite oferecer uma grande variedade de produtos, o que acreditamos resultar em uma maior fidelização de nossos clientes. Finalmente, acreditamos que nossa estratégica de diversificação geográfica e de portfólio de produtos se traduz em uma proteção adicional contra riscos de nossa indústria.

Sólida reputação e marcas bem posicionadas. Acreditamos possuir um conjunto de marcas regionalmente fortes e que são reconhecidas como símbolos de ótima qualidade e consistência em produtos alimentícios como Bassi, Mabella, DaGranja, Pena Branca e Palatare. Entre as principais marcas brasileiras para exportação temos a GJ, de carne bovina, DaGranja Exports e PenaSul em frango e Westphalen em suínos. Possuímos ainda outras marcas de prestígio, incluindo a Paty - líder do mercado argentino de hambúrgueres - e Aberdeen Angus, símbolo de carne de qualidade na Argentina, Mirab, importante marca no mercado argentino de *meat snacks* tais como *beef jerky* e que exporta para diversos países, incluindo Estados Unidos, Japão e Reino Unido. No Uruguai, temos a Tacuarembó, Viva, Paty e Bernina. Na Europa, temos o Grupo Moy Park e nos Estados Unidos a Pemmican, importante marca de *meat snacks* no país. Após a conclusão da Aquisição, passaremos a deter a marca SEARA, que acreditamos possuir uma sólida reputação nos mercados brasileiro e internacional. Acreditamos que nossa sólida reputação e o reconhecimento de nossas marcas nos permite construir relacionamentos de longo prazo com nossos clientes.

Crescimento sustentado e forte comprometimento com preservação ambiental. Temos uma intensa preocupação em promover nosso crescimento de forma sustentada, razão pela qual nos filiamos ao *Task Force for Sustainable Ranching*, uma iniciativa do Banco Mundial e da IFC para a promoção da sustentabilidade ambiental através da cadeia de produção de gado. Comprometemo-nos a manter parcerias com governos estaduais para o desenvolvimento do Programa de Certificação de Origem Animal e nos comprometemos a não criar ou adquirir gado de áreas listadas pelo IBAMA e demais agências de controle como zonas de risco ambiental, regiões de desmatamento, ou mesmo na floresta amazônica ou ainda lugares em que haja indícios de trabalho escravo.

Administração experiente e empreendedora. Nossa equipe de administração tem grande experiência no setor de alimentos, cujo somatório de experiências no mercado contabiliza mais de 150 anos que se reflete na grande capacidade de explorar oportunidades nos segmentos em que atuamos e em ajustar nossos planos de negócio às demandas do setor, que possibilitaram a

geração de valor para nossos acionistas ao longo de toda a nossa existência. Nossa administração atual tem sido responsável pelo crescimento de nossas vendas, otimização de nossas operações, integração de nossas recentes aquisições com sucesso e nosso planejamento estratégico dos últimos anos. Temos administradores locais com relevante experiência no setor em cada uma de nossas operações internacionais. Nosso fundador e atual Diretor Presidente, Marcos Molina, tem mais de 20 anos de experiência no mercado de alimentos.

ESTRATÉGIA

Temos como metas aumentar nossa internacionalização, nossa participação nos mercados em que atuamos e de nossas exportações, assim como continuar focando em produtos de maior valor agregado, aumentando nossas margens e lucratividade. Para isso colocamos em prática os seguintes objetivos estratégicos a serem alcançados:

Investir no crescimento orgânico. Pretendemos continuar investindo no aumento de capacidade de nossas plantas de aves e suínos e industrializados, de forma a manter a receita nesses segmentos balanceada com a receita proveniente de produtos de origem bovina, bem como em nosso sistema de distribuição e logística. Nosso parque industrial atual nos permite o aumento relevante de nossa capacidade de produção sem necessidade de grandes investimentos. Adicionalmente, pretendemos realizar investimentos nos segmentos de distribuição e logística.

Continuar buscando oportunidades de investimentos e aquisições. A indústria de carne bovina na América do Sul, em especial no Brasil, Argentina e Uruguai é fragmentada e muitos de nossos concorrentes na América do Sul não possuem escala ou estrutura de capital adequada. Acreditamos que o movimento de consolidação da indústria de alimentos baseados em proteínas animais, ocorrido na América do Norte, Europa e nos demais países desenvolvidos, continuará a ocorrer também na América do Sul. Aproveitando nossa experiência na execução de aquisições e integração de empresas adquiridas, monitoramos continuamente o mercado buscando oportunidades de aquisição e de parcerias estratégicas em toda a cadeia de produção, que nos ofereçam novos mercados e/ou adicionem novos produtos e nos ofereçam ganhos de escala e captura de sinergias operacionais.

Expandir o foco em produtos de alto valor agregado. Pretendemos continuar aumentando nossa gama de produtos industrializados processados e cortes in natura especiais, tais como frios, embutidos, pratos congelados, enlatados, hambúrgueres, massas, cortes de carne especiais, entre outros. Esses são produtos de alto valor agregado quando comparados com a carne in natura e, portanto, geralmente capazes de colaborar para o incremento de nossas margens contábeis.

Capitalizar e desenvolver nossas marcas. Pretendemos conquistar nos mercados em que atuamos posicionamentos semelhantes aos que possuímos na Argentina, onde temos a marca Paty, líder no mercado de hambúrgueres e referência da categoria, a marca Moy Park no Reino Unido e agora a marca SEARA, sujeita à consumação da Aquisição, nos mercados brasileiro e internacional, todas reconhecidas por possuírem produtos de altíssima qualidade. Nosso portfólio de marcas, seja no Brasil ou no exterior, está sendo analisado de forma a termos uma arquitetura de marcas que agregue valor para a empresa, em que o consumidor as reconheça como sinônimos de qualidade superior e confiança, o que nos permitirá praticar uma política de preços ainda mais diferenciada.

Maximizar nossa plataforma global e nossos relacionamentos comerciais. Pretendemos expandir nossa participação no mercado nacional e internacional buscando novas oportunidades por região e divisão de negócios, explorando mercados ainda não atendidos e desenvolvendo e consolidando os mercados em que já atuamos. Alguns produtos que compõem nosso portfólio

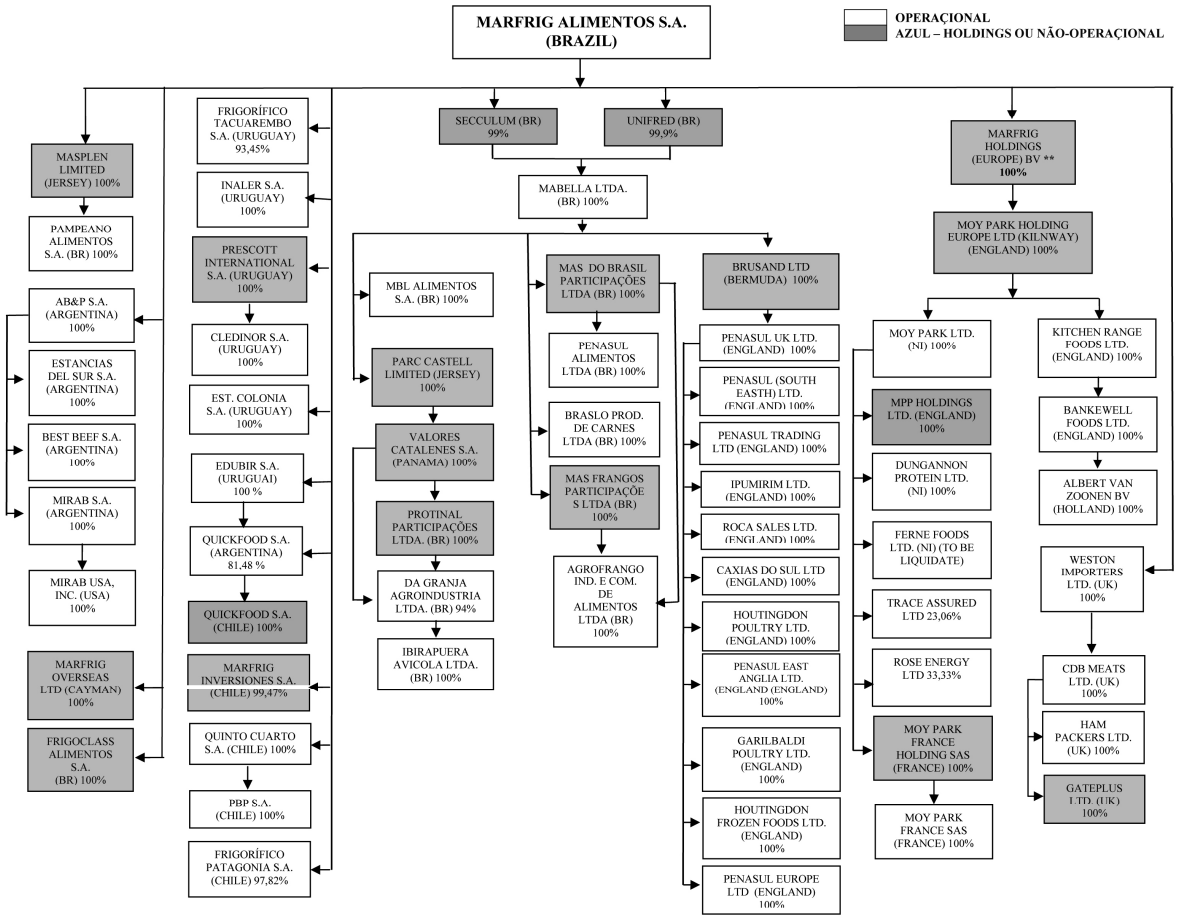
ainda não são distribuídos em todos os mais de 100 países que atendemos, o que se traduz em novas oportunidades para crescimento. Ao mesmo tempo, continuaremos a investir na ampliação e consolidação da nossa posição nos mercados domésticos em que atuamos. Nos demais países em que temos operações na América do Sul, Europa e Estados Unidos, buscamos firmar novas parcerias e aumentar nossa base de clientes. Em 30 de setembro de 2009 possuímos mais de 45 mil clientes cadastrados em nossa carteira e pretendemos trabalhar continuamente para aumentar esse número.

Expandir nossas atividades de food service. Pretendemos aumentar a venda direta dos nossos produtos para restaurantes, supermercados, cozinhas industriais, boutiques de carne e redes de *fast food,* pois estas vendas se traduzem em melhores margens. Buscamos constantemente ampliar o número de produtos que oferecemos no nosso segmento de *food service* e maximizar nossa rede de distribuição existente, a fim de atender nossos clientes do ramo de serviços de alimentação com uma opção de fornecimento integrada que lhes ofereça uma gama completa de produtos alimentícios para suas operações diárias.

Agregar valor em couros semi-acabados, acabados e terminados. Pretendemos aumentar a venda desses produtos nos mercados da Europa, América do Norte, Ásia, África e no Mercosul, agregando valor ao couro e consequentemente ao valor total obtido pelo abate de bovinos, atendendo nossos clientes nas indústrias automotiva, aeronáutica e de tapeçaria e produtos afins. A aquisição recente, ainda pendente de conclusão, do Grupo Zenda é parte fundamental desta estratégia.

ESTRUTURA SOCIETÁRIA

O organograma abaixo reflete nossa estrutura societária, em 30 de setembro de 2009. Para maiores informações, veja a seção "Atividades da Companhia – Principais Acionistas", na página 276 deste Prospecto.



Nossa sede social situa-se na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n° 1912 – cj. 7B. Nosso número de telefone e fac-símile é +55 (11) 3093-4700. Nosso site é www.marfrig.com.br. As informações contidas em nossa página na rede mundial de computadores não são partes integrantes deste Prospecto.

APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÕES RELATIVAS A AQUISIÇÃO DAS OPERAÇÕES DA SEARA ALIMENTOS S.A. E OUTRAS OPERAÇÕES NESTE PROSPECTO

BREVE SUMÁRIO DA AQUISIÇÃO DA SEARA

Em 14 de setembro de 2009, firmamos um compromisso irrevogável de compra e venda para aquisição da totalidade do negócio brasileiro de proteínas animais (aves, suínos e industrializados) da Cargill, Inc., representado pela Seara Alimentos S.A. (atualmente denominada Cargill Alimentos S.A., "Seara") e por afiliadas na Europa e na Ásia, incluindo a Seara e a marca SEARA no Brasil e no Exterior. Na mesma data informamos aos nossos acionistas e ao mercado em geral sobre os detalhes da Aquisição mediante divulgação de Fato Relevante nos termos da Instrução CVM 358.

Os negócios que constituem a Aquisição são os seguintes: (i) 8 (oito) unidades industriais de aves com a capacidade de abate de 1,2 milhão de aves/dia e 2 (duas) unidades industriais de suínos com a capacidade de 6.200 cabeças/dia; (ii) 3 (três) plantas de industrializados e processados de valor adicionado com a capacidade de produção de aproximadamente 16.400 toneladas/mês; (iii) terminal portuário privativo para cargas frigoríficas e cargas secas (Braskarne) em Itajai (SC); (iv) a marca "SEARA" e demais marcas operadas neste segmento; (vi) operações de distribuição e comercialização no exterior, localizadas no Reino Unido, Japão e Singapura, detentoras de quotas de exportação/importação a partir do Brasil para diversos países; (vii) 9 (nove) fábricas de ração localizadas em SC, PR, SP e MS; e (viii) 6 (seis) granjas de matrizes de aves em SC, PR, SP e MS com cerca de 3.000 produtores integrados de aves e suínos.

O acordo está avaliado inicialmente em US$ 706,2 milhões em moeda e US$ 193,8 milhões em assunção de endividamento, perfazendo um valor total de US$ 900 milhões. Estes valores poderão sofrer ajustes durante o processo de diligência por conta de contingências e por conta de ajustes no capital de giro da Companhia. Em outubro de 2009 foi concluído o procedimento de auditoria legal da Seara. Como resultado deste procedimento, ficou acordado que haverá um ajuste de preço em favor da Marfrig de um valor entre US$ 13,0 milhões e US$ 14,0 milhões, dependendo da realização de acordo pela Cargill para o encerramento de determinados processos judiciais. Este ajuste é independente de potenciais outros ajustes relativos à posição de capital de giro da Seara, que ocorrerão anteriormente à transferência das ações da Seara e suas subsidiárias para a Companhia, e que não foram calculados ainda. Esperamos que tanto o ajuste relativo à diligência legal da Seara, quanto o ajuste relativo à posição de capital de giro da Seara sejam realizados simultaneamente.

Espera-se que a Aquisição seja concluída e as ações transferidas à Marfrig no quarto trimestre de 2009. A Aquisição da Seara será parcialmente financiada com 75% dos recursos líquidos obtidos com esta Oferta e foi garantida pelo Banco Bradesco S.A. O processo de due diligence ainda não foi concluído.

A Aquisição só terá efeitos jurídicos e contábeis após (i) o adimplemento de determinadas condições precedentes, inclusive a aprovação de órgãos de defesa da concorrência na Comunidade Européia, (ii) o pagamento do preço de aquisição, devidamente ajustado de acordo com as condições indicadas acima, e (iii) a transferência das ações da Seara para nós.

OUTRAS TRANSAÇÕES RECENTES

Adicionalmente, em 21 de setembro de 2009 a Marfrig firmou um compromisso vinculante para (i) a associação e aquisição inicial de 51% do Grupo Zenda, cuja atividade é a industrialização e comercialização de couros semi-acabados e cortados, pelo valor de USD 49,5 milhões, a ser ajustado após a conclusão do procedimento de *due diligence*; e (ii) arrendamento de determinadas

plantas industriais dos Frigoríficos Margen e do Mercosul. Ressaltamos, outrossim, que estas operações não apresentam em relação à Companhia a mesma relevância da Aquisição da Seara.

APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS DA SEARA

A Aquisição da Seara é uma operação que ainda não foi concluída. Desta forma, até que a transferência das ações da Seara seja concluída, o legítimo titular das informações relativas à Seara e seus negócios, bem como dos lucros e perdas relativas à Seara e a suas afiliadas no exterior, é a empresa norte-americana, Cargill, Inc. e não a Marfrig. Desta forma, a inclusão de informações relativas à Seara neste Prospecto depende de autorização da Cargill Inc.. Solicitamos autorização para a Cargill Inc. para apresentação neste Prospecto das demonstrações financeiras auditadas da Seara para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008. No entanto, a Cargill, Inc., não autorizou a inclusão das demonstrações e informações financeiras da Seara neste Prospecto.

Assim, este Prospecto não apresenta informações financeiras relativas à Seara e suas afiliadas internacionais. Não possuímos informações auditadas ou revisadas que nos permita apresentar neste Prospecto os efeitos que a Aquisição terá sobre os nossos negócios e sobre a nossa situação financeira e, consequentemente, não podemos preparar demonstrações financeiras consolidadas pro-forma para ilustrar tais efeitos. Contudo, acreditamos que uma vez concluída a Aquisição, nossa receita líquida e nossos ativos aumentarão significativamente e a nossa dívida líquida também poderá aumentar e que a Aquisição poderá afetar de modo significativo a nossa condição financeira, o nosso desempenho financeiro e os nossos negócios.

Em observância às regras societárias brasileiras, as demonstrações financeiras auditadas da Seara para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 foram publicadas no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, na edição de 30 de abril de 2009 nas páginas 147 a 150 e estão disponíveis na rede mundial de computadores no seguinte endereço http://www.ioesc.sc.gov.br/diariooficial.htm, bem como no seguinte endereço http://www.mzweb.com.br/marfrig/web/arquivos/Marfrig_DF_Seara_20091104_pt.pdf. De acordo com tais demonstrações financeiras, a Seara apresentou uma receita operacional líquida consolidada de R$2.886,9 milhões e um prejuízo de R$72,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 e possuía, em 31 de dezembro de 2008, um ativo total consolidado de R$1.812,7 milhões.

Em relação às demonstrações financeiras da Seara, ressaltamos que: (i) não participamos do processo de elaboração de tais demonstrações financeiras e não as verificamos independentemente; (ii) as decisões administrativas e contábeis relativas a estas demonstrações foram tomadas por terceiros e não temos, portanto, como assegurar que essas demonstrações financeiras refletem apropriadamente a situação patrimonial e financeira da Seara em 31 de dezembro de 2008; (iii) além da Seara, a Aquisição contempla outras sociedades localizadas no exterior e, portanto, a análise das demonstrações financeiras da Seara não permite avaliar todos os negócios adquiridos no âmbito da Aquisição. No entanto acreditamos que a Seara representa a maior parte dos ativos adquiridos na Aquisição.

Finalmente, as informações que podem ser extraídas dessas demonstrações financeiras não devem ser utilizadas como indicativo de nossas futuras demonstrações financeiras consolidadas ou de nossos futuros resultados operacionais combinados com os da Seara.

APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÕES OPERACIONAIS DA SEARA

A despeito da ausência de informações financeiras relativas à Seara neste Prospecto, foram incluídas informações operacionais que permitem ao investidor formar a sua decisão de investimento na Oferta. Dentre tais informações destacamos as seguintes: (i) os termos contratuais

da Aquisição e seu financiamento, inclusive no que tange aos ajustes de preço em relação a contingências e capital de giro; (ii) fatores de risco que alertam aos investidores de forma clara os riscos envolvidos na Aquisição, inclusive no que tange a potencial existência de contingências não contabilizadas, a existência de informações auditadas ou revisadas somente em relação a Seara Brasil (com exclusão dos ativos no exterior) e que não foram verificadas por nós em nenhum sentido, e os riscos relativos ao potencial aumento do nosso endividamento e (iii) informações públicas em relação a Seara, sua capacidade de abate e produção, quantidade de unidades industriais e funcionários, dentre outras, que permitem a mensuração de sua capacidade operacional e produção.

Maiores informações sobre a Seara e sua capacidade operacional podem ser obtidas nos seguintes endereços da rede mundial de computadores: www.seara.com.br., http://www.abipecs.org.br/relatorios.html e http://www.abef.com.br/Relatorios_Anuais.php

SUMÁRIO DA OFERTA

Companhia	Marfrig Alimentos S.A.
Coordenador Líder e Coordenador Global	Banco Bradesco BBI S.A.
Coordenadores	Coordenador Líder, o BB Banco de Investimento S.A., o Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A., Banco Itaú BBA S.A. e o Banco Santander (Brasil) S.A.
Instituições Participantes da Oferta	Os Coordenadores e as Instituições Consorciadas, considerados em conjunto.
Agentes de Colocação Internacional	Bradesco Securities Inc., Banco do Brasil Securities LLC, BB Securities Limited, Credit Suisse Securities (USA) LLC, Itaú USA Securities Inc. e Santander Investment Securities Inc.
Oferta	Oferta pública de distribuição primária das Ações, no Brasil, em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução CVM 400 e da Instrução CVM 471, do Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários ("Código ANBID") e o Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para Atividades Conveniadas ("Código ANBID Atividades Conveniadas" e, em conjunto com o Código ANBID, ("Códigos ANBID") e demais disposições legais aplicáveis, com esforços de colocação no exterior para Investidores Institucionais Estrangeiros.
Ações	60.800.000 ações ordinárias de nossa emissão, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, objeto da Oferta.
Ações do Lote Suplementar	Até 9.120.000 ações ordinárias de nossa emissão, equivalentes a até 15% das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais), que, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, conforme a Opção de Lote Suplementar, poderão ser acrescidas à Oferta, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas. Salvo se disposto de maneira diversa, as referências às Ações serão também referência às Ações do Lote Suplementar.
Ações Adicionais	Até 12.160.000 ações ordinárias de nossa emissão, equivalentes a até 20% das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), que, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data de publicação do Anúncio de Início, exclusive, poderão, a nosso critério, em comum acordo com os Coordenadores, ser acrescidas à Oferta, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas. Salvo se disposto de maneira diversa, as referências às Ações serão também referência às Ações Adicionais.

Público Alvo da Oferta	(i) acionistas, no âmbito da Oferta Prioritária, observado que, tendo em vista as leis de valores mobiliários dos Estados Unidos da América, a Oferta Prioritária será estendida exclusivamente aos acionistas residentes e domiciliados ou com sede no exterior que sejam considerados Investidores Institucionais Estrangeiros; (ii) Investidores Não Institucionais, no âmbito da Oferta de Varejo; e (iii) Investidores Institucionais, no âmbito da Oferta Institucional.
Oferta Prioritária	A totalidade das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar e as Ações Adicionais), será destinada prioritariamente à colocação pública aos acionistas, nos termos do artigo 21 da Instrução CVM 400, de acordo com procedimento indicado em "Informações Sobre a Oferta – Oferta Prioritária" iniciado na página 76 deste Prospecto. Antes de apresentarem seus Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária, os acionistas que não sejam residentes e domiciliados ou com sede no Brasil deverão se certificar que não existem restrições legais ou regulamentares em suas respectivas jurisdições que impeçam ou restrinjam sua participação na Oferta Prioritária; adicionalmente, tendo em vista as leis de valores mobiliários dos Estados Unidos da América, a Oferta Prioritária será estendida exclusivamente aos acionistas residentes e domiciliados ou com sede no exterior que sejam considerados Investidores Institucionais Estrangeiros.
Período de Reserva da Oferta Prioritária	Será concedido aos acionistas o prazo para a realização do Pedido de Reserva da Oferta Prioritária no dia 06 de novembro de 2009.
Oferta de Varejo	Após o atendimento da Oferta Prioritária, no contexto da Oferta de Varejo, e desde que haja Ações remanescentes suficientes para tanto, o montante de 10% das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar e as Ações Adicionais), considerando, nesse montante, as Ações ofertadas para os acionistas que se enquadrem na classificação de Investidor Não Institucional no âmbito da Oferta Prioritária, será destinado à colocação pública para Investidores Não Institucionais que realizem investimentos em montante entre o valor mínimo de investimento de R$3.000,00 e o valor máximo de R$300.000,00, e que realizem Pedido de Reserva da Oferta de Varejo, conforme previsto pelo item 7.1 (ii) do Regulamento do Novo Mercado, de acordo com as condições ali previstas e o procedimento indicado em "Informações Sobre a Oferta – Oferta de Varejo" iniciada na página 79 deste Prospecto.
Período de Reserva da Oferta de Varejo	Será concedido aos Investidores Não Institucionais o prazo entre 09 de novembro de 2009 e 10 de novembro de 2009, inclusive, para a realização do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo.
Oferta Institucional	As Ações que não tiverem sido alocadas na Oferta Prioritária e as Ações destinadas à Oferta de Varejo que não tiverem sido alocadas na Oferta de Varejo serão destinadas à Oferta Institucional, juntamente com as demais Ações, de acordo com o procedimento indicado em "Informações Sobre a Oferta – Oferta Institucional" iniciada na página 83 deste Prospecto.

Investidores Institucionais que Sejam Pessoas Vinculadas	No âmbito da Oferta Institucional, poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Ação, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite de 15% das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar e as Ações Adicionais). Caso seja verificado excesso de demanda superior a um terço das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar e as Ações Adicionais), será vedada a colocação de Ações aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta Institucional. Os investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para proteção (hedge) de operações com derivativos e operações de *total return swap* não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins da Oferta. *A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de Bookbuilding poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de nossa emissão no mercado secundário.* São consideradas pessoas vinculadas à Oferta os Investidores Institucionais e Investidores Não Institucionais que sejam (i) controladores ou administradores das Instituições Participantes da Oferta ou dos Agentes de Colocação Internacional, (ii) controladores ou administradores da Companhia. (iii) outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como (iv) os cônjuges ou companheiros, ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau das pessoas referidas nos itens (i), (ii) e (iii) acima. Para informações adicionais, ver seção "Fatores de Risco" iniciada na página 109 deste Prospecto.
Preço por Ação	O Preço por Ação será fixado após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding.*
Valor Total da Oferta	R$1.276.800.000,00 (com base na cotação das ações ordinárias de nossa emissão na BM&FBOVESPA em 23 de outubro de 2009 e sem considerar as Ações do Lote Suplementar e as Ações Adicionais).
Destinação dos Recursos	Pretendemos utilizar os R$1.238.496.000,00 de recursos líquidos provenientes da Oferta da seguinte forma: 75% (R$928.872.000,00) na aquisição da Seara e suas afiliadas no exterior, 15% (R$185.774.400,00) na expansão orgânica em produtos processados e, 10% (R$123.849.600,00) no equilíbrio de nossa estrutura de capital, conforme detalhado na seção "Destinação dos Recursos", na página 121 deste Prospecto.
Data de Liquidação	A liquidação física e financeira das Ações ocorrerá até o último dia do Período de Colocação.
Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar	A liquidação física e financeira das Ações do Lote Suplementar ocorrerá em até três dias úteis contados da respectiva data de exercício da Opção de Lote Suplementar, mas não antes da data de publicação do Anúncio de Início.

Garantia Firme de Liquidação

Após a publicação do Aviso ao Mercado, a disponibilização do Prospecto Preliminar, o encerramento do Período de Reserva da Oferta Prioritária, do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo, a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, a concessão do registro da Oferta pela CVM, a publicação do Anúncio de Início e a disponibilização do Prospecto Definitivo, os Coordenadores realizarão a colocação da totalidade das Ações, em regime de garantia firme de liquidação, de forma individual e não solidária, de acordo com os limites individuais indicados no Contrato de Distribuição, observado o disposto no Contrato de Distribuição.

Se, ao final do Período de Colocação, as Ações não tiverem sido totalmente liquidadas, cada um dos Coordenadores, de forma individual e não solidária, subscreverá, no último dia do Período de Colocação, pelo Preço por Ação, na proporção e até o limite individual de cada um dos Coordenadores, conforme percentuais indicados no Contrato de Distribuição, a totalidade do respectivo saldo resultante da diferença entre (i) a quantidade de Ações indicada no Contrato de Distribuição; e (ii) a quantidade de Ações efetivamente liquidada pelos investidores que as subscreveram.

A proporção prevista acima poderá ser realocada de comum acordo entre os Coordenadores.

A garantia firme de liquidação acima descrita é vinculante a partir do momento em que for concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, celebrado o Contrato de Distribuição e publicado o Anúncio de Início.

Direitos, Vantagens e Restrições das Ações

As Ações conferirão aos seus titulares os direitos e as vantagens e estarão sujeitas às restrições decorrentes da Lei das Sociedades por Ações, do Regulamento de Novo Mercado e do Estatuto Social da Companhia, dentre os quais: (i) direito de voto nas assembleias gerais da Companhia, sendo que cada Ação corresponderá a um voto; (ii) direito ao dividendo obrigatório, em cada exercício social, equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; (iii) direito de alienação das Ações nas mesmas condições asseguradas ao acionista controlador alienante, em caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso, do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas (*tag along* de 100% (cem por cento) do preço); (iv) direito de alienação de suas Ações em oferta pública de aquisição de ações a ser realizada pelo acionista controlador ou pela Companhia, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta e somente pelo acionista controlador em caso de cancelamento de listagem no Novo Mercado, no mínimo, pelo seu respectivo valor econômico apurado mediante elaboração de laudo de avaliação por empresa especializada e independente, com experiência comprovada e escolhida pela assembléia de acionistas titulares de Ações em circulação a partir de lista tríplice apresentada pelo Conselho de

Administração, sendo que os custos de elaboração de referido laudo deverão ser integralmente suportados pelo ofertante; (v) direito ao recebimento integral de dividendos e demais proventos de qualquer natureza que a Companhia vier a declarar a partir da Data de Liquidação (conforme definido abaixo); e (vi) todos os demais direitos assegurados às Ações, nos termos previstos no Regulamento do Novo Mercado, no Estatuto Social da Companhia e na Lei das Sociedades por Ações.

Restrições a Negociação com Valores Mobiliários de Nossa Emissão (*Lock-up*)

Pelo prazo de 90 dias contados da data do Prospecto Definitivo, nós, nossos Acionistas Controladores e nossos Administradores, exceto mediante prévio consentimento por escrito dos Coordenadores e dos Agentes de Colocação Internacional e observadas as exceções mencionadas abaixo, estaremos obrigados a não (i) emitir, ofertar, alienar, contratar a venda, onerar, emprestar, conceder qualquer opção de compra, realizar venda a descoberto ou de qualquer outra forma dispor ou outorgar direito ou protocolar ou fazer com que seja protocolado um pedido de registro nos termos do *Securities Act* ou da legislação brasileira, em qualquer caso com relação às ações ordinárias de nossa emissão ou a qualquer opção ou bônus de subscrição de ações ordinárias de nossa emissão ou outros valores mobiliários conversíveis, permutáveis ou que representem direito de receber ações ordinárias de nossa emissão; ou (ii) realizar qualquer operação de derivativos ou outra operação que transfira a terceiro, no todo ou em parte, qualquer das consequências econômicas da titularidade de ações ordinárias de nossa emissão ou quaisquer valores mobiliários conversíveis, exercíveis ou permutáveis em ações ordinárias de nossa emissão ou bônus de subscrição ou outros direitos de ações ordinárias de nossa emissão; ou (iii) anunciar publicamente intenção de realizar qualquer operação prevista nos itens (i) ou (ii) acima. As restrições acima mencionadas não se aplicam aos valores mobiliários de nossa emissão que tenham sido transferidos: (i) como uma doação de boa-fé, desde que antes da referida transferência o cessionário concorde em estar vinculado à restrição de negociação de valores mobiliárias em referência e confirme que ele/ela estejam observando os termos da restrição de negociação de valores mobiliárias desde o seu início, (ii) para qualquer *trust* em benefício direto ou indireto do cedente e/ou qualquer parente próximo do cedente, desde que antes da referida transferência o *trust* concorde em estar vinculado à restrição de negociação de valores mobiliárias em referência e confirme que esteja observando os termos da restrição de negociação de valores mobiliárias desde o seu início, (iii) para qualquer empresa afiliada (conforme definido na Regra 405 do *Securities Act*), desde que antes da referida transferência a empresa afiliada concorde em estar vinculado à restrição de negociação de valores mobiliárias em referência e confirme que esteja observando os termos da restrição de negociação de valores mobiliárias desde o seu início, (iv) com relação a nós, a qualquer emissão de ações ordinária prevista em um plano de

	ações aprovado, (v) para uma pessoa física exclusivamente com a finalidade de torná-la qualificada a se tornar membra de nosso Conselho de Administração; ou (vi) para os Coordenadores, ou para qualquer entidade indicada pelos Coordenadores, para permitir a realização dos serviços de estabilização previstos no Contrato de Distribuição. Sem prejuízo do disposto acima, o nosso Acionista Controlador poderá, mediante consentimento dos Coordenadores, transferir, ceder ou emprestar valores mobiliários de nossa emissão a corretora registrada na CVM para a realização de atividades de formador de mercado, de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis, incluindo a Instrução CVM 384 e o Código ANBID. Nenhuma autorização será necessária caso as atividades de formador de mercado sejam realizadas por corretoras pertencentes ao grupo econômico dos Coordenadores.
Acionista Controlador	Nosso Acionista Controlador é a MMS Participações S.A. Na data deste Prospecto, nosso Acionista Controlador possui 135.162.784 ações ordinárias de nossa emissão, totalizando 50,4% do nosso capital social total antes da emissão das Ações. Após a realização da Oferta, sem considerar o exercício do direito de prioridade pelo Acionista Controlador no âmbito da Oferta Prioritária, sem considerar as Ações do Lote Suplementar e as Ações Adicionais, as 135.162.784 ações ordinárias de nossa emissão, de titularidade do nosso Acionista Controlador representarão 41,1% do nosso capital social total. O Acionista Controlador tem a intenção de exercer, total ou parcialmente, o seu direito na Oferta Prioritária.
Free Float	Após a Oferta, sem considerar o exercício do direito de prioridade pelos acionistas no âmbito da Oferta Prioritária, sem considerar as Ações do Lote Suplementar e as Ações Adicionais, nosso capital social será composto por 328.743.954 ações ordinárias de nossa emissão, sendo que 40,6% do nosso capital social total, estarão em circulação, considerando a definição de Ações em Circulação. Na data deste Prospecto, 27,1% do nosso capital social total estavam em circulação.
Conselho Fiscal	Nos termos do nosso Estatuto Social, nosso Conselho Fiscal, de caráter não permanente, somente será instalado quando por solicitação dos acionistas na forma da Lei das Sociedades por Ações, e será composto de três membros e suplentes em igual número, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral em que for requerido o seu funcionamento.
Resolução de Conflitos por Meio de Arbitragem	Nos termos do nosso Estatuto Social, nós, nossos acionistas, os membros da nossa Administração e os membros do nosso Conselho Fiscal obrigamo-nos a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre nós, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no nosso Estatuto Social, nas normas editadas pelo CMN, pelo Banco Central e pela CVM, bem como nas demais normas

	aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Contrato de Participação no Novo Mercado e do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado.
Aprovações Societárias	Nosso Conselho de Administração, em reunião realizada em 21 de setembro de 2009, cuja ata foi arquivada na JUCESP em 29 de setembro de 2009 e publicada no DOESP em 02 de outubro de 2009 e no jornal "Valor Econômico" em 02 de outubro de 2009, aprovou o aumento do nosso capital social, dentro do limite do capital autorizado previsto em nosso Estatuto Social, mediante a emissão das Ações, com a possibilidade de emissão das Ações do Lote Suplementar e das Ações Adicionais, com direito de prioridade aos acionistas, nos termos do artigo 21 da Instrução CVM 400, para colocação por meio da Oferta, e autorizou nossa Diretoria a praticar todos os atos e assinar todos os documentos necessários à realização dessas deliberações. Nosso Conselho de Administração, previamente à concessão do registro da Oferta pela CVM, em reunião cuja ata será publicada no jornal "Valor Econômico" na data de publicação do Anúncio de Início e será arquivada na JUCESP e publicada no DOESP, aprovará o Preço por Ação, a ser calculado de acordo com o artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, e aferido tendo como parâmetro a cotação das ações ordinárias de nossa emissão na BM&FBOVESPA e o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*.
Inadequação da Oferta a Certos Investidores	Não há inadequação específica da Oferta a certo grupo ou categoria de investidor. Como todo e qualquer investimento em valores mobiliários de renda variável, o investimento nas Ações apresenta certos riscos e possibilidade de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento (ver seções "Fatores de Risco" e "Descrição do Capital Social", iniciadas nas páginas 109 e 281, respectivamente, deste Prospecto).
Fatores de Risco	Para uma descrição dos fatores que devem ser considerados antes da decisão de investimento nas Ações, ver a seção "Fatores de Risco" iniciada na página 109 deste Prospecto, além de outras informações incluídas neste Prospecto.
Listagem	As ações ordinárias de nossa emissão são admitidas à negociação no Novo Mercado da BM&FBOVESPA sob o código "MRFG3".
Instituição Escrituradora	A instituição financeira contratada para a prestação de serviços de escrituração das ações ordinárias de nossa emissão é o Itaú Unibanco S.A. (atual denominação do Banco Itaú S.A. em processo de homologação no Banco Central do Brasil S.A.).
Veracidade das Informações	A nossa declaração e a declaração do Coordenador Líder, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, estão anexas a este Prospecto, nas páginas 345 e 347, respectivamente.

Informações Adicionais	Para uma descrição completa das condições aplicáveis à Oferta, ver "Informações Sobre a Oferta", na página 70 deste Prospecto. Nós e o Coordenador Líder solicitamos o registro da Oferta em 24 de setembro de 2009, estando a Oferta sujeita à análise prévia pela ANBID e à prévia aprovação pela CVM. Mais informações sobre a Oferta poderão ser obtidas com as Instituições Participantes da Oferta nos endereços indicados na seção "Identificação dos Administradores, Consultores e Auditores", na página 107 deste Prospecto. Informações sobre as Instituições Consorciadas poderão ser obtidas na página da BM&FBOVESPA na Internet (www.cblc.com.br).
Eventos Recentes	O Decreto nº 6.983, de 19 de outubro de 2009, publicado no Diário Oficial da União ("DOU") de 20 de outubro de 2009, e o Decreto nº 6.984, de 20 de outubro de 2009, publicado em Edição Extra do DOU da mesma data, aumentaram de zero para 2% a alíquota do Imposto sobre Operações de Câmbio ("IOF/Câmbio") incidente sobre liquidações de operações de câmbio referentes a ingressos de recursos no País, realizadas por investidor estrangeiro, para investimentos nos mercados financeiro e de capitais brasileiros, dentre o quais se inclui nossa Oferta. A alíquota de 2% é aplicável aos contratos de câmbio com a dita finalidade celebrados de 20 de outubro de 2009 em diante.

Quaisquer comunicados ao mercado serão informados por meio de publicação de Aviso ao Mercado no jornal "Valor Econômico", edição nacional, e por meio de aviso na página da Companhia na Internet, que é www.marfrig.com.br. As informações contidas em nossa página na rede mundial de computadores não são partes integrantes deste Prospecto.

Cronograma da Oferta

Encontra-se abaixo um cronograma estimado das etapas da Oferta, informando seus principais eventos a partir da publicação do Aviso ao Mercado:

N.º	Eventos	Data de Realização / Data prevista (1)
1.	Protocolo do pedido de registro da Oferta perante a ANBID Disponibilização da minuta do Prospecto Preliminar	24/09/2009
2.	Publicação do fato relevante divulgando o pedido de registro da Oferta	23/09/2009
3.	Publicação do Aviso ao Mercado (sem logotipos das Instituições Consorciadas) Disponibilização do Prospecto Preliminar Início das apresentações para potenciais investidores Início do Procedimento de Bookbuilding Primeira Data de Corte	29/10/2009
4.	Republicação do Aviso ao Mercado (com logotipos das Instituições Consorciadas) Início e Término do Período de Reserva da Oferta Prioritária	06/11/2009
5.	Início do Período de Reserva da Oferta de Varejo Segunda Data de Corte	09/11/2009
6.	Encerramento do Período de Reserva da Oferta de Varejo	10/11/2009
7.	Encerramento das apresentações para potenciais investidores Encerramento do Procedimento de Bookbuilding Fixação do Preço por Ação Reunião do Conselho de Administração da Companhia para aprovar o Preço por Ação Assinatura do Contrato de Distribuição e de outros contratos relacionados à Oferta Início do prazo de exercício da Opção de Lote Suplementar	11/11/2009
8.	Registro da Oferta pela CVM Publicação do Anúncio de Início Disponibilização do Prospecto Definitivo	12/11/2009
9.	Início das negociações das Ações obejto da Oferta na BM&FBOVESPA	13/11/2009
10.	Data de Liquidação	17/11/2009
11.	Encerramento do prazo de exercício da Opção de Lote Suplementar	11/12/2009
12.	Data limite para a liquidação das Ações do Lote Suplementar	16/12/2009
13.	Data limite para a publicação do Anúncio de Encerramento	17/12/2009

(1) As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, atrasos e antecipações sem aviso prévio, a critério da Companhia e dos Coordenadores. Ainda, caso ocorram alterações das circunstâncias, revogação ou modificação da Oferta, tal cronograma poderá ser alterado.

INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA

COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Na data deste Prospecto, nosso capital social, totalmente subscrito e integralizado, era de R$ 2.559.718.051,00 (dois bilhões, quinhentos e cinqüenta e nove milhões, setecentos e dezoito mil e cinqüenta e um reais), representado por 267.943.954 (duzentos e sessenta e sete milhões, novecentos e quarenta e três mil, novecentos e cinqüenta e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Nosso capital social, *ad referendum* da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia a ser realizada em 08 de outubro de 2009, poderá ser aumentado independentemente de reforma estatutária, até o limite de 500 milhões de ações ordinárias, por deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço de emissão, a quantidade de ações ordinárias a serem emitidas e as demais condições de subscrição e integralização das ações dentro do capital autorizado.

Na data deste Prospecto, a composição do nosso capital social é a seguinte:

	Capital Social da Companhia Subscrito e Integralizado
Espécie e Classe	Quantidade
Ordinárias	267.943.954
Total	**267.943.954**

Após a conclusão da Oferta, a composição do nosso capital social será a seguinte, sem considerar as Ações do Lote Suplementar e sem considerar as Ações Adicionais:

	Capital Social da Companhia Subscrito e Integralizado
Espécie e Classe	Quantidade
Ordinárias	328.743.954
Total	**328.743.954**

Após a conclusão da Oferta, a composição do nosso capital social será a seguinte, considerando as Ações do Lote Suplementar e sem considerar as Ações Adicionais:

	Capital Social da Companhia Subscrito e Integralizado
Espécie e Classe	Quantidade
Ordinárias	337.863.954
Total	**337.863.954**

Após a conclusão da Oferta, a composição do nosso capital social será a seguinte, considerando as Ações do Lote Suplementar e considerando as Ações Adicionais:

	Capital Social da Companhia Subscrito e Integralizado
Espécie e Classe	Quantidade
Ordinárias	350.023.954
Total	**350.023.954**

Tabela de Acionistas

O quadro a seguir apresenta os acionistas titulares de 5% ou mais das ações ordinárias de nossa emissão, assim como o percentual representativo dessas ações em relação ao nosso capital social (i) na data deste Prospecto; e (ii) após a conclusão da Oferta, sem considerar o exercício do direito de prioridade pelos acionistas no âmbito da Oferta Prioritária, sem considerar as Ações do Lote Suplementar e sem considerar as Ações Adicionais.

	Quantidades de Ações e Porcentagens			
	Ações antes da Oferta		**Ações após a Oferta**	
Acionista	Ações	(%)	Ações	(%)
MMS Participações S.A.	135.162.784	50,44	135.162.784	41,11%
BNDES Participações S.A.	39.286.259	14,66	39.286.259	11,95%
OSI International Holding Limited	20.117.637	7,51	20.117.637	6,12%
Conselheiros	7	0,0	7	0,00%
Tesouraria (1)	584.999	0,22	584.999	0,18%
Outros	72.792.268	27,17	133.592.268	40,64%
Total	**267.943.954**	**100,00**	**267.943.954**	**100,00%**

(1) em 30 de setembro de 2009.

O quadro a seguir apresenta os acionistas titulares de 5% ou mais das ações ordinárias de nossa emissão, assim como o percentual representativo dessas ações em relação ao nosso capital social (i) na data deste Prospecto; e (ii) após a conclusão da Oferta, sem considerar o exercício do direito de prioridade pelos acionistas no âmbito da Oferta Prioritária, considerando as Ações do Lote Suplementar e sem considerar as Ações Adicionais.

	Quantidades de Ações e Porcentagens			
	Ações antes da Oferta		**Ações após a Oferta**	
Acionista	Ações	(%)	Ações	%
MMS Participações S.A.	135.162.784	50,44	135.162.784	40,01%
BNDES Participações S.A.	39.286.259	14,66	39.286.259	11,63%
OSI International Holding Limited	20.117.637	7,51	20.117.637	5,95%
Conselheiros	7	0,0	7	0,00%
Tesouraria(1)	584.999	0,22	584.999	0,17%
Outros	72.792.268	27,17	142.712.268	42,24%
Total	**267.943.954**	**100,00**	**337.863.954**	**100,00%**

(1) em 30 de setembro de 2009.

O quadro a seguir apresenta os acionistas titulares de 5% ou mais das ações ordinárias de nossa emissão, assim como o percentual representativo dessas ações em relação ao nosso capital social (i) na data deste Prospecto; e (ii) após a conclusão da Oferta, sem considerar o exercício do direito de prioridade pelos acionistas no âmbito da Oferta Prioritária, considerando as Ações do Lote Suplementar e considerando as Ações Adicionais.

	Quantidades de Ações e Porcentagens			
	Ações antes da Oferta		**Ações após a Oferta**	
Acionista	Ações	(%)	Ações	(%)
MMS Participações S.A.	135.162.784	50,44	135.162.784	38,62%
BNDES Participações S.A.	39.286.259	14,66	39.286.259	11,22%
OSI International Holding Limited	20.117.637	7,51	20.117.637	5,75%
Conselheiros	7	0,0	7	0,00%
Tesouraria (1)	584.999	0,22	584.999	0,17%
Outros	72.792.268	27,17	154.872.268	44,25%
Total	**267.943.954**	**100,00**	**350.023.954**	**100,00%**

(1) em 30 de setembro de 2009.

COTAÇÃO EM BOLSA

As tabelas abaixo indicam as cotações mínima, média e máxima para as ações ordinárias de nossa emissão na BM&FBOVESPA, a partir do início da negociação das ações ordinárias de nossa emissão na BM&FBOVESPA, para os períodos indicados.

	Reais por Ação Ordinária		
Anos	**Mínima**	**Média**	**Máxima**
2007	14,53	18,06	22,73
2008	6,90	15,92	23,60

Fonte: Economática.

	Reais por Ação Ordinária		
Trimestres	**Mínima**	**Média**	**Máxima**
2007			
Segundo Trimestre	16,80	17,45	18,10
Terceiro Trimestre	17,61	19,56	22,73
Quarto Trimestre	14,96	16,48	18,42
2008			
Primeiro Trimestre	13,05	15,40	17,90
Segundo Trimestre	17,61	20,22	23,60
Terceiro Trimestre	14,96	17,96	20,99
Quarto Trimestre	6,90	9,99	17,00
2009			
Primeiro Trimestre	6,25	7,05	7,80
Segundo Trimestre	7,22	12,52	16,70
Terceiro Trimestre	14,20	16,25	18,50

Fonte: Economática.

	Reais por Ação Ordinária		
Últimos Nove Meses	**Mínima**	**Média**	**Máxima**
Abril 2009	7,22	9,73	11,40
Maio 2009	10,32	12,56	15,30
Junho 2009	13,53	15,15	16,70
Julho 2009	14,20	15,48	16,30
Agosto 2009	15,60	15,96	16,68
Setembro 2009	16,00	17,38	18,50

Fonte: Economática.

A tabela abaixo mostra o volume diário de negociação das ações ordinárias de nossa emissão na BM&FBOVESPA para os períodos indicados.

	Volume Médio Diário de Negociação de Ações Ordinárias
2007	
Segundo Trimestre	3.869.170
Terceiro Trimestre	7.314.461
Quarto Trimestre	6.656.014
2008	
Primeiro Trimestre	6.970.207
Segundo Trimestre	6.913.627
Terceiro Trimestre	6.114.879
Quarto Trimestre	2.797.044
2009	
Primeiro Trimestre	2.321.094
Segundo Trimestre	9.847.127
Terceiro Trimestre	7.648.503.

Fonte: BM&FBOVESPA

DESCRIÇÃO DA OFERTA

Nós estamos realizando uma oferta de distribuição pública primária das Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução CVM 400 e da Instrução CVM 471, do Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários ("Código ANBID") e o Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para Atividades Conveniadas ("Código ANBID Atividades Conveniadas" e, em conjunto com o Código ANBID, ("Códigos ANBID")) e demais disposições legais aplicáveis, com esforços de colocação no exterior, para Investidores Institucionais Estrangeiros.

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade total das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida das Ações do Lote Suplementar, conforme a Opção de Lote Suplementar. O Credit Suisse terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Distribuição e por um período de até 30 dias contados, inclusive, da data de publicação do Anúncio de Início, de exercer a Opção de Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação aos demais Coordenadores, desde que a decisão de sobrealocação das Ações no momento em que for fixado o Preço por Ação tenha sido tomada em comum acordo pelos Coordenadores.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data de publicação do Anúncio de Início, exclusive, a quantidade total das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar) poderá, a nosso critério, em comum acordo com os Coordenadores, ser acrescida das Ações Adicionais.

PREÇO POR AÇÃO

O Preço por Ação será fixado após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. Nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, a escolha do critério para determinação do Preço por Ação é justificada pelo fato de que o Preço por Ação não promoverá a diluição injustificada dos nossos acionistas e de que as Ações serão distribuídas por meio de oferta pública, em que o valor de mercado das Ações será aferido tendo como parâmetro (i) a cotação das ações ordinárias de nossa emissão na BM&FBOVESPA; e (ii) o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, que refletirá o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas

intenções de investimento no contexto da Oferta. Os acionistas, no âmbito da Oferta Prioritária, e os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding*, e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.

No âmbito da Oferta Institucional, poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Ação, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite de 15% das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar e as Ações Adicionais). Caso seja verificado excesso de demanda superior a um terço das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar e as Ações Adicionais), será vedada a colocação de Ações aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta Institucional. Os investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para proteção (hedge) de operações com derivativos e operações de *total return swap* não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins da Oferta. ***A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de Bookbuilding poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de nossa emissão no mercado secundário.***

QUANTIDADE, VALOR, ESPÉCIE E RECURSOS LÍQUIDOS

Após a conclusão da Oferta, sem considerar as Ações do Lote Suplementar e sem considerar as Ações Adicionais:

Oferta	Quantidade	Valor(1) (R$)	Comissões(1) (R$)	Recursos Líquidos(1)(2) (R$)
Por Ação	1	21,00	0,63	20,37
Total	**60.800.000,00**	**1.276.800.000,00**	**38.304.000,00**	**1.238.496.000,00**

(1) Com base na cotação das ações ordinárias de nossa emissão na BM&FBOVESPA em 23 de outubro de 2009.

(2) Sem dedução das despesas da Oferta.

Após a conclusão da Oferta, considerando as Ações do Lote Suplementar, e sem considerar as Ações Adicionais:

Oferta	Quantidade	Valor(1) (R$)	Comissões(1) (R$)	Recursos Líquidos(1)(2) (R$)
Por Ação	1	21,00	0,63	20,37
Total	**69.920.000,00**	**1.468.320.000,00**	**44.049.600,00**	**1.424.270.400,00**

(1) Com base na cotação das ações ordinárias de nossa emissão na BM&FBOVESPA em 23 de outubro de 2009.

(2) Sem dedução das despesas da Oferta.

Após a conclusão da Oferta, considerando as Ações do Lote Suplementar, e considerando as Ações Adicionais:

Oferta	Quantidade	Valor(1) (R$)	Comissões(1) (R$)	Recursos Líquidos(1)(2) (R$)
Por Ação	1	21,00	0,63	20,37
Total	**82.080.000,00**	**1.723.680.000,00**	**51.710.400,00**	**1.671.969.600,00**

(1) Com base na cotação das ações ordinárias de nossa emissão na BM&FBOVESPA em 23 de outubro de 2009.

(2) Sem dedução das despesas da Oferta.

ALOCAÇÃO DOS RECURSOS ÀS CONTAS PATRIMONIAIS

A totalidade dos recursos líquidos provenientes da Oferta será alocada à nossa conta de capital social.

CUSTOS DA OFERTA

Os custos da Oferta serão pagos por nós. A tabela abaixo indica os custos da Oferta, sem considerar as Ações do Lote Suplementar e sem considerar as Ações Adicionais:

Custos	Custo Total(1) (R$)	% em Relação ao Valor Total da Oferta	Custo por Ação(1) (R$)	% em Relação ao Preço por Ação
Comissões				
Comissão de Coordenação	5.107.200,00	0,40%	0,08	0,40%
Comissão de Colocação	5.107.200,00	0,40%	0,08	0,40%
Comissão de Garantia Firme de Liquidação	15.321.600,00	1,20%	0,25	1,20%
Comissão de Incentivo	12.768.000,00	1,00%	0,21	1,00%
Total das Comissões	**38.304.000,00**	**3,00%**	**0,63**	**3,00%**
Despesas(2)				
Registro da Oferta	382.000,00	0,03%	0,01	0,03%
Advogados	2.500.000,00	0,20%	0,04	0,20%
Auditores	500.000,00	0,04%	0,01	0,04%
Publicidade	1.500.000,00	0,12%	0,02	0,12%
Total de Despesas	**4.882.000,00**	**0,38%**	0,08	**0,38%**
Total de Comissões e Despesas	**43.186.000,00**	**3,38%**	**0,71**	**3,38%**

(1) Com base na cotação das ações ordinárias de nossa emissão na BM&FBOVESPA em 23 de outubro de 2009.

(2) Despesas estimadas.

Além da remuneração prevista acima, nenhuma outra será contratada ou paga aos Coordenadores, direta ou indiretamente, por força ou em decorrência do Contrato de Distribuição sem prévia manifestação da CVM.

APROVAÇÕES SOCIETÁRIAS

Nosso Conselho de Administração, em reunião realizada em 21 de setembro de 2009, cuja ata foi arquivada na JUCESP em 29 de setembro de 2009 e publicada no DOESP em 02 de outrubro de 2009 e no jornal "Valor Econômico" em 02 de outrubro de 2009, aprovou o aumento do nosso capital social, dentro do limite do capital autorizado previsto em nosso Estatuto Social, mediante a emissão das Ações, com a possibilidade de emissão das Ações do Lote Suplementar e das Ações Adicionais, com direito de prioridade aos acionistas, nos termos do artigo 21 da Instrução CVM 400, para colocação por meio da Oferta, e autorizou nossa Diretoria a praticar todos os atos e assinar todos os documentos necessários à realização dessas deliberações. Nosso Conselho de Administração, previamente à concessão do registro da Oferta pela CVM, em reunião cuja ata será publicada no jornal "Valor Econômico" na data de publicação do Anúncio de Início e será arquivada na JUCESP e publicada no DOESP, aprovará o Preço por Ação, a ser calculado de acordo com o artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, e aferido tendo como parâmetro a cotação das ações ordinárias de nossa emissão na BM&FBOVESPA e o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*.

PÚBLICO ALVO

Os Coordenadores efetuarão a Oferta no Brasil, para (i) acionistas, observado que, tendo em vista as leis de valores mobiliários dos Estados Unidos da América, a Oferta Prioritária será estendida exclusivamente aos acionistas residentes e domiciliados ou com sede no exterior do Brasil que sejam considerados Investidores Institucionais Estrangeiros; (ii) Investidores Não Institucionais; e (iii) Investidores Institucionais Locais.

Os Coordenadores poderão efetuar a Oferta de acordo com o disposto no Contrato de Distribuição, por si e/ou por meio das Instituições Consorciadas.

Os Agentes de Colocação Internacional realizarão esforços de colocação das Ações no exterior para Investidores Institucionais Estrangeiros, nos termos do Contrato de Colocação Internacional, sendo que os Investidores Institucionais Estrangeiros deverão investir nas Ações por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo Banco Central e pela CVM.

CRONOGRAMA ESTIMADO DA OFERTA

Ver seção "Sumário da Oferta – Cronograma da Oferta", na página 69 deste Prospecto.

PROCEDIMENTO DA OFERTA

As Instituições Participantes da Oferta efetuarão a colocação pública das Ações no Brasil em mercado de balcão não organizado, observado o disposto na Instrução CVM 400 e os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado, por meio da Oferta Prioritária, da Oferta de Varejo e da Oferta Institucional, sendo a Oferta Institucional realizada exclusivamente pelos Coordenadores.

O plano da Oferta, organizado pelos Coordenadores, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, com a nossa expressa anuência, leva em consideração as relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica nossa e dos Coordenadores, observado, entretanto, que os Coordenadores deverão (i) assegurar a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes, o tratamento justo e equitativo aos investidores, e que os representantes de venda das Instituições Participantes da Oferta recebam previamente exemplar do Prospecto Preliminar para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoa designada pelo Coordenador Líder; e (ii) realizar os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado.

OFERTA PRIORITÁRIA

No contexto da Oferta Prioritária, a totalidade das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar e as Ações Adicionais), será destinada prioritariamente à colocação pública aos acionistas que desejarem exercer ou ceder seu direito de prioridade de acordo com o procedimento abaixo indicado.

I. durante o Período de Reserva da Oferta Prioritária, cada um dos acionistas interessado em participar da Oferta Prioritária deverá realizar Pedido de Reserva da Oferta Prioritária, irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto nos incisos XIII e XIV abaixo e no item "— Cancelamento de Pedidos de Reserva, Intenções de Investimento e Boletins de Subscrição", mediante preenchimento do Pedido de Reserva da Oferta Prioritária com uma única Instituição Participante da Oferta, observado que os acionistas (a) poderão estipular, no Pedido de Reserva da Oferta Prioritária, um preço máximo por Ação como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva da Oferta Prioritária, sem necessidade de posterior

confirmação, sendo que, caso o Preço por Ação seja fixado em valor superior ao valor estabelecido pelo acionista, o respectivo Pedido de Reserva da Oferta Prioritária será automaticamente cancelado; e (b) deverão estipular, no Pedido de Reserva da Oferta Prioritária, um valor máximo de investimento. As Instituições Participantes da Oferta somente atenderão Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária realizados por acionistas titulares de conta corrente ou de conta-investimento nelas aberta ou mantida pelo respectivo investidor. Recomenda-se aos acionistas interessados em participar da Oferta Prioritária que leiam cuidadosamente os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva da Oferta Prioritária, especialmente os procedimentos relativos à liquidação da Oferta e as informações constantes do Prospecto Preliminar, e que verifiquem com a Instituição Participante da Oferta de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Reserva da Oferta Prioritária, se essa, a seu exclusivo critério, exigirá a manutenção de recursos em conta-corrente ou conta-investimento nela aberta e/ou mantida, para fins de garantia do Pedido de Reserva da Oferta Prioritária;

II. antes de apresentarem seus Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária, os acionistas que não sejam residentes e domiciliados ou com sede no Brasil deverão se certificar que não existem restrições legais ou regulamentares em suas respectivas jurisdições que impeçam ou restrinjam sua participação na Oferta Prioritária; adicionalmente, tendo em vista as leis de valores mobiliários dos Estados Unidos da América, a Oferta Prioritária será estendida, no exterior, exclusivamente aos acionistas residentes e domiciliados ou com sede no exterior do Brasil que sejam considerados Investidores Institucionais Estrangeiros;

III. os acionistas deverão realizar seus Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária no Período de Reserva da Oferta Prioritária;

IV. será assegurado a cada um dos acionistas que realizar Pedido de Reserva da Oferta Prioritária subscrever Ações até o limite proporcional de participação de tal acionista no nosso capital social total, sendo que cada ação ordinária de nossa emissão de titularidade do acionista assegurará ao acionista o direito de subscrever 0,23 Ação ("Limite de Subscrição Proporcional"), e, portanto, não será realizado rateio no âmbito da Oferta Prioritária;

V. a verificação do Limite de Subscrição Proporcional de cada um dos acionistas será realizada na Primeira Data de Corte (final do dia 29 de outubro de 2009), conforme as respectivas posições em custódia em tal data na BM&FBOVESPA ou nas instituições depositárias das ações ordinárias de nossa emissão, desconsiderando-se as frações, observado que, caso a respectiva posição em custódia das ações ordinárias de nossa emissão de titularidade do acionista, verificada com a BM&FBOVESPA ou com as respectivas instituições depositárias na Segunda Data de Corte (final do dia 09 de novembro de 2009) seja inferior ou superior à respectiva posição em custódia verificada na Primeira Data de Corte, o Limite de Subscrição Proporcional será ajustado para a respectiva posição em custódia do acionista na Segunda Data de Corte;

VI. os direitos decorrentes da Oferta Prioritária poderão ser cedidos pelos acionistas para outros acionistas. Durante o Período de Reserva para a Oferta Prioritária, o acionista que desejar ceder seu direito de prioridade, no todo ou em parte, para subscrição das Ações, observando o Limite de Subscrição Parcial, deverá firmar termo de cessão específico ("Termo de Cessão de Direito de Prioridade"), anexo ao Prospecto Preliminar, juntamente com o acionista que desejar adquiri-lo. Até 06 de novembro de 2009, o Acionista adquirente do direito de prioridade deverá entregar ao Coordenador Líder, em seu endereço identificado neste Prospecto, aos cuidados do Sr. Lucas Salomão, uma via do respectivo Termo de Cessão de Direito de Prioridade, devidamente assinado pelas partes, com firma reconhecida e, no caso de pessoas jurídicas, acompanhado de cópia dos

documentos que comprovem os respectivos poderes de representação. De acordo com as disposições do Termo de Cessão de Direito de Prioridade, mesmo que a posição em custódia das ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade do acionista alienante do direito de prioridade, verificada com a BM&FBOVESPA ou com as respectivas instituições depositárias na Segunda Data de Corte, seja superior à respectiva posição em custódia verificada com a BM&FBOVESPA ou com as respectivas instituições depositárias na Primeira Data de Corte, o acionista alienante do direito de prioridade continuará cedendo a quantidade de direito de prioridade prevista no Termo de Cessão de Direito de Prioridade. Entretanto, caso as ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade do acionista alienante do direito de prioridade, verificada com a BM&FBOVESPA ou com as respectivas instituições depositárias na Segunda Data de Corte seja inferior à quantidade de direito de prioridade prevista no Termo de Cessão de Direito de Prioridade, as Ações a serem subscritas pelo acionista em decorrência do direito de prioridade adquirido será automaticamente reduzida de forma que as mesmas correspondam ao direito de prioridade de todas as ações ordinárias de emissão da Companhia detidas pelo acionista alienante e o acionista alienante não terá nenhum direito de participar da Oferta Prioritária;

VII. caso a totalidade dos acionistas exerça e/ou ceda a sua prioridade para a subscrição de Ações no âmbito da Oferta Prioritária, a totalidade das Ações (exceto as Ações do Lote Suplementar e as Ações Adicionais) poderá ser destinada exclusivamente à Oferta Prioritária; as Ações remanescentes após o atendimento aos acionistas que realizarem Pedido de Reserva da Oferta Prioritária e/ou tenham cedido os direitos decorrentes da Oferta Prioritária, se houver, serão destinadas à Oferta de Varejo;

VIII. não haverá possibilidade de solicitação de subscrição de sobras na Oferta Prioritária; os acionistas que desejarem subscrever Ações em quantidade superior aos seu respectivo Limite de Subscrição Proporcional, poderão, em relação à parcela que exceder o respectivo Limite de Subscrição Proporcional: (a) participar da Oferta de Varejo, se forem Investidores Não Institucionais, desde que atendam as condições aplicáveis à Oferta de Varejo; (b) participar da Oferta Institucional, se forem Investidores Institucionais, desde que atendam as condições aplicáveis à Oferta Institucional; ou (c) adquirirem direitos decorrentes da Oferta Prioritária de outros acionistas através da celebração de um Termo de Cessão de Direito de Prioridade;

IX. até as 16 horas do primeiro dia útil subsequente à data de publicação do Anúncio de Início, serão informados a cada acionista pela Instituição Participante da Oferta que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva da Oferta Prioritária, e pelo Coordenador Líder, nos casos de cessão dos direitos decorrentes de Oferta Prioritária, por meio do seu respectivo endereço eletrônico, ou, na sua ausência, por fac - símile, telefone ou correspondência, a Data de Liquidação, a quantidade de Ações alocadas, o Preço por Ação e o valor do respectivo investimento, sendo que, em qualquer caso, o valor do investimento será limitado àquele indicado no respectivo Pedido de Reserva da Oferta Prioritária;

X. até as 10h30min da Data de Liquidação, cada acionista deverá efetuar o pagamento, em recursos imediatamente disponíveis, do valor indicado no inciso IX acima à Instituição Participante da Oferta que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva da Oferta Prioritária, ou ao Coordenador Líder, no caso de cessão dos direitos decorrentes de Oferta Prioritária, sob pena de, em não o fazendo, ter seu Pedido de Reserva da Oferta Prioritária ou Termo de Cessão de Direito de Prioridade automaticamente cancelado;

XI. na Data de Liquidação, a Instituição Participante da Oferta que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva da Oferta Prioritária, ou o Coordenador Líder, no caso de cessão dos direitos decorrentes de Oferta Prioritária, entregará as Ações alocadas ao respectivo

acionista de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Distribuição, desde que efetuado o pagamento previsto no inciso X acima;

XII. caso (a) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelo acionista ou a sua decisão de investimento; (b) a Oferta seja suspensa, nos termos do artigo 20 da Instrução CVM 400; e/ou (c) a Oferta seja modificada, nos termos do artigo 27 da Instrução CVM 400, o acionista poderá desistir do respectivo Pedido de Reserva da Oferta Prioritária, ou do Termo de Cessão de Direito de Prioridade, devendo, para tanto, informar sua decisão à Instituição Participante da Oferta que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva da Oferta Prioritária, ou ao Coordenador Líder, no caso de cessão dos direitos decorrentes de Oferta Prioritária (1) até as 12 horas do quinto dia útil subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso da alínea (a) acima; e (2) até as 12 horas do quinto dia útil subsequente à data em que for comunicada por escrito pela Instituição Participante da Oferta ao acionista a suspensão ou a modificação da Oferta, nos casos das alíneas (b) e (c) acima. No caso do item (a) acima, a Instituição Participante da Oferta deverá comunicar o acionista que lhe entregou o respectivo Pedido de Reserva da Oferta Prioritária diretamente a respeito da modificação efetuada. Caso o acionista não informe sua decisão de desistência do Pedido de Reserva da Oferta Prioritária, ou do Termo de Cessão de Direito de Prioridade, nos termos deste inciso, o Pedido de Reserva da Oferta Prioritária, ou o Termo de Cessão de Direito de Prioridade, conforme o caso, será considerado válido e o acionista deverá efetuar o pagamento do valor do investimento. Caso o acionista já tenha efetuado o pagamento nos termos do inciso X acima e venha a desistir do Pedido de Reserva da Oferta Prioritária ou do Termo de Cessão de Direito de Prioridade, nos termos deste inciso, os valores depositados serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos incidentes, no prazo de três dias úteis contados do pedido de cancelamento do respectivo Pedido de Reserva da Oferta Prioritária, ou Termo de Cessão de Direito de Prioridade, conforme o caso; e

XIII. caso não haja conclusão da Oferta ou em caso de resilição do Contrato de Distribuição, todos os Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária e Termos de Cessão de Direito de Prioridade serão cancelados e a Instituição Participante da Oferta que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva da Oferta Prioritária, ou o Coordenador Líder, no caso de cessão dos direitos decorrentes de Oferta Prioritária, comunicará ao respectivo acionista o cancelamento da Oferta, através de uma comunicação direta aos acionistas que houverem efetuado Pedido de Reserva da Oferta Prioritária junto a tal Instituição Participante da Oferta, além da publicação de aviso ao mercado. Caso o acionista já tenha efetuado o pagamento nos termos do inciso X acima, os valores depositados serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos incidentes, no prazo de três dias úteis contados da comunicação do cancelamento da Oferta.

O Acionista Controlador tem a intenção de exercer, total ou parcialmente, o seu direito na Oferta Prioritária.

OFERTA DE VAREJO

Após o atendimento da Oferta Prioritária, no contexto da Oferta de Varejo, o montante mínimo de 10% e no máximo de 20% das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar e as Ações Adicionais), considerando, nesse montante, as Ações objeto de Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária entre o valor mínimo de R$ 3.000,00 e o valor de máximo de R$ 300.000,00 ofertadas para os acionistas que se enquadrem na classificação de Investidor Não

Institucional no âmbito da Oferta Prioritária, será destinado à colocação pública para Investidores Não Institucionais que tenham realizado Pedido de Reserva da Oferta de Varejo, conforme previsto no item 7.1(ii) do Regulamento do Novo Mercado, de acordo com as condições ali previstas. Caso a totalidade de nossos acionistas decidirem exercer o seu direito no âmbito da Oferta Prioritária, o montante mínimo de 10% das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar e as Ações Adicionais) serão ofertadas para investidores que se enquadrem na classificação de Investidor Não Institucional. A Oferta de Varejo deverá obedecer o procedimento abaixo indicado:

I. durante o Período de Reserva da Oferta de Varejo, cada um dos Investidores Não Institucionais interessados em participar da Oferta deverá realizar Pedido de Reserva da Oferta de Varejo, irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto nos incisos X e XI abaixo e no item "Cancelamento de Pedidos de Reserva, Intenções de Investimento e Boletins de Subscrição" na página 83 deste Prospecto, mediante preenchimento de Pedido de Reserva da Oferta de Varejo com uma única Instituição Participante da Oferta, observados o valor mínimo de pedido de investimento de R$3.000,00 e o valor máximo de pedido de investimento de R$300.000,00 por Investidor Não Institucional, sendo que tais Investidores Não Institucionais poderão estipular, no Pedido de Reserva da Oferta de Varejo, um preço máximo por Ação como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva da Oferta de Varejo, sem necessidade de posterior confirmação, sendo que, caso o Preço por Ação seja fixado em valor superior ao valor estabelecido pelo Investidor Não Institucional, o respectivo Pedido de Reserva da Oferta de Varejo será automaticamente cancelado. As Instituições Participantes da Oferta somente atenderão Pedidos de Reserva da Oferta de Varejo realizados por Investidores Não Institucionais titulares de conta corrente ou de conta-investimento nelas aberta ou mantida pelo respectivo investidor. Recomenda-se aos Investidores Não Institucionais interessados em participar da Oferta de Varejo que leiam cuidadosamente os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva da Oferta de Varejo, especialmente os procedimentos relativos à liquidação da Oferta, e as informações constantes do Prospecto Preliminar, e que verifiquem com a Instituição Participante da Oferta de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Reserva da Oferta de Varejo, se essa, a seu exclusivo critério, exigirá a manutenção de recursos em conta-corrente ou conta investimento nela aberta e/ou mantida, para fins de garantia do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo;

II. os Investidores Não Institucionais deverão realizar seus Pedidos de Reserva da Oferta de Varejo no Período de Reserva da Oferta de Varejo, sendo que os Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva da Oferta de Varejo a sua condição de Pessoa Vinculada;

III. caso seja verificado excesso de demanda superior a um terço das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar e as Ações Adicionais), será vedada a colocação de Ações aos Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo os Pedidos de Reserva da Oferta de Varejo realizados por Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente cancelados;

IV. caso o total de Ações objeto dos Pedidos de Reserva da Oferta de Varejo seja igual ou inferior ao montante de Ações destinadas à Oferta de Varejo, não haverá Rateio (conforme definido abaixo), sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva da Oferta de Varejo, de modo que as Ações remanescentes, se houver, serão destinadas aos Investidores Institucionais;

V. caso o total de Ações objeto dos Pedidos de Reserva da Oferta de Varejo exceda o total de Ações destinadas à Oferta de Varejo, será realizado rateio entre os Investidores Não Institucionais, de forma diferenciada, de modo a permitir que os Investidores Não

Institucionais que tenham histórico de manter e não dispor imediatamente dos valores mobiliários subscritos ou adquiridos recebam um tratamento prioritário no rateio da Oferta, conforme descrito a seguir ("Rateio"), sendo que (a) até o limite de R$5.000,00, inclusive, o critério de rateio será a divisão igualitária e sucessiva das Ações destinadas à Oferta de Varejo entre os Investidores Não Institucionais Com Prioridade de Alocação (conforme definido abaixo) que tiverem apresentado Pedido de Reserva da Oferta de Varejo e assim tiverem sido classificados nos termos do inciso VI abaixo, limitada ao valor individual de cada Pedido de Reserva da Oferta de Varejo e à quantidade total das Ações destinadas à Oferta de Varejo; (b) uma vez atendido o critério descrito na alínea (a) acima, as Ações destinadas à Oferta de Varejo remanescentes serão rateadas entre os Investidores Não Institucionais Sem Prioridade de Alocação (conforme definido abaixo) que tiverem apresentado Pedido de Reserva da Oferta de Varejo, até o limite de R$3.000,00, inclusive, realizando-se a divisão igualitária e sucessiva das Ações destinadas à Oferta de Varejo remanescentes entre os Investidores Não Institucionais Sem Prioridade de Alocação; (c) uma vez atendidos os critérios descritos nas alíneas (a) e (b) acima, as Ações destinadas à Oferta de Varejo remanescentes serão rateadas entre os Investidores Não Institucionais Com Prioridade de Alocação, proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva da Oferta de Varejo não atendidos; e (d) uma vez atendidos os critérios de rateio descritos nas alíneas (a), (b) e (c) acima, as Ações destinadas à Oferta de Varejo remanescentes serão rateadas entre os Investidores Não Institucionais Sem Prioridade de Alocação, proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva da Oferta de Varejo não atendidos, desconsiderando-se, entretanto, em todos os casos, as frações de Ações;

VI. para os fins do Rateio, os Investidores Não Institucionais serão avaliados como Com Prioridade de Alocação ou Sem Prioridade de Alocação, e, para tanto, poderão solicitar sua classificação no respectivo Pedido de Reserva da Oferta de Varejo. Será analisada a manutenção, em nome do Investidor Não Institucional, dos valores mobiliários subscritos ou adquiridos nas quatro últimas ofertas públicas de ações e/ou de certificados de depósito de ações liquidadas pela BM&FBOVESPA e cuja liquidação do primeiro dia de negociação na BM&FBOVESPA tenha ocorrido antes da data de início do Período de Reserva da Oferta de Varejo ("Ofertas Consideradas"). Os Investidores Não Institucionais serão classificados como "Sem Prioridade de Alocação" se (a) em duas ou mais das Ofertas Consideradas, o saldo dos valores mobiliários na respectiva Oferta Considerada, após a liquidação do primeiro dia de negociação na BM&FBOVESPA da Oferta Considerada, for inferior a 80% do volume de valores mobiliários subscritos ou adquiridos pelo Investidor Não Institucional na respectiva Oferta Considerada; e/ou (b) não solicitarem classificação de prioridade, sendo automaticamente considerados como Sem Prioridade de Alocação. Todos os Investidores Não Institucionais que tenham solicitado a classificação de prioridade e que não sejam classificados como Sem Prioridade de Alocação serão automaticamente classificados como "Com Prioridade de Alocação", inclusive aqueles que não tenham participado de nenhuma das Ofertas Consideradas. A relação das Ofertas Consideradas para a determinação do perfil de manutenção de valores mobiliários dos Investidores Não Institucionais que assim solicitaram em campo específico no Pedido de Reserva da Oferta de Varejo será disponibilizada na página da BM&FBOVESPA na Internet (www.cblc.com.br) no dia de início do Período de Reserva da Oferta de Varejo;

VII. até as 16 horas do primeiro dia útil subsequente à data de publicação do Anúncio de Início, serão informados a cada Investidor Não Institucional pela Instituição Participante da Oferta que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva da Oferta de Varejo, por meio do seu respectivo endereço eletrônico, ou, na sua ausência, por fac-símile, telefone ou correspondência, a Data de Liquidação, a quantidade de Ações alocadas (ajustadas, se for o caso, em decorrência do Rateio), o Preço por Ação e o valor do respectivo investimento,

sendo que, em qualquer caso, o valor do investimento será limitado àquele indicado no respectivo Pedido de Reserva da Oferta de Varejo;

VIII. até as 10h30min da Data de Liquidação, cada Investidor Não Institucional deverá efetuar o pagamento, em recursos imediatamente disponíveis, do valor indicado no inciso VII acima à Instituição Participante da Oferta que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva da Oferta de Varejo, sob pena de, em não o fazendo, ter seu Pedido de Reserva da Oferta de Varejo automaticamente cancelado;

IX. na Data de Liquidação, a Instituição Participante da Oferta que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva da Oferta de Varejo, por meio da BM&FBOVESPA, entregará as Ações alocadas ao respectivo Investidor Não Institucional, de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Distribuição, desde que efetuado o pagamento previsto no inciso VIII acima;

X. caso (a) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelo Investidor Não Institucional ou a sua decisão de investimento; (b) a Oferta seja suspensa, nos termos do artigo 20 da Instrução CVM 400; e/ou (c) a Oferta seja modificada, nos termos do artigo 27 da Instrução CVM 400, o Investidor Não Institucional poderá desistir do respectivo Pedido de Reserva da Oferta de Varejo, devendo, para tanto, informar sua decisão à Instituição Participante da Oferta que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva da Oferta de Varejo (1) até as 12 horas do quinto dia útil subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso da alínea (a) acima; e (2) até as 12 horas do quinto dia útil subsequente à data em que for comunicada por escrito pela Instituição Participante da Oferta ao Investidor Não Institucional a respeito da suspensão ou a modificação da Oferta, nos casos das alíneas (b) e (c) acima. No caso do item (a) acima, a Instituição Participante da Oferta deverá comunicar o Investidor Não Institucional que lhe entregou o respectivo Pedido de Reserva da Oferta de Varejo diretamente a respeito da modificação efetuada. Caso o Investidor Não Institucional não informe sua decisão de desistência do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo nos termos deste inciso, o Pedido de Reserva da Oferta de Varejo será considerado válido e o Investidor Não Institucional deverá efetuar o pagamento do valor do investimento. Caso o Investidor Não Institucional já tenha efetuado o pagamento nos termos do inciso VIII acima e venha a desistir do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo nos termos deste inciso, os valores depositados serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos incidentes, no prazo de três dias úteis contados do pedido de cancelamento do respectivo Pedido de Reserva da Oferta de Varejo; e

XI. caso não haja conclusão da Oferta ou em caso de resilição do Contrato de Distribuição, todos os Pedidos de Reserva da Oferta de Varejo serão cancelados e a Instituição Participante da Oferta que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva da Oferta de Varejo comunicará ao respectivo Investidor Não Institucional o cancelamento da Oferta, através de uma comunicação direta aos Investidores Não Institucionais que houverem efetuado Pedido de Reserva de Varejo junto a tal Instituição Participante da Oferta, além da publicação de aviso ao mercado. Caso o Investidor Não Institucional já tenha efetuado o pagamento nos termos do inciso VIII acima, os valores depositados serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos incidentes, no prazo de três dias úteis contados da comunicação do cancelamento da Oferta.

OFERTA INSTITUCIONAL

As Ações que não tiverem sido alocadas na Oferta Prioritária e as Ações destinadas à Oferta de Varejo que não tiverem sido alocadas na Oferta de Varejo serão destinadas à Oferta Institucional, juntamente com as demais Ações, se houver, de acordo com o seguinte procedimento:

I. os Investidores Institucionais interessados em participar da Oferta deverão apresentar suas intenções de investimento durante o Procedimento de *Bookbuilding*, inexistindo pedidos de reserva ou limites máximos de investimento;

II. no âmbito da Oferta Institucional, poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Ação, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite de 15% das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar e as Ações Adicionais). Caso seja verificado excesso de demanda superior a um terço das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar e as Ações Adicionais), será vedada a colocação de Ações aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta Institucional. Os investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para proteção (hedge) de operações com derivativos e operações de *total return swap* não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins da Oferta. A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de nossa emissão no mercado secundário;

III. caso as intenções de investimento obtidas durante o Procedimento de *Bookbuilding* excedam o total de Ações remanescentes após o atendimento da Oferta de Varejo, os Coordenadores darão prioridade aos Investidores Institucionais que, a seu exclusivo critério, melhor atendam o objetivo da Oferta de criar uma base diversificada de investidores, integrada por investidores com diferentes critérios de avaliação das nossas perspectivas, nosso setor de atuação e a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional;

IV. até as 16 horas do primeiro dia útil subsequente à data de publicação do Anúncio de Início, os Coordenadores informarão aos Investidores Institucionais, a Data de Liquidação, a quantidade de Ações alocadas, o Preço por Ação e o valor do respectivo investimento; e

V. a entrega das Ações alocadas deverá ser efetivada na Data de Liquidação, mediante pagamento em moeda corrente nacional, à vista e em recursos imediatamente disponíveis, do Preço por Ação multiplicado pela quantidade de Ações alocadas, de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Distribuição.

CANCELAMENTO DE PEDIDOS DE RESERVA, INTENÇÕES DE INVESTIMENTO E BOLETINS DE SUBSCRIÇÃO

Caso haja descumprimento, por qualquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas no respectivo instrumento de adesão ao Contrato de Distribuição ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável à Oferta, incluindo, sem limitação, aquelas previstas na Instrução CVM 400 e, especificamente, na hipótese de manifestação indevida na mídia durante o período de silêncio, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores e sem prejuízo das demais medidas julgadas cabíveis pelos Coordenadores, (i) deixará de integrar o grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações, devendo cancelar todos os Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária, todos os

Pedidos de Reserva da Oferta de Varejo e/ou todas as intenções de investimentos dos Investidores Institucionais, conforme o caso, e todos os boletins de subscrição que tenha recebido e informar imediatamente os respectivos investidores sobre o referido cancelamento; (ii) arcará com quaisquer custos relativos à sua exclusão como Instituição Participante da Oferta, incluindo custos com publicações e honorários advocatícios; e (iii) poderá deixar, por um período de até seis meses contados da data da comunicação da violação, de atuar como instituição intermediária em ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários sob a coordenação de qualquer dos Coordenadores.

CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO

Nós, os Coordenadores e a BM&FBOVESPA (como interveniente anuente) celebraremos o Contrato de Distribuição, cuja cópia será disponibilizada pelo Coordenador Líder em seu endereço indicado na seção "Identificação dos Administradores, Consultores e Auditores", na página 107 deste Prospecto.

Adicionalmente, nós celebraremos o Contrato de Colocação Internacional, sobre os esforços de colocação das Ações no exterior. Nos termos do Contrato de Colocação Internacional, os Agentes de Colocação Internacional realizarão esforços de colocação das Ações no exterior para Investidores Institucionais Estrangeiros, respeitada a legislação vigente no país de domicílio de cada Investidor Institucional Estrangeiro, sendo que tais investidores deverão investir nas Ações por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo Banco Central e pela CVM.

O Contrato de Distribuição e o Contrato de Colocação Internacional estabelecerão que a obrigação dos Coordenadores e dos Agentes de Colocação Internacional de efetuarem a colocação das Ações estará sujeita a determinadas condições, tais como (i) a entrega de opiniões legais pelos nossos assessores jurídicos e pelos assessores jurídicos dos Coordenadores e dos Agentes de Colocação Internacional; (ii) a assinatura de compromissos de restrição à negociação de ações ordinárias de nossa emissão por nós e pelos membros da nossa Administração; e (iii) a emissão de certos documentos pelos nossos Auditores Independentes.

De acordo com o Contrato de Distribuição, nós estaremos obrigados a indenizar os Coordenadores em determinadas situações. Caso qualquer dos Coordenadores venha a sofrer perdas em relação a essas questões, poderá ter direito de regresso contra nós por conta dessa cláusula de indenização.

De acordo com o Contrato de Colocação Internacional, nós estaremos obrigados a indenizar os Agentes de Colocação Internacional por conta de incorreções ou omissões relevantes no *Offering Memorandum*. Caso qualquer dos Agentes de Colocação Internacional venha a sofrer perdas no exterior em relação a essas questões, poderão ter direito de regresso contra nós por conta dessa cláusula de indenização. Adicionalmente, o Contrato de Colocação Internacional possui declarações específicas em relação à legislação dos Estados Unidos, as quais, se descumpridas, poderão dar ensejo a outros potenciais procedimentos judiciais. Para informações adicionais, ver seção "Fatores de Risco" iniciada na página 109 deste Prospecto.

PERÍODO DE COLOCAÇÃO

A data de início da Oferta será divulgada mediante a publicação do Anúncio de Início, em conformidade com o previsto no artigo 52 da Instrução CVM 400. Os Coordenadores terão o prazo de até três dias úteis, contados da data da publicação do Anúncio de Início, para efetuar a colocação pública das Ações (exceto pelas Ações do Lote Suplementar).

DATA DE LIQUIDAÇÃO E DATA DE LIQUIDAÇÃO DAS AÇÕES DO LOTE SUPLEMENTAR

A liquidação física e financeira das Ações deverá ser realizada na Data de Liquidação e a liquidação física e financeira das Ações do Lote Suplementar deverá ser realizada na Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar, de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Distribuição.

GARANTIA FIRME DE LIQUIDAÇÃO

Após a publicação do Aviso ao Mercado, a disponibilização do Prospecto Preliminar, o encerramento do Período de Reserva da Oferta Prioritária, do Período de Reserva da Oferta de Varejo, a realização do Procedimento de *Bookbuilding,* a concessão do registro da Oferta pela CVM, a publicação do Anúncio de Início e a disponibilização do Prospecto Definitivo, os Coordenadores realizarão a colocação da totalidade das Ações, em regime de garantia firme de liquidação, de forma individual e não solidária, de acordo com os limites individuais indicados no Contrato de Distribuição, observado o disposto no Contrato de Distribuição e a seguinte proporção:

Coordenador	**Quantidade de Ações**	**% do Total**
Coordenador Líder	30.400.000	50,00%
BB BI	7.600.000	12,50%
Credit Suisse	7.600.000	12,50%
Itaú BBA	7.600.000	12,50%
Santantder	7.600.000	12,50%
Total	**60.800.000**	**100,00%**

Se, ao final do Período de Colocação, as Ações não tiverem sido totalmente liquidadas, cada um dos Coordenadores, de forma individual e não solidária, subscreverá, no último dia do Período de Colocação, pelo Preço por Ação, na proporção e até o limite individual de cada um dos Coordenadores, conforme percentuais indicados no Contrato de Distribuição, a totalidade do respectivo saldo resultante da diferença entre (i) a quantidade de Ações indicada no Contrato de Distribuição; e (ii) a quantidade de Ações efetivamente liquidada pelos investidores que as subscreveram.

A proporção prevista acima poderá ser realocada de comum acordo entre os Coordenadores.

A garantia firme de liquidação, acima descrita, é vinculante a partir do momento em que for concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, celebrado o Contrato de Distribuição e publicado o Anúncio de Início.

Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI à Instrução CVM 400, caso os Coordenadores eventualmente venham a subscrever Ações nos termos acima e tenham interesse em vender tais Ações antes da publicação do Anúncio de Encerramento, o preço de venda de tais Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de nossa emissão, limitado ao Preço por Ação, sendo certo, entretanto, que o disposto neste parágrafo não se aplica às operações realizadas em decorrência das atividades de estabilização a que se refere o abaixo.

ESTABILIZAÇÃO DO PREÇO DAS AÇÕES ORDINÁRIAS DE NOSSA EMISSÃO

O Credit Suisse, por meio da Credit Suisse (Brasil) S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, poderá, a seu exclusivo critério, realizar atividades de estabilização do preço de ações ordinárias de nossa emissão pelo prazo de até 30 dias contados, inclusive, da data de publicação do Anúncio de Início, por meio de operações de compra e venda de ações ordinárias de nossa emissão, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, que será previamente aprovado pela BM&FBOVESPA e pela CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM n.º 476, de 25 de janeiro de 2005.

Após tais aprovações, cópia do Contrato de Estabilização poderá ser obtida com o Coordenador Líder, no endereço indicado na seção "Identificação dos Administradores, Consultores e Auditores", na página 107 deste Prospecto.

DIREITOS, VANTAGENS E RESTRIÇÕES DAS AÇÕES

As Ações conferirão aos seus titulares os direitos e as vantagens e estarão sujeitas às restrições decorrentes da Lei das Sociedades por Ações, do Regulamento de Novo Mercado e do Estatuto Social da Companhia, dentre os quais: (i) direito de voto nas assembleias gerais da Companhia, sendo que cada Ação corresponderá a um voto; (ii) direito ao dividendo obrigatório, em cada exercício social, equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; (iii) direito de alienação das Ações nas mesmas condições asseguradas ao acionista controlador alienante, em caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso, do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas (*tag along* de 100% (cem por cento) do preço); (iv) direito de alienação de suas Ações em oferta pública de aquisição de ações a ser realizada pelo acionista controlador ou pela Companhia, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta e somente pelo acionista controlador em caso de cancelamento de listagem no Novo Mercado, no mínimo, pelo seu respectivo valor econômico apurado mediante elaboração de laudo de avaliação por empresa especializada e independente, com experiência comprovada e escolhida pela assembléia de acionistas titulares de Ações em circulação a partir de lista tríplice apresentada pelo Conselho de Administração, sendo que os custos de elaboração de referido laudo deverão ser integralmente suportados pelo ofertante; (v) direito ao recebimento integral de dividendos e demais proventos de qualquer natureza que a Companhia vier a declarar a partir da Data de Liquidação (conforme definido abaixo); e (vi) todos os demais direitos assegurados às Ações, nos termos previstos no Regulamento do Novo Mercado, no Estatuto Social da Companhia e na Lei das Sociedades por Ações.

RESTRIÇÕES À NEGOCIAÇÃO DE AÇÕES (LOCK-UP)

Pelo prazo de 90 dias contados da data do Prospecto Definitivo, nós, nosso Acionista Controlador e nossos Administradores, exceto mediante prévio consentimento por escrito dos Coordenadores e dos Agentes de Colocação Internacional e observadas as exceções mencionadas abaixo, estaremos obrigados a não (i) emitir, ofertar, alienar, contratar a venda, onerar, emprestar, conceder qualquer opção de compra, realizar venda a descoberto ou de qualquer outra forma dispor ou outorgar direito ou protocolar ou fazer com que seja protocolado um pedido de registro nos termos do *Securities Act* ou da legislação brasileira, em qualquer caso com relação às ações ordinárias de nossa emissão ou a qualquer opção ou bônus de subscrição de ações ordinárias de nossa emissão ou outros valores mobiliários conversíveis, permutáveis ou que representem direito de receber ações ordinárias de nossa emissão; ou (ii) realizar qualquer operação de derivativos ou outra operação que transfira a terceiro, no todo ou em parte, qualquer das consequências econômicas da titularidade de ações ordinárias de nossa emissão ou quaisquer valores mobiliários conversíveis, exercíveis ou permutáveis em ações ordinárias de nossa emissão ou bônus de subscrição ou outros direitos de ações ordinárias de nossa emissão; ou (iii) anunciar publicamente intenção de realizar qualquer operação prevista nos itens (i) ou (ii) acima. As restrições acima mencionadas não se aplicam aos valores mobiliários de nossa emissão que tenham sido transferidos: (i) como uma doação de boa-fé, desde que antes da referida transferência o cessionário concorde em estar vinculado à restrição de negociação de valores mobiliárias em referência e confirme que ele/ela estejam observando os termos da restrição de negociação de valores mobiliárias desde o seu início, (ii) para qualquer *trust* em benefício direto ou indireto do cedente e/ou qualquer parente próximo do cedente, desde que antes da referida transferência o *trust* concorde em estar vinculado à restrição de negociação de valores mobiliárias em referência e confirme que esteja observando os

termos da restrição de negociação de valores mobiliárias desde o seu início, (iii) para qualquer empresa afiliada (conforme definido na Regra 405 do *Securities Act*), desde que antes da referida transferência a empresa afiliada concorde em estar vinculado à restrição de negociação de valores mobiliárias em referência e confirme que esteja observando os termos da restrição de negociação de valores mobiliárias desde o seu início, (iv) com relação a nós, a qualquer emissão de ações ordinária prevista em um plano de ações aprovado, (v) para uma pessoa física exclusivamente com a finalidade de torná-la qualificada a se tornar membra de nosso Conselho de Administração; ou (vi) para os Coordenadores, ou para qualquer entidade indicada pelos Coordenadores, para permitir a realização dos serviços de estabilização previstos no Contrato de Distribuição.

Sem prejuízo do disposto acima, o nosso Acionista Controlador poderá, mediante consentimento dos Coordenadores, transferir, ceder ou emprestar valores mobiliários de nossa emissão a corretora registrada na CVM para a realização de atividades de formador de mercado, de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis, incluindo a Instrução CVM 384 e o Código ANBID. Nenhuma autorização será necessária caso as atividades de formador de mercado sejam realizadas por corretoras pertencentes ao grupo econômico dos Coordenadores.

ADMISSÃO À NEGOCIAÇÃO DAS AÇÕES ORDINÁRIAS DE NOSSA EMISSÃO

No dia útil subsequente à data de publicação do Anúncio de Início, as Ações serão negociadas na BM&FBOVESPA sob o código "MRFG3". Aderimos ao Novo Mercado, segmento especial de negociação de valores mobiliários da BM&FBOVESPA disciplinado pelo Regulamento do Novo Mercado, que estabelece regras diferenciadas de governança corporativa a serem observadas por nós, que são mais rigorosas que aquelas estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações.

ALTERAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS, REVOGAÇÃO OU MODIFICAÇÃO DA OFERTA

Nós poderemos requerer que a CVM autorize a modificação ou o cancelamento da Oferta, caso ocorra, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível, nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta ou que o fundamentem, acarretando um aumento relevante dos riscos por nós assumidos inerentes à própria Oferta.

O requerimento de modificação da Oferta perante a CVM presumir-se-á deferido caso não haja manifestação da CVM em sentido contrário no prazo de dez dias.

Adicionalmente, nós poderemos modificar, a qualquer tempo, a Oferta, a fim de melhorá-la em favor dos investidores ou para renúncia a condição da Oferta por nós estabelecida, conforme disposto no artigo 25, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400.

Caso o requerimento de modificação das condições da Oferta seja deferido, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou por pedido nosso, prorrogar o prazo para distribuição da Oferta por até 90 dias.

Se a Oferta for revogada, os atos de aceitação anteriores ou posteriores à revogação serão considerados ineficazes, devendo ser restituídos integralmente aos investidores aceitantes os valores dados em contrapartida às Ações, sem qualquer acréscimo, conforme disposto no artigo 26 da Instrução CVM 400, e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos incidentes.

A revogação ou qualquer modificação da Oferta será imediatamente divulgada por meio de Anúncio de Retificação, nos mesmos veículos utilizados para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400.

Em se tratando de modificação da Oferta, após a publicação do Anúncio de Início, as Instituições Participantes da Oferta deverão acautelar-se e certificar-se, no momento do recebimento das

aceitações da Oferta, de que o manifestante está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Os investidores que já tiverem aderido à Oferta serão considerados cientes dos termos do Anúncio de Retificação quando, passados cinco dias úteis de sua publicação, não revogarem expressamente suas intenções de investimento no Procedimento de *Bookbuilding* ou seus Pedidos de Reserva. Nessa hipótese, as Instituições Participantes da Oferta presumirão que os investidores pretendem manter a declaração de aceitação.

Além das hipóteses de revogação da declaração de aceitação da Oferta pelo investidor previstas neste Prospecto e nos artigos 20 e 27 da Instrução CVM 400, não há quaisquer outras hipóteses em que o investidor possa revogar sua declaração de aceitação da Oferta.

SUSPENSÃO E CANCELAMENTO DA OFERTA

Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400, a CVM (i) poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, uma oferta que (a) esteja se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro; ou (b) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que depois de obtido o respectivo registro; e (ii) deverá suspender qualquer oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis. O prazo de suspensão de uma oferta não poderá ser superior a 30 dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Encerrado tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da referida oferta e cancelar o respectivo registro.

A suspensão ou o cancelamento da Oferta será informado aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, sendo-lhes facultado, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar a aceitação até o quinto dia útil subsequente ao recebimento da respectiva comunicação. Todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento, e os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão, conforme previsto acima, terão direito à restituição integral dos valores depositados, que serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos incidentes, no prazo de três dias úteis contados do recebimento da revogação da aceitação ou da comunicação do cancelamento, conforme o caso.

RELACIONAMENTO ENTRE NÓS E OS COORDENADORES

Relacionamento entre a Companhia e os Coordenadores

Relacionamento entre Nós e o Coordenador Líder

O Bradesco BBI é controlado pelo Banco Bradesco S.A. ("Bradesco"). Na data deste Prospecto, além do relacionamento decorrente da participação do Bradesco BBI como Coordenador Líder da Oferta e de outros serviços de banco de investimento, o Bradesco BBI é detentor de 4.712.631 (quatro milhões setecentas e doze mil seiscentas e trinta e uma) ações ordinárias de nossa emissão, que representam 1,7588% do capital social total.

Nós e nossas subsidiárias mantemos, na qualidade de cliente do Bradesco, relações comerciais envolvendo atividades inerentes às atividades bancárias deste, tais como:

- serviços de cobrança bancária, sendo que no período de janeiro de 2008 a setembro de 2009, totalizou um valor médio mensal de aproximadamente R$ 48.000.000,00 de créditos de cobrança bancária. Não mantemos junto ao Bradesco nenhum contrato de remuneração para este serviço;

- serviços de pagamentos a fornecedores,sendo que no período de janeiro de 2008 a setembro de 2009, totalizou um valor médio mensal de aproximadamente R$ 412.000.000,00 de pagamentos realizados aos seu fornecedores. Não mantemos junto ao Bradesco nenhum contrato de remuneração para este serviço;

- prestação de serviços de folhas de pagamentos, que foram contratados em dezembro de 2007, por um prazo de 5 anos, para uma quantidade aproximada de 9.000 funcionários. Para manutenção desse serviço pelo prazo contratado a Marfrig recebeu um valor antecipado de R$ 7.000.000 em dezembro de 2007;

- manutenção das contas correntes para centralização do *cash management* da Companhia. Não mantemos junto ao Bradesco nenhum contrato de remuneração para este serviço;

- contratos de câmbio, dentre as quais 2 notas de crédito à exportação celebradas em 24/01/2008 e 26/09/2008, com taxas de CDI +1,35 % a.a. e 125% do CDI, respectivamente, e vencimentos em 07/01/2011 e 23/03/2010, respectivamente, totalizando um montante de R$ 250.000.000,00, e 1 operação de adiantamento de contrato de câmbio, no montante de US$ 4.700.000,00 com taxa de 6,0% a.a. e prazo de vencimento em 12/11/2009;

- 1 (uma) operação de pré-pagamento de exportações celebradas em 06/03/09, vencimentos em 06/03/2015, no montante de US$ 75,000,000.00 (equivalente a, quando da liberação, R$ 136.290.000,00) e taxas médias de LIBOR + 8,75 % a.a., garantidas por notas promissórias emitidas pela Companhia e avalizadas pelo Acionista Controlador;

- operação de aquisição de crédito, que consistiu na aquisição de notas promissórias emitidas em favor da DOUX Frangosul, no montante de R$ 64.832.276,00 em 22 de setembro de 2009 com uma taxa de desconto pré-fixada equivalente a CDI + 2,5 % a.a.;

- operações de desconto de notas promissórias rurais no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009 equivalentes a aproximadamente R$ 60.000.000,00, com taxas de desconto médias de 2,0 % a.m..

- 5 (cinco) operações de fiança bancária para garantia de processos diversos da Companhia, que totalizam R$ 38.500.000,00, com vencimentos entre 10/2009 até 03/2014. Nossa exposição total e de nossas subsidiárias com o Bradesco é da ordem de R$ 773.896.388,00 em 22 de setembro de 2009;

- seguro patrimonial compreendendo riscos nomeados, veículos, transporte, vida, saúde e responsabilidade civil, cujo prêmio é da ordem de R$ 2.151.722.00, com prazos de cobertura variados entre 05/09 a 05/2010; e

- cartões corporativos que totalizam gastos anuais da ordem de R$ 3.000.000,00. Para esse serviço o Bradesco não cobra nenhuma taxa da Companhia.

Mantemos recursos aplicados em CDBs no Bradesco que totalizam R$ 260.022.604,97, e prazos médios de emissão de 2 (dois) anos, com taxas de remuneração média de 100 % do CDI. Estas operações possuem liquidez diária, permitindo o seu resgate parcial ou total em qualquer data.

Em 24 de agosto de 2009, firmamos com o Banco Bradesco S.A. e com a MMS Participações S.A., o "Acordo de Relacionamento Comercial e Outras Avenças" ("Acordo de Relacionamento Comercial"), por intermédio do qual o Bradesco nos concedeu a abertura de uma linha de crédito de R$1.300 milhões (um bilhão e trezentos milhões de reais) para futuros desembolsos relacionados, exclusivamente, à aquisição de 100% (cem por cento) das ações de emissão da empresa Cargill Alimentos S.A., pelo prazo de 120(cento e vinte) dias, e garantida pela alienação fiduciária, por

parte da MMS Participações de 100% (cem por cento) das ações da Cargill Alimentos S.A. e de ações representativas do capital social da Marfrig equivalentes a 30% (trinta por cento) do valor integral do limite de crédito então concedido, de acordo com a cotação média dos últimos 30 (trinta) pregões.

Em 14 de setembro de 2009, o Acordo de Relacionamento Comercial foi aditado de modo a constar a entrega de uma carta fiança no valor de US$706,2 milhões para suportar a aquisição dos ativos da Seara, condicionando a liberação do limite de crédito aprovado pelo Acordo de Relacionamento Comercial à devolução do original da fiança ao Bradesco e à formalização dos instrumentos contratuais específicos para a realização do desembolso e a constituição da garantia de alienação fiduciária por parte da MMS Participações em favor do Bradesco de 24.015.000 ações ordinárias, representativas de 8,96% do capital social da Marfrig, bem como seus respectivos dividendos e direitos e a alienação fiduciária sob condição suspensiva consubstanciada na transferência da propriedade das ações da Cargill, Inc. para o Bradesco de 100% (cem por cento) das ações de emissão da Cargill Alimentos, representativas de 100% (cem por cento) do seu capital social, bem como os seus respectivos dividendos e direitos em favor do Bradesco.

Pretendemos financiar a Aquisição com recursos provenientes desta Oferta e, portanto, não acertamos com o Bradesco as condições, como prazos, juros, entre outras, em que tais recursos serão emprestados a nós, caso não tenhamos sucesso na captação dos recursos necessários com a presente Oferta ou por outros meios para quitar nossas obrigações financeiras decorrentes da Aquisição. Para maiores informações ver o fator de risco "O Coordenador Líder pode ter um conflito de interesses na Oferta" na seção "Fatores de Risco" na página 109.

Em 16 de setembro de 2008 o Acionista Controlador, o Coordenador Líder e o Santander celebraram um Acordo de Subscrição e Outra Avenças, por meio do qual o Coordenador Líder e Santander assumiram o compromisso firme de subscrição das sobras das ações não subscritas pelos demais acionistas da Companhia em 13 de agosto de 2008 ("Acordo de Subscrição"). Em 15 de Outubro de 2008, o Coordenador Líder e o Santander tornaram-se detentores de 4.712.631 e 4.712.632 ações ordinárias de emissão da Companhia, respectivamente. Nos termos do Acordo de Subscrição, conforme aditado em 02 de outubro de 2009 ("Aditamento ao Acordo de Subscrição"), o Acionista Controlador outorgou uma opção de venda das ações detidas pelo Coordenador Líder e Santander, a ser exercida a partir de 24 de fevereiro de 2010 ("Opção" e "Prazo de Exercício da Opção", respectivamente), bem como se obrigou pelo pagamento da diferença, se positiva, entre o preço médio ponderado pelo coordenador líder e Santander relativo à venda de tais ações e o valor especificado no Acordo de Subscrição. Em decorrência da prorrogação do Prazo de Exercício da Opção estabelecido no Aditamento ao Acordo de Subscrição, o Acionista Controlador obrigou-se a, adicionalmente, pagar ao Coordenador Líder e Santander uma remuneração total de R$ 8.768.000,00 (oito milhões e setecentos e sessenta e oito mil reais), a ser dividida igualmente entre os dois bancos.

Com o intuito de endereçar e operacionalizar a Opção outorgada no Acordo de Subscrição e Outra Avenças, conforme aditado, o Coordenador Líder e o Santander firmaram com o Acionista Controlador contratos de derivativos, que se encontram devidamente registradas na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("Contratos de Derivativos"). As obrigações previstas nos Contratos de Derivativos, bem como aquelas previstas no Acordo de Subscrição e Outra Avenças, estão garantidas por um contrato de penhor de ações e um contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios firmados entre o Acionista Controlador, o Coordenador Líder e o Santander.

Mantemos, ainda, relacionamento com a Bradesco Seguros Autos/RE, por meio da contratação de seguros para máquinas e equipamentos de propriedade de seu grupo econômico.

Além disso, a Companhia também poderá no futuro contratar com o Bradesco ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras necessárias à condução de nossas atividades.

Sociedades integrantes do grupo econômico do Coordenador Líder eventualmente possuem ações de nossa emissão, diretamente ou em fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridas em operações regulares em bolsa de valores a preços e condições de mercado – em todos os casos, participações minoritárias que não atingem e não atingiram, nos últimos 12 meses, 5% do nosso capital social.

Salvo pelas operações descritas acima, nos últimos 12 (doze) meses, o BBI não participou em quaisquer outras ofertas públicas de valores mobiliários emitidos por nós, em operações de financiamento e em reestruturações societárias da Companhia ou de empresas de nosso grupo econômico.

Exceto pelas comissões a serem recebidas no âmbito da Oferta, não há qualquer remuneração a ser paga, por nós, ao BBI cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação e, entendemos que não há conflito de interesse envolvendo nós o BBI ou sociedades de seu conglomerado econômico. Poderemos, no futuro, contratar o BBI ou sociedades de seu conglomerado econômico para nos assessorar na realização de investimentos em quaisquer outras operações necessárias para a condução de nossas atividades, incluindo, dentre outras, operações de financiamento, de crédito, de derivativos, de câmbio, de oferta de ações e de assessoria financeira.

Relacionamento entre Nós e o BB BI e seu conglomerado econômico.

O BB BI é uma subsidiária integral do BB para o exercício da atividade de banco de investimento.

O BB é nosso credor em diversos empréstimos e linhas de crédito. Nos últimos 12 meses, contratamos operações de ACC/ACE no valor total de US$ 139,4 milhões, cujo saldo em 9 de setembro de 2009 era de R$ 63,3 milhões, com vencimentos entre maio de 2010 e agosto de 2010, taxas de juros pré-fixadas, com pagamento no final; Operações de Pré-Pagamento de Exportação, no valor total de USD 260 milhões, cujo saldo em 9 de setembro de 2009 era de R$ 472,26 milhões, com vencimento em agosto de 2014, com taxas de juros pré-fixadas mais Libor, amortizações semestrais de capital e mensais de juros e com garantia de fiança, duplicatas e aplicação financeira; Operações de Capital de Giro de Exportação, no valor total de R$ 210 milhões, com vencimentos entre outubro de 2009 e setembro de 2011, com taxas de juros pré fixadas, com amortizações mensais e com garantia de fiança e aplicação financeira; Operação de Crédito Agroindustrial, no valor total de R$ 250 milhões, com vencimentos em maio de 2011, corrigida pela TR acrescida de taxas de juros pré fixada, com amortizações anuais e garantia de fiança, duplicatas e aplicação financeira; Investimento em BONDS no valor de R$ 4,4 milhões com vencimento em novembro de 2016. Abaixo apresentamos uma descrição mais detalhada dos financiamentos que contratamos junto ao BB:

- operações de BNDES Exim, no valor total de US$ 31,17 milhões, cujo saldo em 25 de agosto de 2009 era de R$ 5,13 milhões, com vencimento em outubro de 2009, corrigidas pela TJLP e pela TJFPE, acrescidas de taxas de juros pré-fixadas, com amortizações programadas e com garantia de duplicatas e fiança;

- operações de crédito agroindustrial, no valor total de R$ 330 milhões, com vencimentos em outubro de 2010, setembro de 2010 e maio de 2011, corrigidas pela TR acrescida de taxas de juros pré-fixadas, com amortizações anuais. Garantia de fiança, duplicatas e aplicação financeira;

- operações de ACC/ACE, no valor total de R$ 289 milhões, cujo saldo em 30 de setembro de 2009 era de R$ 289 milhões, com vencimentos entre março e setembro e 2010, taxa de juros pré-fixada;

- operações de Capital de Giro de Exportação, no valor total de R$ 210 milhões, com vencimentos entre outubro de 2009 e setembro de 2011, com taxas de juros pré-fixadas, com amortizações mensais e com garantia de fiança e aplicação financeira;

- operação de Desconto de Nota Promissória Rural com teto de R$ 20 milhões.

- operações de ACC/ACE, no valor total de R$ 8 milhões, cujo saldo em 31 de Julho de 2009 era de R$ 8,23 milhões, com vencimento em 22 de janeiro de 2010, taxa de juros pré-fixada.

- operação de Finame Modermaq, contratada no valor de R$ 112 mil, saldo atualizado em 16 de agosto de 2009 de R$ 46.107,02. Amortizações de capital e juros mensais. Vencimento da operação em 15 de abril de 2011 com taxas de juros pré-fixadas e com garantia de alienação fiduciária dos bens financiados e fiança.

- operações de ACC/ACE, no valor total de R$ 22,6 milhões, cujo saldo em 31 de julho de 2009 era de R$ 23,01 milhões, com vencimentos entre novembro de 2009 e julho de 2010, taxa de juros pré-fixada;

- operação de Finame, contratada no valor de R$ 1,2 milhão, saldo atualizado em 16 de agosto de 2009 de R$ 842 mil. Amortizações de capital e juros mensais. Vencimento da operação em 15 de agosto de 2012 com taxas de juros pré-fixadas e acrescidas de TJLP. Garantia de alienação fiduciária dos bens financiados e fiança**;**

- operação de crédito agroindustrial, no valor total de R$ 15 milhões, com vencimentos em agosto de 2010 corrigida pela TR acrescida de taxas de juros pré-fixadas, com reposição única no final. Garantia de fiança;

- operação de FAT FOMENTAR, no valor total de R$ 400 mil, com vencimento em outubro de 2013 corrigida pela TJLP acrescida de taxas de juros pré-fixadas, com reposições mensais de juros e capital. Garantia de penhor de equipamentos e aval;

- operação de Capital de Giro de Exportação, no valor total de R$ 4 milhões, com vencimento em abril de 2010, com taxas de juros pós-fixadas, amortizações mensais de capital e juros. Com garantia de duplicatas e fiança;

- operação de Custeio Agropecuário, no valor contratado de R$ 7 milhões, com vencimento em setembro de 2009 com taxa de juros pré-fixadas, com reposição única no final. Com garantia de duplicatas e fiança.

- operação de Custeio Agropecuário, no valor contratado de R$ 13 milhões, com vencimento em setembro de 2009 com taxa de juros pré-fixadas, com reposição única no final. Com garantia de duplicatas e fiança.

- operações de FCO no valor contratado de 12,97 milhões e saldo atualizado em 3 de agosto de 2009 de R$ 5,28 milhões. Amortizações de capital e juros mensais. Vencimento da operação em 1 de setembro de 2014 de abril de 2011 com taxas de juros pré-fixadas. Com garantia de hipoteca, penhor de equipamentos e aval;

- operações de Crédito Direto ao Fornecedor, no valor total de R$ 600 mil, com vencimento em setembro de 2009, com taxas de juros pré-fixadas, pagamento de capital e juros no final. Com garantia de cessão de direitos creditórios e fiança;

Além disto, o BB nos presta serviços de recebimento, câmbio, aplicações financeiras, folha de pagamento, operações de *swap* e operações de crédito.

Somos parte de um programa de financiamento de crédito rural a criadores de aves. Os financiamentos são realizados por intermédio do BB, os vencimentos são de longo prazo e as taxas de juros abaixo das praticadas nos segmentos não rurais. Auxiliamos os produtores rurais que são nossos fornecedores e integrados na obtenção de tais financiamentos para investirem em máquinas e produção.

Atualmente, não prestamos garantias fidejussórias ao pagamento desses empréstimos, no entanto, parte do pagamento que faríamos a tais produtores pelo fornecimento de bens e serviços é realizado diretamente a um fundo administrado pelo Banco do Brasil em pagamento a tais empréstimos.

Sociedades integrantes do grupo econômico do BB BI eventualmente possuem ações de nossa emissão, diretamente ou em fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridas em operações regulares em bolsa de valores a preços e condições de mercado – em todos os casos, participações minoritárias que não atingem e não atingiram, nos últimos 12 meses, 5% do nosso capital social.

Salvo pelas operações descritas acima, nos últimos 12 meses, o BB BI não participou em quaisquer outras ofertas públicas de valores mobiliários emitidos por nós, em operações de financiamento e em reestruturações societárias da Companhia ou de empresas de nosso grupo econômico.

Exceto pelo disposto acima, nós não possuímos qualquer outro relacionamento com o conglomerado do BB. e não há qualquer remuneração a ser paga, por nós, ao BB BI cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

Nós poderemos, no futuro, contratar com o BB BI ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais necessárias à condução de nossas atividades.

Relacionamento entre Nós e o Credit Suisse

A Companhia celebrou com Credit Suisse Brazil (Bahamas) Limited, subsidiária do Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.:

a) contrato de financiamento de pré-pagamento de exportação no valor de US$100 milhões, com vencimento em 31 de março de 2014, com taxa de juros de Libor mais um spread fixo, pagamentos trimestrais de juros e principal (carência do principal até março de 2011); e

b) contrato de financiamento de pré-pagamento de exportação no valor de US$100 milhões, com vencimento em 29 de agosto de 2014, com taxa de juros equivalentes a um percentual do CDI, pagamentos trimestrais de juros e principal (carência do principal até agosto de 2012).

A Companhia celebrou com Credit Suisse Próprio Fundo de Investimento Multimercado ("CSFP") um contrato de swap no valor base de US$100 milhões, com ajustes mensais e vencimento em 31 de março de 2014, no qual a Companhia paga taxa de juros equivalente a um percentual fixo ao CSFP e o CSFP paga taxa de juros de Libor mais um percentual fixo.

Nossa subsidiária Dagranja Agroindustrial Ltda. celebrou com Credit Suisse Brazil (Bahamas) Limited, subsidiária do Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. contrato de financiamento de pré-pagamento de exportação no valor de US$50 milhões, com vencimento em 1 de julho de

2013, com taxa de juros de Libor mais um spread fixo, pagamentos trimestrais de juros e principal (carência de principal até setembro de 2010).

Nossa subsidiária Dagranja Agroindustrial Ltda. celebrou com CSFP um contrato de swap no valor base de US$50 milhões, com ajustes mensais e vencimento em 1 de julho de 2013, no qual a Companhia paga taxa de juros equivalente a um percentual fixo ao CSFP e o CSFP paga taxa de juros de Libor mais um percentual fixo.

A Companhia celebrou contrato de prestação de serviços, com a Credit Suisse (Brasil) S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários para ser a formadora de mercado de suas Ações. Além disso, a Companhia também poderá no futuro contratar com o Credit Suisse ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais necessárias à condução de nossas atividades.

O Credit Suisse presta de tempos em tempos serviços de investment banking à Companhia. O Credit Suisse Securities (Europe) Limited e/ou suas afiliadas podem celebrar, no exterior, operações de derivativos de Ações com seus clientes. O Credit Suisse Securities (Europe) Limited e/ou suas afiliadas poderão adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (hedge) para essas operações. Essas operações poderão afetar a demanda, preço ou outros termos da Oferta.

Exceto pelo disposto acima, nós não possuímos qualquer outro relacionamento com o conglomerado do Credit Suisse. e não há qualquer remuneração a ser paga, por nós, ao Credit Suisse cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

Sociedades integrantes do grupo econômico do Credit Suisse eventualmente possuem ações de nossa emissão, diretamente ou em fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridas em operações regulares em bolsa de valores a preços e condições de mercado – em todos os casos, participações minoritárias que não atingem e não atingiram, nos últimos 12 meses, 5% do nosso capital social.

Salvo pelas operações descritas acima, nos últimos 12 meses, o Credit Suisse não participou em quaisquer outras ofertas públicas de valores mobiliários emitidos por nós, em operações de financiamento e em reestruturações societárias da Companhia ou de empresas de nosso grupo econômico.

Relacionamento entre Nós e o Itaú BBA

Na data deste Prospecto, além do relacionamento relativo à Oferta, possuímos relacionamento comercial com o Itaú BBA e com sociedades pertencentes ao seu conglomerado econômico.

Tal relacionamento envolve, atualmente, a prestação de serviços de folha de pagamento contemplando 340 colaboradores da Companhia e coligadas, o qual não prevê qualquer tipo de remuneração, além de serviços de pagamento e recebimento (*cash management*), no valor aproximado de R$72 milhões por mês, referentes à aproximadamente 2 mil pagamentos por mês, pelos quais o referido banco recebeu uma remuneração de R$38 mil.

Além disso, possuímos investimentos (R$100 milhões) e operações de crédito com sociedades do conglomerado econômico do Itaú BBA, nos termos abaixo.

O Itaú BBA é nosso credor nas seguintes operações:

(i) Quinze contratos de ACC no valor total de US$75.800.000,00 com taxas entre 6,50% e 8,50% ao ano e vencimentos a partir de outubro de 2009 até maio de 2010;

(ii) Um contrato de NCE totalizando R$100.000.000,00 com vencimento em setembro 2010 e taxa de 130% do CDI, com garantia de recebíveis.

(iii) Nove fianças bancárias totalizando R$8.207.226,22 relacionadas principalmente à garantia de obrigações de fiel cumprimento de contratos, com vencimentos a partir de maio de 2010 até agosto de 2010 e remuneração média ao banco de 1,76%;

(iv) Dez contratos de leasing de um imóvel, equipamentos de corte bovino, caminhões e semi-reboques no valor total de R$ 44.858.431,00 com vencimentos em novembro de dezembro de 2012 e fevereiro de 2013 com taxas de juros entre CDI+0,1421ª.m e CDI+ 0,2361%a.m; e

(v) Cinco empréstimos FINIMP com vencimentos em setembro e novembro de 2009, com valor total de R$ 9.841.937,15, com taxas médias de 4%.

Poderemos, no futuro, contratar com o Itaú BBA ou sociedades de seu conglomerado econômico operações financeiras necessárias à condução de nossas atividades.

Salvo pelas operações descritas acima, nos últimos 12 meses, o Itaú BBA e seu conglomerado econômico não participou em quaisquer outras ofertas públicas de valores mobiliários emitidos por nós, em operações de financiamento e em reestruturações societárias da Companhia ou de empresas de nosso grupo econômico.

Sociedades integrantes do grupo econômico do Itaú BBA eventualmente possuem ações de nossa emissão, diretamente ou em fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridas em operações regulares em bolsa de valores a preços e condições de mercado – em todos os casos, participações minoritárias que não atingem e não atingiram, nos últimos 12 meses, 5% do nosso capital social.

Exceto pela remuneração prevista em "Custos de Distribuição", na página 75 deste Prospecto, não há qualquer outra a ser paga por nós ao Itaú BBA cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

Itaú USA Securities Inc. e/ou suas afiliadas poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Ações da Oferta como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das Ações da Oferta, contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operações com total *return swap*). Itaú USA Securities Inc. e/ou suas afiliadas poderão adquirir Ações da Oferta como forma de proteção para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e o preço das Ações da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta.

Relacionamento entre Nós e o Santander

Além do relacionamento decorrente da Oferta, o Santander e outras sociedades do seu conglomerado econômico mantêm relações comerciais com a Companhia e subsidiárias como o Frigorífico Mabella Ltda. e a MBL Alimentos S.A., por meio de transações comerciais no mercado financeiro como operações típicas de banco comercial no mercado financeiro.

Adquirimos um CDB do Santander no valor líquido na data base de 31 de dezembro de 2008 de R$90 milhões.

Realizamos operações de swap cujos parâmetros eram o dólar americano e o iene japonês, e que em 31 de dezembro de 2008 tinham um valor de ajuste líquido, por valor de mercado, de R$54 milhões.

A Companhia celebrou com o Santander contratos de pré pagamento de exportação sem garantia que totalizam R$593,3 milhões com vencimentos a partir de 25 de outubro de 2010 até 26 de outubro de 2015.

Uma Nota de Crédito à Exportação (NCE) com o principal no valor de US$16 milhões e vencimento em 3 de agosto de 2012.

O Santander Investment Securities Inc. e/ou suas afiliadas poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Ações como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das Ações, contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operações com total return swap). Santander Investment Securities Inc. e/ou suas afiliadas poderão adquirir Ações como forma de proteção para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e o preço das Ações, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta.

Em 16 de setembro de 2008 o Acionista Controlador, o Coordenador Líder e o Santander celebraram um Acordo de Subscrição e Outra Avenças, por meio do qual o Coordenador Líder e Santander assumiram o compromisso firme de subscrição das sobras das ações não subscritas pelos demais acionistas da Companhia em 13 de agosto de 2008 ("Acordo de Subscrição"). Em 15 de Outubro de 2008, o Coordenador Líder e o Santander tornaram-se detentores de 4.712.631 e 4.712.632 ações ordinárias de emissão da Companhia, respectivamente. Nos termos do Acordo de Subscrição, conforme aditado em 02 de outubro de 2009 ("Aditamento ao Acordo de Subscrição"), o Acionista Controlador outorgou uma opção de venda das ações detidas pelo Coordenador Líder e Santander, a ser exercida a partir de 24 de fevereiro de 2010 ("Opção" e "Prazo de Exercício da Opção", respectivamente), bem como se obrigou pelo pagamento da diferença, se positiva, entre o preço médio ponderado pelo Coordenador Líder e Santander relativo à venda de tais ações e o valor especificado no Acordo de Subscrição. Em decorrência da prorrogação do Prazo de Exercício da Opção estabelecido no Aditamento ao Acordo de Subscrição, o Acionista Controlador obrigou-se a, adicionalmente, pagar ao Coordenador Líder e Santander uma remuneração total de R$ 8.768.000,00 (oito milhões e setecentos e sessenta e oito mil reais), a ser dividida igualmente entre os dois bancos.

Com o intuito de endereçar e operacionalizar a Opção outorgada no Acordo de Subscrição e Outra Avenças, conforme aditado, o Coordenador Líder e o Santander firmaram com o Acionista Controlador contratos de derivativos, que se encontram devidamente registradas na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("Contratos de Derivativos"). As obrigações previstas nos Contratos de Derivativos, bem como aquelas previstas no Acordo de Subscrição e Outra Avenças, estão garantidas por um contrato de penhor de ações e um contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios firmados entre o Acionista Controlador, o Coordenador Líder e o Santander.

Sociedades integrantes do grupo econômico do Santander eventualmente possuem ações de nossa emissão, diretamente ou em fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridas em operações regulares em bolsa de valores a preços e condições de mercado – em todos os casos, participações minoritárias que não atingem e não atingiram, nos últimos 12 meses, 5% do nosso capital social.

Salvo pelas operações descritas acima, nos últimos 12 meses, o Santander não participou em quaisquer outras ofertas públicas de valores mobiliários emitidos por nós, em operações de financiamento e em reestruturações societárias da Companhia ou de empresas de nosso grupo econômico.

Exceto pelas comissões a serem recebidas no âmbito da Oferta, não há qualquer remuneração a ser paga, por nós, ao Santander cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Poderemos, no futuro, contratar o Santander ou sociedades de seu conglomerado econômico para nos assessorar na realização de investimentos em quaisquer outras operações necessárias para a condução de

nossas atividades, incluindo, dentre outras, operações de financiamento, de crédito, de derivativos, de câmbio, de oferta de ações e de assessoria financeira.

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA ESCRITURADORA DAS AÇÕES

A instituição financeira contratada para a prestação de serviços de escrituração das Ações é o Itaú Unibanco S.A. (atual denominação do Banco Itaú S.A. em processo de homologação perante o Banco Central do Brasil S.A.).

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DA OFERTA

Não há inadequação específica da Oferta a certo grupo ou categoria de investidor. Como todo e qualquer investimento em valores mobiliários de renda variável, o investimento nas Ações apresenta certos riscos e possibilidade de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento (ver seções "Fatores de Risco" e "Descrição do Capital Social", iniciadas nas páginas 109 e 281, respectivamente, deste Prospecto).

Os Coordenadores recomendam aos investidores, antes de tomar qualquer decisão de investimento relativa à Oferta, a consulta a este Prospecto. A leitura deste Prospecto possibilita uma análise detalhada dos termos e condições da Oferta, dos fatores de risco e dos demais riscos a ela inerentes.

Nós e o Coordenador Líder solicitamos o registro da Oferta em 24 de setembro de 2009, estando a Oferta sujeita à análise prévia pela ANBID e à prévia aprovação pela CVM. Mais informações sobre a Oferta poderão ser obtidas com as Instituições Participantes da Oferta nos endereços indicados na seção "Identificação dos Administradores, Consultores e Auditores", na página 107 deste Prospecto. Informações sobre as Instituições Consorciadas poderão ser obtidas na página da BM&FBOVESPA na Internet (www.cblc.com.br).

Para a obtenção de mais informações adicionais sobre a Oferta, os investidores interessados deverão dirigir-se à CVM, nos seguintes endereços: (a) Rua Sete de Setembro, 111, 23°, 26° ao 34° andares, Rio de Janeiro – RJ, tel.: (0xx21) 3554-8686 ou (b) Rua Cincinato Braga, 340, 2°, 3° e 4° andares, São Paulo – SP, tel.: (0xx11) 2146-2000, ou contatar quaisquer das Instituições Participantes da Oferta, nos endereços indicados abaixo:

INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA

Coordenador Líder e Coordenador Global

Banco Bradesco BBI S.A.
Avenida Paulista, n° 1450, 8° andar
São Paulo, SP – Brasil
At.: Marcelo Faustino do Nascimento
Tel.: (11) 2178-4800 - Fax: (11) 2178-4880
http://www.bradescobbi.com.br/ofertaspublicas (neste website acessar "Marfrig", no item "ações")

Coordenadores

BB Banco de Investimento S.A.
Rua Senador Dantas, n° 105, 36° andar
CEP 20031-204 - Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. Renato Bezerra dos Santos
Fone: (0xx21) 3808-6340 - Fax: (0xx21) 2262-3862
www.bb.com.br/ofertapublica

Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, n° 3.064, 12°, 13° e 14° andares (parte)
CEP 01451-132-São Paulo - SP
At: Sr. Allan Libman
Tel: (0xx11) 3841 6800 - Fax: (0xx11) 3841 6912
http://br.credit-suisse.com/ofertas

Banco Itaú BBA S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, n° 3.400, 4° andar
CEP 04538-132 - São Paulo - SP
At.: Sr. Fernando Fontes Iunes
Tel.: (0xx11) 3708-8000 - Fax: (0xx11) 3708-8107
www.itaubba.com.br/portugues/atividades/prospectos.asp

Banco Santander (Brasil) S.A.
Rua Hungria, n° 1.400, 7° andar
CEP 01455-000 – São Paulo – SP - Brasil
At.: Sr. Glenn Mallett
Tel.:(0xx11) 3012-7232 - Fax: (0xx11) 3012-7393
http://www.santandercorretora.com.br

Instituições Consorciadas

Às dependências das instituições consorciadas credenciadas na CBLC para participar da Oferta.

OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA

Não há operações vinculadas à Oferta. Para maiores informações acerca do relacionamento do Coordenador Líder e dos Coordenadores com a Companhia, vide a seção "Informações Relativas à Oferta – Relacionamento entre Nós e os Coordenadores", na página 88 deste Prospecto.

APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES INTERMEDIÁRIAS

BRADESCO BBI

O Bradesco BBI atua com foco no relacionamento de longo prazo com seus clientes, oferecendo soluções em todas as áreas de banco de investimento, o que inclui operações de mercado de capitais, fusões e aquisições, financiamento de projetos e operações estruturadas, além de contar com corretora de valores mobiliários, *private banking* e *asset management*. Além do mercado local, o Bradesco BBI também atua no mercado internacional, por meio de escritórios nos Estados Unidos e Europa, originando e estruturando operações junto a investidores estrangeiros.

Confirmamos o excelente desempenho do Bradesco BBI na área de banco de investimento através das seguintes posições de destaque:

- Líder em operações de fusões e aquisições e líder em operações de reestruturações societárias/OPAs, no primeiro semestre de 2009, segundo o "Ranking de Anúncio" da ANBID.

- Terceira colocação em operações de renda variável por valor (distribuição) segundo o ranking ANBID publicado (agosto de 2009) referente aos 12 meses anteriores. O Bradesco BBI foi o coordenador líder, em 2009, da maior oferta pública inicial de ações da história do Brasil: o IPO da Companhia Brasileira de Meios de Pagamento – Visanet, que totalizou R$8,4 bilhões. Em 2008, atuou como coordenador nas ofertas públicas de emissão de ações da Metalúrgica Gerdau S.A., no valor de R$1,5 bilhão, da Gerdau S.A., no valor de R$2,9 bilhões, da Companhia Vale do Rio Doce, no valor de R$19,4 bilhões e como Co-Lead na oferta da Visa Inc., no valor de US$19,7 bilhões. O Bradesco BBI também atuou como coordenador líder no IPO da Bolsa de Mercadorias e Futuros do Brasil – BM&F, no valor de R$ 6,0 bilhões, em outubro de 2007, entre outras.

- Líder em operações de renda fixa no mercado doméstico no primeiro semestre de 2009, de acordo com o ranking de originação da ANBID, com participação de mercado de 30,3% e volume de R$4,8 bilhões.

Além disso, o Bradesco BBI foi assessor e estruturador financeiro em importantes operações de financiamento de projetos de diferentes setores da economia. Em 2008, destacam-se os projetos das hidrelétricas do complexo Madeira e complexos portuários patrocinados pela LLX Logística.

Ademais, o Banco Bradesco S.A., controlador do Bradesco BBI, segundo dados do BACEN, é atualmente um dos maiores bancos múltiplos privados do país e está presente em praticamente todos os municípios do Brasil. O Bradesco mantém extensa rede de atendimento, fundamentada em padrões modernos de eficiência e tecnologia e que permite oferecer, a seus 20,4 milhões de correntistas, comodidade e segurança. Clientes e usuários têm à disposição 41.067 pontos de atendimento, entre eles, 4.598 agências e 6.011 unidades do Banco Postal.

BB BI

O BB BI é uma empresa pertencente ao conglomerado Banco do Brasil, criada para executar atividades de banco de investimentos.

Em operações de renda variável, o BB BI mantém posição entre os principais intermediários em ofertas públicas, de acordo com o ranking da ANBID de 2008, apoiado em mais de 16 mil pontos de atendimento de seu controlador, BB, espalhados por todo o Brasil e em outros 22 países. Em

2008, atuou como coordenador líder na oferta pública de ações de emissão da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA, no valor de R$460 milhões, e como coordenador na oferta pública de ações de emissão da Vale S.A., no valor de R$19,4 bilhões. Em 2009, atuou como coordenador na oferta pública inicial de ações de emissão da Visanet, no valor de R$8,4 bilhões, do Follow On da Brasil Foods, no valor de R$ 5,2 bilhões, além de estar participando como coordenador da operação da Gol Linhas Aéreas Inteligentes e como coordenador contratado nas operações da Natura e da Multiplan. Ocupa o terceiro lugar no ranking ANBID de distribuição de renda variável de 2008, com o valor de R$4,2 bilhões e 12,4% de participação de mercado.

Para os mais de 30 milhões de clientes do BB, o BB BI atua na intermediação de valores mobiliários, disponibilizando o serviço de compra e venda de ações por meio da rede de agências, Internet (home broker) e celular, que resultou em volume de R$14,4 bilhões.

Na área de renda fixa, em 2008, o BB BI liderou a primeira emissão de notas promissórias da Ambev, no valor de R$1,5 bilhão, a primeira emissão de notas promissórias da Brenco – Companhia Brasileira de Energia Renovável, no valor de R$200 milhões, a terceira emissão de notas promissórias da Tractebel Energia S.A., no valor de R$400 milhões, a quinta emissão de debêntures da Gafisa S.A. no valor de R$250 milhões, a quinta emissão de notas promissórias da Vivo Participações S.A. no valor de R$550 milhões, a segunda emissão de notas promissórias da Brenco – Companhia Brasileira de Energia Renovável, no valor de R$390 milhões, e participou da quarta emissão de debêntures da USIMINAS, no valor de R$500 milhões, da primeira emissão de notas promissórias da TCO IP S.A. no valor de R$530 milhões, da nona emissão de debêntures da Sabesp – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, no valor de R$220 milhões e da segunda emissão de notas promissórias da Invitel S.A., no valor de R$950 milhões.

Já em 2009, o BB BI liderou a primeira emissão de notas promissórias da Megapar Participações S.A., no valor de R$400 milhões, a terceira emissão de debêntures da VRG Linhas Aéreas S.A., no valor de R$ 400 milhões, da terceira emissão de notas promissórias da Sabesp – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, no valor de R$600 milhões, da segunda emissão de notas promissórias da Cobra Tecnologia S.A. no valor de R$ 50 milhões e da terceira emissão de debêntures da TAM Linhas Aéreas S.A. no valor de R$ 600 milhões e, participou da segunda emissão de notas promissórias das Autopistas do Grupo OHL Brasil S.A., no valor de R$200 milhões, da terceira emissão de debêntures da Tractebel Energia S.A., no valor de R$600 milhões e da primeira emissão de debêntures da Camargo Corrêa S.A. no valor de R$1.500 milhões

No mercado de capitais internacional, no ano de 2009, o conglomerado BB, por intermédio da BB Securities (Londres), participou de 9 das 14 operações de emissão externa realizadas por empresas brasileiras e pelo governo brasileiro, em montante próximo a US$10 bilhões, além de co-liderar uma operação de captação externa para uma empresa europeia.

O BB BI conta ainda com ampla experiência em assessoria e estruturação de operações de fusões e aquisições envolvendo empresas dos setores de energia elétrica, portuário, transportes e saneamento, dentre outros.

CREDIT SUISSE

Fundado em 1856, a estratégia do Credit Suisse é atuar no mercado com uma estrutura de negócios integrada e centrada no cliente. O Credit Suisse oferece aos seus clientes uma completa linha de produtos e serviços por meio de suas três divisões principais de negócios: *private banking*, banco de investimentos e *asset management*. O Credit Suisse procura estabelecer parcerias de longo prazo e desenvolver soluções financeiras inovadoras para atender às necessidades de seus clientes.

O Credit Suisse está presente em mais de 50 países com mais de 46 mil funcionários de aproximadamente 100 diferentes nacionalidades. As ações de emissão do Credit Suisse Group (CSGN) são negociadas na Suíça (SWX) e na forma de *American Depositary Shares* (CS) em Nova York (NYSE). As classificações de risco de longo prazo do Credit Suisse Group são: Moody's Aa2, Standard & Poor's A+, Fitch Ratings AA-.

Em 1998, o Banco de Investimentos Garantia S.A., líder entre os bancos de investimento no Brasil, foi adquirido pelo Credit Suisse First Boston. Em 16 de janeiro de 2006, as operações globais do Credit Suisse foram unificadas sob uma mesma marca, e a razão social do CSFB passou a ser Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.

A solidez do Credit Suisse no Brasil é refletida na classificação de crédito de AAA (bra) em Moeda Nacional – Longo Prazo, atribuída em abril de 2009 pela Fitch Ratings, agência independente de classificação de risco.

O Credit Suisse atua no Brasil com operações de crédito, emissão de ações e títulos, abertura de capital (IPO), fusões e aquisições de empresas (M&A), corretagem, tesouraria, *private banking* e administração de recursos de terceiros. O objetivo do Credit Suisse é ser o banco preferencial dos melhores empresários, empresas e investidores do Brasil.

Em 1º de novembro de 2007, o Credit Suisse concretizou sua associação com a Hedging-Griffo, adquirindo participação majoritária na referida empresa. Essa associação foi um passo importante para consolidar a estratégia do Credit Suisse de prover soluções integradas, solidificando sua posição entre os grandes bancos do País.

Na área de *investment banking*, o Credit Suisse tem vasto conhecimento local e experiência significativa em fusões e aquisições, emissão de ações e instrumentos de dívida, mantendo a liderança consolidada nessa área no Brasil.

- Líder no Ranking de Emissão de Ações do Brasil de 2005 a 2007 e segundo lugar em 2008, de acordo com Securities Data Co.

- Líder no Ranking de Oferta Pública Inicial (IPO) do Brasil de 2005 a 2008, de acordo com Securities Data Co.

- Líder no Ranking de Fusões e Aquisições do Brasil de 2006 a 2008, de acordo com Securities Data Co.

O Credit Suisse foi eleito eleito "*Best Investment Bank in Latin America*" (Revista Latin Finance, fevereiro de 2008) pelo quarto ano consecutivo e "Best M&A House" (2008). Também foi eleito em 2008 o melhor banco de investimentos dos últimos 20 anos pela Revista Latin Finance.

O banco também desempenhou papel de liderança em duas operações às quais a revista se referiu como as "Melhores Operações" das últimas duas décadas. São elas a aquisição da Inco pela Companhia Vale do Rio Doce por US$19,2 bilhões em 2006, financiada pela oferta de títulos internacionais da Companhia Vale do Rio Doce no valor de US$3,75 bilhões em duas tranches e por uma oferta local em reais, ambas lideradas pelo Credit Suisse, e o IPO da BM&FBOVESPA em 2007, no valor de US$3,2 bilhões.

O Credit Suisse conquistou esses prêmios logo após ter sido eleito pela Revista Latin Finance como o "Melhor Banco de Investimentos", "Best Bond House" e "Best Equity House" na América Latina em 2007 (o terceiro ano consecutivo em que o Credit Suisse obteve o título de "Melhor Banco de Investimentos" e a segunda vez consecutiva "Best Equity House").

Além dos prêmios concedidos à instituição, o Credit Suisse foi aclamado pelas posições de destaque que ocupou na premiação "Deals do Ano" da Revista Latin Finance em 2007, incluindo a oferta pública inicial de ações de emissão da BM&FBOVESPA, no valor de US$3,2 bilhões, eleita a "Melhor Emissão de Ações Primárias", e a oferta de US$1,0 bilhão para Usiminas, eleita a "Melhor Oferta Follow-On".

O Credit Suisse é líder também em corretagem, mercado no qual movimentou US$130,9 bilhões em 2008, segundo a BM&FBOVESPA.

Além disso, no que tange à responsabilidade cultural e social, ao longo de 2008 e em 2009, o Credit Suisse e suas subsidiárias direcionaram e continuarão direcionando recursos para projetos culturais e sociais. Destacam-se, entre os projetos e instituições apoiados, a OSESP (Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo), a OSB (Orquestra Sinfônica Brasileira), a Pinacoteca do Estado de São Paulo, o Museu de Arte Moderna de São Paulo, a Sociedade Cultura Artística e a TUCCA (Associação para Crianças e Adolescentes com Câncer). O suporte a essas iniciativas apoia-se na convicção de que o Credit Suisse deve participar de ações que contribuam tanto para o retorno a seus acionistas, clientes e funcionários quanto para o desenvolvimento cultural e social do Brasil.

ITAÚ BBA

O Itaú BBA é o banco de atacado do conglomerado Itaú Unibanco. Com trajetória marcada por associações bem-sucedidas e visão para oferecer os melhores produtos e serviços para empresas, o Itaú BBA é resultado da fusão dos bancos BBA e das áreas *corporate* do Banco Itaú S.A. e Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. Em 31 de dezembro de 2008, o Itaú BBA apresentou os seguintes resultados: ativos de R$130,3 bilhões, patrimônio líquido de R$5,9 bilhões e lucro líquido de R$411 milhões.

A história do Itaú BBA começa com o BBA Creditanstalt, fundado em 1988 em São Paulo, por Fernão Bracher e Antonio Beltran. A atuação do banco estava voltada para operações financeiras bancárias, com características de atacado, e destaque para *underwriting*, *hedge*, crédito e câmbio.

Em 1991, foi a única instituição brasileira a coordenar o consórcio de bancos estrangeiros para investimentos no programa de privatização de empresas estatais. Ainda no mesmo ano, recebeu autorização do Banco Central para operar subsidiária em Bahamas e atender demanda de clientes na Área Internacional.

Em 1994, assinou acordo de cooperação com a administradora de recursos Paribas Capital. No ano seguinte, juntou-se ao Capital Group, de Los Angeles, para formar a administradora de fundos BBA Capital. Adquiriu a Financiadora Mappin e criou a Fináustria, especializada em financiamento de veículos. Nessa época, já contava com sucursais em Campinas, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte.

Em 2001, o BBA tem novo parceiro de negócios, em razão da compra do Creditanstalt pelo grupo alemão HVB. No ano seguinte, a associação com o Grupo Icatu fez surgir duas empresas: a BBA Icatu Corretora e a BBA Icatu Investimentos.

No final de 2002, ocorreu a associação com o Banco Itaú S.A., surgindo assim uma nova instituição: o Itaú BBA. Com gestão autônoma para conduzir todos os negócios de clientes *corporate* e banco de investimento do grupo, passa a contar com a base sólida de capital e liquidez do Itaú e a especialização e destacada atuação do BBA no segmento de atacado.

Em 2005, o Itaú BBA ampliou as atividades de banco de investimentos e rapidamente consolidou como um importante player de mercado em fusões e aquisições, *equities* e *fixed income local,*

considerando o número e relevância das operações em que participou. A partir de 2008, iniciou expansão de suas atividades em *fixed income* internacional e produtos estruturados.

Em 2009, o Banco Central do Brasil aprovou a associação entre o Itaú e o Unibanco. O Itaú BBA uniu-se com a área *Corporate* do Unibanco, e ainda concentrou as atividades de Tesouraria Institucional do grupo, tendo como desafio ser o melhor banco de atacado, investimento e Tesouraria da América Latina.

Atividade de *Investment Banking* do Itaú BBA

A área de *Investment Banking* do Itaú BBA oferece assessoria a clientes corporativos e investidores na estruturação de produtos de banco de investimento, incluindo renda variável, renda fixa e fusões e aquisições.

Em renda variável, o Itaú BBA oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações e de ADRs, ofertas públicas para aquisição e permuta de ações, além de assessoria na condução de processos de reestruturação societária de companhias abertas e trocas de participações acionárias. A condução das operações é realizada em conjunto com a Itaú Corretora, que tem relacionamento com investidores domésticos e internacionais e possui reconhecida e premiada estrutura independente de pesquisa. Em 2008, o Itaú BBA atuou como coordenador e *bookrunner* de ofertas públicas iniciais e subsequentes que totalizaram R$31,8 bilhões. Nos rankings ANBID e Thomson Finance, o banco fechou o ano de 2008 em primeiro lugar com participação no mercado de 25%.

No segmento de renda fixa, o Itaú BBA conta com equipe dedicada para prover aos clientes diversos produtos no mercado doméstico e internacional, tais como: notas promissórias, debêntures, *commercial papers*, *fixed* e *floating rate notes*, fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC) e certificados de recebíveis imobiliários (CRI). Em 2008, o Itaú BBA participou de operações de debêntures e notas promissórias que totalizaram R$15,1 bilhões e operações de securitização que atingiram R$2,0 bilhões. De acordo com o *ranking* ANBID, o Itaú BBA foi classificado em primeiro lugar no *ranking* 2008 de distribuição de operações em renda fixa e securitização. As participações de mercado somaram, respectivamente, 46% e 42%.

Com equipe especializada, a área de fusões e aquisições do Itaú BBA oferece aos clientes estruturas e soluções eficientes para assessoria, coordenação, execução e negociação de aquisições, desinvestimentos, fusões e reestruturações societárias. A área detém acesso amplo e privilegiado a investidores estratégicos e financeiros para assessorar clientes na viabilização de movimentos societários. De acordo com o *ranking* de fusões e aquisições da Thomson Finance, com base no volume de operações realizadas em 2008, o Itaú BBA ficou em terceiro lugar, com volume total de transações de R$65,8 bilhões.

Adicionalmente, o Itaú BBA tem sido amplamente reconhecido como um dos melhores bancos de investimento do Brasil. Nos últimos dois anos, foi considerado o melhor Banco de Investimento no Brasil, pela revista Global Finance, publicação americana especializada em análises sobre empresas e instituições financeiras dos cinco continentes.

SANTANDER

O Santander é controlado pelo Santander Espanha, o qual em 2007 participou do consórcio que fechou um importante negócio na história da indústria bancária do mundo ao adquirir 86% das ações do banco holandês ABN Amro, por 71 bilhões de euros.

Fundado em 1857, o Santander Espanha possui atualmente US$1,5 trilhão em ativos, administra quase US$1,6 trilhão em fundos, possui mais de 90 milhões de clientes, mais de 14.196 mil agências e está presente em 40 países.

No primeiro semestre de 2009, o Santander Espanha registrou lucro líquido de mais de US$6 bilhões. Na América Latina, que representou no primeiro semestre de 2009 34% dos resultados do Santander no mundo, o Grupo Santander possui 6.050 mil agências, uma carteira de crédito de US$ 137,5 bilhões e registrou um lucro líquido de US$2,4 bilhões.

Em 1957, o Grupo Santander entrou no mercado brasileiro por meio de um contrato operacional celebrado com o Banco Intercontinental do Brasil S.A. Em 1997 adquiriu o Banco Geral do Comércio S.A., em 1998 adquiriu o Banco Noroeste S.A., em 1999 adquiriu o Banco Meridional S.A. (incluindo sua subsidiária, o Banco Bozano, Simonsen S.A.), e em 2000 adquiriu o Banco do Estado de São Paulo S.A. – Banespa. Com a compra do Banco Real, realizada em 24 de julho de 2007 e a posterior incorporação de suas ações em 29 de agosto de 2008, o Santander tem presença ativa em todos os segmentos do mercado financeiro, com uma completa gama de produtos e serviços em diferentes segmentos de clientes – pessoas físicas, pequenas e médias empresas, corporações, governos e instituições. A sua presença está estrategicamente concentrada nas principais cidades das Regiões Sul e Sudeste, responsáveis pela maior fatia do PIB nacional.

No primeiro semestre de 2009, o Santander possuía uma carteira de mais de 10 milhões de clientes, 3.612 pontos de venda e 18.194 caixas eletrônicos, encerrando o primeiro semestre de 2009 com um total de ativos de R$299,6 bilhões e patrimônio líquido de R$25 bilhões. O Santander possui uma participação de 18% do lucro das áreas de negócio e 21% dos resultados do Grupo Santander no mundo e de 53% no resultado da América Latina.

Em 2009, o Santander atuou como *bookrunner* e coordenador em importantes ofertas de ações no Brasil. Participou como coordenador líder da Oferta Pública de Ações do Banco Santander (Brasil) S.A. e da oferta pública inicial de ações da Companhia Brasileira de Meios de Pagamento – Visanet, a maior da história da América Latina, e das ofertas de *follow-on* da Rossi Residencial S.A., da Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A., da MRV Engenharia e Participações S.A., da BRMalls Participações S.A. e da Brasil Foods, o maior *follow-on* da América Latina no ano. Em 2008, atuou em operações com valor total superior a US$12 bilhões. Em particular, atuou como *bookrunner* na oferta secundária da Companhia Vale do Rio Doce em 2008, uma das maiores ofertas de ações da história do Brasil.

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA

Identificação da Companhia	Marfrig Alimentos S.A.
Sede	A sede da Companhia está localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n° 1912, Conjunto 7-B, CEP 01451-000, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.
Diretoria de Relações com Investidores	A Diretoria de Relações com Investidores da Companhia localiza-se na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n° 1912, Conjunto 7-B, CEP 01451-000, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e o responsável por essa diretoria é o Sr. Ricardo Florence dos Santos. O telefone da Diretoria de Relações com Investidores é (55 11) 3093-4700 e o seu endereço eletrônico é ri@marfrig.com.br.
Auditores Independentes da Companhia	BDO Trevisan Auditores Independentes.
Banco Escriturador	Itaú Unibanco S.A. (atual denominação do "Banco Itaú S.A.", em processo de homologação pelo Banco Central do Brasil).
Listagem das Ações	As ações ordinárias de emissão da Companhia estão listadas no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, no qual são negociadas sob o código "MRFG3".
Jornais em que Divulga Informações	A Companhia divulga informações no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico. As informações sobre a oferta serão divulgadas no jornal Valor Econômico.
Website da Companhia	www.marfrig.com.br. As informações constantes do *website* da Companhia não integram o presente Prospecto e não devem ser a ele incorporadas por referência.
Informações Adicionais	Quaisquer informações ou esclarecimentos adicionais sobre a Companhia e a Oferta poderão ser obtidos junto: (i) à Companhia, em sua sede social; (ii) aos Coordenadores nos endereços indicados neste Prospecto ou nos seus respectivos websites: http://www.bradescobbi.com.br/ofertaspublicas (neste website acessar "Marfrig", no item "ações"); www.santandercorretora.com.br, http://www.bb.com.br/ofertapublica; http://br.credit-suisse.com/ofertas; e http://www.itaubba.com.br/portugues/atividades/prospectos.asp; (iii) à BM&FBOVESPA, na Rua XV de Novembro, n° 275, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, ou em seu website: www.bmfbovespa.com.br; ou (iv) à CVM, Rua Sete de Setembro, n° 111, 5° andar, na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, e na Rua Cincinato Braga, n° 340, 2°, 3° e 4° andares, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, ou em seu *website*: www.cvm.gov.br.

IDENTIFICAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, CONSULTORES E AUDITORES

Companhia

Marfrig Alimentos S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, n° 1912, Conjunto 7-B, CEP 01451-000
São Paulo, SP
Fone: (11) 3093-4700
Fax: (11) 3093-4700
Diretor de Relações com Investidores: Sr. Ricardo Florence dos Santos

Coordenadores da Oferta

Coordenador Líder e Coordenador Global

Banco Bradesco BBI S.A.
Avenida Paulista, n° 1450, 8° andar
Fone: (0xx11) 2178-4800
Fax: (0xx11) 2178-4880
At.: Sr. Marcelo Faustino do Nascimento
http://www.bradescobbi.com.br/ofertaspublicas
(neste website acessar "Marfrig", no item "ações")

BB Banco de Investimento S.A.
Rua Senador Dantas, n° 105, 36° andar
Fone: (0xx21) 3808-6340
Fax: (0xx21) 2262-3862
At.: Sr. Renato Bezerra dos Santos
www.bb.com.br/ofertapublica

Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n° 3064, 12°, 13° e 14° andares
Tel: (0xx11) 3841-6800
Fax: (0xx11) 3841-6912
At: Sr. Allan Libman
http://br.credit-suisse.com/ofertas

Banco Itaú BBA S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n° 3400, 4° andar
Fone: (0xx11) 3708-8000
Fax: (0xx11) 3708-8107
At.: Sr. Fernando Fontes Iunes
www.itaubba.com.br/portugues/atividades/prospectos.asp

Banco Santander (Brasil) S.A.

Rua Hungria, n° 1400, 7° andar,
São Paulo, SP
Tel: (0xx11) 3012-7232
Fax: (0xx11) 3012-7393
At.: Sr. Glenn Mallett
www.santandercorretora.com.br

Consultores Legais da Companhia

Em Direito Brasileiro

Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados
Al. Joaquim Eugênio de Lima, 447
São Paulo, SP
Fone: (11) 3147-7600
Fax: (11) 3147-7770
At.: Sr. Carlos Barbosa Mello

Em Direito Norte-Americano

Shearman & Sterling LLP
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 17º andar
São Paulo, SP
Fone: (11) 3702-2200
Fax: (11) 3702-2224
At.: Sr. Robert Ellison

Consultores Legais dos Coordenadores

Em Direito Brasileiro

Pinheiro Neto Advogados
Rua Hungria, n° 1.100
São Paulo, SP
Fone: (11) 3247-8400
Fax: (11) 3247-8600
At.: Sra. Daniela P. Anversa Sampaio Doria

Em Direito Norte-Americano

Cleary Gottlieb Steen & Hamilton LLP
One Liberty Plaza
New York – NY – USA 10006
Fone: (00xx 1 212) 225-2000
Fax: (00xx 1 212) 225-3999
At.: Sr. Nicolas Grabar

Auditores Independentes da Companhia dos últimos três exercícios sociais

BDO Trevisan Auditores Independentes

Rua Bernadino de Campos, n° 1001 – 4º andar

CEP 14015-130, Ribeirão Preto-SP

Fone: (16) 3632-9300

Fax: (16) 3632-4353

At.: Sr. José Luiz Sanches

As declarações da Companhia e do Coordenador Líder, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, encontram-se anexas ao presente Prospecto, nas páginas 345 e 347, respectivamente.

FATORES DE RISCO

Os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente os riscos descritos abaixo antes de tomar uma decisão de investimento nas Ações. Os negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia podem ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos abaixo. O preço de mercado das Ações pode diminuir em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder parte substancial ou a totalidade de seu investimento nas Ações. Riscos adicionais desconhecidos por nós ou que consideramos irrelevantes neste momento também poderão causar efeito adverso relevante em nossos negócios e/ou no preço de negociação das Ações.

RISCOS RELACIONADOS AO BRASIL

O Governo Federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Esta influência, bem como as condições políticas e econômicas brasileiras, podem afetar adversamente as nossas atividades e o valor de mercado das nossas ações.

O Governo Federal frequentemente intervém na economia brasileira e ocasionalmente implementa mudanças significativas na política e regulamentação econômica. As ações do Governo Federal para controlar a inflação e dar efeito a outras políticas e regulamentos incluem, dentre outras medidas, aumentos das taxas de juros, mudanças de políticas fiscais, controle sobre preços, desvalorizações da moeda, controles sobre o fluxo de capital e limites às importações, entre outras medidas. Nossos negócios, situação financeira e resultados operacionais poderão ser adversamente afetados por mudanças de políticas e regulamentos nos níveis federal, estadual ou municipal que envolvam ou afetem fatores tais como:

- taxas de juros;
- controle no câmbio e restrições a remessas ao exterior;
- variações cambiais;
- inflação;
- liquidez no mercado doméstico financeiro e de capitais e mercado de empréstimos;
- política fiscal e regime tributário; e
- outros acontecimentos políticos, sociais e econômicos no Brasil ou que afetem o Brasil.

A incerteza sobre o fato de o Governo Federal implementar ou não mudanças em políticas e regulamentos que afetem esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para um aumento da volatilidade dos mercados brasileiros de valores mobiliários e de títulos emitidos no exterior por empresas brasileiras.

Um exemplo recente de modificação legal foi a imposição de IOF/Câmbio sobre os valores ingressados no País por investidores não residentes no País para aplicações no mercado financeiro e de capitais, à alíquota de 2%, a partir de 20 de outubro de 2009.

Esforços do governo para combater a inflação podem retardar o crescimento da economia brasileira e prejudicar nossos negócios.

No passado, o Brasil sofreu taxas de inflação extremamente altas e, consequentemente, adotou políticas monetárias que resultaram em uma das maiores taxas reais de juros do mundo. Entre janeiro de 2004 e o mês de setembro de 2009, a SELIC variou entre 16,5% e 8,75% ao ano. A inflação e as medidas adotadas pelo governo brasileiro para combatê-la, principalmente por meio do Banco Central, tiveram e podem voltar a ter efeitos consideráveis sobre a economia brasileira e sobre nossos negócios. O Brasil pode passar por aumentos relevantes da taxa de inflação no futuro. Pressões inflacionárias podem levar à intervenção do Governo Federal sobre a economia, incluindo a implementação de políticas governamentais que podem ter um efeito adverso para nós e nossos clientes. Ademais, se o Brasil experimentar altas taxas de inflação, podemos não ser capazes de reajustar os preços de nossos produtos de maneira suficiente para compensar os efeitos da inflação em nossa estrutura de custos, o que pode ter um efeito adverso para nós. Além disso, podemos não ter condições de ajustar os preços praticados para compensar os efeitos da inflação em nossa estrutura de custos.

A instabilidade cambial e a desvalorização do Real podem prejudicar a economia brasileira e a nós.

Em consequência de pressões inflacionárias, a moeda brasileira, no passado, desvalorizou-se periodicamente em relação ao dólar Norte-Americano e outras moedas estrangeiras. No passado, o Governo Federal implementou vários planos econômicos e utilizou várias políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas, durante as quais a frequência dos reajustes variava entre diária e mensal, sistemas de câmbio flutuante, controles cambiais e mercados cambiais duplos. De tempos em tempos, há oscilações significativas na taxa de câmbio entre a moeda brasileira, de um lado, e o dólar Norte-Americano e outras moedas, de outro. Por exemplo, o real desvalorizou 18,5% e 53,2% frente ao dólar, em 2001 e 2002, respectivamente, e valorizou 18,3%, 8,1%, 12,1% 8,5% e 16,7% frente ao dólar, em 2003, 2004, 2005, 2006 e 2007, respectivamente. Em 2008, o real sofreu uma desvalorização de, aproximadamente, 24,2% em relação ao dólar. Não se pode garantir que o real não sofrerá uma desvalorização ou uma valorização em relação ao dólar novamente. Em 31 de dezembro de 2008, a taxa de câmbio entre o real e o dólar era de R$2,337 por US$1,00. Em 30 de setembro de 2009, a taxa de câmbio entre o real e o dólar era de R$1,7781 por US$1,00, segundo o BACEN.

Desvalorizações do real em relação ao dólar Norte-americano poderiam criar mais pressões inflacionárias no Brasil, acarretar aumentos das taxas de juros, limitar nosso acesso a mercados financeiros estrangeiros e provocar a adoção de políticas recessivas pelo Governo Federal. Por outro lado, a apreciação do real em relação ao dólar Norte-americano pode levar a uma deterioração da conta corrente e do balanço de pagamentos do Brasil e provocar uma redução das exportações do país. Qualquer um dos acontecimentos acima pode prejudicar a economia brasileira, como um todo, e, especificamente, nossos resultados operacionais e o valor de mercado de nossas Ações.

Acontecimentos e a percepção de riscos em outros países, sobretudo nos Estados Unidos da América e em países de economia emergente, podem prejudicar o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive das Ações.

O preço de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, principalmente dos Estados Unidos, bem como países da América Latina e países de economia emergente. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive das Ações. Crises nos Estados Unidos da América e em outros países de economia emergente podem reduzir o

interesse dos investidores nos valores mobiliários das companhias brasileiras, inclusive em as Ações. Isso poderia prejudicar o preço de mercado das Ações, além de dificultar o acesso da Companhia ao mercado de capitais e ao financiamento das operações da Companhia no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos.

RISCOS RELACIONADOS AO SETOR E AOS NOSSOS NEGÓCIOS

A crise econômica global pode afetar adversamente nossos negócios e o resultado de nossas operações.

Diversas empresas dos setores em que atuamos foram materialmente afetadas de forma negativa pela crise econômica e financeira em 2008 e 2009, a qual aumentou a volatilidade de nossos mercados. Adicionalmente, a crise financeira global tem tido consequências importantes, gerando diversos reflexos, que direta ou indiretamente afetam o mercado acionário e a economia do Brasil e dos demais mercados em que atuamos, tais como oscilações nas cotações de valores mobiliários de companhias abertas, falta de disponibilidade de crédito, aumento nas taxas de juros, desaceleração generalizada da economia mundial, volatilidade cambial e pressões inflacionárias, dentre outros, que podem, direta ou indiretamente, afetar negativamente os nossos negócios.

Nossas operações internacionais e de exportação nos expõem a riscos políticos e econômicos em outros países, bem como a riscos relacionados a flutuações de moeda.

As exportações respondem por parcela significativa das nossas vendas líquidas, representando 46,6% das nossas vendas líquidas em 2008 e 39,3% no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009. Nosso desempenho financeiro futuro dependerá significativamente das condições econômicas, políticas e sociais dos nossos principais mercados de exportação. Ademais, nossas operações internacionais podem ser significativamente afetadas por restrições e tarifas de importação ou outras medidas de proteção ao comércio e exigências de licença de importação ou exportação. Nossa capacidade de conduzir nossas operações internacionais e exportar nossos produtos no futuro pode ser adversamente afetada por fatores que estão fora de nosso controle.

A ocorrência de qualquer dos riscos acima mencionados, bem como de outros fatores que estão fora de nosso controle, poderá afetar negativamente nossos negócios e resultados operacionais.

Riscos sanitários relativos ao setor alimentício podem prejudicar nossa capacidade de vender nossos produtos.

Estamos sujeitos aos riscos que afetam o setor de alimentos em geral, inclusive riscos causados por contaminação ou deterioração de alimentos, questões relativas à nutrição e saúde, reclamações de responsabilidade de produto, adulteração de produto, indisponibilidade e custo de seguro e o custo potencial e transtorno de um *recall* de produto. Qualquer risco à saúde, real ou possível, associado aos nossos produtos, inclusive publicidade negativa referente a estes riscos, podem também causar a perda de confiança de nossos clientes na segurança e qualidade de nossos produtos. Nosso setor poderá sofrer publicidade negativa se os produtos de terceiros forem contaminados, e isso poderia resultar na queda de demanda do consumidor por nossos produtos da categoria afetada. Nossos sistemas para cumprimento das normas governamentais podem não ser totalmente eficientes para minimizar os riscos relativos à segurança alimentar. Podemos ser demandados a indenizar consumidores em caso de contaminação ou deterioração de alimentos. Qualquer contaminação de produto poderia ter um efeito significativamente adverso em nossos negócios, nos nossos resultados operacionais, condição financeira ou em nossas perspectivas.

Nossos resultados operacionais estão sujeitos a fatores cíclicos e volatilidade que afetam tanto os preços de nossas matérias-primas quanto os nossos preços de venda.

O nosso negócio é em grande parte dependente do custo e fornecimento de milho, farelo de soja, soja em grãos, suínos, bovinos, leite *in natura* e demais matérias-primas, bem como do preço de venda dos nossos produtos de aves, suínos, bovinos, produtos lácteos e processados, bem como de produtos protéicos que com eles concorrem, todos os quais são determinados pelas forças de mercado de oferta e demanda em constante mutação, e outros fatores sobre os quais temos pouco ou nenhum controle, mesmo na ausência de uma crise econômica e financeira global. Esses outros fatores incluem, entre outros, flutuações nos níveis de produção de aves, suínos, bovinos, leite in natura, doméstica e global, regulamentação ambiental, conjuntura econômica, condições climáticas, doenças de animais e safra de grãos, custo do frete internacional e flutuações das taxas de câmbio. Nosso setor econômico, tanto no Brasil quanto no exterior, também é caracterizado por períodos cíclicos de preços e lucratividade mais altos, seguidos de superprodução, conduzindo, assim, a períodos de preços e lucratividade menores. Não somos capazes de mitigar esses riscos mediante a celebração de contratos de longo prazo com nossos clientes e com a maioria de nossos fornecedores, uma vez que esses contratos não são usuais no nosso setor. Nosso desempenho financeiro é afetado por custos de frete nacionais e internacionais, que são vulneráveis a flutuações no preço do petróleo. Talvez não tenhamos êxito ao tratar dos efeitos das variações cíclicas e da volatilidade sobre custos e despesas ou sobre a precificação de nossos produtos e, neste caso, o nosso desempenho financeiro como um todo poderá ser adversamente afetado.

Conhecimento limitado acerca das contingências da Seara.

Como parte do processo de Aquisição, realizamos diligências legal e contábil na Seara com o objetivo exclusivo de ajustar o valor devido à Cargill Inc. de acordo com os termos do contrato de compra e venda, que somente permitia o ajuste do preço em casos limitados.

Referidas diligências legal e contábil tiveram, portanto, caráter limitado, e portanto, não possuímos informações completas a respeito da situação econômica e financeira das empresas, incluindo a Seara, que adquiriremos da Cargill Inc. Adicionalmente, a Cargill Inc. não prestou qualquer declaração ou garantia à Companhia a respeito da inexistência de passivos envolvendo os ativos objeto da Aquisição, de modo que o contrato de compra e venda não prevê indenização por parte da Cargill Inc. à Companhia nas hipóteses de qualquer violação às declarações, garantias e obrigações contidas no contrato de compra e venda.

Após a conclusão da nossa diligência legal e auditoria contábil, acordamos, em outubro de 2009, com a Cargill Inc que haverá um ajuste de preço em nosso favor de um valor entre US$ 13,0 milhões e US$ 14,0 milhões. O valor final do ajuste ("Ajuste do Preço") dependerá da realização de acordo pela Seara em determinados processos judiciais com o objetivo de encerrá-los. O Ajuste de Preço é independente de potenciais outros ajustes relativos à posição de capital de giro da Seara, que ocorrerão anteriormente à transferência das ações da Seara e suas subsidiárias para nós, e que não foram calculados ainda. Esperamos que tanto o Ajuste de Preço, quanto os potenciais ajustes relativos à posição de capital de giro da Seara sejam realizados simultaneamente quando da transferência das ações da Seara e suas subsidiárias para a Companhia.

Adicionalmente, no transcurso de nossa diligência legal, identificamos contingências relacionadas a aspectos trabalhistas e tributários, entre outros, cujos valores provisionados pela Seara podem não ser suficientes para fazer frente aos valores em discussão. Identificamos, por exemplo, reclamações trabalhistas individuais discutindo acidentes de trabalho, insalubridade e duração da jornada de trabalho e ações civis públicas em andamento, envolvendo, entre outras matérias, saúde e segurança do trabalho decorrentes do resfriamento das salas de corte. Também identificamos processos tributários relacionados à utilização de crédito presumido de IPI e créditos de PIS e COFINS.

Desse modo, poderemos incorrer em perdas significativas caso os valores provisionados pela Seara e o Ajuste do Preço não sejam suficientes para cobrir as perdas que a Seara venha a sofrer com tais contingências, o que poderá afetar de maneira substancialmente adversa a nossa situação patrimonial e financeira e consequentemente o preço das nossas Ações.

As informações operacionais relativas à Seara incluídas neste Prospecto podem ser imprecisas e incompletas.

Apresentamos, exclusivamente para fins informativos, determinadas informações operacionais relativas à Seara, que foram obtidas com base em informações publicamente disponíveis e representam o nosso melhor conhecimento e a expectativa da nossa administração sobre essas informações. Entretanto, essas informações operacionais não são fatos, não foram independentemente verificadas por nós e, portanto, não se deve confiar nelas como sendo necessariamente indicativas dos negócios da Seara. Desse modo, as informações operacionais da Seara apresentadas neste Prospecto poderão diferir significativamente da realidade.

A aquisição da Seara será submetida a aprovação dos órgãos regulatórios no Brasil e no exterior.

A Aquisição está sujeita à aprovação dos órgãos do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e aos órgãos competentes na União Europeia, que poderão rejeitá-la ou impor condições significativas e dispendiosas para a sua aprovação, incluindo a possibilidade de obrigações de alienação de unidades industriais, linhas de produtos.

Nos termos do contrato de compra e venda celebrado com a Cargill Inc., nos obrigamos a manter a Cargill Inc., indene a todos os efeitos adversos de eventuais condições impostas pelos órgãos do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência ou pelos órgãos competentes na União Europeia para a aprovação da Aquisição. A rejeição da Aquisição ou a aprovação da Aquisição condicionada ao cumprimento de determinadas condições poderá impactar adversamente os nossos negócios, situação financeira e resultado operacional e, consequentemente, o preço das nossas ações.

A criação de animais e o processamento de carnes envolvem riscos de controle de doenças e saúde animal, que podem impactar de forma adversa os resultados de nossas operações e condição financeira.

Nossas operações incluem a criação de bovinos, suínos, ovinos e aves. Estas operações, por conseguinte, demandam a manutenção de animais com estrito controle de saúde. Um surto de doenças que afetam os animais como, por exemplo, a mais recente Gripe A (H1N1), ou ainda, a gripe aviária, no caso das aves, a febre aftosa ou febre suína e a doença da orelha azul, no caso dos suínos, bovinos, bufalinos, ovinos e outros animais que possuem cascos fendidos, e a encefalopatia espongiforme bovina, no caso de bovinos, podem exigir a destruição de animais, ou a interrupção da venda de alguns produtos aos clientes no Brasil e no exterior. A destruição de aves ou suínos impede que sejam recuperados os custos incorridos com sua criação ou aquisição, além de resultar em gastos adicionais para a sua inutilização.

Quer tenhamos ou não um surto de Gripe A ou qualquer pandemia ou surto similar no Brasil, outros surtos em qualquer parte do mundo poderiam ter um impacto negativo no consumo de nossos produtos nos principais mercados de exportação ou no País e um surto de grandes proporções afetaria de forma negativa nossas vendas líquidas e desempenho financeiro geral.

Barreiras comerciais mais rígidas em mercados importantes de exportação podem afetar de forma negativa os resultados de nossas operações.

Devido ao crescimento do *market share* internacional dos produtos brasileiros de aves, suínos e bovinos, os exportadores brasileiros estão sendo cada vez mais afetados pelas medidas tomadas

por países importadores para proteger os produtores locais. A competitividade das companhias brasileiras levou alguns países a estabelecerem barreiras comerciais para limitar o acesso de companhias brasileiras aos seus mercados ou mesmo subsidiar os produtores locais. Alguns países impõem quotas de importação de suínos brasileiros e produtos de aves e atrasos na alocação dessas quotas ou mudanças na legislação ou políticas relacionadas a essas quotas podem afetar adversamente nossas exportações.

Qualquer uma das restrições citadas acima pode afetar nossos volumes de exportação e, consequentemente, nossas receitas de exportação e desempenho financeiro. No caso de criação de novas barreiras comerciais em nossos mercados-chave de exportação, podemos ter dificuldade para redistribuir nossos produtos para outros mercados em condições favoráveis podendo afetar nossos negócios e consequentemente o desempenho financeiro da Companhia.

Estamos sujeitos a extensa legislação e regulação governamental no Brasil e nos demais mercados domésticos em que atuamos bem como em países para os quais exportamos.

Nossas principais atividades – a produção, industrialização e comercialização de produtos alimentícios nos mercados domésticos e externos e nossos estabelecimentos são regulados e supervisionados regularmente pelo governo brasileiro federal, estadual e municipal e pelos governo dos mercados domésticos em que atuamos, bem como estão sujeitas a regulamentação extensa e inspeção com relação à industrialização, ao acondicionamento, armazenamento, distribuição, publicidade e etiquetagem de nossos produtos, inclusive normas de segurança alimentar. Nossos produtos exportados são inspecionados com frequência pelas autoridades competentes em segurança alimentar e qualquer violação constatada durante as inspeções poderá resultar na devolução e/ou destruição parcial ou total do lote e em custos decorrentes de atrasos na entrega de produtos a nossos clientes.

Alguns de nossos estabelecimentos bem como alguns dos rótulos de nossos produtos não estão registrados no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e estamos sujeitos a diversas sanções pela faltas destes registros tais como autos de advertência, autos de infração com multas administrativas e embargos às atividades. Quaisquer mudanças nas regulamentações governamentais relacionadas às nossas principais atividades nos mercados interno e externo poderão nos impor um ônus relevante, inclusive requerer investimentos adicionais ou outros custos não previstos para atender a novas regulamentações e especificações de produtos, o que poderá causar um efeito adverso relevante em nossa Companhia.

O nosso nível de endividamento poderá prejudicar nossos negócios.

Atualmente, possuímos um endividamento significativo e também poderemos incorrer em dívidas maiores no futuro. Em 30 de setembro de 2009, possuíamos R$ 4.594,9 milhões de dívidas totais, dos quais aproximadamente 25,4% ou R$1.164,7 milhões eram em reais e aproximadamente 74,6% ou R$3.429,7 milhões eram denominados em dólar. Além disso, R$0,5 milhão do endividamento era denominado em pesos. Adicionalmente, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009, tivemos um fluxo de caixa operacional positivo no valor de R$0,2 milhões. Nos últimos três anos, financiamos parcela de nossas atividades com endividamento.

A impossibilidade de incorrer em dívidas adicionais pode impedir a nossa capacidade de investir em nosso negócio e de fazer dispêndios de capital necessários ou aconselháveis, o que pode reduzir as nossas vendas futuras e afetar negativamente nossa condição financeira. Além disso, os recursos necessários para cumprir com as obrigações de pagamento dos empréstimos tomados podem reduzir a quantia disponível para dispêndios de capital o que poderá prejudicar nossos resultados operacionais.

Se o nosso fluxo de caixa operacional não crescer como esperamos ou desacelerar ou diminuir de modo significativo, por qualquer razão, nós poderemos não ser capazes de cumprir com as nossas obrigações de pagamento de dívidas. Se não formos capazes de cumprir com nossas obrigações, podemos ter que renegociar nossas obrigações ou buscar capital adicional ou até vender nossos ativos. Em um cenário desses, poderemos ser incapazes de obter financiamentos ou vender nossos ativos em termos satisfatórios ou mesmo vendê-los podendo, dessa forma, prejudicar os nossos resultados operacionais.

A Aquisição poderá fazer com que nossos covenants financeiros sejam descumpridos.

Caso tenhamos que recorrer à linha de crédito concedida pelo Bradesco para o financiamento da Aquisição, nosso nível de endividamento poderá aumentar substancialmente e poderemos descumprir nossos *covenants* financeiros, podendo desta forma antecipar o vencimento de várias de nossas dívidas, o que poderá acarretar um efeito substancialmente adverso e relevante para nossos negócios.

Alguns de nossos contratos financeiros contêm cláusulas de inadimplemento cruzado.

Os contratos que disciplinam parte de nosso endividamento contêm cláusulas de inadimplemento cruzado ou antecipação cruzada, que determinam que a ocorrência de um evento de inadimplemento sob uma das dívidas pode acionar um evento de inadimplemento de outras dívidas ou permitir que os credores dessas dívidas antecipem seus vencimentos. Desta forma, o vencimento antecipado de uma de nossas dívidas poderia acarretar o vencimento de outras dívidas, o que poderia afetar adversamente o nosso resultado operacional e o preço das ações.

As leis e regulamentos ambientais podem exigir dispêndios maiores que aqueles em que atualmente incorremos para seu cumprimento, e o descumprimento dessas leis e regulamentos pode resultar em penalidades civis, criminais e administrativas.

Nós, como outros produtores de alimentos no Brasil e nos mercados domésticos em que atuamos, estamos sujeitos a rigorosas leis ambientais locais, estaduais e federais, assim como a regulamentos, autorizações e licenças que abrangem, entre outras coisas, a manutenção compulsória de certas áreas preservadas localizadas em nossas propriedades e a averbação dessas áreas de reserva legal nas matrículas dos respectivos imóveis, a destinação dos resíduos e das descargas de poluentes na água e no solo, e que afetam as nossas atividades. Alguns de nossos imóveis rurais não possuem registro em suas matrículas da sua respectiva reserva legal. Qualquer descumprimento destas leis, regulamentos, licenças e autorizações, ou falha na sua obtenção ou renovação, podem resultar na aplicação de penalidades civis, criminais e administrativas, tais como imposição de multas, cancelamento de licenças e revogação de autorizações, além da publicidade negativa e da responsabilidade pelo saneamento ou por danos ambientais. Nós já incorremos e continuaremos a incorrer em dispêndios de capital e operacionais para cumprir estas leis e regulamentos. Devido à possibilidade de regulamentos ou outros eventos não previstos, especialmente considerando que as leis ambientais se tornem mais rigorosas no Brasil e nos mercados domésticos em que atuamos, o montante e prazo necessários para futuros gastos para manutenção da conformidade com os regulamentos pode aumentar e afetar de forma adversa a disponibilidade de recursos para dispêndios de capital e para outros fins. A conformidade com novas leis ou com as leis e regulamentos ambientais em vigor podem causar um aumento nos nossos custos e despesas, resultando, consequentemente, em lucros menores.

Podemos não ter sucesso em integrar as atividades regulares das empresas adquiridas às nossas operações.

Analisamos e buscamos regularmente oportunidades de crescimento estratégico por meio de aquisições. As aquisições, especialmente aquelas que envolvem companhias de grande porte, podem representar desafios financeiros, administrativos e operacionais. Poderemos, também, ter

problemas financeiros e outros problemas se os negócios adquiridos ou que venhamos a adquirir no futuro derem origem a passivos ou outros problemas dos quais não tínhamos conhecimento. As aquisições fora do Brasil podem apresentar dificuldades adicionais, tais como cumprimento de regimes legais e regulatórios de países estrangeiros e integração de pessoal com diferentes práticas administrativas e podem aumentar nossa exposição a riscos associados a operações internacionais. Todos estes fatores, em conjunto ou individualmente, podem afetar adversamente o nosso resultado operacional e o preço de nossas Ações.

A Companhia pode não ser bem sucedida em capturar as sinergias das aquisições realizadas.

A Companhia realizou diversas aquisições nos últimos anos e recentemente firmou compromisso irrevogável de compra e venda para aquisição da totalidade do negócio brasileiro de proteínas animais (aves, suínos e industrializados) da Cargill Inc., representado pela Seara e por afiliadas na Europa e na Ásia, incluindo a marca "SEARA" no Brasil e no Exterior e também firmamos um contrato vinculante para aquisição inicial de 51% do Grupo Zenda e os restantes 49% até 31 de julho de 2012. Aquisições envolvem inúmeros riscos, incluindo dificuldades de assimilação das operações da empresa adquirida, participação em mercados nos quais não temos experiência ou temos experiência limitada, perda potencial de clientes, de executivos-chave e empregados da empresa adquirida e risco de exposição a responsabilidades relativas a contingências ou passivos incorridos pela empresa adquirida. Todos esses riscos podem ter um efeito adverso em seus negócios e resultados operacionais.

A deterioração das relações trabalhistas poderá afetar negativamente nossos negócios.

Nosso setor depende da disponibilidade intensiva de mão-de-obra e qualquer aumento em seus custos ou a deterioração das relações empregatícias poderá gerar paralisações. A maioria desses empregados é representada por sindicatos e nossas relações com esses empregados são regidas por acordos coletivos de trabalho. Sendo assim, novos acordos poderão apresentar prazos de duração menores do que os de nossos acordos históricos. Caso não consigamos negociar acordos coletivos de trabalho aceitáveis, poderemos ficar sujeitos a paralisações de trabalho por iniciativa dos sindicatos, incluindo greves, podendo afetar negativamente nossos negócios e o preço de nossas Ações.

A consolidação de nossos clientes poderia ter impacto negativo sobre nossos negócios.

Nossos clientes, tais como supermercados, clubes atacadistas e distribuidores de alimentos, realizaram consolidações nos últimos anos. Essas consolidações produziram clientes de grande porte, sofisticados, com maior poder de compra, e, portanto, mais aptos a operar com estoques menores, opondo-se a aumentos de preços e exigindo preços menores, aumento de programas promocionais e produtos especificamente personalizados. Esses clientes também podem usar o espaço para exposição de nossos produtos para expor seus produtos, de marca própria. Caso não reajamos a essas tendências, o crescimento de nosso volume de vendas poderá ser lento ou talvez precisemos baixar preços ou aumentar os dispêndios com promoção de nossos produtos, prejudicando nossos resultados financeiros com a tomada de quaisquer de tais medidas.

Nossos negócios dependem de nossa habilidade em recrutar e reter profissionais capacitados.

Nossos negócios dependem da manutenção de nossa alta administração, em particular com relação à implementação de nossas estratégias e ao desenvolvimento de nossas operações que dependem de certos membros-chave de nossa administração, bem como de nossa habilidade em recrutar e reter profissionais capacitados para a sua condução. Não podemos garantir que não incorreremos em custos substanciais para a contratação de pessoal qualificado. A perda de membros de nossa administração pode nos afetar adversamente.

Adicionalmente, o contrato de compra e venda celebrado no âmbito da Aquisição garante o direito à Cargill Inc. de recrutar determinados profissionais que atualmente trabalham para a Seara. A contratação desses profissionais pela Cargill Inc. ou os custos que teremos que incorrer para manter tais profissionais em nossos quadros poderão afetar de modo adverso os nossos negócios.

Os interesses dos nossos empregados e administradores podem ficar excessivamente vinculados à cotação das ações de nossa emissão, uma vez que sua remuneração baseia-se também em opções de compra de ações de nossa emissão.

Em 11 de maio de 2009, o Conselho de Administração da Companhia reformulou e consolidou o plano de opções de ações da Companhia ("Plano"), o qual foi aprovado em 29 de maio de 2009, por meio de uma Assembleia Geral Extraordinária, que tem como objetivo permitir que nossos administradores, empregados e prestadores de serviços adquiram ações de nossa emissão, com vistas a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos de nossos administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle; e (c) possibilitar à Companhia ou outras sociedades sob o seu controle atrair e manter vinculados administradores, empregados e prestadores de serviços.

O Plano compreende três diferentes programas que definem preços e condições de exercício diversos entre si, sendo que o total de opções de ações outorgadas aos empregados e administradores, por intermédio dos três programas, em 2009 foi de 704.330 opções, sendo que 113.800 com vencimento das opções em 2009, 160.133 em 2010 e as restantes até 2013.

A vinculação da remuneração dos nossos administradores e empregados à cotação das nossas ações pode distorcer os incentivos para uma gestão voltada à valorização das nossas ações no curto prazo em detrimento de uma gestão sustentável.

Para maiores informações sobre o Plano de Opções, vide a seção "Administração", na página 264 deste Prospecto.

Enfrentamos forte competição de empresas brasileiras e estrangeiras na produção, industrialização e comercialização de nossos produtos.

Atuamos em setores altamente competitivos. Competimos com empresas brasileiras e estrangeiras quanto à qualidade e ao custo da matéria prima e mão de obra. Alguns de nossos competidores possuem maiores disponibilidades financeiras, além de produtos e carteira de clientes mais ampla de forma que se não nos mantermos competitivos poderemos ter nossa participação de mercado negativamente afetada, o que pode afetar adversamente o nosso resultado operacional e o preço das Ações.

Estamos sujeitos a riscos relacionados a países da América do Sul.

Além de possuirmos operações no Brasil, é parte de nossa estratégia de diversificação de risco termos operações em outros países da América do Sul, tais como Argentina, Uruguai e Chile. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009, nossa receita líquida decorrente das Divisões Argentina e Uruguai representaram, no agregado, 22,1% do total de nossa receita líquida, dos quais 47,4% originados dos mercados internos desses países. Estamos sujeitos a riscos relativos às condições econômicas, políticas e sociais nos demais mercados domésticos da América do Sul em que atuamos. Podemos ser adversamente afetados por fatores que estão além de nosso controle em tais mercados, principalmente como:

- Interferência dos governos locais nas políticas econômicas;
- Instabilidade cambial e desvalorização das moedas locais;

- Deterioração das condições econômicas;
- Inflação e taxas de juros;
- Controle no câmbio e restrições a remessas ao exterior;
- Política fiscal e regime tributário;
- Liquidez no mercado financeiro e de capitais e mercado de empréstimos; e
- Outros acontecimentos políticos, sociais e econômicos que afetem os mercados domésticos da América do Sul.

A ocorrência de quaisquer dos fatores acima, bem como de qualquer outro fator que afete as condições econômicas, políticas e sociais dos mercados domésticos da América Latina em que atuamos, poderão nos afetar de maneira adversa e relevante.

RISCOS RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES

A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as Ações pelo preço e ocasião que desejam.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado, podendo ser mais volátil do que os principais mercados de valores mobiliários mundiais. Ao final de setembro, a capitalização bursátil das 386 empresas listadas na BM&FBOVESPA era de R$ 2,1 trilhões. No Final de setembro, as empresas integrantes do Ibovespa e do IBrX-100 representaram 75,5% e 83,4%, respectivamente, do valor total da capitalização. No mês de setembro, o volume financeiro foi de R$ 114,2 bilhões, montante 20% superior ao mês anterior, correspondendo a uma média diária de R$ 5,4 bilhões, a maior desde setembro de 2008. A média diária de negócios em setembro foi de 340.186 contra 344.449 em agosto. O Ibovespa encerrou o mês de setembro em 61.571 pontos, acumulando uma valorização nominal de 63,8% no ano de 2009. As dez maiores companhias, em termos de capitalização de mercado representavam, aproximadamente, 55,7% da capitalização de mercado agregada de todas as companhias listadas na BM&FBOVESPA em 31 de maio de 2009. Não podemos assegurar que após a conclusão da Oferta haverá aumento significativo da liquidez de nossas Ações, o que poderá limitar consideravelmente a capacidade do adquirente de nossas Ações de vendê-las pelo preço e na ocasião desejados.

Os investidores da Oferta sofrerão diluição imediata do valor contábil de seus investimentos na aquisição das nossas Ações.

Esperamos que o Preço por Ação desta Oferta exceda o valor patrimonial por ação. Sendo assim, os investidores desta Oferta pagarão um Preço por Ação maior do que o total de nosso ativo, menos o total de nosso passivo, dividido pelo número total das nossas Ações, resultando na diluição imediata e substancial do valor patrimonial de seus investimentos em nossa Companhia. Para informações adicionais, veja a seção "Diluição", na página 126 deste Prospecto.

Os interesses de nosso Acionista Controlador podem ser conflitantes com os interesses de nossos investidores.

Nosso Acionista Controlador tem poderes para, entre outras coisas, eleger a maioria dos membros de nosso Conselho de Administração e determinar o resultado de deliberações que exijam

aprovação de acionistas, inclusive em operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, alienações de ativos, parcerias e a época do pagamento de quaisquer dividendos futuros, observadas as exigências de pagamento do dividendo obrigatório, impostas pela Lei das Sociedades por Ações. Nosso Acionista Controlador poderá ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos, parcerias, buscar financiamentos ou operações similares que podem ser conflitantes com os interesses dos nossos investidores e causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Os titulares de nossas Ações poderão não receber dividendos.

De acordo com a Lei de Sociedades por Ações e com nosso Estatuto Social, precisamos pagar dividendos aos nossos acionistas no valor de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) de nosso lucro líquido anual, conforme determinado e ajustado. Esses ajustes do lucro líquido para os fins de cálculo da base dos dividendos incluem contribuições a diversas reservas que efetivamente reduzem o valor disponível para o pagamento de dividendos. A despeito da exigência do dividendo obrigatório, podemos optar por não pagar dividendos aos nossos acionistas em qualquer exercício fiscal, se o nosso Conselho de Administração determinar que essas distribuições não seriam aconselháveis em vista de nossa condição financeira. Para informações adicionais sobre dividendos, veja a seção "Dividendos e Política de Dividendos", na página 306 deste Prospecto.

Ademais, somos parte em diversos contratos financeiros, nos quais nos obrigamos a não efetuar pagamento de dividendos em valor superior ao estabelecido em lei, bem como que restringem nossa capacidade de pagar dividendos aos nossos acionistas se estivermos descumprindo as obrigações previstas em referidos contratos. Não podemos garantir que, no futuro, seremos capazes de atender às exigências necessárias para efetuar o pagamento de dividendos. Para informações adicionais sobre nossos contratos financeiros e nossas aquisições, veja a seção "Discussão e Análise da Administração sobre a Situação Financeira e o Resultado das Operações – Contratos Relevantes" e "Atividades da Companhia – Contratos Relevantes", nas páginas 184 e 255, respectivamente, deste Prospecto.

Vendas substanciais das ações ordinárias de nossa emissão depois da Oferta poderão causar uma redução no preço das ações ordinárias de nossa emissão.

Nós, alguns de nossos administradores e nosso Acionista Controlador celebrarão um acordo de não disposição das ações ordinárias de nossa emissão da Companhia, pelo qual não poderão vender, alienar ou de qualquer outra forma dispor das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade, bem como a negociar ações ordinárias de emissão da Companhia e derivativos lastreados em ações ordinárias de emissão da Companhia, por um período de 90 (noventa) dias após a publicação do Anúncio de Início, exceto com relação às Ações Suplementares e às ações ordinárias de emissão da Companhia objeto de empréstimo a ser concedido ao Credit Suisse visando às atividades previstas no Contrato de Estabilização.

A ocorrência de vendas ou uma percepção de possibilidade de ocorrência de vendas, de um número substancial de nossas Ações pode afetar adversamente o valor de mercado de nossas Ações.

A captação de recursos adicionais por meio de uma oferta de ações poderá diluir a participação acionária dos investidores em nossa Companhia.

Poderemos, no futuro, captar recursos por meio da emissão pública ou privada de títulos de dívida, conversíveis ou não em ações, ou de ações. A captação de recursos adicionais por meio da emissão de ações ou de títulos conversíveis em ações poderá, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, ser feita com exclusão do direito de preferência de nossos acionistas, inclusive dos investidores em nossas Ações, e poderá, portanto, diluir a participação acionária dos investidores em nossas Ações.

A participação de Pessoas Vinculadas na Oferta poderá ter um impacto adverso na liquidez das Ações e impactar a definição do Preço por Ação.

O Preço por Ação será determinado após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. Nos termos da regulamentação em vigor, caso a demanda verificada na Oferta seja inferior a quantidade de ações da Oferta base acrescida de 1/3 (um terço), serão aceitas no Procedimento de *Bookbuilding* intenções de investimento de Pessoas Vinculadas que sejam consideradas Investidores Institucionais, limitados ao percentual máximo de 15% da Oferta, o que poderá ter um impacto adverso na liquidez esperada das Ações e na definição do Preço por Ação. Portanto, o Preço por Ação poderá diferir dos preços que prevalecerão no mercado após a conclusão desta Oferta.

O Coordenador Líder pode ter um conflito de interesse na Oferta.

Investidores nesta Oferta devem levar em consideração o fato de que pode existir um conflito de interesse por parte do Coordenador Líder da Oferta. O Coordenador Líder faz parte do conglomerado financeiro do Banco Bradesco S.A. que emitiu carta de fiança no valor de US$ 706,2 milhões para garantir o apgamento da totalidade do preço da Aquisição e parte significativa dos recursos obtidos nesta Oferta serão ser utilizados para a conclusão da Aquisição, uma vez finalizada a due diligence em Seara. Ademais, o Coordenador Líder participou e continua a participar ativamente da Aquisição como assessor financeiro da Companhia.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Estimamos que os recursos líquidos provenientes da Oferta serão, após a dedução das comissões devidas por nós no âmbito da Oferta, de aproximadamente R$1.238.496.000,00 milhões, com base no Preço por Ação de R$21,00 (valor correspondente a cotação das ações ordinárias de nossa emissão na BM&FBOVESPA em 23 de outubro de 2009), sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares e as Ações Adicionais. O Preço por Ação efetivo será fixado após a conclusão do Procedimento de Bookbuilding e será informado no Prospecto Definitivo.

A tabela abaixo demonstra, de forma aproximada, a destinação que pretendemos dar aos recursos líquidos provenientes da Oferta em percentuais aproximados, sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

Destinação	**Percentual**	**Valor Estimado (R$)(1)(2)**
Aquisição da Seara e suas afiliadas no exterior	75%	928.872.000,00
Expansão orgânica em produtos processados	15%	185.774.400,00
Equilíbrio de nossa estrutura de capital	10%	123.849.600,00
Total	**100%**	**1.238.496.000,00**

(1) Com base na cotação das ações ordinárias de nossa emissão na BM&FBOVESPA em 23 de outubro de 2009.

(2) Sem considerar as Ações do Lote Suplementar e as Ações Adicionais.

Conforme mencionado acima, pretendemos utilizar aproximadamente (i) 75% dos recursos líquidos, após a dedução das comissões, provenientes da Oferta para o pagamento de parte do preço da Aquisição; (ii) aproximadamente 15% para expansão de nossa capacidade de produção de produtos processados e industrializados a partir de proteínas animais ou de outras matérias primas destinados à alimentação e (iii) aproximadamente 10% para equilíbrio de nossa estrutura de capital. Na data deste Prospecto, não havíamos celebrado qualquer contrato ou documento vinculante para qualquer tipo de aquisição de novas empresas, ativos ou marcas, além daquelas descritas neste Prospecto. As nossas futuras aquisições de empresas, ativos ou negócios dependerão de análise de estudos econômico financeiros, técnico e jurídico, além de oportunidades de mercado.

A Aquisição referenciada no item (i) acima foi firmada no valor de US$706,2 milhões a ser pago à vista no fechamento da transação e US$193,8 milhões em assunção de dívidas, a ser ajustado por conta de eventuais contingências e para refletir flutuações do capital de giro entre a assinatura e o fechamento. Para maiores informações sobre a Aquisição, vide a seção "Discussão e Análise da Administração sobre a "Situação Financeira e o Resultado das Operações - Eventos Subsequentes a 30 de setembro de 2009" na página 193 deste Prospecto.

Utilizaremos recursos provenientes de nosso próprio caixa para complementar o pagamento do preço da Aquisição, e, caso sejam necessários recursos adicionais, poderemos efetuar a emissão de outros valores mobiliários e/ou efetuar a contratação de outras linhas de financiamento.

Caso a Aquisição não seja aprovada pelos órgãos do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e pelos órgãos competentes na União Europeia, poderemos, por exemplo, utilizar a parcela dos recursos líquidos destinada a financiar a Aquisição para adquirir ou investir em outro negócio ou linhas de produto, refinanciar dívidas ou para outras finalidades.

O impacto dos recursos na nossa situação patrimonial encontra-se na tabela na seção "Capitalização", na página 125 deste Prospecto.

[Página intencionalmente deixada em branco]

2. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

[Página intencionalmente deixada em branco]

CAPITALIZAÇÃO

A tabela a seguir apresenta informações consolidadas sobre o nosso caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos de curto e de longo prazo e nosso patrimônio líquido em 30 de setembro de 2009, tal como ajustados para refletir o recebimento de recursos líquidos estimados em aproximadamente R$1.238.496.000,00, após a dedução das comissões devidas por nós no âmbito da Oferta, com base no Preço por Ação de R$21,00 (valor correspondente a cotação das ações ordinárias de nossa emissão na BM&FBOVESPA em 23 de outubro de 2009), provenientes da emissão de 60.800.000 Ações no âmbito da Oferta, sem considerar as Ações do Lote Suplementar e as Ações Adicionais. O Preço por Ação efetivo será fixado após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e será informado no Prospecto Definitivo.

As informações descritas abaixo relativas ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009, são derivadas de nossas demonstrações financeiras consolidadas.

O investidor deve ler a tabela a seguir em conjunto com as seções "Informações Financeiras Selecionadas" e "Discussão e Análise da Administração sobre a Situação Financeira e o Resultado das Operações" nas páginas 131 e 141 deste Prospecto, respectivamente, e com as nossas demonstrações financeiras consolidadas, incluídas neste Prospecto.

	Capitalização	
	Efetivo	**Ajustado**
	(em milhões de R$)	
Caixa e equivalentes de caixa	**1.277,1**	**2.515,6**
Títulos a pagar	**151,5**	**151,5**
Títulos a pagar – Curto prazo	84,4	84,4
Títulos a pagar – Longo prazo	67,1	67,1
Empréstimos e Financiamentos	**4.594,9**	**4.594,9**
Empréstimos e Financiamentos – Curto Prazo	1.187,3	1.187,3
Empréstimos e Financiamentos - Longo Prazo (2)	3.407,6	3.407,6
Patrimônio líquido	**2.821,6**	**4.060,1**
Capital Social	2.559,7	3.841,4
Gastos com emissão de Ações	(34,1)	(77,3)
Reserva de Lucros	168,1	168,1
Ações em tesouraria	(11,0)	(11,0)
Lucros (prejuízos) Acumulados	567,4	567,4
Ajustes Acumulados de Conversão	34,5	34,5
Ajustes de avaliação patrimonial	(463,0)	(463,0)
Capitalização Total(1)	**7.416,5**	**8.655,0**

(1) Capitalização total corresponde à soma dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo e do patrimônio líquido. O montante de R$151,5 milhões em títulos a pagar, não foi considerado para fins de determinação da capitalização total.

(2) Não reflete os efeitos na capitalização decorrentes da conclusão da Aquisição. A conclusão da Aquisição resultará em um desembolso de recursos de aproximandamente US$ 706,2 milhões, sujeito a determinados ajustes. A Aquisição resultará em um aumento do endividamento em virtude da assunção das dívidas da Seara de aproximadamente US$193,8 milhões, bem como eventuais financiamentos que possam vir a ser contratados para a quitação do preço da Aquisição.

DILUIÇÃO

Em 30 de setembro de 2009, nosso patrimônio líquido era de R$2.821,6 milhões, sendo que o valor patrimonial por ação, na mesma data, era de R$10,5. O valor patrimonial por Ação foi determinado pela divisão do nosso patrimônio líquido pelo número total de ações, em 30 de setembro de 2009.

Considerando-se a subscrição das 60.800,00 Ações objeto da Oferta, sem considerar as Ações do Lote Suplementar e as Ações Adicionais, pelo Preço por Ação de R$21,00 (valor correspondente a cotação das ações ordinárias de nossa emissão na BM&FBOVESPA em 23 de outubro de 2009), após a dedução das comissões que estimamos serem devidas por nós no âmbito da Oferta, o valor do nosso patrimônio líquido ajustado, em 30 de setembro de 2009, seria de R$4.060,1 milhões, ou R$12,35 por ação.

Adicionalmente, considerando o Preço por Ação acima, a efetivação da Oferta representaria um aumento imediato do valor patrimonial contábil por ação correspondente a R$1,82 para os acionistas existentes, e uma diluição imediata do valor patrimonial contábil por ação, em 30 de setembro de 2009, de R$8,65, para os novos investidores, subscritores de Ações no contexto da Oferta. Essa diluição representa a diferença entre o Preço por Ação pago pelos novos investidores e o valor patrimonial contábil por Ação imediatamente após a conclusão da Oferta.

A tabela a seguir ilustra essa diluição, calculada com base no Preço por Ação:

Diluição(1)	**R$**
Preço por Ação	21,00
Valor patrimonial por ação em 30 de setembro de 2009	10,53
Aumento do valor patrimonial por ação atribuído aos atuais acionistas	1,82
Valor patrimonial por ação ordinária após a Oferta	12,35
Diluição por ação ordinária para os novos acionistas	8,65
Percentual de diluição por ação ordinária para os novos acionistas	41,2%

(1) A presente diluição não considera o exercício de opções de compra de ações de nossa emissão.

O preço de emissão das Ações não guarda relação com o valor patrimonial e foi fixado com base no valor de mercado das ações de nossa emissão, auferido após a realização do Procedimento de *Bookbuilding*.

Em 11 de maio de 2009, o Conselho de Administração da Companhia reformulou e consolidou o plano de opções de ações da Companhia ("Plano"), o qual foi aprovado em 29 de maio de 2009, por meio de uma Assembleia Geral Extraordinária, que tem como objetivo permitir que nossos administradores, empregados e prestadores de serviços adquiram nossas ações, com vistas a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos de nossos administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle; e (c) possibilitar à Companhia ou outras sociedades sob o seu controle atrair e manter vinculados administradores, empregados e prestadores de serviços.

O Plano estabelece que o Conselho de Administração da Companhia poderá criar programas de concessão de opção de compra de ações de emissão da Companhia com condições específicas quanto a participantes, número de opções concedidas, metas de desempenho ou performance alcançadas, preço do exercício da opção e outras condições, podendo inclusive não guardar relação com as condições gerais estabelecidas no Plano ("Programas Específicos").

No âmbito do Plano, foram desenvolvidos 3 (três) Programas Específicos, apreciados pelo Comitê de Remuneração e Governança Corporativa no dia 29 de setembro de 2009 e submetidos ao Conselho de Administração, quais sejam (i) Programa Específico Executivo I (2007/2008) – Longo Prazo; (ii) Programa

Específico Executivo II (2008/2009) – Curto Prazo; e (iii) Programa Específico Executivo III (2008/2009) ("Programas").

Os beneficiários devem aderir à Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia, disponível na página na rede mundial de computadores de Relações com Investidores da Companhia.

O total de ações em tesouraria (saldo) era, em 30 de setembro de 2009, de 584.999 ações, as quais são suficientes para cobertura do exercício até 2011 dos planos já emitidos, havendo necessidade de emissão de novas ações para essa finalidade somente em 2012.

Em 09 de abril de 2008, foi autorizada pelo Conselho de Administração a aquisição de até 699.489 ações da Companhia, equivalentes a 1% das ações em circulação no mercado, para permanência em tesouraria e posterior liberação aos diretores participantes do programa de bônus de longo prazo em ações e opções de ações, com limites já aprovados na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de maio de 2007.

No terceiro trimestre de 2008, a Companhia adquiriu mais 490.000 ações pelo montante de R$ 9.080,00 mil perfazendo um total no ano de 2008 de 695.600 ações adquiridas no valor de R$12,9, ao custo médio global de R$18,6 por ação. A cotação média diária máxima nessas operações foi de R$18,9 por ação em 19 de agosto de 2008 e a menor de R$16,9 por ação em 27 de agosto de 2008. Os valores médios acima incluem as despesas regulares de corretagem e taxas nas operações.

O valor das ações em tesouraria era de R$10,1 valorizadas à cotação de R$14,5 por ação no último pregão do segundo trimestre de 2009.

Não é prevista diluição da participação dos atuais acionistas quando do exercício das opções de ações na data de ("*vesting*") até o limite das ações mantidas em tesouraria para esse fim.

Em 2008, foram concedidas ao Conselho de Administração 55.200 opções de ações, cujo preço de exercício foi fixado com base na média ponderada dos 20 (vinte) últimos pregões anteriores ao dia 04 de março de 2008, (R$15,1 por ação), com desconto de 10% sobre a média acima referida (R$13,59/ação). O exercício será feito na razão de 25% ao ano em 4 anos, sendo 25% ao final do primeiro ano; 25% ao final do segundo ano; 25% ao final do terceiro ano; e 25% ao final do quarto ano, de acordo com o regulamento aprovado. Também houve concessão de 212.676 opções de ações restritas a 21 integrantes da Diretoria, que foram objeto de distrato e substituição em função da reformulação do Plano aprovada em Assembleia Geral em 29 de maio de 2009 e da concessão do Plano Específico I (2007/2008) aprovado na reunião do Conselho de Administração de 28 de julho de 2009.

Foi também re-ratificada a concessão em 2009 (relativa a 2008) de 165.800 opções de ações ao Conselho de Administração estabelecida em contrato, pelo valor por ação de R$6,78, baseado na média ponderada dos 20 (vinte) últimos pregões anteriores ao dia 03 de março de 2009, data da concessão do Plano de Opções Máster, a serem exercidas pelo valor acima entre 2010 e 2013 à razão de 25% a cada ano.

A concessão dos 3 (três) Programas Específicos foi aprovada pelo Comitê de Remuneração e Governança no dia 29 de setembro de 2009 e pelo Conselho de Administração em 28 de julho de 2009, conforme autorização dada pela Assembleia de 29 de maio de 2009, com as condições dadas abaixo:

Referente ao exercício 2007/2008, cujo exercício é previsto para ser realizado em 4 parcelas de 25% cada, por ano, sendo o primeiro até 30 de novembro de 2009 e os 3 outros da seguinte forma: 3 de março de 2010 a 2 de setembro de 2010; 3 de março de 2011 a 2 de setembro de

2011 e de 3 de março de 2012 a 2 de setembro de 2012. Referente ao exercício 2008/2009 (Curto Prazo) – exercício até 30 de novembro de 2009 (100%). Referente ao exercício 2008/2009 (Longo Prazo) – exercício em 4 parcelas de 25% cada, nos seguintes prazos: 3 de março de 2010 a 2 de setembro de 2010; 3 de março de 2011 a 2 de setembro de 2011; 3ª) 3 de março de 2012 a 2 de setembro de 2012; 4ª) 3 de março de 2013 a 2 de setembro de 2013. Os preços de exercício foram:

- R$0,75 para ação referente à concessão relativas ao exercício 2007/2008;
- R$1,04 para as ações referentes à concessão de Curto Prazo relativa ao exercício 2008/2009; e
- R$0,68 para as ações referentes à concessão de Longo Prazo relativa ao exercício 2008/2009.

Foram adotados os seguintes critérios para fins de exercício de opções de ações: em 2008, média ponderada dos 20 (vinte) últimos pregões anteriores ao dia 3 de março de 2008 – R$ 15,10 e em 2009, (a) Plano Específico I – Longo Prazo 2007/2008, média ponderada dos 20 (vinte) últimos pregões anteriores ao dia 3 de março de 2008 – R$ 15,10; (b) Plano Específico II – Curto Prazo 2008/2009, média ponderada dos 20 (vinte) últimos pregões anteriores ao dia 11 de maio de 2009 – R$ 10,38; e (c) Plano Específico III – Longo Prazo 2008/2009, média ponderada dos 20 (vinte) últimos pregões anteriores ao dia 3 de março de 2009 – R$ 6,78.

O total de opções de ações outorgadas por esses 3 (três) programas em 2009 foi de 704.330 ações, sendo 113.800 com vencimento das opções em 2009, 160.133 em 2010 e as restantes até 2013. O total das opções de ações outorgadas por esses três planos corresponde a 0,26% do capital social, portanto, dentro do limite de 0,5% estabelecido pela Assembleia Geral de 29 de maio de 2009 para aprovação pelo Conselho de Administração. Na data deste Prospecto, há 86 participantes no programa de opções da empresa.

Todos os dividendos e distribuições, ou seu equivalente (seja em dinheiro, ações ou outra forma) sobre Ações Restritas não exercidas, constituem direitos do participante e serão creditados pela Companhia na sua conta para liberação quando do vencimento das restrições.

A Companhia terá a opção de pagar tais créditos por dividendos ou distribuições acumulados ou seu equivalente em dinheiro, em ações da empresa no lugar de dinheiro ou outro meio. Se o pagamento for realizado em ações, sua conversão será feita pelo valor médio dos últimos 20 (vinte) últimos pregões na BM&FBOVESPA anteriores à data do pagamento, ajustada ao valor líquido do imposto de renda incidente sobre o crédito concedido.

Haverá perda do direito nos casos em que o participante se desligar da Companhia ou deixar de prestar serviços por qualquer motivo que não seja falecimento, invalidez, aposentadoria ou desligamento involuntário e/ou, que não por justa causa. Nessas hipóteses, todas as ações restritas vencerão e aquelas não efetivadas se transformarão em valores liberados, totalmente efetivados.

Os participantes terão direito a, nos aumentos de capital, exercer os direitos de subscrição com recursos próprios sobre o total do montante concedido, sendo as ações subscritas imediatamente liberadas para o participante.

Para informações adicionais sobre o nosso Plano de Opção de Compra de Ações, veja a seção "Administração – Plano de Opção de Compra de Ações", na página 271 deste Prospecto.

Descrevemos abaixo o preço de subscrição pago pelo nosso acionista controlador nos aumentos de capital realizados desde o IPO Marfrig, que ocorreu em 2007:

- Em 26 de setembro de 2007, aprovou-se o aumento do capital social da Companhia em R$595.000.000,00, passando de R$140.000.000,00 para R$735.000.000,00, mediante a emissão de 35.000.000 de ações ordinárias todas nominativas escriturais e sem valor nominal, as quais foram objeto da oferta pública primária da Companhia, ao preço de emissão de R$17,00.

- Em 29 de setembro de 2007, os administradores da Companhia por meio de reunião decidiram aumentar o capital social da Companhia, o qual passou de R$735.000.000,00 para R$1.124.760.003,00, mediante emissão de 25.474.510 ações ordinárias ao preço de R$17,00, em decorrência da conversão de 15.151.515 debêntures conversíveis de titularidade de Merrill Lynch Credit Products, LLC em 12.737.255 ações ordinárias e da conversão de duas séries de Convertible Notes de titularidade do ABN AMRO Bank N.V. em 12.737.255 ações ordinárias.

- Em 4 de julho de 2007, a reunião do Conselho de Administração da Companhia aprovou o aumento de capital da Companhia em decorrência do exercício da opção de ações do lote complementar no âmbito da oferta pública primária e secundária de ações de emissão da Companhia, mediante emissão de 3.474.444 ações ordinárias ao preço de R$17,00, passando a totalizar R$1.183.825.551,00.

- Em reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de agosto de 2008, foi aprovado aumento do capital social da Companhia em R$1.375.892.500,00, o qual passou de R$1.183.825.551,00 para R$2.559.718.051,00, mediante emissão de 63.995.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$21,50 por ação.

Para informações adicionais sobre os aumentos de capital, veja a seção "Descrição do Capital Social – Histórico do Capital Social", na página 281 deste Prospecto.

Movimentações do Plano de Opções e efeitos na demonstração do resultado caso a contabilização houvesse sido efetivada em 30 de setembro de 2009.

Além dos quatro aumentos de capital subscritos pelo nosso Acionista Controlador, que estão descritos acima, alguns de nossos Administradores exerceram as opções de ações que lhes foram concedidas em julho de 2009, que resultou na aquisição de 110.600 ações ordinárias de nossa emissão por um preço médio de R$0,94, conforme a tabela abaixo. Na tabela abaixo apresentamos um demonstrativo do programa de bônus de longo prazo em ações restritas para os executivos e em opções de ações para os conselheiros, contemplando os efeitos no resultado da Companhia caso a contabilização houvesse sido efetivada em 30 de setembro de 2009:

Data de Fechamento:	30/9/2009
Cotação:	16,85

Plano de Opções de Ações

	Beneficiários Únicos	Data de concessão	Período de performance	Número de Ações Implícitas - Opções não exercidas	Preço de Exercício da Opção	Data de Expiração da Opção	Valor da Opção em 30/set/2009 (Black Scholes) em R$	Valor de Mercado - opções não vestidas em 30/set/2009 (R$ mil)	Valor de Mercado - opções vestidas em 30/set/2009 (R$ mil)	Efeitos no resultado de 30/set/2009 em caso de contabilização
Opções em aberto em 31/12/2007	-			-				-	-	-
Opções Canceladas	-			-						
Opções Concedidas	24			267.876				2.909	941	(1.726)
Conselho de Administração	3	3/3/2008	4/3/2009	13.800	13,588	2/9/2009	3,262		45	(70)
	3	3/3/2008	4/3/2010	13.800	13,588	2/9/2010	3,962	55		(70)
	3	3/3/2008	4/3/2011	13.800	13,588	2/9/2011	5,451	75		(70)
	3	3/3/2008	4/3/2012	13.800	13,588	2/9/2012	6,588	91		(70)
Executivos	21	3/3/2008	4/3/2009	53.169	-	2/9/2009	16,850		896	(362)
	21	3/3/2008	4/3/2010	53.169	-	2/9/2010	16,850	896		(362)
	21	3/3/2008	4/3/2011	53.169	-	2/9/2011	16,850	896		(362)
	21	3/3/2008	4/3/2012	53.169	-	2/9/2012	16,850	896		(362)
Opções Exercidas	-			-				-	-	-
Opções Expiradas	-			-				-	-	-
Opções em aberto em 31/12/2008	**24**			**267.876**				**2.909**	**941**	**(1.726)**
Opções Canceladas	-			-				-	-	-
Opções Concedidas	-			-				-	-	-
Opções Exercidas	-			-				-	-	-
Opções Expiradas	-			-				-	-	-
Opções em aberto em 30/06/2009	**24**			**267.876**				**2.909**	**941**	**(1.726)**
Opções Canceladas	(21)			(212.676)				(2.688)	(896)	1.446
Opções Concedidas	76			814.930				10.795	1.814	(13.375)
Conselho de Administração	3	28/7/2009	4/3/2010	27.650	6,77830	3/3/2011	10,263	284		(328)
	3	28/7/2009	4/3/2011	27.650	6,77830	3/3/2012	10,714	296		(328)
	3	28/7/2009	4/3/2012	27.650	6,77830	3/3/2013	11,174	309		(328)
	3	28/7/2009	4/3/2013	27.650	6,77830	3/3/2014	11,612	321		(214)
Executivos	13	28/7/2009	28/7/2009	63.800	1,03823	30/11/2009	15,812		1.009	(1.348)
	20	28/7/2009	28/7/2009	50.000	0,75485	30/11/2009	16,095		805	(894)
	20	28/7/2009	4/3/2010	50.000	0,75485	2/9/2010	16,116	806		(894)
	20	28/7/2009	4/3/2011	50.000	0,75485	2/9/2011	16,164	808		(894)
	20	28/7/2009	4/3/2012	50.000	0,75485	2/9/2012	16,209	810		(894)
	73	28/7/2009	4/3/2010	110.133	0,67783	2/9/2010	16,191	1.783		(1.978)
	73	28/7/2009	4/3/2011	110.133	0,67783	2/9/2011	16,234	1.788		(1.978)
	73	28/7/2009	4/3/2012	110.132	0,67783	2/9/2012	16,275	1.792		(1.773)
	73	28/7/2009	4/3/2013	110.132	0,67783	2/9/2013	16,312	1.796		(1.522)
Opções Exercidas	22			(110.600)	(0,94471)			-	(1.759)	1.957
Opções Expiradas	-			-				-	-	-
Opções em aberto em 30/09/2009	**80**			**759.530**				**11.016**	**100**	**(11.698)**

Salvo pelos quatro aumentos de capital subscritos pelo nosso Acionista Controlador e pelas opções de ações exercidas por alguns de nossos Administradores, que resultaram na aquisição de 110.600 ações ordinárias de nossa emissão, ambos já devidamente descritos acima, nenhuma outra aquisição de ações ordinárias de nossa emissão foi realizada por nosso Acionista Controlador, Administradores e detentores de opções de ações desde o IPO Marfrig.

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS

As informações abaixo devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas incluídas neste Prospecto, bem como com as Seções "Informações Financeiras Selecionadas" e "Discussão e Análise da Administração sobre a Situação Financeira e o Resultado das Operações" nas páginas 131 e 141, respectivamente, deste Prospecto.

Nossas informações financeiras para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2008 e 2009 e para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008 foram extraídas das nossas demonstrações financeiras consolidadas apresentadas nas páginas 531, 473 e 383 do presente Prospecto, respectivamente, objeto de revisão pela BDO Trevisan Auditores Independentes, conforme relatórios de revisão anexos a este Prospecto nas páginas 533, 494 e 411, respectivamente.

De acordo com a nossa administração, as demonstrações financeiras anuais e semestrais acima referidas refletem a correta apresentação da posição patrimonial e financeira e o resultado de nossas operações para os referidos exercícios/semestres.

Os resultados financeiros indicados nas referidas demonstrações financeiras não indicam, necessariamente, os resultados que podem ser esperados em qualquer outro período.

ALTERAÇÕES NA LEI DAS SOCIEDADES POR AÇÕES

Com a promulgação da Lei nº 11.638/2007 e edição da MP nº 449/2008, sendo esta última posteriormente convertida na Lei n° 11.941/2009, foram alterados, revogados e introduzidos diversos dispositivos na Lei das Sociedades por Ações sobre matéria contábil, em vigência a partir do encerramento das demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, e aplicáveis a todas as entidades constituídas na forma de sociedades anônimas, incluindo companhias de capital aberto e sociedades de grande porte.

Essas alterações têm como objetivo principal atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de harmonização das Práticas Contábeis Adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pelos órgãos reguladores e pela CVM em consonância com as normas internacionais de contabilidade.

Adicionalmente, em decorrência da promulgação das referidas Lei e Medida Provisória, durante 2008 foram editados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC diversos pronunciamentos com aplicação obrigatória para o encerramento das demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008.

Nossas demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 foram as nossas primeiras demonstrações financeiras apresentadas com a adoção das alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e pela MP nº 449/2008. Em conformidade com a Deliberação n° 565/2008, a qual aprovou o CPC n° 13 que trata das primeiras demonstrações financeiras com base nas novas práticas contábeis adotadas no Brasil, optamos por ajustar o nosso balanço patrimonial de abertura com data de transição de 1º de janeiro de 2008. Dessa forma, aplicamos somente o parágrafo 1°, do artigo 186, da Lei nº 6.404/76.

Tendo em vista tal opção, as demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007, apresentadas conjuntamente com as demonstrações financeiras de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes naquela data, não sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.

Para o melhor entendimento sobre as mudanças das práticas contábeis no Brasil promovidas pelas alterações na Lei das Sociedades por Ações e os consequentes ajustes em nosso patrimônio e resultado, incluímos a nota explicativa n° 2.3 nas demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em dezembro de 2008, sob o título "Ajustes Decorrentes da Nova Legislação", a qual consta na página 423 deste Prospecto.

Adicionalmente, em continuidade a esse processo de convergência, deverão ser editados novos pronunciamentos contábeis – CPCs os quais podem eventualmente trazer impactos relevantes sobre o resultado das operações da Companhia, e consequentemente a base para cálculo dos dividendos. A Companhia não tem controle e não pode prever quais serão os novos pronunciamentos contábeis a serem emitidos em 2009 e nos anos seguintes.

Ressaltamos que as futuras demonstrações financeiras a serem elaboradas pela Companhia poderão eventualmente vir a ser alteradas de maneira relevante em decorrência de diversos pronunciamentos contábeis previstos para serem emitidos pelo CPC e normatizados pela CVM no decorrer do exercício de 2009.

APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

Para a leitura e análise das demonstrações e demais informações financeiras a elas referenciadas incluídas neste Prospecto, devem ser considerados os seguintes aspectos quanto à elaboração e apresentação das demonstrações financeiras:

Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008

- os balanços patrimoniais (controladora e consolidado) levantados em 31 de dezembro de 2008, bem como as respectivas demonstrações do resultado (controladora e consolidado), as demonstrações de mutações do patrimônio líquido (controladora), as demonstrações de fluxos de caixa (controladora e consolidado) as demonstrações de valores adicionados (controladora e consolidado), correspondentes aos exercícios encerrados naquela data, foram elaborados de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e normas da CVM, incluindo as alterações introduzidas pela Lei n° 11.638/2007 e pela MP n° 449/2008.

- os balanços patrimoniais (controladora e consolidado) levantados em 31 de dezembro de 2006 e 2007, bem como as respectivas demonstrações do resultado (controladora e consolidado), as demonstrações de mutações do patrimônio líquido (controladora) e as demonstrações de origens e aplicações de recursos (controladora e consolidado), correspondentes aos exercícios encerrados naquelas datas, foram elaborados de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e normas da CVM vigentes à época de sua elaboração, as quais não incluem as alterações introduzidas pela Lei n° 11.638/2007 e pela MP n° 449/2008.

Adicionalmente, para fins de leitura e análise das informações financeiras incluídas nesta seção, referentes à comparação das contas de resultado e patrimoniais entre os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2007 e de 2008, deve-se considerar o fato de que as demonstrações financeiras referentes a 2008 foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e normas da CVM, incluindo as alterações introduzidas pela Lei n° 11.638/2007 e pela MP n° 449/2008, e as demonstrações financeiras referentes a 2007 foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, vigentes à época de sua elaboração, as quais não incluem as alterações introduzidas pela Lei n° 11.638/2007 e pela MP n° 449/2008. Portanto, as informações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007 e de 2008 incluídas neste Prospecto apresentam limitações na sua comparabilidade. Os efeitos da mudança de prática contábil foram apresentados na nota explicativa n° 2.3 das demonstrações financeiras

encerradas em 31 de dezembro de 2008, de forma a possibilitar a comparação em relação às demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2007.

As demonstrações financeiras acima referidas foram auditadas pela BDO Trevisan Auditores Independentes de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2008 e 2009

- os balanços patrimoniais (controladora e consolidado) levantado em 30 de setembro de 2009, bem como as respectivas demonstrações do resultado (controladora e consolidado), das mutações do patrimônio líquido (controladora) e dos fluxos de caixa (controladora e consolidado), correspondentes ao período de nove meses findo naquela data, foram elaborados de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e normas da CVM, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e pela MP n° 449/2008.

- os balanços patrimoniais (controladora e consolidado) levantado em 30 de setembro de 2008, bem como as respectivas demonstrações do resultado (controladora e consolidado), das mutações do patrimônio líquido (controladora) e dos fluxos de caixa (controladora e consolidado), correspondentes ao período de nove meses findo naquela data, foram elaborados de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e normas da CVM vigentes a época de sua elaboração, as quais não incluem as alterações introduzidas pela Lei n° 11.638/2007 e pela MP n° 449/2008.

As limitações de comparabilidade supramencionadas também se aplicam aos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2008 e 2009, tendo em vista que as demonstrações financeiras dos primeiros nove meses de 2009 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da CVM, incluindo as alterações introduzidas pela Lei n° 11.638/2007 e pela MP n° 449/2008, enquanto que as demonstrações financeiras de igual período em 2008 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes à época, as quais não incluem as alterações introduzidas pela Lei n° 11.638/2007 e pela MP n° 449/2008. Os efeitos da mudança de prática contábil foram apresentados na nota explicativa nº 2.2 das demonstrações findas em 30 de setembro de 2009, de forma a possibilitar a comparação em relação às demonstrações financeiras encerradas em 30 de setembro de 2008.

As demonstrações financeiras referentes aos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2008 e 2009 foram revisadas pela BDO Trevisan Auditores Independentes de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.

Na opinião de nossa administração, nossas demonstrações financeiras anuais e dos períodos findo em setembro de 2008 e 2009 anexas a este Prospecto apresentam adequadamente o resultado de nossas operações nos respectivos períodos e nossa situação patrimonial e financeira nas respectivas datas. Os resultados financeiros indicados nas referidas demonstrações financeiras não indicam, necessariamente, os resultados que podem ser esperados em qualquer outro período.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO, BALANÇOS PATRIMONIAIS E DEMAIS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

Os quadros a seguir apresentam um sumário das nossas informações financeiras e operacionais para os períodos indicados. As informações a seguir devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras da Companhia e as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas e respectivas notas explicativas, incluídas neste Prospecto, e com as seções "Informações Financeiras e Operacionais Selecionadas" e "Discussão e Análise da Administração sobre a Situação Financeira e o Resultado das Operações", nas páginas 131 e 141 deste Prospecto.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro *(em milhões de R$)*							
Demonstração do Resultado	**2006***	**AV (1)**	**2007***	**AV (1)**	**2008****	**AV (1)**	**Var. 07/06**	**Var. 08/07**
Receita Operacional Bruta	2.391,0	112,2%	3.726,2	111,6%	6.775,2	109,2%	55,8%	81,8%
Mercado interno	1.225,8	57,5%	1.869,7	56,0%	3.838,5	61,9%	52,5%	105,3%
Mercado externo	1.165,2	54,7%	1.856,5	55,6%	2.936,7	47,3%	59,3%	58,2%
Deduções da Receita Operacional Bruta	(260,5)	-12,2%	(386,3)	-11,6%	(571,4)	-9,2%	48,3%	47,9%
Deduções da Receita Bruta – Mercado Interno	(194,5)	-9,1%	(335,9)	-10,1%	(525,7)	-8,5%	72,7%	56,5%
Deduções da Receita Bruta – Mercado Externo	(66,0)	-3,1%	(50,4)	-1,5%	(45,7)	-0,7%	-23,6%	-9,3%
Receita Operacional Líquida	2.130,5	100,0%	3.339,9	100,0%	6.203,8	100,0%	56,8%	85,7%
Custo dos Produtos Vendidos	(1.710,2)	-80,3%	(2.673,1)	-80,0%	(4.876,8)	-78,6%	56,3%	82,4%
Lucro Bruto	420,3	19,7%	666,9	20,0%	1.327,0	21,4%	58,7%	99,0%
Despesas/Receitas Operacionais	(352,7)	-16,6%	(590,7)	-17,7%	(1.563,5)	-25,2%	67,5%	164,7%
Comerciais	(136,1)	-6,4%	(219,8)	-6,6%	(393,4)	-6,3%	61,5%	79,0%
Administrativas e gerais	(56,0)	-2,6%	(103,6)	-3,1%	(179,7)	-2,9%	85,0%	73,5%
Amortização do ágio	-	-	(10,1)	-0,3%	(37,1)	-0,6%	N/m	267,3%
Outras receitas (despesas) operacionais	1,1	0,1%	(0,2)	0,0%	7,8	0,1%	N/m	N/m
Resultado Financeiro	(161,7)	-7,6%	(257,0)	-7,7%	(961,1)	-15,5%	58,9%	274,0%
Lucro/ (Prejuízo) Operacional	67,6	3,2%	76,2	2,3%	(236,5)	-3,8%	12,7%	N/m
Resultado não operacional	0,0	0,0%	(2,0)	-0,1%	-	0,0%	N/m	N/m
Lucro/ (Prejuízo) antes dos efeitos tributários	67,6	3,2%	74,2	2,2%	(236,5)	-3,8%	9,8%	N/m
Imposto de Renda	(14,5)	-0,7%	(22,7)	-0,7%	144,2	2,3%	56,6%	N/m
Contribuição Social	(4,4)	-0,2%	(5,4)	-0,2%	67,6	1,1%	22,7%	N/m
Lucro/ (Prejuízo) antes da Reversão dos Juros sobre o Capital Próprio	48,7	2,3%	46,1	1,4%	(24,7)	-0,4%	-5,3%	N/m
Reversão dos juros sobre o capital próprio	14,3	0,7%	41,3	1,2%	-	-	188,8%	-100,0%
Lucro/ (Prejuízo) antes da participação dos Acionistas não Controladores	63,0	3,0%	87,4	2,6%	(24,7)	-0,4%	38,7%	N/m
Participação dos acionistas não controladores	1,3	0,1%	(2,4)	-0,1%	(10,8)	-0,2%	N/m	350,0%
Lucro Líquido/ (Prejuízo) no exercício	64,3	3,0%	85,0	2,5%	(35,5)	-0,6%	32,2%	N/m
Por lote de mil ações (R$ Mil)	0,5	-	0,4	-	(0,1)	-	-20,0%	N/m
EBITDA	247,6	11,6%	380,2	11,4%	884,3	14,3%	53,6%	132,6%
Depreciação/amortização	18,3	0,9%	47,0	1,4%	159,8	2,6%	156,8%	240,0%

* De acordo com os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e normas da CVM, vigentes em 31 de dezembro de 2007.

** Elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da CVM, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e pela MP nº 449/2008.

(1) Análise Vertical da Receita Operacional Líquida.
N/m = não mensurável

	Período de nove meses findo em 30 de setembro *(em milhões de R$)*				
Demonstração do Resultado	**2008***	**AV (1)**	**2009****	**AV (1)**	**Var. 09/ 08**
Receita Operacional Bruta	4.147,1	108,9%	7.555,6	107,1%	82,2%
Mercado Interno	2.183,2	57,3%	4.759,2	67,4%	118,0%
Mercado Externo	1.963,9	51,6%	2.796,4	39,6%	42,4%
Deduções da Receita Operacional Bruta	(339,3)	-8,9%	(498,1)	-7,1%	46,8%
Deduções da Receita Bruta – Mercado Interno	(312,7)	-8,2%	(472,6)	-6,7%	51,1%
Deduções da Receita Bruta – Mercado Externo	(26,6)	-0,7%	(25,5)	-0,4%	-4,1%
Receita Operacional Líquida	3.807,8	100,0%	7.057,5	100,0%	85,3%
Mercado Interno	1.870,5	49,1%	4.286,6	60,7%	129,2%
Mercado Externo	1.937,3	50,9%	2.770,9	39,3%	43%
Custo dos Produtos Vendidos	(3.061,1)	-80,4%	(6.052,1)	-85,8%	97,7%
Lucro Bruto	746,7	19,6%	1.005,4	14,2%	34,6%
Despesas/Receitas Operacionais	(671,9)	-17,6%	(318,3)	-4,5%	-52,6%
Comerciais	(244,2)	-6,4%	(470,9)	-6,7%	92,8%
Administrativas e Gerais	(115,1)	-3,0%	(214,4)	-3,0%	86,3%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(27,7)	-0,7%	105,0	1,5%	N/m
Resultado Financeiro	(284,9)	-7,5%	262,0	3,7%	N/m
Lucro Operacional	74,8	2,0%	687,1	9,7%	818,6%
Resultado não Operacional	(0,8)	0,0%	-	0,0%	N/m
Lucro antes dos Efeitos Tributários	74,0	1,9%	687,1	9,7%	828,5%
Imposto de Renda	(27,4)	-0,7%	(84,8)	-1,2%	209,5%
Contribuição Social	1,4	0,0%	(27,6)	-0,4%	2.043,4%
Lucro antes da Participação dos Acionistas não Controladores	48,0	1,3%	574,7	8,1%	1.097,3%
Participação dos Acionistas não Controladores	(9,3)	-0,2%	(7,3)	-0,1%	-21,5%
Lucro Líquido no Período	38,7	1,0%	567,4	8,0%	1.363,3%
Por Lote de Mil Ações (R$)	0,2	0,0%	2,1	0,0%	950,0%
EBITDA	437,7	11,5%	619,5	8,8%	41,5%
Depreciação/Amortização	78,0	2,0%	194,4	2,8%	149,2%

* De acordo com os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e normas da CVM, vigentes em 31 de dezembro de 2007.

** Elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da CVM, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e pela MP nº 449/2008.

(1) Análise Vertical da Receita Operacional Líquida
N/m = não mensurável

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de							
	(em milhões de R$)							
Balanço Patrimonial	**2006***	**AV (1)**	**2007***	**AV (1)**	**2008****	**AV (1)**	**Var. 07/06**	**Var. 08/07**
Ativo Circulante	1.176,7	68,5%	2.681,4	61,9%	4.370,4	47,7%	127,9%	63,0%
Disponibilidades	291,7	17,0%	1.049,8	24,2%	1.071,7	11,7%	259,9%	2,1%
Valores a Receber de Clientes Nacionais	185,9	10,8%	387,2	8,9%	686,0	7,5%	108,3%	77,2%
Valores a Receber de Clientes Internacionais	178,2	10,4%	350,2	8,1%	315,9	3,5%	96,5%	-9,8%
Estoques de Produtos e Mercadorias	347,4	20,2%	594,5	13,7%	1.581,9	17,3%	71,2%	166,0%
Impostos a Recuperar	165,3	9,6%	297,9	6,9%	689,4	7,5%	80,2%	131,4%
Despesas do Exercício Seguinte	1,3	0,1%	1,8	0,0%	25,2	0,3%	38,4%	1.300,0%
Outros Valores a Receber	6,9	0,4%	-	-	0,3	0,0%	(100%)	-
Ativo Não Circulante	541,1	31,5%	1.649,3	38,1%	4.784,8	52,3%	204,8%	190,1%
Realizável a Longo Prazo	17,9	1,0%	43,3	1,1%	385,4	4,2%	141,9%	790,1%
Aplicações Financeiras	0,2	0,0%	3,3	0,1%	4,2	0,0%	1.550,0%	27,2%
Depósitos Compulsórios	1,8	0,1%	5,5	0,1%	23,4	0,3%	205,6%	325,5%
Títulos a Receber	0,9	0,1%	2,6	0,1%	0,4	0,0%	188,9%	-84,6%
Tributos Diferidos	14,4	0,8%	20,3	0,5%	303,6	3,3%	41,0%	1.395,6%
Tributos a Recuperar	-	-	2,8	0,1%	44,6	0,5%	-	1.492,9%
Outros Valores a Receber	0,6	0,0%	8,8	0,2%	9,2	0,1%	1.366,7%	4,6%
Permanente	523,2	30,5%	1.606,0	37,1%	4.399,4	48,1%	207,0%	173,9%
Investimentos	93,7	5,5%	647,0	14,9%	1,2	0,0%	590,5%	-99,8%
Imobilizado	429,5	25,0%	947,9	21,9%	2.235,7	24,4%	120,7%	135,9%
Intangível	-	-	-	0,0%	2.144,2	23,4%	-	-
Diferido	-	-	11,1	0,3%	18,3	0,2%	-	64,9%
Total do Ativo	**1.717,8**	**100,0%**	**4.330,7**	**100,0%**	**9.155,2**	**100,0%**	**152,1%**	**111,4%**

* De acordo com os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e normas da CVM, vigentes em 31 de dezembro de 2007.

** Elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da CVM, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e pela MP nº 449/2008.

(1) Análise Vertical % do total do Ativo

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de *(em milhões de R$)*							
Balanço Patrimonial	**2006***	**AV (1)**	**2007***	**AV (1)**	**2008**	**AV (1)**	**Var. 07/06**	**Var. 08/07**
Passivo Circulante	420,0	24,4%	1.207,3	27,9%	2.799,5	30,6%	187,5%	131,9%
Fornecedores	212,8	12,4%	335,4	7,7%	748,5	8,2%	57,6%	123,2%
Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	57,1	3,3%	71,5	1,7%	269,8	2,9%	25,2%	277,3%
Impostos, Taxas e Contribuições	18,4	1,1%	40,5	0,9%	274,5	3,0%	120,1%	577,8%
Empréstimos e Financiamentos	118,1	6,9%	428,1	9,9%	1.232,1	13,5%	262,5%	187,8%
Arrendamentos a Pagar	-	-	-	-	62,6	0,7%	-	-
Título a Pagar	-	-	269,7	6,2%	11,7	0,1%	-	-95,7%
Juros Sobre Capital Próprio	-	-	32,1	0,7%	-	-	-	N/m
Outras Obrigações	13,6	0,8%	30,0	0,7%	200,3	2,2%	120,6%	567,7%
Passivo não Circulante	1.052,2	61,3%	1.817,7	42,0%	3.607,9	39,4%	72,7%	98,5%
Empréstimos e Financiamentos	929,0	54,1%	1.645,9	38,0%	3.081,4	33,7%	77,2%	87,2%
Arrendamentos a Pagar	-	-	-	-	142,1	1,6%	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições	70,5	4,1%	61,8	1,4%	78,7	0,9%	-12,3%	27,3%
Impostos Diferidos	52,7	3,1%	57,3	1,3%	109,0	1,2%	8,7%	90,2%
Provisões	-	-	48,1	1,1%	108,5	1,2%	-	125,5%
Outros Títulos a Pagar	-	-	4,6	0,1%	88,2	1,0%	-	1.817,4 %
Participação dos Minoritários	22,4	1,3%	23,4	0,5%	17,9	0,2%	4,5%	-23,5%
Patrimônio Líquido	223,2	13,0%	1.282,3	29,6%	2.729,9	29,8%	474,5%	112,9%
Capital Social	140,0	8,1%	1.183,8	27,3%	2.559,7	28,0%	745,6%	116,2%
Gastos na Emissão de Ações	-	-	-	-	(34,1)	-0,4%	-	-
Reserva de Lucros	-	-	3,2	0,1%	155,1	1,7%	-	4.746,9 %
Reserva Legal	-	-	3,2	0,1%	3,2	0,0%	-	-
Retenção de Lucros	-	-	-	-	164,9	1,8%	-	-
Ações em Tesouraria	-	-	-	-	(13,0)	-0,1%	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	49,2	0,5%	-	N/m
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	83,2	4,8%	95,3	2,2%	-	0,0%	14,5%	N/m
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**1.717,8**	**100,0%**	**4.330,7**	**100,0%**	**9.155,2**	**100,0%**	**152,1 %**	**111,4 %**

* De acordo com os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e normas da CVM, vigentes em 31 de dezembro de 2007.

** Elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da CVM, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e pela MP nº 449/2008.

(1) Análise Vertical % do total do Passivo.
N/m = não mensurável

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 e período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009

(em milhões de R$)

Balanço Patrimonial	**2008****	**AV (1)**	**2009****	**AV (1)**	**Var. 09/08**
Ativo circulante	4.370,4	47,7%	4.852,4	51,7%	11,0%
Disponibilidades	1.071,7	11,7%	1.277,1	13,6%	19,2%
Valores a receber de clientes nacionais	686,0	7,5%	662,2	7,1%	-3,5%
Valores a receber de clientes internacionais	315,9	3,5%	304,3	3,2%	-3,7%
Estoques de produtos e mercadorias	1.581,9	17,3%	1.672,7	17,8%	5,7%
Impostos a recuperar	689,4	7,5%	888,3	9,5%	28,9%
Despesas do exercício seguinte	25,2	0,3%	38,6	0,4%	53,2%
Outros Valores a Receber	0,3	0,0%	9,2	0,1%	2.966,7%
Ativo Não Circulante	4.784,8	52,3%	4.528,7	48,3%	-5,4%
Realizável a longo prazo	385,4	4,2%	342,1	3,6%	-11,2%
Aplicações financeiras	4,2	0,0%	1,8	0,0%	-57,1%
Depósitos compulsórios	23,4	0,3%	24,0	0,3%	2,6%
Títulos a receber	0,4	0,0%	1,5	0,0%	275,0%
Tributos diferidos	303,6	3,3%	221,2	2,4%	-27,1%
Tributos a recuperar	44,6	0,5%	60,1	0,6%	34,8%
Outros valores a receber	9,2	0,1%	33,5	0,4%	264,1%
Permanente	4.399,4	48,1%	4.186,6	44,6%	-4,8%
Investimentos	1,2	0,0%	1,2	0,0%	0,0%
Imobilizado	2.235,7	24,4%	2.282,8	24,3%	2,1%
Intangível	2.144,2	23,4%	1.890,6	20,2%	-11,8%
Diferido	18,3	0,2%	12,0	0,1%	-34,4%
Total do Ativo	9.155,2	100,0%	9.381,1	100,0%	2,5%

_____

** Elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da CVM, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e pela MP 449/2008.

(1) Análise Vertical % do total do Ativo.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 e período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009

(em milhões de R$)

Balanço Patrimonial	**2008****	**AV (1)**	**2009***	**AV (1)**	**Var. 09/08**
Passivo circulante	2.799,5	30,6%	2.465,6	26,3%	-11,9%
Fornecedores	748,5	8,2%	748,2	8,0%	0,0%
Pessoal, encargos e benefícios sociais	269,8	2,9%	208,1	2,2%	-22,9%
Impostos, taxas e contribuições	274,5	3,0%	146,0	1,6%	-46,8%
Empréstimos e financiamentos	1.232,1	13,5%	1.187,3	12,7%	-3,6%
Arrendamentos a Pagar	62,6	0,7%	58,9	0,6%	-5,9%
Título a pagar	11,7	0,1%	32,9	0,4%	181,2%
Outras obrigações	200,3	2,2%	84,2	0,9%	-58,0%
Passivo não circulante	3.607,9	39,4%	4.078,6	43,5%	13,0%
Empréstimos e financiamentos	3.081,4	33,6%	3.407,6	36,3%	10,6%
Arrendamentos a Pagar	142,1	1,6%	103,5	1,1%	-27,2%
Impostos, taxas e contribuições	78,7	0,9%	287,4	3,1%	265,2%
Impostos diferidos	109,0	1,2%	95,1	1,0%	-12,8%
Provisões	108,5	1,2%	48,1	0,5%	-55,7%
Outros Títulos a Pagar	88,2	1,0%	136,9	1,5%	55,2%
Participação dos minoritários	17,9	0,2%	15,2	0,2%	-15,1%
Patrimônio Líquido	2.729,9	29,8%	2.821,7	30,1%	3,4%
Capital social	2.559,7	28,0%	2.559,7	27,3%	0,0%
Gastos na Emissão de Ações	(34,1)	-0,4%	(34,1)	-0,4%	0,0%
Reserva de lucros	155,1	1,7%	157,1	1,7%	1,3%
Reserva legal	3,2	0,0%	3,2	-	0,0%
Retenção de lucros	164,9	1,8%	164,9	1,8%	0,0%
Ações em tesouraria	(13,0)	-0,1%	(11,0)	-0,1%	15,4%
Ajustes de avaliação patrimonial	49,2	0,5%	(428,4)	-4,6%	N/m
Lucro (Prejuízo) do Período	-	0,0%	567,4	6,0%	N/m
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**9.155,2**	**100,0%**	**9.381,1**	**100,0%**	**2,5%**

** Elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da CVM, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e pela MP 449/2008.

(1) Análise Vertical % do total do Passivo.
N/m = não mensurável

Outros Dados Financeiros

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			Período de nove meses findo em 30 de setembro de	
	2006	**2007**	**2008**	**2008**	**2009**
	(Em milhões de R$, exceto se informado de outra forma)				
Lucro (prejuízo) líquido do exercício / período	64,3	85,0	(35,5)	38,7	567,4
Juros sobre capital próprio	(14,3)	(41,3)			
Imposto de renda e contribuição social	18,9	28,1	(211,9)	26,0	112,5
Resultado não operacional	-	2,0	-	0,8	-
Resultado financeiro líquido	161,7	257,0	961,1	284,9	(262,0)
Depreciação e amortização	18,3	47,0	159,8	78,0	194,4
Participações dos minoritários	(1,3)	2,4	10,8	9,3	7,2
EBITDA[(1)]	247,6	380,2	884,3	437,7	619,5
Margem EBITDA[(2)]	11,6%	11,4%	14,3%	11,5%	8,8%

(1) De acordo com o OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP nº 01/2007, item 1.9.7, a medição EBITDA ou Lajida é o lucro antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização (Ebitda – *earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*) . O EBITDA apresentado é utilizado por nós para medir o nosso desempenho econômico operacional. Conforme referido Ofício Circular, o EBITDA pode ser reconciliado com as demonstrações financeiras como segue: lucro (prejuízo) líquido antes de imposto de renda e contribuição social, resultado de participações não consolidadas, resultado financeiro líquido, resultado não operacional líquido, participação de acionistas não controladores, depreciação e amortização, sendo essa a reconciliação utilizada por nós para o cálculo do EBITDA. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. Outras empresas podem calcular EBITDA numa maneira diferente de nós. Nossa Companhia divulga seu EBITDA, pois o utiliza como métrica de desempenho e o considera uma medida útil por ser frequentemente utilizado por analistas de mercado de capitais, investidores e outras partes interessadas na avaliação de empresas em nosso mercado. Em razão de não serem consideradas, para o seu cálculo, as despesas e receitas com juros (financeiras), o imposto de renda e a contribuição social, e a depreciação e amortização, o EBITDA funciona como um indicador de nosso desempenho econômico geral, que não é afetado por flutuações nas taxas de juros, alterações da carga tributária do imposto de renda e da contribuição social ou dos níveis de depreciação e amortização. Consequentemente, acreditamos que o EBITDA funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, nosso desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Acreditamos que o EBITDA permite uma melhor compreensão não só sobre o nosso desempenho financeiro, como também sobre a nossa capacidade de cumprir com nossas obrigações passivas e de obter recursos para nossas despesas de capital e para nosso capital de giro. O EBITDA, no entanto, apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de nossa lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes de nossos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os nossos lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

(2) EBITDA dividido pela receita líquida operacional.

DISCUSSÃO E ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E O RESULTADO DAS OPERAÇÕES

Esta seção contém estimativas e declarações futuras que envolvem riscos e incertezas. Os nossos resultados reais poderão diferir significativamente dos resultados discutidos nessas estimativas e declarações futuras, em decorrência de diversos fatores, incluindo, sem limitação, os fatores descritos na seção "Considerações Sobre Estimativas e Projeções" e "Fatores de Risco", nas páginas 36 e 109 deste Prospecto.

A análise a seguir é baseada em, e deve ser lida em conjunto com, demonstrações financeiras consolidadas auditadas e revisadas da Companhia e notas explicativas relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008 e aos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2008 e 2009; todas incluídas neste Prospecto e discutidas nesta seção. Os resultados refletidos em nossas demonstrações financeiras consolidadas, para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009 não é indicativo dos resultados que podem ser esperados no futuro, inclusive para o exercício a encerrar em 31 de dezembro de 2009.

As demonstrações financeiras consolidadas auditadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008 e as demonstrações financeiras consolidadas revisadas referentes aos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2008 e 2009, incluídas neste Prospecto e discutidas nesta seção, foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil.

VISÃO GERAL

Somos uma multinacional de origem brasileira dedicada à produção, industrialização e comercialização no mercado interno e externo de produtos alimentícios diversificados, com foco em derivados de proteína animal. De acordo com os relatórios anuais da SECEX, INAC e Sagpya, somos um dos maiores exportadores de carne bovina do Brasil e Uruguai, e acreditamos ser um dos maiores exportadores de carne bovina do mundo e fomos considerados em 2008, pela Fundação Dom Cabral, a empresa mais internacionalizada do agronegócio brasileiro. Atuamos há mais de duas décadas no setor alimentício e consolidamos um modelo de verticalização de nossos negócios através de um amplo e diversificado portfólio de proteínas e pela forte e crescente presença no segmento de processados, que acreditamos ser um dos principais vetores de crescimento de nossos negócios e expansão de margens nos próximos anos.

Construímos um modelo de negócios integrado e geograficamente diversificado, composto por bases de produção localizadas em lugares com vantagens competitivas importantes de custo e uma rede de distribuição com acesso aos principais mercados consumidores do mundo, em mais de 100 países. Estamos organizados estrategicamente em cinco divisões, com estruturas próprias e profissionalizadas: (i) Bovinos e *Food Service* - Brasil, (ii) Aves, Suínos e Industrializados - Brasil; (iii) Argentina; (iv) Uruguai e (v) Europa. Temos 84 plantas industriais e escritórios distribuídos em 13 países na América do Sul, América do Norte, Europa, Ásia e África e uma capacidade instalada diária de 30.150 cabeças de bovinos, 4.200 cabeças de suínos, 1.846.000 cabeças de frangos, 30.000 cabeças de perus, 9.400 cabeças de ovinos e capacidade de produção mensal de 48.215 toneladas de produtos industrializados, que constituem uma plataforma altamente capacitada para suportar nosso crescimento e capaz de mitigar os riscos típicos da indústria.

Realizamos, desde 2006, uma estratégia de crescimento expressivo e consistente de nossas operações, baseado em nosso modelo de negócios internacionalizados e diversificados. No período entre 31 dezembro de 2005 e 31 de dezembro de 2008, nosso volume de produtos vendidos, em toneladas, cresceu 298,9% e saiu de 371.187 toneladas em 2005, atingindo 1.480.767 toneladas em 2008 com um crescimento anual composto (CAGR) de 58,6%. Nosso crescimento foi

acompanhado de um aprimoramento de nossos processos internos, buscando melhor eficiência e um rígido controle de custos operacionais, o que acreditamos ter aumentado nossa rentabilidade.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009, a Companhia teve uma receita líquida de R$7.057,5 milhões líquidos, dos quais 60,7% são provenientes dos mercados internos onde atuamos e 39,3% de exportações. O segmento com maior participação na composição de nossa receita líquida foi a Europa com 33,2%, seguido por Bovinos e *Food Service* - Brasil, com 27,3% seguido de Aves, Suínos e Industrializados 17,4%, Argentina 11,8% e por fim o Uruguai 10,3%.

CONJUNTURA ECONÔMICA BRASILEIRA

Nossa condição financeira e resultados operacionais são influenciados pela conjuntura econômica brasileira. A conjuntura macroeconômica brasileira melhorou significativamente nos últimos anos. A inflação permaneceu dentro da meta nos últimos cinco anos, as taxas de juros diminuíram, de acordo com os dados fornecidos pelo BACEN, e o crescimento médio anual do PIB foi de 4,9% no período entre 2006 e 2008, segundo o IBGE.

A taxa de inflação IPCA, divulgada pelo IBGE, foi de 3,1%, 4,5% e 5,9%, em 2006, 2007 e 2008, respectivamente. Entre janeiro de 2006 e julho de 2009, o Real valorizou-se 24,8% em comparação ao dólar; a taxa de desemprego caiu de 9,2%, para 8,1% e as reservas internacionais aumentaram de US$ 56,9 bilhões para US$ 207,4 bilhões e a dívida pública líquida em relação ao PIB diminuiu de 47,9% para 44,1%, no mesmo período.

Em 30 de abril de 2008, o Brasil obteve a classificação de grau de investimento concedida pela agência de avaliação de risco Standard & Poor's, entrando no grupo de países considerados de baixa possibilidade de inadimplência. Em 29 de maio de 2008, a Fitch Ratings, outra agência de avaliação de risco, também concedeu a classificação de grau de investimento ao Brasil. Em 22 de setembro de 2009, a Moody's, também uma agência de avaliação de risco, concedeu a classificação de grau de investimento ao Brasil. A melhor classificação de risco reforça o cenário favorável no médio prazo para a economia brasileira, refletindo a maturidade das instituições financeiras e da estrutura política do país, bem como o avanço de políticas fiscais e de controle da dívida pública.

No segundo semestre de 2008, as condições da economia global pioraram significativamente em decorrência da crise mundial. O efeito imediato na economia brasileira foi evidenciado pelo declínio da expectativa do crescimento econômico e a depreciação da moeda, a qual se desvalorizou 45,9% em relação ao dólar entre agosto de 2008 e outubro de 2008 (de R$1,57/US$ em 4 de agosto de 2008 para R$2,29/US$ em 10 de outubro de 2008). A cotação de ativos locais também foi afetada adversamente, o que refletiu na desvalorização do índice Ibovespa de 48,9% entre 19 de maio de 2008 e 30 de dezembro de 2008.

Entretanto, a economia brasileira tem demonstrado relativa resistência à crise financeira desde o início de 2009. Os indicadores macroeconômicos têm melhorado e, apesar da esperada desaceleração do crescimento do PIB para o ano de 2009, com estabilização em 0,0% versus uma expectativa global de decréscimo do PIB de 1,4% em 2009, de acordo com o relatório do FMI divulgado em julho de 2009, espera-se que a economia cresça em 2010. De acordo com o relatório do BACEN, divulgado em 25 de setembro de 2009, o PIB deverá crescer 4,5% em 2010.

Adicionalmente, fundamentos macroeconômicos sólidos e a maior estabilidade econômica permitiram ao BACEN reduzir ainda mais as taxas de juros, tendo a taxa da SELIC atingido seu nível mais baixo na história, equivalente a 8,75%, em julho de 2009. As reservas internacionais permanecem acima de US$ 200,0 bilhões.

A tabela abaixo apresenta o crescimento do PIB, a taxa de inflação, as taxas de juros médias no Brasil e a apreciação do dólar em relação ao Real para cada um dos períodos indicados:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			Período de nove meses findo em 30 de setembro de	
	2006	2007	2008	2008	2009
Crescimento PIB[1]	4,0%	5,7%	5,1%	6,4%	N/D[7]
Inflação (IGP-M)[2]	3,8%	7,8%	9,8%	8,5%	(1,6)%
Inflação (IPCA)[3]	3,1%	4,5%	5,9%	4,8%	3,2%
CDI[4]	13,2%	11,1%	13,6%	13,6%	8,6%
TJLP[5]	6,9%	6,3%	6,3%	6,3%	6,0%
Valorização (desvalorização) do Real contra o dólar	8,7%	17,2%	(31,9)%	(8,0)%	23,7%
Taxa de câmbio no final do período — US$ 1,00	R$2,138	R$1,771	R$2,337	R$1,914	R$1,778
Taxa média de câmbio — US$ 1,00[6]	R$2,177	R$1,948	R$1,837	R$1,696	R$2,08

(1) Fonte: IBGE.
(2) A taxa de inflação (IGP-M) representa o índice geral de preços de mercadorias publicado pela Fundação Getulio Vargas, uma fundação privada.
(3) A taxa de inflação (IPCA) representa o índice de preço ao consumidor publicado pelo IBGE.
(4) A taxa de CDI representa as taxas de depósito interfinanceiro realizados em um dia no Brasil registrados e realizados na Câmara de Custódia e Liquidação ou sistema CETIP.
(5) A TJLP representa a taxa de juros em longo prazo publicada trimestralmente pelo BACEN. As quantias demonstradas representam a média do período indicado.
(6) Média das taxas de câmbio para o período indicado de acordo com o BACEN.
(7) Crescimento do PIB para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009 ainda não foi divulgado. Para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2009 o PIB apresentou queda de 1,5%.

PRINCIPAIS FATORES QUE AFETAM NOSSOS RESULTADOS OPERACIONAIS

Crescimento do Produto Interno Bruto Brasileiro e da Demanda por Nossos Produtos

Nossas vendas no mercado interno onde atuamos representaram 60,7% de nossa receita líquida no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009. Historicamente, parte relevante de nossas operações foi localizada no Brasil, e por isso somos afetados significativamente pelas condições econômicas do País. Nossos resultados operacionais e situação financeira têm sido e continuarão sendo afetados pela taxa de crescimento do PIB do Brasil. Devido à nossa significativa participação no mercado brasileiro de proteínas animais tanto *in natura* como processadas e industrializadas as oscilações da demanda brasileira por esses produtos afetam nossos níveis de produção e receita líquida.

Nossa administração acredita que o crescimento econômico do Brasil deve afetar positivamente nossas receitas e resultados operacionais futuros. Contrariamente, a retração econômica do Brasil afetará negativamente nossas receitas e resultados operacionais.

Efeitos das Oscilações de Preços de Matéria Prima (Gado e grãos)

As oscilações dos preços dos grãos e de gado nos mercados interno e externo em que atuamos afetam significativamente nossa receita operacional líquida, e nossos custos de mercadorias vendidas, conforme comentado abaixo.

Efeitos Sobre a Receita Operacional Líquida

Os preços de nossos produtos nos mercados interno e externo onde atuamos são geralmente estabelecidos pelas condições do mercado, sobre as quais não temos controle. Nossos preços no mercado interno também são afetados pelos preços que conseguimos cobrar dos diversos clientes atacadistas e varejistas que revendem nossos produtos, alguns dos quais negociados caso a caso. Entre os principais fatores que influenciam os preços de nossos produtos estão os preços do gado, os preços dos grãos, surtos de doenças e restrições sanitárias, comerciais e alfandegárias impostas no Brasil e no exterior.

Efeitos Sobre o Custo de Produtos Vendidos

Grãos e o gado são as principais matérias primas que utilizamos. A compra de grãos e gado (incluindo vacinas, vitaminas e compras de carcaças de terceiros e a compra de suínos e aves) representou aproximadamente 61,9% do total de nosso custo de produtos vendidos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009. Entre outros custos significativos estão mão-de-obra direta e indireta, custos industriais diretos e indiretos, embalagens, energia elétrica e outros.

Não controlamos os preços dos grãos e do gado nos mercados que atuamos. O custo dos grãos e do gado varia de acordo com os preços nos mercados internos e externos, que oscilam de acordo com a oferta e demanda. Geralmente compramos grãos e gado em transações a prazo de 30 dias, e os preços que pagamos pelos grãos e gado são baseados no preço de mercado. Consequentemente, oscilações do preço de mercado têm impacto direto em nosso custo de produtos vendidos.

Reflexos dos Níveis de Exportação em nosso Desempenho Financeiro

No mercado externo, geralmente obtemos por nossos produtos preços e margens maiores que os prevalecentes no mercado interno. A diferença de preços e margens entre os mercados brasileiro e internacional decorre, em parte, da maior demanda por produtos de maior valor agregado, notadamente em relação a cortes de qualidade superior, produtos industrializados e do maior poder aquisitivo dos países desenvolvidos.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009, aproximadamente 39,3% de nossa receita líquida foram obtidos através de exportações de nossos produtos *in natura* e industrializados. Nossa receita líquida de exportações cresceu 43,0%, de R$2.770,8 milhões no período nove meses findo em 30 de setembro de 2009 comparada com R$1.937,3 milhões no mesmo período de 2008.

Reflexos das Oscilações Cambiais

Nossos resultados operacionais e situação financeira têm sido e continuarão sendo afetados pela taxa de depreciação ou apreciação do real em relação ao dólar Norte-Americano e à libra esterlina, pois parte significativa de nossa receita é vinculada ao dólar e à libra. Temos dívidas denominadas em dólar que requerem que façamos pagamentos de principal e juros nessa moeda.

Praticamente todas as nossas exportações são denominadas em dólares e parte significativa de nossas receitas são denominadas em libra. Quando o real se desvaloriza em relação ao dólar, partindo da premissa de que os preços de nossos produtos no mercado internacional continuem constantes, nossa receita proveniente de exportações aumenta. Em contraste, quando o real se valoriza em relação ao dólar e os preços de nossos produtos no mercado internacional continuam constantes, nossa receita de exportação diminui. Quando o real se desvaloriza em relação à libra, nossa receita proveniente da divisão Europa aumenta. Em contraste, quando o real se valoriza em relação à libra, tais receitas sofrem uma redução.

Nossas dívidas em dólares representavam 74,6% de nosso endividamento em 30 de setembro de 2009. Quando o real se deprecia em relação ao dólar, os custos de juros de nossas dívidas em dólar aumentam em reais, o que prejudica nossos resultados operacionais, nosso passivo total e obrigações de serviço de dívida em reais aumentam. Em contraste, quando o real se aprecia em relação ao dólar, os custos de juros de nossas dívidas em dólar diminuem em reais, o que afeta positivamente nossos resultados operacionais, nosso passivo total e obrigações de serviço de dívida em reais diminuem. Consequentemente, nossas despesas financeiras tendem a diminuir em decorrência dos ganhos cambiais que temos que registrar.

As exportações, que nos possibilitam gerar contas a receber em moeda estrangeira, tendem a nos dar *hedge*, ou proteção cambial, em relação a parte de nossas obrigações de serviço de dívida em dólares, mas não as cobrem totalmente. Com aproximadamente 75,7% de nossa receita operacional líquida sendo originada de outra moeda que não o Real no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009, acreditamos possuir um *hedge* natural para fazer frente aos vencimentos de nossas futuras obrigações em moeda estrangeira. Além disso, temos uma sólida política financeira, com manutenção de elevado saldo de caixa e aplicações financeiras de curto prazo em instituições de primeira linha.

Não praticamos operações alavancadas de derivativos ou instrumentos similares. Praticamos apenas operações de derivativos que objetivem nos proteger contra nossa exposição a endividamento que contraímos em moedas estrangeiras. Temos uma política conservadora de não realizarmos operações de derivativos ou instrumentos similares que possam comprometer nossa posição financeira.

Reflexo do Nível de Endividamento

Em 30 de setembro de 2009, o total de nossas dívidas consolidadas era de aproximadamente R$4.594,9 milhões. Nosso nível de endividamento resulta em despesas financeiras significativas, que estão indicadas em nossas demonstrações financeiras. As despesas financeiras consistem em despesas com juros, variações cambiais de dívidas denominadas em dólares e outras moedas estrangeiras, e outros itens indicados nas notas explicativas de nossas informações financeiras intermediárias consolidadas.

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009 registramos receitas financeiras líquidas de R$262,0 milhões, dos quais (i) R$459,8 milhões consistiram em despesas com taxas, encargos e juros; (ii) R$610,7 milhões em variação cambial e (iii) receitas financeiras de R$111,1 milhões.

PRÁTICAS CONTÁBEIS RELEVANTES

As demonstrações financeiras consolidadas auditadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008 e as demonstrações financeiras consolidadas revisadas referentes aos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2008 e 2009, incluídas neste Prospecto e discutidas nesta seção, foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e foram auditadas ou revisadas, conforme o caso, pela BDO Trevisan Auditores Independentes.

Discussão Sobre Nossas Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis aqui descritas são aquelas que têm relevância para retratar a nossa condição financeira e os nossos resultados nos aspectos em que sua determinação é mais difícil, subjetiva e complexa, sujeitos a julgamentos, estimativas e presunções, exigindo estimativas sobre questões que ensejam incertezas.

Para a elaboração dessas demonstrações financeiras, a nossa administração utilizou estimativas e suposições para registrar ativos, passivos e transações. As nossas demonstrações financeiras consolidadas e as demonstrações financeiras de suas controladas incluem várias estimativas, subjetivas e complexas, relacionadas à vida útil dos ativos imobilizados, provisões para passivos contingentes, períodos estimados para recuperação e amortização do ágio de aquisições e investimentos, provisões para tributos, provisões para devedores duvidosos, provisões para bônus de administradores e funcionários e outros itens similares.

Para que seja possível descrever a forma como nossa administração realiza as determinações sobre essas estimativas, incluindo variáveis e premissas subjacentes a tais estimativas, ressaltam-se as seguintes práticas contábeis utilizadas:

Reconhecimento dos Efeitos Inflacionários e Cambiais

Os efeitos inflacionários e cambiais são reconhecidos mediante a atualização monetária e cambial dos ativos e passivos indexados com contrapartida em receitas e despesas financeiras.

Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita de serviços é reconhecida no resultado em função da sua prestação.

Estimativas Contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil requer que a nossa administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, quando aplicáveis, o valor residual do ativo imobilizado, provisão para devedores duvidosos, estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos/passivos e as provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados de acordo com sua respectiva classificação:

Instrumentos Mantidos até o Vencimento

Se a Companhia tem a intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento os instrumentos de dívida, estes são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

Instrumentos Disponíveis para Venda

Os investimentos da Companhia em instrumentos de patrimônio e de certos ativos relativos a instrumentos de dívida são classificados como disponíveis para venda. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moeda estrangeira desses instrumentos são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para resultado.

Instrumentos Financeiros ao Valor Justo Através do Resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e tomam as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentados pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

Outros

Outros instrumentos financeiros não derivativos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor recuperável.

MOEDA ESTRANGEIRA

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC nº 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM n° 534/08.

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

ATIVOS CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e quando aplicável, ajustado ao valor presente.

A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou produção, inferiores aos valores de mercado ou de realização.

Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas que levam em consideração o tempo

de vida útil estimada dos bens e com base nos prazos contratuais dos imóveis alugados quanto às benfeitorias efetuadas nos mesmos.

Os encargos financeiros dos financiamentos contratados na fase de construção de bens integrantes do ativo mobilizado são capitalizados.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa, quando incorrido.

ARRENDAMENTO

Arrendamento Financeiro

Determinados contratos de arrendamento transferem substancialmente a nós os riscos e benefícios inerentes a propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas aplicáveis a cada grupo de ativo. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Arrendamento Operacional

Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos como despesas no demonstrativo de resultados em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios, e os gerados internamente pela Companhia. São registrados pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização calculada pelo método linear, com base nos prazos dos direitos de exploração decorrentes dos contratos de arrendamento.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida e o ágio por expectativa de rentabilidade futura a partir de 1° de janeiro de 2009 não são amortizados e têm o seu valor recuperável testado anualmente.

Redução ao Valor Recuperável

Os itens de ativos do imobilizado, intangível e diferido, têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda dos mesmos. O *goodwill* e os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testado anualmente independentemente de haver indicadores de perda dos mesmos.

PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. São registrados a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas que deram origem ao

referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Os ajustes a valor presente foram apurados com base na média entre a taxa SELIC (taxa estabelecida como a de retorno do capital próprio) e a taxa média de capitação de recursos no mercado financeiro (taxa estabelecida como a de retorno do capital de terceiros).

Os prazos utilizados na apuração do ajuste a valor presente variam de acordo com atividade operacional envolvida, correspondendo à expectativa média do prazo para liquidação da mesma, como prazo médio de recebimento de vendas, prazo médio de pagamento, prazo da liquidação dos parcelamentos tributários e outros que sejam necessários.

Provisões

As provisões são reconhecidas em decorrência de eventos passados que originaram um passivo, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar o mesmo. As provisões são registradas quando as perdas são julgadas como prováveis tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Plano de Remuneração Baseado em Ações

Os efeitos do plano de remuneração baseado em ações são calculados com base no valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial e na demonstração do resultado conforme as condições contratuais.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda é apurado com base no lucro real. O imposto de renda e a contribuição social são recolhidos mensalmente sobre bases de cálculo estimadas, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente.

Os ativos diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias são registrados em conformidade com a legislação tributária e Instrução CVM nº 371, de 27 de setembro de 2002, e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade revisado anualmente.

A Companhia e suas controladas, quando aplicável, deverão optar pelo Regime Tributário de Transição (RTT), conforme a Medida Provisória nº 449/2008, exercício de opção este que deverá ser manifestado, de forma irretratável, na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009.

Lucro por ação

O lucro por ação é calculado com base no número total de ações, na data do balanço patrimonial.

MUDANÇAS NAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638/2007, que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações relacionados à preparação e divulgação das demonstrações financeiras. Em 3 de dezembro de 2008, a Medida Provisória nº 449/2008, convertida na Lei nº 11.941/2009, alterou e complementou alguns aspectos da referida Lei e instituiu o Regime Tributário de Transição (RTT), dentre outras providências.

As demonstrações financeiras para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 e as informações financeiras para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009 refletem, em todos os aspectos relevantes, as modificações propostas pela Lei nº 11.638/2007 e pela Lei nº 11.941/2009, tendo como base as orientações emitidas pelo CPC e aprovadas pela CVM. As demonstrações financeiras referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2007 e 2006 e para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2008 apresentadas neste Prospecto foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007, sem incorporar os ajustes decorrentes da aplicação de Lei nº 11.638/2007 e da Lei nº 11.941/2009 e, como permitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC nº 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/2007, da Lei nº 11.941/2009 e do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP no. 02/2009, não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios e períodos. Os ajustes *pro-forma* decorrentes das mudanças de práticas contábeis propostas pela Lei nº 11.638/2007 não contabilizados, que teriam efeito sobre o patrimônio líquido e o resultado do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2008 estão apresentados na Nota Explicativa n° 2.2 relativa às demonstrações financeiras de 30 de setembro de 2009.

As principais modificações previstas na referida Lei que levaram a ajustes nas demonstrações financeiras de 2008 estão descritas na Nota Explicativa 2.1 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2008.

Em decorrência da promulgação da Lei nº 11.638/2007, e da Lei n° 11.941/2009, inclusive por conta das Medidas Provisórias que lhes deram origem, durante 2008 foram editados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis diversos pronunciamentos com aplicação obrigatória para as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008.

Adicionalmente, em continuidade a esse processo de convergência, foram e deverão ser editados novos pronunciamentos contábeis que poderão eventualmente trazer impactos relevantes sobre o resultado das nossas operações. Não temos controle e não podemos prever quais serão os novos pronunciamentos contábeis a serem emitidos ainda em 2009 e nos anos seguintes, nem os impactos de pronunciamentos de aplicação obrigatória apenas para o encerramento do exercício de 2009.

Futuras demonstrações financeiras a serem elaboradas pela Companhia poderão eventualmente vir a ser alteradas de maneira relevante em decorrência desses novos pronunciamentos contábeis previstos para serem emitidos pelo CPC e normatizados pela CVM no decorrer do exercício de 2009, como por exemplo a exigência da CVM na preparação de demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o IFRS para os exercícios a findarem em 31 de dezembro de 2010 comparativos a 31 de dezembro de 2009. Inclusive, tais pronunciamentos podem requerer a aplicação das novas práticas contábeis para as demonstrações de períodos ou exercícios anteriores apresentados comparativamente resultando em ajustes retroativos.

Elaboramos nossas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que consideram:

- a Lei das Sociedades por Ações;
- as regras e os regulamentos da CVM; e
- as práticas contábeis emitidas pelo IBRACON, pelo CFC ou CPC.

NOSSAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

As informações financeiras que apresentamos e discutimos nesta seção referem-se às demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008 e às demonstrações financeiras consolidadas revisadas da Companhia referentes aos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2008 e 2009, que refletem os resultados operacionais de nossas controladas e a evolução dos negócios do grupo naqueles exercícios e períodos.

Em razão das nossas aquisições, a Companhia acredita que as demonstrações individuais não contêm informações suficientes e que possam servir como base para a formação da decisão de investimento dos potenciais investidores, especialmente considerando que foram realizadas várias aquisições (empresas controladas) nos períodos abaixo, as quais afetam a comparabilidade das demonstrações contábeis, tendo sido destacadas de forma individualizada para permitir a visualização do crescimento orgânico da Companhia.

Para a análise das demonstrações financeiras consolidadas, deve-se considerar as diferentes estruturas de participação acionária em suas controladas ao longo dos períodos citados:

Exercício social de 2006

A partir do último trimestre de 2006 passaram a ser consolidadas as demonstrações contábeis das empresas adquiridas ou constituídas no exercício de 2006, quais sejam:

- Argentine Breedrs & Packers S.A. – AB&P (Argentina);
- Frigorífico Tacuarembó S.A. (Uruguai);
- Inaler S.A. (Uruguai);
- Marfrig Chile Inversiones Ltda. (Chile); e
- Weston Importers Ltd. (Reino Unido).

Exercício social de 2007

- A partir de janeiro de 2007 passaram a ser consolidadas as demonstrações contábeis da Frigoclass Alimentos S.A. (Brasil);
- Em abril de 2007 passaram a ser consolidadas as demonstrações contábeis da Pampeano Alimentos S.A. (Brasil);
- A partir de junho de 2007 passaram a ser consolidadas as demonstrações contábeis da Cledinor S.A. (Uruguai); e
- No último trimestre de 2007 passaram a ser consolidadas as demonstrações contábeis da Quickfood S.A. (Argentina), Establecimientos Colonia S.A. (Uruguai) e Frigorífico Mabella Ltda. (Brasil).

Exercício social de 2008

- A partir de abril de 2008, passaram a ser consolidadas as empresas Dagranja Agroindustrial Ltda. (Brasil) e Carroll´s Food do Brasil S.A. (Brasil) a qual teve sua razão social alterada para MBL Alimentos Ltda.; e

- A partir do último trimestre de 2008 passaram a ser consolidadas as empresas Moy Park Holdings Europe Limited (Irlanda do Norte), controladora da Moy Park Limited (Irlanda do Norte) e da Kitchen Range Foods Limited (Reino Unido), e MAS do Brasil Participações Ltda. (Brasil), controladora direta da Braslo Produtos de Carnes Ltda. (Brasil), Penasul Alimentos Ltda. (Brasil) e controladora indireta da Agrofrango Indústria e Comércio de Alimentos Ltda. (Brasil).

Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2008

A partir de abril de 2008 passaram a ser consolidadas as empresas:

- Dagranja Agroindustrial Ltda. (Brasil); e
- MBL Alimentos Ltda. (Brasil).

Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009

Todas as aquisições realizadas até 31 de dezembro de 2008 já estavam devidamente consolidadas. Não houve aquisições no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009.

Esses fatos prejudicam a comparabilidade entre os exercícios e os períodos, nossa administração acredita que a discussão das informações financeiras consolidadas seja, portanto, a mais indicada para explicar nossa condição financeira, resultados e negócios para esses exercícios e períodos.

Para maiores informações sobre as aquisições, ver seção "Atividades da Companhia – Histórico de Crescimento Orgânico e Aquisições", na página 231 deste Prospecto.

O processo de consolidação é aplicado de forma uniforme em todas as empresas consolidadas e é consistente com as práticas utilizadas nos exercícios e períodos anteriores. O processo de consolidação de nossas contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas do ativo, do passivo, das receitas e despesas, proporcionalmente à participação societária direta ou indireta detida pela Companhia de cada controlada, segundo a sua natureza, complementada pela eliminação dos resultados não realizados, do faturamento entre as empresas do nosso grupo, dos saldos de contas correntes e outras contas integrantes do ativo e/ou passivo mantidas entre as controladas. No processo de consolidação proporcional os componentes do ativo e passivo, as receitas e as despesas das sociedades controladas em conjunto são agregados às demonstrações financeiras consolidadas, na proporção da participação no capital social de cada investida. As participações minoritárias no patrimônio líquido das controladas são demonstradas no balanço patrimonial consolidado no passivo.

Para maiores informações quanto às nossas demonstrações financeiras individuais referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008, bem como referentes aos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2008 e 2009, o investidor deve acessar o seguinte link do sistema IPE da página da CVM na internet: www.cvm.com.br

DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS LINHAS DO NOSSO RESULTADO

As principais linhas das demonstrações do nosso resultado são:

Receita Operacional Líquida

Refere-se ao faturamento líquido da Companhia, composto por receitas do mercado interno e do mercado externo.

Custo dos Produtos Vendidos

Trata-se de todos os custos despendidos pela Companhia para produzir os itens comercializados, englobando, principalmente: compra de gado, aves e suínos; compra de carne para desossa; compra de grãos; mão de obra; depreciação e outros.

Lucro Bruto

Representa o resultado bruto gerado pela Companhia, calculado com base na receita operacional líquida deduzida do custo dos produtos vendidos.

Despesas Comerciais, Administrativas e Gerais

As despesas comerciais, administrativas e gerais referem-se aos gastos operacionais necessário para efetivação dos processos comerciais (transporte, mão-de-obra e outros) e gastos administrativos (mão-de- obra, prestação de serviços e outros).

Outras receitas e despesas operacionais

Refere-se ao registro de outras receitas e despesas operacionais registradas pela Companhia, tais como: amortização do ágio pago nas aquisições realizadas pela Companhia por expectativa de rentabilidade futura, a qual ocorreu até 31 de dezembro de 2008 e ganhos com parcelamentos especiais, os quais geram redução da carga tributária.

Resultado Financeiro Líquido (Receita/Despesas Financeiras)

Compreende as receitas e despesas financeiras geradas no processo de financiamento das atividades e investimentos da Companhia, as variações cambiais ativas e passivas geradas pelas flutuações das taxas dos câmbio e, consequentemente, dos ativos e passivos atrelados às mesmas, juros sobre o capital próprio distribuído e despesas com captação de recursos (a partir do exercício de 2008 passaram a ser registradas no patrimônio líquido como conta redutora do capital social, conforme previsto na Lei nº 11.638/2007).

Imposto de Renda e Contribuição Social

Referem-se aos tributos incidentes sobre o lucro da Companhia. Nessas rubricas também são registrados o imposto de renda diferido e a contribuição social diferida calculados com base em prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, aproveitamento fiscal do ágio e reserva de reavaliação.

(Prejuízo) Lucro Líquido no Exercício / Período

Representa o resultado líquido obtido pela Companhia em suas atividades num determinado exercício (anual) ou período (semestral), podendo ser positivo (lucro) e negativo (prejuízo). O resultado líquido é base para constituição de reservas e para a distribuição de dividendos.

DISCUSSÃO E ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS E DISCUSSÃO E ANÁLISE DO BALANÇO PATRIMONIAL DA COMPANHIA

A seguir apresentamos as análises comparativas dos resultados da Companhia tendo como base o resultado consolidado, o qual foi preparado de acordo com as práticas contábeis supramencionadas, bem como considerando as aquisições de novas empresas apresentadas anteriormente.

PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2009 COMPARADO AO PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2008

A tabela a seguir contém informações extraídas de nossas demonstrações de resultado consolidadas para 30 de setembro de 2008 e 2009:

	Período de nove meses findo em 30 de setembro *(em milhões de R$)*				
Demonstração do Resultado	**2008***	**AV (1)**	**2009****	**AV (1)**	**Var. 09/ 08**
Receita Operacional Bruta	4.147,1	108,9%	7.555,6	107,1%	82,2%
Mercado Interno	2.183,2	57,3%	4.759,2	67,4%	118,0%
Mercado Externo	1.963,9	51,6%	2.796,4	39,6%	42,4%
Deduções da Receita Operacional Bruta	(339,3)	-8,9%	(498,1)	-7,1%	46,8%
Deduções da Receita Bruta – Mercado Interno	(312,7)	-8,2%	(472,6)	-6,7%	51,1%
Deduções da Receita Bruta – Mercado Externo	(26,6)	-0,7%	(25,5)	-0,4%	-4,1%
Receita Operacional Líquida	3.807,8	100,0%	7.057,5	100,0%	85,3%
Mercado Interno	1.870,5	49,1%	4.286,6	60,7%	129,2%
Mercado Externo	1.937,3	50,9%	2.770,9	39,3%	43%
Custo dos Produtos Vendidos	(3.061,1)	-80,4%	(6.052,1)	-85,8%	97,7%
Lucro Bruto	746,7	19,6%	1.005,4	14,2%	34,6%
Despesas/Receitas Operacionais	(671,9)	-17,6%	(318,3)	-4,5%	-52,6%
Comerciais	(244,2)	-6,4%	(470,9)	-6,7%	92,8%
Administrativas e Gerais	(115,1)	-3,0%	(214,4)	-3,0%	86,3%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(27,7)	-0,7%	105,0	1,5%	N/m
Resultado Financeiro	(284,9)	-7,5%	262,0	3,7%	N/m
Lucro Operacional	74,8	2,0%	687,1	9,7%	818,6%
Resultado não Operacional	(0,8)	0,0%	-	0,0%	N/m
Lucro antes dos Efeitos Tributários	74,0	1,9%	687,1	9,7%	828,5%
Imposto de Renda	(27,4)	-0,7%	(84,8)	-1,2%	209,5%
Contribuição Social	1,4	0,0%	(27,6)	-0,4%	2.043,4%
Lucro antes da Participação dos Acionistas não Controladores	48,0	1,3%	574,7	8,1%	1.097,3%
Participação dos Acionistas não Controladores	(9,3)	-0,2%	(7,3)	-0,1%	-21,5%
Lucro Líquido no Período	38,7	1,0%	567,4	8,0%	1.363,3%
Por Lote de Mil Ações (R$)	0,2	0,0%	2,1	0,0%	950,0%
EBITDA	437,7	11,5%	619,5	8,8%	41,5%
Depreciação/Amortização	78,0	2,0%	194,4	2,8%	149,2%

* De acordo com os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e normas da CVM, vigentes em 31 de dezembro de 2007

** Elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da CVM, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e pela MP nº 449/2008.

(1) Análise Vertical da Receita Operacional Líquida
N/m = não mensurável

Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida aumentou em 85,3%, de R$3.807,8 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2008 para R$7.057,5 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009. Esta variação ocorreu principalmente devido: (i) à consolidação das aquisições ocorridas após o primeiro semestre de 2008 (Moy Park, Kitchen Range, Braslo, Penasul e Agrofrango), bem como pelas aquisições de DaGranja, MBL e Penapaulo, que foram parcialmente consolidadas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2008, as quais representaram um acréscimo em nosso faturamento para a Companhia de R$2.900,5 milhões; e (ii) do crescimento orgânico das nossas operações, o qual apresentou um acréscimo de R$349,2 milhões.

As tabelas abaixo demonstram nossa receita operacional líquida e o volume vendido por cada uma de nossas divisões:

Receita Líquida por Divisão

(em milhares de R$)

	Período de nove meses findo em 30 de setembro				
Divisões	**2009**	**AV%**	**2008**	**AV%**	**Var.**
Bovinos	1.159,6	16,4%	949,4	24,9%	22,1%
Food Service	351,6	5,0%	266,7	7,0%	31,8%
Aves	857,2	12,1%	332,1	8,7%	158,1%
Suínos	188,8	2,7%	236,9	6,2%	-20,3%
Industrializados	600,8	8,5%	370,3	9,7%	62,2%
Argentina	835,1	11,8%	718,7	18,9%	16,2%
Uruguai	724,1	10,3%	779,6	20,5%	-7,1%
Europa/ Tradings	2.340,3	33,2%	154,1	4,0%	1.418,7%
Receita operacional líquida	**7.057,5**	**100,0%**	**3.807,8**	**100,0%**	**85,3%**

Total de vendas por Divisão

(em toneladas)

	Período de nove meses findo em 30 de setembro				
Divisões	**2009**	**AV%**	**2008**	**AV%**	**Var.**
Bovinos	325.605	20,6%	294.996	29,7%	10,4%
Food Service	57.063	3,6%	44.803	4,5%	27,4%
Aves	286.708	18,1%	116.089	11,7%	147,0%
Suínos	87.727	5,6%	71.661	7,2%	22,4%
Industrializados	131.298	8,3%	69.233	7,0%	89,6%
Argentina	240.363	15,2%	213.311	21,5%	12,7%
Uruguai	161.688	10,2%	168.403	17,0%	-4,0%
Europa/ Tradings	289.596	18,3%	14.952	1,5%	1.836,8%
Total em Toneladas	**1.580.048**	**100,0%**	**993.448**	**100,0%**	**59,0%**

Mercado Interno

A nossa receita líquida de vendas nos mercados internos aumentou 129,2%, para R$4.286,6 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009, comparada a R$1.870,5 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2008. Essa variação ocorreu principalmente devido: (i) à consolidação das aquisições ocorridas após o primeiro semestre de

2008 (Moy Park, Kitchen Range, Braslo, Penasul e Agrofrango), bem como pelas aquisições de DaGranja, MBL e Penapaulo, que foram parcialmente consolidadas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2008, as quais representaram um aumento de R$2.234,0 milhões; e (ii) ao crescimento orgânico das nossas operações por ganho de participação nos mercado onde atuamos, o qual representou um acréscimo de R$182,1 milhões em nossa receita.

Mercado Externo

A nossa receita líquida de vendas no mercado externo aumentou 43,0%, para R$2.770,9 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009, comparada a R$1.937,3 milhões no mesmo período de 2008. Esse aumento decorreu, primordialmente, (i) da retomada das exportações a partir da Argentina, tendo se encerrado as restrições à exportação de carne bovina argentina estabelecidas no primeiro semestre de 2008; (ii) da consolidação das aquisições ocorridas após o primeiro semestre de 2008 (Moy Park, Kitchen Range, Braslo, Penasul e Agrofrango), bem como pelas aquisições de DaGranja, MBL e Penapaulo, que foram parcialmente consolidadas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2008, as quais representaram R$666,51 milhões; e (iii) do nosso crescimento orgânico relacionado ao aumento das vendas externas tanto de frango para o Oriente Médio e Ásia quanto de carne bovina para acessar novos mercados como, por exemplo, o chileno, ao qual as importações de carne brasileira haviam sido restritas até abril de 2009 o qual representou um acréscimo de R$ 167,1 milhões.

Nossa receita dos nove primeiros meses 2009 foi impactada adversamente pela crise mundial com reajuste global de preços ocorrida no período compreendido entre janeiro e fevereiro de 2009, e caracterizou-se pela queda de volumes e preços. A partir de março a economia nos mercados internos e externos onde atuamos passou a apresentar recuperação gradual de volumes e preços.

No período de nove meses findo em 30 de setembro 2009, influenciados pela recuperação ainda lenta do mercado internacional, os mercados externos observaram uma queda nos preços médios, que foi compensada substancialmente pela valorização de 23,3% do real frente ao dólar ocorrida no período, resultando em uma queda de 4,7% nos preços médios em reais. Nossa receita operacional líquida atrelada ao dólar, no período em questão, representou aproximadamente 56% da nossa receita operacional líquida no mercado externo. Parte dessa desvalorização cambial foi compensada pela diversificação geográfica de nossos negócios e pelas receitas advindas de outras moedas que não foram tão impactadas, como é o caso da libra esterlina, que no período de nove meses findo em 30 de setembro 2009 representou aproximadamente 43,8% da nossa receita operacional líquida.

Abaixo discutimos as variações na receita operacional líquida por divisão de negócio.

Bovinos e Food Service - Brasil

A receita operacional líquida de bovinos (Brasil) aumentou em 22,1% de R$1.159,6 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009, comparado a R$949,4 milhões no mesmo período de 2008. O volume vendido, em toneladas, atingiu 325,6 mil toneladas e aumentou 10,4% se comparado aos 295,0 mil no mesmo período de 2008. A estratégia que adotamos desde o início de 2008 de privilegiar os melhores canais de distribuição fez com que os preços aumentassem em média 10,9%, atingindo R$4,04/kg no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009 se comparados aos R$3,64/kg registrados no mesmo período de 2008.

A receita operacional líquida da divisão *Food Service* atingiu R$351,6 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009, um aumento de 31,8% em relação ao mesmo período de 2008, quando foi de R$266,7 milhões. Esse aumento foi devido ao aumento de 27,4% no volume vendido, em

toneladas, e ao aumento dos preços médios em 12,8% no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009, atingindo R$6,00/kg, contra R$5,32/kg se comprado com o mesmo período de 2008.

Aves, Suínos e Industrializados

A operação de frangos (Brasil) registrou um aumento na receita operacional líquida de 158,1%, passando de R$332,1 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2008 para R$857,2 milhões se comprado com o mesmo período de 2009. Essa variação é explicada, principalmente, pela aquisição das operações do Grupo OSI no Brasil (Braslo, Penasul e Agrofrango), ocorrida no último trimestre de 2008 e pelas aquisições de Dagranja e Penapaulo, que foram parcialmente consolidadas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2008. O volume vendido, em toneladas, aumentou 147,0% e os preços médios diminuíram 1,2% de um período ao outro.

A receita operacional líquida de suínos diminuiu 20,3% no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009, registrando R$188,8 milhões, contra R$236,9 milhões se comparado com o mesmo período de 2008. A queda na receita de suínos é explicada (i) pela diminuição das exportações para a Rússia desde o fim de 2008 (a Rússia é responsável por aproximadamente 50% das exportações de suínos do Brasil - Fonte: ABIPECS), em decorrência dos embargos feitos à carne de suínos brasileira; (ii) pelo impacto da gripe A sobre o consumo dessa proteína ao redor do mundo; e (iii) pela valorização cambial ocorrida no período de 23,9% do real frente ao dólar no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009 comparado com o mesmo período de 2008. O volume vendido, em toneladas, cresceu 22,4% no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009 se comparado com o mesmo período de 2008,, impulsionado pelo mercado interno e pelo crescimento da participação dos produtos industrializados em nosso portfólio de produtos, que atingiu aproximadamente 20,7%, enquanto os preços médios depreciaram- se em média 27,0% de um período para o outro.

Argentina

A divisão argentina apresentou uma receita operacional líquida de R$835,1 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009, um aumento de 16,2% em relação ao mesmo período de 2008, em que ela foi de R$718,7 milhões. Tal variação é explicada, em parte, pelo fim das restrições relacionadas à exportação de produtos argentinos no primeiro semestre de 2008. Além disso, houve um aumento das vendas no mercado interno. O volume, em toneladas, cresceu 12,7%. Os preços médios em reais aumentaram 3,1% de um período em relação ao outro.

Uruguai

A receita operacional líquida da divisão uruguaia somou R$724,1 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009, uma diminuição de 7,1% em relação ao mesmo período de 2008,, em que ela foi de R$779,6 milhões. Essa variação se explica, principalmente, pela desvalorização do real frente ao dólar, a qual foi de 23,9% nos períodos. Os volumes vendidos, em toneladas, decresceram 4,0% enquanto os preços médios em reais diminuíram 3,3% de um período com em relação ao outro.

Europa

A divisão Europa apresentou uma receita operacional líquida de R$2.340,3 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009, representando 33,2% da nossa receita operacional líquida no período, sendo 1.418,7% superior aos R$154,1 milhões registrados no mesmo período de 2008,. Esse crescimento é explicado primordialmente pelas aquisições de Moy Park e Kitchen

Range, as quais passaram a ser consolidadas a partir do quarto trimestre de 2008, sendo que no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009, essas empresas foram responsáveis por uma receita operacional líquida de R$2.137,1 milhões. O volume vendido, em toneladas, também cresceu 1.836,8%, influenciado pelas aquisições já mencionadas, atingindo 289,6 mil toneladas.

Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos aumentou em 97,7%, de R$3.061,1 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2008, para R$6.052,1 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009. Esse aumento decorreu primordialmente (i) da consolidação das aquisições ocorridas após o primeiro semestre de 2008 (Moy Park, Kitchen Range, Braslo, Penasul e Agrofrango), e das aquisições de Dagranja, MBL e Penapaulo, que foram parcialmente consolidadas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2008, que juntas representaram um acréscimo de R$2.605,4 milhões, ou 43,1%, no custo dos produtos vendidos; e (ii) dos custos associados ao crescimento das vendas das demais empresas do nosso grupo, que tiveram um impacto de R$385,6 milhões nos nossos custos.

Como percentagem da receita operacional líquida, o custo dos produtos vendidos aumentou de 80,4% no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2008 para 85,8% no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009, em decorrência (i) do aumento de 122,6% nas compras de carcaça de terceiros, passando de R$258,8 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2008 para R$576,0 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009; (ii) do aumento de 256,5% nas compras de grãos e farelo de soja, passando de R$32,7 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2008 para R$116,5 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009; e (iii) de um aumento de 44,2% nos gastos com mão-de-obra direta, que passaram de R$167,6 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2008 para R$241,7 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009. Tal variação se deve, também, a consolidação das aquisições ocorridas após o primeiro semestre de 2008 e das aquisições que foram parcialmente consolidadas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2008, supramencionadas.

Os custos com depreciação e amortização aumentaram 316,2%, passando de R$42,9 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2008 para R$178,6 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009. Este aumento decorre primordialmente da consolidação das aquisições ocorridas após o primeiro semestre de 2008 que juntas representaram um acréscimo de R$101,2 milhões em despesas de depreciação e amortização.

Lucro Bruto e Margem Bruta

O lucro bruto aumentou 34,6%, passando de R$746,7 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2008 para R$1.005,4 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009, enquanto a margem bruta passou de 19,6% no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2008 para 14,2% no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009.

O aumento do lucro bruto decorreu, principalmente, (i) da consolidação das aquisições ocorridas após o primeiro semestre de 2008, que juntas representaram um acréscimo de R$159,6 milhões ao nosso lucro bruto; e (ii) do crescimento orgânico, que representou um aumento de R$16,3 milhões em nosso lucro bruto.

A queda na margem bruta é explicada pela (i) queda dos volumes exportados, em toneladas, bem como dos preços médios de exportação, decorrentes da crise mundial; (ii) valorização do real frente ao dólar ocorrida no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009, comparado com o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2008 , a qual foi de 23,3%; e (iii) em função da consolidação das aquisições supracitadas, as quais representam uma queda de 4,8% da margem bruta.

Desconsiderando os efeitos das aquisições que realizamos em 2008 e 2009, a margem bruta foi de 18,5%, no primeiro semestre de 2009. As oportunidades de melhoria da margem bruta decorrerão principalmente da captura das potenciais sinergias decorrentes de nossas aquisições.

Despesas Comerciais, Administrativas e Gerais

As despesas comerciais, administrativas e gerais aumentaram 90,7%, passando de R$359,3 milhões, ou 9,4% da receita operacional líquida, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2008, para R$685,3 milhões, ou 9,7% da receita operacional líquida, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009, em decorrência:

- do aumento de R$99,3 milhões, ou 86,3%, das despesas administrativas, devido (i) ao aumento de despesas com mão-de-obra, que passaram de R$41,3 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2008 para R$54,9 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009; e (ii) aumento dos gastos com prestação de serviço de pessoas físicas e jurídicas, que passaram de R$12,8 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2008 para R$15,3 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009. A consolidação das despesas administrativas das aquisições ocorridas após o primeiro semestre de 2008, bem como daquelas empresas consolidadas parcialmente no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2008, representou um acréscimo de R$82,0 milhões, ou 38,2%, das despesas administrativas; e

- do aumento de R$226,7 milhões, ou 92,8%, nas despesas comerciais, devido: (i) da consolidação das despesas comerciais das aquisições ocorridas após o primeiro semestre de 2008, bem como daquelas empresas consolidadas parcialmente no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2008, que juntas representaram um acréscimo de R$196,6 milhões, ou 41,7%, nas despesas comerciais; e (ii) aos gastos com fretes sobre vendas, que passaram de R$89,6 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2008 para R$104,1 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009;

- das despesas com depreciação e amortização, referentes ao ativo imobilizado utilizado nos processos administrativos e comerciais, que aumentaram 107,1%, passando de R$7,7 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2008 para R$15,9 milhões no mesmo período em 2009. Este aumento decorre primordialmente da consolidação das aquisições ocorridas após o primeiro semestre de 2008 que juntas representaram um acréscimo de R$4,7 milhões em despesas de depreciação e amortização.

Outras receitas e despesas operacionais

A amortização do ágio no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2008 foi de R$27,4 milhões. Tal montante é decorrente do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura nas aquisições realizadas em 2007 e no primeiro semestre de 2008. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009 não houve amortização de ágio, tendo em vista as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/2007 e MP n° 449/2008, as quais alteraram as normas contábeis brasileiras, vedando a amortização do ágio.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009 foram registrados R$ 68,8 milhões de ganho com o novo parcelamento especial (Novo Refis), previsto na Lei nº 11.941/2009. No mesmo período de 2008 não houve o referido ganho.

Resultado Financeiro Líquido (Receita/Despesas Financeiras)

O ano de 2009 tem sido marcado pela forte valorização do real frente ao dólar. Em 30 de setembro de 2009, o dólar estava cotado a R$1,7781 contra R$2,3370 em 31 de dezembro de 2008,

representando uma valorização de 23,9% no período. Como a maior parte do nosso endividamento é denominado em dólar (aproximadamente 74,6% em 30 de setembro de 2009), o efeito da apreciação da moeda brasileira em relação ao dólar gerou um ganho cambial líquido de R$610,7 milhões, o que fez com no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009 registrássemos um resultado financeiro positivo de R$262,0 milhões. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2008, a alta volatilidade cambial causou uma perda cambial líquida de R$164,9 milhões, contribuindo para um resultado financeiro líquido negativo de R$284,9 milhões.

O crescimento de 98,5% nas despesas financeiras reflete o aumento de 39,3% no nosso endividamento no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009 em comparação com o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2008. O aumento do nosso endividamento decorreu principalmente (i) dos empréstimos que contraímos para financiar nossas aquisições e (ii) da consolidação das dividas das empresas que adquirimos. Segue abaixo a abertura do resultado financeiro:

	Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2008	**Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009**	**Var. 2009/2008**
Receitas financeiras	111,3	111,1	-0,2%
Despesas financeiras	(231,2)	(459,8)	98,9%
Variação cambial ativa	340,3	697,4	104,9%
Efeito da variação cambial - conversão	(18,9)	-	-100,0%
Variação cambial passiva	(524,2)	(86,7)	-83,5%
Resultado Financeiro Líquido	(284,9)	262,0	n/m

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e contribuição social aumentaram 332,3%, passando de R$26,0 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2008 para R$112,4 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009, em virtude (i) do registro da realização de tributos diferidos sobre prejuízo fiscal no montante de R$ 52,5 milhões; (ii) do registro da realização de tributos diferidos sobre base negativa de CSL no montante de R$ 18,9 milhões e (iii) do registro da realização de tributos diferidos sobre aproveitamento fiscal do ágio no total de R$ 18,9 milhões. Tais realizações se deram em função da lucratividade apresentada no período de nove meses findo em setembro de 2009.

Lucro Líquido no Período

O lucro líquido aumentou 1.365,5%, passando de R$38,7 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2008 para R$567,4 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009, refletindo principalmente (i) o resultado financeiro positivo de R$262,0 milhões decorrente da apreciação da moeda brasileira em relação ao dólar, que nos proporcionou um ganho cambial líquido de R$610,7 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009, (ii) o aumento da venda de produtos com maior valor agregado, (iii) melhor eficiência no processo produtivo.

EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 COMPARADO AO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

A tabela a seguir contém informações extraídas de nossas demonstrações de resultado consolidadas para 31 de dezembro de 2008 e de 2007:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro *(em milhões de R$)*				
Demonstração do Resultado	**2007***	**AV (1)**	**2008****	**AV (1)**	**Var. 08/07**
Receita Operacional Bruta	3.726,2	111,6%	6.775,2	109,2%	81,8%
Mercado Interno	1.869,7	56,0%	3.838,5	61,9%	105,3%
Mercado Externo	1.856,5	55,6%	2.936,7	47,3%	58,2%
Deduções da Receita Operacional Bruta	(386,3)	-11,6%	(571,4)	-9,2%	47,9%
Deduções da Receita Bruta – Mercado Interno	(335,9)	-10,1%	(525,7)	-8,5%	56,5%
Deduções da Receita Bruta – Mercado Externo	(50,4)	-1,5%	(45,7)	-0,7%	-9,3%
Receita Operacional Líquida	3.339,9	100,0%	6.203,8	100,0%	85,7%
Custo dos Produtos Vendidos	(2.673,1)	-80,0%	(4.876,8)	-78,6%	82,4%
Lucro Bruto	666,9	20,0%	1.327,0	21,4%	99,0%
Despesas/Receitas Operacionais	(590,7)	-17,7%	(1.563,5)	-25,2%	164,7%
Comerciais	(219,8)	-6,6%	(393,4)	-6,3%	79,0%
Administrativas e Gerais	(103,6)	-3,1%	(179,7)	-2,9%	73,5%
Amortização do Ágio	(10,1)	-0,3%	(37,1)	-0,6%	267,3%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(0,2)	0,0%	7,8	0,1%	N/m
Resultado Financeiro	(257,0)	-7,7%	(961,1)	-15,5%	274,0%
Lucro/Prejuízo Operacional	76,2	2,3%	(236,5)	-3,8%	N/m
Resultado não Operacional	(2,0)	-0,1%	-	0,0%	N/m
Lucro (Prejuízo) antes dos Efeitos Tributários	74,2	2,2%	(236,5)	-3,8%	N/m
Imposto de Renda	(22,7)	-0,7%	144,2	2,3%	N/m
Contribuição Social	(5,4)	-0,2%	67,6	1,1%	N/m
Lucro (Prejuízo) antes da reversão dos juros sobre capital próprio	46,1	1,4%	(24,7)	-0,4%	N/m
Reversão dos juros sobre capital próprio	41,3	1,2%	-	-	-100,0%
Lucro antes da participação dos Acionistas não Controladores	87,4	2,6%	(24,7)	-0,4%	N/m
Participação dos acionistas não Controladores	(2,4)	-0,1%	(10,8)	-0,2%	350,0%
Lucro Liquido / (Prejuízo) no exercício	85,0	2,5%	(35,5)	-0,6%	N/m
Por Lote de Mil Ações (R$ Mil)	0,4	-	(0,1)	-	N/m
EBITDA	380,2	11,4%	884,3	14,3%	132,6%
Depreciação/Amortização	47,0	1,4%	159,8	2,6%	240,0%

* De acordo com os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e normas da CVM, vigentes em 31 de dezembro de 2007.

** Elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da CVM, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e pela MP nº 449/2008.

(1) Análise Vertical % do total da Receita Operacional Líquida.
N/m = não mensurável

Receita Operacional Líquida

A nossa receita operacional líquida aumentou 85,7%, passando de R$3.339,9 milhões no exercício encerrado em 2007 para R$6.203,8 milhões no mesmo período em 2008, em decorrência (i) da consolidação das aquisições ocorridas em 2008, que juntas representaram um acréscimo de R$2.718,8 milhões, ou 43,8%, à nossa receita operacional líquida; e (ii) do nosso crescimento orgânico, que representou um aumento de R$145,1 milhões em nossa receita operacional líquida.

As tabelas abaixo demonstram nossa receita operacional líquida e o volume vendido por cada uma de nossas divisões:

Receita Líquida por Divisão
(em milhões de R$)
Exercício social encerrado em 31 de dezembro

Divisões	**2008**	**AV%**	**2007**	**AV%**	**Var.**
Bovinos	1.269,7	20,5%	1.651,7	49,5%	-23,1%
Food Service	403,5	6,5%	282,2	8,5%	43,0%
Aves	638,1	10,3%	-	-	-
Suínos	323,7	5,2%	51,5	1,5%	528,5%
Industrializados	623,7	10,1%	341,3	10,2%	82,7%
Argentina	1.048,5	16,9%	346,0	10,4%	203,0%
Uruguai	1.069,6	17,2%	588,9	17,6%	81,7%
Europa/ Tradings	827,0	13,3%	78,3	2,3%	956,2%
Receita operacional líquida	**6.203,8**	**100,0%**	**3.339,9**	**100,0%**	**85,7%**

Receita Líquida por Divisão
(em toneladas)
Exercício social encerrado em 31 de dezembro

Divisões	**2008**	**AV%**	**2007**	**AV%**	**Var.**
Bovinos	386.376	26,1%	590.303	62,8%	-34,5%
Food Service	68.711	4,6%	58.232	6,2%	18,0%
Aves	202.535	13,7%	-	-	-
Suínos	98.317	6,6%	15.730	1,7%	525,0%
Industrializados	114.979	7,8%	38.270	4,0%	200,4%
Argentina	285.580	19,3%	95.046	10,1%	200,5%
Uruguai	220.970	14,9%	122.069	13,0%	81,0%
Europa/ Tradings	103.299	7,0%	20.514	2,2%	403,6%
Total em Toneladas	**1.480.767**	**100,0%**	**940.164**	**100,0%**	**57,5%**

Mercado Interno

A nossa receita operacional líquida no mercado interno aumentou 116,0%, para R$3.312,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, comparada a R$1.533,8 milhões no mesmo período em 2007. Tal variação é explicada principalmente pela consolidação das aquisições ocorridas em 2008, que juntas representaram um acréscimo de R$1.528,9 milhões à nossa receita operacional líquida, e pelo aumento da participação das novas operações direcionadas ao mercado doméstico, como a divisão Europa (Moy Park).

Mercado Externo

No exercício de 2008, a receita operacional líquida no mercado externo totalizou R$2.891,0 milhões, 60,1% superior aos R$1.806,1 milhões registrados em 2007. O aumento das exportações se deveu, principalmente, à consolidação das aquisições ocorridas em 2008, que juntas representaram um acréscimo de R$1.189,8 milhões à nossa receita operacional líquida. As exportações representaram 46,6% da receita líquida em 2008, ao passo que em 2007 representaram 54,1%. A diminuição da participação das exportações na nossa receita operacional líquida decorre, principalmente, de barreiras à exportação de carne bovina *in natura* pela União Europeia, da introdução de novas regras de exportação na Argentina no 1º semestre de 2008, da queda nos preços internacionais ocorridos no 4º trimestre de 2008, as quais foram compensadas, em parte, pela nossa estratégia diversificada e pela consolidação de novas empresas com maior participação no mercado interno.

Abaixo discutimos as variações na receita operacional líquida por segmento.

Bovinos e Food Service - Brasil

A receita operacional líquida de bovinos (Brasil) no exercício de 2008 foi de R$1.690,2 milhões, representando uma redução de 12,7% em relação a 2007 em que a receita foi de R$ 1.935,1 milhões. Esse resultado se deveu, principalmente, à manutenção do número de abates que acompanhou a demanda do mercado e a estratégia de beneficiar os canais de distribuição com margens sustentáveis. Além do embargo europeu contra a carne brasileira *in natura*, a diminuição das vendas para a Rússia no 4º trimestre de 2008 (crise do crédito mundial) também impactaram as exportações dessa divisão, o que provocou a queda no volume vendido, em toneladas. A receita operacional líquida da divisão *Food Bovinos e Food Service - Brasil* cresceu 41,3%, alcançando R$467,2 milhões no exercício de 2008, devido à nossa estratégia de maior diversificação, a qual, aliada às sinergias obtidas entre as nossas divisões, resultou em maior volume vendido, em toneladas.

Aves, Suínos e Industrializados

A receita operacional líquida de suínos cresceu 504,1% e atingiu R$368,3 milhões no exercício de 2008, sendo que o preço médio apresentou alta de 1,1% no ano de 2008. As operações da Mabella, incorporadas no 4º trimestre de 2007, e a aquisição da Carroll's Food do Brasil, em fevereiro de 2008, contribuíram para elevar a capacidade produtiva dessa divisão. A receita operacional líquida da divisão de aves alcançou R$733,0 milhões. Iniciamos as operações dessa divisão no 2º trimestre de 2008, com as aquisições da DaGranja e da PenaPaulo, e as expandimos no 4º trimestre de 2008 com a incorporação dos ativos das empresas Braslo, Penasul e Agrofrango.

Argentina

A receita operacional líquida da divisão argentina cresceu 203% em 2008 e atingiu R$1.048,5 milhões, tendo sido importante para esse aumento o efeito da incorporação total das empresas adquiridas em 2007 (Vivoratá, Estancias del Sur e Quickfood).

Uruguai

A receita operacional líquida da divisão uruguaia foi de R$1.069,6 milhões no exercício de 2008, representando um crescimento de 81,6% em relação a 2007. Esse desempenho refletiu as aquisições dos frigoríficos em Salto - Cledinor (em junho de 2007) e Colônia (em outubro de 2007), aliadas ao aumento de 20,3% nos preços de venda durante o ano de 2008.

No período, houve uma reorganização das *tradings*. A *trading* do Chile foi consolidada na Divisão Uruguai e as *tradings* na Europa foram consolidadas na Divisão Europa.

A receita operacional líquida das *tradings* alcançou R$317,6 milhões em 2008, crescimento de 72% em relação a 2007. O crescimento refletiu, principalmente, as aquisições das empresas Quinto Quarto (em julho de 2007) e Frigorífico Patagônia (em agosto de 2007) e a inclusão de produtos de frango e suínos nas vendas da divisão, modificando o portfólio de produtos.

Europa

A divisão europeia gerou uma receita operacional líquida de R$827,0 milhões em 2008, exercício em que iniciou suas atividades. As operações europeias (Moy Park e Kitchen Range) foram

incorporadas ao nosso resultado a partir do quarto trimestre de 2008. Essa divisão possui operações integradas de frango e teve aproximadamente 49,0% de sua receita proveniente de produtos processados e industrializados.

Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos aumentou 82,4%, passando de R$2.673,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007, para R$4.876,8 milhões no mesmo período em 2008, principalmente em decorrência do aumento de vendas decorrentes das aquisições que efetuamos no período, que juntas representaram um acréscimo de R$1.762,0 milhões, ou 36,1%, no custo dos produtos vendidos.

Como percentagem da receita líquida, o custo dos produtos vendidos diminuiu de 80,0% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007 para 78,6% no mesmo período em 2008. Esta redução ocorreu em função da diminuição do percentual do principal componente do CPV, ou seja, compra de matéria-prima (animais e insumos para ração) que representou 79,4% em 2007 e 77,2% em 2008, uma redução de 2,2 p.p.

As despesas com depreciação e amortização aumentaram 273,3%, passando de R$27,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007, para R$103,1 milhões no mesmo período de 2008, em decorrência da consolidação das aquisições ocorridas neste período, que juntas representaram um acréscimo de R$41,6 milhões.

Lucro Bruto

O lucro bruto aumentou 99,0%, passando de R$666,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007 para R$1.327,0 milhões no mesmo período em 2008. O aumento do lucro bruto se deveu (i) à consolidação das aquisições ocorridas em 2008, que juntas representaram um acréscimo de R$464,0 milhões ao lucro bruto no exercício; e (ii) ao nosso crescimento orgânico, que representou um aumento de R$196,1 milhões no lucro bruto no exercício.

O crescimento da margem bruta, que fechou o exercício de 2008 em 21,4%, comparada a 20,0% no exercício de 2007, demonstra o processo de expansão das operações, refletindo os ganhos de escala e as sinergias entre as divisões.

Mantivemos nossa estratégia de forma a preservar a rentabilidade do conjunto de nossas unidades de negócios principalmente (i) pela diversificação geográfica (Brasil, Argentina, Uruguai, Chile, EUA e, a partir de 2008, a Europa); (ii) pelo aumento da participação de produtos industrializados, que atingiram 22,3% no exercício de 2008 e 30,8% no último trimestre desse mesmo ano; (iii) pelo aumento nas vendas de produtos de frangos e suínos; e (iv) pela retomada das exportações argentinas aos patamares anteriormente registrados.

Despesas Comerciais, Administrativas e Gerais

As despesas comerciais, administrativas e gerais aumentaram 77,2%, passando de R$323,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007 para R$573,1 milhões no mesmo período em 2008, em decorrência:

- do aumento de R$173,6 milhões, ou 79,0%, nas despesas comerciais, devido: (i) aos gastos com mão de obra, que passaram de R$16,3 milhões em 2007 para R$24,5 milhões em 2008; (ii) às despesas com marketing, as quais passaram de R$2,6 milhões em 2007 para R$7,7 milhões em 2008 e (ii) à consolidação das despesas comerciais das aquisições ocorridas em 2008, que juntas representaram um acréscimo de R$147,7 milhões, ou 37,5%, nas despesas comerciais;

- do aumento de R$76,1 milhões, ou 73,5%, nas despesas administrativas, devido (i) ao aumento de despesas com mão-de-obra, que passaram de R$32,9 milhões em 2007 para R$50,0 milhões em 2008; e (ii) ao aumento dos gastos com prestação de serviço de pessoas físicas e jurídicas, que passaram de R$13,2 milhões em 2007 para R$16,4 milhões em 2008. A consolidação das despesas administrativas das aquisições ocorridas em 2008 representou um acréscimo de R$51,5 milhões, ou 28,6%, nas despesas administrativas; e

- das despesas com depreciação e amortização referentes ao ativo imobilizado utilizado nos processos administrativos e comerciais, que aumentaram 114,1%, passando de R$9,2 milhões no exercício encerrado em 2007 para R$20,1 milhões no mesmo período em 2008, em decorrência da consolidação das aquisições ocorridas neste período, que juntas representaram um acréscimo de R$ 5,8 milhões.

Como percentagem da receita líquida, as despesas comerciais, administrativas e gerais diminuíram de 9,7% no exercício encerrado em 2007 para 9,1% no exercício de 2008. Essa diminuição se deveu, principalmente, ao nosso foco no controle de custos e à busca de redução de despesas. Desde 2007, contamos com os serviços de uma consultoria especializada para nos auxiliar nesse objetivo.

Amortização do Ágio

A amortização do ágio aumentou 266,8%, passando de R$10,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007 para R$37,1 milhões em 31 de dezembro de 2008. Tal aumento se deveu à amortização do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura nas aquisições realizadas no último trimestre de 2007 e ao longo do exercício de 2008.

Resultado Financeiro Líquido (Receita/Despesas Financeiras)

No exercício de 2008, o nosso resultado financeiro líquido foi impactado pela apreciação de aproximadamente 31,9% do dólar frente ao real. Possuíamos 81,6% do nosso endividamento em moeda estrangeira no exercício de 2008, em comparação com 87,1% em 2007. Com isso, a variação cambial afetou diretamente o resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, gerando uma perda líquida de R$ 743,6 milhões.

Abaixo apresentamos a abertura do resultado financeiro em milhões de reais:

	Exercício encerrado em 2007	**Exercício encerrado em 2008**	**Var. 08/07**
Receitas financeiras	65,4	234,1	257,7%
Despesas financeiras	(260,6)	(451,6)	73,3%
Despesas com operação de capital	(30,3)	-	(100%)
Juros sobre o capital próprio	(41,2)	-	(100%)
Variação cambial ativa	220,7	479,2	117,1%
Efeito da variação cambial - conversão	(2,3)	-	(100%)
Variação cambial passiva	(208,7)	(1.222,8)	486,0%
Resultado Financeiro Líquido	(257,0)	(961,1)	274,0%

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007, foram distribuídos R$41,2 milhões de juros sobre o capital próprio. Em 2008, tendo em vista o prejuízo líquido no exercício, não houve distribuição de juros sobre o capital próprio.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Tendo em vista o prejuízo apresentado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, registramos tributos diferidos, os quais geraram uma receita de R$211,8 milhões em 2008. Tal montante será revertido nos próximos exercícios, na medida em que o resultado seja positivo, ou seja, tenhamos lucro. No mesmo período em 2007, o imposto de renda e a contribuição social representaram uma despesa de R$28,1 milhões, decorrente do lucro gerado naquele exercício.

Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio

Os juros sobre o capital próprio, apresentados no resultado financeiro, foram revertidos a fim de que a distribuição se desse através da destinação de lucros diretamente na conta de lucros acumulados. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007 foram distribuídos R$41,2 milhões de juros sobre o capital próprio. Em 2008, tendo em vista o prejuízo líquido no exercício, não houve distribuição de juros sobre o capital próprio.

Lucro (Prejuízo) Líquido no Exercício

Em 2008 apresentamos um prejuízo líquido de R$35,5 milhões, causado, principalmente, pela desvalorização cambial ocorrida no ano de 2008. Em 2007, apresentamos lucro líquido de R$85,0 milhões, com uma margem líquida de 2,3%.

EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 COMPARADO AO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

A tabela a seguir contém informações extraídas de nossas demonstrações de resultado consolidadas para 31 de dezembro de 2006 e de 2007:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro *(em milhões de R$)*				
Demonstração do Resultado	**2006***	**AV (1)**	**2007***	**AV (1)**	**Var. 07/06**
Receita Operacional Bruta	2.391,0	112,2%	3.726,2	111,6%	55,8%
Mercado Interno	1.225,8	57,5%	1.869,7	56,0%	52,5%
Mercado Externo	1.165,2	54,7%	1.856,5	55,6%	59,3%
Deduções da Receita Operacional Bruta	(260,5)	-12,2%	(386,3)	-11,6%	48,3%
Deduções da Receita Bruta – Mercado Interno	(194,5)	-9,1%	(335,9)	-10,1%	72,7%
Deduções da Receita Bruta – Mercado Externo	(66,0)	-3,1%	(50,4)	-1,5%	-23,6%
Receita Operacional Líquida	2.130,5	100,0%	3.339,9	100,0%	56,8%
Custo dos Produtos Vendidos	(1.710,2)	-80,3%	(2.673,1)	-80,0%	56,3%
Lucro Bruto	420,3	19,7%	666,9	20,0%	58,7%
Despesas/Receitas Operacionais	(352,7)	-16,6%	(590,7)	-17,7%	67,5%
Comerciais	(136,1)	-6,4%	(219,8)	-6,6%	61,5%
Administrativas e Gerais	(56,0)	-2,6%	(103,6)	-3,1%	85,0%
Amortização do ágio	-	-	(10,1)	-0,3%	N/m
Outras receitas (despesas) operacionais	1,1	0,1%	(0,2)	0,0%	N/m
Resultado Financeiro	(161,7)	-7,6%	(257,0)	-7,7%	58,9%
Lucro Operacional	67,6	3,2%	76,2	2,3%	12,7%
Resultado não Operacional	0,0	0,0%	(2,0)	-0,1%	N/m
Lucro antes dos Efeitos Tributários	67,6	3,2%	74,2	2,2%	9,8%
Imposto de Renda	(14,5)	-0,7%	(22,7)	-0,7%	56,6%
Contribuição Social	(4,4)	-0,2%	(5,4)	-0,2%	22,7%
Lucro/(Prejuízo) antes da Reversão dos Juros sobre o Capital Próprio	48,7	2,3%	46,1	1,4%	-5,3%
Reversão dos juros sobre o capital próprio	14,3	0,7%	41,3	1,2%	188,1%
Lucro/ (Prejuízo) antes da participação dos Acionistas não Controladores	63,0	3,0%	87,4	2,6%	38,7%
Participação dos acionistas não controladores	1,3	0,1%	(2,4)	-0,1%	N/m
Lucro Líquido no exercício	64,3	3,0%	85,0	2,5%	32,2%
Por Lote de Mil Ações (R$ Mil)	0,5	-	0,4	-	-20,0%
EBITDA	247,6	11,6%	380,2	11,4%	53,6%
Depreciação/amortização	18,3	0,9%	47,0	1,4%	156,8%

* De acordo com os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e normas da CVM, vigentes em 31 de dezembro de 2007

(1) Análise Vertical % do total da Receita Operacional Líquida.
N/m = não mensurável

Tendo em vista que as empresas controladas adquiridas ou constituídas em 2006 (Tacuarembó, AB&P, Inaler, Weston e Marfrig Chile) passaram a ser consolidadas a partir do último trimestre do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006, para demonstrar o crescimento orgânico do referido exercício para o mesmo período em 2007, se faz necessário destacar nas análises informações individualizadas da Controladora.

Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida aumentou 56,8%, passando de R$2.130,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006 para R$3.339,9 milhões em 2007. Essa variação ocorreu principalmente devido:

- ao aumento de R$188,2 milhões, ou 9,4%, na receita operacional líquida da controladora, passando de R$1.975,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006 para R$2.163,4 milhões no mesmo período em 2007, devido ao incremento de vendas tanto no mercado externo quanto no mercado interno, em decorrência da ampliação da produção no Brasil, que cresceu 22,1%, passando de 1.494 mil de cabeças de gado abatidas em 2006 para 1.823,9 mil de cabeças de gado abatidas em 2007. Isso se deve à ampliação e/ou início das atividades de abate nas plantas de Chupinguaia/RO, Porto Murtinho/MS, Promissão II/SP e São Gabriel/RS, conforme o caso; e

- à consolidação das receitas das aquisições ocorridas no último trimestre de 2006 e daquelas realizadas após o encerramento do exercício de 2006, que juntas representaram um acréscimo de R$1.021,2 milhões, ou 30,6%, na receita operacional líquida.

Mercado Interno

A nossa receita operacional líquida nos mercados internos em que atuamos (atacado e varejo) aumentou 48,7%, passando de R$1.031,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006 para R$1.533,8 milhões em 2007, devido: (i) ao aumento de 12,7% das vendas da controladora, desconsiderando o faturamento para as empresas controladas, ou R$ 121,6 milhões de 2006 para 2007; e (ii) à consolidação das receitas referentes às aquisições realizadas no último trimestre de 2006 e daquelas realizadas após o encerramento do exercício de 2006, as quais representaram um acréscimo de R$380,9 milhões, ou 24,8%, na receita operacional líquida oriunda do mercado interno.

Mercado Externo

A nossa receita operacional líquida no mercado externo aumentou 64,3%, passando de R$1.099,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006 para R$1.806,1 milhões em 2007. Essa variação se deve: (i) ao aumento de 6,6% das vendas da controladora, desconsiderando o faturamento para as empresas controladas, ou R$ 66,7 milhões de 2006 para 2007 e (i) à consolidação das receitas referentes às aquisições realizadas no último trimestre de 2006 e daquelas realizadas após o encerramento do exercício de 2006, que representaram um acréscimo de R$640,3 milhões, ou 35,5%, na receita líquida oriunda do mercado externo.

As tabelas abaixo demonstram nossa receita operacional líquida e o volume vendido por cada uma de nossas divisões:

Receita Líquida por Divisão
(em milhões de R$)
Exercício social encerrado em 31 de dezembro

Divisões	**2007**	**AV%**	**2006**	**AV%**	**Var.**
Bovinos	1.651,7	49,5%	1.626,7	76,4%	1,5%
Food Service	282,2	8,5%	272,8	12,8%	3,4%
Aves	-	-	-	-	-
Suínos	51,5	1,5%	-	-	-
Industrializados	341,3	10,2%	97,4	4,6%	250,4%
Argentina	346,0	10,4%	39,1	1,8%	784,9%
Uruguai	588,9	17,6%	64,3	3,0%	815,9%
Europa/ Tradings	78,3	2,3%	30,2	1,4%	159,3%
Receita operacional líquida	**3.339,9**	**100,0%**	**2.130,5**	**100,0%**	**56,8%**

Receita Líquida por Divisão
(em toneladas)
Exercício social encerrado em 31 de dezembro

Divisões	**2007**	**AV%**	**2006**	**AV%**	**Var.**
Bovinos	590.303	62,8%	515.064	83,4%	14,6%
Food Service	58.232	6,2%	56.601	9,2%	2,9%
Aves	-	-	-	-	-
Suínos	15.730	1,7%	-	-	-
Industrializados	38.270	4,0%	13.449	2,2%	184,6%
Argentina	95.046	10,1%	10.168	1,6%	834,8%
Uruguai	122.069	13,0%	16.835	2,7%	625,1%
Europa/ Tradings	20.514	2,2%	5.287	0,9%	288,0%
Total em Toneladas	**940.164**	**100,0%**	**617.404**	**100,0%**	**52,3%**

Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos aumentou 56,3%, passando de R$1.710,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006, para R$2.673,1 milhões em 2007, em decorrência, principalmente, (i) da ampliação do abate de bovinos, e (ii) da ampliação dos gastos com mão-de-obra, direta e indireta, energia e embalagens. Tal aumento se deu em função da ampliação e/ou início das atividades de abate nas plantas de Chupinguaia/RO, Porto Murtinho/MS, Promissão II/SP e São Gabriel/RS, conforme o caso. Além disso, os custos foram influenciados pela consolidação das aquisições ocorridas no último trimestre de 2006 e daquelas realizadas após o encerramento do exercício de 2006, que juntas representaram um acréscimo de R$848,2 milhões, ou 31,7%, no custo dos produtos vendidos.

Como percentagem da receita operacional líquida, o custo dos produtos vendidos diminuiu de 80,3% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006 para 80,0% em 2007, em decorrência (i) da redução de 62,3% das compras de carnes, carcaça e terceiros, que passaram de R$153,2 milhões em 2006 para R$57,7 milhões em 2007; (ii) do aumento em 54,9% nos descontos obtidos na compra de gado, que passaram de R$6,7 milhões em 2006 para R$10,4 milhões em 2007; e (iii) da otimização do processo produtivo com a implementação do programa de métodos e medidas, visando à redução dos custos e premiação dos profissionais com melhores resultados.

As despesas com depreciação e amortização aumentaram 52,5%, passando de R$18,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006 para R$27,6 milhões em 2007, em decorrência (i) das aquisições de bens do ativo imobilizado; (ii) da depreciação das novas plantas conforme destacado acima; bem como (iii) da consolidação das despesas com depreciação das aquisições ocorridas no último trimestre de 2006 e daquelas realizadas após o encerramento do exercício de

2006, que juntas representaram um acréscimo de R$3,5 milhões, ou 12,5%, nas despesas com depreciação e amortização.

Lucro Bruto

O lucro bruto aumentou 58,7%, passando de R$420,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006 para R$666,9 milhões em 2007, enquanto a margem bruta passou de 19,7% para 20,0% no mesmo exercício.

O aumento do lucro bruto, bem como da margem bruta, decorreram (i) do aumento das exportações tanto de carne *in natura* quanto de produtos de maior valor agregado, tais como a carne bovina cozida congelada, que apresentam margens brutas mais atrativas; (ii) da redução do custo dos produtos vendidos; bem como (iii) da consolidação do lucro bruto das aquisições ocorridas no último trimestre de 2006 e daquelas realizadas após o encerramento do exercício de 2006, que juntas representaram um acréscimo de R$104,8 milhões, ou 15,7%, no lucro bruto.

Despesas Comerciais, Administrativas e Gerais

As despesas comerciais, administrativas e gerais aumentaram 69,4%, passando de R$192,1 milhões, ou 9,0% da receita operacional líquida, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006, para R$323,3 milhões, ou 9,7% da receita operacional líquida, em 2007, em decorrência:

- do aumento de R$83,6 milhões, ou 61,9%, nas despesas comerciais devido, principalmente: (a) aos gastos com fretes sobre vendas, que passaram de R$98,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006 para R$124,1 milhões em 2007; e (b) à consolidação das despesas comerciais das aquisições ocorridas no último trimestre de 2006 e daquelas realizadas após o encerramento do exercício de 2006, que juntas representaram um acréscimo de R$43,0 milhões, ou 19,6%, nas despesas comerciais;

- do aumento de R$47,6 milhões, ou 85,0%, nas despesas administrativas devido, principalmente: (a) à ampliação e início das atividades de plantas de abate bovino, conforme destacado acima; (b) ao aumento de despesas com mão-de-obra, que passaram de R$21,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006 para R$24,6 milhões em 2007; e (c) ao aumento dos gastos com prestação de serviço de pessoas físicas e jurídicas, que passaram de R$9,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006 para R$12,9 milhões em 2007. A consolidação das despesas administrativas das aquisições ocorridas no último trimestre de 2006 e daquelas realizadas após o encerramento do exercício de 2006 representou um acréscimo de R$31,1 milhões, ou 30,0%, nas despesas administrativas; e

- das despesas com depreciação e amortização, referentes ao ativo imobilizado utilizado nos processos administrativos e comerciais, que aumentaram 492,4%, passando de R$1,6 milhão no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006 para R$9,4 milhões no mesmo período em 2007, em decorrência da consolidação das despesas administrativas das aquisições ocorridas no último trimestre de 2006 e daquelas realizadas após o encerramento do exercício de 2006, que juntas representaram um acréscimo de R$ 8,0 milhões, enquanto a Controladora apresentou uma redução de R$ 0,2 milhões.

Amortização do Ágio

A amortização do ágio no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007 foi de R$10,1 milhões, decorrente da amortização do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura nas aquisições realizadas no último trimestre de 2006. No exercício de 2006 não houve amortização de ágio.

Resultado Financeiro Líquido (Receita/Despesas Financeiras)

O resultado financeiro líquido aumentou 58,9%, passando de R$161,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006 para R$257,0 milhões em 2007, em decorrência:

- do aumento de 29,3% nos juros sobre empréstimos, que passaram de R$79,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006 para R$103,4 milhões em 2007, em linha com o aumento do nosso endividamento;

- das despesas com operações de mercado, as quais passaram de R$10,4 milhões em 2006 para R$71,7 milhões em 2007, representando um acréscimo de 588,0%. Tais operações de mercado (*hedge* - *swap*) foram realizadas para proteger o pagamento das aquisições realizadas no último trimestre de 2007, tendo sido liquidadas, de forma a não representar risco para o nosso resultado em exercícios futuros; e

- da distribuição de R$41,2 milhões de juros sobre o capital próprio em 2007, representando um acréscimo de 188,1% em relação a 2006, em que foram distribuídos R$14,3 milhões.

Segue abaixo a abertura do resultado financeiro:

	Exercício Encerrado 2006	Exercício Encerrado 2007	Var. 2007/ 2006
Receitas financeiras	17,4	65,4	275,2%
Despesas financeiras	(164,5)	(260,6)	58,4%
Despesas com operação de capital	-	(30,3)	-
Juros sobre o capital próprio	(14,3)	(41,2)	187,6%
Variação cambial ativa	95,2	220,7	131,8%
Efeito da variação cambial - conversão	(0,4)	(2,4)	493,9%
Variação cambial passiva	(95,1)	(208,7)	119,5%
Resultado Financeiro Líquido	(161,7)	(257,0)	58,9%

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social aumentaram 48,1%, passando de R$19,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006 para R$28,1 milhões em 2007, em decorrência (i) do aumento do nosso lucro bruto; (ii) da tributação da amortização do ágio, a qual não é dedutível para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social; e (iii) da consolidação das despesas com imposto de renda e a contribuição social das aquisições ocorridas no último trimestre de 2006 e daquelas realizadas após o encerramento do exercício de 2006, que juntas representaram um acréscimo de R$1,9 milhão, ou 6,8%, nas despesas com imposto de renda e a contribuição social.

Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio

Os juros sobre o capital próprio, apresentados no resultado financeiro, foram revertidos a fim de que a distribuição se desse através da destinação de lucros diretamente na conta de lucros acumulados.

Lucro (Prejuízo) Líquido no Exercício

O lucro líquido aumentou 32,1%, passando de R$64,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006 para R$85,0 milhões em 2007. Tal variação se deve a consolidação do lucro líquido das aquisições ocorridas no último trimestre de 2006 e daquelas realizadas após o

encerramento do exercício de 2006, que juntas representaram um acréscimo de R$26,8 milhões, ou 31,5%, no lucro líquido.

DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS LINHAS DO BALANÇO PATRIMONIAL

As principais linhas do nosso balanço patrimonial são:

Ativo Circulante

Compreende os bens e direitos de curto prazo, utilizados no giro das operações da Companhia, destacando-se as seguintes contas: disponibilidades; valores a receber de clientes nacionais e internacionais; estoques; impostos a recuperar e despesas do exercício seguinte e outras.

Ativo Não Circulante

Representa os bens e direitos não realizáveis no curto prazo, bem como os ativos de natureza permanente, compreendendo: ativo realizável a longo prazo (todas as contas com realização superior a 12 meses); e o ativo permanente (investimentos, imobilizado, intangível e diferido).

Passivo Circulante

Compreende as obrigações de curto prazo, as quais financiam o giro das atividades da Companhia, destacando-se: fornecedores; pessoal, encargos e benefícios sociais; impostos, taxas e contribuições; empréstimos e financiamentos; títulos a pagar; arrendamento a pagar e outras obrigações.

Passivo Não Circulante

Representa as obrigações não exigíveis no curto prazo, ou seja, àquelas que serão liquidadas em prazo superior a 12 meses, tais como: empréstimos e financiamentos; impostos, taxas e contribuições; impostos diferidos; provisões; arrendamento a pagar e outros.

Patrimônio Líquido

Compreende os recursos disponibilizados pelos acionistas a título de capital social, o qual é deduzido dos gastos ocorridos no processo de emissão pública e privada de ações. Além disso, no patrimônio líquido são apresentadas as reservas de lucros, ajustes de avaliação patrimonial, ajustes acumulados de conversão, lucros acumulados ao longo do exercício, os quais têm que ser destinados quando do encerramento, tendo em vista o previsto na Lei n° 11.638/2007, bem como os prejuízos acumulados, quando incorridos.

ANÁLISE DOS BALANÇOS PATRIMONIAIS

COMPARAÇÃO ENTRE A POSIÇÃO PATRIMONIAL EM 30 DE SETEMBRO DE 2009 E 31 DE DEZEMBRO DE 2008

As tabelas a seguir contém informações extraídas dos balanços patrimoniais consolidados da Companhia para 30 de setembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 e período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009
(em milhões de R$)

Balanço Patrimonial	**2008****	**AV (1)**	**2009****	**AV (1)**	**Var. 09/08**
Ativo circulante	4.370,4	47,7%	4.852,4	51,7%	11,0%
Disponibilidades	1.071,7	11,7%	1.277,1	13,6%	19,2%
Valores a receber de clientes nacionais	686,0	7,5%	662,2	7,1%	-3,5%
Valores a receber de clientes internacionais	315,9	3,5%	304,3	3,2%	-3,7%
Estoques de produtos e mercadorias	1.581,9	17,3%	1.672,7	17,8%	5,7%
Impostos a recuperar	689,4	7,5%	888,3	9,5%	28,9%
Despesas do exercício seguinte	25,2	0,3%	38,6	0,4%	53,2%
Outros valores a receber	0,3	0,0%	9,2	0,1%	2.966,7%
Ativo não Circulante	4.784,8	52,3%	4.528,7	48,3%	-5,4%
Realizável a longo prazo	385,4	4,2%	342,1	3,6%	-11,2%
Aplicações financeiras	4,2	0,0%	1,8	0,0%	-57,1%
Depósitos compulsórios	23,4	0,3%	24,0	0,3%	2,6%
Títulos a receber	0,4	0,0%	1,5	0,0%	275,0%
Tributos diferidos	303,6	3,3%	221,2	2,4%	-27,1%
Tributos a recuperar	44,6	0,5%	60,1	0,6%	34,8%
Outros valores a receber	9,2	0,1%	33,5	0,4%	264,1%
Permanente	4.399,4	48,1%	4.186,6	44,6%	-4,8%
Investimentos	1,2	0,0%	1,2	0,0%	0,0%
Imobilizado	2.235,7	24,4%	2.282,8	24,3%	2,1%
Intangível	2.144,2	23,4%	1.890,6	20,2%	-11,8%
Diferido	18,3	0,2%	12,0	0,1%	-34,4%
Total do Ativo	**9.155,2**	**100,0%**	**9.381,1**	**100,0%**	**2,5%**

** Elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da CVM, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e pela MP nº449/2008.
(1) Análise Vertical % do total do Ativo.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 e período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009
(em milhões de R$)

Balanço Patrimonial	**2008****	**AV (1)**	**2009****	**AV (1)**	**Var. 09/08**
Passivo circulante	2.799,5	30,6%	2.465,6	26,3%	-11,9%
Fornecedores	748,5	8,2%	748,2	8,0%	0,0%
Pessoal, encargos e benefícios sociais	269,8	2,9%	208,1	2,2%	-22,9%
Impostos, taxas e contribuições	274,5	3,0%	146,0	1,6%	-46,8%
Empréstimos e financiamentos	1.232,1	13,5%	1.187,3	12,7%	-3,6%
Arrendamentos a Pagar	62,6	0,7%	58,9	0,6%	-5,9%
Título a pagar	11,7	0,1%	32,9	0,4%	181,2%
Outras obrigações	200,3	2,2%	84,2	0,9%	-58,0%
Passivo não circulante	3.607,9	39,4%	4.078,6	43,5%	13,0%
Empréstimos e financiamentos	3.081,4	33,6%	3.407,6	36,3%	10,6%
Arrendamentos a Pagar	142,1	1,6%	103,5	1,1%	-27,2%
Impostos, taxas e contribuições	78,7	0,9%	287,4	3,1%	265,2%
Impostos diferidos	109,0	1,2%	95,1	1,0%	-12,8%
Provisões	108,5	1,2%	48,1	0,5%	-55,7%
Outros Títulos a Pagar	88,2	1,0%	136,9	1,5%	55,2%
Participação dos minoritários	17,9	0,2%	15,2	0,2%	-15,1%
Patrimônio Líquido	2.729,9	29,8%	2.821,7	30,1%	3,4%
Capital social	2.559,7	28,0%	2.559,7	27,3%	0,0%
Gastos na Emissão de Ações	(34,1)	-0,4%	(34,1)	-0,4%	0,0%
Reserva de lucros	155,1	1,7%	157,1	1,7%	1,3%
Reserva legal	3,2	0,0%	3,2	-	0,0%
Retenção de lucros	164,9	1,8%	164,9	1,8%	0,0%
Ações em tesouraria	(13,0)	-0,1%	(11,0)	-0,1%	15,4%
Ajustes de avaliação patrimonial	49,2	0,5%	(428,4)	-4,6%	N/m
Lucro (Prejuízo) do Exercício/Período	-	0,0%	567,4	6,0%	N/m
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**9.155,2**	**100,0%**	**9.381,1**	**100,0%**	**2,5%**

** Elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da CVM, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e pela MP nº 449/2008.
(1) Análise Vertical % do total do Passivo
N/m = não mensurado

Ativo Circulante

O ativo circulante aumentou 11,0%, passando de R$ 4.370,4 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R$ 4.852,3 milhões em 30 de setembro de 2009. As principais variações foram:

- aumento de 19,2% em disponibilidades, de R$ 1.071,7 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R$ 1.277,1 milhões em 30 de setembro de 2009, tendo em vista as captações de recursos realizadas em setembro de 2009, as quais fortaleceram o caixa da Companhia; e
- aumento de 28,9% em impostos a recuperar, de R$ 689,4 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R$ 888,3 milhões em 30 de setembro de 2009, que decorre, principalmente, do registro de R$ 18,7 milhões de imposto de renda recolhido pelas controladas no exterior, do registro de R$ 12,1 milhões de imposto de renda retido na fonte – IRRF e correção do referido crédito, provenientes da retenção sobre os ganhos com as aplicações financeiras e do aproveitamento dos créditos tributários nas compras de insumos destinados ao processo produtivo.

Realizável a Longo Prazo

O ativo não circulante apresentou redução de 11,2%, de R$ 385,4 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R$ 342,1 milhões em 30 de setembro de 2009. Tal variação se deve, principalmente, a realização dos tributos diferidos, os quais reduziram de R$ 303,6 milhões para R$ 221,2 milhões ou 27,1%. Tal realização se deve ao aproveitamento fiscal do ágio, aumento de nossa lucratividade no

período de nove meses findo em 30 setembro de 2009 e em função do aproveitamento dos tributos diferidos para compensação de multa e juros dos débitos incluídos no Novo Refis.

Com relação ao Novo Refis, em setembro de 2009 a Companhia aderiu ao parcelamento especial (Novo Refis) previsto na MP nº 449/08, convertida em Lei nº 11.941/2009, através do qual obteve o aproveitamento dos tributos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSL para compensação de multa e juros dos débitos declarados no referido parcelamento.

Ativo Permanente

O ativo permanente apresentou redução de 4,8%, de R$ 4.399,3 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R$ 4.186,6 milhões em 30 de setembro de 2009, em virtude de:

- registro da variação cambial negativa do ativo intangível, no montante de R$ 260,2 milhões, a qual é decorrente da valorização do real frente ao dólar, que foi de 23,9% no período em análise; e

- por outro lado, as aquisições do ativo imobilizado representaram um acréscimo de R$ 336,7 milhões.

Passivo Circulante

O passivo circulante apresentou redução de 11,9%, passando de R$ 2.799,5 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R$ 2.465,6 milhões em 30 de setembro de 2009, em virtude de:

- redução de R$ 61,7 milhões na conta de pessoal, encargos e benefícios sociais em virtude da inclusão de débitos previdenciários no novo parcelamento especial (Novo Refis), previsto na Lei nº 11.941/2009. Tais débitos foram alocados no passivo não circulante, tendo em vista a possibilidade de pagamento da dívida em até 180 meses; e

- redução de R$ 128,5 milhões na conta de impostos, taxas e contribuições sociais em virtude da inclusão de débitos federais no novo parcelamento especial (Novo Refis), previsto na Lei nº 11.941/2009. Tais débitos foram alocados no passivo não circulante, tendo em vista a possibilidade de pagamento da dívida em até 180 meses.

Passivo Não Circulante

O passivo não circulante cresceu 13,0%, passando de R$ 3.607,9 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R$ 4.078,6 milhões em 30 de setembro de 2009, em função de:

- aumento de R$ 326,2 milhões na conta de empréstimos e financiamentos, a qual passou de R$ 3.081,4 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2008 para R$ 3.407,6 milhões no mesmo período em 2009. Tal aumento se deve: (i) captação de recursos através de notas de crédito de exportação e pré-pagamento no montante de R$ 1.207,1 milhões; e (ii)

- registro de variação cambial ativa, gerada pela valorização de 23,3% do real frente ao dólar, apresentando uma redução na conta de empréstimos e financiamentos de R$ 676,5 milhões;

- redução de R$ 60,4 milhões na conta de provisões, a qual passou de R$ 108,5 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2008 para R$ 48,1 milhões no mesmo período em 2009, em virtude da inclusão das provisões de débitos previdenciários e federais no novo parcelamento especial (Novo Refis), previsto na Lei nº 11.941/2009. Tais débitos foram alocados na conta de impostos, taxas e contribuições no passivo não circulante, tendo em vista a possibilidade de pagamento da dívida em até 180 meses;

- aumento de R$ 208,7 milhões na conta de impostos, taxas e contribuições, passando de R$ R$ 78,7 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2008 para R$ 287,4 milhões no mesmo período em 2009, tendo em vista o registro dos débitos fiscais previdenciários e federais do novo parcelamento especial (Novo Refis), previsto na Lei nº 11.941/2009. Tais débitos foram reclassificados de contas no passivo circulante e no passivo não circulante, conforme supracitado;

- aumento de R$ 48,7 milhões na conta de outros títulos a pagar, a qual passou de R$ 88,2 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2008 para R$ 136,9 milhões no mesmo período em 2009, isto se deve, principalmente, pelo registro dos títulos a pagar gerados pela aquisição da planta de abate de perus, a qual foi efetivada no 3º trimestre de 2009.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido aumentou em 3,4%, passando de R$ 2.729,9 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R$ 2.821,6 milhões em 30 de setembro de 2009, em virtude:

- resultado positivo do período de R$ 567,4 milhões; e

- registro de R$ 379,2 milhões de ajustes negativos de avaliação patrimonial, referentes a variação cambial negativa dos investimentos realizados no exterior e dos empréstimos entre empresas ligadas que se caracterizam como investimento líquido, conforme previsto na Deliberação CVM nº 534/2008.

COMPARAÇÃO ENTRE A POSIÇÃO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 31 DE DEZEMBRO DE 2007

As tabelas a seguir contém informações extraídas dos balanços patrimoniais consolidados da Companhia para 31 de dezembro de 2008 e 2007:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro *(em milhões de R$)*				
Balanço Patrimonial	**2007***	**AV (1)**	**2008****	**AV (1)**	**Var. 08/07**
Ativo circulante	2.681,4	61,9%	4.370,4	47,7%	63,0%
Disponibilidades	1.049,8	24,2%	1.071,7	11,7%	2,1%
Valores a receber de clientes nacionais	387,2	8,9%	686,0	7,5%	77,2%
Valores a receber de clientes internacionais	350,2	8,1%	315,9	3,5%	-9,8%
Estoques de produtos e mercadorias	594,5	13,7%	1.581,9	17,3%	166,0%
Impostos a recuperar	297,9	6,9%	689,4	7,5%	131,4%
Despesas do exercício seguinte	1,8	0,0%	25,2	0,3%	1.300,0%
Outros valores a receber	-	-	0,3	0,0%	-
Ativo não Circulante	1649,3	38,1%	4.784,8	52,3%	190,1%
Realizável a longo prazo	43,3	1,1%	385,4	4,2%	790,1%
Aplicações financeiras	3,3	0,1%	4,2	0,0%	27,2%
Depósitos compulsórios	5,5	0,1%	23,4	0,3%	325,5%
Títulos a receber	2,6	0,1%	0,4	0,0%	-84,6%
Tributos diferidos	20,3	0,5%	303,6	3,3%	1.395,6%
Tributos a recuperar	2,8	0,1%	44,6	0,5%	1.492,9%
Outros valores a receber	8,8	0,2%	9,2	0,1%	4,6%
Permanente	1.606,0	37,1%	4.399,4	48,1%	173,9%
Investimentos	647,0	14,9%	1,2	0,0%	-99,8%
Imobilizado	947,9	21,9%	2.235,7	24,4%	135,9%
Intangível	-	0,0%	2.144,2	23,4%	-
Diferido	11,1	0,3%	18,3	0,2%	64,9%
Total do Ativo	**4.330,7**	**100,0%**	**9.155,2**	**100,0%**	**111,4%**

* De acordo com os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e normas da CVM, vigentes em 31 de dezembro de 2007.

** Elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da CVM, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e pela MP nº 449/2008.

(1) Análise Vertical % do total do Ativo.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro *(em milhões de R$)*				
Balanço Patrimonial	**2007***	**AV (1)**	**2008****	**AV (1)**	**Var. 08/07**
Passivo circulante	1.207,3	27,9%	2.799,5	30,6%	131,9%
Fornecedores	335,4	7,7%	748,5	8,2%	123,2%
Pessoal, encargos e benefícios sociais	71,5	1,7%	269,8	2,9%	277,3%
Impostos, taxas e contribuições	40,5	0,9%	274,5	3,0%	577,8%
Empréstimos e financiamentos	428,1	9,9%	1.232,1	13,5%	187,8%
Arrendamentos a Pagar	-	0,0%	62,6	0,7%	-
Título a pagar	269,7	6,2%	11,7	0,1%	-95,7%
Juros sobre Capital Próprio	32,1	0,7%	-	-	N/m
Outras obrigações	30,0	0,7%	200,3	2,2%	567,7%
Passivo não circulante	1.817,7	42,0%	3.607,9	39,4%	98,5%
Empréstimos e financiamentos	1.645,9	38,0%	3.081,4	33,7%	87,2%
Arrendamentos a Pagar	-	-	142,1	1,6%	-
Impostos, taxas e contribuições	61,8	1,4%	78,7	0,9%	27,3%
Impostos diferidos	57,3	1,3%	109,0	1,2%	90,2%
Provisões	48,1	1,1%	108,5	1,2%	125,5%
Outros Títulos a Pagar	4,6	0,1%	88,2	1,0%	1.817,4%
Participação dos minoritários	23,4	0,5%	17,9	0,2%	-23,5%
Patrimônio Líquido	1.282,3	29,6%	2.729,9	28,0%	112,9%
Capital social	1.183,8	27,3%	2.559,7	27,9%	116,23%
Gastos na Emissão de Ações	-	-	(34,1)	-0,4%	-
Reserva de lucros	3,2	0,1%	155,1	1,7%	4.815,6%
Reserva legal	3,2	0,1%	3,2	0,0%	-
Retenção de lucros	-	-	164,9	1,8%	-
Ações em tesouraria	-	-	(13,0)	-0,1%	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	49,2	0,5%	-
Lucro (Prejuízo) do Exercício	95,3	2,2%		0,0%	n/m
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**4.330,7**	**100,0%**	**9.155,2**	**100,0%**	**111,4%**

* De acordo com os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e normas da CVM, vigentes em 31 de dezembro de 2007.

** Elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da CVM, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e pela MP nº 449/2008.

(1) Análise Vertical % do total do Passivo.
N/m = não mensurável

Ativo Circulante

O ativo circulante aumentou 63,0%, passando de R$ 2.681,4 milhões em 31 de dezembro de 2007 para R$ 4.370,4 milhões em 31 de dezembro 2008. As principais variações foram:

- crescimento de 77,2% em contas a receber de clientes no mercado interno, de R$ 387,2 milhões em 31 de dezembro de 2007 para R$ 686,0 milhões em 31 de dezembro de 2008, haja vista o aumento do volume de produção da Companhia, o qual refletiu em seu volume de vendas mensal e, consequentemente, no montante de recebíveis. Além disso, R$ 225,7 milhões são provenientes das empresas adquiridas em 2007;

- aumento de 166,0% em estoques, de R$ 594,5 milhões em 31 de dezembro de 2007 para R$ 1.581,9 milhões em 31 de dezembro de 2008, decorrente, principalmente, da consolidação das aquisições realizadas em 2008, as quais geraram um acréscimo nos estoques de R$ 381,4 milhões; e

- aumento de 131,4% em impostos a recuperar, de R$ 297,9 milhões em 31 de dezembro de 2007 para R$ 689,4 milhões em 31 de dezembro de 2008, decorrente, principalmente, da consolidação das empresas adquiridas em 2008, as quais representaram um acréscrimo de R$ 84,4 milhões. Além disso, houve o registro de R$ 51,8 milhões de crédito presumido de IPI, bem como o registro de R$ 22,6 milhões de créditos de PIS e COFINS, ambos apurados sobre as aquisições de insumos para a produção.

Realizável a Longo Prazo

O ativo não circulante apresentou aumento de 790,1%, de R$ 43,3 milhões em 31 de dezembro de 2007 para R$ 385,4 milhões em 31 de dezembro de 2008, em virtude da constituição de impostos diferidos no montante de R$ 263,4 milhões, calculados com base no aproveitamento fiscal do ágio, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. Além disso, R$ 10,9 milhões são provenientes de saldo inicial das empresas adquiridas e consolidadas a partir de 2008.

Ativo Permanente

O ativo permanente apresentou aumento de 173,9%, de R$ 1.606,0 milhões em 31 de dezembro de 2007 para R$ 4.399,4 milhões em 31 de dezembro de 2008, em virtude de:

- registro no ativo imobilizado dos bens objeto de arrendamento mercantil financeiro, no montante de R$ 188,0 milhões, conforme previsto na Lei nº 11.638/2007, os quais não eram reconhecidos contabilmente até 31 de dezembro de 2007, de acordo com as regras contábeis aplicáveis à época;

- aquisições de bens do ativo imobilizado e obras em andamento, as quais geraram um crescimento orgânico de R$ 289,7 milhões;

- consolidação das empresas adquiridas em 2008, as quais representaram um aumento de R$ 810,2 milhões no ativo imobilizado da Companhia; e

- reconhecimento do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura nas aquisições de empresas controladas, realizadas em 2008, no montante de R$ 1.281,5 milhões.

Passivo Circulante

O passivo circulante cresceu em 131,9%, passando de R$ 1.207,3 milhões em 31 de dezembro de 2007 para R$ 2.799,5 milhões em 31 de dezembro de 2008. As principais variações foram:

- crescimento de 123,2% em fornecedores, de R$ 335,4 milhões em 31 de dezembro de 2007 para R$ 748,5 milhões em 31 de dezembro de 2008. Isso se deve, principalmente, a consolidação das empresas adquiridas em 2008, as quais representaram um aumento de R$ 441,4 milhões;

- aumento de 277,3% em pessoal, encargos e benefícios sociais, de R$ 71,5 milhões em 31 de dezembro de 2007 para R$ 269,8 milhões em 31 de dezembro de 2008, decorrente, em sua maior parte, pela consolidação das empresas adquiridas em 2008, no montante de R$ 131,0 milhões;

- aumento de 577,8% em impostos e contribuições a recolher, de R$ 40,5 milhões em 31 de dezembro de 2007 para R$ 274,5 milhões em 31 de dezembro de 2008. Isso se deve, principalmente, à consolidação das empresas adquiridas em 2008, as quais representaram um acréscimo de R$ 211,8 milhões; e

- aumento de 187,8% dos empréstimos e financiamentos, de R$ 428,1 milhões em 31 de dezembro de 2007 para R$ 1.232,1 milhões em 31 de dezembro de 2008, decorrente das novas captações realizadas pela Companhia e, principalmente, pela valorização de 31,9% do dólar frente ao real, gerando aumento do endividamento em dólar decorrente da variação cambial passiva. Além disso, a consolidação das empresas adquiridas em 2008 contribuiu com um aumento de R$ 309,3 milhões no endividamento da Companhia.

Passivo Não Circulante

O passivo não circulante cresceu em 98,5%, passando de R$ 1.817,7 milhões em 31 de dezembro de 2007 para R$ 3.607,9 milhões em 31 de dezembro de 2008, decorrente de:

- aumento de 87,2% dos empréstimos e financiamentos, de R$ 1.645,9 milhões em 31 de dezembro de 2007 para R$ 3.081,4 milhões em 31 de dezembro de 2008, decorrente, primordialmente, da valorização de 31,9% do dólar frente ao real, gerando aumento do endividamento em dólar, bem como em função das novas captações de notas de crédito de exportação, adiantamentos de contrato de câmbio e pré-pagamento, em linha com a estratégia de alongamento da dívida bancária da Companhia. As empresas adquiridas e consolidadas a partir de 2008 representaram um acréscimo de R$ 149,8 milhões; e

- registro do arrendamento a pagar no montante de R$ 142,1 milhões, conforme previsto na Lei nº 11.638/2007, o qual não era reconhecido contabilmente até 31 de dezembro de 2007, de acordo com as regras contábeis aplicáveis à época.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido aumentou em 112,9%, passando de R$ 1.282,3 milhões em 31 de dezembro de 2007 para R$ 2.729,9 milhões em 31 de dezembro de 2008, em virtude, principalmente, da emissão privada de ações, a qual gerou uma capitação líquida de R$ 1.372,1.

COMPARAÇÃO ENTRE A POSIÇÃO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 31 DE DEZEMBRO DE 2006

As tabelas a seguir contém informações extraídas de nossos balanços patrimoniais consolidados para 31 de dezembro de 2007 e 2006:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro				
	(em milhões de R$)				
Balanço Patrimonial	**2006***	**AV (1)**	**2007***	**AV (1)**	**Var. 07/06**
Ativo circulante	1.176,7	68,5%	2.681,4	61,9%	127,9%
Disponibilidades	291,7	17,0%	1.049,8	24,2%	259,9%
Valores a receber de clientes nacionais	185,9	10,8%	387,2	8,9%	108,3%
Valores a receber de clientes internacionais	178,2	10,4%	350,2	8,1%	96,5%
Estoques de produtos e mercadorias	347,4	20,2%	594,5	13,7%	71,2%
Impostos a recuperar	165,3	9,6%	297,9	6,9%	80,2%
Despesas do exercício seguinte	1,3	0,1%	1,8	0,0%	38,4%
Outros valores a receber	6,9	0,4%	-	-	-100,0%
Ativo Não Circulante	541,1	31,5%	1.649,3	38,1%	204,8%
Realizável a longo prazo	17,9	1,0%	43,3	1,1%	141,9%
Aplicações financeiras	0,2	0,0%	3,3	0,1%	1.550,0%
Depósitos compulsórios	1,8	0,1%	5,5	0,1%	205,6%
Títulos a receber	0,9	0,1%	2,6	0,1%	188,9%
Tributos diferidos	14,4	0,8%	20,3	0,5%	41,0%
Tributos a recuperar	-	-	2,8	0,1%	-
Outros valores a receber	0,6	0,0%	8,8	0,2%	1.366,7%
Permanente	523,2	30,5%	1.606,0	37,1%	207,0%
Investimentos	93,7	5,5%	647,0	14,9%	590,5%
Imobilizado	429,5	25,0%	947,9	21,9%	120,7%
Intangível	-	-	-	-	-
Diferido	-	-	11,1	0,3%	-
Total do Ativo	**1.717,8**	**100,0%**	**4.330,7**	**100,0%**	**152,1%**

* De acordo com os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e normas da CVM, vigentes em 31 de dezembro de 2007

(1) Análise Vertical % do total do Ativo.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro				
	(em milhões de R$)				
Balanço Patrimonial	**2006***	**AV (1)**	**2007***	**AV (1)**	**Var. 07/06**
Passivo circulante	420,0	24,4%	1.207,3	27,9%	187,5%
Fornecedores	212,8	12,4%	335,4	7,7%	57,6%
Pessoal, encargos e benefícios sociais	57,1	3,3%	71,5	1,7%	25,2%
Impostos, taxas e contribuições	18,4	1,1%	40,5	0,9%	120,1%
Empréstimos e financiamentos	118,1	6,9%	428,1	9,9%	262,5%
Título a pagar	-	-	269,7	6,2%	-
Juros sobre Capital Próprio	-	-	32,1	0,8%	-
Outras obrigações	13,6	0,8%	30,0	0,7%	122,2%
Passivo não circulante	1.052,2	61,3%	1.817,7	42,0%	72,7%
Empréstimos e financiamentos	929,0	54,1%	1.645,9	38,0%	77,2%
Impostos, taxas e contribuições	70,5	4,1%	61,8	1,4%	-12,3%
Impostos diferidos	52,7	3,1%	57,3	1,3%	8,7%
Provisões	-	-	48,1	1,1%	-
Outros Títulos a Pagar	-	-	4,6	0,1%	-
Participação dos minoritários	22,4	1,3%	23,4	0,5%	4,5%
Patrimônio Líquido	223,2	13,0%	1.282,3	29,6%	474,5%
Capital social	140,0	8,1%	1.183,8	27,3%	745,6%
Reserva de lucros	-	-	3,2	0,1%	-
Reserva legal	-	-	3,2	0,1%	-
Lucro do Exercício	83,2	4,8%	95,3	2,2%	14,5%
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**1.717,8**	**100,0%**	**4.330,7**	**100,0%**	**152,1%**

* De acordo com os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e normas da CVM, vigentes em 31 de dezembro de 2007

(1) Análise Vertical % do total do Passivo.

Ativo Circulante

O ativo circulante aumentou 127,9%, passando de R$ 1.176,7 milhões em 31 de dezembro de 2006 para R$ 2.681,4 milhões em 31 de dezembro 2007. As principais variações foram:

- aumento de 259,9% das disponibilidades, de R$ 291,7 milhões em 31 de dezembro de 2006 para R$ 1.049,8 milhões em 31 de dezembro de 2007, tendo em vista as captações de recursos realizadas em 2007 para financiamento do capital de giro, bem como para fortalecimento do caixa da Companhia;

- crescimento de 108,3% em contas a receber de clientes no mercado interno, de R$ 185,9 milhões em 31 de dezembro de 2006 para R$ 387,2 milhões em 2007, refletindo o aumento das vendas no mercado interno, as quais cresceram 52,5% na comparação de 2007 e 2006. Além disso, a consolidação das empresas adquiridas em 2007 representaram um acréscimo de R$ 44,6 milhões;

- crescimento de 96,5% em contas a receber de clientes no mercado externo, de R$ 178,2 milhões em 31 de dezembro de 2006 para R$ 350,2 milhões em 31 de dezembro de 2007, refletindo o aumento das vendas no mercado externo, as quais cresceram 54,7% na comparação de 2007 e 2006. Além disso, a consolidação das empresas adquiridas em 2007 representaram um acréscimo de R$ 74,1 milhões; e

- aumento de 71,2% em estoques, de R$ 347,4 milhões em 31 de dezembro de 2006 para R$ 594,6 milhões em 31 de dezembro de 2007, decorrente, principalmente, da consolidação das empresas adquiridas em 2007, no montante de R$ 100,3 milhões.

Realizável a Longo Prazo

O ativo não circulante aumentou 141,8%, de R$ 17,9 milhões em 31 de dezembro de 2006 para R$ 43,3 milhões em 31 de dezembro de 2007, decorrente, principalmente:

- do aumento dos tributos diferidos, no montante de R$ 5,9 milhões, os quais foram apurados sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido; e

- do aumento dos depósitos compulsórios, no montante de R$ 3,7 milhões, destinados a garantir processos judiciais da Companhia.

Ativo Permanente

O ativo permanente apresentou aumento de 207,0%, de R$ 523,2 milhões em 31 de dezembro de 2006 para R$ 1.606,0 milhões em 31 de dezembro de 2007, em virtude de:

- registro do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura nas aquisições realizadas em 2007, no montante de R$ 449,5 milhões;

- aquisições de bens do ativo imobilizado e obras em andamento, as quais geraram um crescimento orgânico de R$ 327,7 milhões;

- consolidação das empresas adquiridas em 2007, que representaram um acréscimo de R$ 190,7 milhões.

Passivo Circulante

O passivo circulante cresceu em 187,5%, passando de R$ 420,0 milhões em 31 de dezembro de 2006 para R$ 1.207,3 milhões em 31 de dezembro de 2007. As principais variações foram:

- crescimento de 57,6% em fornecedores, de R$ 212,8 milhões em 31 de dezembro de 2006 para R$ 335,4 milhões em 31 de dezembro de 2007. Isso se deve, principalmente, ao aumento do nível de atividade, bem como a consolidação das empresas adquiridas em 2007, as quais apresentaram acréscimo de R$ 127,6 milhões; e

- crescimento de 262,4% dos empréstimos e financiamentos, de R$ 118,1 milhões em 31 de dezembro de 2006 para R$ 428,1 milhões em 31 de dezembro de 2007, decorrente das novas captações de recursos realizada junto ao mercado financeiro, nas modalidades, principalmente, de adiantamento de contrato de câmbio e pré-pagamento, com o objetivo de financiar o capital de giro e os investimentos da Companhia. A consolidação das empresas adquiridas em 2007 representaram um aumento de R$ 95,5 milhões.

Passivo Não Circulante

O passivo não circulante cresceu em 72,7%, passando de R$ 1.052,2 milhões em 31 de dezembro de 2006 para R$ 1.817,7 milhões em 31 de dezembro de 2007, decorrente de:

- aumento de 77,2% dos empréstimos e financiamentos, de R$ 929,0 milhões em 31 de dezembro de 2006 para R$ 1.645,9 milhões em 31 de dezembro de 2007. Tal variação está em linha com a estruturação do endividamento da Companhia, na estratégia de alongamento da dívida, de forma a não afetar o capital de giro, tendo em vista que a maior parte desses recursos está sendo investida no ativo fixo. As empresas adquiridas em 2007 representaram um aumento de R$ 81,4 milhões; e

- constituição de provisões para contingências no montante de R$ 48,2 milhões, com base no parecer dos assessores jurídicos da Companhia.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido aumentou em 474,6%, passando de R$ 223,2 milhões em 31 de dezembro de 2006 para R$ 1.282,3 milhões em 31 de dezembro de 2007, em virtude, principalmente, da emissão pública de ações, a qual gerou uma capitação de R$ 1.043,8 milhões.

LIQUIDEZ E RECURSOS DE CAPITAL

Fontes e Usos de Caixa

As nossas principais fontes de caixa compreendem: (i) fluxo de caixa gerado pelas nossas atividades operacionais; e (ii) endividamento de curto e longo prazo. Nossos principais usos de caixa envolvem custos e despesas relacionados à operação de nossos negócios, desembolso de capital incluindo o investimento em novas plantas, expansão e/ou modernização das plantas existentes e as exigências de pagamento de nosso endividamento.

O fluxo de caixa operacional aplicado nas operações dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008, e gerado nas operações no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009, foi de R$231,1 milhões, R$ 204,8 milhões, R$728,5 milhões e R$ 0,1 milhão, respectivamente. Além de financiarmos nossas operações, nós tivemos necessidades de caixa para a aquisição de novos negócios, realização de investimentos e pagamento de nossas dívidas. As nossas necessidades de caixa, nos referidos períodos, foram supridas principalmente pelo aumento de nosso endividamento de curto e de longo prazo.

A tabela abaixo demonstra nosso fluxo de caixa para os exercícios e períodos indicados:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			**Período de nove meses findo em 30 de setembro**	
			(em milhões de R$)		
	2006	**2007**	**2008**	**2008**	**2009**
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(231,1)	(204,8)	(728,5)	(802,9)	0,1
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(242,2)	(1.129,8)	(2.006,6)	(889,8)	(529,4)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	720,2	2.092,7	2.701,0	1.815,1	798,4
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	-		56,0	-	(63,7)
Aumento (redução) nas disponibilidades	246,9	758,1	21,9	122,4	205,4

Caixa Aplicado em Investimentos

O capital aplicado em investimentos, aquisição de imobilizado, intangível e despesas pré-operacionais nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008, e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009, foi de R$ 242,2 milhões, R$ 1.129,8 milhões, R$ 2.006,6 milhões e R$ 529,4 milhões, respectivamente.

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008, e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009, nossas alocações de recursos foram direcionadas principalmente para a expansão das nossas operações. Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008 e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009 investimos, respectivamente, R$ 96,1 milhões, R$553,9 milhões, R$ 284,8 milhões e R$ 336,7 milhões na

construção, aquisição, manutenção, modernização e/ou expansão de nossas plantas. Adicionalmente, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, investimos R$ 1.477,7 milhões na aquisição de empresas no Brasil e no exterior, e, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009 não houve investimentos para aquisição de empresas no Brasil e no exterior, ocorrendo apenas o desembolso de R$ 190,4 milhões para pagamento de aquisições realizadas até 31 de dezembro de 2008.

Outros Dispêndios de Capital

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2006 e 2007, houve distribuição de juros sobre capital próprio no valor de R$ 14,3 milhões e R$ 41,2 milhões, respectivamente. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 e no período de janeiro a setembro de 2009 não foram distribuídos dividendos e juros sobre o capital próprio.

ENDIVIDAMENTO

O nosso endividamento financeiro total em 30 de setembro de 2009 era de R$4.594,9 milhões, contra R$ 4.313,5 milhões em 31 de dezembro de 2008, representando um aumento de 6,5% no período. O endividamento era composto por R$1.260,2 milhões em dívidas de curto prazo (ou 27,4% do total, comparado a 28,6% em 31 de dezembro de 2008) e R$3.264,6 milhões em dívidas de longo prazo (ou 71,0% do total, comparado a 71,4% em 31 de dezembro de 2008).

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009 o endividamento foi influenciado pela captação líquida (novas captações, deduzidas dos empréstimos liquidados) no montante de R$ 849,0 milhões, bem como pelo registro de R$ 675,3 milhões de variação cambial ativa, gerada pela valorização de 23,3% do real frente ao dólar, a qual reduziu o endividamento da Companhia, de forma que o endividamento no período em análise tenha permanecido praticamente estável.

Em 30 de setembro de 2009, o nosso endividamento bruto era denominado 25,3% em moeda nacional (18,4% em 31 de dezembro de 2008) e 74,7% em moeda estrangeira (81,6% em 31 de dezembro 2008). As nossas novas operações de captação de recursos nos permitiram substituir dívidas tanto em reais quanto em dólares por linhas mais atrativas, fazendo com que o custo médio da dívida em dólares atingisse 7,5% a.a. em moeda estrangeira contra 9,1% em 31 de dezembro de 2008 e 10,9% a.a. contra 14,0% a.a. em 31 de dezembro de 2008 em reais. O custo médio total da dívida diminuiu para 8,4% em 30 de setembro de 2009 comparado a 9,9% em 31 de dezembro de 2008.

A nossa dívida líquida em 30 de setembro de 2009 totalizou R$ 3.317,8 milhões, se mantendo estável em relação à dívida líquida em 31 de dezembro de 2008, que era de R$ 3.241,8 milhões. Tal cenário de estabilidade deve-se, principalmente, ao maior saldo no caixa da companhia, além da redução no saldo da dívida em moeda estrangeira. A relação Dívida Líquida/EBITDA no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009 ficou em 3,11, conforme mostra o quadro abaixo:

ENDIVIDAMENTO E CAIXA
(em milhões de R$)

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de			Período de nove meses findo em 30 de setembro de	
	2006	**2007**	**2008**	**2008**	**2009**
Dívida Bruta	1.047,1	2.074,0	4.313,5	3.298,0	4.594,9
Caixa	291,7	1.049,8	1.071,7	1.172,2	1.277,1
Dívida Líquida	755,4	1.024,2	3.241,8	2.125,8	3.317,8
Dívida Líquida / EBITDA (LTM)	3,05	2,69	3,67	3,79	3,11

A tabela abaixo descreve nosso endividamento consolidado em 30 de setembro de 2009, bem como a variação de nossos empréstimos e financiamentos nos exercícios indicados:

				Consolidado	
Linha de Crédito	Encargos (% a.a.)	Taxa média ponderada de juros (a.a.)	Prazo médio ponderado de venc. (anos)	Saldo 30.09.09	Saldo 30.06.09
Moeda nacional					
FINAME	TJLP + Taxa Fixa	6,99	2,01	6.487	7.700
BNDES Exim	TJLP + Taxa Fixa	10,18	0,01	6.362	25.501
BNDES Finem	TJLP + 1,80	8,05	3,39	11.758	12.565
FINEP	TJLP + 1%	7,25	4,06	33.380	30.094
NCE	Taxa fixa+%CDI	11,29	1,29	1.018.276	1.001.934
Capital de Giro (R$)	Taxa fixa+%CDI	8,54	0,47	76.455	146.691
Nota de Crédito Rural (R$)	Taxa Fixa	6,8	0,35	11.183	25.158
Pré-Pagamento (juros)	%CDI	10	0,25	805	0
Outros				0	2.227
Total moeda nacional		10,89		1.164.706	1.251.870
Moeda estrangeira					
ACC (US$)	Taxa Fixa + V.C.	7,2	0,54	510.543	695.970
Financiamento Parque Industrial (US$)	Libor+Taxa Fixa + V.C	3,74	2,33	23.823	28.216
Pré-pagamento (US$)	Libor+Taxa Fixa + V.C	6,81	4,53	1.653.131	1.063.759
BNDES Exim (US$)	Cesta de Moedas + Taxa Fixa	11,53	0,01	1.376	6.026
Bonds (US$)	Taxa Fixa + V.C	9,63	7,19	673.475	722.300
BNDES Finem	Cesta de Moedas + 1,30	8,90	3,39	2.416	2.730
NCE (US$)	%CDI+Taxa Fixa+V.C (US$)+Libor	8,52	2,25	406.618	450.636
Swap	Prêmio + V.C			7.545	0
Capital de Giro (US$)	Taxa Fixa + Libor	5,15	2,98	19.509	43.751
Capital de Giro (Pesos)	Unidade Fomento	5,1	0,3	496	1.128
Empréstimo Bancário (US$)	Taxa Fixa	3,5	2,03	45.888	48.079
PAE (US$)	Taxa Fixa	5,4	0,2	9.254	14.561
Financiamentos (US$)	Taxa Fixa	8,06	0,6	2.798	87.131
Conta Garantida (US$)	Libor + Taxa Fixa	2,27	0,2	25.343	108.560
Outros	Taxa Fixa			-	1
Obrigações Negociáveis	Taxa Fixa	6,69	4,11	47.944	-
Total moeda estrangeira		7,5		3.430.159	3.272.848
Total do endividamento		8,39		4.594.865	4.524.718
Passivo Circulante				1.187.324	1.260.148
Passivo Não Circulante				3.407.541	3.264.570

A tabela abaixo contém o vencimento da nossa dívida consolidada de curto e longo prazo em 30 de setembro de 2009 em milhares de reais:

MOEDA NACIONAL		
	3T09	2T09
3T09		215.167
4T09	80.370	23.094
1T10	139.353	7.708
2T10	171.002	170.725
3T10	135.246	
2010	203.008	407.242
2011	407.864	401.212
2012	11.316	10.726
2013	8.156	7.603
2014	3.597	3.597
2015	3.597	3.597
2016	1.197	1.199
TOTAL	**1.164.706**	**1.251.870**

MOEDA ESTRANGEIRA		
	3T09	2T09
3T09		237.149
4T09	203.563	158.416
1T10	201.920	355.362
2T10	89.051	92.527
3T10	166.819	
2010	123.007	187.592
2011	589.183	638.749
2012	556.771	392.244
2013	450.314	283.260
2014	312.651	124.266
2015	85.325	87.283
2016	651.555	716.000
TOTAL	**3.430.159**	**3.272.848**

CONTRATOS RELEVANTES

A tabela abaixo apresenta os contratos relevantes dos quais a Companhia é parte, na data deste Prospecto:

PRINCIPAIS CONTRATOS FINANCEIROS EM 30 DE SETEMBRO DE 2009

Banco	Tipo Operação	Valor Original	Obtenção	Custo	Saldo Devedor
		(em milhões de R$, exceto se informado de outra forma)			
ABN AMRO Bank	Pre Pagto II	$200,0	24/10/2007	7,30% aa	360,5
ABN AMRO Bank	Pre Pagto III	$100,0	12/3/2008	LIBOR + 2,75% aa	178,6
Banco do Brasil	Pre Pagto	$100,0	8/9/2009	Libor + 5,16% aa	178,5
Banco do Brasil	Pre Pagto	$160,0	8/9/2009	Libor + 5,50% aa	285,1
Banco Itaú BBA	ACC	$30,0	26/2/2009	7,40 % aa	51,5
Bond's	Bond's	$375,0	16/11/2006	9,625% aa	691,2
Banco Bradesco	Pre-Pagamento	$75,0	6/3/2009	LIBOR + 7,25%	134
Banco do Brasil	NCE II	R$50,0	9/11/2007	11,46 % aa	61
Banco do Brasil	NCE III	R$60,0	30/9/2008	124,95% CDI	63,4
Banco do Brasil	NCE IV	R$250,0	29/8/2009	11,25% aa	254,7
Banco do Brasil	NCE V	R$150,0	30/9/2009	12,40% aa	150,0
Citibank	NCE	$30,0	4/9/2007	7,35% aa	53,6
Citibank	NCE II	$45,0	16/10/2007	7,28% aa	82,7
Credit Suisse	Pre-Pagamento	$100,0	31/3/2008	102% CDI	177,8
Credit Suisse	Pre Pagto	$100,0	1/9/2009	116% CDI	178,6
HSBC Bank	NCE	$50,0	27/8/2008	121,5% CDI	89,6
ING BANK	Pre-Pagamento	$30,0	24/12/2007	LIBOR + 2% aa	53,8
Banco Bradesco	NCE	R$150,0	24/1/2008	CDI + 1,35% aa	153,1
Banco Bradesco	NCE II	R$100,0	29/8/2008	125% CDI	114,1
Banco Safra	NCE	$30,0	19/8/2008	16,1719% aa	54,4
Societe Generálé	NCE	$30,0	10/12/2007	7,90 % aa	53,6
Total					**3.420**

Subsidiárias

Banco	Tipo Operação	Valor Original	Obtenção	Custo	Saldo Devedor
Credit Suisse2	Pré Pagamento	$50,0	5/6/2008	Libor + 3% a.a.	88,9
Banco Itaú BBA4	Capital de Giro	R$100,0	30/6/2009	130% CDI	100,1
Total					**189,0**

(1) Agrofrango Indústria e Comércio de Alimentos Ltda., 2- DaGranja Agroindustrial Ltda. 3. Moy Park Ltd. 4 – Penasul Alimentos Ltda.

As modalidades dos de empréstimos e financiamentos referidos acima podem ser descritas da seguinte forma:

NCE - Nota de Crédito de Exportação

Linha de crédito destinada a empresas exportadoras, com benefícios fiscais. É necessária a comprovação das exportações efetuadas. As operações captadas nessa modalidade são utilizadas para capital de giro. Há operações em reais e em dólares norte-americanos. Em 30 de setembro de 2009, as notas de crédito que havíamos celebrado eram:

- Notas de crédito à exportação com o Banco do Brasil. Celebramos notas de crédito à exportação com o Banco do Brasil em novembro de 2007 e setembro de 2009. De acordo com os termos das notas, amortizações do montante principal serão realizadas em uma única parcela em outubro de 2010 e setembro de 2011, sendo que o montante principal acumula juros a uma taxa de 11,46% ao ano e 124,95% do CDI ao ano, respectivamente. Ademais, celebramos notas de crédito à exportação em agosto e setembro de 2009. De acordo com os termos das notas, amortizações do montante principal serão realizadas em 12 parcelas mensais, sendo as últimas em maio e setembro de 2011. O montante principal acumula juros a uma taxa de 11,25% e 11,40% ao ano, respectivamente. Em 30 setembro de 2009, o saldo devedor agregado era de R$529,1 milhões.

- Notas de crédito à exportação com o Banco Bradesco. Celebramos notas de crédito à exportação com o Banco Bradesco em janeiro e agosto de 2008. De acordo com os termos das notas, amortizações do montante principal serão realizadas em uma única parcela em março de 2010 ou janeiro de 2011, dependendo da nota. O montante principal aculuma juros a uma taxa que de CDI mais 1,35% ou 125% do CDI ao ano, dependendo da nota. Em 30 de setembro de 2009, o saldo devedor agregado era de R$267,2 milhões.

- Notas de crédito à exportação com o Citibank. De acordo com os termos das notas, amortizações do montante principal são realizadas em cinco parcelas semestrais, sendo a última em setembro ou outubro de 2012, dependendo da nota. O montante principal das notas acumula juros a uma taxa de 7,35% ou 7,28% ao ano, dependendo da nota. Em 30 de setembro de 2009, o saldo devedor agregado era de R$136,3 milhões.

- Nota de crédito à exportação com o Banco Safra. De acordo com os termos da nota, a amortização do principal será realizada em uma única parcela em agosto de 2011. O montante principal acumula juros a uma taxa de 16,1719% ao ano. Em 30 de setembro de 2009, o saldo devedor agregado era de R$ 54,4 milhões.

- Nota de crédito à exportação com o Societe Generale. De acordo com os termos da nota, a amortização do principal será realizada em uma única parcela em dezembro de 2010. O montante principal acumula juros a uma taxa de 7.90% ao ano. Em 30 de setembro de 2009, o saldo devedor agregado era de R$ 53,6 milhões.

Capital de Giro

As operações captadas nessa modalidade são para financiamento de capital de giro. Celebramos contratos de capital de giro com o Banco Itaú BBA cujo saldo devedor era R$ 100,1 milhões em 30 de setembro de 2009.

ACC – Adiantamento de Contrato de Câmbio

Linha de crédito externa destinada às empresas exportadoras. As operações captadas nessa modalidade são utilizadas para financiamento das exportações. As operações de ACC são captadas

em dólares norte-americanos, pagas com a performance de exportações. Em 30 de setembro de 2009, havíamos celebrado os seguintes ACCs:

- ACC com Banco Itaú BBA S.A, celebrado em fevereiro de 2009, com amortização em março de 2010 e taxa de desconto de 7,40% ao ano.

Em 30 de setembro de 2009, a média da taxa de juros dos ACCs foi 7,2% ao ano e a média do vencimento foi 0,54 anos. Em 30 de Setembro de 2009, o saldo devedor agregado era de R$510,5 milhões.

Pré-Pagamento

Linha de crédito externa destinada às empresas exportadoras. As operações captadas nessa modalidade são utilizadas para financiamento das exportações. Essa operação é captada em dólares norte-americanos. Em 30 de setembro de 2009, havíamos celebrado as seguintes linhas de crédito de pré-pagamento:

- Pré-pagamentos com ABN AMRO. De acordo com os termos dos contratos, as amortizações serão realizadas em 21 parcelas mensais, sendo a última em outubro de 2015, ou em uma única parcela em fevereiro de 2012. O montante principal acumula juros a uma taxa que varia de 7,30% ao ano e Libor mais 2,75% ao ano, dependendo do contrato. Em 30 de setembro de 2009, o saldo devedor agregado era de R$539,1milhões.

- Pré-pagamentos com Bradesco S.A. De acordo com os termos do contrato, a amortização do montante principal será realizada em 20 parcelas mensais, a partir de setembro de 2010 com término em março de 2015. O montante principal acumula juros a uma taxa de Libor mais 7,25% ao ano. Em 30 de setembro de 2009, o saldo devedor agregado era de R$ 134milhões.

- Pré-pagamento com ING. De acordo com os termos do contrato, a amortização do montante principal será realizada em cinco parcelas semestrais, a partir de 23 de dezembro de 2010 com término em 24 de dezembro de 2012. O montante principal acumula juros a uma taxa de Libor mais 2.00% ao ano. Em 30 de setembro de 2009, o saldo devedor agregado era de R$53,8 milhões.

- Pré-pagamentos com Banco do Brasil. De acordo com os termos do contratos celebrado em 08 de setembro de 2009, sendo que uma operação de US$ 100 milhões com vencimento em 5 anos com dois anos de carência a amortização do montante principal será em parcelas semestrai a partir de outubro de 2011. O montante principal acumula juros a uma taxa de Libor mais 5,50% ano de acordo com os termos do contrato e outra operação no valor de US$ 160 milhões a amortização com vencimento em 5 anos com dois anos de carência a amortização do montante principal será em parcelas semestrai a partir de outubro de 2010 sendo que o montante principal acumula juros a uma taxa de Libor mais 5,16% ano de acordo com os termos do contrato. Em 30 de setembro de 2009, o saldo devedor agregado era de R$ 463,6 milhões.

- Pré-pagamentos com Credit Suisse. De acordo com os termos do contrato celebrado em 31 de março de 2008, a amortização do montante principal será realizada em cinco parcelas semestrais, a partir de setembro de 2010 com término em março de 2015. O montante principal acumula juros a uma taxa de 102% do CDI ao ano. Ainda de acordo com os termos do outro contrato celebrado em 01 de setembro de 2009, a amortização do montante principal será realizada em 5 anos , com carência de 36 meses sendo que o montante principal acumula juros a uma taxa de 116% do CDI ao ano Em 30 de setembro de 2009, o saldo devedor agregado era de R$ 356,4milhões.

- Em 30 setembro de 2009, a média da taxa de juros de nossos contratos de pré-pagamento era 6,81% ao ano e a média do vencimento era 4,53 anos.

Bonds

Notas de dívidas emitidas no exterior – 144A / Reg. S, as quais se destinaram à aquisição das unidades da Argentina e Uruguai. Tal modalidade foi captada em dólares norte-americanos, não possuindo garantias. O vencimento do principal é em novembro de 2016, com pagamentos semestrais de juros. Para maiores informações sobre os Bonds emitidos, vide a seção "Informações sobre Valores Mobiliários Emitidos e o Mercado de Negociação", na página 299 deste Prospecto.

Covenants Financeiros.

Estamos sujeitos a covenants financeiros segundo os termos de certos de contratos de financiamento. De acordo com os termos das notes emitidas pela nossa subsidiária Marfrig Overseas Limited e algumas de nossas linhas de crédito à exportação, estamos sujeitos a covenants que restringem a nossa habilidade de aumentar nosso endividamento, realizar garantias e pagar dividendos. Segundo os termos das notes, as condições para pagamento de dividendos são: não haver descumprimento contratual e sua continuidade; a manutenção de um interest coverage ratio (calculado como o EBITDA dividido por despesas financeiras) de pelo menos 1.5:1; e a manutenção do ratio entre dívida líquida e EBITDA de não mais do que 4:1. Ademais, as notes limitam o máximo de distribuições baseado em nosso lucro líquido acumulado desde 30 de setembro de 2006, ajustado para excluir ganhos não realizados ou perdas de variações cambiais, mudanças em práticas contábeis que não tenham efeitos de caixa e certos outros eventos. Não obstante a limitação, os termos e condições das notes não restringem a distribuição mandatória de dividendos conforme previsto na legislação brasileira ou de acordo com nosso estatuto.

Contratos Relevantes

Nós celebramos diversos contratos de financiamento com o BNDES, conforme descrito abaixo:

- Linhas de crédito BNDES Exim. É um programa do BNDES, cujo objetivo é a expansão das exportações brasileiras, mediante a criação de linha de crédito em condições competitivas com as linhas similares oferecidas no mercado internacional.. Em 30 de setembro, a média da taxa de juros dessas linhas de crédito era 10,18% por ano e a média do vencimento era 0,01 anos. Em 30 de setembro de 2009, o saldo devedor agregado era de R$6,3 milhões.

- Linhas de crédito BNDES Finem. É uma linha de crédito destinada a projetos de investimento, implantação e expansão da capacidade produtiva e modernização das companhias, includindo aquisições de novas máquinas e equipamentos novos de fabricação nacional, credenciados pelo BNDES, ou importados sem similar nacional, bem como capital de giro associado ao investimento, entre outros itens. Em julho de 2007, celebramos diversas linhas de crédito dessa modalidade com o BNDES, de acordo com as quais a amortização do montante principal será realizada em 60 parcelas mensais, sendo as últimas devidas em 2013. O montante principal acumula juros a taxas de juros que variam entre TJLP, mais 1,80% ao ano, e variações da taxa de câmbio mais 1,30% ao ano. Em 30 de setembro de 2009, a média da taxa de juros das linhas de crédito dessa modalidade era 8.05% ao ano e a média do vencimento era 3,39 anos. Em 30 de setembro de 2009, o saldo devedor agregado era de R$11,7 milhões.

Adicionalmente, celebramos contratos de financiamento nas modalidades FINEP/FINAME, conforme descrito abaixo:

- FINEP. Em março de 2007, celebramos um contrato de financiamento com FINEP, de acordo com o qual amortizações do montante principal serão realizadas em 49 parcelas

mensais, a partir de outubro de 2009, sendo a última parcela devida em outubro de 2013. O montante principal acumula juros a uma taxa de TJLP mais 1% ao ano. Em 30 de setembro de 2009, a média da taxa de juros dessa modalidade de linha de crédito era 7.25% ao ano e a média do vencimento era 4,06 anos. Em 30 de setembro de 2009, o saldo devedor agregado era de R$33,8 milhões.

- FINAME. Em 30 de setembro de 2009, a média da taxa de juros dessa modalidade de linha de crédito era 6,99% ao ano e a média do vencimento era 2,01 anos. Em 30 de setembro de 2009, o saldo devedor agregado era de R$6,4 milhões.

DERIVATIVOS

Estamos sujeitos a riscos de mercado relacionados a variações cambiais, flutuações das taxas de juros e a preços das *commodities*. Com o objetivo de minimizar esses riscos, dispomos de políticas e procedimentos para administrar tais exposições e pode utilizar instrumentos de proteção, desde que previamente aprovados pelo nosso Conselho de Administração.

Dentre as políticas estabelecidas destacamos: o acompanhamento dos níveis de exposição a cada risco de mercado; a mensuração dos mesmos; e a criação de limites para a tomada de decisão e utilização dos mecanismos de proteção, sempre visando minimizar a exposição cambial de sua dívida, fluxo de caixa e taxas de juros.

A Diretoria está autorizada a praticar todos e quaisquer atos dentre os abaixo indicados até o valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor do nosso patrimônio líquido, tomando por base sempre as últimas demonstrações contábeis divulgadas ao mercado, com a ressalva de que para os valores acima de 5% (cinco por cento), será necessária adicionalmente a autorização de nosso Comitê Financeiro.

Os atos mencionados no parágrafo anterior são: (a) Prestar garantia a obrigações de controladas e/ou subsidiárias integrais da Companhia; (b) aprovar aquisições e/ou alienações de bens do ativo permanente; (c) Aprovar a obtenção de operações financeiras, incluindo operações de "*leasing*"; e (d) Aprovar transação ou conjunto de transações envolvendo a Companhia e partes relacionadas, direta ou indiretamente.

Não praticamos operações alavancadas em derivativos ou instrumentos similares que não objetivem proteção mínima de sua exposição a outras moedas, com a política conservadora de não assumir operações que possam comprometer sua posição financeira.

Mantemos uma sólida política financeira, com manutenção de elevado saldo de caixa e aplicações financeiras de curto prazo, ao mesmo tempo em que concentra seu endividamento no longo prazo em vencimentos distribuídos de forma a não causar concentrações em um único ano.

Administração de risco de taxas de juros

Refere-se ao risco de sofrermos perdas econômicas devido a alterações adversas nas taxas de juros. Esta exposição se trata, principalmente, da mudança nas taxas de juros de mercado que afetem nossos passivos e ativos indexados pela taxa TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo do BNDES), LIBOR, ou CDI (Taxa de juros dos Certificados de Depósitos Interbancários).

Visando minimizar os custos de serviço da dívida, que em 30/09/2009 representava o montante de R$4.594,9 milhões, monitoramos continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Administração de risco de preços de commodities

Em nossas atividades efetivamos a compra de certas *commodities* como: milho, farelo de soja, gado e suínos vivos, os quais são os maiores componentes individuais do custo de produção e estão sujeitos a determinadas variáveis.

O preço do gado e suínos adquiridos de terceiros está diretamente relacionado às condições de mercado, sofrendo influência da disponibilidade interna e níveis de demanda no mercado internacional.

No tocante ao milho e farelo de soja, os mesmos estão sujeitos à volatilidade gerada pelas condições climáticas, rendimento de safra, custos com transportes, custos com armazenagem, política agrícola, taxas de câmbio, cotação internacional e outras.

No intuito de diminuir o impacto das *commodities*, administramos os níveis de estoque, mantemos confinamento de bovinos e quando julgamos apropriado, negociamos contratos de Boi Gordo na BM&FBOVESPA.

No período de nove meses findo em 30 de setembro 2009 não contratamos derivativos relacionados a *commodities*.

Administração de risco cambial

Trata-se do risco de que alterações das taxas de câmbio de moeda estrangeira possam nos causar fazer com que a Companhia incorra em prejuízos, levando a uma redução dos valores dos nossos ativos ou aumento dos valores das nossas obrigações. A principal exposição à qual estamos sujeitosa Companhia está sujeita, no tocante às variações cambiais, se refere à flutuação do dólar dos EUA em relação ao real.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009, com aproximadamente 76,0% das receitas da Companhia foram originadas em outras moedas que não o real, a Companhia possui um "*hedge*" natural para fazer frente aos vencimentos de suas futuras obrigações em moeda estrangeira.

Efetuamos operações de valor não relevante de *hedge*, principalmente para cobrir riscos cambiais relacionados a contas a receber expressas em moedas estrangeiras, a financiamentos e empréstimos e investimentos; através de instrumentos de derivativos, tais como contratos de *swap* de moedas e taxas de juros (dólar para Real, dólar para CDI, LIBOR para CDI) e contratos de futuros negociados na BM&FBOVESPA.

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Em 30 de setembro de 2009, nossas obrigações contratuais de pagamento somavam R$ 4.746,4 milhões, sendo que: (i) R$4.594,9 milhões se referiam a endividamento bancário; e (ii) R$151,5 milhões se referiam a saldo remanescente de investimentos e em relação à aquisição de plantas.

A tabela abaixo apresenta o saldo remanescente de nossas obrigações contratuais de pagamento em 30 de setembro de 2009:

	Vencimento por período				
	Total	**2009**	**2010**	**2011**	**De 2012 a 2016**
			(em milhões de R$)		
Endividamento bancário	4.594,9	284,0	1.229,4	997,1	2.084,5
Títulos a pagar	151,5	6,5	77,8	32,3	34,8
Total de obrigações contratuais	**4.746,4**	**290,5**	**1.307,2**	**1.029,4**	**2.119,3**

CAPACIDADE DE PAGAMENTO DE NOSSAS DÍVIDAS

Atualmente, possuímos um endividamento significativo e também poderemos incorrer em dívidas maiores no futuro. Em 30 de setembro de 2009, possuíamos R$ 4.594,9 milhões de dívidas totais, dos quais aproximadamente 25,3% ou R$1.164,7 milhões eram em reais e aproximadamente 74,6% ou R$3.429,7 milhões eram denominados em dólar. Além disso, R$0,5 milhão do endividamento era denominado em pesos.

Nos últimos três anos, financiamos parcela de nossas atividades com endividamento e a nossa capacidade de pagamento de nossas dívidas está atrelada à nossa capacidade de captar recursos por meio de dívida ou aumentos de capital. A impossibilidade de incorrer em dívidas adicionais pode impedir a nossa capacidade de investir em nosso negócio e de fazer dispêndios de capital necessários ou aconselháveis, o que pode reduzir as nossas vendas futuras e afetar negativamente nossa condição financeira. Além disso, os recursos necessários para cumprir com as obrigações de pagamento dos empréstimos tomados podem reduzir a quantia disponível para dispêndios de capital o que poderá prejudicar nossos resultados operacionais.

Se o nosso fluxo de caixa operacional não crescer como esperamos ou desacelerar ou diminuir de modo significativo, por qualquer razão, nós poderemos não ser capazes de cumprir com as nossas obrigações de pagamento de dívidas. Se não formos capazes de cumprir com nossas obrigações, podemos ter que renegociar nossas obrigações ou buscar capital adicional ou até vender nossos ativos. Em um cenário desses, poderemos ser incapazes de obter financiamentos ou vender nossos ativos em termos satisfatórios ou mesmo vendê-los podendo, dessa forma, prejudicar os nossos resultados operacionais.

Nossas disponibilidades em 30 de setembro de 2009 eram de R$ 1.277,1 milhões e eram superiores em 7,6% aos empréstimos e financiamentos de curto prazo de R$ 1.187,3 milhões. Considerando o perfil de nosso endividamento e nossa capacidade e histórico de captação de recursos e de geração de caixa em dólares norte-americanos, libras esterlinas e em Reais, acreditamos que não teremos dificuldade de honrar nossos compromissos, através de uma combinação de fontes, tais como disponibilidades, geração de caixa decorrente de nossas operações, ofertas de títulos de dívida ou capital e/ou financiamento junto aos nossos fornecedores.

Acreditamos, ainda, que os investimentos realizados durante os últimos anos, acrescidos aos investimentos que pretendemos realizar nos próximos anos (parte dos quais financiados com os recursos líquidos a serem obtidos com a presente Oferta), permitirão que aumentemos nossa geração de caixa, o que poderá fortalecer gradualmente nossas métricas de fluxo de caixa e de crédito e melhorará nossa capacidade de honrar nossos compromissos.

OPERAÇÕES NÃO REGISTRADAS CONTABILMENTE

Não mantemos quaisquer operações, contratos, obrigações ou outros tipos de compromisso em empresas não consolidadas ou outras operações passíveis de gerar um efeito relevante, presente ou futuro, na nossa condição financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, gastos com capital ou recursos de capital, não registrados no nosso balanço patrimonial.

EBITDA

De acordo com o OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP nº 01/2007, item 1.9.7, a medição EBITDA ou Lajida é o lucro antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização (Ebitda – *earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*) . O EBITDA apresentado é utilizado por nós para medir o nosso desempenho econômico operacional. Conforme referido Ofício Circular, o EBITDA pode ser reconciliado com as demonstrações financeiras como segue: lucro (prejuízo) líquido antes de imposto de renda e contribuição social, resultado de participações não consolidadas, resultado financeiro líquido, resultado não operacional líquido, participação de acionistas não controladores, depreciação e amortização, sendo essa a reconciliação utilizada por nós para o cálculo do EBITDA. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. Outras empresas podem calcular EBITDA numa maneira diferente de nós. Nossa Companhia divulga seu EBITDA, pois o utiliza como métrica de desempenho e o considera uma medida útil por ser frequentemente utilizado por analistas de mercado de capitais, investidores e outras partes interessadas na avaliação de empresas em nosso mercado. Em razão de não serem consideradas, para o seu cálculo, as despesas e receitas com juros (financeiras), o imposto de renda e a contribuição social, e a depreciação e amortização, o EBITDA funciona como um indicador de nosso desempenho econômico geral, que não é afetado por flutuações nas taxas de juros, alterações da carga tributária do imposto de renda e da contribuição social ou dos níveis de depreciação e amortização. Consequentemente, acreditamos que o EBITDA funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, nosso desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Acreditamos que o EBITDA permite uma melhor compreensão não só sobre o nosso desempenho financeiro, como também sobre a nossa capacidade de cumprir com nossas obrigações passivas e de obter recursos para nossas despesas de capital e para nosso capital de giro. O EBITDA, no entanto, apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de nossa lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes de nossos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os nossos lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

A tabela abaixo apresenta o EBITDA e a Margem EBITDA da Companhia nos períodos indicados:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			Período de nove meses findo em 30 de setembro de	
	2006	2007	2008	2008	2009
	(Em milhões de R$, exceto se informado de outra forma)				
Lucro (prejuízo) líquido do exercício / período	64,3	85,0	(35,5)	38,8	567,4
Juros sobre capital próprio	(14,3)	(41,3)			
Imposto de renda e contribuição social	18,9	28,1	(211,9)	26,0	112,5
Resultado não operacional	-	2,0	-	0,7	-
Resultado financeiro líquido	161,7	257,0	961,1	284,9	(262,0)
Depreciação e amortização	18,3	47,0	159,8	78,0	194,4
Participações dos minoritários	(1,3)	2,4	10,8	9,3	7,3
EBITDA[(1)]	247,6	380,2	884,3	437,7	619,5
Margem EBITDA[(2)]	11,6%	11,4%	14,3%	11,5%	8,8%

(1) De acordo com o OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP nº 01/2007, item 1.9.7, a medição EBITDA ou Lajida é o lucro antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização (Ebitda – *earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*) . O EBITDA apresentado é utilizado por nós para medir o nosso desempenho econômico operacional. Conforme referido Ofício Circular, o EBITDA pode ser reconciliado com as demonstrações financeiras como segue: lucro (prejuízo) líquido antes de imposto de renda e contribuição social, resultado de participações não consolidadas, resultado financeiro líquido, resultado não operacional líquido, participação de acionistas não controladores, depreciação e amortização, sendo essa a reconciliação utilizada por nós para o cálculo do EBITDA. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. Outras empresas podem calcular EBITDA numa maneira diferente de nós. Nossa Companhia divulga seu EBITDA, pois o utiliza como métrica de desempenho e o considera uma medida útil por ser frequentemente utilizado por analistas de mercado de capitais, investidores e outras partes interessadas na avaliação de empresas em nosso mercado. Em razão de não serem consideradas, para o seu cálculo, as despesas e receitas com juros (financeiras), o imposto de renda e a contribuição social, e a depreciação e amortização, o EBITDA funciona como um indicador de nosso desempenho econômico geral, que não é afetado por flutuações nas taxas de juros, alterações da carga tributária do imposto de renda e da contribuição social ou dos níveis de depreciação e amortização. Consequentemente, acreditamos que o EBITDA funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, nosso desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Acreditamos que o EBITDA permite uma melhor compreensão não só sobre o nosso desempenho financeiro, como também sobre a nossa capacidade de cumprir com nossas obrigações passivas e de obter recursos para nossas despesas de capital e para nosso capital de giro. O EBITDA, no entanto, apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de nossa lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes de nossos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os nossos lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

(2) EBITDA dividido pela receita líquida operacional.

AVALIAÇÃO QUALITATIVA E QUANTITATIVA DOS RISCOS DE MERCADO

Estamos expostos a riscos de mercados decorrentes de nossas atividades econômicas normais. Esses riscos de mercado, que fogem ao nosso controle, envolvem principalmente a possibilidade de que mudanças de taxas de juros, taxas de câmbio e taxas de inflação prejudiquem o valor de nossos ativos e passivos financeiros ou fluxos de caixa e lucros futuros.

Risco Cambial

Grande parte de nossas dívidas é denominada em dólares Norte-Americanos, o que nos expõe a riscos cambiais. Para compensar parcialmente o risco de eventual desvalorização do Real em relação ao dólar Norte-Americano e para efeito de gestão de riscos, tentamos reduzir nossa exposição cambial através da exportação de produtos de carne bovina, o que gera contas a receber que são pagas em moedas estrangeiras. Eventualmente, celebramos contratos de derivativos para nos protegermos de variações cambiais relativas a obrigações contratuais específicas.

Não praticamos operações alavancadas de derivativos ou instrumentos similares que não objetivem nos proteger contra nossa exposição a moedas estrangeiras. Temos uma política conservadora de não realizamos operações que possam comprometer nossa posição financeira.

Como aproximadamente 76% de nossa receita operacional líquida sendo originada de outra moeda que não o real no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009, acreditamos possuir um *hedge* natural para fazer frente aos vencimentos de nossas futuras obrigações em moeda

estrangeira. Além disso, temos uma sólida política financeira, com manutenção de elevado saldo de caixa e aplicações financeiras de curto prazo em instituições de primeira linha.

Risco Relativo a Preços de Commodities

A disponibilidade e os preços de gado e carne bovina oscilam significativamente devido a fatores imprevisíveis, tais como o clima, programas e políticas governamentais para a área agrícola em todo o mundo, mudanças na demanda mundial, variações de tamanho do gado fornecido pelos produtores, o custo relativo das rações, doenças do gado e mudanças de padrão de vida.

Risco Relativo a Taxas de Juros

Parte das nossas dívidas está sujeitas a taxas de juros variáveis, tais como a TJLP, o CDI e a LIBOR, que podem aumentar o custo de nosso financiamento. Desse modo, nossos resultados operacionais são afetados pelas mudanças dessas taxas, de modo que seu possível aumento pode resultar em aumento de custos e do serviço da dívida.

EVENTOS SUBSEQUENTES A 30 DE SETEMBRO DE 2009

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 08 de outubro de 2009, fora aprovado o aumento do limite do capital autorizado da Companhia, para 500.000.000 (quinhentos milhões) de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, incluído o atual Capital Social da Companhia. Dessa forma, a Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração, poderá aumentar seu capital social, independentemente de reforma estatutária, dentro do limite do capital autorizado de 500.000.000 (quinhentos milhões) de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, incluído o atual Capital Social da Companhia.

Aquisição da Seara

Apresentamos abaixo, exclusivamente para fins informativos, determinadas informações operacionais relativas à Seara, que foram obtidas com base em informações publicamente disponíveis e representam o nosso melhor conhecimento e a expectativa da nossa administração sobre essas informações. Entretanto, essas informações não foram independentemente verificadas por nós e, portanto, não se deve confiar nelas como sendo necessariamente indicativas dos negócios da Seara. Para maiores informações sobre os riscos envolvidos na Aquisição, vide a seção "Fatores de Risco – Riscos Relacionados ao Setor e aos Nossos Negócios", na página 111 deste Prospecto.

Em 14 de setembro de 2009 firmamos um compromisso irrevogável de compra e venda para aquisição da totalidade do negócio brasileiro de proteínas animais (aves, suínos e industrializados) da Cargill Inc. representado pela Cargill Alimentos S.A. e por afiliadas na Europa e na Ásia, incluindo a Seara e a marca SEARA (em conjunto referenciadas como Seara) no Brasil e no Exterior, 8 plantas no segmento de produtos processados de valor adicionado e industrializados de aves e suínos e um terminal portuário. Com esta aquisição incorporaremos dentre outros os seguintes ativos aos nossos negócios:

- 7 unidades industriais de aves com a capacidade de abate de 1,2 milhão de aves por dia e 2 unidades industriais de suínos com a capacidade de abate de 6.200 cabeças ao dia;
- 3 plantas de industrializados e processados de valor adicionado com a capacidade de produção de 16.400 toneladas por mês;
- terminal portuário privativo para cargas frigoríficas e cargas secas (Braskarne) em Itajaí;
- marca Seara e demais marcas operadas neste segmento; e

- operações de distribuição e comercialização no exterior, localizadas no Reino Unido, Japão e Singapura, detentoras de quotas de exportação e importação a partir do Brasil para diversos países.

O valor da Aquisição é de US$900,0 milhões, sendo que US$706,2 milhões deverão ser pagos à vista na data de conclusão da Aquisição e US$193,8 milhões representam dívidas que nós assumiremos. O valor a ser pago à vista poderá ser ajustado por conta de eventuais contingências e para refletir flutuações do capital de giro entre a 31 de maio de 2009 e a data de fechamento. Em outubro de 2009 foi concluído o procedimento de auditoria legal da Seara. Como resultado deste procedimento, ficou acordado que haverá um ajuste de preço em favor da Marfrig de um valor entre US$ 13,0 milhões e US$ 14,0 milhões, dependendo da realização de acordo pela Cargill para o encerramento de determinados processos judiciais. Este ajuste é independente de potenciais outros ajustes relativos à posição de capital de giro da Seara, que ocorrerão anteriormente à transferência das ações da Seara e suas subsidiárias para a Companhia, e que não foram calculados ainda. Esperamos que tanto o ajuste relativo à diligência legal da Seara, quanto o ajuste relativo à posição de capital de giro da Seara sejam realizados simultaneamente.

A conclusão da Aquisição está sujeita a verificação de determinadas condições e à aprovação dos órgãos do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e aos órgãos competentes na União Europeia, de modo que não podemos garantir se e quando a Aquisição será concluída.

Segunda dados da AC Nielsen, ABIPECS e ABEF, acreditamos que após essa aquisição seremos a segunda maior companhia brasileira no mercado de exportação de aves e suínos e uma das maiores no mercado interno desse segmento.

Não possuímos informações completas que nos permita estimar os efeitos que a Aquisição terá sobre os nossos negócios e sobre a nossa situação financeira. Contudo, uma vez concluída a Aquisição, nossa receita líquida e nossos ativos aumentarão significativamente e a nossa dívida líquida também poderá aumentar. Consideramos que a Aquisição poderá afetar de modo significativo a nossa condição financeira, o nosso desempenho financeiro e os nossos negócios.

Em observância às regras societárias brasileiras, as demonstrações financeiras auditadas da Seara para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 foram publicadas no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, na edição de 30 de abril de 2009 nas páginas 147 a 150 e estão disponíveis na rede mundial de computadores no seguinte endereço http://www.ioesc.sc.gov.br/diariooficial.htm, bem como no seguinte endereço http://www.mzweb.com.br/marfrig/web/arquivos/Marfrig_DF_Seara_20091104_pt.pdf. De acordo com tais demonstrações financeiras, a Seara apresentou uma receita operacional líquida consolidada de R$2.886,9 milhões e um prejuízo de R$72,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 e possuía, em 31 de dezembro de 2008, um ativo total consolidado de R$1.812,7 milhões.

O Banco Bradesco S.A. emitiu carta fiança no valor de US$706.217.001,00 (setecentos e seis milhões, duzentos e dezessete mil e um dólares norte-americanos), garantindo o pagamento da Aquisição. Para maiores informações vide a seção "Informações Relativas à Oferta – Relacionamento entre Nós e o Coordenador Líder", na página 88 deste Prospecto.

A operação de aquisição da Seara será submetida à aprovação dos órgãos do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e aos órgãos de defesa da concorrência da Comunidade Européia que poderá rejeitar a operação de compra e venda, caso em que a Companhia arcará com todas as responsabilidade decorrente do contrato, sendo que não será atribuída responsabilidade à Cargill Inc. por esta decisão, para maiores informações sobre os riscos envolvidos ver seção "Fatores de Risco", na página deste Prospecto 109.

Em 31 de dezembro de 2008, a SEARA possuía financiamentos e empréstimos de curto prazo no valor de R$177,4 milhões e financiamentos e empréstimos de longo prazo no valor de R$219,0 milhões. Naquela data, sua posição de caixa e equivalentes era de R$7,7 milhões.

Grupo Zenda

Firmamos em 19 de setembro de 2009 um contrato vinculante para aquisição inicial de 51% do Grupo Zenda e os restantes 49% até 31 de julho de 2013.

Com sede no Uruguai, o Grupo Zenda industrializa e comercializa couro de alta qualidade desde 1890 nos mercados doméstico e de exportação do Uruguai e em cada país onde atua, produzindo, fornecendo e comercializando couros semi-acabados, acabados e cortados, com ênfase nas indústrias automobilística e de aviação, além da indústria de tapeçaria.

No ano de 2008, o Grupo Zenda obteve um faturamento da ordem de US$ 177 milhões. O Grupo tem a capacidade diária de produção de até 7.000 couros acabados e cortados, possui sede no Uruguai e tem unidades na Argentina, México, Estados Unidos, Alemanha, África do Sul, Chile, Hong Kong, China e Panamá.

A diretoria e os corpos técnico, operacional e comercial do Grupo Zenda permanecerão no Grupo Zenda. A Companhia acredita que sinergias nesta operação, obtidas pela expansão de capacidade e pelo maior valor adicionado às suas operações com couro bovino no Uruguai e na Argentina.

O valor estimado para a aquisição de 51% de participação é de US$ 49,5 milhões, a ser ajustado após o processo de diligência a ser realizado e o saldo a ser pago pelos demais 49% será o equivalente a 7 vezes o EBITDA anual médio entre 2010 e 2012, menos a dívida líquida conforme definida no contrato vinculante para aquisição do Grupo Zenda multiplicado por 49% mais a soma adicional, conforme definida no contrato vinculante para aquisição do Grupo Zenda. Durante esse período os lucros serão repartidos proporcionalmente às participações detidas pelo Grupo Marfrig e pelos vendedores do Grupo Zenda.

Novos Arrendamentos para produção de processados de carne bovina no Brasil

Firmamos, em 21 de setembro de 2009, contratos de arrendamento com opção de compra com os frigoríficos Margen S.A. e Mercosul S.A. para o arrendamento de 12 plantas frigoríficas localizadas nos estados brasileiros de Goiás, Pará, Rondônia, Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio Grande do Sul que, juntas, possuem capacidade de abate de 8,8 mil cabeças de gado/dia, além de 1,7 mil toneladas de produtos industrializados/mês. A conclusão destes arrendamentos está condicionada a autorizações legais e processo de *due diligence*.

Parceria Comercial e Logística com o Grupo Martins

Em 18 de setembro de 2009, assinamos um protocolo de intenções com o Grupo Martins que visa compartilhar os canais de distribuição e logística do Grupo Martins com o Grupo Marfrig com um prazo anual que poderá ser prorrogado por 5 anos adicionais. A parceria tem como objetivos ampliar a distribuição e a penetração de nossos produtos, reduzir custos administrativos de gestão dos recebíveis de nossos clientes do *food service* e oferecer maior comodidade e conveniência a todos os consumidores de nossos produtos.

A parceria entre o Grupo Martins e o Grupo Marfrig consiste, dentre outros benefícios, em o Grupo Marfrig oeferecer produtos do Grupo Martins a clientes do Grupo Marfrig, enquanto o Grupo Marfrig se utilizará da rede de distribuição e logística do Grupo Martins para entrega de produtos Marfrig a clientes Marfrig.

Esta parceria está em linha com nossa estratégia de expandir nossa atuação no segmento de *food service*, ampliando nossa atuação geográfica no Brasil e atingindo novos consumidores com os produtos provenientes de nossa plataforma de operação em bovinos, aves, suínos e ovinos do Brasil e do Exterior.

O Grupo Martins é um dos maiores distribuidores atacadistas do Brasil, atuando no mercado desde 1953. Possui três centrais de armazenagem (Uberlândia, João Pessoa e Manaus) e 39 centros de distribuição avançada espalhados pelo país, além de uma frota própria de 1.170 veículos e frota terceirizada de 200 veículos. A Martins oferece mais de 16 mil itens alimentícios e não alimentícios aos seus clientes, que são basicamente pequenos e médios varejistas. Conta com uma carteira de 260 mil clientes ativos e de 5,8 mil representantes comerciais autônomos que são responsáveis por gerar uma média de 3 milhões de pedidos por ano.

VISÃO GERAL DO SETOR

O SETOR MUNDIAL DE CARNE BOVINA

Consumo

A carne bovina é uma fonte de nutrição rica em proteínas e o tipo de carne mais consumido do mundo depois das carnes suína e avícola. Segundo a USDA, em 2008 consumiram-se mundialmente cerca de 57,8 milhões de toneladas de carne bovina. Os maiores consumidores de carne bovina do mundo são os Estados Unidos, seguido pela União Europeia, Brasil e China. A Argentina é o quinto maior consumidor de carne bovina do mundo, porém, em termos *per capita*, é o maior consumidor com cerca de 69 Kg de carne *per capita*/ano, segundo a USDA. Abaixo, os maiores consumidores *per capita* de carne bovina:

	Consumo *Per capita* de Carne Bovina (Kg/ano)				
País	**2005**	**2006**	**2007**	**2008 (p)**	**2009 (e)**
Argentina	62,6	64,4	69,2	69,3	65,6
Uruguai	55,5	53,4	51,7	54,6	52,4
EUA	42,8	43,0	42,6	41,2	40,7
Brasil	36,0	36,4	36,8	37,2	37,3
Austrália	37,5	36,5	34,7	34,7	34,7
Canadá	33,3	33,3	32,4	32,2	31,7
Nova Zelândia	22,7	31,1	29,8	27,6	27,3
México	22,7	23,3	23,6	24,1	24,1
Rússia	17,1	16,3	16,6	16,3	16,3
Hong Kong	15,1	15,1	15,6	16,2	16,2
UE - 27	16,1	16,3	16,3	16,0	15,9
África do Sul	14,8	15,5	14,5	14,2	14,2
Coreia do Sul	9,2	10,3	10,8	11,6	12,2
Ucrânia	11,2	11,7	10,9	10,4	10,8
Japão	9,3	9,1	9,3	9,3	9,4

Fonte: USDA; (p) preliminar; (e) estimado

Apesar do consumo mundial de carne bovina ter se mantido estável nos últimos anos, prevê-se um crescimento no médio e longo prazo, segundo estudo da FAO. O crescimento da população mundial e o aumento da renda em países em desenvolvimento devem impulsionar o consumo mundial de carne bovina nos próximos anos já que o consumo *per capita* de carne bovina é fortemente correlacionado com o crescimento econômico. Além disso, acreditamos que o consumo de carne bovina aumentará em todo o mundo conforme diminuam, de modo geral, as preocupações sanitárias com o produto, incluindo BSE e a febre aftosa, e também as preocupações com a saúde mediante a consolidação dos benefícios do valor nutritivo da carne bovina nos grandes mercados consumidores.

A tabela abaixo ilustra o consumo de carne bovina nos países indicados nos anos de 2005 a 2010 (estimado):

Consumo Mundial de Carne Bovina (em milhares de toneladas)

	2005	2006	2007	2008	2009 (p)	2010 (e)
EUA	12.664	12.833	12.829	12.452	12.310	12.158
EU-27	8.550	8.649	8.690	8.352	8.310	8.280
Brasil	6.795	6.969	7.144	7.252	7.410	7.445
China	5.614	5.692	6.065	6.080	5.751	5.530
Argentina	2.451	2.553	2.771	2.732	2.642	2.420
Índia	1.633	1.694	1.735	1.853	1.985	2.095
Rússia	2.492	2.361	2.392	2.441	1.968	2.033
México	2.028	1.894	1.961	1.966	1.880	1.920
Paquistão	1.009	1.090	1.132	1.174	1.232	1.256
Japão	1.188	1.159	1.182	1.174	1.189	1.195
Canadá	1.026	1.023	1.068	1.034	1.080	1.090
Outros	10.382	10.887	10.978	10.940	10.359	10.550
Total	**55.832**	**56.804**	**57.947**	**57.450**	**56.116**	**55.972**

Fonte: USDA; (p) preliminar; (e) estimado

Fonte: USDA; (p) preliminar; (e) estimado

Produção

Com um rebanho de cerca de 179,8 milhões de cabeças de gado em 2008 (USDA dados preliminares), o Brasil possui o maior rebanho do mundo para fins comerciais. A Índia, apesar de ter o maior rebanho do mundo, não cria um número significativo de cabeças de gado para fins comerciais por razões religiosas. Abaixo, a relação de alguns países com os rebanhos significativos ao redor do mundo:

Rebanho Bovino Mundial (em milhares de cabeças de gado)

	2005	2006	2007	2008	2009 (p)	2010 (e)
Índia	282.500	282.300	282.000	281.700	281.400	281.100
Brasil	169.567	172.111	173.830	175.437	179.788	185.243
China	112.354	109.908	104.651	105.948	105.722	104.900
EUA	94.018	96.342	96.573	96.035	94.491	93.000
EU-27	89.319	89.672	88.463	89.043	88.945	88.630
Argentina	53.767	54.266	55.664	55.662	54.260	50.158
Colômbia	27.370	28.452	29.262	30.095	30.775	31.167
Austrália	27.270	27.782	28.400	28.040	27.321	27.436
México	24.309	23.669	23.316	22.850	22.700	22.168
Rússia	21.100	19.850	19.000	18.370	17.900	17.464
Canadá	14.925	14.655	14.155	13.895	13.180	12.820
Outros	77.513	77.121	76.743	70.738	60.790	42.604
Total	**994.012**	**996.128**	**992.057**	**987.813**	**977.272**	**956.690**

Fonte: USDA; (p) preliminar; (e) estimado

Fonte: USDA; (p) preliminar; (e) estimado

Os Estados Unidos são o maior produtor mundial de carne bovina. A expectativa é de que produção de carne bovina continue aumentando ao redor do mundo acompanhando a demanda pela carne. A tabela abaixo ilustra a produção mundial de carne bovina de alguns países entre o período de 2005 a 2010 (estimado):

Produção Mundial de Carne Bovina (em milhares de toneladas)

	2005	2006	2007	2008	2009 (p)	2010 (e)
EUA	11.318	11.980	12.096	12.163	11.816	11.631
Brasil	8.592	9.025	9.303	9.024	8.935	9.290
EU-27	8.090	8.150	8.188	8.090	8.000	7.950
China	5.681	5.767	6.134	6.132	5.764	5.530
Argentina	3.200	3.100	3.300	3.150	3.200	2.800
Índia	2.250	2.375	2.413	2.525	2.660	2.795
Austrália	2.102	2.183	2.172	2.159	2.100	2.075
México	1.725	1.550	1.600	1.600	1.625	1.630
Canadá	1.470	1.329	1.278	1.288	1.300	1.275
Rússia	1.525	1.430	1.370	1.315	1.280	1.265
Paquistão	1.005	1.057	1.113	1.168	1.226	1.250
Outros	9.325	9.590	9.392	9.436	8.876	8.914
Total	**56.283**	**57.536**	**58.359**	**58.050**	**56.782**	**56.405**

Fonte: USDA; (p) preliminar; (e) estimado

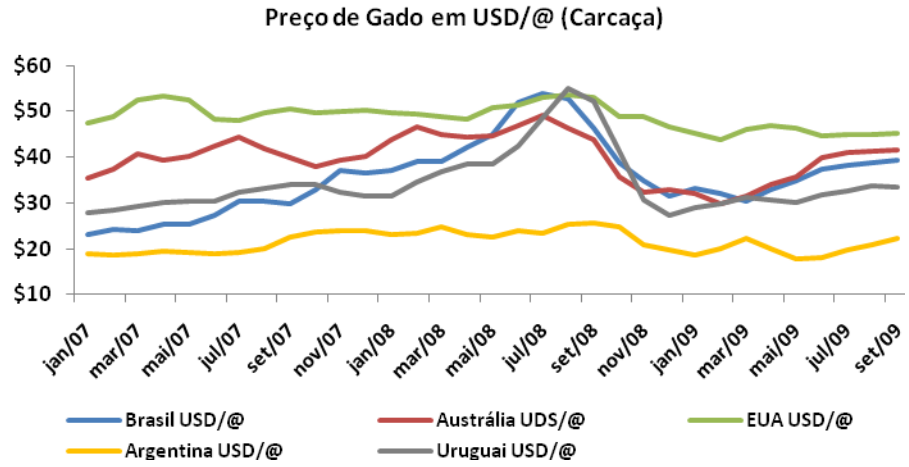
A taxa de abate ou taxa de desfrute é a relação entre o número de cabeças de gado abatidas e o tamanho do rebanho em um período de um ano . A tabela abaixo mostra as taxas anuais de abate em alguns países entre 2005 a 2009 (estimado):

Taxa de Abate de bovinos

País	2005	2006	2007	2008 (p)	2009 (e)
Rússia	42,7%	41,9%	41,8%	41,3%	41,4%
China	36,9%	38,4%	41,7%	41,2%	40,2%
EUA	35,4%	35,9%	36,5%	36,7%	36,2%
UE - 27	32,7%	32,6%	32,6%	32,3%	33,1%
Austrália	31,2%	31,7%	31,5%	31,3%	30,4%
Argentina	27,2%	25,2%	27,3%	26,6%	25,7%
México	23,1%	24,1%	24,8%	24,9%	24,7%
Brasil	23,3%	24,0%	24,4%	23,1%	22,5%
África do Sul	22,5%	23,9%	22,4%	22,1%	22,2%
Colômbia	13,6%	13,7%	13,6%	13,3%	13,0%
Índia	7,9%	8,3%	8,4%	8,6%	8,6%

Fonte: USDA; (p) preliminar; (e) estimado

O gráfico abaixo apresenta dados históricos de preços de gado nos principais países produtores de carne bovina no mundo. Os preços foram convertidos em dólares norte-americanos para efeito de comparação, apresentando, dessa forma, influência da variação cambial nos preços apresentados.



Fontes:

Brasil: CEPEA-ESALQ (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz)
Argentina: SAGPYA (Secretaria de Agricultura, Ganaderia, Pesca Y Alimentos)
Uruguai: INAC (Instituto Nacional de Carnes)
EUA: USDA (United States Department of Agriculture)
Austrália: ABARE (Australian Bureau of Agricultural and Resource Economics)
Locais onde os preços são relacionados ao animal vivo estão convertidos ao rendimento de carcaça de 52,7% para efeito de equivalência.
Nos EUA o aproveitamento da carcaça corresponde a 60,7% aproximadamente.

Elaboração: Marfrig

Exportação

Segundo relatório da FAO, as exportações de carne bovina crescerão nos próximos anos para acompanhar a crescente demanda mundial, principalmente em países em desenvolvimento. Desde 2004, o Brasil é o maior exportador de carne bovina do mundo, com a Austrália e os EUA em seguida. A tabela abaixo mostra os maiores exportadores de carne bovina do mundo no período entre 2005 a 2010 (estimado):

Exportações Mundiais de Carne Bovina (em milhares de toneladas)

	2005	**2006**	**2007**	**2008**	**2009 (p)**	**2010 (e)**
Brasil	1.845	2.084	2.189	1.801	1.555	1.870
Austrália	1.388	1.430	1.400	1.407	1.390	1.350
EUA	316	519	650	856	785	837
Índia	617	681	678	672	675	700
Nova Zalândia	577	530	496	533	525	517
Canadá	596	477	457	494	475	490
Argentina	754	552	534	422	560	390
Uruguai	417	460	385	361	310	360
Paraguai	193	240	206	233	210	230
EU-27	253	218	140	203	160	160
Nicarágua	59	68	83	89	90	95
Outros	300	244	353	419	375	207
Total	**7.315**	**7.503**	**7.571**	**7.490**	**7.110**	**7.206**

Fonte: USDA; (p) preliminar; (e) estimado

Importação

Atualmente, os Estados Unidos e a Rússia são os países que mais importam carne bovina. Nos próximos anos, a tendência é de que a União Europeia, que hoje é a quarta maior importadora de carne bovina do mundo, aumente suas importações do produto conforme os pecuaristas da União Europeia sejam obrigados a reduzir sua produção para se adequarem aos regulamentos do bloco (Fonte: USDA). A tabela abaixo mostra os países que mais importaram carne bovina no mundo de 2005 a 2010 (estimado):

Importações Mundiais de Carne Bovina (em milhares de toneladas)

	2005	**2006**	**2007**	**2008**	**2009 (p)**	**2010 (e)**
EUA	1.632	1.399	1.384	1.151	1.254	1.304
Rússia	978	939	1.030	1.137	700	780
Japão	686	678	686	659	672	678
EU-27	711	717	642	465	470	490
México	335	383	403	408	300	335
Vietnã	20	29	90	200	250	300
Coréia do Sul	250	298	308	295	290	295
Canadá	151	180	242	230	270	290
Egito	215	313	361	195	150	175
Chile	200	124	151	129	145	155
Hong Kong	88	89	90	118	145	155
Outros	1.527	1.687	1.840	1.941	1.793	1.700
Total	**6.793**	**6.836**	**7.227**	**6.928**	**6.439**	**6.657**

Fonte: USDA; (p) preliminar; (e) estimado

_____
Fonte: USDA; (p) preliminar; (e) estimado

Competitividade

A competitividade de um produtor de carne bovina no mercado internacional sofre impacto significativo de sua estrutura de custos. Os dois principais componentes da estrutura de custos do setor são: o custo de matérias-primas e de industrialização. O custo efetivo líquido de um produtor leva em conta a receita gerada pela venda de subprodutos da produção de carne bovina, tais como o couro acabado (wet blue) e os miúdos. A competitividade de uma planta no mercado internacional também é afetada pelos custos de transporte e distribuição. Segundo a ABIEC, o custo de produção do bovino brasileiro se situa entre os mais baixos do mundo, o que traz uma grande vantagem competitiva.

A receita gerada pela venda de subprodutos comestíveis e não comestíveis extraídos do gado após o abate é um fator importante de redução de custos operacionais líquidos de produtores de carne bovina. A receita dessas vendas, geralmente chamadas "quinto quarto," pode ser substancial e, em determinados casos, pode cobrir grande parte dos custos fixos de operação de abatedouro. Os produtos do "quinto quarto" podem ser divididos nas seguintes categorias: carne de linguiça branca, carne de linguiça vermelha (fígado, coração e língua), outras carnes de linguiça (pâncreas, intestino e estômago), gorduras e outros (sangue, ossos e couros).

Restrições Comerciais e Riscos Sanitários

O mercado internacional de carne bovina é dividido entre o bloco do Pacífico (América do Norte, América Central, Austrália, Nova Zelândia e Extremo Oriente) e o bloco do Atlântico (Europa, África,

Oriente Médio e América do Sul). Essa divisão reflete vínculos históricos e geográficos, assim como determinados critérios de caráter sanitário. O bloco do Pacífico proíbe importações de carne bovina (exceto produtos industrializados e pré-cozidos) de países ou regiões onde há programas ativos de vacinação contra febre aftosa. A Europa permite a importação de carne *in natura* de determinadas regiões de países que já foram afetados pela febre aftosa, desde que as regiões exportadoras desses países não tenham sido diretamente afetadas. Contudo, a União Europeia restringiu o livre comércio de carne bovina *in natura* mediante um sistema de cotas de importação e também baniu a importação de carne bovina tratada com hormônios e esteróides anabolizantes. Portanto, a União Europeia restringe a carne bovina dos Estados Unidos, que é tratada com hormônios para promover seu crescimento, citando preocupações com questões de saúde.

Em 2008, a União Europeia restringiu a importação da carne bovina brasileira alegando falhas no sistema de rastreabilidade (isto é, no registro e identificação do rebanho bovino e bubalino do território nacional possibilitando o rastreamento do animal desde o nascimento até o abate, disponibilizando relatórios de apoio à tomada de decisão quanto à qualidade do rebanho nacional e importado). Durante o ano de 2008, foram realizadas diversas visitas técnicas de autoridades europeias com o objetivo de inspecionar e avaliar o sistema de rastreabilidade brasileiro. Segundo a ABIEC, até agosto de 2009, aproximadamente 1.400 fazendas foram habilitadas a fornecer gado para exportação de carne *in natura* para a União Europeia, o que representa uma quantidade muito inferior ao número de fazendas habilitadas antes do embargo.

Riscos sanitários envolvem surtos de doenças no gado. Os acordos bilaterais sanitários variam entre países. Surtos de doenças podem provocar barreiras comerciais entre as nações. Principais surtos de doenças em bovinos são:

Febre Aftosa (Foot and Mouth Disease): Febre aftosa é um tipo de doença contagiosa que afeta bovinos e suínos. O vírus é transmitido pelo ar, água e alimento. Os animais afetados apresentam febre alta e feridas na boca e nas patas. Apesar de não afetar os humanos, o surto de febre aftosa quando detectado pode provocar a imposição, por alguns países, de barreiras sanitárias. O último caso no Brasil ocorreu em 2005 nos estados do Mato Grosso do Sul e Paraná, o que gerou restrições de alguns países contra a carne brasileira. Em 2008, 17 estados brasileiros que haviam perdido o *status* de livre de febre aftosa com vacinação, tiveram seu *status* recuperado pela OIE (World Organization for Animal Health). Santa Catarina é o único estado brasileiro com o *status* de livre de febre aftosa sem vacinação. Argentina e Uruguai carregam o *status* de livre de febre aftosa com vacinação. Fonte: http://dicionario.babylon.com/febre_aftosa

BSE: Segundo a OIE, o risco de países como o Brasil, Argentina e Uruguai contraírem BSE é controlado e vistos como países menos vulneráveis à doença porque seus gados ficam livres em pastos ou são alimentados com rações vegetais que não contêm subprodutos de origem animal. Além disso, o Brasil é classificado pelo Comitê Diretivo Científico (SSC, na sigla em inglês) da Comissão Europeia (Regulamento (EC) nº 999/2001) como país Nível II em termos de ocorrência da BSE. Essa classificação significa que a ocorrência da BSE no Brasil é "improvável, mas não descartável."

O SETOR DE CARNE BOVINA BRASILEIRO

Consumo

Segundo a USDA, o Brasil tem um enorme mercado interno, que atualmente consome aproximadamente 80% da produção de carne bovina do país. As vendas no mercado interno obtêm aumentos de receitas através da otimização do valor da carcaça. Entretanto, o crescimento das exportações brasileiras tem impulsionado um aumento geral da produção interna.

Produção

Com uma estimativa de 179,8 milhões de cabeças de gado em 2009, de acordo com a USDA, o Brasil possui o maior rebanho do mundo para fins comerciais. A Índia, apesar de ter o maior rebanho do mundo, não cria um número significativo de cabeças de gado para fins comerciais por razões religiosas.

A produtividade dos pecuaristas brasileiros, medida pela taxa de abate, vem aumentando nos últimos anos. Segundo a USDA, atingiu 23,0% em 2008. A taxa de abate representa a porcentagem de todo o gado brasileiro que chega ao estado de maturidade necessário para o abate em um dado ano. Todavia, essa porcentagem é baixa em comparação com as de outros países. Rússia, China, Estados Unidos e União Europeia têm taxas de abate acima de 30%.

O Brasil se beneficia da abundante disponibilidade de terras; custo de terras mais baixo que em outros países produtores na América do Norte, Europa, Austrália, Nova Zelândia e Ásia; clima favorável; maior rebanho comercial do mundo com potencial para aumentar a produtividade; consumo do mercado interno aquecido; gado predominantemente criado no pasto alimentando-se de gramíneas, o que mitiga os risco de surto de doenças; setor tem recebido apoio do governo, principalmente, através do BNDES; baixo custo de produção.

O ano de 2008 foi marcado pela baixa disponibilidade de gado como consequência do abate de matrizes em anos anteriores. A escassez de gado fez com que o preço da arroba bovina no país aumentasse significativamente. Em 2009, a baixa disponibilidade de gado continuou, porém, uma vez que frigoríficos representando aproximadamente 25% da capacidade instalada de abate no Brasil pediram recuperação judicial ou paralisaram suas operações afetados por problemas de liquidez, houve um aumento na oferta de gado a partir de março, com os preços da arroba em tendência de queda.

Segundo dados preliminares do MAPA, nos primeiros nove meses de2009, foram abatidos 15,4 milhões cabeças de gado (considerando somente animais inspecionados pelo Serviço de Inspeção Federal do Ministério da Agricultura) contra 17,5 milhões no mesmo período de 2008. A queda de 11,6% no abate reflete a menor oferta de animais e a menor utilização da capacidade instalada das empresas no setor.

As empresas produtoras de carne bovina que entraram em recuperação judicial ou estavam com as atividades paralizadas representavam cerca de 25% da capacidade instalada no país, sendo que o market share dessas empresas nas exportações de carne in natura é de 35%.(estimativas da Consultoria Agro-Econômica). As dificuldades enfrentadas pelo setor são explicadas pela crise financeira mundial que levou alguns países importadores a reduzirem seus pedidos, principalmente a Rússia - principal importador do Brasil. A queda na demanda associada com o fechamento de capacidade instalada provocaram queda no preço da arroba bovina. O preço médio, no primeiro trimestre de 2009, apresentou uma queda de cerca de 7,7% em relação ao último trimestre de 2008, chegando a atingir R$ 70,19 em março (média de 17 praças). Em meados de 2008, o preço da arroba bovina superou os 90 reais em algumas praças(Fonte: CEPEA/ESALQ).

Diante da dificuldade enfrentada pelo setor, o governo Brasileiro resolveu melhorar o acesso ao crédito concedendo alguns benefícios através de linhas especiais de crédito (empréstimos, capital de giro e ACC) e ampliou um pacote de R$ 10 bilhões para a agroindústria (Fonte: CMN) (frigoríficos, usinas de álcool, e cooperativas rurais) a fim de restabelecer condições melhores para as empresas do setor operarem.

Exportação

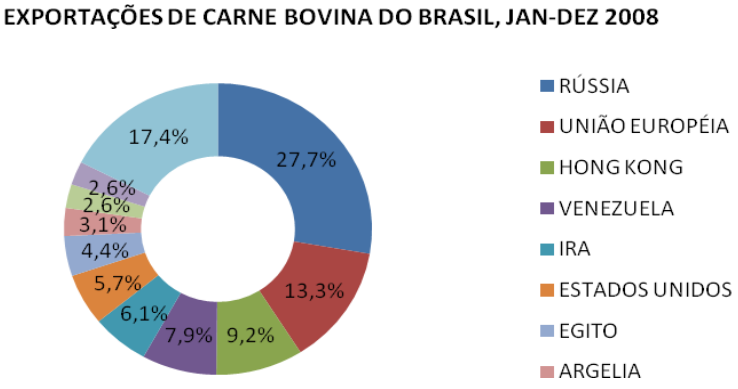
Ao longo dos últimos 15 anos, o setor de carne bovina brasileiro passou por um intenso processo de internacionalização, e as exportações de carne bovina do país cresceram de um patamar de

7,5% da produção interna em 1994 para aproximadamente 24,0% em 2008. Além disso, a participação do Brasil no total de exportações mundiais de carne bovina aumentou de aproximadamente 5,0% no início dos anos 90 para aproximadamente 30,0% em 2008 (Fonte: MDIC e USDA), apesar de o País ter acesso a menos de 50% dos mercados de carne *in natura* do mundo (o Bloco do Pacífico, incluindo os países da América do Norte, proíbe importações de carne *in natura* do Brasil) (Fonte: ABIEC). Segundo dados da Agra FNP (ANUALPEC 2009), as exportações brasileiras de carne bovina aumentaram 97% em volume e 352% em receita de 2002 a 2008, em consequência:

- do aumento da produtividade do setor de carne bovina brasileiro, bem como da queda de seus custos de produção;
- do incremento dos trabalhos de publicidade e marketing;
- do aumento do número de destinos de suas exportações; e
- da redução de barreiras sanitárias e comerciais.

Em 2008, segundo dados divulgados pela SECEX, as exportações brasileiras de carne bovina *in natura* chegaram a aproximadamente US$ 4.006,2 milhões, e o preço médio da carne bovina vendida pelos exportadores brasileiros foi de US$ 3.916,6 por tonelada em 2008.

As exportações brasileiras de carne bovina totalizaram aproximadamente US$ 5,3 bilhões, em 2008, segundo a ABIEC. O gráfico abaixo mostra os principais destinos de exportação da carne bovina brasileira em 2008:



Fonte: ABIEC

Apesar de o Brasil ser o maior exportador de carne bovina do mundo, ainda há espaço para o país aumentar suas exportações, visto que há uma série de embargos e barreiras comerciais contra o produto brasileiro. Segundo relatórios da USDA e Bradesco Corretora, entre os 20 maiores importadores de carne bovina (que representam cerca de 90% do total do volume importado), o Brasil tem alta penetração em 10 deles, nos quais a participação do Brasil varia de 22% a 90% de todo volume importado. O Brasil não exporta para países como Japão, Coreia do Sul e México, e a penetração dentro dos EUA é pequena, com exportações basicamente de carne enlatada de baixo valor agregado.

O primeiro semestre do ano de 2009 foi marcado por queda no volume e preços da carne exportada. A crise financeira internacional provocou impactos em importantes destinos, como a Rússia, por exemplo, que sofreu com a escassez de crédito e reduziu significativamente os seus pedidos, provocando queda nos preços.

Em janeiro e fevereiro de 2009, alguns importadores sem crédito no mercado devido à crise financeira somado à grande volatilidade do câmbio apresentado nesse período e a estoques elevados foram alguns dos fatores que reduziram os pedidos de exportação e a renegociação de preços.

A partir de março de 2009, com os incentivos fornecidos por todos os governos ao redor do mundo desde o início do ano, afim de resgatar as economias globais (através de medidas para estimular o crédito e a concessão de linhas de empréstimos), uma maior estabilidade do câmbio desde meados de fevereiro, combinada ao esgotamento dos estoques, ocasionou uma retomada gradativa dos volumes exportados.

Dados da SECEX mostram que de janeiro a setembro de 2009, foram exportadas 925,9 mil toneladas de carne bovina, representando uma queda de 15% em relação ao mesmo período do ano anterior. A receita gerada com as exportações foi de R$ 2.992,6 milhões, recuando 27% em relação ao ano anterior. A desvalorização do Real frente ao dólar não foi suficiente para compensar a queda nos preços internacionais da carne bovina. O preço médio da tonelada nos primeiros nove meses do ano de 2009 foi de US$ 3.232 contra US$ 3.796 em 2008, representando uma queda de 15%.

	9M08	**9M09**	**Variação**
Volume ('000 ton)	1.086,4	925,9	-15%
Receita (US$ Milhões)	4.124,3	2.992,6	-27%
Preço (US$/TON)	3.796	3.232	-15%

As exportações de carne bovina iniciaram uma recuperação em termos de volume e preços a partir de março de 2009, com alguns países voltando a realizar pedidos como, por exemplo, Rússia, Hong Kong e Egito. O preço médio da tonelada de carne *in natura* passou de US$ 2.814 em fevereiro para US$ 2.817 em março, invertendo assim, a tendência de queda dos preços de exportação desde o fim de 2008, segundo dados da SECEX. Em setembro, o preço médio da tonelada da carne in natura atingiu US$ 3.572, representando uma recuperação de 27% em relação ao preço médio de fevereiro, porém, ainda abaixo dos preços praticados durante o ano de 2008.

Em abril, o Chile autorizou novamente a abertura de seu mercado para a carne bovina *in natura* brasileira. O país tem potencial para importar aproximadamente cerca de 100 a 150 mil toneladas de carne por ano, o que é muito positivo para o setor. A União Europeia deve continuar aumentando gradativamente suas importações do Brasil, na medida em que mais fazendas forem habilitadas. Até agosto de 2009, aproximadamente 1.400 fazendas estavam habilitadas a fornecer gado para exportação de carne *in natura* para a União Européia (Fonte: ABIEC).

Vantagens Competitivas

O Brasil oferece várias vantagens competitivas na produção de carne bovina em relação aos seus concorrentes no mercado internacional, entre elas:

- Baixo custo de produção: segundo relatório da Moodys, o Brasil tem mais terras aráveis disponíveis que qualquer outro país do mundo, sendo o custo da terra no Brasil mais baixo do que na maioria dos grandes países produtores da América do Norte, Europa, Ásia, bem como da Austrália e Nova Zelândia. No Brasil, os produtores utilizam o modelo de produção extensiva

que tem um custo menor do que o modelo de confinamento utilizado nos Estados Unidos, Canadá e países da União Européia. Adicionalmente, a alimentação natural do gado brasileiro tem um custo menor do que a alimentação baseada predominantemente em cereais geralmente utilizada em outros países produtores;

- Práticas na criação de raças resistentes a doenças: ao contrário de outros grandes produtores de carne bovina (incluindo os Estados Unidos, a União Europeia e a Austrália), por exemplo, o gado brasileiro é alimentado com gramíneas, o que é um fator que reduz o risco de um surto de BSE no país; e
- Vantagens de saúde e qualidade: a carne bovina de animais criados a pasto, que é a prática mais comum no Brasil, tem sido cotada como uma das mais nutritivas, segundo dados da ABIEC, tendo várias pesquisas concluído que o produto contém concentrações elevadas de betacaroteno e a-tocoferol, níveis maiores de ácidos graxos Omega 3, proporção maior e mais desejável de Omega 3, Omega 6, e níveis altos de ácido linoléico conjugado, todas estas substâncias sabidamente de efeitos favoráveis à saúde humana. A carne de animais criados a pasto tem menos ter de gordura do que os criados confinados.

Restrições Comerciais e Riscos Sanitários

Os mesmos fatores que conferem ao País uma de suas mais importantes vantagens competitivas – o baixo custo de produção – são também as principais razões para a carne bovina brasileira estar sujeita a restrições comerciais em alguns dos mais importantes mercados internacionais. Embora o Brasil seja o maior exportador de carne bovina do mundo, seus produtos possuem presença consolidada em apenas 10 dos 20 maiores mercados importadores. Países como os Estados Unidos, México, Canadá, Japão e Coreia do Sul atualmente estão entre os mercados mais importantes nos quais as exportações de carne bovina brasileira ainda não estão presentes.

Riscos sanitários são considerações importantes no setor de carnes de qualquer país. Hoje, o Brasil adota um regulamento sanitário que leva em conta distinções regionais. Esse método de regulamento sanitário é chamado de zoneamento (ou regionalização) e estabelece que, no caso de ocorrência de uma doença no território de um dado país, leva-se em consideração a localização geográfica da doença, para que o país possa continuar exportando produtos (de fontes animais e vegetais) das regiões livres da doença. O zoneamento foi reconhecido, por exemplo, pela União Europeia, Egito, Argentina, Filipinas, Romênia, Rússia e Hong Kong. Ainda não foi aceito, entretanto, por outros importantes importadores de carne bovina e, em consequência, o Brasil não exporta carne *in natura* para esses países.

Febre Aftosa: O Brasil é dividido em zonas em relação à presença da febre aftosa. Nos últimos sete anos, o Brasil progrediu muito em seu controle da febre aftosa, principalmente considerando-se que praticamente todo o território brasileiro foi afetado pela doença em 1998. Segundo o MAPA, hoje, 59% do território nacional está livre de febre aftosa e 89% do gado brasileiro está localizado em áreas livres da febre aftosa. Tal êxito se deve a esforços governamentais para erradicar a doença e à maior preocupação dos criadores de gado brasileiros, que resultaram no aumento dos níveis de vacinação (em 2009, estima-se que o Brasil vacinará cerca de 96,8% de seu gado). O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento desenvolveu o Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa dentro da meta de sua limitação no Continente Sul Americano até o ano de 2009, de acordo com o Plano Hemisférico de Erradicação da Febre Aftosa. É importante observar que a febre aftosa é um problema de saúde animal e não afeta seres humanos. As exportações de carne in natura são limitadas durante surtos a fim de evitar prejuízos econômicos no mercado externo.

Esses esforços, contudo, não evitaram a descoberta de um caso de febre aftosa no início de outubro de 2005 no sul do Estado do Mato Grosso do Sul, uma área situada na zona livre com vacinação. Consequentemente, aproximadamente 57 países suspenderam ou restringiram suas

importações de carne bovina *in natura* do Brasil por prazo indeterminado (Fonte: jornal O Estado de São Paulo – 10/11/2006). Vários desses países (incluindo o Egito) baniram as importações apenas do Estado do Mato Grosso do Sul, enquanto outros (incluindo a União Europeia) também baniram a importação de carne bovina *in natura* dos Estados vizinhos do Paraná e de São Paulo. Alguns outros países (incluindo o Chile e a África do Sul) suspenderam as importações de carne bovina *in natura* de todo o Brasil.

Em 2007 e 2008, 17 estados brasileiros que haviam perdido o *status* de livre de febre aftosa com vacinação, tiveram seu *status* recuperado pela OIE (World Organization for Animal Health). Santa Catarina é o único estado brasileiro com o *status* de livre de febre aftosa sem vacinação.

No final de 2008, o Chile suspendeu o embargo contra a carne brasileira (segundo o MAPA). O próximo passo para a retomada das exportações para o Chile são as auditorias em fazendas, que já estão sendo feitas

O SETOR DE CARNE BOVINA ARGENTINO

Consumo

Segundo a USDA, a Argentina representa o 5º maior consumo absoluto de carne bovina do mundo. Entre 2005 e 2008, os argentinos foram também os maiores consumidores de carne bovina do mundo em termos *per capita*, com 69,3 Kg/ano em 2008.

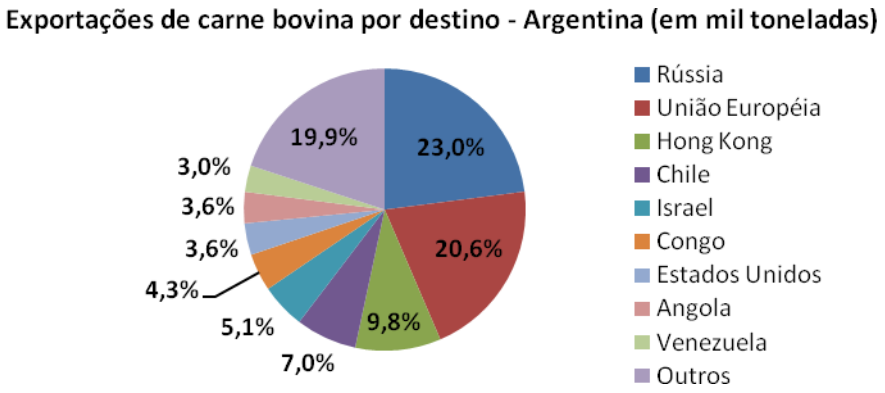
Produção

A Argentina tem um rebanho de gado substancial para fins comerciais, segundo a USDA (dados preliminares), com uma estimativa de 54,3 milhões de cabeças em 2009 - maior que o da Austrália, México e Rússia. O país é um importante competidor no mercado mundial de carne bovina há muitos anos, estando hoje entre a sexta e a sétima colocação no ranking de países exportadores do produto. As exportações argentinas têm sido mantidas sob controle pelos órgãos reguladores nos últimos anos, privilegiando o abastecimento ao mercado interno do país, que detém a maior taxa de consumo bovino *per capita* do mundo (69,3 Kg/ habitante/ano em 2008) (Fonte: USDA). Segundo a OIE, o gado argentino é atualmente classificado como livre da febre aftosa com vacinação.

O preço do gado tem se mantido estável nos últimos anos por conta da política do governo de controlar a inflação e garantir o abastecimento interno.

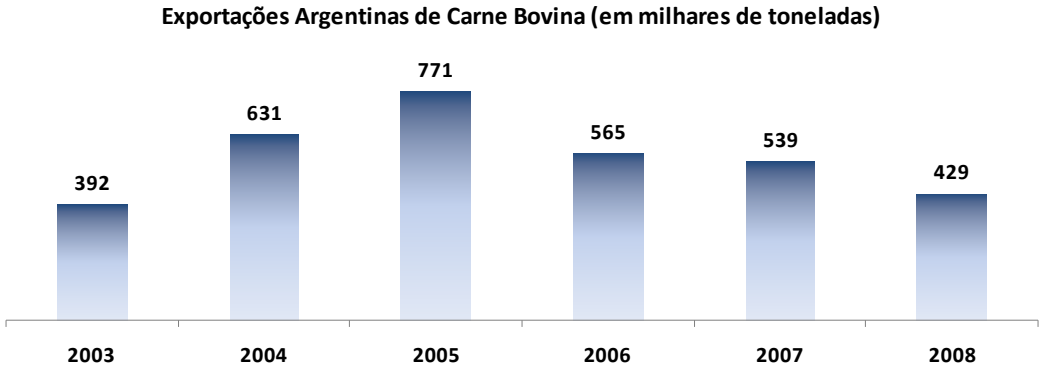
Exportação

Atualmente, o governo vem limitando às exportações de carne bovina do país em 550 mil toneladas/ano (Fonte: governo Argentino). Em 2008, as exportações argentinas registraram uma queda em relação aos anos anteriores por conta de mudanças nas regras de exportações ocorridas durante o ano e também pelo impacto das manifestações do setor agropecuário no início do ano, que realizaram bloqueios nas estradas do país. O gráfico abaixo mostra os principais destinos de exportação da carne argentina (em % de toneladas exportadas).



Fonte: SENASA

O gráfico abaixo mostra a evolução das exportações de carne bovina Argentina de 2003 a 2008.



Fonte: SENASA

De janeiro a agosto de 2009, as exportações apresentaram melhora gradual no volume, contudo, os preços foram reduzidos em 25,6%, em média, em relação ao mesmo período do ano anterior. Em 2008, os preços das exportações foram mais elevados, mas os volumes foram limitados por greves do setor agropecuário e pelos controles do governo para estabilizar os valores domésticos da carne.

Segundo dados da SENASA, até 30 de agosto de 2009, foram exportadas 363,6 mil toneladas, 57,7% superior ao volume exportado no mesmo período de 2008. Por conta do reajuste de preços, a receita de exportação não subiu na mesma proporção, apresentando uma alta de 17,3% em relação ao ano anterior e atingiu US$ 1.175,3 milhões, contra US$ 1.002,2 milhões em 2008. O preço médio da tonelada exportada no ano de 2009 (até agosto) US$ 3.232, 25,6% inferior ao preço médio do mesmo período de 2008 (US$ 4.346).

Segundo dados da ONCCA, a Argentina é o maior detentor de cota Hilton e por isso se beneficia dos melhores preços praticados nas exportações dentro da cota, onde os cortes vendidos pagam tarifa de 20%, enquanto no extracota há um imposto de 12,8%, mais € 3.041 por tonelada. Segundo a SENASA, a Rússia é o maior importador da carne argentina, porém, é da União Europeia que vem a maior parte das receitas. O desempenho do setor em 2009 deve ser superior a 2008 por conta dos problemas ocorridos no ano anterior (greves, bloqueio nas estradas, mudanças nas regras de exportação).

Vantagens Competitivas

- País tem o maior consumo per capita de carne bovina do mundo (Fonte: USDA);
- Rebanho bovino com aproximadamente 55,7 milhões de cabeças de gado (Fonte: USDA);
- Taxa de abate encontra-se em cerca de 27%, abaixo da taxa dos EUA, UE e Austrália (Fonte: USDA); e

Restrições Comerciais e Riscos Sanitários

Riscos sanitários: O surto de doenças como febre aftosa pode provocar barreiras comerciais e causar impactos nas exportações do país.

Barreiras comerciais: A crise econômica tem provocado ações de alguns governos no sentido de aumentar o protecionismo com o intuito de proteger a economia local. Barreiras comerciais e subsídios ao setor por parte de países importadores podem afetar as exportações da Argentina e diminuir a vantagem competitiva de seus produtos;

O SETOR DE CARNE BOVINA URUGUAIO

Consumo

O Uruguai tem sua produção bastante voltada para o mercado externo e tem figurado nos últimos anos na relação dos dez maiores exportadores de carne bovina do mundo. Entre 2005 e 2008, os uruguaios foram também os segundos maiores consumidores de carne bovina do mundo em termos *per capita*, com um consumo de 54,6 Kg/ano em 2008 (Fonte: USDA).

Produção

O Uruguai, com rebanho de gado estimado em 11,7 milhões de cabeças em 2008, segundo a INAC (cerca de 3,6 cabeças de gado para cada habitante), também é um importante exportador de carne bovina (8º maior exportador de carne bovina do mundo). Segundo o INAC e o USDA o país exporta cerca de 70% de sua produção de carne bovina.

A crise financeira mundial e a seca ocorrida em 2008 atingiram a oferta de gado afetando os preços da arroba bovina no mercado uruguaio. Uma das ações tomadas pelo governo foi a criação de fundos especiais para assistência ao setor agrícola.

O setor bovino no Uruguai teve um ano atípico em 2008. Beneficiado pelas restrições da União Europeia à carne fresca brasileira e aos problemas registrados até meados do ano na Argentina no que tange às exportações, o Uruguai passou a exportar parte de sua produção para o bloco a preços recordes. O país também deslocou parte de suas exportações dos EUA para a Rússia, que demandou mais carne bovina a preços mais elevados do que os praticados para o mercado americano.

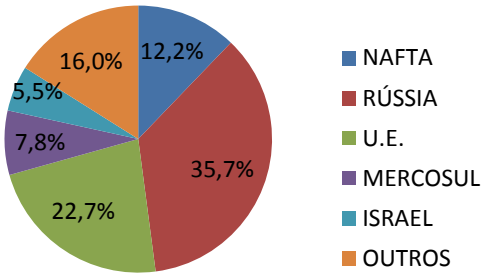
A alta dos preços da carne bovina no mercado internacional também foi acompanhado pela alta dos preços do gado no ano de 2008. Contudo, os efeitos da crise global estabeleceram um novo patamar de preços a partir do quarto trimestre, fazendo com que o preço do gado também tivesse tendência declinante.

Segundo o INAC, o preço médio da arroba nos nove primeiros meses de 2009 foi de US$ 2,09/Kg registrando uma queda de 25,3%se comparado aos US$ 2,80/Kg registrados no mesmo período de 2008.

De janeiro a setembro de 2009, foram abatidos 1,7 milhão de bovinos no Uruguai, representando uma queda de 22,7% em relação ao mesmo período de 2008. O primeiro semestre de 2009 foi marcado pela queda no abate, afetado pela menor demanda internacional. Essa tendência se reverteu no terceiro trimestre do ano, com a demanda externa apresentando recuperação gradual. O abate no terceiro trimestre de 2009 foi 26,9% superior ao abate do mesmo período de 2008. (Fonte: INAC).

Exportação

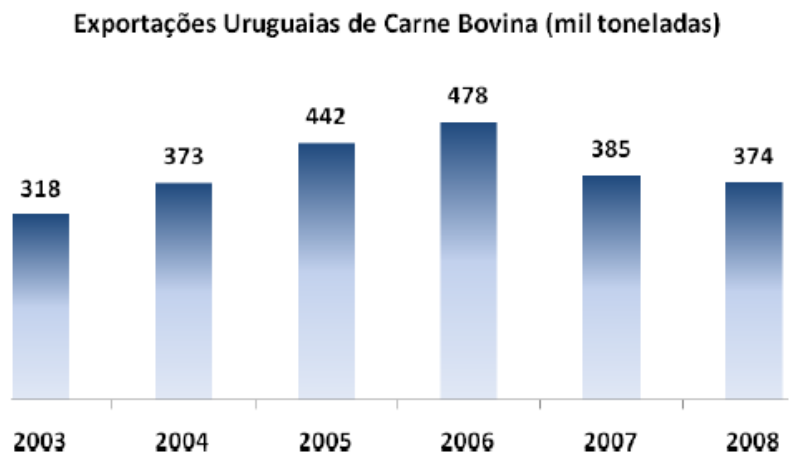
Em 2008, o mercado de carne bovino uruguaio boi beneficiado pela situação de seus países vizinhos. Com o embargo europeu contra a carne brasileira e os entraves ocorridos na Argentina, o país tirou proveito da situação, atendendo clientes europeus com preços mais vantajosos. Segundo o INAC, a Rússia e a União Europeia passaram a ser os principais destinos, representando aproximadamente 60% do volume exportado. Em contrapartida, os países do NAFTA, que em 2007 representaram 58,7% do volume exportado, representaram cerca de 12% em 2008. O gráfico abaixo mostra os principais destinos de exportação da carne bovina uruguaia (em % de tonelada exportada) em 2008 (até 06/dezembro):



Fonte: INAC

Atualmente, o gado uruguaio é classificado como livre da febre aftosa. A competitividade do setor no mercado internacional está diretamente relacionada ao custo de aquisição do gado, sua principal matéria-prima. O custo do gado, por sua vez, é especialmente influenciado pelos seguintes fatores: (i) forma de criação (confinamento ou pastagens); (ii) custo da terra; e (iii) custo da mão-de-obra.

O gráfico abaixo mostra a evolução das exportações uruguaias de carne bovina de 2003 a 2008:



Fonte: INAC

O Uruguai, por ser um país tipicamente exportador de carne bovina, sofreu os impactos da crise global. O país foi afetado pela diminuição das exportações e reajuste de preços. A Rússia, que no primeiro trimestre de 2008 foi o principal importador da carne bovina Uruguai com mais de 32 mil toneladas, no primeiro trimestre de 2009 importou somente pouco mais de 13 mil. União Europeia e os países do NAFTA voltaram a ser os principais destinos da carne Uruguaia, contudo, com preços em patamares menores em relação ao ano anterior (Fonte: INAC).

Segundo o INAC, no primeiro semestre de 2009, as exportações de carne bovina uruguaia geraram US$ 562,6 milhões, apresentando uma leve melhora em relação ao semestre anterior (+3,2%), quando foram geradas US$ 638,6 milhões. Em relação ao primeiro semestre de 2008, a receita de exportação foi 15,8% inferior, explicado pelos elevados preços praticados na primeira metade de 2008.

Vantagens Competitivas

- Rebanho bovino com aproximadamente 12 milhões de cabeças de gado (cerca de 3,5 cabeças de gado para cada habitante); e (Fonte: USDA)

- Dados do INAC mostram que de janeiro a setembro de 2009 foram exportadas 190,2 mil toneladas de carne bovina, representando uma queda de 3,4% em relação ao mesmo período de 2008. Em função do reajuste de preços de carne no mercado internacional por conta da crise econômica mundial, o preço médio da tonelada da carne uruguaia teve uma queda de 26,8% em relação ao ano anterior, atingindo US$ 3.667, contra US$ 5.009 em 2008 (preço da tonelada considerando o peso embarque). Por conta da queda nos preços, a receita gerada com a exportação de carne bovina foi de US$ 697,3 milhões em 2009 (jan-set), contra US$ 986,1 milhões em 2008.

Restrições Comerciais e Riscos Sanitários

Riscos sanitários: O surto de doenças como febre aftosa pode provocar barreiras comerciais e causar impactos nas exportações do país.

Barreiras comerciais: A crise econômica tem provocado ações de alguns governos no sentido de aumentar o protecionismo com o intuito de proteger a economia local. Barreiras comerciais e

subsídios ao setor por parte de países importadores podem afetar as exportações do Uruguai e diminuir a vantagem competitiva de seus produtos.

O SETOR MUNDIAL DE CARNE DE FRANGO

Consumo

Segundo a USDA, a carne de frango é a segunda mais consumida do mundo, atrás apenas da carne suína. Em 2008, foram consumidos 70,5 milhões de toneladas de frango, crescimento de 3,8% em relação a 2007, de acordo com a mesma fonte supracitada. Os maiores consumidores de carne frango do mundo são os Estados Unidos, seguido pela China, União Europeia, Brasil e México. A tabela abaixo mostra os maiores consumidores de frango no mundo:

Consumo Mundial de Carne de Frango (em milhares de toneladas)

	2005	2006	2007	2008	2009 (p)	2010 (e)
EUA	13.430	13.671	13.581	13.427	13.058	13.402
China	10.087	10.371	11.415	11.954	12.220	12.606
EU-27	8.082	7.655	8.358	8.504	8.610	8.640
Brasil	6.612	6.853	7.384	7.792	7.831	8.076
México	2.868	3.016	3.067	3.289	3.290	3.377
Rússia	2.139	2.373	2.578	2.744	2.665	2.795
Índia	1.899	2.000	2.239	2.489	2.549	2.649
Japão	1.880	1.970	1.945	1.926	1.960	1.960
Irã	1.223	1.326	1.464	1.460	1.539	1.614
África do Sul	1.069	1.202	1.239	1.340	1.382	1.424
Argentina	941	1.109	1.200	1.270	1.331	1.400
Outros	12.260	12.649	13.607	14.537	14.737	15.211
Total	**62.490**	**64.195**	**68.077**	**70.732**	**71.172**	**73.154**

Fonte: USDA; (p) preliminar; (e) estimado

Produção

De acordo com o USDA, os EUA são os maiores produtores de carne de frango do mundo seguidos pela China, Brasil e União Europeia. A tabela abaixo apresenta a produção mundial de carne de frango nos países indicados de 2005 a 2010 (estimado):

Produção Mundial de Carne de Frango (em milhares de toneladas)

	2005	2006	2007	2008	2009 (p)	2010 (e)
EUA	15.870	15.930	16.225	16.561	15.980	16.222
China	10.200	10.350	11.291	11.840	12.100	12.500
Brasil	9.350	9.355	10.305	11.033	10.980	11.420
EU-27	8.169	7.740	8.320	8.535	8.620	8.650
México	2.498	2.592	2.683	2.853	2.810	2.880
Índia	1.900	2.000	2.240	2.490	2.550	2.650
Rússia	900	1.180	1.350	1.600	1.790	1.975
Argentina	1.030	1.200	1.320	1.430	1.500	1.600
Iran	1.237	1.327	1.423	1.450	1.525	1.600
Japão	1.166	1.258	1.250	1.255	1.260	1.255
Tailândia	950	1.100	1.050	1.170	1.200	1.250
Outros	9.847	10.262	10.809	11.218	11.400	11.736
Total	**63.117**	**64.294**	**68.266**	**71.435**	**71.715**	**73.738**

Fonte: USDA; (p) preliminar; (e) estimado

Exportação

Desde 2004, o Brasil é o maior exportador de frango do mundo, segundo dados compilados pelo USDA. No ano de 2008, as exportações brasileiras representaram cerca de 38,6% das exportações mundiais de frango. O segundo maior exportador são os Estados Unidos, seguido pela União

Europeia e Tailândia. O quadro abaixo mostra os principais exportadores de 2004 a 2009 (estimado):

Exportações Mundiais de Carne de Frango (em milhares de toneladas)

	2005	2006	2007	2008	2009 (p)	2010 (e)
Brasil	2.739	2.502	2.922	3.242	3.150	3.345
EUA	2.360	2.361	2.678	3.157	2.997	2.858
EU-27	696	690	635	743	720	720
Tailândia	240	261	296	383	385	420
China	332	322	358	285	250	254
Argentina	92	94	125	164	174	204
Canadá	102	110	139	152	147	153
Chile	60	64	39	63	110	125
Kuwait	97	38	60	70	70	70
Austrália	18	16	25	27	35	40
Jordânia	2	2	3	20	37	40
Outros	93	98	105	112	108	110
Total	**6.831**	**6.558**	**7.385**	**8.418**	**8.183**	**8.339**

Fonte: USDA; (p) preliminar; (e) estimado

Importação

Segundo a USDA, o maior importador de frango do mundo é a Rússia, que representaram cerca de 15,0% das importações mundiais em 2008. A União Europeia e Japão são o segundo e terceiro maiores importadores, respectivamente. A região do Oriente Médio, principalmente países como Arábia Saudita e Emirados Árabes tem aumentado as importações de frango nos últimos anos. Outro país que aumentou consideravelmente as importações em 2008, mais do que dobrando o volume em relação a 2007, foi a Venezuela. O quadro abaixo mostra os principais importadores de frango de 2004 a 2010 (estimado):

Importações Mundiais de Carne de Frango (em milhares de toneladas)

	2005	2006	2007	2008	2009 (p)	2010 (e)
Rússia	1.225	1.189	1.222	1.159	855	820
EU-27	609	605	673	712	710	710
Japão	748	716	696	737	700	680
Arábia Saudita	484	423	470	510	625	650
México	374	430	393	447	490	505
China	219	343	482	399	370	360
Iraque	127	119	176	211	265	290
Emirados Árabes	167	182	238	289	290	290
Hong Kong	222	243	215	236	250	260
Venezuela	104	124	163	352	230	240
EUA	15	21	28	35	36	36
Outros	1.939	1.998	2.353	2.717	2.752	2.873
Total	**6.233**	**6.393**	**7.109**	**7.804**	**7.573**	**7.714**

Fonte: USDA; (p) preliminar; (e) estimado

Competitividade

A competitividade de um produtor de carne de frango no mercado internacional sofre impacto significativo de sua estrutura de custos. O principal custo de produção de aves é a ração à base de milho, correspondendo a mais de 60,0% dos custos totais, segundo a CONAB. Outros fatores que afetam a competitividade são custos de transporte e distribuição, além de barreiras comerciais impostas por mercados importadores.

Barreiras Comerciais e Riscos Sanitários

As barreiras comerciais abrangem quotas à importação de produtos brasileiros (como na Rússia, por exemplo), tarifas protecionistas (como na União Europeia, por exemplo), subsídios diretos e indiretos para produtores locais, exigências de licenças (como na China, por exemplo) e restrição total à importação. A maioria dos países exige acordos sanitários com o Brasil antes de importar produtos brasileiros (como é o caso dos Estados Unidos, o qual não possui acordos sanitários com o Brasil relacionados a produtos suínos e aves).

Riscos sanitários envolvem surtos de doenças em aves. Os acordos bilaterais sanitários variam de país para país. Surtos de doenças podem provocar barreiras comerciais entre as nações. Principais surtos de doenças em aves são:

Doença de Newcastle: Doença contagiosa, afeta aves em qualquer idade. O vírus pode afetar e causar lesões no sistema digestivo, respiratório e nervoso, causando a morte da ave. A doença é atualmente combatida através de vacinação. Fonte: Ministério da Agricultura

Influenza ou Gripe Aviária: Doença contagiosa que afeta aves e pode contagiar as pessoas que consomem a carne do frango contaminada. Atualmente, os casos da doença concentram-se principalmente no sudeste asiático. O vírus da gripe aviária pode ser destruído através do cozimento da carne da ave ou do ovo a 71ºC. Alguns países produtores de aves, como a Tailândia, responderam aos surtos de gripe aviária mediante a mudança de sua produção de aves para a produção de produtos cozidos. O comércio global de produtos de aves pode ser negativamente afetado pela evolução da gripe aviária de alta patogenicidade (o vírus H1N1), em especial na Ásia, mas também, mais recentemente, na Europa e África. Desde o início de 2003, houve mais de 330 casos confirmados de gripe aviária em humanos e mais de 200 mortes, de acordo com a Organização Mundial da Saúde, tendo o número de mortes aumentado cada ano desde 2003. Casos humanos foram registrados em vários países na Ásia, no Oriente Médio e África em 2006, e diversos países na Europa registraram casos de gripe aviária em pássaros. Até o momento, a gripe aviária não foi detectada no Brasil ou em qualquer outro local do continente americano. Fonte: OMS

O SETOR DE CARNE DE FRANGO NO BRASIL

Consumo

Segundo o USDA, o consumo de frango no Brasil totalizou 7,8 milhões de toneladas em 2008, crescimento de 5,5% em relação a 2007. O país é o quarto maior consumidor de carne de frango do mundo, com cerca de 11,0% do consumo global. Em 2008, o Brasil consumiu aproximadamente 70,6% de sua produção de carne de frango.

Produção

Segundo dados compilados pelo USDA, relacionados ao montante da produção em toneladas, o Brasil é o terceiro maior produtor mundial, além de principal exportador de aves do mundo. Os volumes de produção, consumo e exportação de aves aumentaram consideravelmente nos últimos cinco anos, e o Brasil passou a ocupar o primeiro lugar como exportador mundial no ano de 2004. Em 2008, a produção de frangos brasileira atingiu 11,0 milhões de toneladas, crescimento de 7,1% em relação a 2007.

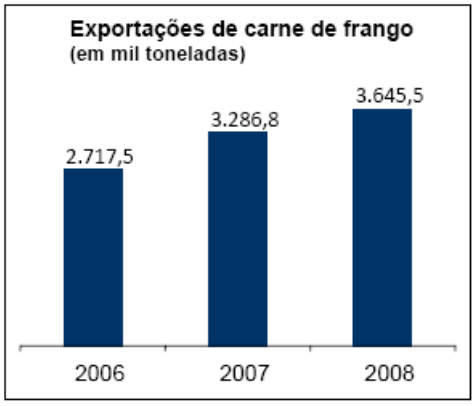
Exportação

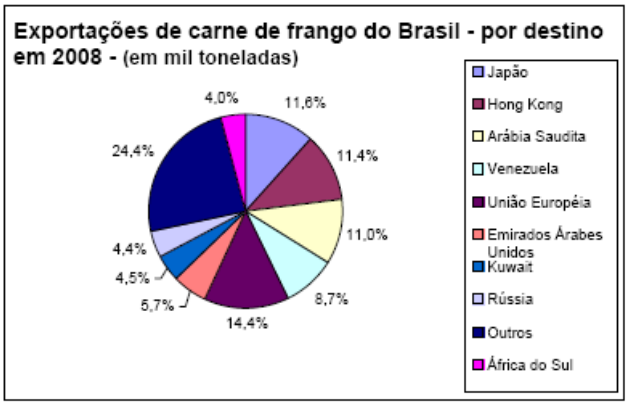
O volume de exportação mundial atingiu 8,4 milhões de toneladas, em 2008, com o Brasil responsável por 38,5 % dessas exportações, segundo dados da USDA.

No Brasil, o ano de 2008 foi marcado por importantes conquistas no mercado de frango, em especial a abertura dos mercados da Índia e da China (que devem resultar em volumes maiores de exportações já em 2009) e a inclusão do setor de produção animal entre os contemplados pelo "*drawback* verde-amarelo", que isenta de impostos federais as matérias-primas e insumos utilizados nos produtos destinados à exportação.

Segundo os dados da SECEX, o setor exportador de carne de frango bateu novo recorde e atingiu volume vendido de 3.645,5 mil de toneladas, 11% superior ao volume exportado em 2007, mas o resultado seria ainda mais positivo não fossem os impactos da crise financeira internacional, a partir de outubro de 2008, que afetaram a liquidez de importantes mercados. Mesmo com a crise, o preço médio das exportações brasileiras de frango *in natura* (responsável por aproximadamente 90% das exportações de frango) foi US$ 1.781,57 por tonelada, evolução de 27,0% em relação a 2007.

O gráfico abaixo mostra a evolução das exportações de frango do Brasil e os principais destinos de em 2008:





Fonte: SECEX

Apesar de o Brasil ser o maior exportador de carne de frango do mundo, ainda há espaço para o país aumentar suas exportações através do desenvolvimento de novos canais de vendas no exterior, por exemplo, como a Malásia ou EUA.

Dados da SECEX mostram que nos primeiros nove meses de 2009, foram exportadas 2.715 mil toneladas de carne de frango, 4% abaixo do volume exportado no mesmo período de 2008. Os preços da carne de frango também foram impactados pela queda na demanda externa por conta da crise global. O preço médio da tonelada do frango em 2009 foi de US$ 1.561, representando uma queda de 19% em relação a 2008, que foi de US$ 1.926. Devido à queda nos preços, a receita gerada com as exportações em 2009 teve uma queda de 22%, atingindo US$ 4.239 milhões, contra US$ 5.448 milhões em 2008.

Os principais importadores continuam sendo Hong Kong, Arábia Saudita, Japão e União Europeia.

	9M08	**9M09**	**Var.%**
Vendas (US$ M)	5.448	4.239	-22,2%
Volume (mil ton)	2.828	2.715	-4,0%
Preço (US$/ton)	1.926	1.561	-19,0%

Fonte: SECEX

Vantagens Competitivas

As principais vantagens competitivas dos produtores de frango brasileiros são: potencial de expansão do mercado local e das exportações, melhores margens em relação a outros grandes produtores, tais como Europa, Estados Unidos e Tailândia, devido à combinação de amplo acesso aos grãos usados na alimentação das aves (tanto em termos de quantidade quanto em termos de preço) e como custo de mão de obra inferior aos países mais desenvolvidos.

Barreiras Comerciais e Riscos Sanitários

Os produtores de frango do Brasil reportaram no início de 2009 casos de aumento de protecionismo. Neste ano, já foram relatadas tentativas de barrar a carne brasileira na Espanha, na África do Sul, no Canadá e a própria União Europeia. As tentativas de protecionismo começaram a ser observadas a partir de outubro do ano de 2008, mas ficaram mais visíveis este ano, porém, os casos foram sanados (com exceção da discussão na UE). Atualmente, uma das maiores preocupações do setor exportador de frango do Brasil recai sobre o movimento da União Europeia para tentar aumentar as barreiras ao produto brasileiro. Recentemente, o bloco começou a rediscutir o conceito de frango fresco para impedir os produtores de industrializados "frescos" de usarem essa denominação quando o produto for fabricado com frango congelado. Os Estados Unidos não possuem acordos sanitários com o Brasil relacionados a produtos suínos e aves. Em relação aos riscos sanitários, atualmente, o Brasil não apresenta Doença de Newcastle e Gripe Aviária. No entanto, há uma crescente preocupação por parte da ANVISA sobre o uso abusivo de antibióticos.

O SETOR DE CARNE DE FRANGO NA EUROPA

A União Européia (27 países membros) tem um papel relevante no setor mundial de carne de frango. Segundo a USDA, UE-27 é a terceira maior consumidora de carne de frangos do mundo, atrás dos Estados Unidos e da China, com um consumo de 8.497 mil toneladas no ano de 2008. Em 2009, a USDA estima que o consumo chegue a 8.595 mil toneladas. A UE-27 é também a quarta maior produtora dessa proteína do mundo (8.560 mil toneladas em 2008), a segunda maior importadora e a terceira maior exportadora.

No mercado interno, o consumo de carne de frango tem crescido em média 5,1% ao ano desde 2005, segundo a USDA. Em 2009, a USDA projeta um consumo de 8.054 mil toneladas de frango na Europa, número que é 3,4% superior a 2008 (7.792 mil). Por se tratar da proteína mais barata comercializada no mundo verificamos que ocorreu uma migração do consumo de carne bovina e suína para carne de frango. No mercado externo, a produção de carne de frango na Europa enfrenta a concorrência da produção nos países em desenvolvimento, principalmente o Brasil, que é hoje o maior exportador de carne de frango do mundo, com custos de terra, mão-de-obra e matéria-prima mais baratos se comparados com outros países. Ainda assim, a UE-27 é a terceira maior exportadora do mundo.

Uma questão de muita relevância para o setor de carne de frango na UE-27 é a preocupação com o meio-ambiente e com o bem-estar animal. Nos últimos anos, com as mudanças climáticas, tem se intensificado a produção de biocombustíveis, elevando assim preços de grãos. A Comissão Europeia tem estabelecido medidas para padronizar a qualidade de processos de produção, garantindo assim o bem-estar animal, qualidade dos produtos e evitar o surto de doenças.

Desempenho no período de nove meses encerrado em 30 de setembro

A crise global afetou a economia européia. Os efeitos das mudanças climáticas na política e economia também geraram pressão na produção de alimentos. No setor de carne de frango na Europa, as principais mudanças verificadas são:

- Consumidores cada vez mais preocupados com o meio-ambiente;
- Políticas voltadas para a redução de impactos ambientais e com as mudanças climáticas, minimizando os efeitos na indústria;
- Crescimento da população e da demanda global por alimentos e combustíveis;
- Investimentos na indústria de carne de frango e consolidação do setor;
- Aumento do protecionismo e volatilidade cambial; e
- Com a crise, os consumidores têm migrado o consumo para alimentos mais baratos, como a carne de frango.

De janeiro a setembro de 2009, a produção de carne de frango no Reino Unido ficou praticamente estável em relação ao mesmo período de 2008. Foram produzidas 887 mil toneladas contra 905 no anterior, decrescendo 2%. As exportações reduziram-se em função da menor demanda mundial por conta da crise global. Foram exportadas 166 mil toneladas contra 186 mil em 2008, queda de 10,7%. Por conta da queda nas exportações, o Reino Unido também importou menos em 2009. Foram importadas 261 mil toneladas, contra 269 mil em 2008, queda de 3,1%. O preço do frango no varejo apresentou elevação no ano de 2009 quando comparado com 2008. O preço médio do frango in natura foi de £ 292 centavos/Kg nos primeiros nove meses do ano, quando no ano de 2008 o preço médio ficou em £ 272 centavos/Kg.

O SETOR MUNDIAL DE CARNE SUÍNA

Consumo

Segundo o USDA, a carne suína é a proteína mais consumida no mundo. Em 2008, foram consumidas no mundo mais de 98,5 milhões de toneladas de carne suína, contra 70,7 milhões de carne de frango e 57,5 milhões de carne bovina. Os maiores consumidores de carne suína do mundo são os chineses, representando cerca de 47,2% do consumo mundial em 2008. Na sequência, vem a União Europeia, EUA, Rússia e Japão. A tabela abaixo mostra os maiores consumidores de carne suína no mundo:

Consumo Mundial de Carne Suína (em milhares de toneladas)

	2005	2006	2007	2008	2009 (p)	2010 (e)
China	45.139	46.051	42.726	46.412	48.300	50.300
EU-27	20.632	20.632	21.507	21.025	20.800	20.750
EUA	8.660	8.643	8.965	8.806	8.925	8.557
Rússia	2.486	2.639	2.803	3.112	2.954	3.039
Brasil	1.949	2.191	2.260	2.390	2.478	2.549
Japão	2.509	2.452	2.473	2.487	2.494	2.487
Vietnã	1.583	1.731	1.855	1.880	1.894	1.889
México	1.556	1.538	1.523	1.605	1.664	1.700
Coréia do Sul	1.311	1.420	1.502	1.519	1.415	1.430
Filipinas	1.198	1.239	1.275	1.270	1.267	1.268
Taiwan	944	928	926	945	958	963
Outros	6.081	6.378	6.619	6.906	6.873	6.935
Total	**94.048**	**95.842**	**94.434**	**98.357**	**100.022**	**101.867**

Fonte: USDA; (p) preliminar; (e) estimado

Produção

De acordo com os dados do USDA, a China é o maior consumidor do mundo e também o maior produtor de carne suína, produzindo quase que a totalidade de seu consumo interno. A União

Europeia é o segundo maior produtor, seguido pelos EUA e Brasil. A tabela abaixo ilustra a produção mundial de carne suína nos países indicados de 2005 a 2010 (estimado):

Produção Mundial de Carne Suína (em milhares de toneladas)

	2005	2006	2007	2008	2009 (p)	2010 (e)
China	45.553	46.505	42.878	46.205	48.500	50.300
EU-27	21.676	21.791	22.858	22.596	22.000	21.900
EUA	9.392	9.559	9.962	10.599	10.446	10.185
Brasil	2.710	2.830	2.990	3.015	3.123	3.249
Rússia	1.735	1.805	1.910	2.060	2.205	2.290
Vietnã	1.602	1.713	1.832	1.850	1.850	1.850
Canadá	1.765	1.748	1.746	1.786	1.790	1.660
Japão	1.245	1.247	1.250	1.249	1.285	1.270
Filipinas	1.175	1.215	1.250	1.225	1.225	1.225
México	1.195	1.158	1.152	1.161	1.150	1.175
Coréia do Sul	1.036	1.000	1.043	1.056	1.016	1.009
Outros	5.336	5.504	5.714	5.726	5.646	5.770
Total	**94.420**	**96.075**	**94.585**	**98.528**	**100.236**	**101.883**

Fonte: USDA; (p) preliminar; (e) estimado

Exportação

Atualmente, os EUA são os maiores exportadores de carne suína do mundo. Segundo as estimativas da USDA, em 2008 os EUA exportaram 2,1 milhões de toneladas de carne suína, correspondendo a 34,4% da exportação mundial. O segundo maior exportador é a União Europeia, seguido pelo Canadá e Brasil. O quadro abaixo mostra os principais exportadores de 2005 a 2010 (estimado):

Exportações Mundiais de Carne Suína (em milhares de toneladas)

	2005	2006	2007	2008	2009 (p)	2010 (e)
EUA	1.209	1.359	1.425	2.117	1.887	2.018
EU-27	1.143	1.284	1.286	1.726	1.250	1.200
Canadá	1.084	1.081	1.033	1.129	1.130	1.100
Brasil	761	639	730	625	645	700
China	502	544	350	223	230	240
Chile	128	130	148	142	142	150
México	59	66	80	91	86	95
Austrália	56	60	54	48	45	48
Coréia do Sul	16	14	13	11	20	25
Vietnã	19	20	19	11	10	11
Croácia	1	2	2	3	5	6
Outros	28	25	22	21	15	15
Total	**5.006**	**5.224**	**5.162**	**6.147**	**5.465**	**5.608**

Fonte: USDA; (p) preliminar; (e) estimado

Importação

Segundo o USDA, o maior importador de carne suína do mundo é o Japão, representando cerca de 21,4% das importações mundiais, em 2008. Rússia, México e Coreia do sul vêm em seguida. O quadro abaixo mostra os principais importadores de carne suína de 2005 a 2009 (estimado):

Importações Mundiais de Carne Suína (em milhares de toneladas)

	2005	2006	2007	2008	2009 (p)	2010 (e)
Japão	1.314	1.154	1.210	1.267	1.210	1.210
Rússia	752	835	894	1.053	750	750
México	420	446	451	535	600	620
Coréia do Sul	345	410	447	430	375	400

EUA	464	449	439	377	373	390
Hong Kong	263	277	302	346	345	348
Canadá	139	145	171	194	170	200
Ucrânia	62	62	82	238	240	200
Austrália	105	109	141	152	170	175
China	88	90	198	430	150	120
Singapura	85	98	97	91	99	102
Outros	703	846	655	802	841	897
Total	**4.740**	**4.921**	**5.087**	**5.915**	**5.323**	**5.412**

Fonte: USDA; (p) preliminar; (e) estimado

Competitividade

A competitividade de um produtor de carne suína no mercado internacional sofre impacto significativo de sua estrutura de custos. O principal custo de produção de suínos é a ração, correspondendo a mais de 70,0% dos custos totais, segundo dados da CONAB. Outros fatores que afetam a competitividade são custos de transporte e distribuição, além de barreiras comerciais impostas por mercados importadores.

Barreiras Comerciais e Riscos Sanitários

Assim como nos casos dos bovinos e frangos, no caso dos suínos as barreiras comerciais e riscos de doenças em animais oferecem riscos ao desempenho das empresas do setor. As barreiras comerciais abrangem quotas à importação de produtos brasileiros, tarifas protecionistas, subsídios diretos e indiretos para produtores locais, exigências de licenças e restrição total à importação. A maioria dos países exige acordos sanitários com o Brasil antes de importar produtos brasileiros (como é o caso dos Estados Unidos, o qual não possui acordos sanitários com o Brasil relacionados a produtos suínos e aves).

Gripe A (H1N1) ou Gripe A: nos últimos meses, vários casos da Gripe A (H1N1), conhecida inicialmente como "gripe A", foram relatados em humanos principalmente no México e Estados Unidos e, com menor número de casos, em diversos outros países, incluindo o Brasil. Este vírus possui alta capacidade de ser transmitido entre humanos e, tendo em vista que os meios de comunicação nem sempre informam que o consumo de carne suína devidamente preparada não é transmissor da gripe, as pessoas imediatamente criam uma certa resistência de curto-prazo ao consumo de derivados do animal quando se dá à gripe o nome de "gripe A". Dessa forma, a primeira medida das pessoas é diminuir o consumo desses produtos.

Febre Aftosa (Foot and Mouth Disease): O Brasil é dividido em zonas em relação à presença da febre aftosa. Nos últimos sete anos, o Brasil progrediu muito em seu controle da febre aftosa, principalmente considerando-se que praticamente todo o território brasileiro foi afetado pela doença em 1998. Segundo o MAPA, hoje, 59% do território nacional está livre de febre aftosa e 89% do gado brasileiro está localizado em áreas livres da febre aftosa. Tal êxito se deve a esforços governamentais para erradicar a doença e à maior preocupação dos criadores de gado brasileiros, que resultaram no aumento dos níveis de vacinação (em 2009, estima-se que o Brasil vacinará cerca de 96,8% de seu gado). O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento desenvolveu o Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa dentro da meta de sua limitação no Continente Sul Americano até o ano de 2009, de acordo com o Plano Hemisférico de Erradicação da Febre Aftosa. É importante observar que a febre aftosa é um problema de saúde animal e não afeta seres humanos. As exportações de carne in natura são limitadas durante surtos a fim de evitar prejuízos econômicos no mercado externo.

Azul Síndrome Respiratória e Reprodutiva dos Suínos (PRRS) ou Doença da Orelha Azul: A PRRS é uma enfermidade que pode causar abortos próximos ao parto, partos prematuros, mumificação fetal, leitões fracos e natimortos, infertilidade e sinais respiratórios em diversas faixas etárias, sendo endêmica (persiste por muito tempo em uma população) em vários países. No Brasil, não há evidências da existência da doença e, portanto, devem ser empenhados esforços para evitar sua introdução, principalmente através da importação de animais. A doença consta na Lista da OIE (junção das antigas listas A e B), sendo, por esta razão, classificada como enfermidade de notificação obrigatória.

Peste Suína Clássica: A Peste Suína Clássica (PSC), também conhecida como febre suína ou cólera dos porcos, é uma doença contagiosa e frequentemente fatal dos suínos, e foi reconhecida pela primeira vez no século XIX e sua etiologia viral foi estabelecida no início do século XX. Atualmente, algumas das áreas ou países mais importantes na produção de suínos são livres de PSC, mas apesar dos esforços para sua erradicação, a doença permanece endêmica ou recorrente em outras áreas. A probabilidade de propagação da doença é maior em áreas com alta densidade populacional suína. Em países onde a PSC é endêmica, geralmente a vacinação é usada extensivamente para prevenção de perdas, embora não seja um método efetivo para erradicação da doença.

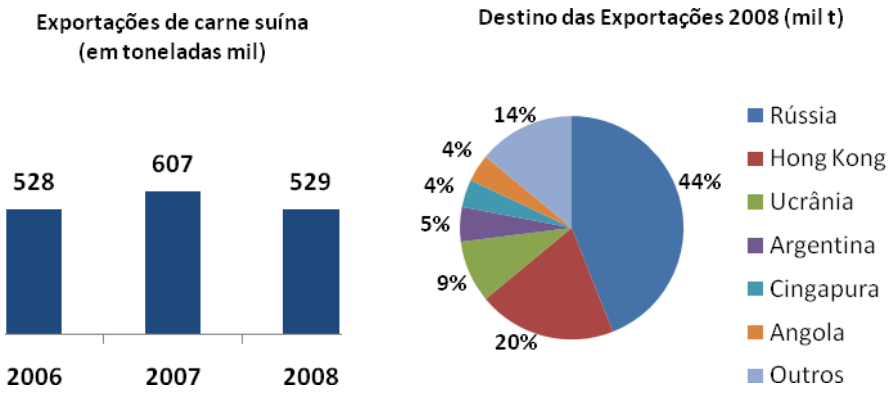
O SETOR DE CARNE SUÍNA NO BRASIL

Consumo

Segundo a USDA, o consumo de suínos no Brasil totalizou 2,4 milhões de toneladas em 2008, crescimento de 5,8% em relação a 2007. O país é o sexto maior consumidor de carne suína do mundo, com cerca de 2,4% do consumo global. Em 2008, o Brasil consumiu aproximadamente 79,3% de sua produção de carne suína. Dados da USDA mostram que o consumo de carne suína vem crescendo no Brasil, sendo que a previsão é que em 2010 o consumo atinja 2,549 milhões de toneladas, superando o consumo do Japão. No mercado interno, houve uma evolução no consumo per capita, que fechou 2008, segundo a USDA, um pouco acima dos 12 Kg per capita/ano, crescimento de 3,4% sobre o ano anterior.

1. *Produção*

2. Segundo a USDA, o Brasil é o quarto maior produtor e exportador e sexto maior consumidor de suínos do mundo, e apesar de apresentar alta competitividade no seu processo produtivo, esse segmento sofre com as restrições sanitárias dos principais mercados. Como alternativa, o País exporta principalmente para outros mercados, como Rússia e Hong Kong, como podemos ver no quadro abaixo:



a.
b. Fonte: ABIPECS

3. A queda no volume de exportações foi consequência principalmente da redução nos pedidos da Rússia devido a problemas de escassez de crédito para importadores. A queda no volume foi em parte compensada pelo aumento do preço médio da tonelada exportada, que foi de US$ 2.820 em 2008, uma evolução de 38,9% em relação ao ano de 2007, segundo dados da ABIPECS.

Exportação

No ano de 2008, alguns avanços foram alcançados no Brasil em relação à questão sanitária como, por exemplo, o envio de uma missão veterinária norte-americana para coletar dados com o objetivo de realizar análise de risco e o envio de um questionário pelo Japão como primeiro passo para abertura do maior mercado importador do mundo. O Chile voltou a comprar o produto brasileiro, por meio de embarques da carne de Santa Catarina, estado livre de aftosa sem vacinação. Existe ainda a possibilidade da abertura dos mercados da China e Japão no ano de 2009.

A crise global também afetou as exportações de carne suína, provocando queda no volume exportado e reajuste nos preços. Dados da SECEX mostram que depois de uma queda abrupta no volume exportado no 4º trimestre de 2008, os embarques de carne suína começaram recuperar-se a partir de janeiro de 2009, aumentando em fevereiro e março quando atingiram o mesmo patamar do mesmo período do ano anterior. Contudo, o semestre foi marcado por fortes reajustes nos preços. Em janeiro de 2009, o preço médio de exportação foi de US$ 1,96/Kg contra US$ 2,39/Kg em dezembro de 2008, desvalorização de 18,2%. Em junho atingiu US$ 1,91/Kg, porém, dados de julho referentes à carne de suíno congelada, fresca ou refrigerada apontam movimento de recuperação de preços, chegando a US$ 2,16/Kg, segundo dados da Secex.

De janeiro a setembro de 2009, foram exportadas 464 mil toneladas contra 424 mil no mesmo período de 2008, representando uma elevação de 9,4% O preço médio da tonelada exportada foi de US$ 1.939 em 2009, um reajuste da ordem de -30,4% em relação ao ano anterior. . Por conta do reajuste de preços, a receita gerada com as exportações de carne suína teve uma queda de 23,9%, saindo de US$ 2.789 milhões em 2008 para US$ 1.939 milhões em 2009 (de janeiro a

setembro para ambos os anos). Os principais importadores da carne suína brasileira continuam sendo a Rússia, Hong Kong e Angola.

Exportações de carne suína do Brasil

	9M08	9M09	Var.%
Vendas (US$ M)	1.181	899	-23,9%
Volume (mil ton)	424	464	9,4%
Preço (US$/ton)	2.786	1.939	-30,4%

Fonte: SECEX

A diminuição dos estoques em alguns importantes importadores e a melhora na oferta de crédito na Rússia trouxeram efeitos positivos para as exportações já no 1º trimestre de ano. Os volumes já seguem uma tendência de alta, sendo que os preços ainda não demonstraram um processo de recuperação.

Barreiras Comerciais e Riscos Sanitários

Segundo a ABIEC e de acordo com as diretrizes estabelecidas pela OIE, o Brasil é dividido em zonas em relação à presença da febre aftosa. Nos últimos sete anos, o Brasil progrediu muito em seu controle da febre aftosa, principalmente considerando-se que praticamente todo o território brasileiro foi afetado pela doença em 1998.

A demanda global por produtos de aves, suínos e de carne bovina provenientes do Brasil sofre impactos significativos de barreiras comerciais, exigências sanitárias e barreiras relacionadas a doenças, a questões religiosas e condições econômicas, além de outros fatores, conforme o mercado para o qual o produto será exportado. As barreiras comerciais abrangem quotas à importação de produtos brasileiros (como na Rússia, por exemplo), tarifas protecionistas (como na União Europeia, por exemplo), subsídios diretos e indiretos para produtores locais, exigências de licenças (como na China, por exemplo) e restrição total à importação. A maioria dos países exige acordos sanitários com o Brasil antes de importar produtos brasileiros (como é o caso dos Estados Unidos, o qual não possui acordos sanitários com o Brasil relacionados a produtos suínos e aves).

Além disso, os surtos de doenças animais podem resultar em barreiras à importação (como é o caso da Rússia, que impediu a importação de produtos suínos brasileiros tendo em vista a febre aftosa que afetou o gado em dois estados brasileiros). O Oriente Médio, que consiste em uma região ativa para a venda de aves por produtores brasileiros, não importa produtos suínos devido à restrição da religião muçulmana ao consumo de carne de porco. Acima de tudo, as condições econômicas de determinado mercado de exportação (seja ele nacional ou regional) podem influenciar a demanda por todos os tipos de produtos suínos, de carne bovina e aves, como também por produtos processados.

MATÉRIA-PRIMA

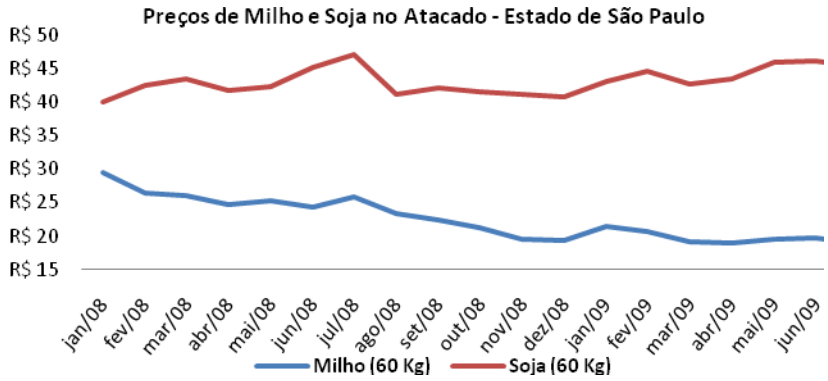
Grãos

Segundo os dados do Instituto de Economia Agrícola (IEA), de janeiro a agosto de 2009, o preço médio da saca do milho (60Kg)no atacado, no estado de SP, foi de R$ 19,60, o que representa uma queda de 23,9% em relação ao mesmo período de 2008, quando foi de R$ 25,70. Já a soja apresentou uma pequena elevação de 3,6%, saindo de R$ 43,0 em 2008 para R$ 44,5 em 2009 (janeiro a agosto

Preço Médio de Grãos no Estado de SP - Jan a Ago			
	2008	**2009**	**Var.%**
Milho (60Kg)	25,7	19,6	-23,9%
Soja (60Kg)	43,0	44,5	3,6%

Fonte: IEA

Segue abaixo, a gráfico com o preço do milho e da soja:



De acordo com a última pesquisa realizada pela CONAB no período de 14 a 18 de setembro de 2009, a soja deve ter a maior safra 2009/10, além da maior elevação em área plantada. A expectativa é um crescimento de 3% na área plantada e 10% na safra. Para o milho, é esperado uma redução de 5% na área plantada durante a safra 2009/10, sendo impactado negativamente pelos atuais preços baixos e elevados níveis de estoques. Apesar dos baixos níveis de preços do milho, a CONAB estima um crescimento de 1% na produção do milho.

ATIVIDADES DA COMPANHIA

INTRODUÇÃO

Somos uma multinacional de origem brasileira dedicada à produção, industrialização e comercialização no mercado interno e externo de produtos alimentícios diversificados, com foco em derivados de proteína animal. De acordo com dados da SECEX e do INAC , somos um dos maiores exportadores de carne bovina do mundo e fomos considerados em 2008, pela Fundação Dom Cabral, a empresa mais internacionalizada do agronegócio brasileiro. Atuamos há mais de duas décadas no setor alimentício e consolidamos um modelo de verticalização de nossos negócios através de um amplo e diversificado portfólio de proteínas e pela forte e crescente presença no segmento de processados, que acreditamos ser um dos principais vetores de crescimento de nossos negócios e expansão de margens nos próximos anos.

Construímos um modelo de negócios integrado e geograficamente diversificado, composto por bases de produção localizadas em lugares com vantagens competitivas importantes de custo e uma rede de distribuição com acesso aos principais mercados consumidores do mundo, em mais de 100 países. Estamos organizados estrategicamente em cinco divisões, com estruturas próprias e profissionalizadas: (i) Bovinos e *Food Service* - Brasil, (ii) Aves, Suínos e Industrializados - Brasil; (iii) Argentina; (iv) Uruguai e (v) Europa. Sem considerar as aquisições da Seara, temos 84 plantas industriais e escritório distribuídos em 13 países na América do Sul, América do Norte e Europa e uma capacidade instalada diária de 30.150 cabeças de bovinos, 4.200 cabeças de suínos, 1.846.000 cabeças de frangos, 30.000 cabeças de perus, 9.400 cabeças de ovinos e capacidade de produção mensal de 48.215 toneladas de produtos industrializados, que constituem uma plataforma altamente capacitada para suportar nosso crescimento e capaz de mitigar os riscos típicos da indústria.

Desde nossa oferta inicial de ações realizada em 2007, realizamos nossa estratégia de crescimento expressivo e consistente de nossas operações, baseado em nosso modelo de negócios internacionalizados e diversificados. No período entre 31 dezembro de 2005 e 31 de dezembro de 2008, nosso volume de produtos vendidos, em toneladas, cresceu 298,9% e saiu de 371.187 toneladas em 2005, atingindo 1.480.767 toneladas em 2008 com um crescimento anual composto (CAGR) de 58,6%. Nosso crescimento foi acompanhado de um aprimoramento de nossos processos internos, buscando melhor eficiência e um rígido controle de custos operacionais, o que acreditamos ter aumentado nossa rentabilidade.

Firmamos em 14 de setembro de 2009 um compromisso irretratável e irrevogável de compra e venda para aquisição da totalidade do negócio brasileiro de proteínas animais (aves, suínos e industrializados) da Cargill Inc. e determinadas afiliadas da Cargill na Europa e na Ásia, incluindo a marca SEARA, 8 unidades industriais no segmento de produtos processados de valor adicionado e industrializados de aves e suínos e um terminal portuário. Acreditamos que esta aquisição agregará uma capacidade instalada diária de, aproximadamente 6.200 cabeças de suíno e de 1.200.000 cabeças de frango, e capacidade de produção mensal de aproximadamente 16.400 toneladas de produtos industrializados, com o que consolidamos nossa estratégia de expansão pela adição de capacidade produtiva com potencial de sinergia com as nossas estruturas atuais na América do Sul e na Europa.

O valor da Aquisição é de US$900,0 milhões, sendo que US$706,2 milhões deverão ser pagos à vista na data de conclusão da Aquisição e US$193,8 milhões representam dívidas que nós assumiremos. O valor a ser pago à vista poderá ser ajustado por conta de eventuais contingências e para refletir flutuações do capital de giro entre a 31 de maio de 2009 e a data de fechamento. Em outubro de 2009 foi concluído o procedimento de auditoria legal da Seara. Como resultado deste procedimento, ficou acordado que haverá um ajuste de preço em favor da Marfrig de um

valor entre US$ 13,0 milhões e US$ 14,0 milhões, dependendo da realização de acordo pela Cargill para o encerramento de determinados processos judiciais. Este ajuste é independente de potenciais outros ajustes relativos à posição de capital de giro da Seara, que ocorrerão anteriormente à transferência das ações da Seara e suas subsidiárias para a Companhia, e que não foram calculados ainda. Esperamos que tanto o ajuste relativo à diligência legal da Seara, quanto o ajuste relativo à posição de capital de giro da Seara sejam realizados simultaneamente.

A conclusão da Aquisição está sujeita a verificação de determinadas condições e à aprovação dos órgãos do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e aos órgãos competentes na União Europeia, de modo que não podemos garantir se e quando a Aquisição será concluída.

Pretendemos financiar a Aquisição com os recursos advindos desta Oferta. Para maiores informações, vide a seção "Destinação dos Recursos",. na página 121 deste Prospecto. Adicionalmente, o Banco Bradesco S.A. emitiu carta fiança no valor de US$706,2 milhões, garantindo o pagamento da Aquisição.

Segundo dados da AC Nielsen, ABIPECS e ABEF, acreditamos que após essa aquisição seremos a segunda maior companhia brasileira em aves e suínos no mercado de exportação e uma das maiores no mercado interno, facilitando nosso acesso às maiores redes varejistas e de food service do Brasil.

Para maiores informações, vide a seção "Discussão e Análise da Administração sobre a Situação Financeira e o Resultado das Operações – Eventos Subsequentes a 30 de setembro de 2009 – Aquisição da Seara na página 193 deste Prospecto.

Firmamos em 19 de setembro de 2009 um contrato vinculante para aquisição inicial de 51% do Grupo Zenda por US$49,5 milhões sujeito a ajuste por contingências que serão verificadas após o processo de diligência legal e os restantes 49%, em parcelas semestrais pelo valor equivalente a 7 (sete) vezes o EBITDA anual médio entre 2010 e 2012, menos a dívida líquida, conforme definida no contrato vinculante para a aquisição do Grupo Zenda, multiplicada por 49%, mais a soma adicional, conforme definida no contrato vinculante para a aquisição do Grupo Zenda, iniciando-se o pagamento da primeira parcela no prazo de 12 (doze) meses contados da data do fechamento e a última decorridos 42 (quarenta e dois) meses da data do fechamento em data limite de até 31 de julho de 2013, e cuja atividade é a produção e comercialização de couros semi-terminados, acabados e cortados, fornecendo seus produtos para as indústrias automobilística e de aviação, além da indústria de tapeçaria. O Grupo Zenda tem a capacidade diária de produção de 7.000 couros acabados e cortados, possui sede no Uruguai e tem unidades comerciais na Argentina, México, Estados Unidos, Alemanha, África do Sul, Chile, Hong Kong e China.

Firmamos em 21 de setembro de 2009 contratos de arrendamento com opção de compra com os frigoríficos Margen S.A. e Mercosul S.A. para o arrendamento de 12 plantas frigoríficas localizadas nos estados brasileiros de Goiás, Pará, Rondônia, Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio Grande do Sul que, juntas, possuem capacidade de abate de 8,8 mil cabeças de gado/dia, além de 1,7 mil toneladas de produtos industrializados/mês.

PONTOS FORTES

Acreditamos estar em posição privilegiada para continuar a expansão de nossa base atual de clientes, aproveitar as oportunidades de negócio no segmento de alimentos industrializados e processados, de cortes nobres e no segmento de *food service* e continuar a criar valor para os acionistas devido a nossa capacidade comprovada de crescimento orgânico e histórico de aquisições de qualidade, consubstanciados pelo aumento de 1.553,2% em nossa capacidade de produção de industrializados entre os anos de 2006 e 2008. Adicionalmente acreditamos ter os seguintes pontos fortes:

Capacidade de crescimento orgânico. Nossas plantas foram todas adquiridas, arrendadas ou construídas nos últimos nove anos e foram projetadas ou estão sendo modernizadas para produzir uma ampla variedade de produtos de carne bovina, suína, ovina e de aves, incluindo produtos de alto valor agregado, como cortes nobres, carne bovina cozida congelada, carne suína defumada, embutida e salgada. Nossas modernas instalações nos dão amplo acesso a clientes, como redes mundiais de supermercados, que exigem os mais altos padrões de qualidade de seus fornecedores. Acreditamos que a capacidade de produção de nossa plataforma de bovinos, aves e suínos poderá ser aumentada de forma relevante com investimentos nas plantas atuais..

Comprovada capacidade de selecionar, adquirir e integrar com sucesso novas empresas. Temos um histórico de sucesso na integração e aquisição de companhias no Brasil e no Exterior, conduzindo tais processos de maneira rápida, bem sucedida e captando sinergias. Nos três últimos anos, adquirimos e integramos, com sucesso, 36 negócios com elevado potencial de crescimento, entre sociedades, ativos e marcas em diversos segmentos de nosso setor. Desta forma, acreditamos possuir a experiência necessária para identificar, adquirir e integrar oportunidades de novos negócios e nos beneficiando das sinergias decorrentes de cada nova aquisição. Isso permite aliar crescimento com captura de sinergias operacionais, gerando uma rentabilidade consistente e crescente à medida que mais marcas e produtos são incluídos em nosso portfólio.

Plataforma global e diversificada. Temos uma plataforma global presente em 5 continentes, com 84 plantas e escritórios na América do Sul, América do Norte, Ásia, África e Europa e um sistema de distribuição que nos permite acesso a mais de 100 países. Em virtude da localização estratégica de nossas plantas no Brasil, Argentina e Uruguai, nos beneficiamos dos baixos custos de produção devido à grande disponibilidade de terras e da tradição na criação de animais para abate nestas regiões, o que resulta em preços competitivos e maior volume de exportações. Acreditamos que isto, combinado com a venda de produtos de alto valor agregado, em sua maioria processados e industrializados, em mercados consumidores com alto poder aquisitivo, como Europa e os Estados Unidos, nos possibilita gerar margens de rentabilidade mais elevadas. Nosso volume de exportações e de vendas em mercados locais nos permitem manter a escala necessária à condução e expansão de nossos negócios em mercados competitivos. Adicionalmente, nosso portfólio diversificado de produtos nos permite oferecer uma grande variedade de produtos, o que acreditamos resultar em uma maior fidelização de nossos clientes. Finalmente, nossa estratégica de diversificação geográfica e de portfólio de produtos se traduz em uma proteção adicional contra riscos de nossa indústria.

Sólida reputação e marcas bem posicionadas. Acreditamos possuir um conjunto de marcas regionalmente fortes e que são reconhecidas como símbolos de ótima qualidade e consistência em produtos alimentícios como Bassi, Mabella, DaGranja, Pena Branca e Palatare. Entre as principais marcas brasileiras para exportação temos a GJ, de carne bovina, DaGranja Exports e PenaSul em frango e Westphalen em suínos. Possuímos ainda outras marcas de prestígio, incluindo a Paty - líder do mercado argentino de hambúrgueres e sinônimo da categoria no país - e Aberdeen Angus, símbolo de carne de qualidade na Argentina, Mirab, importante marca no mercado argentino de *meat snacks* tais como *beef jerky* e que exporta para diversos países, incluindo Estados Unidos, Japão e Reino Unido. No Uruguai temos a Tacuarembó, Viva, Paty e Bernina. Na Europa, temos o Grupo Moy Park e nos Estados Unidos a Pemmican, importante marca de *meat snacks* no país. Acreditamos que nossa sólida reputação e o reconhecimento de nossas marcas nos permite construir relacionamentos de longo prazo com nossos clientes.

Crescimento sustentado e forte comprometimento com preservação ambiental. Temos uma intensa preocupação em promover nosso crescimento de forma sustentada, razão pela qual nos filiamos ao *Task Force for Sustainable Ranching*, uma iniciativa do Banco Mundial e da IFC para a promoção da sustentabilidade ambiental através da cadeia de produção de gado. Comprometemo-nos a manter parcerias com governos estaduais para o desenvolvimento do

Programa de Certificação de Origem Animal e nos comprometemos a não criar ou adquirir gado de áreas listadas pelo IBAMA e demais agências de controle como zonas de risco ambiental, regiões de desmatamento, ou mesmo na floresta amazônica ou ainda lugares em que haja indícios de trabalho escravo.

Administração experiente e empreendedora. Nossa equipe de administração tem grande experiência no setor de alimentos, cujo somatório de experiências no mercado contabiliza mais de 150 anos que se reflete na grande capacidade de explorar oportunidades nos segmentos em que atuamos e em ajustar nossos planos de negócio às demandas do setor, que possibilitaram a geração de valor para nossos acionistas ao longo de toda a nossa existência. Nossa administração atual tem sido responsável pelo crescimento de nossas vendas, otimização de nossas operações, integração de nossas recentes aquisições com sucesso e nosso planejamento estratégico dos últimos anos. Temos administradores locais com relevante experiência no setor em cada uma de nossas operações internacionais. Nosso fundador e atual CEO, Marcos Molina, tem mais de 20 anos de experiência no mercado de alimentos.

ESTRATÉGIA

Temos como metas aumentar nossa internacionalização, nossa participação nos mercados em que atuamos e de nossas exportações, tais como continuar focando em produtos de maior valor agregado, aumentando nossas margens e lucratividade. Para isso colocamos em prática os seguintes objetivos estratégicos a serem alcançados:

Investir no crescimento orgânico. Pretendemos continuar investindo no aumento de capacidade de nossas plantas de aves e suínos e industrializados, de forma a manter a receita nesses segmentos balanceada com a receita proveniente de produtos de origem bovina, bem como em nosso sistema de distribuição e logística. Nosso parque atual nos permite o aumento relevante de nossa capacidade de produção sem necessidade de grandes investimentos. Adicionalmente, pretendemos realizar investimentos nos segmentos de distribuição e logística.

Continuar buscando oportunidades de investimentos e aquisições. A indústria de carne bovina na América do Sul, em especial no Brasil, Argentina e Uruguai é fragmentada e muitos de nossos concorrentes na América do Sul não possuem escala ou estrutura de capital adequada.. Acreditamos que o movimento de consolidação da indústria de alimentos baseados em proteínas animais, já visto na América do Norte, Europa e nos demais países desenvolvidos, continuará a ocorrer também na América do Sul. Aproveitando nossa experiência na execução de aquisições e integração de empresas adquiridas, monitoramos continuamente o mercado buscando oportunidades de aquisição e de parcerias estratégicas em toda a cadeia de produção, que nos ofereçam novos mercados e/ou adicionem novos produtos e nos ofereçam ganhos de escala e captura de sinergias operacionais.

Expandir o foco em produtos de alto valor agregado. Pretendemos continuar aumentando nossa gama de produtos industrializados processados e cortes *in natura* especiais, tais como frios, embutidos, pratos congelados, enlatados, hambúrgueres, massas, cortes de carne especiais, entre outros. Esses são produtos de alto valor agregado quando comparados com a carne *in natura* e, portanto, capazes de colaborar para o incremento de nossas margens.

Capitalizar e desenvolver nossas marcas. Pretendemos conquistar nos mercados em que atuamos posicionamentos semelhantes aos que possuímos na Argentina, onde temos a marca Paty, líder no mercado de hambúrgueres e referência da categoria, a marca Moy Park no Reino Unido e agora a marca SEARA, sujeita à consumação da Aquisição, nos mercados brasileiro e internacional, todas reconhecidas por possuírem produtos de altíssima qualidade. Nosso portfólio de marcas, seja no Brasil ou no exterior, está sendo analisado de forma a termos uma arquitetura de marcas que

agregue valor para a empresa, em que o consumidor as reconheça como sinônimos de qualidade superior e confiança, o que nos permitirá praticar uma política de preços ainda mais diferenciada.

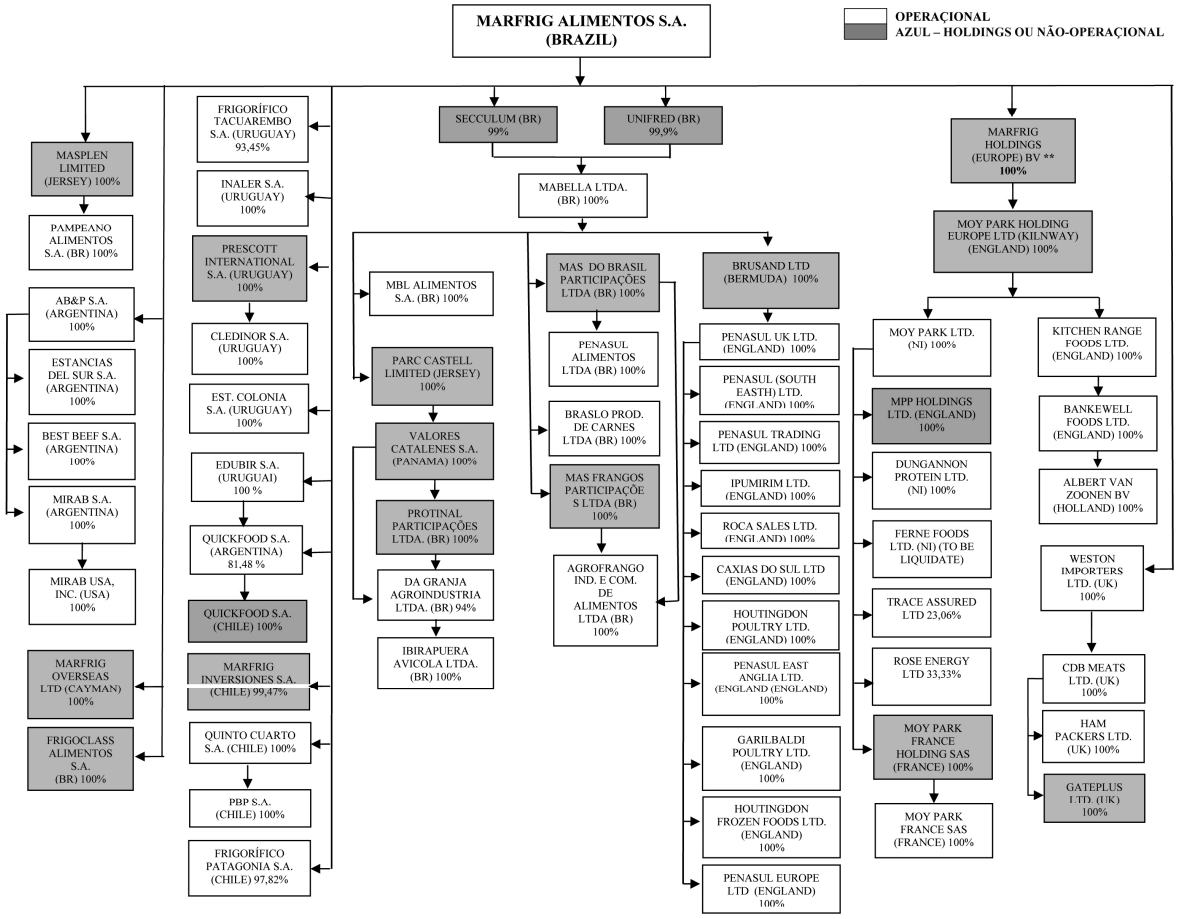
Maximizar nossa plataforma global e nossos relacionamentos comerciais. Pretendemos expandir nossa participação no mercado nacional e internacional buscando novas oportunidades por região e divisão de negócios, explorando mercados ainda não atendidos e desenvolvendo e consolidando os mercados em que já atuamos. Alguns produtos que compõem nosso portfólio ainda não são distribuídos em todos os mais de 100 países que atendemos, o que se traduz em novas oportunidades para crescimento. Ao mesmo tempo, continuaremos a investir na ampliação e consolidação da nossa posição nos mercados domésticos em que atuamos. Nos demais países em que temos operações na América do Sul, Europa e Estados Unidos, buscamos firmar novas parcerias e aumentar nossa base de clientes. Em 30 de setembro de 2009 possuímos mais de 45 mil clientes cadastrados em nossa carteira e pretendemos trabalhar continuamente para aumentar esse número.

Expandir nossas atividades de food service. Pretendemos aumentar a venda direta dos nossos produtos para restaurantes, supermercados, cozinhas industriais, boutiques de carne e redes de *fast food,* pois estas vendas se traduzem em melhores margens. Buscamos constantemente ampliar o número de produtos que oferecemos no nosso segmento de *food service* e maximizar nossa rede de distribuição existente, a fim de atender nossos clientes do ramo de serviços de alimentação com uma opção de fornecimento integrada que lhes ofereça uma gama completa de produtos alimentícios para suas operações diárias.

Agregar valor em couros semi-acabados, acabados e terminados. Pretendemos aumentar a venda desses produtos nos mercados da Europa, América do Norte, Ásia, África e no Mercosul, agregando valor ao couro e consequentemente ao valor total obtido pelo abate de bovinos, atendendo nossos clientes nas indústrias automotiva, aeronáutica e de tapeçaria e produtos afins. A aquisição recente, ainda pendente de conclusão, do Grupo Zenda é parte fundamental desta estratégia.

ESTRUTURA SOCIETÁRIA

O organograma abaixo reflete nossa estrutura societária, em 30 de setembro de 2009. Para maiores informações, veja a seção "Atividades da Companhia - Principais Acionistas", na página 276 deste Prospecto.



As sociedades controladas e coligadas da Companhia, apresentadas no organograma acima, devem ser consideradas no contexto operacional das atividades integradas de suas divisões e respectivas controladas:

DIVISÃO BOVINOS *FOOD SERVICE* – BRASIL

(i) Marfrig Alimentos S.A. (Brasil) – composta por 10 unidades de abate de bovinos, 3 unidades de processamento e industrialização de carne bovina, localizadas nos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia, além de um Centro de Distribuição no Estado de São Paulo; e

(ii) Masplen Ltd. (Ilha de Jersey), (empresa que detêm 100% da Pampeano Alimentos S.A. (Brasil)). A Pampeano é produtora de carnes enlatadas e outros produtos industrializados no Estado do Rio Grande do Sul

DIVISÃO AVES, SUÍNOS E INDUSTRIALIZADOS – BRASIL

(i) Secculum Participações Ltda. (Brasil) – 99% e União Frederiquense Participações Ltda. (Brasil) – 99,99%, (empresas que em conjunto detêm 100% da empresa Frigorífico Mabella Ltda. (Brasil)). A Mabella opera 1 unidade de abate de suínos no Estado de Santa Catarina e 1 unidade de abate e industrialização de carne suína no Estado do Rio Grande do Sul. Também concentra as operações de frangos e suínos da Marfrig, contemplando as empresas e seus respectivos percentuais de participação, abaixo:

- DaGranja Agroindustrial Ltda. – 94%;
- Braslo Produtos de Carnes Ltda. – 100%;
- Agrofrango Indústria e Comércio de Alimentos Ltda. – 100%; e
- Penasul Alimentos Ltda. – 100%.

A operação de frango é formada por 7 plantas de abate de aves e 7 unidades de processamento e industrialização de carne de aves nos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Distrito Federal, além de contar com uma planta de abate de perus localizada em Caxias do Sul (SC).

(ii) MBL Alimentos S.A. (Carroll's), empresa que opera na criação de suínos – 100%.

DIVISÃO ARGENTINA

(i) Argentine Breeders & Packers S.A. (Argentina), com 3 plantas de abates de bovinos (incluindo as posições em que detém 100% das empresas Best Beef S.A. (Argentina), Estâncias Del Sur S.A. (Argentina) e Mirab S.A. (Argentina e EUA)), produtora e distribuidora de *beef jerky* para o mercado norte-americano e diversos outros destinos de exportação;

(ii) Quickfood S.A. (Argentina) é uma Companhia aberta, detentora da marca PATY, líder nos mercados argentino, uruguaio e chileno de hambúrgueres, com 2 plantas de abate e 3 unidades de produtos processados e industrializados de carne bovina.

DIVISÃO URUGUAI

(i) Frigorífico Tacuarembó S.A. (Uruguai), que opera uma unidade de abate e industrialização de carne bovina;

(ii) Inaler S.A. (Uruguai), unidade de abate de bovinos e ovinos;

(iii) Marfrig Chile Inversiones Ltda. (Chile), operando um frigorífico de cordeiros na Patagonia e uma unidade de desossa de carne e *trading* operando com o mercado chileno;

(iv) Prestcott International S.A. (Uruguai), que detém 100% da empresa Cledinor S.A. (Uruguai), frigorífico de bovinos e ovinos na cidade de Salto;

(v) Establecimientos Colonia S.A. (Uruguai), frigorífico de bovinos na cidade do mesmo nome.

(vi) Fray Bentos Bentos arrendamento de 1 planta de industrializados com capacidade instalada 4.600 toneladas/mês.

DIVISÃO EUROPA

(i) Weston Importers Ltd. (Reino Unido), *trading* que atua no mercado europeu e que detém 100% da empresa CDB Meats Ltd. (Reino Unido), produtora de carnes industrializadas;

(ii) Marfrig Holdings (Europe) – BV (Holanda) que detém 100% da Moy Park Holdings (Europe) Limited (Empresa com sede da Irlanda do Norte), que detém 100% das empresas Moy Park Group e Kitchen Range Foods Ltd. (Inglaterra) que opera 3 plantas de abate de aves e 8 plantas de produtos processados e industrializados na Inglaterra, Irlanda do Norte, França e Holanda.

A COMPANHIA

A Marfrig Alimentos S.A., é uma companhia aberta, com sede na Av. Brigadeiro faria Lima, nº 1912 – conjutno 7-B, Jardim Paulistano – São Paulo, fundada em 06 de setembro de 2000, com prazo de duração indeterminado, registrada na CVM em 18 de setembro de 2007, e cujo objeto social é (a) exploração das atividades frigoríficas, com abate de bovinos, eqüinos, suínos, caprinos, ovinos, aves, bufalinos e a industrialização e comercialização de produtos e subprodutos de origem animal, comestíveis ou não, incluindo-se, mas não limitado à industrialização e comercialização de produtos e subprodutos de couro, em estabelecimento próprio ou de terceiros; (b) compra, venda, distribuição, representação, importação e exportação de produtos alimentícios em geral, inclusive bebidas alcoólicas ou não e outros; (c) compra e venda de bovinos, eqüinos, suínos, caprinos, ovinos, aves, bufalinos em pé; (d) fornecimento de mão de obra efetiva junto a outras empresas; (e) exploração de atividade agropecuária; (f) participação como sócia ou acionista em qualquer empresa de caráter comercial ou civil; (g) distribuição e comercialização de produtos alimentícios em geral; (h) produção, distribuição e comercialização de sabões, preparações para lavagem, desinfetantes, amaciantes e outros produtos de higiene e limpeza; (i) cogeração, produção e comercialização de energia e biodiesel; (j) participação no mercado financeiro, bem como no mercado de crédito de carbono; (k) comercialização e produção de produtos derivados de leguminosas e vegetais, bem como de todos os seus derivados e sucedâneos; rações, conservas, enlatados e gorduras; e (l) transporte de seus produtos e de terceiros; representações e outros empreendimentos correlatos e que forem necessários aos objetivos sociais.

HISTÓRICO DE CRESCIMENTO ORGÂNICO E AQUISIÇÕES

Em 1986, o Sr. Marcos Antonio Molina dos Santos aos 16 anos, abriu seu primeiro negócio e, apenas dois anos depois, já havia se estabelecido como um importante distribuidor de cortes bovinos, suínos, aves e pescados, além de vegetais congelados importados, para uma variada gama de clientes no Estado de São Paulo, incluindo renomados restaurantes. Em 1998, iniciou as atividades de seu primeiro Centro de Distribuição na cidade de Santo André, Estado de São Paulo para atender a crescente demanda de produtos . Em 2000, nossos sócios fundadores constituíram a Marfrig Frigoríficos e Comércio de Alimentos Ltda. (que viria a ser transformada na Companhia) e, arrendamos nossa primeira planta de abate e processamento em Bataguassu (que veio a ser adquirida posteriormente), Estado de Mato Grosso do Sul. Nosso negócio de exportação foi criado no ano seguinte quando arrendamos nossa segunda planta de abate e processamento em Promissão, Estado de São Paulo (Promissão I), junto com a aquisição da marca GJ, reconhecida no mercado internacional.

Em 2003, adquirimos a planta de Tangará da Serra e, no ano seguinte, arrendamos a planta de Paranatinga (que veio a ser adquirida posteriormente), ambas no Estado de Mato Grosso. Em abril de 2006, adquirimos a planta de Mineiros, no Estado de Goiás. Em julho de 2006, constituímos a Marfrig Chile, e em setembro de 2006 compramos 50% do capital social da Quinto Cuarto, Em agosto de 2006, adquirimos as plantas de Chupinguaia, no Estado de Rondônia e a planta de São Gabriel, no Estado do Rio Grande do Sul. Em outubro de 2006, adquirimos 75,22% da sociedade

Tacuarembó no Uruguai, além de 100% do capital da Argentine Breeders and Packers, que possui uma planta de abate na Argentina. Em dezembro de 2006 concluímos a construção de uma planta em Porto Murtinho, no Estado de Mato Grosso do Sul. Adquirimos ainda, em dezembro de 2006 o controle da sociedade Inaler, nossa segunda planta no Uruguai.

Em janeiro de 2007, adquirimos a nossa segunda planta em Promissão, Estado de São Paulo (Promissão II). No decorrer dos anos de 2007, 2008 e 2009 foram adquiridas mais 17,52% do Frigorífico Tacuarembó S.A., companhia controlada, com sede em Tacuarembó – Uruguai, totalizando uma participação de 93,45%. Em 23 de janeiro de 2007, foi efetuada a integralização de capital no montante de US$2,4 milhões no capital da Weston Importers Ltd., com sede em Northhampton – Reino Unido. Em 29 de janeiro de 2007, foram adquiridas 42% das ações da Inaler S.A., companhia controlada, com sede em San José - Uruguai, totalizando uma participação de 100%.

Em 05 de maio de 2007, firmamos contrato de compra e venda para aquisição da marca Kilo Certo e dos ativos de sua planta processadora localizada no Estado de São Paulo, sendo a posse de referidos ativos transferida para a Companhia em 01 de setembro de 2007.

Em 10 de maio de 2007, firmamos instrumento particular de compromisso de compra e venda para aquisição da totalidade das ações da Masplen, uma sociedade constituída de acordo com as leis de Jersey, que por sua vez detém a totalidade das ações da Pampeano, uma sociedade constituída de acordo com as leis brasileiras e detentora de uma planta industrializadora de carnes enlatadas e carne desidratada (*beef jerky*) localizada na cidade de Hulha Negra, no Estado do Rio Grande do Sul.

Em 2 de setembro de 2007, foram adquiridas 100 % das ações da Prestcott International S.A., holding com sede em Montevidéu, que detém 100% do controle da empresa Cledinor S.A., no Uruguai. A Cledinor desenvolve as atividades com nome comercial de "Frigorífico La Caballada".

Em 6 de julho de 2007, finalizamos a Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações de Emissão da Companhia, que compreendeu a distribuição de 60.030.000 ações ordinárias, totalizando R$ 1.020,51 milhões.

Em 18 de Julho de 2007 arrendamos uma fazenda para confinamento de gado bovino, localizada no Estado de São Paulo, na cidade de Pereira Barreto, com capacidade para abrigar 15.000 cabeças de gado.

Em 23 de julho de 2007, adquirimos por meio de nossa subsidiária no Chile - Marfrig Chile Inversiones - os 50% remanescentes do capital social da sociedade chilena Quinto Cuarto, passando desta forma a deter a sua totalidade. Ademais, em 13 de agosto de 2007, firmamos por meio de nossa subsidiária no Chile - Marfrig Chile Inversiones - um termo de acordo para aquisição de 97,82% das ações do Frigorífico Patagônia, localizado em Comuna Porvenir – Tierra del Fuego no Chile, com capacidade de abate de 300.000 cabeças de cordeiro/ano.

Em 17 de agosto de 2007, firmamos compromisso de compra e venda para aquisição de imóvel e equipamentos de Curtume localizado na cidade de Promissão, São Paulo, com capacidade de processamento de 1.500 couros por dia. Esta aquisição teve como objetivo incrementar nossa posição no setor de couro, absorvendo a produção de peles originada do abate realizado nas unidades localizadas na cidade de Promissão.

Em 04 de Outubro de 2007, arrendamos uma fazenda para confinamento de gado bovino, localizada no Estado de São Paulo, na cidade de Guapiaçu, com capacidade para abrigar 12.500 cabeças de gado.

Em 31 de outubro de 2007, adquirimos por meio de nossa subsidiária integral na Argentina, a AB&P, as empresas argentinas Best Beef S.A. e Estancias del Sur.

Firmamos, em 13 de novembro de 2007, "Contrato de Compra e Venda" para aquisição da empresa controladora de 100% das ações da empresa Establecimientos Colonia S.A. Colonia tem como principais atividades o abate, produção, processamento e exportação de carne bovina e produtos dela derivados.

Concluímos, em 20 de novembro de 2007, a aquisição de 70,51% das ações da empresa argentina Quickfood de seus sócios controladores. A Quickfood é uma das principais empresas na produção de alimentos derivados de carne bovina na Argentina. Suas principais atividades incluem o abate, produção, processamento e exportação de carne bovina e produtos dela derivados.

Em 30 de novembro de 2007, celebramos contrato de Compra e Venda de Quotas por meio do qual adquirimos 100% do controle da Mabella. A Mabella possuía então duas plantas de abate de suínos com capacidade total de 4.200 cabeças por dia nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Em 02 de janeiro de 2008, adquirimos, por meio de nossa subsidiária integral AB&P, 100% das ações da Mirab, localizada em Buenos Aires, Argentina. A Mirab é umas das principais fabricantes líder na Argentina de *meat snacks,* na Argentina e ainda controla 100% da Mirab USA, Inc, localizada no Estado de Michigan nos Estados Unidos. A Mirab USA é uma das maiores processadoras e distribuidoras de marca própria de *beef jerky*.

Em 25 de fevereiro de 2008, a Companhia firmou compromisso de compra e venda para aquisição, por meio de nossa subsidiária Mabella, de 100% das ações de controle da Carroll's. A Carroll's cuja denominação atual é MBL Alimentos atua na criação e comercialização de suínos de alta qualidade, além de possuir uma das maiores fábricas de ração do Estado de Mato Grosso.

Em 6 de março de 2008, iniciamos nossas atividades no segmento de aves com a aquisição de toda a operação da Moinhos Cruzeiro do Sul no segmento de avicultura incluindo, dentre outros ativos, 100% das quotas representativas do capital social da PenaPaulo, a marca "Pena Branca" e todas as atividades e produtos relacionadas com essa marca. A PenaPaulo possuía então dois abatedouros, ambos localizados no estado de São Paulo, com capacidade combinada de abate de 300.000 frangos por dia, além de três fábricas de ração, uma granja de avós (aves), duas granjas de matrizes e três incubatórios, tendo sido posteriormente incorporada pela Mabella.

Em 15 de abril de 2008 , a Companhia adquiriu a totalidade das quotas representativas do capital social da DaGranja. Com uma experiência de 30 anos no setor de abate, frigorificação e comercialização de aves e suínos, a DaGranja possuia três abatedouros de aves, sendo 2 no Estado de Minas Gerais (Passos e Uberaba) e 1 no Estado do Paraná (Lapa) com capacidade de abate de 480.000 frangos por dia. A DaGranja, possuia ainda três fábricas de ração, duas fábricas de industrializados, sendo uma na cidade de São José do Rio Preto, São Paulo e uma na cidade de Lapa, Paraná, uma granja de avós, três granjas de matrizes e dois incubatórios, além de uma granja de suínos localizada na cidade de Ponta Grossa, estado do Paraná.

Em 12 de março de 2008, a Marfrig firmou contrato de compra e venda para aquisição, através de sua subsidiária integral Weston Importers Limited - localizada no Reino Unido, de 100% das ações do grupo de controle da C.D.B. Meats Limited ("CDB") – localizada em Dartford, Kent, Reino Unido. A CDB é uma das principais importadoras e distribuidoras de produtos alimentícios no Reino Unido. Essa aquisição inclui, também, a Ham Packers Limited, uma subsidiária integral da CDB, que controla e opera uma moderna fábrica de enlatados, também no Reino Unido.

Em 23 de julho de 2008, a Companhia firmou compromisso de compra e venda para a aquisição da marca Pemmican através de sua subsidiária Mirab USA Inc., além de equipamentos ligados à produção de *beef jerky* da ConAgra Foods.

No decorrer dos anos de 2008 e 2009, a Marfrig adquiriu mais 2.350.162 ações da empresa Quickfood S.A. Com estas aquisições a participação da Marfrig no capital da Quickfood passou de 70,51% para 81,48%.

Em 3 de novembro de 2008, concluímos a aquisição das empresas do Grupo Moy Park localizadas na Inglaterra, Irlanda do Norte, França e Holanda, as quais são controladas pela nossa subsidiária Marfrig Holding (Europe) BV. A aquisição inclui 15 plantas no segmento de produtos processados e industrializados de aves e outras proteínas animais.

A referida aquisição incluiu no Brasil as seguintes empresas: Braslo (importante fornecedor de produtos de valor adicionado de carne e de aves para redes de *fast food*), Penasul (com atividades no segmento de produtos industrializados de frangos e suínos, com produção vertical integrada e detentora da marca Pena Branca no sul do País) e Agrofrango (com atividades no segmento de abate de frangos e produção vertical integrada).

Em 13 de julho de 2009, celebramos um protocolo de intenções, em caráter irrevogável e irretratável, para arrendamento de uma unidade de abate de bovinos localizada no Estado do Rio Grande do Sul na região de Pelotas, com capacidade de abate de 400 cabeças de gado por dia.

No dia 31 de julho de 2009, a Marfrig adquiriu da Doux Frangosul seus ativos do segmento de carne de peru no Brasil. A aquisição incluiu uma planta na cidade de Caxias do Sul – RS, com capacidade diária de 30 mil perus, fábrica de rações, um incubatório e quatro granjas.

Em 2 de setembro de 2009, celebramos um compromisso de compra e venda de uma fazenda para confinamento de gado bovino, localizada no Estado de Goiás, na cidade de Mineiros, com capacidade para abrigar 30.000 cabeças de gado.

Em 14 de setembro de 2009, formalizamos a aquisição dos negócios brasileiros da Cargill Alimentos S.A., representados pela Cargill Alimentos S.A., localizados no Brasil, Europa e Ásia, o que incrementará a nossa capacidade de abate de frangos e suínos, além de aumentar a nossa capacidade de produção de industrializados. Para mais informações sobre a aquisição da Seara pela Companhia, veja seção "Discussão e Análise da Administração sobre a Situação Financeira e o Resultado das Operações – Eventos Subsequentes a 30 de setembro de 2009", na página 193 deste Prospecto. A capacidade produtiva dessa aquisição não está contabilizada na nossa atual capacidade, uma vez que não estamos ainda operando essas unidades.

Em 18 de setembro de 2009, a Companhia firmou junto ao Grupo Margen, protocolo de intenções para arrendamento de 7 plantas frigoríficas, sendo 6 plantas localizadas nas cidades de Paranaíba/PR, Taipas/SP, Rio Verde/GO, Rolim de Moura/RO, Arquemes/RO e Mãe do Rio/PA, pelo prazo de 63 meses, e a outra planta, localizada na cidade de Paranavaí/PR, pelo prazo de 27 meses. A capacidade diária total de abate das 7 plantas é de 4.000 cabeças. Esse arrendamento posiciona a Companhia próxima de outras localidades com oferta de gado, bem como aumenta nossa capacidade de produção para a Europa, já que as plantas localizadas em Paranaíba/PR, Rio Verde/GO, Rolim de Moura/RO, e Paranavaí/PR são habilitadas para tal mercado. Para mais informações sobre esses arrendamentos, veja seção "Discussão e Análise da Administração sobre a Situação Financeira e o Resultado das Operações – Eventos Subsequentes a 30 de setembro de 2009", na página 193 deste Prospecto. A capacidade produtiva dessa aquisição não está contabilizada na nossa atual capacidade, uma vez que não estamos ainda operando essas unidades.

Firmamos em 19 de setembro de 2009 um contrato vinculante para aquisição inicial de 51% do Grupo Zenda por US$49,5 milhões sujeito a ajuste por contingências que serão verificadas após o processo de diligência legal e os restantes 49%, em parcelas semestrais pelo valor equivalente a 7 (sete) vezes o EBITDA anual médio entre 2010 e 2012, menos a dívida líquida, conforme definida no contrato vinculante para a aquisição do Grupo Zenda, multiplicada por 49%, mais a soma

adicional, conforme definida no contrato vinculante para a aquisição do Grupo Zenda, iniciando-se o pagamento da primeira parcela no prazo de 12 (doze) meses contados da data do fechamento e a última decorridos 42 (quarenta e dois) meses da data do fechamento em data limite de até 31 de julho de 2013, e cuja atividade é a produção e comercialização de couros semi-terminados, acabados e cortados, fornecendo seus produtos para as indústrias automobilística e de aviação, além da indústria de tapeçaria. O Grupo Zenda tem a capacidade diária de produção de 7.000 couros acabados e cortados, possui sede no Uruguai e tem unidades comerciais na Argentina, México, Estados Unidos, Alemanha, África do Sul, Chile, Hong Kong e China.

A Companhia não realizou oferta de aquisição de ações de emissão de outras companhias ou foi objetivo de oferta pública de aquisição de controle ("OPA") efetuada por terceiros no último e no presente exercícios sociais.

A tabela abaixo destaca a contribuição de cada subsidiária na para a nossa receita, no período de nove meses encerrados em 30/09/2009, para os períodos indicados:

Subsidiárias	**Jan a Set/09**	**%**
	(em milhões de R$)	
Argentine Breeders & Packers S.A.	315,6	4,5%
Frigoclass Alimentos S.A.	-	0,0%
Marfrig Chile Inversiones Ltda	95,6	1,4%
Inaler S.A.	84,9	1,2%
Frigorífico Tacuarembó S.A.	185,1	2,6%
Weston Importers S.A.	251,9	3,6%
Masplen Limited	107,5	1,5%
Prestcott International S.A.	152,9	2,2%
Secculum Participações Ltda.	69,3	1,0%
União Frederiquense Partic. Ltda.	1.366,1	19,4%
Quickfood S.A.	519,5	7,4%
Establecimientos Colonia S.A.	205,5	2,9%
MArfrig Holdings (Europe) BV	2.088,4	29,6%
Controladora		
Marfrig Alimentos S.A.	1.615,2	22,9%
Faturamento Consolidade Líquido	**7.057,5**	**100,0%**

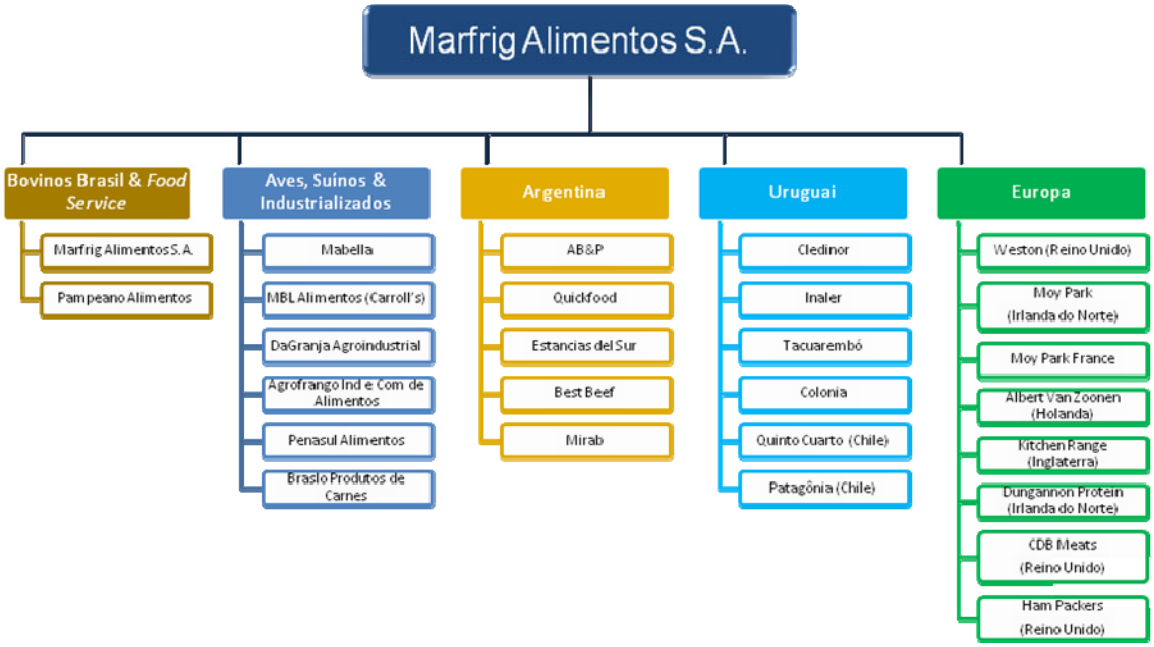
PRESENÇA GEOGRÁFICA

Na data deste Prospecto, a Companhia operava com a seguinte estrutura de unidades:

- 31 plantas de abate de bovinos (22 no Brasil, 5 na Argentina e 4 no Uruguai);
- 10 unidades de abate de frangos (7 no Brasil e 3 na Europa);
- 30 plantas de produtos industrializados e processados (12 no Brasil, 5 na Argentina, 3 no Uruguai, 1 nos Estados Unidos e 9 na Europa);
- 2 plantas de abate de suínos no Brasil;
- 1 planta de abate de perus (Brasil);
- 4 plantas de abate de cordeiros (1 no Brasil, 2 no Uruguai e 1 no Chile); e
- 4 fábricas próprias de ração para frangos e suínos e 2 *tradings* (Chile e Reino Unido).

DESCRIÇÃO DAS NOSSAS DIVISÕES DE NEGÓCIO

Os nossos negócios estão organizados em 5 divisões com estruturas próprias e profissionalizadas:



Divisão de Bovinos - Brasil e Food service

Produtos e comercialização

A unidade de negócios Bovinos e *Food Service – Brasil* está diretamente ligada à origem da Companhia.

O início de suas atividades foi em 2000 com um frigorífico focado em produtos de carne bovina, por meio do arrendamento da planta de abate e processamento em Bataguassu, no estado do Mato Grosso do Sul. Atualmente, essa unidade de negócio inclui 22 plantas de abate de bovinos no País, distribuídas em oito estados (Rio Grande do Sul, São Paulo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Paraná, Pará e Rondônia) e com capacidade diária de abate de 22.350 cabeças. Além disso, possui capacidade produtiva de 11.970 toneladas de produtos processados e industrializados por mês em 5 diferentes plantas e um curtume em Promissão (SP) com capacidade diária de 1.500 couros/dia. Ainda dentro dessa Divisão, foi iniciada em abril de 2009 a atividade de abate de ovinos na cidade de Promissão, Estado de São Paulo, com capacidade de 1.000 cabeças/dia.

As plantas de bovinos da Companhia são totalmente integradas e desenhadas para envolver o abate, a desossa, a preparação de cortes (tradicional, especial e para exportação), a embalagem e o transporte realizado tanto para centros de distribuição próprios como diretamente para os clientes. As plantas são capazes de produzir carne bovina cozida congelada, carnes porcionadas, enlatados, pratos prontos e carne desidratada (*beef jerky*).

As plantas são estrategicamente localizadas próximas dos fornecedores de gado e junto aos maiores mercados consumidores e canais exportadores. Essa diversidade geográfica é importante na mitigação de riscos relacionados às restrições e barreiras comerciais de importação impostas por países compradores de carne bovina.

Na unidade Bovinos – Brasil as marcas conhecidas pela qualidade Marfrig incluem Bassi (alta gastronomia), Palatare (produtos tradicionais), GJ (produtos para exportação) e Pampeano (enlatados).

Além da distribuição realizada diretamente pelas plantas operacionais, a Companhia possui um centro de distribuição na cidade de Santo André, em São Paulo, que movimenta aproximadamente 300 toneladas por dia por meio de sua frota própria de caminhões refrigerados. Os caminhões da Companhia são equipados com sistemas logísticos modernos de otimização das rotas e alocação de produtos baseadas na programação de entregas. Esse centro de distribuição de Santo André concentra ainda, no mesmo local, uma capacidade operacional produtiva diária de 5 toneladas de produtos processados e industrializados. Dentre alguns de nossos clientes dentro da rede varejista estão (Wal-Mart, Pão de Açúcar, Tesco, Carrefour, Waitrose, Sainsbury´s, Sodexho, Sendas, Sonda e Accor) e na indústria (Kraft, ConAgra Foods, Nestlé, Heinz, Marba e Hormel Foods).

No segmento de Food Service, acreditamos que somos um dos líderes de mercado com portfólio de marcas reconhecidas e prestigiadas no Brasil e no mundo. Acreditamos que somos um dos lideres na importação e distribuição para o varejo de cortes especiais de bovino e de outros produtos alimentícios (cortes de cordeiros, cortes especiais de bovinos (como por exemplo picanha, bife ancho, bife de chorizo), salmão e pescados e etc.), e de ser um dos maiores distribuidores de batatas pré-cozidas congeladas. Fornecemos mais de 800 produtos para aproximadamente 45 mil clientes, com forte presença nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro e nas regiões Sul e Nordeste do Brasil. A base de clientes dessa unidade de negócios inclui restaurantes e redes de "fast food" (como Fogo de Chão, McDonald´s, Habib´s, KFC, Porcão, Barbacoa, Outback, Montana Grill e Churrascaria Novilho de Prata).

A Companhia possui ainda parcerias na distribuição de alimentos, com os Grupos Santista e Canaã, que permitem maior penetração e presença de seus produtos em quase todo o Nordeste.

Contratamos transportadores terceirizados para entregar containeres com nossos produtos nas instalações portuárias para exportação. As exportações são feitas através do porto de Santos no Estado de São Paulo e, em menor escala, através dos portos de Paranaguá e Itajaí nos Estados do Paraná e Santa Catarina, respectivamente.

Divisão de Aves, Suínos & Industrializados - Brasil

Produtos e Comercialização

Em 2008, a Companhia deu seu passo final rumo à criação de uma base de produção estruturada e diversificada de proteínas animais (bovinos, aves, suínos e ovinos) com a entrada no mercado de frangos em conjunto com a consolidação de sua posição no mercado de suínos. A Companhia acredita que para expandir a participação da receita de produtos industrializados e processados era necessária a entrada no mercado de frango. Hoje nesse segmento, as operações da Companhia são 100% verticalizadas e integradas. Por meio das plantas localizadas no Brasil, a Companhia exporta carne de frango para aproximadamente 100 países e carne suína para 80 países.

Com base nos dados da ABEF e USDA, acreditamos estar posicionados entre as 10 maiores processadoras de frango do mundo; em 2008 fomos a oitava maior empresa exportadora de carne suína do Brasil (Fonte: ABIPECS) e a quinta maior empresa exportadora de carne de frango do país (Fonte: ABEF). Em 30 de setembro, contávamos nesse segmento com 7 plantas de abate de frangos em 5 estados com capacidade de 1,2 milhão de frangos/dia; 1 planta de abate de perus no Estado do Rio Grande do Sul com capacidade de abate de 30 mil perus/dia; 2 plantas de abate de suínos em 2 estados com capacidade diária de 4,2 mil suínos; 8 plantas de processados e industrializados com capacidade de 14.101 toneladas/mês; granjas de suínos no Mato Grosso com capacidade de 12,2 mil matrizes e 1,2 mil suínos/dia; operação de frangos 100% integrada;

fábricas de ração. Neste segmento a Companhia possui as marcas: DaGranja, Pena Branca e Mabella.

A Companhia ingressou no mercado de frangos com a aquisição das empresas DaGranja e Pena Paulo (detentora da marca Pena Branca no Sudeste) no 2º trimestre de 2008. Em junho de 2008, foi anunciada ao mercado a aquisição do Grupo Moy Park na Europa e dos ativos do Grupo OSI no Brasil e cujas atividades foram incorporadas a partir de outubro de 2008. No Brasil, o segmento de aves da Companhia foi reforçado pela aquisição de Pena Sul (detentora da marca Pena Branca no Sul do país), Braslo (empresa fornecedora de industrializados de frango e bovinos para redes de *fast food*), e Agrofrango, que tem como atividade o abate e processamento de frangos.

Já no mercado de suínos seu ingresso data de 2007 com a aquisição do frigorífico Mabella, que tem uma capacidade total diária de abate de 4.200 cabeças/dia, com foco em agregar valor com produtos embutidos, defumados e salgados e com significativa presença em exportação.

A Companhia fortaleceu sua participação no segmento de suínos com a aquisição da Carroll´s em fevereiro de 2008 e através de sua subsidiária Mabella, gerando uma integração vertical entre a atividade de abate de carne suína *in natura* e posterior transformação em produtos industrializados da Mabella com a atividade de criação e comercialização de suínos de alta qualidade da Carroll´s. Além das plantas de abate, a Companhia possui quatro fábricas próprias de ração para frangos e suínos.

Divisão Argentina

Como parte de sua estratégia de diversificação geográfica, em 2007, a Companhia adquiriu 70,51% (posteriormente ampliada para 81,48%) do capital da Quickfood, uma das mais reconhecidas empresas de abate, produção e comercialização de produtos de origem bovina da Argentina, sendo a líder no mercado de hambúrgueres naquele país. Também exporta cortes congelados para mais de 100 países, incluindo carne de alto padrão e hambúrgueres para o exigente mercado asiático. A Quickfood é uma empresa listada na Bolsa de Buenos Aires e negociada com o código PATY.

Esta aquisição consolidou a posição do grupo na Argentina, onde em 2006 já havia adquirido a AB&P, fornecendo uma porta de entrada para um importante país produtor de carne bovina, mundialmente conhecido pela excelência de seus produtos e com condições naturais ideais para a criação do gado. A AB&P, em 2007, adquiriu 100% da participação societária da Estancias del Sur e da Best Beef, aumentando sua capacidade de abate de bovinos e incluindo, por meio de Best Beef, maior participação de produtos industrializados em seu portfólio na Argentina.

Ainda em 2006, a estratégia de diversificação foi ratificada com a compra da Mirab, companhia que atua na produção de *meat snacks* na Argentina (incluindo carne bovina desidratada, conhecida como *beef jerky*) e que exporta seus produtos para países como Estados Unidos (onde opera a sua subsidiária Mirab USA), Japão e Reino Unido. A aquisição deu à Companhia a penetração desejada neste mercado nos Estados Unidos, onde agora conta com uma sólida importadora e distribuidora, com acesso às maiores redes de varejo daquele país.

A divisão de negócios argentina da Companhia é a maior empresa do setor no país em abate, vendas e exportações de carne bovina. A operação argentina conta com 5 plantas de abate com capacidade diária para 3.900 cabeças e 5 plantas de industrializados com capacidade de 5.313 toneladas por mês.

As marcas da Marfrig na Argentina incluem Paty, líder no mercado argentino de "*meat snacks*" e de hambúrgueres, com 62% de market share e com presença em vários outros países da América do Sul,e Aberdeen Angus e La Morocha. Acreditamos que nossas marcas são todas reconhecidas como de altíssima qualidade no país. Em 2008 a Companhia adquiriu da ConAgra Foods, através de sua subsidiária Mirab USA a Pemmican, reconhecida marca de *meat snacks* nos EUA. Além da

aquisição, foi estabelecido um acordo de distribuição dos produtos Pemmican para a base de clientes da ConAgra por um período de 5 anos.

Divisão Uruguai

A Divisão Uruguai conta com 4 plantas de abate de bovinos, 2 plantas de abates de cordeiros no Uruguai e 1 planta de abate de cordeiros no Chile e 3 plantas de produtos industrializados. A capacidade instalada de abate da divisão Uruguai é de 3,9 mil bovinos/dia e 8,4 mil cordeiros/dia, e a capacidade de industrialização é de 5.618 toneladas/mês.

O processo de diversificação geográfica da Companhia teve início em 2006 no Uruguai, com a aquisição do frigorífico Tacuarembó, empresa produtora de carne bovina cozida congelada, desidratada (*beef jerky*), "bresaola" (também conhecido como "*beef prosciutto*", produto demandado pela comunidade italiana nos EUA) e carne orgânica (produto certificado, produzido para atender principalmente demanda dos EUA). O fortalecimento da unidade de negócio veio ainda em 2006 com a aquisição da Inaler, que representou o início das operações de cordeiro da Companhia nesse país.

A expansão continuou em 2007 com as aquisições dos frigoríficos La Caballada, de abate de bovinos e ovinos, e Colônia, com a marca PATY. Em 2008, a Companhia iniciou a produção de produtos industrializados enlatados e *beef jerky*, em uma nova unidade arrendada de Fray Bentos no Uruguai, com capacidade instalada de 200 toneladas/dia.

A Companhia representou cerca de 26% de todo o abate e 28% das exportações de carne bovina realizados no país no ano de 2008. As excelentes condições sanitárias do Uruguai dão ao país e consequentemente à Companhia o *status* de um produtor capaz de exportar carne fresca da América do Sul a praticamente todos os destinos do mundo.

As principais marcas da Companhia no Uruguai são: Tacuarembó, Viva, Paty e Bernina.

A Divisão Uruguai engloba nossas operações no Chile, a qual conta com, 1 unidade de desossa e 1 planta de abate de cordeiros. Nossa capacidade instalada no Chile é de 3.000 cabeças/dia de cordeiros.

Divisão Europa

A aquisição do Grupo Moy Park ao final de 2008 (antes do OSI Group, que a partir da transação tornou-se acionista da Marfrig) foi mais um passo do grupo seguindo a estratégia de diversificação geográfica e de proteínas. O Grupo Moy Park tem uma participação importante no mercado de "empanados resfriados" e de "assados" na Europa.No Reino Unido tem suas vendas concentradas em grandes varejistas e distribuidores como as redes Tesco, Sainsbury's e Waitrose e para grandes redes de *fast food*, tais como McDonald's e KFC.

A Divisão Europa conta ainda com a CDB, empresa produtora e distribuidora de produtos alimentícios no Reino Unido, com capacidade de produção 210 toneladas/mês de industrializados; e a Weston, que opera como *trading*, distribuindo produtos alimentícios no Reino Unido.

A Divisão Europa é formada pela Moy Park Ltd., que se destaca no Reino Unido, como o maior negócio integrado de produtos industrializados, *in natura* e de valor adicionado em frango, e na Irlanda do Norte, como a quarta maior empresa privada do país. Suas subsidiárias Moy Park France SAS (França), Dungannon Proteins Ltd. (Irlanda) e Kitchen Range Foods Ltd., também no Reino Unido, tem como atividades a produção e distribuição de produtos alimentícios processados e industrializados, incluindo congelados, vegetais e panificação e a subsidiária Albert Van Zoonen BV, na Holanda, atua na produção e distribuição de produtos congelados de maior valor adicionado.

Nossa subsidiária Moy Park é uma das líderes no segmento de frangos onde opera sendo considerada a maior produtora de frango processado no Reino Unido, segundo Laudo de Avaliação de Empresas do Grupo OSI elaborado pelo Banco Rabobank International Brasil – dados de exportações de frango no Brasil; opera com 3 plantas de abate de frangos (2 na Inglaterra e 1 na Irlanda do Norte) com capacidade diária de 646 mil cabeças; 8 plantas de produtos processados e industrializados em 4 países (4 na Inglaterra, 2 na França, 1 na Irlanda do Norte e 1 na Holanda) com capacidade de 509 toneladas/dia de produtos industrializados; 1 unidade de importação e distribuição na Inglaterra; 1 fábrica de enlatados na Inglaterra; vendas concentradas em grandes varejistas e distribuidores no Reino Unido como por exemplo: Tesco e Sainsbury's.

Nossa subsidiária Moy Park é líder no segmento de frangos com cerca de 30% de participação de mercado no Reino Unido e maior produtora de frango processado no Reino Unido, segundo Laudo de Avaliação de empresas do Grupo OSI elaborado pelo Banco Rabobank International Brasil; opera com 3 plantas de abate de frangos (2 na Inglaterra e 1 na Irlanda do Norte) com capacidade diária de 646 mil cabeças; 8 plantas de produtos processados e industrializados em 4 países (4 na Inglaterra, 2 na França, 1 na Irlanda do Norte e 1 na Holanda) com capacidade de 11.004 toneladas/mês de produtos industrializados; 1 unidade de importação e distribuição na Inglaterra; 1 fábrica de enlatados na Inglaterra; vendas concentradas em grandes varejistas e distribuidores no Reino Unido como por exemplo: Tesco e Sainsbury's.

São 13 diferentes tipos de produtos industrializados entre asa e coxa de frango, *roast saddle*, *diced chicken tikka*, filé, mini filé, porções *chick´n dixie*, infantil *chick´n teddies*, anéis de cebola empanado, cogumelo empanado, empanado de queijo, vegetais empanados, donuts e torta de frutas. A marcas que operamos na Europa é a Moy Park.

VENDAS – MERCADO INTERNO

A nossa receita líquida de vendas nos mercados internos onde atuamos aumentou 127,3%, para R$4.286,6 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009, comparada a R$1.885,7 milhões no mesmo período do ano anterior. Esta variação ocorreu principalmente devido: (i) à consolidação das aquisições ocorridas após o primeiro semestre de 2008 (Moy Park, Kitchen Range, Braslo, Penasul e Agrofrango), bem como e pelas aquisições de Dagranja, MBL e Penapaulo, que foram parcialmente consolidadas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2008 e (ii) ao crescimento orgânico das nossas operações por ganho de participação nos mercado onde atuamos.

EXPORTAÇÃO

Nossa diversificação geográfica, com presença em 13 países, nos permite sobrepor barreiras comerciais e sanitárias impostas por países importadores. Essa diversificação é um instrumento para minimizar riscos e maximizar a eficiência operacional, caminho para a rentabilidade sustentável. Em 2008, com a barreira imposta pela União Europeia contra a carne bovina brasileira *in natura*, passamos a atender nossos clientes europeus através de nossas plantas na Argentina e Uruguai, o que evidencia a vantagem de ter uma estrutura operacional diversificada.

Em 30 de setembro de 2009, as vendas líquidas destinadas ao mercado externo cresceram 44,2% em relação ao mesmo período de 2008 e atingiram R$2.770,8 milhões, representando 39,3% da receita líquida da companhia, comparada a R$1.922,1 milhões ou 50,5% da receita líquida em 2008.

Exportamos nossos produtos para mais de 100 países, atendendo clientes na América Latina, América do Norte, Europa, Ásia, África e Oceania. Nossa diversificação geográfica nos permite atender todos os clientes, minimizando riscos sanitários e barreiras comerciais.

Temos nossa própria força de vendas que comercializam nossos produtos no exterior. Além disso, mantemos subsidiárias *tradings*, a saber, a Weston, localizada no Reino Unido e Quinto Cuarto, localizada no Chile. Temos ainda a unidade da Mirab USA Inc. nos EUA que distribui nossos produtos naquele país. Contamos com profissionais capacitados em vendas e suporte à exportação, e estamos estudando a possibilidade de abrirmos novos escritórios de vendas em outros países para aumentar nossas vendas no exterior e nossa carteira de clientes internacionais.

Comercializamos nossos produtos no exterior através de diversos canais de distribuição, incluindo varejistas nacionais e regionais dos países importadores (cadeias de supermercados, varejistas independentes, clubes de compras e distribuidores), processadores de alimentos e empresas do setor de serviços alimentícios (distribuidores de produtos alimentícios, cadeias de *fast food*, restaurantes e hotéis, dentre outros clientes institucionais).

Vendas - Destino

A Companhia busca balancear suas vendas entre o mercado interno e externo e limitar a participação da receita de vendas para um único país e cliente com o objetivo de reduzir sua exposição a um determinado país e/ou cliente.

Bovinos e Food Service - Brasil

Exportamos carne bovina *in natura* desde 2001 e, a partir de 2004, começamos a exportar carne bovina cozida congelada, que nos permite alcançar mercados internacionais que impuseram restrições sanitárias às exportações de carne bovina *in natura* do Brasil, tais como os Estados Unidos e União Europeia. Segundo dados da SECEX, somos uma das maiores empresas exportadoras de carne bovina do Brasil. No período encerrado em 30 de setembro de 2009, nossas exportações de carne bovina do Brasil geraram uma receita total de R$ 793,2 milhões. Exportamos carne *in natura*, cozida, processada e industrializada. A GJ é nossa principal marca de exportação e é reconhecida internacionalmente pela qualidade da carne.

Os principais destinos de exportação dessa divisão são a Rússia, a Europa e o Oriente Médio. A Rússia havia reduzido os pedidos no início do ano por conta da crise financeira global, porém, a partir do final de março de 2009, os pedidos começaram a aumentar gradualmente. A Europa impôs uma barreira contra a carne bovina brasileira in natura no início de 2008. Em 2009, mais fazendas tem sido habilitadas pelos técnicos europeus e o volume exportado de carne in natura tem crescido. Além de carne in natura, exportamos carne industrializada, cozida e congelada.

Em 30 de setembro de 2009, as vendas externas dessa divisão atingiram R$793,2 milhões, crescendo 37,2% em comparação ao mesmo período de 2008 (R$578,2 milhões). O volume embarcado no período de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2009 atingiu 111,7 mil toneladas, crescendo 33,5% em relação ao mesmo período de 2008. O crescimento na receita reflete o maior volume embarcado e uma elevação de 2,7% no preço médio do período.

Aves, Suínos e Industrializados

Exportamos carne suína desde 2007 e de frango desde 2008, o que nos permite desfrutar do grande consumo mundial dessas proteínas que são as duas mais consumidas do mundo, segundo dados da USDA. Exportamos carne suína e de frango tais como, cortes *in natura*, industrializada, embutidos, defumados, empanados, pratos prontos e derivados. Nosso principal destino de exportação dessa divisão é o Oriente Médio, que representa aproximadamente 50% da receita de exportações dessa divisão. Outros destinos importantes são a Ásia, Europa e Rússia.

Em 30 de setembro de 2009, as exportações dessa divisão alcançaram R$650,2 milhões, apresentando um crescimento de 92,4% em relação ao mesmo período de 2008, quando alcançou R$338,0 milhões. O volume exportado alcançou 175,2 mil toneladas, 81,5% superior ao volume

exportado no mesmo período de 2008 (96,5 mil toneladas). Os preços médios apresentaram um aumento de 6,0% no período.

Argentina

A Argentina é um importante *player* no mercado mundial de carne bovina, reconhecido internacionalmente pela qualidade e sabor de sua carne. Exportamos carne da Argentina desde 2007, quando iniciamos nossas operações no país. Desde 2006, a Argentina vem sofrendo algumas restrições no que tange às exportações de carne bovina. O governo impõe limites para as empresas para conter a elevação dos preços e garantir o abastecimento interno. O primeiro semestre de 2008 foi impactado por conta de conflitos entre agricultores e governo e por mudanças nas regras de exportações. Com o implemento da Resolução 6687/2009, publicada no Diário Oficial em 7 de agosto de 2009, foram adotados novos procedimentos relacionados ao Registro de Operações de Exportação (Roe Rojo). Anteriormente, a taxa de imposto incidente sobre produtos de exportação era de até 65%, atualmente, o limite estabelecido foi de até 30%. Permanecerão isentos os sete cortes de carnes: contra-filé, filé mignon, alcatra, ponta de contra-filé, picanha, coxão mole e patinho. Também ocorre o mesmo com os miúdos, vísceras e produtos processados de gado bovino de alta qualidade.

Em 30 de setembro de 2009, a divisão Argentina exportou R$ 299,7 milhões, 7,9%% superior à receita obtida no mesmo período de 2008 (R$ 277,8 milhões). O volume exportado somou 42,1 mil toneladas, 46,7% superior a 2008.

Exportamos carne *in natura*, incluindo a exportação de carne bovina cozida congelada que contribui para o aumento de nossas margens por seu maior valor agregado. Com a aquisição da Mirab, passamos a exportar carne bovina desidratada, *beef jerky*, para os Estados Unidos através de uma subsidiária integral que distribui para grande redes de varejo norte americanas, inclusive através das marcas próprias Pecos Bill's, Farmers Market e Ranchers Brand. Nosso principal destino de exportação é a Europa, que representa cerca de 60% da receita de exportações da Argentina.

Uruguai

Exportamos carne do Uruguai desde 2006 com a entrada no país no segmento de carne de cordeiros. Em 2007, ingressamos também no mercado de carne bovina. O Uruguai é um país que não sofre restrições comerciais e sanitárias, podendo exportar carne bovina para todas as regiões do mundo.

Em 30 de setembro de 2009, exportamos 70,3 mil toneladas, queda de 2,4% em relação ao mesmo período de 2008. As receitas atingiram R$ 520,9 milhões, 9,3% inferior a 2008. Exportamos carne bovina e ovina, *in natura* e industrializada para mais de 50 países, incluindo a região do NAFTA (EUA, Canadá e México), sendo que nos nove primeiros meses de 2009 nosso principal destino de exportação foi a Europa, que representou cerca de 60% das receitas de exportação.

Europa

Desde 2006, operamos no continente europeu através de nossa *trading* no Reino Unido. Nossas operações no segmento de carne de frango se iniciaram no final de 2008 com a Moy Park no Reino Unido, França e Holanda. Produzimos e exportamos carne de frango *in natura* e processada, incluindo empanados de frango e pratos prontos. Nossos principais destinos de exportação são países dentro do continente europeu, que representam 92% das receitas de exportações dessa Divisão. As receitas de exportações até 30 de setembro de 2009 somaram R$506,8 milhões, 228,9% superior à receita obtida no mesmo período de 2008 (R$154,1 milhões). As receitas obtidas no período de 2008 provinham exclusivamente das operações de nossa *trading*.

PROCESSO PRODUTIVO

Matéria Prima

Bovinos

A aquisição de gado para abate representou cerca de 60,1% do custo de produtos vendidos na operação de bovinos para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009. Exceto por nossa atuação em confinamento de terminação, a Companhia não desenvolve a atividade de criação de gado. Compramos gado de mais de 20.000 criadores no Brasil, Argentina e Uruguai. O gado comprado é transportado em veículos próprios ou terceirizados para nossas plantas, onde são abatidos, desossados, processados e industrializados. Adquirimos gado de pecuaristas num raio máximo de 300 km de distância de nossas plantas com o objetivo de minimizar o custo de transporte e melhorar a qualidade da carne por reduzir o estresse a que o gado é submetido.

Nossos compradores de gado estão localizados ao longo das principais regiões produtoras do Brasil, Argentina e Uruguai, e visitam pastos de engorda para comprar gado no mercado aberto "spot". Eles são treinados para selecionar animais de alta qualidade, livres de doença, e seu desempenho é continuamente monitorado por nós. Nós só compramos gado com base em nosso rigoroso processo de seleção de animais de fornecedores seletos registrados. Nossos fornecedores são obrigados a nos fornecer documentação quanto à qualidade de suas atividades e nos garantir que o uso de antibióticos e produtos químicos agrícolas seguem a recomendação padrão dos fabricantes.

A compra de gado possui duas formas de negociação quanto a prazos: a prazo (pagamento em 30 dias a partir da entrega) e "*spot*" (pagamento contra entrega com um desconto de até 4% do preço negociado, dependendo das condições do mercado na época da compra). Nossa estratégia é reduzir nossos custos de compra favorecendo as compras "spot" tanto quanto o desconto seja financeiramente atrativo para nós. Em linha com as práticas do setor, nós não celebramos compromissos de longo prazo para compra de gado. Historicamente, os preços do gado têm sofrido variações substanciais. A oferta e preço do gado são afetados por fatores como os preços de terra, condições climáticas e acesso dos criadores a capital. A oferta também é afetada por períodos cíclicos, onde há uma elevada taxa de abate de matrizes causando uma menor oferta de bezerros no período subsequente. Nesses períodos, há uma tendência de elevação dos preços do gado e inicia-se um processo de recomposição do rebanho bovino até atingir um ponto de equilíbrio novamente.

A Companhia também desenvolve operações de confinamento de terminação de gado no Brasil, Argentina e Uruguai. Nessa operação, o gado é adquirido magro, cerca de 3 meses antes do abate. O animal permanece confinado por cerca de 3 meses alimentando-se de ração, onde atinge o peso ideal para ser abatido. Os confinamentos garantem uma melhor oferta de gado e um melhor controle de preços durante os períodos de estiagem, que é quando há uma redução nas áreas de pastagem e consequentemente, redução na oferta de gado gordo para abate.

Além disso, adquirimos carcaça bovina de terceiros. Nessa operação, o gado é abatido por terceiros e a Marfrig adquire somente a carcaça do animal. A decisão de adquirir carcaças de terceiros é uma decisão essencialmente econômico-financeira, onde se avalia qual é a alternativa mais rentável.

Acreditamos poder repassar aumentos nos preços do gado para o consumidor final em cada um de nossos mercados uma vez que os preços de nossos produtos de origem bovina tendem a variar proporcionalmente às variações dos preços do gado.

Aves

Nossas operações de frangos são 100% integradas. Temos criação de aves e matrizes, incubatórios, fábricas de ração animal e produzimos carne de frango *in natura* e industrializada

para comercialização no mercado interno e externo. No início do ciclo de produção das aves, compramos ovos e pintos. Os ovos são enviados aos nossos incubatórios e os pintos são enviados para nossas granjas de matrizes avós. O ciclo completo, do nascimento do pinto até atingir o peso ideal para o abate leva aproximadamente 45 dias. As matrizes produzem ovos incubáveis, dos quais nascem pintos de um dia utilizados em nossos produtos de aves. As granjas ficam localizadas próximas às plantas de abate. O frango é abatido e pode ser vendido inteiro ou em partes. Também produzimos produtos industrializados de carne de frango. Todos os produtos são comercializados no mercado interno e externo.

Suínos

Nossas operações de suínos são cerca de 70% integradas. Adquirimos de terceiros no mercado spot os 30% restantes. No segmento de suínos, nosso processo produtivo tem início de três formas: (i) produzimos leitões em nossas granjas de matrizes e os enviamos para nossos parceiros fazerem a engorda; (ii) nossos parceiros produzem e engordam os leitões; ou (iii) as UPLs (Unidades Produtoras de Leitão) – granjas sob contrato conosco – produzem os leitões e os enviam para que nossos parceiros os engordem. Acreditamos que esse portfólio diversificado de criação própria de suínos e compra de animais de terceiros nos permite tanto a redução dos custos com transporte e insumos quanto o aproveitamento da oferta abundante de suínos, que ainda é superior à demanda no mercado brasileiro, evitando assim que uma elevação excessiva nos custos seja repassada aos consumidores. Produzimos carne suína *in natura* e industrializada para comercialização no mercado interno e externo.

O custo de matéria prima para os suínos segue a mesma tendência do custo de matéria prima dos frangos uma vez que se alimentam praticamente das mesmas fontes. Adquirimos grãos (soja e milho) de terceiros para produção de ração para alimentação dos frangos. A aquisição pode ser feita à vista no mercado spot ou no mercado futuro através de operações na BM&FBOVESPA. Os grãos são enviados às nossas fábricas de ração e o produto final (ração) é enviado às granjas. A aquisição de grãos no mercado a vista ou no mercado futuro é uma decisão econômica levando em conta a melhor relação custo-benefício. A decisão é feita analisando as perspectivas de oferta e demanda, oscilação de preços, cenário econômico, condições climáticas e outras variáveis.

O custo total da matéria prima na operação de aves e suínos representou 32,6% do custo dos produtos vendidos no segundo trimestre de 2009, o que inclui a compra de grãos (soja, milho e trigo).

Cordeiros

Não criamos cordeiros em nossas propriedades. Todo cordeiro utilizado em nossos produtos é adquirido de terceiros. O abate de cordeiros ocorre tipicamente entre os meses de outubro a março. Produzimos carne de cordeiro *in natura* e industrializada para comercialização no mercado interno e externo. Em abril de 2009, iniciamos a atividade de abate de cordeiro no Brasil, ampliando a capacidade já instalada no Uruguai e Chile.

Plantas de Abate e Unidades de Produtos Processados e Industrializados

Nossas plantas utilizam equipamentos modernos ou em fase de modernização com capacidade para customizar a produção e embalagem de nossos produtos. Atualmente, oferecemos produtos customizados para vários grandes clientes domésticos e internacionais. Os projetos de nossas plantas são focados na segurança do trabalhador e desenhados para garantir que estejamos de acordo com todas as normas e para reduzir os riscos de acidente do trabalho. Nossas plantas também são projetadas para reduzir desperdício de produtos e adequar seu descarte às regras ambientais aplicáveis.

Toda nossa produção de proteína animal está sujeita ao controle na criação dos animais e aos procedimentos de segurança alimentar. Nossas plantas operam sob normas restritas de segurança alimentar e exigências de garantia de qualidade para estarem de acordo com as exigências dos nossos clientes domésticos e internacionais e com os padrões de segurança brasileiros e dos governos estrangeiros. Nós mantemos medidas de controle de qualidade rigorosas em cada estágio de nosso processo de produção e estamos comprometidos com o tratamento adequado dos animais no momento do abate.

A tabela abaixo demonstra a evolução da capacidade de abate da Companhia para os períodos indicados:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					**Período de seis meses findo em 30 de setembro de**		
	2006	**2007**	**2008**	**Var.% 07/06**	**Var.% 08/07**	**2008**	**2009**	**Var.% 09/08**
Bovinos[1]	12.550	21.100	21.100	68,1%	0,0%	21.100	30.150	42,9%
Aves[1]	0	0	1.726.000	N/m	N/m	780.000	1.846.000	136,7%
Suínos[1]	0	4.200	4.200	N/m	0,0%	4.200	4.200	0,0%
Ovinos[1]	0	8.400	9.400	N/m	11,9%	8.400	9.400	11,9%
Industrializados[2]	2.970	12.350	49.100	315,8%	297,6%	22.771	48.215	111,7%

(1) Capacidade medida em cabeças/dia.

(2) Capacidade medida em toneladas/mês.

N/m = não mensurável

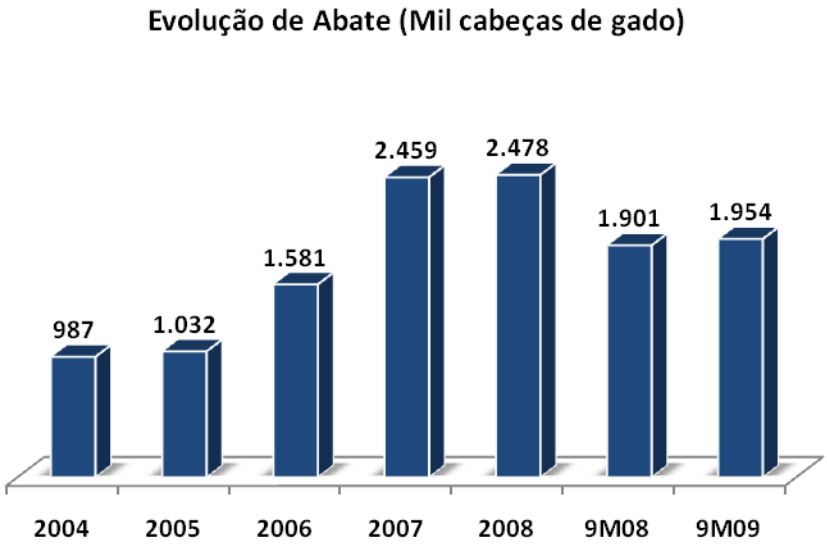
Bovinos

Em 30 de setembro de 2009, tínhamos capacidade de abater 30.150 cabeças/dia em nossas 31 plantas de abate e 14 plantas de produtos processados e industrializados, localizadas no Brasil, Argentina e Uruguai. No Brasil, nossas plantas estão localizadas nos Estados de São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Rondônia, Paraná, Pará e Goiás. Nossas plantas estão localizadas próximo aos fornecedores de gado e junto aos maiores mercados consumidores e canais exportadores. Acreditamos que nossa diversidade geográfica ajuda a limitar o impacto adverso em nossas fontes de receita causado pelas restrições de importação imposta por países importadores de carne bovina in natura como resultado de surtos de doença e/ou barreiras comerciais.

As plantas são projetadas para desempenhar as atividades de abate, desossa, preparação de cortes (tradicional, especial e para exportação), embalagem e transporte, que pode ser realizado tanto para nossos centros de distribuição como diretamente para os clientes. Além disso, nossas plantas são capazes de produzir carne bovina cozida congelada, carnes porcionadas, enlatados, pratos prontos e carne desidratada (*beef jerky*).

As plantas de abate permitem ainda o aproveitamento do couro do gado abatido, que é retirado da carcaça na própria sala de abate e é vendido para curtumes locais. A partir do segundo semestre de 2007, demos início às atividades de um curtume, localizado na cidade de Promissão, no Estado do São Paulo, com capacidade de processar 1.500 peças de couro por dia.

Os gráficos abaixo mostram a evolução de nosso abate de bovinos de 2004 a 2008, assim como nos períodos de nove meses findo em 30 de setembro de 2008 e 2009, incluindo nossas plantas no Brasil, Argentina e Uruguai:



Fonte: Dados gerenciais Marfrig

A capacidade de produção de nossas plantas resulta da sua capacidade de abate, capacidade de desossa, capacidade de armazenamento e disponibilidade de funcionários treinados. Tipicamente uma planta pode ter sua capacidade de produção aumentada não apenas por ter sua capacidade de desossa aumentada, mas também pelo aumento da capacidade de abate ou pela compra de carcaças de terceiros. Nossa taxa de utilização de capacidade de bovinos no primeiro semestre de 2009 ficou em cerca de 50% em média (Brasil, Argentina e Uruguai). Desde 2008, o Brasil enfrenta escassez de boi gordo para o abate devido ao ciclo bovino, que normalmente leva de dois a três anos para ocorrer. A elevada taxa de abate de matrizes em períodos de preços da arroba baixos provoca a escassez de gado no período seguinte. Em 2009, já verificamos uma melhor disponibilidade de gado e entendemos que poderemos elevar a utilização de nossa capacidade na medida em que a oferta de gado for melhorando.

Nossa produção de carne bovina segue os requisitos do sistema de monitoramento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que permite o acompanhamento do gado desde seu nascimento até o seu abate. Além disso, o MAPA estabeleceu normas para monitorar de perto cada etapa do processo de produção para garantir que o gado seja vacinado e inspecionado por um veterinário antes de ser transportado para abate. De acordo com as leis brasileiras, devemos ter inspetores do MAPA permanentemente instalados em cada uma de nossas plantas. Estes inspetores são responsáveis por verificar as condições sanitárias mínimas exigidas, incluindo aquelas relativas às condições das nossas plantas, à rastreabilidade da carne e colocando lacres nos containeres para exportação (o que facilita a procedimentos legais de exportação nos portos).

Todas as plantas que operamos estão autorizadas para exportação pelo MAPA sendo que as plantas localizadas em Promissão, Bataguassu, Tangará da Serra, Paranatinga, Capão do Leão e Mineiros, possuem também habilitações que nos permitem exportar para os países membros da União Europeia. A planta de Promissão, localizada no Estado de São Paulo, está também autorizada a exportar carne bovina cozida congelada para os Estados Unidos, Canadá e Japão, que não sofrem restrições de tal natureza.

Nossa planta de Promissão possui uma unidade própria de geração elétrica movida a bagaço de cana de açúcar que pode fornecer até 60% das suas necessidades. Nossas demais plantas contratam energia elétrica dos distribuidores locais.

Todas as nossas plantas possuem unidades de geração de vapor que fornecem a água quente necessária para nossa produção. As unidades de geração de vapor não produzem eletricidade, mas reduzem seu consumo. Pretendemos instalar geradores de calor para queimar gases de subprodutos de nossa produção em todas as nossas plantas, que reduziriam nossas dependências da distribuição de eletricidade local.

Outros produtos derivados de Bovinos

Além da carne bovina *in natura* e industrializada que produzimos para comercialização no mercado interno e externo, utilizamos todas as outras partes do boi. Os produtos que comercializamos, incluem:

Produto	Destinação
Sebo (gordura)	Curtume; indústrias química, cosmética e farmacêutica; Fábrica de Ração
Farinha (carne ou osso)	Sal mineral; Fábrica de Ração
Miúdos	Indústrias de cosméticos, de calçados e alimentícia
Casco e chifre	Indústrias de moagem, química e artesanal
Tripas	Indústrias de embutidos, esportiva e de produtos cirúrgicos
Sangue	Indústria farmacêutica; Fábrica de Ração; Biodigestor

Aves e Suínos

Em 30 de setembro de 2009, tínhamos capacidade de abater 1.200 mil frangos/dia em nossas 7 plantas de abate localizadas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Na Europa, nossa capacidade de abate é de 646,0 mil frangos/dia e 11.214 toneladas/mês de produtos processados e industrializados, em nossas 13 plantas localizadas em 4 países (Irlanda do Norte, Inglaterra, França e Holanda).

Em 2009, iniciamos nossas atividades no segmento de carne de peru, com a aquisição de uma planta no Estado do Rio Grande do Sul, com capacidade de abate de 30 mil perus/dia. Além disso, temos 6 plantas que em conjunto produzem 12.190 toneladas de processados e industrializados de aves por mês. Nossas unidades estão localizadas próximas aos maiores mercados consumidores, a canais exportadores e/ou em regiões com adequada oferta de grãos. Acreditamos que nossa atuação geograficamente diversificada ajuda a limitar o potencial impacto adverso em nossas fontes de receita que pode ser causado pelas restrições impostas por eventuais barreiras sanitárias e comerciais.

Nossas plantas são projetadas para desempenhar as atividades de criação de avós, matrizes e incubatórias, bem como o abate, desossa, preparação de cortes (tradicional, especial e para exportação), embalagem e transporte, que pode ser realizado tanto para nossos centros de distribuição como diretamente para os clientes. Nossas plantas de industrializados produzem empanados de frango e supergelados.

Em 30 de setembro de 2009, tínhamos capacidade de abater 4.200 cabeças/dia de suínos em nossas duas plantas de abate localizadas nos Estados de Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A planta localizada no Estado do Rio Grande do Sul tem capacidade para produção de 1.911 toneladas/mês de processados e industrializados, Nossas plantas estão localizadas próximas aos maiores mercados consumidores e canais exportadores. São projetadas para desempenhar as atividades de criação, abate, desossa, preparação de cortes, embalagem e transporte, que pode ser realizado tanto para nossos centros de distribuição como diretamente para os clientes. Além disso, são capazes de produzir produtos industrializados e processados tais como frios, embutidos, defumados, pratos prontos e derivados de carne suína. As plantas de industrializados produzem presunto, mortadela, salame, linguiça e defumados.

Além de nossas plantas de abate, temos duas granjas de suínos no estado do Mato Grosso com capacidade de 12.500 matrizes e 1.250 suínos/dia.

Cordeiros

Em 30 de setembro de 2009, tínhamos capacidade de abater 9.400 cabeças/dia de cordeiros em nossas 4 plantas de abate localizadas no Brasil, Uruguai e Chile. Nossas plantas estão localizadas próximas às regiões produtoras de cordeiros como a região da Patagônia no Chile, Brasil e Uruguai. Também se localizam nos maiores mercados consumidores e canais exportadores. São projetadas para desempenhar as atividades de criação, abate, desossa, preparação de cortes, embalagem e transporte, que pode ser realizado tanto para nossos centros de distribuição como diretamente para os clientes. A atividade de cordeiros no Brasil foi iniciada em 2009, ampliando a capacidade de abate de 8.400 para 9.400 cordeiros/dia.

SAZONALIDADE

No mercado interno, embora nossas vendas líquidas não estejam sujeitas a flutuações sazonais de monta, nosso 4º trimestre é, geralmente, nosso trimestre mais forte, em função do aumento da demanda por nossos produtos. Nossas exportações como um todo não são afetadas substancialmente pela sazonalidade, em parte porque os padrões de compra sazonais variam de acordo com nossos mercados de exportação. Contudo, as vendas líquidas em mercados de exportação específicos por vezes variam de acordo com a estação. No Oriente Médio, por exemplo, há desaquecimento das vendas líquidas durante o Ramadan e durante os meses de verão.

Em linhas gerais, observamos as seguintes oscilações sazonais:

Bovinos

Nos países onde a criação de gado é extensiva, como é o caso do Brasil, Argentina e Uruguai, o período sazonal está usualmente ligado às condições climáticas. Nos períodos de estiagem, tem sido normal ocorrer diminuição da oferta de gado para abate devido à redução nas áreas de pastagem. Esta redução tem sido parcialmente compensada pela utilização de gado proveniente de confinamentos de terminação (engorda final nos últimos 3 ou 4 meses antes do abate). Embora haja sazonalidade na compra de matéria-prima, não há impacto significativo nas vendas da companhia.

Aves e Suínos

A sazonalidade ocorre em períodos de entressafras de milho, soja em grãos e farelo de soja que são matérias-primas utilizadas na produção de ração animal.

Também ocorre sazonalidade no período natalino para produtos especiais de aves e suínos, com aumento de vendas no período.

Ovinos

No Uruguai e no Chile, a operação de abate de ovinos é tipicamente sazonal. Ocorre nas estações mais quentes do ano, no período de outubro a março. Nas estações mais frias, há redução nas áreas de pastagem, não ocorrendo abate nesse período (abril a setembro).

CLIENTES

Possuímos uma base cadastrada de mais de 45000 clientes. Nossa base diversificada de clientes nos permite reduzir riscos uma vez que vendemos nossos produtos para diferentes nichos e mercados e possuímos flexibilidade para rapidamente alterar a alocação de nossos produtos no caso de restrições sanitárias ou econômicas.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009, vendemos nossos produtos para clientes de atacado e varejo no Brasil e por meio da exportação para mais de 100 países.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, nossos 10 maiores clientes externos representaram aproximadamente 8,8% de nossas vendas para o exterior, ou aproximadamente 4,1% de todas as nossas receitas líquidas. Nos primeiros nove meses 2009, nossos 10 maiores clientes externos representaram aproximadamente 7,7% de nossas vendas para o exterior, ou aproximadamente 3,0% de todas as nossas receitas líquidas. Nossos clientes externos incluem a Kraft, ConAgra e Angliss. Nenhum cliente externo representou individualmente mais que 1,0% de todas as nossas receitas líquidas totais no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, ou 0,5%, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, nossos 10 maiores clientes atacadistas representaram aproximadamente 4,6% de todas as nossas receitas líquidas (22,6% no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009). Nossos clientes atacadistas incluem a Companhia Brasileira de Distribuição – CBD, Carrefour e Wal-Mart. Nenhum cliente atacadista individualmente representou mais de 1,5% do total de nossas receitas líquidas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 (no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009, a Tesco Stores Ltd. representou 7,7% do total de nossas receitas líquidas).

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, nossos 10 maiores clientes varejistas representaram aproximadamente 1,0% de todas as receitas líquidas (0,5% no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009). Nossos clientes do varejo incluem restaurantes bastante reconhecidos e marcas de boutiques de carne/açougues bovina, como o Rubaiyat, Fogo de Chão, Porcão, Montana, Novilho de Prata, McDonald's, Habib's, Outback Steakhouses, China in Box, Marba, Mario's, Giraffa´s, entre outros. Nenhum cliente varejista individualmente representou mais de 1,0% de todas as nossas receitas líquidas de 2008 (0,5% no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009).

Atualmente equilibramos as vendas para o mercado interno e as vendas para o mercado externo visando a manter nossa flexibilidade para nos proteger contra eventuais condições externas adversas, incluindo restrições sanitárias e eventuais barreiras comerciais.

MARKETING

Desde 2007, nosso foco envolve a ampliação das vendas e implementação de produtos de conveniência, de maior valor agregado para o consumidor. Além desta visão inicial voltada aos produtos de maior valor agregado, investimos também na solidificação de nossas marcas, buscando aumentar a confiança de nossos produtos junto aos nossos consumidores. Promovemos, no ano de 2009, uma reestruturação de nossas áreas de Marketing devido à expansão do setor, a partir das aquisições significativas ocorridas em 2008. Nossas áreas de Marketing de cada divisão direcionam os esforços de uma forte política empresarial alinhada aos resultados operacionais.

A marca da Companhia e o trabalho de desenvolvimento a ser feito representará uma busca de sinergias para alavancar o crescimento da venda de nossos produtos. Haverá a criação do padrão de identidade visual para a Companhia, desenvolvimento de estratégias de Marketing através das embalagens, publicidades institucionais, buscando atender necessidade de valorizar produtos de valores agregados em países que já possuímos comércio relevante situados na América do Sul, Europa e USA.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Em 2007, implementamos um sistema de software ERP, o qual nos permite melhorar os controles internos e aprimorar nossa capacidade de tomada de decisão. Mais recentemente, nós implementamos um software de planejamento de distribuição que otimiza as entregas para nossos clientes varejistas organizando de forma eficiente as cargas dentro dos caminhões de entrega e gerenciando a frota com monitoramento por GPS. Em 2007, implementamos um data center próprio, o qual nos permite melhorar a segurança e agilidade no processamento das informações das fábricas produtivas, através de dois links de dados mantidos com duas operadoras diferentes, evitando paradas na produção.

Atualmente, nossos servidores são de última geração, disponíveis também na forma virtual, buscando a otimização de espaço e energia. Todos os softwares da companhia são licenciados e com suporte ativos para todos os sistemas operacionais dos servidores.

A empresa utiliza software altamente desenvolvido para controle de todas as suas operações administrativas, financeiras, contábeis e fiscais. Na parte industrial, a empresa utiliza software para automação e gestão dos seus processos.

A Política de Segurança da Informação, atrelada ao Código de ética da companhia é divulgada e praticada por todos os usuários. Adicionalmente, em 2007, investimos constantemente no desenvolvimento de um sistema de custos que atende às legislações societária e fiscal, permitindo o rastreamento, desde o abate, dos custos dos nossos produtos. O sistema controla entradas e saídas de mercadorias a custo médio das compras ou produção.

Na gestão do armazém e na distribuição de varejo utilizamos um software de roteirizarão que permite maior controle e agilidade de entregas em todo o Brasil, organizando de forma eficiente as cargas dentro dos caminhões de entrega.

MARCAS

Brasil

Possuímos amplo portfólio de marcas, todas reconhecidas nos mercados em que está presente. Algumas são verdadeiros símbolos de qualidade no Brasil, como Bassi, Mabella, DaGranja, Pena Branca e Palatare, e nos mercados internacionais, como a GJ, marca de exportação de carne bovina.

A recente aquisição das operações do Grupo OSI no Brasil permitiu o enriquecimento do portfólio Marfrig com novas marcas. No Brasil foram incorporadas a Braslo, de industrializados de frangos e bovinos para redes de fast-food; Penasul, de industrializados de frangos e suínos; e Agrofrango, de abate e processamento de frango.

Na data deste Prospecto, detínhamos perante o INPI o registro de 68 marcas. No mercado externo, nossas marcas possuem grande relevância na América latina e mercado europeu.

Argentina

Na Argentina, os destaques são marcas de prestígio como a Paty, líder do mercado local de hambúrgueres e sinônimo da categoria naquele país, além de Aberdeen Angus e Mirab, importante marca no mercado argentino de meat snacks.

Uruguai

No Uruguai, os destaques são as marcas Tacuarembó, Viva, Paty e Bernina.

Europa

A recente aquisição das operações do Grupo OSI na Irlanda do Norte, na Inglaterra, na França e na Holanda permitiu o enriquecimento do portfólio Marfrig com novas marcas. A aquisição trouxe a Moy Park, quarta maior empresa da Irlanda do Norte; a Kitchen Range Foods, distribuidora de produtos alimentícios e de panificação no Reino Unido; e a Albert Van Zoonen, produtora e distribuidora de produtos congelados na Holanda.

CONCORRÊNCIA

Brasil

No Brasil, os nossos principais concorrentes são: Sadia, Perdigão, Bertin, JBS, Frigorífico Minerva e Frigorífico Mercosul.

Argentina

Na Argentina, nossos principais concorrentes são JBS e Cargill e no Uruguai os Frigoríficos San Jacinto Nirea, Pulsa e Matadero Carrasco.

Uruguai

Nossos principais concorrentes são o Grupo Bertin através do frigorífico Canelones e o frigorífico San Jacinto.

Europa

Nossos principais concorrentes são o grupo francês Doux, Grampian no Reino Unido e AIA na Itália.

MERCADO INTERNACIONAL

No mercado internacional, concorremos com diversos produtores, incluindo Cargill, Tyson Foods, Smithfield Foods e Swift & Co. (JBS) nos Estados Unidos, e Australian Meat, Teys Bros e Nippon Meat Packers na Austrália.

EMPREGADOS

Em função do nosso crescimento em 2008, a integração dos funcionários e o desenvolvimento de uma cultura organizacional própria marcaram as atividades da área de recursos humanos este ano. O mesmo processo deverá prosseguir ao longo de 2009, tendo como pano de fundo a busca pela excelência na qualidade da mão de obra e a difusão dos nossos valores. Os investimentos em treinamento e capacitação de profissionais e o estímulo à gestão participativa incentivam a formação de líderes e agregam valor aos ativos humanos das empresas adquiridas. Esta plataforma sustenta o nosso crescimento e fortalecimento, que possui mais de 42 mil colaboradores no mundo.

Unidade / País	**dez/07**	**dez/08**	**set/09**
Administração	361	184	236
Bovinos	11.629	9.564	11.133
Food Service	469	597	587
Suínos e Aves	981	12.720	14.037
Mercosul	6.112	7.324	7.538
EUA	88	93	119
Europa	8	8.737	9.183
TOTAL	**19.648**	**39.219**	**42.833**

Para maiores informações no que se refere às contingências e passivos trabalhistas relevantes, vide a seção "Processos Trabalhistas", na página 262 deste Prospecto.

Adicionalmente, a Companhia dispõe de Plano de Opção de Compra de Ações direcionado, aos seus administradores e inclusive aos seus funcionários em geral. Para maiores informações sobre o plano, consulte a seção "Administração – Plano de Opção de Compra de Ações" na página 271 deste Prospecto.

SINDICATOS

A Companhia mantém relação com 15 sindicatos e temos como perfil participar das negociações coletivas, nas quais somos parte, inclusive em determinados casos com assento à mesa de negociação. Na maior parte dos acordos coletivos de trabalho consta cláusula que cria instância extrajudicial, ou seja, o Sindicato e a Companhia se comprometem a não mover nenhuma ação judicial sem esgotar a esfera extrajudicial através de negociação. Ao todo, no Brasil, a Companhia faz parte de 15 acordos/convenções coletivas de trabalho.

RECURSOS HUMANOS

Desenvolvemos um manual de descrição de suas atividades operacionais vinculados à área de Recursos Humanos. A este manual foi dado o nome de POP – Procedimento Operacional Padrão, cujo principal objetivo é a padronização de processos, políticas e forma de treinamento para novos empregados de Recursos Humanos. Sempre que adquirimos uma nova empresa ou abrimos uma nova unidade, uma equipe é enviada a fim de implantar os procedimentos da empresa para as todas as atividades de Recursos Humanos e capturar sinergias.

Desta forma, mantemos os mesmos procedimentos e levamos a cultura organizacional para todas as unidades do grupo, mesmo que seja uma nova aquisição aonde existam culturas de trabalho diferente, ajustando mais rapidamente a nova unidade nos padrões de agilidade, qualidade e forma de trabalho que desejamos.

Desde dezembro de 2007, a Companhia tem buscado a harmonização de suas políticas de Recursos Humanos, respeitando as legislações locais das sedes das empresas adquiridas. Para tanto, foram elaboradas e implantadas 17 políticas.

A conduta em relação aos funcionários, prestadores de serviços e visitantes é regida pelo Código de Ética. A empresa procura investir em treinamento, a fim de melhor capacitar os seus gerentes e administradores, não só na parte técnica, mas também para que melhore a comunicação com os subordinados.

PROPRIEDADES, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

Em 30 de setembro de 2009, somadas todas as divisões do Grupo Marfrig, além das unidades de perus adquiridas em julho de 2009, éramos proprietários de 55 plantas de abate, processadoras e/ou industrializadoras, sendo que firmamos contratos de arrendamento mercantil (*lease back*) para as nossas plantas de Mineiros, São Gabriel e Paranatinga com prazos até 2012, quando teremos a opção de comprá-las pelo seu valor residual.

As demais plantas que utilizamos são de propriedade de terceiros, operadas por nós como arrendatários, quais sejam: Promissão I, Capão do Leão, que iniciou sua operação após 30 de junho de 2009,operadas pela Companhia, unidades de São Mateus e Anhanguera, operadas pela Divisão de Aves, Suínos e Industrializados e a planta de Frai Bentos, no Uruguai, operada pela Divisão Uruguai.

Nosso centro de distribuição localizado em Santo André foi inicialmente arrendado, e posteriormente adquirido em 18 de setembro de 2006 em leilão judicial que está pendente de confirmação.

A tabela abaixo aponta alguns de nossas plantas que encontram-se gravadas, oneradas ou dadas em garantia:

Empresa	Matrículas	Destinação do Imóvel	Credor/ Beneficiário	Observação
Companhia	10.102; 21606; 10344	Centro de Distribuição -Santo André/SP		Imóveis arrematados pela Companhia em leilão judicial, porém, pendentes de decisão de embargos à arrematação oferecido por terceiros.
Companhia	21.136	Planta Frigorífica — Tangará da Serra/MT	1ª Vara Cível da Comarca de Mineiros/GO	Imóvel dado em caução, para garantir liminar em processos de sustação de protesto, no valor aproximado de R$ 4 milhões.
MBL Alimentos S.A.	34369; 34370; 34582; 34581	Granja de suínos — Diamantino/MT	Banco Real S.A.	Hipoteca em 1º grau a favor do credor, para garantir cédula de crédito de exportação n°. 4919/07, no valor original de R$ 5,5 milhões, com vencimento em 22/08/2011.
Mabella	20.350;20351	Planta Frigorífica — Frederico Westphalen/RS	Banco ABN Amro Real S.A.	Hipoteca cedular de 1º grau, para garantir operação de Cédula de Crédito Bancário n°. 106/82566/01-0, no valor original de R$ 1,3 milhão, com vencimento em 15/12/2011.
Mabella	20.352	Planta Frigorífica — Frederico Westphalen/RS	Banco do Brasil	Hipoteca cedular de 1º grau, para garantir operação de Cédula de Crédito Industrial n°. 40/01312/X, no valor original de R$ 1,2 milhão, com vencimento em 15/08/2012.
DaGranja	5.382	Abatedouro de Aves - Unidade de Passos/MG	INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social	Penhora em decorrência de execução fiscal movida pelo INSS, processo n°. 2005.38.04.003755-4, pelo valor de R$ 4,5 milhões; Penhora em decorrência de execução fiscal movida pelo INSS, processo n°. 2004.70.00.041525-6, pelo valor aproximado de R$ 6 milhões;
DaGranja	8.221	Fábrica de Rações – Unidade de Uberaba/MG	Procuradoria da Fazenda do Estado de Minas Gerais	Penhora em decorrência de execução fiscal movida pela Procuradoria da Fazenda do Estado de Minas Gerais, processo n° 701.00.014.928-9, pelo valor aproximado de R$ 8.6 milhões;
DaGranja	29.669	Abatedouro de Aves - Unidade da Lapa/PR	INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social	Penhora em decorrência de execução fiscal movida pelo INSS, processo n°. 2007.70.00.0018078-3, pelo valor original de R$ 11,5 milhões; Penhora em decorrência de execução fiscal movida pelo INSS, processo n°. 2004.70.00.041525-6, pelo valor aproximado de R$ 6 milhões;
DaGranja	6.227	Incubatório - Uberaba/MG	INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social Procuradoria da Fazenda do Estado	Penhora em decorrência de execução fiscal movida pelo INSS, processo n°. 2007.70.00.0018078-3, pelo valor original de R$ 11,5 milhões; Penhora em decorrência de execução fiscal

Empresa	Matrículas	Destinação do Imóvel	Credor/ Beneficiário	Observação
			de Minas Gerais	movida pelo INSS, processo nº. 2004.70.00.041525-6, pelo valor aproximado de R$ 6 milhões; Penhora em decorrência de execução fiscal movida pela Procuradoria da Fazenda do Estado de Minas Gerais, processo nº.701.00.014.928-9, pelo valor aproximado de R$ 8.6 milhões;
DaGranja	6.228	Abatedouro de Aves – Unidade Uberaba/MG	INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social Procuradoria da Fazenda do Estado de Minas Gerais	Penhora em decorrência de execução fiscal movida pelo INSS, processo nº. 2007.70.00.0018078-3, pelo valor original de R$ 11,5 milhões; Penhora em decorrência de execução fiscal movida pelo INSS, processo nº.2004.70.00.041525-6, pelo valor aproximado de R$ 6 milhões; Penhora em decorrência de execução fiscal movida pela Procuradoria da Fazenda do Estado de Minas Gerais, processo nº.701.00.014.928-9, pelo valor aproximado de R$ 8.6 milhões;

Em 30 de setembro de 2009, havíamos realizado ampliação e/ou modernização de quatro de nossas plantas, bem como dos demais ativos do Grupo Marfrig por meio de investimentos totais de R$164,1 milhões dentro de nossas expectativas de investimentos que foram estabelecidas no início do ano. E esperamos que estes processos de ampliação e modernização estejam concluídos até o final de 2009.
Para maiores informações sobre o licenciamento ambiental de nossas plantas, veja nessa seção "Meio Ambiente – Licenciamento Ambiental na página 255 deste Prospecto.

SEGUROS

Nós atualmente estamos assegurados tanto no Brasil quanto no exterior, contra uma variedade de riscos, incluindo perdas e danos relativos às nossas plantas de abate, processamento e industrialização, bem como nossa frota de caminhões. Adicionalmente, possuímos seguro de responsabilidade civil de executivos, que inclui todas as unidades do Grupo Marfrig no Brasil e no exterior, com cobertura de R$40,0 milhões junto à seguradora Chubb do Brasil. Acreditamos que o nosso nível de cobertura de seguros é apropriado para uma companhia do nosso porte e que os tipos de seguro que possuímos são apropriados para nossas atividades.

ASSUNTOS REGULATÓRIOS

Uma de nossas principais prioridades é o estrito respeito a todas as leis sanitárias e ambientais brasileiras, sejam elas federais, estaduais e municipais incluindo a manutenção de nossas licenças ativas e efetivas.

Acreditamos estar substancialmente de acordo com as leis e normas sanitárias e ambientais governamentais brasileiras. Adotamos práticas adequadas às legislações ambientais e trabalhistas vigentes, inclusive sendo signatários do acordo assinado em março de 2008 e no qual a empresa se compromete com o Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo.

Regulação da Vigilância Sanitária

Nossas operações relacionadas com o abate e processamento de carne no Brasil estão sujeitas a várias normas impostas pelo MAPA e por outras autoridades estaduais ou locais em relação ao processamento, embalagem, armazenagem, distribuição, anúncio e etiquetagem de produtos, incluindo o nosso compromisso com normas de segurança. Nos anos recentes, as práticas sanitárias e os procedimentos na indústria de processamento têm sido passivos de exames minuciosos mais intensos e supervisionados pelo MAPA. Cada uma de nossas instalações nas quais estas atividades são desempenhadas deve ser previamente licenciada pelas autoridades e deve manter um técnico responsável em cada uma. Os produtos da carne bovina devem ser registrados no Ministério da Agricultura.

MEIO AMBIENTE

Legislação Ambiental

Para controlar o impacto ambiental de nossas operações, mantemos processos de manutenção preventiva para nossos equipamentos e filtros, bem como programas para o uso eficiente de água.

Avaliamos periodicamente o impacto ambiental de nossos produtos, processos, operações e serviços, visando determinar aqueles que causam ou possam vir a causar danos ambientais materiais. Através de nossos programas de gerenciamento ambiental, buscamos identificar oportunidades para melhorar os processos de produção, bem como prevenir a ocorrência de impactos ambientais e/ou reclamações judiciais.

Quanto à responsabilidade ambiental, a Marfrig sempre seguiu a rígida conduta de adquirir gado somente de fazendas cadastradas e regularizadas pelo IBAMA (Portaria IBAMA no. 19, de 02 de julho de 2008 e Dec. Nº 6.321, de 21 de dezembro de 2007), e através das consultas realizadas na lista do trabalho escravo do MTE (portaria 540/2004, de 15/10/2004), agindo proativamente em relação a produtores que descumprem as legislações vigentes e providenciando imediatamente o seu descredenciamento na relação de fornecedores de animais para corte.

Entre os procedimentos adotados pela organização, consta a solicitação de Licença Ambiental, a verificação de regularidade das propriedades cadastradas no IBAMA (com monitoramento diário da lista de fazendas embargadas), verificação de cadastro de propriedade rural e outros documentos ambientais, quando necessário, bem como a constituição de Comitês Internos de Meio Ambiente em todas as nossas unidades, atuando com o principio da informação e da prevenção ambiental.

Adicionalmente, desde dezembro de 2007 a Marfrig implantou um Código de Ética que estabelece parâmetros em suas relações com os fornecedores e que inclui verificação minuciosa da implantação de seus termos. Para garantir a ciência e o cumprimento destas normas, são realizados encontros periódicos com colaboradores e fornecedores, assim como reuniões com comitês avaliadores. Também foi criado o serviço Disque Denúncia, como meio de complementar o trabalho de monitoramento das relações comerciais com parceiros.

Licenciamento Ambiental

A legislação ambiental brasileira determina que o regular funcionamento de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental. Este procedimento é necessário tanto para a instalação inicial e operação do empreendimento, quanto para as ampliações nele procedidas, sendo que as licenças emitidas precisam ser renovadas periodicamente. Segundo a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente ("CONAMA") nº 1/1986, o licenciamento ambiental de certas atividades modificadoras de meio ambiente, nela explicitadas, está sujeito ao

Estudo Prévio de Impacto Ambiental e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA). Ademais, a Lei Federal nº 9.985/2000, regulamentada pelo Decreto Federal nº 6.848/2009, dispõe sobre o Sistema Nacional das Unidades de Conservação ("SNUC"). De acordo com referida Lei, nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de Unidades de Conservação, mediante o pagamento de uma compensação ambiental, cujo valor será fixado proporcionalmente ao impacto ambiental causado pelo empreendimento, por meio de EIA/RIMA. Caberá ao IBAMA realizar o cálculo da compensação ambiental, sendo que o seu valor será fixado entre 0 e 0,5% (zero e meio por cento) dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento.

A competência para licenciar, no que se refere aos empreendimentos de impacto ambiental nacional ou regional é do IBAMA. Nos demais casos, a competência é dos órgãos ambientais estaduais ou municipais, caso o impacto seja local.

O processo de licenciamento ambiental compreende, basicamente, a emissão de três licenças, todas com prazos determinados de validade: licença prévia, licença de instalação e licença de operação. Cada uma destas licenças é emitida conforme a fase em que se encontra a implantação do empreendimento e a manutenção de sua validade depende do cumprimento das condicionantes que forem estabelecidas pelo órgão ambiental licenciador. A ausência de licença ambiental, independentemente de a atividade estar ou não causando danos efetivos ao meio ambiente, caracteriza a prática de crime ambiental além de sujeitar o infrator a penalidades administrativas tais como multas que, no âmbito federal, podem chegar a R$10,0 milhões (aplicáveis em dobro ou no seu triplo, em caso de reincidência) e interdição de atividades.

As demoras ou indeferimentos, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação dessas licenças, assim como a nossa eventual impossibilidade de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos ambientais no curso do processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação e a operação dos nossos empreendimentos.

A legislação ambiental também nos impõe diversas outras obrigações, incluindo, por exemplo, a destinação final ambientalmente adequada de resíduos e a obtenção de autorizações para a captação de água e para o para o lançamento de efluentes.

Estamos sujeitos à fiscalização pelas autoridades ambientais competentes dos Estados em que atuamos e abaixo apresentamos a tabela de licenças de nossas principais unidades:

EMPREENDIMENTO/ATIVO	STATUS AMBIENTAL - Licença	Validade/Pedido de Renovação
Marfrig		
03.853.896/0008-16 - Paranatinga – MT Frigorifico	LO nº 1637/2007	Valida até 16/11/2009 Conforme lei complementar n.282/2007
03.853.896/0002-20 Bataguassú - MS Frigorifico	LO nº 180/2009	Válida até 10/02/2013
03.853.896/0027-89 - Bataguassu – MS Curtume	LI nº 035/2009	Válida até 05/05/2011
03.853.896/0005-73 - Tangará da Serra - MT Frigorifico	LO nº 0640/2008	Válida até 30/04/2011
03.853.896/0003-01 - Promissão I - SP Frigorifico	LO nº 13001647/2009	Válida até 03/04/2012
03.853.896/0016-26 - Promissão II – SP – Frigorifico	LO nº 13001411/2007	Válido até 28/11/2010
03.853.896/0022-74 – Promissão- SP – Curtume	Licença de Funcionamento n.083720	Valido até 12/10/2007 Protocolo de renovação n. 13003032
03.853.896/0013-83 – Promissão/SP – Fabrica de Sabão	LO n. 13001648	Válido até 03/04/2011
03.853.896/0014-64 - Chupinguaia – RO Frigorifico	LO nº 6692	Válido até 24/04/2011

EMPREENDIMENTO/ATIVO	STATUS AMBIENTAL - Licença	Validade/Pedido de Renovação
Marfrig		
03.853.896/0012-00 - Mineiros – GO Frigorifico	LO nº 507/2008	Válida até 09/10/2008 Protocolo de Renovação n. 4324/2009
CNPJ filial Marfrig em processamento – Recente aquisição 05.891.653/0001-21 – Mineiros – GO Confinamento	LI n. 160/2008	Válida até 02/04/2010
03.853.896/0015-45 – São Gabriel – RS Frigorifico	LO nº 2344/2008	Válida ate 10/03/2012
03.853.896/0006-54 - Porto Murtinho – MS Frigorifico	LO nº 012/2009	Válido até 24/03/2013
03.853.896/0007-35 - Santo André – SP -	Certificado Dispensa de Licença n. 16000548	não possui atividade poluidora por se tratar centro de distribuição
03.853.896/0029-40 Arrendamento - 8745271/0001-30 Pelotas – Extremo Sul RS – Abatedouro e Frigorífico	LO n. 4748/2009	Válida até 07/08/2013
03.853.896/0018-98 – São Mateus – SP Industrializados	LO n. 30005208	Válida até 07/11/2011

Os seguintes Empreendimentos e Ativos não necessitam de licenciamento ambiental, conforme abaixo explicado:

EMPREENDIMENTO/ ATIVO	Dispensa
Marfrig	
03.853.896/0001-40 - São Paulo	não possui atividade poluidora por se tratar unidade administrativa não passível de licenciamento
03.853.896/0019-79 - Pereira Barreto – SP	não possui atividade poluidora por se tratar de confinamento não passível de licenciamento
03.853.896/0021-93 - Guapiaçu – SP	não possui atividade poluidora por se tratar de confinamento não passível de licenciamento
03.853.896/0024-36 - Vila Olímpia - SP	não possui atividade poluidora por se tratar unidade administrativa não passível de licenciamento

FRIGORÍFICO MABELLA LTDA.:

Licenças Ambientais (Única – LAU, Prévia - LP, Instalação – LI e Operacional – LO)

EMPREENDIMENTO/ATIVO	STATUS AMBIENTAL - Licença	Validade/Pedido de Renovação
Mabella		
02.263.791.020-30 - Frederico Westphalen – RS - Abatedouro	LO n. 417/2009	Válida até 01/07/2012
02.263.791/0003-30 - Itapiranga – RS – Abatedouro	LO n. 050/2008	Válida até 26/03/2012
02.263.791/0005-00 - Frederico Westphalen – RS – Fabrica de Ração	LO n. 3204/2009	Válida até 30/06/2013
02.263.791/0019-05 - Caibi - SC - Produção e criação de leitões.	LO n.488/2008	Válida até 14/08/2012
02-263-791-0018-16 – Vista Alegre -RS - Produção e criação de leitões.	LO n. 4779/2006	Válida até 01/06/2008 Protocolo de renovação LO n.164151
02.263.791/0007-63 - Jaguariúna – SP - Abatedouro de aves	LO nº 37000626	Valida até 24/11/2010
02.263.791/0009-25 - Amparo – SP Abatedouro de aves	LO nº 37000599	Valida até 24/11/2010
02.263.791/0006-82 - Amparo – SP – Fabrica de Ração	Protocolo de LP/LI nº 37002956	Aguardando emissão
02.263.791/0010-69 - Tatuí – SP - Fabrica de Ração	Protocolo de LP/LI nº 06018412	Aguardando emissão
02.263.791/0016-54 - Paulínia – SP- Fabrica de Ração	Protocolo de LP/LI n.37002976	Aguardando emissão

EMPREENDIMENTO/ATIVO	STATUS AMBIENTAL - Licença	Validade/Pedido de Renovação
DOUX – Frangosul Filiais Mabella em processo de alteração de dados cadastrais		
91374561/0013-40 Caxias do Sul – RS Abatedouro de aves	LO n. 3098/2007	Válida até 26/03/2011
91374561/0049-50 Caxias do Sul – RS Fabrica de Ração	LO n. 2574/2009	Válida até 28/05/2013
91374561/0084-33 Salvador do Sul/RS Incubatório de ovos de peru.	LO n. 5500/2006	Válida até 31/10/2010
91374561/0090-81 São Pedro da Serra/RS – Granja	LO n. 2623/2005	Válida até 24/05/2009 e declaração de prorrogação LO n. 168/2009 válida até 05/08/2009
91374561/0022-30 Capela de Santana/ RS - Granja	LO n. 6894/2006	Válida até 15/08/2010
91374561/0101-79 Salvador do Sul/RS Granja	LO n. 0013/2009	Válida até 15/06/2013
91374561/0022-30 Montenegro - Rincão dos Machados	LO n. 0994/2007	Válida até 25/03/2011

Os seguintes Empreendimentos e Ativos não necessitam de licenciamento ambiental, conforme abaixo explicado:

EMPREENDIMENTO/ATIVO	Dispensa
Mabella	
02.263.791/0001-78 – Parque São Domingos – SP.	não possui atividade poluidora por se tratar de unidade Administrativa não passível de licenciamento
02.263.791/0002-59 - Mooca - SP	não possui atividade poluidora por se tratar de centro de distribuição não passível de licenciamento
02.263.791/0011-40 - Itatinga II - SP	não possui atividade poluidora por se tratar de granja não passível de licenciamento
02.263.791/0012-20 - Itatinga I – SP	não possui atividade poluidora por se tratar de granja não passível de licenciamento
02.263.791/0013-01 - Amparo – SP	não possui atividade poluidora por se tratar de incubatório n. 37000125 não passível de licenciamento
02.263.791/0014-92 - Capela do Alto	não possui atividade poluidora por se tratar de granja não passível de licenciamento
02.263.791/0015-73 - São Carlos – SP	não possui atividade poluidora por se tratar de incubatório não passível de licenciamento
02.263.791/0013-01 – Amparo -SP	não possui atividade poluidora por se tratar de incubatório não passível de licenciamento
02.263.791/0002-59 - São Paulo - SP	não possui atividade poluidora por se tratar de unidade administrativa não passível de licenciamento

EMPREENDIMENTO/ATIVO	STATUS AMBIENTAL - Licença	Validade/Pedido de Renovação
Dagranja		
59.966.879/0023-89 - Lapa – PR – Fabrica de Ração	LO n. 12666	Valida até 21/12/2010
59.966.879/0024-60 - Uberaba - MG - fabrica de Ração	LO n. 051/2009	Válida até 16/04/2010
59.966.879/0026-21 - Lapa - PR abatedouro de aves	LO n. 8555	Válida até 19/09/2009 Protocolo de renovação 07.584.810-2
59.966.879/0027-02 - Uberaba - MG abatedouro de aves	LO n. 641	Válida até 05/10/2010
59.966.879/0028-93 - Passos - MG abatedouro de aves	LO n. 079/2009	Válida até 04/05/2017
59.966.879/0035-12 - SJR Preto - Fabrica de embutidos	LO n. 14002541	Valida até 30/05/2009 Protocolo de renovação LO n. 1400897/04
59.966.879/0041-60 - Passos - MG - Fábrica de ração	LO n. 050/2009	Valida até 06/04/2015

Os seguintes Empreendimentos e Ativos não necessitam de licenciamento ambiental, conforme abaixo explicado:

EMPREENDIMENTO/ATIVO	Dispensa
Dagranja	
59.966.879/0001-73 - Curitiba	não possui atividade poluidora por se tratar unidade administrativa não passível de licenciamento
59.966.879/0002-54 - Lapa - PR	não possui atividade poluidora por se tratar de granja não passível de licenciamento
59.966.879/0003-35 - Lapa - PR	não possui atividade poluidora por se tratar de granja não passível de licenciamento
59.966.879/0004-16 - Lapa - PR	não possui atividade poluidora por se tratar de granja não passível de licenciamento
59.966.879/0005-05 - Lapa - PR	não possui atividade poluidora por se tratar de granja não passível de licenciamento

INVESTIMENTOS E DESINVESTIMENTOS

As tabelas abaixo, exceto quando tratar-se de operações vinculadas à Marcos e Márcia, mostram as operações entre a Companhia e suas subsidiárias integrais, em 30 de setembro de 2009, em milhares de reais, as quais não devem ser consideradas como partes relacionadas à Companhia, visto que tais operações integram o curso regular dos negócios e são contabilzadas no consolidado da Companhia e não tem qualquer impacto nos seus resultados , não causando, portanto, qualquer efeito adverso aos seus acionistas:

MARFRIG ALIMENTOS S.A.
DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS DE 01/01/2006 A 30/09/2009

		2006	2007			2008			2009	
Investida	**País**	**Investimento**	**Investimento**	**Aumento de Capital**	**Total**	**Investimento**	**Aumento de Capital**	**Total**	**Aumento de Capital**	**Total**
Investimentos da Companhia (em milhares de R$)										
Argentine Breeders & Packers S.A.	Argentina	48.295	-	115.643	115.643	-	30.774	30.774	16.595	211.307
Frigorífico Tacuarembó S.A.	Uruguai	51.898	47.571	-	47.571	-	-	-		99.469
Inaler S.A.	Uruguai	35.590	19.377	-	19.377	-	-	-		54.967
Marfrig Chile Inversiones Ltda	Chile	9.354	-	35.175	35.175	-	2.109	2.109		46.638
Weston importers Ltd.	Reino Unido	853	5.128	-	5.128	-	22.769	22.769		28.750
Frigoclass Alimentos S.A.	Brasil	-	50.153	-	50.153	-	-	-		50.153
Masplen Limited (Pampeano Alimentos S.A.)	Brasil	-	41.008	-	41.008	-	-	-		41.008
Prestcott International S.A.	Uruguai	-	31.477	-	31.477	-	-	-		31.477
Secculum Participações Ltda (Frigorífico Mabella Ltda)	Brasil	-	32.086	-	32.086	-	-	-		32.086
União Frederiquense Partic. Ltda (Frigorífico Mabella Ltda)	Brasil	-	22.913	-	22.913	-	90.680	90.680		113.593
Blue Horizon Trading Co. LLC (Quick Food S.A.)	Argentina	-	249.095	-	249.095	7.166	-	7.166		256.261
Zanzibar Capital LLC (Establecimientos Colonia S.A.)	Uruguai	-	151.236	-	151.236	-	-	-		151.236
Total		**145.990**	**650.044**	**150.818**	**800.862**	**7.166**	**146.332**	**153.498**	**16.595**	**1.116.945**
Investimentos das Controladas (em milhares de US$)										
DaGranja Agroindustrial Ltda	Brasil	-	-	-	-	58.000	-	58.000	-	58.000
Penapaulo Alimentos Ltda (Marca Penabranca)	Brasil	-	-	-	-	53.000	-	53.000	-	53.000
Moy Park Group e MAS do Brasil Participações Ltda	Europa e Brasil	-	-	-	-	680.000	-	680.000	-	680.000
Total		**-**	**-**	**-**	**-**	**791.000**	**-**	**791.000**	**-**	**791.000**

Para maiores informaçõessobre os investimentos de capital em andamento, consulte a seção "Eventos Subsequentes a 30 de setembro de 2009" na página 193 deste Prospecto.

Adicionalmente, esclarecemos que a Companhia não realizou desinvestimentos relevantes nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

CONTRATOS RELEVANTES

Para informações sobre os contratos relevantes da Companhia, veja seção "Discussão e Análise da Administração sobre a Situação Financeira e o Resultado das Operações – Contratos Relevantes", na página 184 deste Prospecto.

CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS

Somos parte de processos judiciais e procedimentos administrativos incidentais no curso normal de nossos negócios. Nossa política é de manter provisões de 100% do valor econômico envolvido nos processos que provavelmente resultarão em decisões desfavoráveis, e não realizar provisão para processos cuja perda seja possível ou remota. Classificamos cada processo em uma destas três

categorias com base na opinião de nossos advogados externos e conselheiros técnicos especializados responsáveis por cada matéria.

A ações judiciais relevantes com risco de perda possível são mencionadas em notas explicativas.

Em 30 de setembro de 2009, mantínhamos uma provisão de R$6,8 milhões para processos judiciais e administrativos nos quais éramos réus, incluindo processos tributários trabalhistas e civis.

Processos Tributários

Em 30 de setembro de 2009, éramos parte em 117 processos judiciais e administrativos tributários, que montavam R$141,5 milhões para os quais mantínhamos provisões no valor de R$ 3,4 milhões. As principais questões tributárias discutidas em parte dessas ações são:

Contribuições Previdenciárias

Estamos discutindo judicialmente a obrigação de reter e pagar a contribuição ao Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (FUNRURAL) uma vez que, por lei, devemos reter na fonte e pagar tal contribuição quando tomamos serviços de produtores rurais pessoas físicas. Atualmente não possuímos decisão favorável que nos desobrigue de referida retenção. Ressaltamos que não temos como assegurar eventuais autuações previdenciárias decorrentes do não recolhimento da contribuição destinada ao FUNRURAL. Um desfecho desfavorável para a Companhia em eventuais autuações poderá a vir a afetar de maneira significativa e adversa os nossos resultados.

Ajuizamos ação para ver reconhecido nosso direito de compensar débitos previdenciários com créditos de PIS/Cofins exportação, o qual obtivemos sentença em 1º grau favorável.

Impostos e Contribuições Federais

Em 30 de setembro de 2009, éramos parte em 17 processos administrativos e judiciais movidos contra a União Federal e Delegacia da Receita Federal, pelo valor total histórico de R$33,4 milhões, exigindo (i) valores relativos ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, e tributação reflexa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, do PIS e da COFINS, devidos em razão de suposta omissão de receitas, apuradas pelo confronto dos valores que declaramos e escrituramos contabilmente e as notas fiscais apresentadas por nossos fornecedores, (ii) diferenças de recolhimento de débitos de PIS e COFINS. O valor histórico total envolvido nestas autuações é de aproximadamente R$2,3 milhões, para os quais não constituímos provisão uma vez que, com base na opinião de nossos assessores jurídicos, acreditamos que as chances de perda nestes processos sejam possíveis; e (iii) exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, sendo tal ação a de maior relevância, que trata de pedido de restituição, pelo valor total histórico de R$ 31 milhões, para os quais não constituímos provisão uma vez que, com base na opinião de nossos assessores jurídicos, acreditamos que as chances de perda nestes processos sejam possíveis. Apresentamos defesas administrativas alegando a inexigibilidade e decadência de parte dos débitos, incorreção em suas bases de cálculo, e que os valores foram presumidos pela fiscalização, o que é vedado em determinados casos. Nossas defesas ainda não foram analisadas.

PIS e COFINS sobre importação

Em novembro de 2004 a empresa propôs medida judicial questionando a exigência do PIS e COFINS sobre importação e requerendo o afastamento da exigência destas contribuições. A medida liminar foi concedida e confirmada em sentença que atualmente encontra-se em vigor, sendo objeto de recurso de apelação da União em trâmite no Tribunal Regional Federal da 3.ª Região. Referida ação gera efeito favoráveis ao fluxo de caixa, vez que permite o recolhimento desses tributos por ocasião da venda das mercadorias. O Pis/COFINS-Importação é uma contribuição

diferente do PIS/COFINS incidente sobre a receita (apesar destes tributos serem interligados pela sistemática do crédito). Para consituir o débito de PIS/COFINS-Importação, as autoridades fiscais lavrarão autos de infração. Não fomos informados do total de contingência não constituída de PIS/COFINS - Importação. Caso a decisão favorável, atualmente em vigor, seja revertida, a empresa poderá pagar os valores discutidos em 30 dias sem a inclusão de multa. Vale notar que no caso de pagamento de exigência de PIS/COFINS-Importação, tais valores poderão ser utilizados como créditos no pagamento do PIS/COFINS, observadas as regras de prescrição aplicáveis aos referidos créditos.

Crédito presumido de IPI pessoa física – em abril de 2003 a empresa propôs medida judicial visando afastar a restrição imposta por legislação específica que vedou o crédito advindo das aquisições de pessoa física, possibilitando a apuração do crédito presumido de IPI, nas competências pretéritas e futuras. Em acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal houve posicionamento favorável à empresa, reconhecendo o direito pleiteado. Vale notar que a União apresentou Recurso Especial e Extraordinário aos tribunais superiores. Até que haja decisão transitada em julgado em favor da Companhia, os valores já utilizados para compensar débitos federais poderão ser questionados pelas autoridades fiscais.

Uma vez que o PIS e COFINS atualmente encontram-se sob o regime de não-cumulatividade, o afastamento do recolhimento do PIS e COFINS importação implica somente na não antecipação de pagamento. Ao final, o PIS e COFINS são recolhidos integralmente.

Parcelamento de Débitos Federais e Contribuições Previdenciárias.

Em 30/09/2009 aderimos ao parcelamento previsto na Lei 11.941/09 e desistimos do PAES e do PAEX, os quais foram migrados para o novo parcelamento especial. Os débitos previdenciários , gerados no período pós PAEX até a competência de 10/2008, também foram incluídos no referido parcelamento. , dessa forma, o valor total migrado dos antigos parcelamentos mais os débitos previdenciários de competência até 10/2008 totalizam R$ 386,1. Até o presente momento, não houve consolidação dos débitos. Efetuamos regularmente o pagamento das parcelas do Programa REFIS da Lei n° 11.941/2009.

Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços - ICMS

Em 30 de setembro de 2009, figurávamos no pólo passivo de 86 processos administrativos movidos pela Fazenda do Estado de São Paulo, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, cujo montante exigido pelos referidos Estados alcançava o valor histórico de R$107,2 milhões.

As discussões relativas ao ICMS envovendo a Companhia tratam de processos administrativos movidos pela Fazenda do Estado de São Paulo, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, que discutem aproveitamento de créditos advindos de transferência de mercadorias, descumprimento de obrigação acessória e emissão errônea de notas fiscais, que montam o valor histórico de R$ 26,1 milhões.

Os processos de maior relevância referentes ao ICMS são movidos pela Fazenda do Estado de São Paulo exigindo valores relativos ao crédito presumido de ICMS sobre notas-fiscais de transferências de mercadorias remetidas por nossa filial localizada no Estado do Mato Grosso do Sul às nossas filiais localizadas no Estado de São Paulo – "Guerra Fiscal". Os valores dos lançamentos correspondem à diferença entre o imposto destacado nos documentos de entrada de mercadorias no centro de distribuição e o cobrado no Estado de origem. Apresentamos defesas administrativas questionando a exigência destes débitos, que ainda não foram analisadas de forma definitiva. O valor histórico exigido nestes processos administrativos lavrados é pelo valor histórico R$ 81,0 milhões.

Com base na opinião de nossos assessores jurídicos, constituímos provisão de R$ 3,3 milhões para questões relativas a ICMS.

Processos Trabalhistas

Em 30 de setembro de 2009, a Companhia era ré em 2.190 processos trabalhistas judiciais e administrativos, cujo valor total estimado envolvido foi de R$ 51.246.509,59 (cinquenta e um milhões duzentos e quarenta e seis mil quinhentos e nove reais e cinquenta e nove centavos). Baseado no histórico passado de pagamentos da Companhia, com base nos pagamentos dos últimos dois anos, constituímos provisões no valor de R$1.339.411,01 (um milhão trezentos e trinta e nove mil, quatrocentos e onze reais e um centavo). Na opinião da Administração e de nossos assessores legais a provisão é suficiente para fazer frente a eventuais perdas. A maior parte das ações trabalhistas ajuizadas contra nós refere-se a temas comumente alegados em nosso segmento, tais como justa causa, minutos de preparo, intervalo para pessoal que trabalha em ambiente refrigerado, horas in itinere, entre outros. Em relação às ações movidas por Sindicatos ou Ministério Público do Trabalho, os temas geralmente estão relacionados a intervalo de descanso para empregados que exercem suas funções em ambiente refrigerado, bem como excesso de horas extraordinárias.

Processos Cíveis

Em 30 de setembro de 2009, éramos réus em 48 ações cíveis, pelo valor histórico de R$5.077.961,64 (cinco milhões, setenta e sete mil, novecentos e sessenta e um reais e sessenta e quatro centavos), sendo que aquelas ações que são consideradas pela nossa Administração e por nossos assessores legais como de risco provável, pelo valor de R$2.091.151,56 (dois milhões e noventa e um mil, cento e cinqüenta e um reais e cinqüenta e seis centavos) constituímos provisão pelo mesmo valor. Nossas ações cíveis envolvem tipicamente controvérsias relativas a acordos comerciais e indenizatórias.

Processos Administrativos e Concorrenciais

Em 21 de junho de 2005 a SDE iniciou um processo administrativo contra 11 empresas brasileiras de carne bovina, incluindo nós e outros grandes produtores de carne bovina.

Na 411° sessão ordinária do CADE, ocorrida em 28 de novembro de 2007, foi julgado o processo administrativo que apurava a formação de cartel por frigoríficos brasileiros e este foi arquivado em relação à Companhia por decisão unânime dos julgadores.

A aquisição dos ativos relacionados ao abate de peru está sob análise do CADE para sua aprovação. Protocolamos tempestivamente, em 01/07/2009, a competente notificação nos termos do artigo 54 e parágrafos da Lei 8884/94 c/c as Resoluções CADE nº 15 de 19/08/1998 e nº. 45 de 28/03/2007, que tramite sob processo nº. 08012.004935/2009-84 e encontra-se sob análise da Secretaria Acompanhamento Econômico - SEAE.

PRÊMIOS

Conquistamos os seguintes prêmios:

- Melhores do Agronegócio, 2008 e 2009 pela Revista Globo Rural, setor Abate;
- Melhor Empresa, Anuário Exame Agronegócio 2008-2009, setor Carne Bovina;
- Destaque de Comércio Exterior 2008, Associação de Comércio Exterior do Brasil e Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, setor Pecuário;

- 3ª Empresa Brasileira mais Internacionalizada de 2008, pela Fundação Dom Cabral. Ranking das Transnacionais Brasileiras;
- Bem-Sucedidos 2009, Revista Banco Hoje, segmento de mercado de Capitais e Financeiro; e

Moy Park

- Northern Ireland National Training Award - Large Employer 2008;
- UK National Training Award - Large Employer 2008;

ADMINISTRAÇÃO

Segundo nosso Estatuto Social, nossa administração é composta por um Conselho de Administração e por uma Diretoria. Está também previsto em nosso Estatuto Social um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, que pode ser instalado a pedido dos nossos acionistas.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração é o órgão de deliberação colegiada, responsável pela formulação e monitoramento para implantação das políticas gerais de negócios, incluindo nossa estratégia de longo prazo. É responsável também, dentre outras atribuições, pela designação e supervisão da gestão dos nossos Diretores. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o Conselho de Administração é também responsável pela contratação dos auditores independentes.

Todas as decisões do Conselho de Administração são tomadas pela maioria dos votos dos membros presentes a qualquer reunião.

De acordo com o nosso Estatuto Social, nosso Conselho de Administração deve ter, no mínimo, cinco e, no máximo, onze membros, devendo cada qual ser necessariamente nosso acionista, muito embora não exista um limite mínimo de participação acionária para tanto. Os conselheiros são eleitos em Assembleia Geral, com mandato unificado de dois anos, podendo ser reeleitos e destituídos a qualquer momento por nossos acionistas reunidos em Assembleia Geral. De acordo com o Regulamento do Novo Mercado, no mínimo 20% dos membros do Conselho de Administração deverão ser Conselheiros Independentes. Os conselheiros deverão ainda subscrever, previamente à sua investidura no cargo, Termo de Anuência dos administradores previsto no Regulamento do Novo Mercado.

No mais, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, os membros do Conselho de Administração estão proibidos de atuar em qualquer operação ou negócios nos quais estes tenham um conflito de interesses conosco.

Os membros do nosso Conselho de Administração foram reeleitos na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada no dia 28 de abril de 2009, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2011.

O endereço comercial de nossos Conselheiros é Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1.912, Cj. 7B, São Paulo, São Paulo.

Segue na tabela abaixo os nomes, idades, posições e datas da eleição dos membros do nosso Conselho de Administração:

Nome	Idade	Posição	Data da Reeleição
Marcos Antonio Molina dos Santos	39	Presidente	28.04.2009
Márcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos	36	Membro	28.04.2009
Rodrigo Marçal Filho	35	Membro	28.04.2009
David G. McDonald	44	Membro	28.04.2009
Carlos Geraldo Langoni	65	Conselheiro Independente	28.04.2009
Marcelo Maia de Azevedo Correa	53	Conselheiro Independente	28.04.2009
Antonio Maciel Neto	54	Conselheiro Independente	28.04.2009

Seguem abaixo as ocupações principais e currículos resumidos dos membros do nosso Conselho de Administração:

Marcos Antonio Molina dos Santos. O Sr. Molina dos Santos é o presidente do Conselho de Administração desde 26 de março de 2007. Ele acumula longa experiência no setor em que atuamos, tendo iniciado sua atividade profissional aos 16 anos de idade, quando abriu seu primeiro negócio. Possui escolaridade em nível médio. Desde a constituição da Companhia, o Sr. Marcos Molina atuou como nosso diretor presidente.

Márcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos. A Sra. Marçal dos Santos é membro do Conselho de Administração da Companhia desde de 26 de março de 2007. Possui escolaridade em nível médio. Ela acumula longa experiência na nossa Companhia, tendo sido responsável pela área financeira de 2000 a 2006 e pela equipe de auditoria interna de 2000 até a presente data.

Rodrigo Marçal Filho. O Sr. Marçal Filho é membro do Conselho de Administração da Companhia desde 26 de março de 2007. Teve vida profissional vinculada ao ramo de agronegócios tendo atuado como administrador de fazendas até seu ingresso na Companhia. Possui escolaridade em nível médio. Ingressou na Companhia em maio de 2000, onde foi responsável pela compra de gado até se tornar diretor de obras.

David G. McDonald. O Sr. McDonald é membro do Conselho de Administração da Companhia desde 1° de dezembro de 2008. Também é membro do Conselho de Administração do Grupo OSI. Ingressou no Conselho da Companhia em 2008 após a Companhia ter adquirido as operações do Grupo OSI na Europa e no Brasil. O Sr. McDonald graduou-se em Ciências Animais na Universidade do Estado de Iowa, em 1987, quando ingressou nas Indústrias do Grupo OSI, uma companhia multinacional de processamento de alimentos com mais de 70 instalações em 38 países (www.osigroup.com), como gerente de projetos. Atualmente o Sr. McDonald exerce o cargo de Presidente e Diretor de Operações do Grupo OSI.

Carlos Geraldo Langoni. O Sr. Langoni é membro independente do Conselho de Administração da Companhia desde 7 de maio de 2007. Atualmente é também membro do Conselho de Administração da Souza Cruz; membro do Conselho Consultivo da Guardian Industries; Presidente da Projeta Consultoria Econômica Ltda. e Consultor Senior da Companhia Vale do Rio Doce. Foi Presidente do Banco Central entre 1980 e 1983. O Sr. Langoni graduou-se em economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1968 e obteve o título de PhD em Economia pela Universidade de Chicago em 1970.

Marcelo Maia de Azevedo Correa. O Sr. Correa é membro independente do Conselho de Administração da Companhia desde 7 de maio de 2007. Atualmente é Diretor Presidente do Grupo Neoenergia S.A., e integra o Conselho de Administração das seguintes companhias: ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico, Coelba, Cosern, Celpe, Itapebi, Termopernambuco, PCH I, Afluente, Goiás Sul e Baguari I. Exerceu o cargo de diretor presidente da VBC Energia S.A. (1997 a 2004) e foi presidente do Conselho Administrativo da CPFL – Piratininga (2001 a 2002). Foi Membro do Conselho Fiscal da RGE – Rio Grande Energia (1997 a 1999) e da CPFL – Paulista (2000). O Sr. Correa graduou-se em Engenharia Civil pela PUC-RJ em 1982 e detém MBA em Finanças pelo IBMEC, obtido em 1992.

Antonio Maciel Neto. O Sr. Maciel Neto é membro independente do Conselho de Administração da Companhia de 20 de maio de 2007. Foi Presidente da Ford do Brasil e da América do Sul, e também Vice Presidente Corporativo da Ford (1999 a maio de 2006). Atuou ainda na presidência do Grupo Itamarati (1997 a 1999) e da CECRISA – Revestimentos Cerâmicos (1993 a 1997). Entre 1990 e 1993, ocupou diversos cargos no Governo Federal, em Brasília, tendo exercido no Ministério da Economia as funções de Diretor Adjunto do Departamento de Indústria e Comércio, e de Secretário Nacional de Economia Adjunto. Quando da criação do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, exerceu por oito meses a função de Secretário Executivo (Vice Ministro). Nesses três anos

Maciel foi o coordenador técnico do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade – PBQP. Iniciou sua carreira profissional na Petrobrás em 1980, onde trabalhou durante 10 anos. Desde 2006, é Presidente da Suzano Papel e Celulose; atualmente é também membro do Conselho de Administração global da Archer Daniels Midland Company. O Sr. Maciel Neto graduou-se em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ em 1979.

Comitês de assessoramento ao Conselho de Administração

Nosso Estatuto Social prevê a criação de comitês técnicos e consultivos para assessorar o Conselho de Administração. Tais comitês podem conter membros de nossa Diretoria e/ou Conselho de Administração ou prestadores de serviço externos. Uma vez instalados, caberá ao nosso Conselho de Administração fixar as atribuições dos comitês, bem como suas demais diretrizes. Atualmente, temos instalados os seguintes comitês.

Comitê de Auditoria

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de julho de 2007, foi aprovado o regulamento do Comitê de Auditoria que tem como finalidade auxiliar o Conselho de Administração na operacionalização dos processos de auditoria interna e externa e em questões envolvendo contabilidade e divulgação de informações financeiras, além de avaliar a eficácia dos controles de observância legal e controles financeiros internos. O Comitê em referência tem como coordenador o Sr. Marcelo Maia de Azevedo Correa.

Comitê de Remuneração, Recursos Humanos e Governança Corporativa

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de julho de 2007, foi aprovado o regulamento do Comitê de Remuneração, Recursos Humanos e Governança Corporativa, cuja atribuição é subsidiar o Conselho de Administração na tomada das decisões relativas às estratégias, políticas e normas internas relacionadas a recursos humanos, incluindo a fixação da remuneração e benefícios oferecidos aos nossos administradores, empregados e prestadores de serviços; bem como a operacionalização de processos, auxilio no controle e desenvolvimento das práticas de governança corporativa. O Comitê de Remuneração, Recursos Humanos e Governança Corporativa tem como coordenador o Sr. Antonio Maciel Neto.

Comitê Financeiro e Investimentos

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de julho de 2007, foi aprovado o regulamento do Comitê Financeiro e Investimentos que é responsável por examinar periodicamente os nossos planos de investimento e financiamento, e seus impactos sobre a nossa estrutura de capital, além de determinar parâmetros para e monitorar a manutenção das estruturas de liquidez e capital predeterminadas.

Conforme deliberação do Conselho de Administração da Companhia, cabe ao Comitê Financeiro analisar e aprovar operações financeiras com valores entre 5% e até 10% do patrimônio líquido da Companhia, considerando as últimas demonstrações financeiras tornadas públicas.

Comitê de Assessoramento Comercial

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de outubro 2008, foi criado o Comitê de Assessoramento Comercial que tem como atribuição assessorar o Conselho de Administração na gestão das atividades comerciais da Companhia, especialmente no tocante ao relacionamento desta com seus clientes, tanto no Brasil quanto na Europa.

DIRETORIA

Nossos Diretores são nossos representantes legais, responsáveis, principalmente, pela nossa administração cotidiana e pela implantação das políticas e diretrizes gerais estabelecidas pelo Conselho de Administração.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, cada membro da Diretoria deve ser residente no País, podendo ser acionista ou não. Além disso, até, no máximo, um terço dos membros do Conselho de Administração poderão ocupar cargo na Diretoria.

Os Diretores são eleitos pelo nosso Conselho de Administração com mandato de três anos, permitida a reeleição e podendo, a qualquer tempo, serem por ele destituídos.

O nosso Estatuto Social dispõe que a Diretoria será composta de, no mínimo, dois membros, e no máximo, sete membros, com as seguintes designações: Diretor Presidente, Diretor Operacional, Diretor de Relações com Investidores, Diretor Administrativo-Financeiro e os demais diretores não possuem designação específica. De acordo com as regras do Novo Mercado, os diretores deverão subscrever, previamente à sua investidura no cargo, Termo de Anuência dos administradores previsto no Regulamento do Novo Mercado. Atualmente, nossa Diretoria é formada por quatro membros, com mandato de três anos, sendo permitida a reeleição.

A Diretoria de Relações com Investidores está localizada Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1.912, Cj. 7B, São Paulo, São Paulo. O nosso Diretor de Relações com Investidores é o Sr. Ricardo Florence dos Santos, eleito na reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 07 de maio de 2007. O telefone do nosso departamento de acionistas é (11) 3093-4700, o fac-símile é (11) 3093-4700, a página na rede mundial de computadores é www.marfrig.com.br/ri, e o endereço de correio eletrônico ri@marfrig.com.br.

O endereço comercial de nossos Diretores é Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1.912, Cj. 7B, São Paulo, São Paulo.

Abaixo, seguem os nomes, idades, posições e datas de eleição dos nossos atuais membros da Diretoria:

Nome	Idade	Posição	Data da Eleição
Marcos Antonio Molina dos Santos	39	Diretor Presidente	26.03.2007
James David Ramsey Cruden	61	Diretor Operacional	26.03.2007
Ricardo Florence dos Santos	54	Diretor de Relações com Investidores	07.05.2007
Alexandre José Mazzuco	39	Diretor Administrativo e Financeiro	01.02.2008

Seguem abaixo as ocupações principais e currículos resumidos dos nossos Diretores, com exceção do Sr. Marco Molina que é Presidente do Conselho de Administração da Companhia.

James David Ramsey Cruden. O Sr. Cruden é nosso diretor operacional. Trabalha na indústria de carne bovina desde 1970. Iniciou sua carreira na Angliss Co. da Austrália (1970 a 1973), uma empresa pertencente ao Grupo Vestey Ltd., ou Vestey Group, uma empresa alimentícia britânica tradicional. Em 1974, mudou-se para o Brasil para trabalhar na Anglo Alimentos S.A., um abatedouro pertencente ao Grupo Vestey, tendo atuado nesta companhia até 1979. De 1980 a 1982, trabalhou como gerente geral do Grupo Vestey na Holanda. A partir de 1982, o Sr. Cruden foi transferido para a filial brasileira do Grupo Vestey, tendo sido, até 1986, sucessivamente, vice-presidente, diretor comercial e diretor superintendente. De 1986 até 1989, ocupou diversas posições no Frigorífico Bordon. Entre 1989 e 1992, foi diretor presidente da Pampeano. De 1993 a 1996, foi diretor da Anglo Alimentos. Entre 1996 até 1998, o Sr. Cruden gerenciou o seu próprio negócio de criação de gado. Em 1998, ele retornou ao Anglo Alimentos S.A. e em 2000 tornou-se presidente da BF Produtos Alimentícios Ltda., uma das maiores empresas de carne bovina brasileira

para a produção de carne bovina cozida processada. Permaneceu neste cargo até 2004, quando ingressou na Companhia como diretor de operações, tendo responsabilidade por nossos processos industriais e atividades de atacado e exportação. Atualmente é o responsável pelas operações da Divisão Bovinos e *Food Service* - Brasil. O Sr. Cruden escolaridade em nível médio.

***Ricardo Florence dos Santos*.** O Sr. Florence é nosso diretor de relações com investidores. Atuou no Grupo Pão de Açúcar por 16 anos (desde 1984) como Diretor de Planejamento Financeiro e Diretor Estatutário de Relações com Investidores. Trabalhou por dois anos (entre 2000 e 2001) no UOL Inc. (Grupo Folha de São Paulo) no cargo de Diretor Estatuário de Relações com Investidores. Foi Diretor Adjunto de RI da Brasil Telecom (2006 a 2007). Participou dos Conselhos de Administração do Grupo Pão de Açúcar (1995 a 1999), UOL – Grupo Folha (2001) e IBRI – Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (1998 a 2001); e do Conselho Consultivo da Dentalcorp S.A. (2002 a 2006). Atualmente é membro do Conselho Fiscal do IBRI – Instituto Brasileiro de Relações com Investidores. O Sr. Florence graduou-se em engenharia química pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo em 1980 e em administração de empresas pelo Mackenzie em 1983. Possui pós-graduação pelo Mackenzie (1983) e MBA pelo IBMEC São Paulo (2003). Atualmente também é responsável pela área de Planejamento estratégico da Companhia.

Alexandre José Mazzuco. Diretor Administrativo e Financeiro. Trabalha na área de finanças desde 1985, tendo acumulado experiência em controladoria e relações com o mercado em empresas que experimentaram grandes "turnarounds" (recuperações), incluindo reestruturação operacional e modificações na estrutura de capital. Iniciou sua carreira na Companhia Paulista de Fertilizantes em 1985, onde trabalhou por 12 anos. Após esse período, trabalhou como controlador para a Fábrica Nacional de Vidros de Segurança Ltda. - FANAVID, entre 1999 e 2002. Liderou as negociações para aquisição de participação na FANAVID pelo Grupo Asahi Glass (um dos maiores grupos do mundo deste setor). Também liderou o processo de certificação ISO 9000 e a implantação do software ERP desta Companhia. Ingressou na Marfrig em 2002. É graduado em finanças e controladoria pela IMES – Instituto Municipal de Ensino Superior em 1996, e em administração de empresas pela IMES – Instituto Municipal de Ensino Superior em 1992. Possui MBA em gestão corporativa pela Fundação Getulio Vargas (2004).

DIRETORIA EXECUTIVA DE NOSSAS DIVISÕES

Nossa administração é organizada através de uma diretoria executiva, por divisão. A Diretoria Executiva é composta por profissionais experientes em cada uma de suas áreas de atuação.

Abaixo, seguem os nomes, idades, posições e ano de eleição dos nossos atuais membros da Diretoria Executiva, dividido por divisão:

Nome	Idade	Posição
James David Ramsey Cruden	61	Diretor Presidente – Bovinos e *Food Service* Brasil
José Mayr Bonassi	59	Diretor Presidente – Divisão de Aves, Suínos e Industrializados
Martin Secco Arias	43	Diretor Presidente – Divisão Uruguai
Luis Miguel Bameule	63	Diretor Presidente – Divisão Argentina
Nigel Wallace Boyd Dunlop	52	Diretor Presidente – Divisão Europa

Seguem abaixo as ocupações principais e currículos resumidos dos Diretores Presidentes de nossas Divisões, com exceção daqueles que fazem parte de nosso Conselho de Administração, ou de nossa Diretoria:

José Mayr Bonassi. O Sr. José Mayr Bonassi teve toda sua trajetória profissional no agronegócio, tendo gerido atividades de aves, suínos, rações e o complexo de esmagamento e industrialização de soja. Trabalhou mais de 20 anos na Sadia, onde exerceu cargos de diretoria nas áreas operacionais, comercial e administração. Foi também fundador o sócio da Buona Itália, em sociedade com um grande grupo alimentar italiano. Em 2001 foi um dos fundadores e sócio do

Frigorífico Mabella, onde foi seu Presidente até final de 2007. É graduado em Administração de Empresas pela Universidade do Oeste de Santa Catarina, com pós-graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Santa Catarina, além dos seguintes cursos internacionais de especialização: (i) Total Quality Management , pela Juse no Japão; (ii) PGA – Programa de Gestão Avançada pelo Insead na França; (iii) Estratégia e Gestão pela Kellog School, North Western University nos EUA. Frequentou também o Curso para Conselheiros de Administração pelo IBGC no Brasil.

Luis Miguel Bameule. O Sr. Luis Miguel Barneulle, é presidente da Quickfood S.A., ex-presidente da Fundação Carlos Pellegrini, sócio e ex-presidente da Associação Cristã de Dirigentes de Empresas da Argentina(ACDE), ex-presidente da União Internacional de Empresários Cristãos da Argentina (UNIAPAC), ex-presidente da Fundação Produzir Conservando na Argentina, ex-vice presidente Coordenadoria das Industrias de Produtos Alimentícios da Argentina (COPAL), membro da Comissão Diretiva da Associação Empresária Argentina, membro da diretoria da Editora Kriterion S.A. (Revista Critério), membro do conselho de administração da Fundação Banco de Alimentos da Argentina. Em 1998, recebeu o prêmio Konex da Argentina como Dirigente-Empresário. O Sr. Barneuelle grudou-se em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica da Argentina.

Martin Secco Arias. O Sr. Arias é o diretor responsável por nossas operações no Uruguai. Entre 1987 e 1992 atuou como diretor do Frigorífico uruguaio Brincofor S/A. Posteriormente atuou no Frigorífico Tacuarembó (1992 a 2007) exercendo os cargos de diretor industrial e diretor comercial. Ingressou na Companhia em 2006. O Sr. Arias graduou-se em administração de empresas pela Universidade Católica do Uruguai em 1990. Possui pós-graduação em Alta Direção pela Universidade de Montevidéu (1998).

Nigel Dunlop. O Sr. Dunlop é o diretor responsável por nossas operações na Europa. Iniciou sua carreira como trainee, na década de 80, na Gallaher Group plc, onde a partir de 2002 exerceu o cargo de diretor executivo, ajudando a transformar a Gallaher em uma das maiores empresas do setor de tabaco. Em Setembro de 2007 ingressou no Grupo Moy Park na qualidade de Diretor Geral, após a aquisição do Grupo Moy Park pelo Grupo Marfrig, o Sr. Dunlop foi nomeado Diretor-Presidente da Divisão Europa. O Sr. se formou pela *Royal Military Academy Sandhurst*, no Reino Unido. Concluiu sua formação em 1977, e prosseguiu na carreira militar, durante três anos, até alcançar a patente de capitão em 1980, quando iniciou sua carreira de executivo.

CONSELHO FISCAL

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o Conselho Fiscal é um órgão independente da administração e da auditoria externa da Companhia. A responsabilidade principal do Conselho Fiscal é fiscalizar os atos dos administradores e analisar as demonstrações financeiras, relatando suas observações aos acionistas.

Nosso Conselho Fiscal é de funcionamento não permanente, mas pode ser instalado em qualquer exercício social caso haja requisição por parte de acionistas, como descrito abaixo. Na data deste Prospecto, não temos um Conselho Fiscal instalado.

Sempre que instalado, o Conselho Fiscal será constituído por, no mínimo, três e, no máximo, cinco membros e suplentes em igual número. Somente poderão ser eleitas para o Conselho Fiscal pessoas residentes no Brasil, diplomadas em curso universitário, ou que tenham exercido cargo de administrador de empresa ou de conselho fiscal. Os membros do Conselho Fiscal deverão subscrever, previamente à sua investidura no cargo, Termo de Anuência dos membros do Conselho Fiscal previsto no Regulamento do Novo Mercado. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, quando seu funcionamento não é permanente, o Conselho Fiscal poderá ser instalado pela Assembleia Geral, a pedido de acionistas que representem, no mínimo, 10% das ações ordinárias,

com mandato até a primeira Assembleia Geral Ordinária seguinte à sua instalação. Este percentual pode ser reduzido para até 2% do capital social votante dependendo do nosso capital social, nos termos da Instrução nº 324, de 19 de janeiro de 2000 da CVM. Adicionalmente, os acionistas minoritários que representem, no mínimo, 10% das ações ordinárias têm direito de eleger separadamente um membro do Conselho Fiscal e seu suplente, e os demais acionistas poderão eleger um membro a mais que o número total de membros eleitos pelos minoritários.

O Conselho Fiscal não pode ter membros que façam parte do Conselho de Administração, da Diretoria ou do quadro de colaboradores de uma controlada ou de uma empresa do mesmo grupo, tampouco um cônjuge ou parente até o terceiro grau de nossos administradores. Além disso, a Lei das Sociedades por Ações exige que os membros do Conselho Fiscal recebam, a título de remuneração, no mínimo, 10% da média da remuneração paga aos Diretores, excluindo benefícios, verbas de representação e participações nos lucros e resultados.

TITULARIDADE DE AÇÕES

A tabela abaixo indica as participações detidas direta ou indiretamente pelos Conselheiros e Diretores no capital da Companhia na data deste Prospecto:

	Na data deste Prospecto	
Conselheiros	**Número de Ações**	**Percentual (%)**
Marcos Antonio Molina dos Santos [(1)]	67.581.392	25,2%
Márcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos [(1)]	67.581.392	25,2%
Rodrigo Marçal Filho	1	0,0%
David G. McDonald	1	0,0%
Marcelo Maia de Azevedo Correa	1	0,0%
Carlos Geraldo Langoni	1	0,0%
Antonio Maciel Neto	1	0,0%

(1) O Sr. Marcos Antonio Molina dos Santos e a Sra. Márcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos são acionistas controladores do nosso Acionista Controlador. Para mais informações, ver seção "Principais Acionistas", na página 276 deste Prospecto.

REMUNERAÇÃO

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, é responsabilidade dos nossos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária, fixar, anualmente, o montante global da remuneração dos membros da nossa Administração. Cabe ao Conselho de Administração deliberar sobre a forma de distribuição do valor fixado entre os seus membros e os da Diretoria.

Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, a remuneração global dos membros da nossa administração totalizou R$9,0 milhões. Para o exercício social de 2009, a remuneração global a ser paga aos nossos conselheiros e diretores será de R$20,0 milhões, incluindo benefícios e encargos.

O valor agregado das remunerações recebidas pelos administradores da Companhia, por serviços nas respectivas áreas de competência, bem como do Conselho de Administração no primeiro, segundo e terceiro trimestres de 2009 é a seguir apresentado:

	Salário e Pró-Labore	Concessão de Opções	Total
	(em milhares de R$)		
Conselho de Administração			
1° Trimestre/09	369	45-	414
2° Trimestre/09	369	-	369
3° Trimestre/09	369	-	369
Diretoria			
1° Trimestre/09	478	-	478
2° Trimestre/09	664	-	664
3° Trimestre/09	664	1.814	2.478

PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

A Companhia mantém um programa de remuneração variável de longo prazo em opções de ações restritas para seus executivos e para seus conselheiros, conforme descrito abaixo:

Da aprovação do plano

O Plano de Ações (Plano) foi aprovado pelos acionistas da Companhia na Assembleia Extraordinária realizada no dia 07 de maio de 2007, e alterado e consolidado pelos acionistas na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada no dia 29 de maio de 2009.

O capítulo 4 do Plano estabelece que o Conselho de Administração da Companhia poderá criar programas de concessão de opção de compra de ações de emissão da Companhia com condições específicas quanto a participantes, número de opções concedidas, metas de desempenho ou performance alcançadas, preço do exercício da opção e outras condições, podendo inclusive não guardar relação com as condições gerais estabelecidas no Plano ("Programas Específicos").

Assim, foram desenvolvidos 3 (três) Programas Específicos, apreciados pelo Comitê de Remuneração e Governança Corporativa no dia 29 de junho de 2009 e submetidos ao Conselho de Administração.

Os planos específicos e modelos de contrato foram elaborados com a assistência do Escritório Tozzini & Freire para exame das questões legais pertinentes à matéria, para assegurar a devida conformidade nos termos da legislação brasileira e disposições da CVM (Comissão de Valores Mobiliários).

Os beneficiários devem aderir à Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Marfrig Alimentos S/A, disponível no sítio de Relações com investidores da Companhia na Internet.

O total de ações em tesouraria (saldo) é de 584.999 ações, as quais são suficientes para cobertura do exercício até 2011 dos planos já emitidos, havendo necessidade de emissão de novas ações para essa finalidade somente em 2012.

Da aquisição de ações através de programa de recompra para o plano de opções e sua manutenção em Tesouraria

Em 09 de abril de 2008 foi autorizada pelo Conselho de Administração a aquisição de até 699.489 ações da Companhia, equivalentes a 1% das ações em circulação no mercado, para permanência em tesouraria e posterior liberação aos diretores participantes do programa de bônus de longo prazo em ações e opções de ações, com limites já aprovados na AGE realizada em 20 de maio de 2007.

Esta aquisição observou o disposto na Instrução CVM n°10/80, sendo válida a autorização até 31 de dezembro de 2008 para as instituições nomeadas Credit Suisse Hedging Griffo CTVM S.A., Bradesco BBI S.A. e ABN AMRO Real S.A..

Todas as transações foram realizadas pela Hedging Griffo CTVM S.A. e em 07 de maio de 2008 a Companhia adquiriu 205.600 ações, totalizando R$ 3.886 mil.

No 3º trimestre de 2008 a Companhia adquiriu mais 490.000 ações pelo montante de R$ 9.080 mil, perfazendo um total no ano de 2008 de 695.599 ações adquiridas no valor de R$ 12.966 mil, ao custo médio global de R$ 18,6401 / ação.

A cotação média diária máxima nessas operações foi de R$ 18,9355 / ação em 19 de agosto de 2008 e a menor de R$ 16,8504 / ação em 27 de agosto de 2008. Os valores médios acima incluem as despesas regulares de corretagem e taxas nas operações.

No 3º trimestre de 2009 foram transferidas 110.600 ações aos conselheiros e administradores da Companhia, conforme critérios estabelecidos no plano de opção de ações.

Em 30 de setembro de 2009 o saldo de ações em tesouraria passou a ser de 584.999, o qual está registrado contabilmente pelo montante de R$ 10.904 mil, conforme descrito na nota explicativa nº 20b.

Não é prevista diluição da participação dos atuais acionistas quando do exercício das opções de ações na data de performance ("vesting") até o limite das ações em mantidas em tesouraria para esse fim.

Da concessão

Em 2008 foram concedidas ao Conselho de Administração 55.200 opções de ações, feita com base na média dos vinte pregões anteriores ao dia 04 de março de 2008, (R$ 15,097 / ação), com desconto de 10% sobre a média acima referida (R$ 13,588 / ação). O exercício será feito na razão de 25% ao ano em 4 anos, sendo 25% ao final do primeiro ano; 25% ao final do segundo ano; 25% ao final do terceiro ano; e 25% ao final do quarto ano, de acordo com o regulamento aprovado. Também houve concessão de 212.676 ações restritas a 21 integrantes da Diretoria, que foram objeto de distrato e substituição em função da reformulação do Plano aprovada em Assembléia Geral em 29 de maio de 2009 e da concessão do Plano Específico I (2007/2008) aprovado na reunião do Conselho de Administração de 28 de julho de 2009.

Foi também re-ratificada a concessão em 2009 (relativa a 2008) de 165.800 ações ao Conselho de Administração estabelecida em contrato, pelo valor por ação de R$ 6,7783, baseado na média ponderada dos 20 (vinte) pregões anteriores ao dia 03 de março de 2009, data da concessão do Plano de Opções Máster, a serem exercidas pelo valor acima entre 2010 e 2013 à razão de 25% a cada ano.

A concessão dos 3 (três) Programas Específicos foi aprovada pelo Comitê de Remuneração e Governança no dia 29 de junho de 2009 e pelo Conselho de Administração em 28 de julho de 2009, conforme autorização dada pela Assembléia de 29 de maio de 2009, com as condições dadas abaixo:

Referente ao exercício 2007/2008, cujo exercício é previsto para ser realizado em 4 parcelas de 25% cada, por ano, sendo o primeiro até 30 de novembro de 2009 e os 3 outros da seguinte forma: 3 de março de 2010 a 2 de setembro de 2010; 3 de março de 2011 a 2 de setembro de 2011 e de 3 de março de 2012 a 2 de setembro de 2012.

Referente ao exercício 2008/2009 (Curto Prazo) – exercício até 30 de novembro de 2009 (100%).

Referente ao exercício 2008/2009 (Longo Prazo) – exercício em 4 parcelas de 25% cada, nos seguintes prazos: 3 de março de 2010 a 2 de setembro de 2010; 3 de março de 2011 a 2 de

setembro de 2011; 3ª) 3 de março de 2012 a 2 de setembro de 2012; 4ª) 3 de março de 2013 a 2 de setembro de 2013.

Os preços de exercício serão:

R$ 0,75485 para ação referente à concessão relativas ao exercício 2007/2008;

R$ 1,03823 para as ações referentes à concessão de Curto Prazo relativa ao exercício 2008/2009;

R$ 0,67783 para as ações referentes à concessão de Longo Prazo relativa ao exercício 2008/2009.

Foram os seguintes os critérios adotados até hoje para efeito de concessão das opções de ações aos executivos da Marfrig:

Em 2008:

Média ponderada dos 20 pregões anteriores ao dia 03/03/2008: R$ 15,097

Em 2009:

Plano Específico I – Longo Prazo 2007/2008: Média ponderada dos 20 pregões anteriores ao dia 03/03/2008: R$ 15,097

Plano Específico II – Curto Prazo 2008/2009: Média ponderada dos 20 pregões anteriores ao dia 11/05/2009: R$ 10,3823

Plano Específico III – Longo Prazo 2008/2009: Média ponderada dos 20 pregões anteriores ao dia 03/03/2009: R$ 6,7783

O total de opções de ações outorgadas por esses 03 programas em 2009 foi de 704.330 ações, sendo 113.800 com vencimento das opções em 2009, 160.133 em 2010 e as restantes até 2013.

O total das ações outorgadas por esses 3 (três) planos corresponde a 0,26% do capital social, portanto, dentro do limite de 0,5% estabelecido pela Assembléia Geral de 29 de maio de 2009 para aprovação pelo Conselho de Administração.

Em 30 de setembro de 2009 havia 78 participantes no programa de opções da Companhia.

No 3º trimestre de 2009 foram transferidas 110.600 ações aos conselheiros e administradores da Companhia, conforme critérios estabelecidos no plano de opção de ações, representando um efeito negativo no resultado no período findo em 30 de setembro de 2009 no montante de R$ 1.957.

Dos direitos dos participantes

Todos os dividendos e distribuições, ou seu equivalente (seja em dinheiro, ações ou outra forma) sobre Ações Restritas não exercidas, serão direitos do participante e creditados pela Companhia na sua conta para liberação quando do vencimento das restrições.

A Companhia terá a opção de pagar tais créditos por dividendos ou distribuições acumulados ou seu equivalente em dinheiro, em ações da Companhia no lugar de dinheiro ou outro meio. Se o pagamento for realizado em ações, sua conversão será feita pelo valor médio dos últimos vinte pregões na BM&FBOVESPA anteriores à data do pagamento, ajustada ao valor líquido do imposto de renda incidente sobre o crédito concedido.

Haverá perda do direito nos casos em que o participante se desligar da Companhia ou deixar de prestar serviços por qualquer motivo que não seja falecimento, invalidez, aposentadoria ou desligamento involuntário e/ou, que não por justa causa. Nessas hipóteses, todas as ações restritas vencerão e aquelas não efetivadas se transformarão em valores liberados, totalmente efetivados.

Os participantes terão direito a, nos aumentos de capital, exercer os direitos de subscrição com recursos próprios sobre o total do montante concedido, sendo as ações subscritas imediatamente liberadas para o participante.

Movimentações do Plano de Opções e efeitos na demonstração do resultado caso a contabilização houvesse sido efetivada em 30 de setembro de 2009

Segue abaixo demonstrativo do programa de bônus de longo prazo em ações restritas para os executivos e em opções de ações para os conselheiros, contemplando os efeitos no resultado da Companhia caso a contabilização houvesse sido efetivada em 30 de setembro de 2009:

Data de Fechamento:	30/9/2009
Cotação:	16,85

Plano de Opções de Ações

	Beneficiários Únicos	Data de concessão	Período de performance	Número de Ações Implícitas - Opções não exercidas	Preço de Exercício da Opção	Data de Expiração da Opção	Valor da Opção em 30/set/2009 (Black Scholes) em R$	Valor de Mercado - opções não vestidas em 30/set/2009 (R$ mil)	Valor de Mercado - opções vestidas em 30/set/2009 (R$ mil)	Efeitos no resultado de 30/set/2009 em caso de contabilização
Opções em aberto em 31/12/2007	-			-				-	-	-
Opções Canceladas	-			-						
Opções Concedidas	24			267.876				2.909	941	(1.726)
Conselho de Administração	3	3/3/2008	4/3/2009	13.800	13,588	2/9/2009	3,262		45	(70)
	3	3/3/2008	4/3/2010	13.800	13,588	2/9/2010	3,962	55		(70)
	3	3/3/2008	4/3/2011	13.800	13,588	2/9/2011	5,451	75		(70)
	3	3/3/2008	4/3/2012	13.800	13,588	2/9/2012	6,588	91		(70)
Executivos	21	3/3/2008	4/3/2009	53.169	-	2/9/2009	16,850		896	(362)
	21	3/3/2008	4/3/2010	53.169	-	2/9/2010	16,850	896		(362)
	21	3/3/2008	4/3/2011	53.169	-	2/9/2011	16,850	896		(362)
	21	3/3/2008	4/3/2012	53.169	-	2/9/2012	16,850	896		(362)
Opções Exercidas	-			-				-	-	-
Opções Expiradas	-			-				-	-	-
Opções em aberto em 31/12/2008	**24**			**267.876**				**2.909**	**941**	**(1.726)**
Opções Canceladas	-			-				-	-	-
Opções Concedidas	-			-				-	-	-
Opções Exercidas	-			-				-	-	-
Opções Expiradas	-			-				-	-	-
Opções em aberto em 30/06/2009	**24**			**267.876**				**2.909**	**941**	**(1.726)**
Opções Canceladas	(21)			(212.676)				(2.688)	(896)	1.446
Opções Concedidas	76			814.930				10.795	1.814	(13.375)
Conselho de Administração	3	28/7/2009	4/3/2010	27.650	6,77830	3/3/2011	10,263	284		(328)
	3	28/7/2009	4/3/2011	27.650	6,77830	3/3/2012	10,714	296		(328)
	3	28/7/2009	4/3/2012	27.650	6,77830	3/3/2013	11,174	309		(328)
	3	28/7/2009	4/3/2013	27.650	6,77830	3/3/2014	11,612	321		(214)
Executivos	13	28/7/2009	28/7/2009	63.800	1,03823	30/11/2009	15,812		1.009	(1.348)
	20	28/7/2009	28/7/2009	50.000	0,75485	30/11/2009	16,095		805	(894)
	20	28/7/2009	4/3/2010	50.000	0,75485	2/9/2010	16,116	806		(894)
	20	28/7/2009	4/3/2011	50.000	0,75485	2/9/2011	16,164	808		(894)
	20	28/7/2009	4/3/2012	50.000	0,75485	2/9/2012	16,209	810		(894)
	73	28/7/2009	4/3/2010	110.133	0,67783	2/9/2010	16,191	1.783		(1.978)
	73	28/7/2009	4/3/2011	110.133	0,67783	2/9/2011	16,234	1.788		(1.978)
	73	28/7/2009	4/3/2012	110.132	0,67783	2/9/2012	16,275	1.792		(1.773)
	73	28/7/2009	4/3/2013	110.132	0,67783	2/9/2013	16,312	1.796		(1.522)
Opções Exercidas	22			(110.600)	(0,94471)			-	(1.759)	1.957
Opções Expiradas	-			-				-	-	-
Opções em aberto em 30/09/2009	**80**			**759.530**				**11.016**	**100**	**(11.698)**

RELAÇÃO FAMILIAR ENTRE OS ADMINISTRADORES, ASSIM COMO ENTRE OS ADMINISTRADORES E O ACIONISTAS DA COMPANHIA

O Sr. Marcos Antonio Molina dos Santos, presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Companhia, e sua esposa Sra. Márcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos, membro do nosso Conselho de Administração, detêm, direta e indiretamente, na data deste Prospecto, 50,44% de nosso capital votante. O Sr. Rodrigo Marçal Filho, membro do nosso Conselho de Administração, é irmão da Sra. Márcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos.

CONTRATOS OU OBRIGAÇÕES RELEVANTES EXISTENTES ENTRE OS ADMINISTRADORES E A COMPANHIA

Não existem quaisquer contratos ou obrigações relevantes celebrados entre nossos administradores e a Companhia.

PROCESSOS JUDICIAIS OU ADMINISTRATIVOS ENVOLVENDO NOSSOS ADMINISTRADORES

Nossos administradores não foram condenados e não sofreram sanções em processos judiciais ou admnistrativos.

PRINCIPAIS ACIONISTAS

GERAL

A tabela abaixo contém informações sobre a titularidade das ações ordinárias da Companhia por cada um dos acionistas titulares de 5% ou mais do capital social da Companhia na data deste Prospecto, inclusive por todos os membros do nosso Conselho de Administração, indicando suas respectivas participações antes e depois da Oferta, sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais.

	Antes da Oferta		Após a Oferta[1]	
Acionistas	**Ações**	**(%)**	**Ações**	**(%)**
MMS Participações S.A.[2]	135.162.784	50,44	135.162.784	41,11
BNDESPAR	39.286.259	14,66	39.286.259	11,95
OSI International Holding Limited	20.117.637	7,51	20.117.637	6,12
Conselho de Administração	7	0,0	7	0,0
Ações em Tesouraria [3]	584.999	0,22	584.999	0,18
Ações em circulação	72.792.268	27,17	72.792.268	40,64
Total	**267.943.954**	**100,00**	**267.943.954**	**100,0**

(1) Sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares.
(2) A MMS Participações S.A. é o nosso Acionista Controlador. O Sr. Marcos Antonio Molina dos Santos e a Sra. Márcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos são acionistas controladores da MMS Participações, detendo 50,44% do capital votante.
(3) Em 30 de setembro de 2009.

Apresentamos abaixo a distribuição acionária dos nossos acionistas até o nível de pessoa física.

MMS Participações S.A.	**Ações Ordinárias**	**(%)**	**Capital Total**	**(%)**
Marcos Antonio Molina dos Santos	67.581.392	50,0	67.581.392	50,0
Márcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos	67.581.392	50,0	67.581.392	50,0
Total	**135.162.784**	**100,0**	**135.162.784**	**100,0**

DESCRIÇÃO DOS PRINCIPAIS ACIONISTAS

MMS Participações S.A.

A MMS Participações S.A. é uma sociedade por ações constituída de acordo com as leis brasileiras, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, cujo objeto social consiste na administração de bens próprios, participações societárias nacionais e internacionais e investimentos em geral. Na data deste Prospecto, a MMS Participações é o nosso Acionista Controlador e possui como acionistas controladores o Sr. Marcos Antonio Molina dos Santos e a Sra. Márcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos.

BNDES Participações S.A. - BNDESPAR

O BNDESPAR é uma sociedade por ações constituída de acordo com as leis brasileiras e como subsidiária integral do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, com sede no Distrito Federal, Brasília e que tem como objeto social a participação em outras companhias, administração de carteiras de investimento e a capitalização de empreendimentos de grupos privados.

OSI International Holding Limited

A OSI International Holding Limited é uma companhia do Grupo OSI, o qual é composto por diversas empresas dentre elas a OSI Group, LLC e a OSI Brazilian Holdings LLC, as quais possuem subsidiárias na Europa e no Brasil, dentre elas a Braslo Produtos de Carne Ltda., a OSI do Brasil

Participações Ltda., a OSIfrangos Participações Ltda., a Agrofrango Indústria e Comércio de Alimentos Ltda., e a Penasul Alimentos Ltda., como subsidiárias brasileiras; e a Moy Park Limited, Kitchen Range Foods Limited, a Albert van Zoonen B.V. e Moy Park France Holdings S.A.S. como subsidiárias europeias. A OSI International Holding Limited tornou-se acionista da Companhia com a conclusão da aquisição ocorrida em 29 de setembro de 2007, por meio da qual a Companhia adquiriu diversas empresas do Grupo OSI.

OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os acionistas de nossa controladora avalizaram alguns de nossos contratos financeiros. Não pagamos qualquer valor aos acionistas de nossa controladora pelas garantidas pessoais oferecidas em nossos contratos financeiros. Em caso de inadimplemento sob tais contratos, os credores poderão exigir o pagamento de nossas dívidas diretamente dos acionistas de nossa controladora. Caso os acionistas de nossa controladora realizem tal pagamento, eles terão direito de regresso contra nós.

O Sr. Marcos Molina dos Santos e sua esposa, através da Maremar – Administração de Bens S/C Ltda., a qual é controlada pelos mesmos, adquiriu propriedade de lazer no Estado de São Paulo em 27 de abril de 2007. A partir de meados de 2008, a propriedade passou a operar um confinamento para 7.800 animais, cujo abate é realizado pelas unidades frigoríficas de bovinos da Companhia. As atividades operacionais da propriedade são exercidas pelo Sr. Marcos Molina dos Santos, conforme autorização concedida pela Maremar – Administração de Bens S/C Ltda.

As operações mencionadas no parágrafo anterior foram realizadas em alinhamento com os preços de mercado da arroba do boi praticados pela Companhia no dia de aquisição com base nos parâmetros valorativos indicados e divulgados pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - ESALQ.

O Sr. Luís Miguel Bameule, nosso CEO das operações na Argentina, participou do instrumento particular de compromisso de compra e venda para aquisição da totalidade das ações da Blue Horizon Trading Co., LLC (EUA) que detinha 70,51% da empresa Quickfood S.A. (Argentina), como vendedor de 34,36% do capital social da empresa Blue Horizon Trading Co., LLC (EUA), bem como participou do instrumento particular de compromisso de compra e venda para aquisição da totalidade das ações da Zanzibar Capital, LLC (EUA) que detinha 100% da empresa Establecimientos Colonia S.A. (Uruguai) como vendedor de 66,66% do capital social da Zanzibar Capital, LLC (EUA).

Para fins de aquisição das sociedades do Grupo Moy Park na Europa, a Companhia constituiu em 29 de agosto de 2008, de acordo com as leis da Irlanda do Norte, a empresa Kilnway Limited, a qual controlará os ativos ora adquiridos na Europa. Em 30 de setembro de 2008, os demonstrativos financeiros da referida empresa não foram consolidados nas demonstrações financeiras da Companhia.

De acordo com nosso Estatuto Social, nosso Conselho de Administração deverá aprovar qualquer transação ou conjunto de transações cujo valor anual seja igual ou superior ao valor de alçada da Diretoria definido pelo Conselho de Administração, envolvendo a Companhia e qualquer parte relacionada, direta ou indiretamente, sendo parte relacionada definida como qualquer administrador da Companhia, empregado ou acionista que detenha, direta ou indiretamente, mais de 10% do nosso capital social.

As tabelas abaixo, exceto quando se tratar da operações vinculadas ao Sr. Marcos Antonio Molina dos Santos e a Sra. Márcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos, acionistas controladores da MMS Participações, mostram as operações entre a Companhia e suas subsidiárias integrais, em 30 de setembro de 2009, em milhares de reais, as quais não devem ser consideradas como partes relacionadas à Companhia, visto que tais operações integram o curso regular dos negócios e são contabilzadas no consolidado da Companhia e não tem qualquer impacto nos seus resultados, não causando, portanto, qualquer efeito adverso aos seus acionistas:

	CONTROLADORA					
31 de dezembro de 2008	Contas a receber	Contas a pagar	Compras	Vendas	Títulos a receber	Títulos a pagar
Argentine Breeders & Packers S.A.	-	-	(4.208)	-	39.277	-
Frigorífico Tacuarembó S.A.	-	936	(3.935)	-	16.087	-
Inaler S.A.	-	1.056	(4.282)	-	10.035	-
Marfrig Chile Inversiones Ltda	-	-	-	-	168	-
Quinto Cuarto S.A.	401	-	-	-	-	-
Weston Importers Ltd.	7.186	-	-	15.040	-	-
Frigoclass Alimentos S.A.	-	-	-	-	306	(43.107)
Pampeano Alimentos S.A.	-	-	-	63.976	-	(102)
Cledinor S.A.	-	1.513	(4.428)	-	-	-
Frigorifico Mabella Ltda	-	-	(10.140)	-	136.878	-
Masplen Limited	-	-	-	-	104	-
Dagranja Agroindustrial Ltda	-	-	-	-	66.846	-
Mirab USA	-	-	-	-	68.671	-
Establecimientos Colonia S.A.	-	1.640	(4.195)	-	-	-
Quickfood S.A.	-	4.614	(4.366)	-	-	-
Moy Park Limited	-	-	-	-	23.370	-
Moy Park Holdings (Europe) Limited	-	-	-	-	1.188.770	-
Braslo Produtos de Carne Ltda	-	-	-	-	15.551	-
Marcos Antonio Molina dos Santos	-	843	(17.210)	-	-	-
	7.587	10.602	(52.764)	79.016	1.566.063	(43.209)

	CONTROLADORA						
31 de dezembro de 2007	Adiantamentos	Contas a receber	Contas a pagar	Compras	Vendas	Títulos a receber	Títulos a pagar
Argentine Breeders & Packers S.A.	-	-	702	(3.489)	-	-	-
Frigorífico Tacuarembó S.A.	-	-	256	(4.957)	-	38.350	-
Inaler S.A.	-	-	683	(4.434)	-	-	-
Quinto Cuarto S.A.	-	405	-	-	-	-	-
Weston Importers Ltd.	-	23.003	-	-	39.914	-	-
Frigoclass Alimentos S.A.	-	-	-	-	-	303	(41.015)
Pampeano Alimentos S.A.	-	-	-	(46.709)	-	2.018	-
Cledinor S.A.	-	-	236	-	2.108	-	-
Frigorifico Mabella Ltda	-	-	-	-	553	15.000	-
Establecimientos Colonia S.A.	-	-	-	-	621	-	-
Marcos Antonio Molina dos Santos (1)	5.387	-	-	(3.306)	-	-	-
Márcia Ap. Pacoal M. dos Santos (1)	4.460	-	-	-	-	-	-
	9.847	23.408	1.877	(62.895)	43.196	55.671	(41.015)

(1) Os saldos de adiantamentos, em 31 de dezembro de 2007, referem-se a adiantamento de pro-labore e a adiantamento para fornecimento de gado, os quais foram devidamente liquidados no exercício de 2008.
Os títulos a receber e a pagar entre partes relacionadas são corrigidos monetariamente de acordo com as taxas praticadas no mercado financeiro. Tais operações não impactam as demonstrações financeiras consolidadas, haja vista que as mesmas são eliminadas no processo de consolidação.

	Consolidado					
	Adiantamentos		Contas a Pagar		Total de Compras no Exercício	
	31/12/08	31/12/07	31/12/08	31/12/07	31/12/08	31/12/07
			(em milhares de R$)			
Marcos Antonio Molina dos Santos	-	5.387	843	-	17.210	3.306
Márcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos	-	4.460	-	-	-	-
Total	**-**	**9.847**	**843**	**-**	**17.210**	**3.306**

Dentre as operações descritas acima, consideramos relevantes os mútuos concedidos às Subsidiárias Moy Park Holiding (Europe) Ltd. e Frigorífico Mabella Ltda. O valor aportado na Moy Park Holiding (Europe) Ltd. teve por objetivo viabilizar por essa a aquisição das Empresas do Grupo OSI na Europa, ao custo de LIBOR acrescido de 3% (três por cento) ao ano, com prazo de vencimento em 5 (cinco) anos. O valor aportado ao Frigorífico Mabella Ltda. teve por objetivo viabilizar as aquisições de nossas Subisidiárias da Divisão de Aves Suínos e Industrializados, ao custo de 1% (um por cento) ao ano, com carência de 2 (dois) anos e vencimento em até 5 (cinco) anos.

Todas as outras operações mencionadas não são consideradas relevantes pela Companhia e foram realizadas no curso ordinário dos negócios entre a Companhia e demais partes relacionadas.

DESCRIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

GERAL

Segue abaixo sumário descritivo de algumas disposições do nosso Estatuto Social, da Lei das Sociedades por Ações, e das regras da CVM e do Regulamento do Novo Mercado referentes ao nosso capital social, administração, informações periódicas e eventuais, bem como de outros aspectos societários que se aplicam a nós.

Este sumário não é exaustivo com relação a qualquer dos assuntos aqui tratados, descrevendo em linhas gerais algumas disposições do Estatuto Social, da Lei das Sociedades por Ações, das regras da CVM e do Novo Mercado.

Somos uma sociedade por ações de capital autorizado, constituída de acordo com as leis do Brasil, por prazo indeterminado. Em 18 de setembro de 2007, a CVM concedeu o registro de companhia aberta e a partir desta data, somos uma sociedade por ações de capital aberto, constituída de acordo com as leis brasileiras. Nossa sede está localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n° 1912, Conjunto 7-B, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo.

Em 18 de maio de 2007, celebramos o Contrato de Participação no Novo Mercado com a BM&FBOVESPA. O início da negociação das nossas Ações no Novo Mercado ocorreu em 29 de setembro de 2007.

CAPITAL SOCIAL

Na data deste Prospecto, o nosso capital social subscrito e integralizado é de R$2.559.718.051,00 (dois bilhões, quinhentos e cinquenta e nove milhões, setecentos e dezoito mil e cinquenta e um mil reais), representado por 267.943.954 (duzentos e sessenta e sete milhões, novecentos e quarenta e três mil e novecentas e cinquenta e quatro) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional. De acordo com o Regulamento do Novo Mercado, não podemos emitir ações preferenciais ou partes beneficiárias enquanto nossas ações estiverem listadas no Novo Mercado.

CAPITAL AUTORIZADO

Na data deste Prospecto, de acordo com o nosso Estatuto Social, por deliberação do Conselho de Administração, nosso capital social poderá ser aumentado, independentemente de reforma estatutária, com emissão de até 500.000.000 (quinhentos milhões) de ações ordinárias, incluído o capital social da Companhia. Qualquer aumento de capital que exceda o limite do capital autorizado, deverá ser aprovado por nossos acionistas em assembleia geral.

HISTÓRICO DO CAPITAL SOCIAL

Em 26 de março de 2007, aprovou-se a transformação da Companhia para uma sociedade por ações, sendo, assim, constituída a Marfrig Frigoríficos e Comércio de Alimentos S.A. Nosso Estatuto Social, com as regras estabelecidas pelo disposto no Regulamento do Novo Mercado foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 7 de maio de 2007.

Em 29 de maio de 2007, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a realização de uma oferta pública primária e secundária de ações de emissão Companhia. Posteriormente, em 26 de setembro de 2007, aprovou-se, dentre outras matérias, o aumento do capital social da Companhia

em R$595.000.000,00, passando de R$140.000.000,00 para R$735.000.000,00, mediante a emissão de 35.000.000 de ações ordinárias todas nominativas escriturais e sem valor nominal, as quais foram objeto da oferta pública primária da Companhia concluída em 6 de julho de 2007.

Em 29 de setembro de 2007, os administradores da Companhia por meio de reunião decidiram aumentar o capital social da Companhia, o qual passou de R$735.000.000,00 para R$1.124.760.003,00, mediante emissão de 25.474.510 ações ordinárias em decorrência da conversão de 15.151.515 debêntures conversíveis de titularidade de Merrill Lynch Credit Products, LLC em 12.737.255 ações ordinárias e da conversão de duas séries de Convertible Notes de titularidade do ABN AMRO Bank N.V. em 12.737.255 ações ordinárias.

Em 4 de julho de 2007, a reunião do Conselho de Administração da Companhia aprovou o aumento de capital da Companhia em decorrência do exercício da opção de ações do lote complementar no âmbito da oferta pública primária e secundária de ações de emissão da Companhia, mediante emissão de 3.474.444 ações ordinárias, passando a totalizar R$1.183.825.551,00.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de agosto de 2008, foi aprovado aumento do capital social da Companhia em R$1.375.892.500,00, o qual passou de R$1.183.825.551,00 para R$2.559.718.051,00, mediante emissão de 63.995.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$21,50 por ação. As ações ordinárias objeto do aumento de capital em referência foram subscritas e integralizadas na seguinte proporção: (i) a MMS Participações S.A. subscreveu e integralizou 1.162.790 ações ordinárias pelo valor de R$24.999.985,00; (ii) o BNDESPAR subscreveu e integralizou 21.975.945 ações ordinárias pelo valor de R$472.482.817,50, valendo-se da do direito de preferência da MMS Participações S.A. cedido por esta ao BNDESPAR.

Em virtude da não subscrição de 20.853.214 ações ordinárias representativas de 32,58% do total dos direitos de preferência sobre a posição acionária de 13 de agosto de 2008, o Conselho de Administração da Companhia, deliberou e aprovou, em 26 de setembro de 2008, a venda do saldo das ações não subscritas mediante o procedimento de rateio de sobras.

Dessa forma, em 13 de outubro de 2008, a Companhia publicou Edital de Leilão Especial de Venda de Sobras de Ações Não Subscritas ("Leilão"), o qual foi finalizado em 15 de outubro de 2008, sendo 11.310.314 ações ordinárias subscritas e integralizadas pelo BNDESPAR no valor de R$243.171.751,00; 117.637 ações ordinárias subscritas e integralizadas pela Laurus Holding LLC no valor de R$202.643.154,50; e 9.425.263 ações ordinárias subscritas e integralizadas por outras instituições financeiras, conforme contrato celebrado com a MMS Participações pelo valor de R$2.529.195,50, totalizando o montante de R$448.344.101,00.

Em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 21 de outubro de 2008, aprovou-se a homologação do número de ações subscritas e integralizadas no âmbito do aumento de capital realizado aprovado em 12 de agosto de 2008.

Por fim, em Assembléia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 08 de outubro de 2009, fora aprovado o aumento do limite do capital autorizado da Companhia para 500.000.000 (quinhentas milhões) de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, incluído o atual capital social da Companhia.

OBJETO SOCIAL

Nosso objeto social, definido no artigo 3° do nosso Estatuto Social, consiste em: (a) exploração das atividades frigoríficas, com abate de bovinos, equinos, suínos, caprinos, ovinos, aves, bufalinos e a industrialização e comercialização de produtos e subprodutos de origem animal, comestíveis ou não, incluindo-se, mas não limitado à industrialização e comercialização de produtos e subprodutos

de couro, em estabelecimento próprio ou de terceiros; (b) compra, venda, distribuição, representação, importação e exportação de produtos alimentícios em geral, inclusive bebidas alcoólicas ou não e outros; (c) compra e venda de bovinos, equinos, suínos, caprinos, ovinos, aves, bufalinos em pé; (d) fornecimento de mão de obra efetiva junto a outras empresas; (e) exploração de atividade agropecuária; (f) participação como sócia ou acionista em qualquer empresa de caráter comercial ou civil; (g) distribuição e comercialização de produtos alimentícios em geral; (h) produção, distribuição e comercialização de sabões, preparações para lavagem, desinfetantes, amaciantes e outros produtos de higiene e limpeza; (i) cogeração, produção e comercialização de energia e biodiesel; (j) participação no mercado financeiro, bem como no mercado de crédito de carbono; (k) comercialização e produção de produtos derivados de leguminosas e vegetais, bem como de todos os seus derivados e sucedâneos; rações, conservas, enlatados e gorduras; e (l) transporte de seus produtos e de terceiros; representações e outros empreendimentos correlatos e que forem necessários aos objetivos sociais. Adicionalmente, a Companhia poderá explorar outros ramos de negócio que tenham afinidade com o objeto descrito acima.

AÇÕES EM TESOURARIA

Em 30 de setembro de 2009, possuímos 584.999 ações ordinárias em tesouraria, representando 0,22% do nosso capital social.

VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS E DETIDOS PELA COMPANHIA

Em 30 de setembro de 2009 a Companhia possuía 584.999 ações de sua própria emissão em tesouraria. Para informações sobre valores mobiliários emitidos pela Companhia, vide seção "Informações Sobre Valores Mobiliários Emitidos e o Mercado de Negociação - Títulos e Valores Mobiliários Emitidos", na página 299 deste Prospecto.

DIREITOS DOS ACIONISTAS

Cada Ação confere ao respectivo titular direito a um voto nas nossas assembleias gerais ordinárias e extraordinárias. De acordo com nosso Estatuto Social e com o Regulamento do Novo Mercado, não podemos emitir ações sem direito a voto ou com direitos de voto restritos. Além disso, de acordo com o nosso Estatuto Social e com a Lei das Sociedades por Ações, é conferido aos titulares das nossas ações direito ao recebimento de dividendos ou outras distribuições realizadas relativamente às ações, na proporção de suas participações no capital social total da Companhia. Para informações adicionais sobre o pagamento de dividendos e outras distribuições com relação às nossas ações, veja a seção "Dividendos e Política de Dividendos - Pagamento de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio", na página 306 deste Prospecto. No caso da nossa liquidação, é conferido aos titulares das nossas ações ordinárias o direito ao recebimento do capital, na proporção das ações detidas por cada um, após o cumprimento de todas as nossas obrigações. Os acionistas têm direito de preferência na subscrição de novas ações ordinárias por nós emitidas, exceto em situações específicas previstas na Lei das Sociedades por Ações. Para informações adicionais sobre o exercício do direito de preferência pelos acionistas, veja "Direito de Preferência", na página 290 deste Prospecto.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o nosso Estatuto Social e tampouco as deliberações adotadas pelos nossos acionistas em assembleia geral podem privar os nossos acionistas dos seguintes direitos:

- direito de participar na distribuição dos lucros;

- direito a participar, na proporção de sua participação no capital social, na distribuição de quaisquer ativos remanescentes na hipótese de nossa liquidação;

- direito de fiscalizar nossa administração, nos termos da Lei das Sociedades por Ações;

- direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações descritas na seção "Direito de Preferência", na página 290 deste Prospecto; e

- direito a retirar-se de nossa Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações, conforme descrito nos tópicos "Direito de Recesso" e "Resgate" abaixo.

OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES

Veja a seção "Administração - Planos de Opção de Compra de Ações", na página 284 deste Prospecto.

DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, somos obrigados a inicialmente deduzir dos resultados do exercício os prejuízos acumulados nos exercícios sociais anteriores e a provisão para imposto de renda e contribuições sociais. Após tais deduções, devemos aplicar o saldo remanescente para o pagamento das quantias destinadas às participações dos administradores em nossos lucros, sendo o lucro líquido definido como o resultado do exercício que remanescer após tais deduções.

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

Em cada Assembleia Geral Ordinária, nossos acionistas deliberarão sobre a destinação do lucro líquido apurado no exercício social anterior, após as deduções legais. Tal deliberação será tomada de acordo com a proposta de destinação apresentada pelos nossos Conselho de Administração e Conselho Fiscal, se em funcionamento. Os lucros líquidos podem ser destinados às reservas de lucros e ao pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio.

ASSEMBLEIAS GERAIS

Nas assembleias gerais regularmente convocadas e instaladas, nossos acionistas estão autorizados a decidir sobre todos os negócios relativos ao nosso objeto e a tomar todas as resoluções que julgarem convenientes à nossa defesa e desenvolvimento. Compete exclusivamente aos nossos acionistas aprovar, em Assembleia Geral Ordinária, as nossas demonstrações financeiras, e deliberar sobre a destinação do nosso lucro líquido e o pagamento de dividendos relativos ao exercício social imediatamente anterior.

Os acionistas reunir-se-ão ordinariamente em Assembleia Geral nos quatro primeiros meses do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem. Assuntos não incluídos expressamente na ordem do dia constante dos editais de convocação somente poderão ser votados caso haja presença da totalidade dos acionistas.

Nossos Conselheiros são, em regra, eleitos em Assembleias Gerais Ordinárias, ainda que de acordo com a Lei das Sociedades por Ações eles possam ser eleitos em Assembleia Geral Extraordinária. Os membros do Conselho Fiscal, na hipótese em que a sua instalação tenha sido solicitada por número suficiente de acionistas, podem ser eleitos em qualquer assembleia geral.

Uma Assembleia Geral Extraordinária pode ser realizada ao mesmo tempo que a Assembleia Geral Ordinária. Compete aos nossos acionistas decidir em assembleia geral, exclusivamente, sobre as matérias abaixo, sem prejuízo de outras matérias de sua competência: (a) reforma do nosso Estatuto Social; (b) eleição ou destituição a qualquer tempo dos membros do nosso Conselho de Administração e Conselho Fiscal; (c) tomada anual das contas dos administradores e sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas; (d) suspensão do exercício dos direitos do acionista que deixar de cumprir obrigações impostas por lei ou por nosso Estatuto Social; (e) deliberações sobre a avaliação de bens destinados à integralização de aumento do nosso capital social; (f) deliberações sobre a emissão de nossas ações acima do limite do capital autorizado; (g) fixação da remuneração global dos nossos administradores; (h) deliberações sobre a nossa transformação, fusão, incorporação e cisão, nossa dissolução e liquidação, eleição e destituição dos nossos liquidantes e análise das suas contas; (i) autorização para a emissão de debêntures, salvo no caso de debêntures cuja espécie e tipo possibilitem que a sua emissão seja autorizada por nosso Conselho de Administração; (j) deliberações sobre o cancelamento do nosso registro de companhia aberta; (k) deliberações sobre a nossa saída do Novo Mercado; (l) escolha de empresa especializada para determinação de nosso valor econômico, em caso de cancelamento de nosso registro de companhia aberta ou nossa saída do Novo Mercado; (m) aprovação prévia de planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos nossos Administradores, e empregados e pessoas naturais que prestam serviços à Companhia, assim como aos administradores, e empregados e pessoas naturais que prestam serviços a outras sociedades que sejam nossas controladoras ou por nós controladas direta ou indiretamente; e (n) deliberações sobre as demais matérias previstas na legislação vigente ou em nosso Estatuto Social.

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações e do nosso Estatuto Social, as deliberações aprovadas em assembleia geral não podem privar os nossos acionistas dos seguintes direitos: (i) direito de votar nas assembleias gerais, exceto conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações e em nosso Estatuto Social; (ii) direito de participar na distribuição dos lucros; (iii) direito de participar, na proporção da sua participação no nosso capital social, na distribuição de quaisquer ativos remanescentes na hipótese da nossa liquidação; (iv) direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações descritas em "- Direito de Preferência"; e (v) direito de retirar-se da nossa Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações, conforme descrito em "- Direito de Retirada e Resgate", na página 289 desta seção.

Quorum

Como regra geral, a Lei das Sociedades por Ações prevê que a assembleia geral será instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas que detenham, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) do capital social com direito a voto e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas titulares de ações com direito a voto. Caso os acionistas tenham sido convocados para deliberar sobre a reforma do nosso Estatuto Social, o quorum de instalação em primeira convocação será de pelo menos 2/3 (dois terços) das ações com direito a voto e, em segunda convocação, de qualquer número de acionistas. De modo geral, a manifestação de acionistas que comparecem pessoalmente ou por meio de procurador a uma Assembléia Geral, e que representem no mínimo a maioria das ações presentes à assembléia, é necessária para a aprovação de qualquer matéria, sendo que as abstenções não são levadas em conta para efeito deste cálculo.

A aprovação de acionistas que representem metade, no mínimo, das ações com direito a voto é necessária, todavia, para deliberar sobre as seguintes matérias, entre outras: (i) redução do dividendo mínimo obrigatório a ser distribuído aos nossos acionistas; (ii) mudança do nosso objeto social; (iii) nossa fusão ou incorporação em outra sociedade; (iv) nossa cisão; (v) nossa participação em um grupo de sociedades (conforme definido na Lei das Sociedades por Ações); (vi) cessação do nosso estado de liquidação; (vii) nossa dissolução; e (viii) incorporação de todas as

nossas ações por outra sociedade brasileira, de modo a nos tornarmos uma subsidiária integral da mesma.

Enquanto estivermos no Novo Mercado, não poderemos emitir ações preferenciais ou partes beneficiárias e, para sair do Novo Mercado e passar a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, o nosso Acionista Controlador deverá realizar uma oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas. Veja "Saída do Novo Mercado", na página 297 desta seção.

Convocação

A Lei das Sociedades por Ações exige que todas as nossas assembleias gerais sejam convocadas mediante três publicações no Diário Oficial do Estado de São Paulo, e no jornal Valor Econômico. A primeira convocação deve ser feita, no mínimo, 15 (quinze) dias antes da realização da assembleia geral, e a segunda convocação deve ser feita com 8 dias de antecedência, devendo ser instaladas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, devendo ser presididas pelo presidente do Conselho de Administração, ao qual caberá designar o secretário. A assembleia geral que deliberar sobre o cancelamento do nosso registro de companhia aberta, ou que tiver por objeto operações que, por sua complexidade, exijam maior prazo para que possam ser conhecidas e analisadas pelos acionistas, deverá ser convocada com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência. A CVM poderá, todavia, a pedido de qualquer acionista e ouvida a nossa Companhia, em determinadas circunstâncias, prorrogar a data da assembleia geral para que seja feita em até 30 dias após a data de convocação.

Local da Realização de Assembleia Geral

Nossas assembleias gerais são realizadas em nossa sede, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo. A Lei das Sociedades por Ações permite que nossas assembleias gerais sejam realizadas fora de nossa sede, nas hipóteses de força maior, desde que elas sejam realizadas na Cidade de São Paulo e a respectiva convocação contenha uma indicação expressa e inequívoca do local em que a assembleia geral deverá ocorrer.

Competência para Convocar Assembleias Gerais

As assembleias gerais dos acionistas serão convocadas pelo presidente do Conselho de Administração, pelo vice-presidente do Conselho de Administração, por quaisquer outros dois membros do Conselho de Administração ou, ainda, pelas seguintes pessoas ou órgãos: (i) qualquer acionista, quando nossos administradores retardarem a convocação por mais de 60 (sessenta) dias da data em que deveriam tê-la realizado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações; (ii) acionistas que representem 5% (cinco por cento), no mínimo, do nosso capital social, caso nossos administradores deixem de convocar, no prazo de oito dias, uma assembleia solicitada por tais acionistas, através de pedido que apresente as matérias a serem tratadas e esteja devidamente fundamentado; (iii) acionistas que representem 5% (cinco por cento), no mínimo, do nosso capital social quando nossos administradores não atenderem, no prazo de oito dias, um pedido de convocação de assembleia que tenha como finalidade a instalação do Conselho Fiscal; e (iv) Conselho Fiscal, quando instalado, caso os órgãos da administração retardem a convocação da Assembleia Geral Ordinária por mais de um mês da data prevista para a sua realização. O Conselho Fiscal, quando instalado, poderá, ainda, convocar Assembleia Geral Extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes a serem tratados.

Legitimação e Representação

Os acionistas presentes à assembleia geral deverão provar a sua qualidade de acionista e sua titularidade das ações com relação às quais pretendem exercer o direito de voto, por meio de apresentação de documento de identidade e o comprovante expedido pela instituição financeira, pelo menos 48 horas antes da respectiva assembleia geral.

Nossos acionistas podem ser representados na assembleia geral por procurador constituído há menos de um ano, que seja nosso acionista, nosso administrador ou advogado, ou ainda por uma instituição financeira. Fundos de investimento devem ser representados por seus administradores.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração é o nosso órgão de deliberação colegiada, responsável pela orientação de nosso negócio, incluindo a nossa estratégia de longo prazo. Nosso Conselho de Administração é composto por no mínimo 5 (cinco) e no máximo 11 (onze membros), que deverão ser nossos acionistas.

O nosso Estatuto Social anexo a este Prospecto, estabelece as competências gerais de nosso Conselho de Administração.

As reuniões de nosso Conselho de Administração devem ser realizadas a cada 3 (três) meses ou sempre que necessário, mediante convocação pelo Presidente, através de carta registrada, entrega pessoal, correio eletrônico ou fac-símile enviado aos demais conselheiros com pelo menos 3 (três) dias úteis de antecedência das reuniões. O quorum de instalação das reuniões do Conselho de Administração será de no mínimo quatro membros. As decisões do Conselho de Administração são tomadas pela maioria dos votos dos membros presentes a qualquer reunião. Ao Presidente caberá voto de qualidade no caso de empate na votação.

Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, o membro do Conselho de Administração está proibido de votar em qualquer assembleia, ou ainda de atuar em qualquer operação ou negócio no qual tenha interesse conflitante com a Companhia.

Eleição dos Membros do Conselho de Administração

Nos termos do Regulamento de listagem do Novo Mercado, 20% dos membros do nosso Conselho de Administração deverão ser conselheiros independentes, sendo assim considerado aquele que: (i) não tenha qualquer vínculo com a Companhia, exceto participação de capital; (ii) não seja acionista controlador, cônjuge ou parente até segundo grau daquele, ou não seja ou não tenha sido, nos últimos três anos, vinculado a sociedade ou entidade relacionada ao Acionista Controlador; (iii) não tenha sido, nos últimos três anos, empregado ou diretor da Companhia, do Acionista Controlador ou de sociedade controlada pela Companhia; (iv) não seja fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (v) não seja funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia; (vi) não seja cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia; (vii) não receba outra remuneração da Companhia além da de conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição). Atualmente, 3 (três) de nossos conselheiros são conselheiros independentes.

A Lei das Sociedades por Ações permite a adoção do processo de voto múltiplo, mediante requerimento por acionistas representando, no mínimo, 10% do capital votante da companhia, atribuindo-se para cada ação tantos votos quantos sejam os membros do Conselho de Administração, sendo reconhecido aos acionistas o direito de cumular os votos num só candidato ou distribuí-los entre vários. Segundo a Instrução da CVM 282, o percentual mínimo do capital votante exigido para que se solicite a adoção do processo de voto múltiplo em companhias abertas pode ser reduzido em função do valor do capital social, variando entre 5% e 10%. Em razão do montante do nosso capital social, acionistas representando 5% do nosso capital votante podem requerer a adoção do processo de voto múltiplo para eleição de membros ao Conselho de Administração. Em não sendo solicitada a adoção do voto múltiplo, os conselheiros são eleitos pelo voto majoritário de acionistas titulares de nossas ações ordinárias, presentes ou representados por

procurador, sendo assegurado aos acionistas que detenham, individualmente ou em bloco, pelo menos 10% de nossas ações ordinárias, o direito de indicar, em votação em separado, um conselheiro, conforme decisão do colegiado da CVM no Processo CVM RJ2005/5664, de 08 de novembro de 2005. Nossos conselheiros são eleitos pelos nossos acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária para um mandato unificado de um ano.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, cada conselheiro deve ser titular de, pelo menos, uma ação de emissão da Companhia.

Interesse de Conselheiros em Operações

A Lei das Sociedades por Ações proíbe o membro do Conselho de Administração de (i) realizar qualquer ato de liberdade às custas da companhia, bem como tomar por empréstimo recursos ou bens da Companhia ou usar, em proveito próprio, de sociedade em que tenha interesse ou de terceiros, os seus bens, serviços ou crédito, sem prévia autorização da assembleia geral ou do Conselho de Administração; (ii) receber, em razão do exercício de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização estatutária ou concedida através de assembleia geral; e (iii) usar em benefício próprio ou de terceiros, com ou sem prejuízo para a Companhia, oportunidades comerciais de que tenha conhecimento devido ao exercício do seu cargo; (iv) omitir-se no exercício ou proteção de direitos da Companhia ou, visando à obtenção de vantagens, para si ou para outrem, deixar de aproveitar oportunidades de negócio de interesse da Companhia; (v) adquirir, para revender com lucro, bem ou direito que sabe necessário à Companhia, ou que esta tencione adquirir; e (vi) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da Companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais administradores da Companhia.

A remuneração dos conselheiros em determinado exercício social é fixada pelos acionistas na Assembleia Geral ordinária que aprova as demonstrações financeiras do exercício social anterior.

CONSELHO FISCAL

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o Conselho Fiscal é um órgão independente da nossa administração e da nossa auditoria externa. A responsabilidade principal do Conselho Fiscal é fiscalizar os atos dos administradores e analisar as demonstrações financeiras, relatando suas observações aos acionistas.

Nosso Conselho Fiscal é de funcionamento não permanente, mas pode ser instalado em qualquer exercício social caso haja requisição por parte de acionistas, como descrito abaixo. Atualmente, não temos um conselho fiscal instalado.

O Conselho Fiscal não pode ter membros que façam parte do Conselho de Administração, da Diretoria ou do quadro de colaboradores de uma empresa controlada ou de uma empresa do mesmo grupo, tampouco um cônjuge ou parente dos nossos administradores. Além disso, a Lei das Sociedades por Ações exige que os membros do Conselho Fiscal recebam, a título de remuneração, no mínimo, 10% da média da remuneração paga aos Diretores, excluindo benefícios, verbas de representação e participações nos lucros e resultados.

Na data deste Prospecto, não temos Conselho Fiscal instalado.

DIREITO DE RETIRADA E RESGATE

Direito de Retirada

Qualquer um de nossos acionistas dissidente de certas deliberações tomadas em assembleia geral poderá retirar-se da nossa Companhia, mediante o reembolso do valor de suas ações, com base no valor patrimonial.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o direito de retirada poderá ser exercido, dentre outras, nas seguintes circunstâncias: (i) nossa cisão (em situações específicas, conforme descritas no parágrafo abaixo); (ii) redução do nosso dividendo mínimo obrigatório; (iii) mudança do nosso objeto social; (iv) nossa fusão ou incorporação em outra sociedade (em situações específicas, conforme descritas no parágrafo abaixo); (v) nossa participação em um grupo de sociedades (conforme definido na Lei das Sociedades por Ações, e em situações específicas, conforme descritas abaixo); (vi) incorporação de ações envolvendo a Companhia nos termos do artigo 252 da Lei das Sociedades por Ações por outra sociedade brasileira, de modo a nos tornar uma subsidiária integral da mesma; e (vii) aquisição do controle de outra sociedade por um preço que exceda determinados limites previstos em lei.

A Lei das Sociedades por Ações estabelece que a nossa cisão somente ensejará direito de retirada nos casos em que ela ocasionar: (i) a mudança do nosso objeto social, salvo quando o patrimônio cindido for vertido para sociedade cuja atividade preponderante coincida com a decorrente do nosso objeto social; (ii) a redução do dividendo mínimo obrigatório a ser distribuído aos nossos acionistas; ou (iii) a nossa participação em um grupo de sociedades (conforme definido na Lei das Sociedades por Ações).

Caso ocorra: (i) a nossa fusão ou incorporação em outra companhia; ou (ii) a nossa participação em um grupo de sociedades (conforme definido na Lei das Sociedades por Ações), nossos acionistas não terão direito de retirada caso as Ações tenham as seguintes características: (a) liquidez, ou seja, integrem o índice geral da BM&FBOVESPA ou o índice de qualquer outra bolsa, conforme definido pela CVM; e (b) dispersão no mercado, de forma que o nosso Acionista Controlador, a sociedade controladora ou outras sociedades sob seu controle detenham menos da metade das nossas Ações.

O direito de retirada deverá ser exercido no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação da ata da assembleia geral que tiver aprovado o ato que deu origem ao recesso. Adicionalmente, os acionistas em assembleia têm o direito de reconsiderar (por maioria dos presentes) qualquer deliberação que tenha ensejado direito de retirada após convocação de nosso Conselho de Administração no prazo de até 10 (dez) dias subsequentes ao término do prazo de exercício desse direito, se entenderem que o pagamento do preço do reembolso das ações aos acionistas dissidentes colocaria em risco nossa estabilidade financeira.

No caso de exercício do direito de retirada, os nossos acionistas terão o direito de receber o valor patrimonial de suas ações, com base no nosso último balanço aprovado pela assembleia geral. Se, todavia, a deliberação que ensejou o direito de retirada tiver ocorrido mais de 60 (sessenta) dias depois da data do último balanço aprovado, o acionista poderá solicitar, juntamente com o reembolso, o levantamento de balanço especial em data que atenda tal prazo, para avaliação do valor patrimonial de suas ações. Neste caso, devemos pagar imediatamente 80% (oitenta por cento) do valor de reembolso calculado com base no último balanço aprovado por nossos acionistas, e o saldo no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da data da deliberação da assembleia geral.

Resgate

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nossas ações podem ser resgatadas mediante determinação dos nossos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária, representando, no mínimo, 50% das nossas ações. O resgate deve ser feito por sorteio, e poderá ser pago com os nossos lucros, as reservas de lucro ou reservas de capital.

REGISTRO DE NOSSAS AÇÕES

Nossas ações são mantidas sob a forma escritural junto ao Itaú Unibanco S.A. (atual denominação do "Banco Itaú S.A.", em processo de homologação pelo Banco Central do Brasil). A transferência de nossas ações é realizada por meio de um lançamento pelo Itaú Unibanco S.A. (atual denominação do "Banco Itaú S.A.", em processo de homologação pelo Banco Central do Brasil) em seus sistemas de registro a débito da conta das ações do alienante e a crédito da conta das ações do adquirente, mediante ordem por escrito do alienante ou mediante ordem ou autorização judicial.

DIREITO DE PREFERÊNCIA

Exceto conforme descrito no parágrafo abaixo, nossos acionistas possuem direito de preferência na subscrição de ações em qualquer aumento de capital, na proporção de sua participação acionária, à época do referido aumento de capital, exceto nos casos de outorga ou de exercício de qualquer opção de compra ou subscrição de ações. Nossos acionistas também possuem direitos de preferência na subscrição de debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição. Concede-se prazo não inferior a 30 (trinta) dias contados da publicação do aviso aos acionistas referente ao aumento de capital, para o exercício do direito de preferência, sendo que este direito pode ser alienado pelo acionista.

Contudo, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o nosso Estatuto Social, o nosso Conselho de Administração poderá excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo do exercício do direito de preferência dos nossos acionistas, nos aumentos de capital mediante emissões de ações, bônus de subscrição, debêntures ou outros valores mobiliários conversíveis em ações, dentro do limite do capital autorizado e, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública ou através de permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle. A Oferta será realizada com exclusão do direito de preferência de nossos atuais acionistas.

NEGOCIAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS DE NOSSA EMISSÃO PELO NOSSO ACIONISTA CONTROLADOR, NOSSOS CONSELHEIROS E DIRETORES E PELA NOSSA COMPANHIA

Estamos sujeitos às regras estabelecidas na Instrução CVM 358, quanto à negociação de valores mobiliários de nossa emissão. Sendo assim, nós, nosso Acionista Controlador, diretos ou indiretos, membros do nosso Conselho de Administração, nossos diretores e membros do nosso Conselho Fiscal, quando instalado, e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária (considerados "*insiders*" para efeito da Lei do Mercado de Valores Mobiliários), bem como qualquer outra pessoa que tenha conhecimento de informação referente a ato ou fato relevante, sabendo que se trata de informação ainda não divulgada ao mercado, são vedados de negociar valores mobiliários de nossa emissão, incluindo operações com derivativos que envolvam valores mobiliários de emissão da nossa Companhia, antes da divulgação ao mercado de ato ou fato relevante ocorrido nos nossos negócios.

Esta restrição também é aplicável:

- aos membros do nosso Conselho de Administração, nossos diretores e membros do nosso Conselho Fiscal que se afastarem de cargos na nossa administração anteriormente à

divulgação de informações relevantes relativas à nossa Companhia, originadas durante o seu período de gestão, estendendo-se a proibição de negociação (i) por um período de seis meses a contar da data em que tais pessoas se afastaram de seus cargos; ou (ii) até a divulgação do fato relevante ao mercado, salvo se a negociação puder interferir nas condições dos referidos negócios, em prejuízo da nossa Companhia ou dos nossos acionistas;

- sempre que estiver em curso processo de aquisição ou venda de ações de nossa emissão, nossas controladas, coligadas ou outra sociedade sob controle comum, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim, bem como se existir a intenção de promover a nossa incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária;

- durante o período de 15 (quinze) dias anteriores à divulgação de nossas informações trimestrais (ITR) e anuais (IAN e DFP) exigidas pela CVM, observadas determinadas exceções previstas na Instrução CVM 358; e

- a nós, caso tenha sido celebrado qualquer acordo ou contrato visando à transferência do controle acionário respectivo, ou se houver sido outorgada qualquer opção ou mandato para o mesmo fim.

Relativamente ao nosso Acionista Controlador, membros do nosso Conselho de Administração e diretores, sempre que estiver em curso a aquisição ou a alienação de ações de nossa emissão pela própria Companhia, ou por qualquer uma das nossas controladas, coligadas ou outra companhia sob controle comum ao nosso, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim.

Nós, alguns de nossos administradores, nosso Acionista Controlador celebraremos Acordo de Não Disposição, por meio do qual nos obrigaremos a não alienar ou onerar as ações de nossa emissão e derivativos lastreados em tais ações, por um período de 90 (noventa) dias contados da publicação do Anúncio de Início, sujeito a determinadas condições.

OPERAÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES DE NOSSA PRÓPRIA EMISSÃO

Nosso Estatuto Social autoriza o nosso Conselho de Administração a aprovar a compra, pela nossa Companhia, de ações de nossa própria emissão para cancelamento ou manutenção em tesouraria para posterior alienação. A decisão de comprar ações de nossa própria emissão para cancelamento ou manutenção em tesouraria não pode, dentre outras:

- resultar na redução do nosso capital social;

- requerer a utilização de recursos superiores ao saldo de lucros ou reservas disponíveis, exceto a reserva legal (conforme definidos na regulamentação aplicável), constantes do último balanço;

- criar por ação ou omissão, direta ou indiretamente, condições artificiais de demanda, oferta ou preço das ações ou envolver práticas não equitativas; e

- ter por objeto ações não integralizadas ou pertencentes ao nosso Acionista Controlador; ou ocorrer, enquanto estiver em curso oferta pública de aquisição das nossas ações.

Não podemos manter em tesouraria mais do que 10% (dez por cento) da totalidade das ações de nossa emissão, excluídas as ações de titularidade do nosso Acionista Controlador e incluídas as ações detidas por nossas subsidiárias e coligadas.

Qualquer compra de ações de nossa emissão pela Companhia deve ser realizada em bolsa, não podendo tal compra ser feita por meio de operações privadas ou por preço igual ou inferior ao valor de mercado, exceto se previamente aprovada pela CVM. Podemos também comprar ações de nossa emissão na hipótese de deixarmos de ser uma companhia aberta.

DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Como somos uma companhia aberta, devemos atender às exigências relativas à divulgação, previstas na Lei das Sociedades por Ações e nos instrumentos normativos expedidos pela CVM. Ainda, em função da listagem das nossas ações no Novo Mercado, devemos seguir, também, as exigências relativas à divulgação contidas no Regulamento do Novo Mercado.

Divulgação de Informações Eventuais e Periódicas

A Lei do Mercado de Valores Mobiliários, a Instrução CVM 358 e a Instrução CVM 202 estabelecem que uma companhia aberta deve fornecer à CVM e à BM&FBOVESPA determinadas informações periódicas, que incluem as informações anuais, as informações trimestrais e os relatórios trimestrais da administração e dos auditores independentes, bem como as movimentações de valores mobiliários de emissão da Companhia por parte de seus administradores e acionista controlador.

Essas normas prevêem também a obrigação de arquivarmos na CVM acordos de acionistas e avisos de convocação de Assembleias Gerais, bem como as atas dessas assembleias.

Além dos requisitos de divulgação da legislação societária e da CVM, devemos, conforme previsto no Regulamento do Novo Mercado, no máximo seis meses após a obtenção de autorização para negociar no Novo Mercado, apresentar demonstrações financeiras consolidadas após o término de cada trimestre (excetuado o último) e de cada exercício social, incluindo a demonstração de fluxo de caixa que deverá indicar, no mínimo, as alterações ocorridas no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregados em fluxos operacionais, financiamentos e investimentos.

O Regulamento do Novo Mercado prevê também que devemos, a partir da divulgação das demonstrações financeiras referentes ao segundo exercício após a obtenção de autorização para negociar nossos valores mobiliários no Novo Mercado, no máximo quatro meses após o encerramento de cada exercício social: (i) elaborar demonstrações financeiras ou demonstrações consolidadas, conforme previsto nos padrões internacionais IFRS ou US GAAP, em reais ou dólares americanos, que deverão ser divulgadas na íntegra, em inglês, acompanhadas do relatório da administração, de notas explicativas, que informem inclusive o lucro líquido e o patrimônio líquido apurados ao final do exercício social segundo os princípios contábeis brasileiros e a proposta de destinação do resultado, e do parecer dos auditores independentes; ou (ii) divulgar, em inglês, a íntegra das demonstrações financeiras, relatório da administração e notas explicativas, elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, acompanhadas de nota explicativa adicional que demonstre a conciliação do resultado do exercício social e do patrimônio líquido apurados segundo os critérios contábeis brasileiros e segundo os padrões IFRS ou US GAAP, conforme o caso, evidenciando as principais diferenças entre os critérios contábeis aplicados, e do parecer dos auditores independentes.

Ainda conforme estabelecido pelo Regulamento do Novo Mercado, no máximo 15 dias após o prazo estabelecido pela legislação para divulgação das demonstrações financeiras trimestrais, devemos (i) apresentar, na íntegra, as demonstrações financeiras trimestrais traduzidas para o idioma inglês; ou (ii) apresentar as demonstrações financeiras ou demonstrações consolidadas de acordo com os padrões internacionais U.S. GAAP ou IFRS, na forma descrita acima, acompanhadas de relatório dos auditores independentes.

Os auditores independentes por nós contratados, além de serem registrados na CVM, devem possuir experiência comprovada no exame das demonstrações financeiras elaboradas de acordo com os padrões internacionais IFRS ou US GAAP, conforme o caso, sendo que devemos responder pelo atendimento dessa formalidade. A adoção deste critério deverá ocorrer, no máximo, a partir da divulgação das demonstrações financeiras referentes ao segundo exercício social após obtermos autorização para negociar nossas ações no Novo Mercado.

Ainda segundo o Regulamento do Novo Mercado, observadas certas exceções, devemos enviar à BM&FBOVESPA e divulgar informações de todo e qualquer contrato celebrado entre a Companhia e suas controladas, coligadas, seus administradores, seu Acionista Controlador, e, ainda, entre a Companhia e sociedades controladas e coligadas dos administradores e do Acionista Controlador, assim como com outras sociedades que com qualquer dessas pessoas integre um mesmo grupo de fato ou direito, sempre que for atingido, num único contrato ou em contratos sucessivos, com ou sem o mesmo fim, em qualquer período de um ano, valor igual ou superior a R$200 mil (duzentos mil reais), ou valor igual ou superior a 1% (um por cento) sobre nosso patrimônio líquido, considerando o maior.

Além das informações acima, cabe a nós informar a CVM e a BM&FBOVESPA sobre:

- edital de convocação de Assembleia Geral Extraordinária ou especial, no mesmo dia de sua publicação;
- sumário das decisões tomadas nas Assembleias Gerais Extraordinárias ou Especiais, no dia da sua realização;
- ata de Assembleia Extraordinária ou Especial, até 10 dias após a realização da Assembleia;
- acordo de acionistas, quando do arquivamento na companhia;
- comunicação sobre ato ou fato relevante, no mesmo dia de sua divulgação pela imprensa;
- plano de opção de compra de ações;
- contratos com partes relacionadas;
- informação sobre pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, seus fundamentos, demonstrações financeiras especialmente levantadas para obtenção do benefício legal e, se for o caso, situação dos debenturistas quanto ao recebimento das quantias investidas, bem como qualquer decisão concedendo recuperação judicial ou extrajudicial, no mesmo dia da entrada do pedido em juízo ou no dia de sua ciência pela Companhia;
- informação sobre pedido ou confissão de falência, no mesmo dia de sua ciência pela Companhia, ou do ingresso do pedido em juízo, conforme for o caso; e
- sentença declaratória de falência com indicação do síndico da massa falida, no mesmo dia de sua ciência pela companhia.

Divulgação de Informações Trimestrais

Em suas Informações Trimestrais – ITR, além das informações exigidas pela legislação aplicável, uma companhia listada no Novo Mercado deverá: (i) apresentar o balanço patrimonial consolidado, demonstração de resultado consolidado, e comentário de desempenho consolidado, caso a companhia esteja obrigada a apresentar demonstrações consolidadas ao fim do exercício social; (ii) informar a posição acionária de todo aquele que detiver mais de 5% (cinco por cento) das ações de cada espécie e classe do capital social da companhia, de forma direta ou indireta, até o nível da pessoa física; (iii) informar de forma consolidada a quantidade e características dos valores

mobiliários de emissão da companhia de que sejam titulares, direta ou indiretamente, o acionista controlador, os administradores e os membros do Conselho Fiscal, se instalado; (iv) informar a evolução da participação do acionista controlador, dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, se instalado, em relação aos respectivos valores mobiliários, nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores; (v) apresentar a demonstração de fluxo de caixa; (vi) informar a quantidade de ações em circulação e sua porcentagem em relação ao total de ações emitidas; e (vii) informar a existência e vinculação a cláusula compromissória de arbitragem.

As informações previstas no segundo, terceiro, quarto, sexto e sétimo itens acima deverão ser incluídas na seção "Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes" das Informações Trimestrais – ITR, bem como as informações previstas no terceiro, quarto e sétimo itens acima deverão ser incluídas nas Informações Anuais – IAN da Companhia, na seção "Outras Informações Consideradas Importantes Para um Melhor Entendimento da Companhia".

As Informações Trimestrais – ITR deverão ser sempre acompanhadas de relatório de revisão especial emitido por auditor independente devidamente registrado na CVM, observando a metodologia especificada das normas editadas pela CVM.

A Companhia deverá apresentar a íntegra das Informações Trimestrais – ITR traduzidas para o idioma inglês ou, então, apresentar demonstrações financeiras ou demonstrações consolidadas conforme previsto nos padrões internacionais IFRS ou US GAAP, na forma descrita anteriormente, em no máximo 15 (quinze) dias após o prazo estabelecido pela legislação para a divulgação das Informações Trimestrais – ITR. As demonstrações financeiras referidas neste parágrafo deverão ser acompanhadas de parecer ou de relatório de revisão especial dos auditores independentes. De acordo com o Regulamento do Novo Mercado, esse critério deverá ser adotado após a divulgação da primeira demonstração financeira elaborada de acordo com padrões internacionais IFRS ou US GAAP, e sua versão em inglês, descritos no item "Divulgação de Informações Eventuais e Periódicas" acima.

Divulgação de Negociação por Acionista Controlador, Membro do Conselho de Administração, Diretor ou Membro do Conselho Fiscal

O Acionista Controlador, nossos administradores e membros do Conselho Fiscal, se instalado, ou de qualquer outro órgão técnico ou consultivo devem informar a nós a quantidade e espécie de valores mobiliários de nossa emissão e de nossas Controladas e Coligadas, incluindo derivativos, que são detidos por eles ou por pessoas próximas a eles, bem como quaisquer alterações nas suas respectivas participações durante os 12 meses precedentes.

As informações relativas à negociação de tais valores mobiliários (como, por exemplo, quantidade e característica dos valores mobiliários, preço e data da operação) devem ser fornecidas a nós dentro do prazo de 5 dias após a realização de cada negócio. Quando se tratar de pessoa física, as informações deverão incluir os valores mobiliários que sejam de propriedade de cônjuge, companheiro ou dependente incluído em sua declaração de imposto de renda e de sociedade controlada direta ou indiretamente por quaisquer dessas pessoas. Deveremos enviar essas informações à CVM e à BM&FBOVESPA no prazo de 10 dias após o término do mês em que tais movimentações ocorreram.

Além disso, as regras do Novo Mercado obrigam o nosso Acionista Controlador a divulgar as informações acima à BM&FBOVESPA, incluindo informação relativa a derivativos.

De acordo com a Instrução CVM 358, sempre que restar elevada ou reduzida em pelo menos 5,0% a participação em qualquer espécie de ação de nosso capital social, direta ou indiretamente, por qualquer acionista ou grupo de acionistas, tal acionista ou grupo de acionistas deverá comunicar a Companhia as seguintes informações: (i) nome e qualificação do comunicante; (ii objetivo da participação e quantidade visada, incluindo, se for o caso, declaração de que a transação não

objetiva alterar a composição do controle ou a estrutura administrativa da companhia; (iii) número de ações, bônus de subscrição, e de direitos de subscrição de ações e de opções de compra de ações, por espécie e classe, detidos anteriormente à aquisição, direta ou indiretamente; (iv) número de debêntures conversíveis em ações, detidas anteriormente à aquisição, direta ou indiretamente, explicitando a quantidade de ações objeto da possível conversão, por espécie e classe; e (v) indicação de qualquer acordo ou contrato regulando o exercício do direito de voto ou a compra e venda de valores mobiliários de emissão da Companhia. A Companhia deverá enviar essas informações à CVM e à BM&FBOVESPA e atualizar o IAN da Companhia.

Divulgação de Ato ou Fato Relevante

De acordo com a legislação do mercado de valores mobiliários, devemos informar à CVM e à BM&FBOVESPA a ocorrência de qualquer ato ou fato relevante que diga respeito aos nossos negócios. A Instrução CVM 358 dispõe sobre a divulgação e uso de informações sobre ato ou fato relevante relativo às companhias abertas, regulando o seguinte: (i) estabelece o conceito de fato relevante, estando incluído nesta definição qualquer decisão de acionistas controladores, deliberação de Assembleia Geral ou dos órgãos da administração de companhia aberta, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos negócios da companhia, que possa influir de modo ponderável na (a) cotação dos valores mobiliários; (b) decisão de investidores em comprar, vender ou manter tais valores mobiliários; e (c) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titulares de valores mobiliários emitidos pela companhia; (ii) dá exemplos de ato ou fato potencialmente relevante que incluem, entre outros, a assinatura de acordo ou contrato de transferência do controle acionário da companhia, ingresso ou saída de sócio que mantenha com a companhia contrato ou colaboração operacional, financeira, tecnológica ou administrativa, incorporação, fusão ou cisão envolvendo a companhia ou sociedades ligadas; (iii) obriga o diretor de relações com investidores, os acionistas controladores, diretores, membros do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas a comunicar qualquer fato relevante à CVM; (iv) requer a divulgação simultânea de fato relevante em todos os mercados onde a companhia tenha as suas ações listadas para negociação; (v) obriga o adquirente do controle acionário de companhia aberta a divulgar fato relevante, incluindo a sua intenção de cancelar o registro de companhia aberta no prazo de 1 (um) ano da aquisição; (vi) estabelece regras relativas à divulgação de aquisição ou alienação de participação relevante em companhia aberta; e (vii) restringe o uso de informação privilegiada.

Nos termos da Instrução CVM 358, em circunstâncias excepcionais, podemos submeter à CVM um pedido de tratamento confidencial com relação a um ato ou fato relevante, quando nosso Acionista Controlador ou nossos administradores entenderem que a divulgação colocaria em risco interesse legítimo da nossa Companhia.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA

O cancelamento do registro de companhia aberta só pode ocorrer caso os acionistas controladores de uma companhia ou a própria companhia realize uma oferta pública de aquisição de todas as ações de sua emissão, sendo observados os seguintes requisitos: (i) que o preço ofertado seja justo, na forma estabelecida na Lei das Sociedades por Ações e na Instrução CVM 361; e (ii) que os acionistas titulares de mais de dois terços das ações em circulação (conforme definido na Instrução nº 361 da CVM) e que tenham se manifestado sobre o cancelamento, tenham concordado expressamente com o cancelamento do registro ou aceitado a oferta pública; (iii) que o preço ofertado corresponda, no mínimo, ao valor econômico determinado por empresa especializada independente do poder de decisão da companhia, seu administrador e acionistas controladores de acordo com o Regulamento do Novo Mercado.

O laudo de avaliação deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada independente do poder de decisão da Companhia, dos administradores e dos acionistas controladores, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e/ou Acionista Controlador, além de satisfazer os requisitos do parágrafo 1º do artigo 8º da Lei das Sociedades por Ações, e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º do mesmo artigo. A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico da companhia é de competência privativa da assembleia geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação, presentes naquela assembleia, que se instalada em primeira convocação deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% do total de Ações em Circulação, ou que se instalada em segunda convocação poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação. Os custos de elaboração de referido laudo deverão ser assumidos integralmente pelo ofertante.

É assegurada a revisão do valor da oferta, no caso de titulares de ações representativas de, no mínimo, 10% do capital social requererem a realização de nova avaliação, para efeito de determinação do valor de avaliação da companhia. Tal requerimento deverá ser apresentado no prazo de 15 dias da divulgação do valor da oferta pública, devidamente fundamentado. Os acionistas que requisitarem a realização de nova avaliação deverão ressarcir a companhia pelos custos incorridos, caso o novo valor seja igual ou inferior ao valor inicial da oferta. No entanto, caso o valor apurado na segunda avaliação seja maior, a oferta pública deverá obrigatoriamente adotar esse maior valor, devendo tal decisão ser divulgada ao mercado.

A Lei das Sociedades por Ações define preço justo como sendo aquele apurado com base nos critérios, adotados de forma isolada ou combinada, de patrimônio líquido contábil, de patrimônio líquido avaliado a preço de mercado, de fluxo de caixa descontado, de comparação por múltiplos, de cotação das nossas ações no mercado ou com base em outro critério aceito pela CVM.

O Regulamento do Novo Mercado também estabelece regras aplicáveis ao cancelamento do registro de companhia aberta. Para informações adicionais veja a seção "Práticas de Governança Corporativa", na página 303 deste Prospecto.

ALIENAÇÃO DE CONTROLE

Conforme estipulado no Regulamento do Novo Mercado e em nosso Estatuto Social, a alienação do nosso poder de controle, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente, no Regulamento da Listagem do Novo Mercado e no nosso Estatuto Social, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele conferido aos acionistas controladores alienantes.

A oferta pública de aquisição de ações deverá ser efetivada:

- nos caso em que houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou de direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na alienação do nosso Controle;

- em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o controlador alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que o comprove; e

- quando aquele que já detiver nossas ações, adquirir o Poder de Controle em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações. Nesse caso, o acionista adquirente estará obrigado a efetivar oferta pública de aquisição de ações pelos mesmos termos e condições oferecidos ao acionista alienante e ressarcir os acionistas de quem tenha comprado ações em bolsa de valores, nos 6 meses anteriores à data da alienação do Controle, devendo pagar a estes a eventual diferença entre o preço pago aos acionistas controladores alienantes e o valor pago em bolsa de valores, por ação nesse mesmo período, devidamente atualizado até o momento do pagamento pelo IPCA.

O comprador, quando necessário, deverá tomar as medidas cabíveis para recompor, dentro dos seis meses subsequentes, o percentual mínimo de 25% de ações em circulação no mercado. A Companhia não registrará qualquer transferência de ações para o comprador do Poder de Controle, ou para aquele(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle, enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores, a que alude o Regulamento do Novo Mercado. A Companhia tampouco registrará acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle enquanto seus signatários não subscreverem o referido Termo de Anuência dos Controladores.

SAÍDA DO NOVO MERCADO

Podemos, a qualquer momento, solicitar a nossa saída do Novo Mercado, desde que aprovada em Assembleia Geral de acionistas, não se computando os votos em branco, e desde que a BM&FBOVESPA seja informada, por escrito, com antecedência de 30 (trinta) dias. Tal deliberação deverá especificar se a referida saída ocorre para que os valores mobiliários emitidos por nós passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, ou se em razão do cancelamento do nosso registro de companhia aberta. A saída do Novo Mercado não implica a perda da condição de companhia aberta registrada na BM&FBOVESPA.

Oferta pelo Acionista Controlador

Na hipótese de nossa saída do Novo Mercado, para que nossos valores mobiliários passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, nosso Acionista Controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações pertencentes aos nossos demais acionistas, no mínimo, pelo respectivo valor econômico, a ser apurado na forma prevista no Regulamento do Novo Mercado, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis. A notícia da efetivação da oferta pública deverá ser comunicada à BM&FBOVESPA e divulgada ao mercado imediatamente após a realização da Assembleia Geral de acionistas que houver aprovado a referida saída.

Cancelamento do Registro de Companhia Aberta

Caso a saída do Novo Mercado ocorra em virtude do cancelamento de nosso registro como companhia aberta: (i) deverão ser observados todos os procedimentos previstos na legislação, além da realização de oferta tendo como preço mínimo ofertado o Valor Econômico da ação, apurado na forma prevista na seção "Cancelamento de Registro de Companhia Aberta" do Regulamento do Novo Mercado; e (ii) ficará dispensada a aprovação prévia em assembleia geral de acionistas.

Reorganização Societária

Caso a nossa saída do Novo Mercado venha a ocorrer em virtude de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não seja admitida para negociação no Novo Mercado, (i) nossa Companhia, juntamente com nossos administradores e o nosso Acionista Controlador, deveremos observar as formalidades previstas no Regulamento do Novo Mercado; e (ii) o nosso Acionista Controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações pertencentes aos nossos demais acionistas, no mínimo, pelo respectivo valor econômico das ações,

a ser apurada na forma prevista no Regulamento do Novo Mercado, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis. A notícia da efetivação da oferta pública deve ser comunicada à BM&FBOVESPA e divulgada ao mercado imediatamente após a realização da Assembleia Geral de acionistas que houver aprovado a referida reorganização.

Obrigações na Saída

A nossa saída do Novo Mercado não eximirá nossa Companhia, nossos administradores e Acionista Controlador de cumprir com suas obrigações e atender as exigências decorrentes do Contrato de Participação no Novo Mercado, da cláusula compromissória contida em nosso Estatuto Social, do Regulamento de Arbitragem e do Regulamento do Novo Mercado que tenham origem em fatos anteriores à referida saída.

Alienação de Controle da Companhia após a Saída

A alienação do nosso controle que ocorrer nos 12 (doze) meses subsequentes à saída do Novo Mercado obrigará nosso Acionista Controlador alienantes e o comprador, conjunta e solidariamente, a oferecer aos demais acionistas a aquisição de suas ações pelo preço e nas condições obtidas pelo Acionista Controlador alienantes na alienação de suas próprias ações, devidamente atualizado, observando-se as mesmas regras aplicáveis às alienações de controle previstas no Regulamento do Novo Mercado.

Vedação ao Retorno

Após a nossa saída do Novo Mercado, nossos valores mobiliários não poderão voltar a ser negociados no Novo Mercado por um período mínimo de dois anos contados da data em que tiver sido formalizado o desligamento, salvo se tivermos o nosso controle acionário alienado após a formalização de nossa saída do Novo Mercado.

CLÁUSULA ARBITRAL

Nós, nossos acionistas, administradores e membros do nosso Conselho Fiscal (quando instalado), nos obrigamos a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, do nosso Estatuto Social, das normas editadas pelo CMN, pelo BACEN e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

INFORMAÇÕES SOBRE VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS E O MERCADO DE NEGOCIAÇÃO

GERAL

As nossas ações são negociadas na BM&FBOVESPA, sob o símbolo "MRFG3", no segmento do Novo Mercado, conforme o Contrato de Participação no Novo Mercado, celebrado em 18 de maio de 2007.

NEGOCIAÇÃO NA BM&FBOVESPA

A negociação na BM&FBOVESPA só pode ser realizada por instituições intermediárias. As negociações ocorrem das 10 horas as 17 horas, ou entre 11 horas e 18 horas durante o período de horário de verão no Brasil. A BM&FBOVESPA também permite negociações das 17h45min as 19 horas, ou das 18h45min as 19h30min durante o período de horário de verão no Brasil, em um horário diferenciado de negociação denominado *after market*. As negociações no *after market* estão sujeitas a limites regulatórios sobre volatilidade de preços e sobre o volume de ações negociadas pelos investidores que operam pela Internet.

Quando acionistas negociam ações na BM&FBOVESPA, a liquidação acontece três dias úteis após a data da negociação, sem correção monetária do preço de compra. O vendedor deve entregar as ações à BM&FBOVESPA na manhã do terceiro dia útil após a data da negociação. A entrega e o pagamento das ações são realizados por meio das instalações da BM&FBOVESPA.

A fim de manter um melhor controle sobre a oscilação do Índice Bovespa, a BM&FBOVESPA adotou um sistema *circuit breaker* de acordo com o qual a sessão de negociação é suspensa por um período de 30 minutos ou uma hora sempre que o Índice Bovespa cair abaixo dos limites de 10% ou 15%, respectivamente, com relação ao índice de fechamento da sessão de negociação anterior.

REGULAÇÃO DO MERCADO BRASILEIRO DE VALORES MOBILIÁRIOS

O mercado brasileiro de valores mobiliários é regulado pela CVM e sua competência inclui a regulamentação das bolsas de valores e mercado de balcão, bem como pelo Banco Central, que tem, entre outros poderes, a autoridade para licenciar corretoras de valores e para regular investimentos estrangeiros e operações de câmbio. Estes regulamentos, entre outros, determinam os requisitos de divulgação de informações aplicáveis a emissoras de valores mobiliários publicamente negociados, as sanções penais por negociação de ações utilizando informação privilegiada e manipulação de preço, e a proteção de acionistas minoritários. Tais leis e regras também regulam o licenciamento e supervisão das corretoras de valores e a governança das bolsas de valores brasileiras. Em 25 de janeiro de 2006, foi criado o Coremec (Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização), ente responsável por coordenar os órgãos públicos federais que fiscalizam e regulam as atividades dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros e de Previdência e Capitalização.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, uma companhia pode ser aberta (e listada) ou fechada (e não listada). Todas as companhias listadas estão registradas na CVM e ficam sujeitas a obrigações de divulgação periódica de informações e de divulgação de quaisquer atos ou fatos relevantes. Uma companhia registrada na CVM pode negociar seus valores mobiliários na BM&FBOVESPA ou no mercado de balcão brasileiro. Ações de companhias listadas na BM&FBOVESPA não podem ser negociadas simultaneamente nos mercados de balcão brasileiros. As ações de uma companhia listada também podem ser negociadas fora de bolsa, observadas as

diversas limitações impostas a este tipo de negociação. Para ser listada na BM&FBOVESPA, uma companhia deve requerer o registro à BM&FBOVESPA e à CVM.

A negociação de valores mobiliários na BM&FBOVESPA pode ser interrompida mediante solicitação de uma companhia antes da publicação de fato relevante. A negociação também pode ser suspensa por iniciativa da BM&FBOVESPA ou da CVM, com base em, ou devido a, entre outros motivos, indícios de que a companhia tenha fornecido informações inadequadas com relação a um fato relevante ou forneceu respostas inadequadas a questionamentos feitos pela CVM ou pela BM&FBOVESPA.

RESTRIÇÕES A INVESTIMENTO ESTRANGEIRO

Não há restrições à titularidade das ações da Companhia por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no exterior. Entretanto, o direito de converter pagamentos de dividendos e o produto da venda das ações em moeda estrangeira e de remeter esses valores ao exterior está sujeito a restrições de controle cambial e à legislação de capitais estrangeiros que exige, entre outras formalidades, o registro eletrônico dos investimentos no Banco Central.

Os investidores estrangeiros podem registrar seus investimentos como investimento estrangeiro direto, nos termos da Lei 4.131/62, ou como investimento estrangeiro de portfólio registrado pela CVM, nos termos da Resolução CMN 2.689 e da Instrução CVM 325.

Os investidores estrangeiros diretos podem vender suas ações tanto em operações privadas como em bolsa de valores ou no mercado de balcão, mas em geral estão sujeitos a tratamento fiscal menos favorável em relação aos investidores estrangeiros de portfólio.

A Resolução CMN 2.689 dispõe que, observadas algumas exceções, como é o caso de aquisições em ofertas públicas de distribuição de ações, os investidores estrangeiros de portfólio podem comprar e vender ações apenas em bolsa de valores ou no mercado de balcão organizado, mas em geral fazem jus a tratamento fiscal mais favorável em relação aos investidores estrangeiros diretos.

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS

Notas com Taxas de Juros Fixas ("Notes")

Em 16 de novembro de 2006, nossa subsidiária Marfrig Overseas emitiu títulos de dívida no mercado internacional ("Notes"), no montante total de US$375,0 milhões, com prazo de 10 anos e juros anuais de 9,625%, pagáveis semestralmente. As Notes são incondicionalmente garantidas pela Companhia. As Notes podem ser declaradas antecipadamente vencidas em determinadas situações e possuem diversas obrigações que restringem, dentre outros, o endividamento da Companhia, a outorga de garantias e o pagamento de dividendos. De acordo com as Notes, as condições para o pagamento de dividendos são: (i) a não existência de evento de inadimplemento, (ii) a manutenção do nível de índice de cobertura de juros (calculado com base no EBITDA dividido por despesas com juros) em no mínimo 1,5, e (iii) a manutenção do nível de dívida líquida / EBITDA em no máximo 4:1. Adicionalmente, as Notes estabelecem como valor máximo para distribuição de dividendos o valor do nosso lucro líquido acumulado desde 30 de setembro de 2006, ajustado para excluir ganhos/perdas não realizadas de variação cambial, mudanças em práticas contábeis que não gerem efeito caixa, dentre outros eventos. Em nenhuma hipótese os termos e condições das Notes restringirão a distribuição dos dividendos obrigatórios conforme estabelecido em lei e em nosso Estatuto Social. O Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated atuou como *initial purchaser* em tal operação. Na data deste Prospecto, o Merrill Lynch Credit Products LLC detém Notes no montante de US$40,0 milhões.

Debêntures Conversíveis

Em 26 de março de 2007, realizamos a emissão privada no mercado internacional de 15.151.515 debêntures subordinadas conversíveis em ações da própria Companhia, correspondendo a um montante total de US$ 100,0 milhões, com vencimento em 29 de março de 2009 e taxa de juros de 4,75% ao ano. As debêntures foram objeto de conversão obrigatória em ações ordinárias de emissão da Companhia quando do IPO Marfrig.

Notas Conversíveis ("Convertible Notes")

Em 30 de março de 2007, a Companhia celebrou um *Purchase Agreement* no montante total de US$100,0 milhões, em duas séries, sendo a primeira no valor de US$70,0 milhões e a segunda no valor de US$ 30,0 milhões, referente à aquisição pelo ABN AMRO BANK N.V., London Branch (entidade pertencente ao mesmo grupo do ABN AMRO Rothschild), de títulos de dívida conversíveis em ações ordinárias da Companhia com vencimento em 30 de março de 2009 e taxa de juros de 4,75% ao ano. Os Convertible Notes foram objeto de conversão obrigatória em ações ordinárias de emissão da Companhia quando do IPO Marfrig.

Ações Ordinárias

Em 6 de julho de 2007, sob a coordenação do Banco Merrill Lynch de Investimentos S.A. e o Banco ABN AMRO Real S.A., concluímos a oferta pública inicial que compreendeu a distribuição de 38.474.444 ações ordinárias de emissão da Companhia e 21.555.556 ações ordinárias de titularidade dos acionistas vendedores ao preço de R$17,00 por ação, totalizando 60.030.000 ações ordinárias e R$1.020.510,00 bilhão.

Em 12 de agosto de 2008, o Conselho de Administração da Companhia deliberou e aprovou aumento privado de capital da Companhia por meio da emissão de ações ordinárias no montante de R$1.375.892.500,00 (um bilhão, trezentos e setenta e cinco milhões, oitocentos e noventa e dois mil e quinhentos reais), após o qual o capital social passará dos atuais R$ 1.183.826.003,00 (um bilhão, cento e oitenta e três milhões, oitocentos e vinte e seis mil e três reais) para R$ 2.559.718.503,00 (dois bilhões, quinhentos e cinquenta e nove milhões, setecentos e dezoito mil e quinhentos e três reais), mediante a emissão de 63.995.000 (sessenta e três milhões e novecentas e noventa e cinco mil) novas ações ordinárias, sem valor nominal, ao preço de R$ 21,50 por ação, para subscrição particular pelos acionistas. Exercendo seus direitos de preferência, o BNDESPAR subscreveu e integralizou 21.975.945 ações ordinárias pelo valor de R$472.482.817,50 (quatrocentos e setenta e dois milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil, oitocentos e dezessete reais e cinquenta centavos) e a MMS Participações subscreveu e integralizou 1.162.790 ações ordinárias pelo valor de R$24.999.985 (vinte e quatro milhões, novecentos e noventa e nove mil e novecentos e oitenta e cinco reais).

Em 15 de outubro de 2008, realizamos, com intermediação da Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, Leilão Especial de Venda de Sobras de Ações Não Subscritas ("Leilão") em decorrência das ações não subscritas quando do aumento de capital com preferência de subscrição pelos acionistas da Companhia supracitado. Foram ofertadas 20.853.214 ações ordinárias ao preço de R$21,50, sendo 11.310.314 ações ordinárias subscritas e integralizadas pelo BNDESPAR no valor de R$243.171.751,00; 117.637 ações ordinárias subscritas e integralizadas pela Laurus Holding LLC no valor de R$202.643.154,50; e 9.425.263 ações ordinárias subscritas e integralizadas por outras instituições financeiras, conforme contrato celebrado com a MMS Participações pelo valor de R$2.529.195,50, totalizando o montante de R$448.344.101,00.

A tabela abaixo ilustra as cotações mínima, média e máxima das ações ordinárias de nossa emissão na BM&FBOVESPA, para os períodos indicados:

	R$ por Ação Ordinária		
	Mínima	**Média**	**Máxima**
Terceiro Trimestre 2007	18,00	19,79	23,00
Quarto Trimestre 2007	14,70	16,66	18,63
Primeiro Trimestre 2008	13,05	15,40	17,90
Segundo Trimestre 2008	17,61	20,22	23,60
Terceiro Trimestre 2008	14,96	17,98	20,99
Quarto Trimestre 2008	6,90	9,98	17,00
Primeiro Trimestre 2009	6,25	7,05	7,80
Segundo Trimestre 2009	7,22	12,53	16,70
Terceiro Trimestre 2009	14,20	16,26	18,50
Março 2009	6,65	6,95	7,67
Abril 2009	7,22	9,75	11,40
Maio 2009	10,32	12,56	15,30
Junho 2009	13,53	15,15	16,70
Julho 2009	14,20	15,48	16,30
Agosto 2009	15,60	15,96	16,68
Setembro 2009[3]	16,00	17,38	18,50

_____
(1) IPO Marfrig.
Fonte: Bloomberg

Bonds

Em 12 de agosto de 2009, a subsidiária da Companhia, Establecimientos Colonia S.A., estabelecida no Uruguai, realizou uma oferta de US$20 milhões (vinte milhões de dólares) em obrigações negociáveis, com vencimento em 7 (sete) anos e 2 (dois) anos de carência. Os bonds foram autorizados e registrados no Banco Central del Uruguay e foram classificados em A+ pela Fitch Ratings. Os recursos obtidos com a emissão serão utilizados principalmente na construção de um confinamento próprio no Uruguai, permitindo a redução de riscos e da oscilação de preços relacionados à oferta de gado em momentos de sazonalidade.

PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Essa seção contém informações sobre as práticas de governança corporativa a nós aplicáveis, e deve ser analisada conjuntamente com as seções "Descrição do Capital Social" e "Administração", nas páginas 281 e 264, respectivamente, deste Prospecto.

INTRODUÇÃO

Segundo o IBGC, governança corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, conselho de administração, diretoria, auditores independentes e conselho fiscal. Os princípios básicos que norteiam esta prática são: (i) transparência; (ii) equidade; (iii) prestação de contas (*accountability*); e (iv) responsabilidade corporativa.

Pelo princípio da transparência, entende-se que a administração deve cultivar o desejo de informar não só o desempenho econômico-financeiro da companhia, mas também todos os demais fatores (ainda que intangíveis) que norteiam a ação empresarial. Por equidade entende-se o tratamento justo e igualitário de todos os grupos minoritários, colaboradores, clientes, fornecedores ou credores. A accountability, por sua vez, caracteriza-se pela prestação de contas da atuação dos agentes de governança corporativa a quem os elegeu, com responsabilidade integral daqueles por todos os atos que praticarem. Por fim, responsabilidade corporativa representa uma visão mais ampla da estratégia empresarial, com a incorporação de considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações.

PRÁTICAS DIFERENCIADAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Em 2000, a BM&FBOVESPA introduziu três segmentos especiais para negociação de valores mobiliários no mercado de ações, conhecidos como Níveis 1 e 2 de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa e Novo Mercado. O objetivo foi criar um mercado secundário para valores mobiliários emitidos por companhias abertas brasileiras que sigam as melhores práticas de governança corporativa. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a cumprir boas práticas de governança corporativa e maiores exigências de divulgação de informações em relação àquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e melhoram a qualidade da informação a eles fornecida.

ADESÃO AO NOVO MERCADO

Com o propósito de manter o mais elevado padrão de governança corporativa, celebramos, em 18 de maio de 2007, um contrato com a BM&FBOVESPA objetivando cumprir com os requisitos de listagem do Novo Mercado. As companhias que ingressam no Novo Mercado submetem-se, voluntariamente, a determinadas práticas de governança corporativa e divulgação de informações adicionais em relação ao que é exigido pela legislação brasileira, obrigando-se, por exemplo, a (i) emitir apenas ações ordinárias, (ii) manter, no mínimo, 25% de ações do capital da companhia em circulação, (iii) detalhar e incluir informações adicionais nas informações trimestrais, informações anuais e demonstrações financeiras padronizadas e (iv) disponibilizar as demonstrações financeiras anuais no idioma inglês e com base em princípios de contabilidade internacionalmente aceitos (IFRS e USGAAP). A adesão ao Novo Mercado se dá por meio da assinatura de contrato entre a companhia, seus administradores e acionistas controladores e a BM&FBOVESPA, além da adaptação

do estatuto social da companhia para as regras contidas no Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

Ao assinar os contratos, as companhias devem adotar as normas e práticas impostas pelo Novo Mercado, as quais têm por objetivo conceder transparência com relação às atividades e situação econômica das companhias ao mercado, bem como maiores poderes para os acionistas minoritários de participação na administração das companhias, entre outros direitos. As principais regras relativas ao Novo Mercado, às quais a companhia aderente também está sujeita, são sucintamente descritas a seguir.

Primeiramente, a companhia que tenha intenção de listar seus valores mobiliários no Novo Mercado deve obter e manter atualizado seu registro de companhia aberta junto à CVM. Além disso, a companhia deve, entre outras condições, firmar Contrato de Participação no Novo Mercado e adaptar seu estatuto social às cláusulas mínimas exigidas pela BM&FBOVESPA. Com relação à estrutura do capital social, deve ser dividido exclusivamente em ações ordinárias e uma parcela mínima de ações, representando 25% do capital social, deve ser mantida em circulação pela companhia. Existe, ainda, uma vedação à emissão de partes beneficiárias (ou manutenção em circulação) pelas companhias listadas no Novo Mercado.

O conselho de administração de companhias autorizadas a terem suas ações negociadas no Novo Mercado deve ser composto por, no mínimo, cinco membros, eleitos pela assembleia geral, com mandato unificado de, no máximo, dois anos, sendo permitida a reeleição. Dos membros do Conselho de Administração, ao menos 20% devem ser Conselheiros Independentes. Todos os novos membros do conselho de administração e da diretoria devem subscrever um Termo de Anuência dos Administradores, conforme Regulamento do Novo Mercado, condicionando a posse nos respectivos cargos à assinatura desse documento. Por meio deste Termo de Anuência, os novos administradores da companhia responsabilizam-se pessoalmente a agir em conformidade com o Contrato de Participação no Novo Mercado, com o Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado e com o Regulamento do Novo Mercado.

Dentre outros requisitos impostos às companhias listadas no Novo Mercado, destacam-se: (i) a obrigação de efetivar ofertas públicas de aquisição de ações no mínimo pelo valor econômico sob determinadas circunstâncias, como, por exemplo, quando do cancelamento do registro de negociação no Novo Mercado; (ii) dever de realizar ofertas de distribuição de ações sempre de modo a favorecer a dispersão acionária; (iii) extensão para todos os acionistas das mesmas condições obtidas pelos controladores quando da venda do controle da companhia; (iv) obrigações de prestação de informações não financeiras a cada trimestre, como, por exemplo, o número de ações detidas pelos administradores da companhia e o número de ações em circulação; (v) dever de maior divulgação de operações com partes relacionadas; e (vi) necessária submissão da companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal ao Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBOVESPA para a resolução de conflitos que possam surgir entre eles, relacionados ou oriundos da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no estatuto social da companhia, nas normas editadas pelo CMN, BACEN e CVM, bem como nas demais normas aplicáveis no funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Em decorrência da edição da Resolução do CMN n° 3.456, de 1° de junho de 2007, e posteriores alterações ("Resolução CMN 3.456") que estabeleceram novas regras de aplicação dos recursos das entidades fechadas de previdência complementar, ações de emissão de companhias que adotam práticas diferenciadas de governança corporativa, tais como aquelas cujos valores mobiliários são admitidos a negociação no segmento especial Novo Mercado ou cuja classificação de listagem seja de Nível 1 ou Nível 2 de acordo com a regulamentação emitida pela BM&FBOVESPA, podem ter maior participação na carteira de investimento de tais fundos de pensão. Assim, as ações de companhias que adotam práticas de governança corporativa passaram a ser, desde a edição da

Resolução CMN n° 3.456, um investimento importante e atrativo para as entidades fechadas de previdência complementar, que são grandes investidores do mercado de capitais brasileiro. Este fato poderá impulsionar o desenvolvimento do Novo Mercado, beneficiando as companhias cujos valores mobiliários são ali negociados, inclusive a nossa Companhia.

CÓDIGO DAS MELHORES PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DO IBGC

O "Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa", editado pelo IBGC objetiva indicar os caminhos para todos os tipos de sociedade, de forma a: (i) aumentar o valor da sociedade; (ii) melhorar seu desempenho; (iii) facilitar seu acesso ao capital a custos mais baixos; e (iv) contribuir para sua perenidade, sendo que os princípios básicos inerentes a esta prática são a transparência, a equidade, a prestação de contas e a responsabilidade corporativa. Dentre as práticas de governança corporativa recomendadas pelo IBGC em tal código, adotamos as seguintes:

- Emissão exclusiva de ações ordinárias;
- Política "uma ação igual a um voto";
- Contratação de empresa de auditoria independente para a análise de balanços e demonstrativos financeiros, sendo que esta mesma empresa não é contratada para prestar outros serviços, que comprometam sua independência;
- Estatuto Social claro quanto à (i) forma de convocação da Assembleia Geral; (ii) competências do Conselho de Administração e da Diretoria; (iii) sistema de votação, eleição, destituição e mandato dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria;
- Transparência na divulgação dos relatórios anuais da administração;
- Convocações de assembleia e documentação pertinente disponíveis desde a data da primeira convocação, com detalhamento das matérias da ordem do dia, sempre objetivando a realização de assembleias em horários e locais que permitam a presença do maior número possível de acionistas;
- Fazer constar votos dissidentes nas atas de assembleias ou reuniões, quando solicitado;
- Vedação ao uso de informações privilegiadas e existência de política de divulgação de informações relevantes;
- Previsão estatutária de arbitragem como forma de solução de eventuais conflitos entre acionistas e Companhia;
- Conselheiros com experiência em questões operacionais e financeiras;
- Previsão estatutária de vedação ao acesso de informações e de direito de voto de conselheiros em situações de conflito de interesse;
- A oferta de compra de ações que resulte em transferência de controle deve ser dirigida a todos os acionistas, que terão a opção de vender as suas ações nas mesmas condições do controlador, incluindo a participação no prêmio de controle, se houver; e
- O número de membros do Conselho de Administração varia entre cinco e sete membros.

Para informações adicionais sobre outras práticas de governança corporativa adotadas pela nossa Companhia, vide as Seções "Descrição do Capital Social" e "Administração", nas páginas 281 e 264 deste Prospecto.

DIVIDENDOS E POLÍTICA DE DIVIDENDOS

ALOCAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

Valores Disponíveis para Distribuição

Em cada Assembleia Geral Ordinária, o Conselho de Administração deverá fazer uma recomendação sobre a destinação do lucro líquido do exercício social anterior, que será objeto de deliberação por nossos acionistas. Para fins da Lei das Sociedades por Ações, lucro líquido é definido como o resultado do exercício que remanescer depois de deduzidos os montantes relativos ao imposto de renda e à contribuição social, líquido de quaisquer prejuízos acumulados de exercícios sociais anteriores e de quaisquer valores destinados ao pagamento de participações estatutárias de empregados e administradores no lucro da Companhia.

O nosso Estatuto Social prevê que uma quantia equivalente a, no mínimo, 25% do nosso lucro líquido anual ajustado, conforme reduzido pelas destinações à reserva legal e à reserva para contingências (se houver), e conforme acrescido mediante a reversão de valores da reserva de contingências formada em exercícios anteriores (se houver) e dos lucros registrados na reserva de lucros a realizar, quando realizados e se não tiverem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverá estar disponível para distribuição a título de dividendo ou pagamento de juros sobre o capital próprio, em qualquer ano. Esta quantia representa o dividendo obrigatório. Os cálculos do lucro líquido e alocações para reservas relativas a qualquer exercício social, bem como dos valores disponíveis para distribuição, são determinados com base nas nossas demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Para mais informações, ver "Pagamento de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio", na página 308 deste Prospecto.

Reservas

As reservas de lucros compreendem a reserva legal, a reserva de lucros a realizar, a reserva para contingências, a reserva estatutária e a reserva de retenção de lucros.

Reserva legal

Estamos obrigados a manter reserva legal, à qual deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social até que o valor da reserva seja igual a 20% do capital subscrito. Não obstante, não estamos obrigados a fazer qualquer destinação à reserva legal com relação a qualquer exercício social em que a reserva legal, quando acrescida às outras reservas de capital constituídas, exceder 30% do nosso capital social. Eventuais prejuízos líquidos poderão ser levados a débito da reserva legal. Os valores da reserva legal devem ser aprovados em Assembleia Geral Ordinária de acionistas e podem ser utilizados para aumentar o capital social, não estando, porém, disponíveis para pagamento de dividendos. Em 30 de setembro de 2009, o saldo da nossa conta de reserva legal era de R$ 3,2 milhões.

Reserva de lucros a realizar

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, no exercício social em que o valor do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido, o excesso poderá ser destinado à constituição de reserva de lucros a realizar. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, considera-se realizada a parcela do lucro líquido do exercício que exceder a soma dos seguintes valores: (i) o resultado líquido positivo da equivalência patrimonial; e (ii) o lucro, ganho ou rendimento em operações cujo prazo de realização financeira ocorra após o término do exercício

social seguinte. Os lucros registrados na reserva de lucros a realizar devem ser acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a sua realização, se não tiverem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes. Em 30 de setembro de 2009, não havíamos constituído reserva de lucros a realizar.

Reserva para contingências

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, parte do lucro líquido poderá ser destinada à reserva para contingências com a finalidade de compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável, cujo valor possa ser estimado. Qualquer valor assim destinado em exercício anterior deverá ser revertido no exercício social em que a perda que tenha sido antecipada não venha, de fato, a ocorrer, ou deverá ser baixado na hipótese de a perda antecipada efetivamente ocorrer. Em 30 de setembro de 2009, não havíamos constituído reserva para contingências.

Reserva estatutária

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o estatuto social poderá criar reserva estatutária de lucros desde que indique, de modo preciso e completo: (i) a sua finalidade; (ii) fixe os critérios para determinar a parcela anual dos lucros líquidos que serão destinados à sua constituição; e (iii) estabeleça o limite máximo da reserva. A alocação dos recursos para reservas estatutárias não poderá ocorrer em prejuízo da distribuição do dividendo mínimo obrigatório. Em 30 de setembro de 2009, não havíamos constituído reserva estatutária.

Reserva de retenção de lucros

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral poderá deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital. A destinação de parte do lucro líquido para a reserva de retenção de lucros não pode ocorrer em detrimento do pagamento do dividendo obrigatório. Em 30 de setembro de 2009, o saldo da nossa conta de reserva de retenção de lucros no valor de R$164,8 milhões, sendo que deste valor foi deduzido R$13,0 milhões referente às ações em tesouraria.

O saldo das reservas de lucros, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva para contingências, não poderá ultrapassar o valor do nosso capital social. Uma vez atingido esse limite máximo, os nossos acionistas poderão deliberar sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do nosso capital social, ou na distribuição de dividendos.

Reserva de capital

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, a reserva de capital consiste em ágio na emissão de ações, reserva especial de ágio na incorporação, alienação de partes beneficiárias, alienação de bônus de subscrição, prêmio na emissão de debêntures, incentivos fiscais e doações e subvenções para investimentos. Com a adesão da Companhia ao Novo Mercado, a mesma não poderá emitir partes beneficiárias. O saldo existente na reserva de capital somente poderá ser utilizado para, no caso de companhias listadas no Novo Mercado, incorporação ao capital social, absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; ou resgate, reembolso ou compra de ações. A nossa reserva de capital consiste de reserva de ágio, incentivos fiscais e subvenções para investimentos. As quantias destinadas à nossa reserva de capital não são consideradas para efeito da determinação do dividendo obrigatório. Em 30 de setembro de 2009, não havíamos constituído reserva de capital.

Pagamento de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

O estatuto social de uma companhia brasileira deve especificar um percentual mínimo do lucro disponível para distribuição que deve ser pago aos acionistas a título de dividendo obrigatório, ainda que ele possa ser pago sob a forma de juros sobre o capital próprio. Em linha com a Lei das Sociedades por Ações, o dividendo obrigatório fixado no Estatuto Social da Companhia equivale a um percentual não inferior a 25% do lucro líquido anual ajustado na forma do Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. O pagamento do dividendo obrigatório, todavia, poderá ser limitado ao montante do lucro líquido do exercício que tiver sido realizado, desde que a diferença seja registrada como lucros a realizar. O cálculo do lucro líquido da Companhia, bem como sua destinação para as reservas de lucro e de capital, é feito com base nas demonstrações financeiras anuais da Companhia, preparadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A participação dos administradores no lucro líquido da Companhia não pode exceder a remuneração anual dos administradores ou um décimo dos lucros, o que for menor.

A Lei das Sociedades por Ações permite, entretanto, que uma companhia aberta suspenda a distribuição obrigatória de dividendos, caso a Assembleia Geral aprove a recomendação dos órgãos da administração no sentido de que a distribuição seria desaconselhável em vista da nossa condição financeira. O Conselho Fiscal, se em funcionamento, deve dar parecer à recomendação dos órgãos da administração. Nessa hipótese, a nossa administração deverá apresentar justificativa à CVM para a suspensão. Os lucros não distribuídos em razão da suspensão na forma acima mencionada serão destinados a uma reserva especial e, caso não sejam absorvidos por prejuízos subsequentes, deverão ser pagos, a título de dividendos, tão logo a condição financeira da companhia assim o permita.

Dividendos

Estamos obrigados pela Lei das Sociedades por Ações e pelo Estatuto Social a realizar Assembleia Geral Ordinária até o quarto mês subsequente ao encerramento de cada exercício social na qual, entre outras matérias, os acionistas terão que deliberar sobre a distribuição de dividendo anual. O pagamento de dividendos anuais toma por base as demonstrações financeiras auditadas, referentes ao exercício social imediatamente anterior.

Os titulares de ações na data em que o dividendo for declarado farão jus ao recebimento integral dos dividendos. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, o dividendo anual deve ser pago no prazo de 60 dias a contar de sua declaração, a menos que a deliberação de acionistas estabeleça outra data de pagamento que, em qualquer hipótese, deverá ocorrer antes do encerramento do exercício social em que o dividendo tenha sido declarado.

Para reclamar dividendos (ou pagamentos de juros sobre capital próprio) referentes às suas ações, os acionistas têm prazo de três anos, contados da data em que os dividendos ou juros sobre capital próprio tenham sido postos a sua disposição, após o qual o valor dos dividendos ou juros sobre capital próprio não reclamados reverterá em nosso favor.

O nosso Conselho de Administração pode declarar dividendos intermediários ou juros sobre capital próprio, à conta de lucros apurados em balanço semestral. Adicionalmente, o Conselho de Administração pode determinar o levantamento de balanços em períodos inferiores a seis meses e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio com base nos lucros apurados em tais balanços, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital previstas no parágrafo 1° do art. 182 da Lei das Sociedades por Ações. O Conselho de Administração poderá, ainda, pagar dividendos intermediários ou juros sobre o capital próprio à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. Os pagamentos de dividendos intermediários ou juros sobre capital próprio constituem antecipação do valor de dividendos obrigatórios relativos ao lucro líquido do final do

exercício em que os dividendos intermediários foram pagos, ressalvada a hipótese de não haver dividendos obrigatório.

Juros sobre o capital próprio

Desde 1º de janeiro de 1996, as companhias brasileiras estão autorizadas a pagar juros sobre o capital próprio limitados a titulares de participações acionárias e considerar tais pagamentos dedutíveis para efeito do imposto de renda de pessoa jurídica e, desde 1998, também para efeito da contribuição social sobre o lucro líquido. A dedução fica limitada ao que for maior entre (i) 50% do lucro líquido (após a dedução da contribuição social sobre o lucro líquido e antes de se considerar a referida distribuição e quaisquer deduções referentes ao imposto de renda) do período com relação ao qual o pagamento seja efetuado, e (ii) 50% de lucros acumulados. O pagamento de juros sobre o capital próprio é realizado como forma alternativa de pagamento de dividendos. Os juros sobre o capital próprio ficam limitados à variação *pro rata die* da Taxa de Juros de Longo Prazo, ou TJLP. O valor pago a título de juros sobre o capital próprio, líquido de imposto de renda, poderá ser imputado como parte do valor do dividendo obrigatório. De acordo com a legislação aplicável, somos obrigados a pagar aos acionistas valor suficiente para assegurar que a quantia líquida recebida por eles a título de juros sobre o capital próprio, descontado o pagamento do imposto retido na fonte, acrescida do valor dos dividendos declarados, seja equivalente ao menos ao montante do dividendo obrigatório.

Valores Distribuídos a título de Dividendos ou Juros Sobre o Capital Próprio

A remuneração dos acionistas efetuadas por nós nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008 e para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009 estão indicadas no quadro abaixo:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			**Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009**
	2006	**2007**	**2008**	
		(em milhões de R$)		
Juros sobre o capital próprio	14,3	41,2	0,0	0,0
Dividendos	-	7,8	0,0	0,0
Total	**14,3**	**49,0**	**0,0**	**0,0**

RESPONSABILIDADE SOCIAL, PATROCÍNIO E INCENTIVO CULTURAL

Temos consciência do nosso papel no desenvolvimento social do País e a responsabilidade social como uma de nossas metas em todos os Estados em que atuamos. A cada ano temos contribuído com um volume crescente de recursos financeiros e capital humano para hospitais, entidades beneficientes e projetos sociais, destinando inclusive parte de nossa produção para comunidades carentes em diversas regiões brasileiras das quais se destacam:

Programa Parceiros para a Vida: a Marfrig fornece gratuitamente, todo mês, quase uma tonelada de carne para a alimentação dos hóspedes da Casa Hope; e

HC Vida: a Companhia fez parte do grupo de empresas participantes da 4ª edição do programa de doações para o Hospital de Câncer de Barretos.

Para a sustentabilidade das operações do Grupo Marfrig, a Companhia busca tomar todas as medidas para preservar o meio ambiente e gerar um impacto positivo nas comunidades em que atua, assim, são implantados em suas unidades, Comitês Internos de Meio Ambiente e Responsabilidade Social, com o objetivo de manter a conformidade de suas operações e o atendimento a legislação ambiental com os documentos necessários para cada atividade, no âmbito Municipal, Estadual e Federal, destacando-se os Principios da Comunicação e da Prevenção Ambiental.

Abaixo, algumas ações adotadas pela Companhia em sua divisão de bovinos – Brasil quanto à sustentabilidade:

Parceria com governos estaduais no desenvolvimento de um programa de garantia de origem dos animais, não adquirindo bovinos que constem na lista de áreas embargadas do IBAMA, provenientes de áreas desmatadas no Bioma Amazônico ou que constem na lista do MTE do trabalho escravo. A Companhia reitera seu compromisso em excluir de sua lista de fornecedores a totalidade das fazendas pertencentes a proprietários que tiverem uma única fazenda embargada até que sua situação se encontre regular;

Grupo de Trabalho (GT) de Pecuária Sustentável, iniciativa do IFC / Banco Mundial com intuito de promover a sustentabilidade da cadeia da carne. A Companhia é membro do comitê gestor executivo do GT e presidente da mesa diretora;

Implementação da metodologia de indicadores ambientais (até dezembro de 2009) assim como preparação para certificação de normas ISO 14000; 9001; SA 8000 e OSHAS 18000 (até dezembro de 2011) em nossas unidades. Além disso, será implantado nas unidades um sistema de reciclagem de materiais;

Sistema de tratamento de efluentes através de biodigestores com captura e queima do gás metano, programa de redução de consumo e reutilização de água nas unidades, cuja meta é a redução de consumo de água por tonelada produzida até dezembro de 2010; e

Implantação do programa de impulso pecuário, que é a capacitação e valorização de boas práticas para melhorar a produtividade no campo, a exemplo do que já desenvolvemos em nossas unidades na Argentina e no Uruguai.

Em 22 de setembro de 2009, comprometemo-nos a não adquirir e abater ou comercializar bovinos originários de área do bioma amazônico que tenham sido desmatadas a partir desta data, demonstrando o comprometimento em buscar uma solução de desenvolvimento sustentável para a pecuária. Nesse sentido, a partir da referida data, a Companhia solicitou a BDO Auditores

Independentes, que efetue a auditoria de 100% das aquisições de gado, de forma a corroborar o compromisso da Companhia.

Adicionalmente, possuímos atualmente projetos para a redução de emissão de gases do efeito estufa. A geração de energia elétrica utilizando biomassa, ou seja, a geração de energia por meio do bagaço da cana de açúcar e também geração de crédito de carbono, entre eles: (i) a substituição de combustível fóssil por sebo nas caldeiras de nossas plantas; e (ii) o tratamento de efluentes em reatores anaeróbicos (biodigestores) com captura e queima do gás metano.

Implantamos o tratamento de efluentes via biogestores em nossas plantas de Bataguassu, Porto Murtinho, Promissão I e Promissão II. Se constatado viável por nossas pesquisas de desenvolvimento, implantaremos o mesmo projeto para as nossas plantas de Mineiros, Chupinguaia, Paranatinga e Tangará da Serra.

Como empresa responsável no meio onde desenvolvemos nossas atividades, expressamos nosso interesse em apoiar no indispensável desenvolvimento para o bem-estar dos nossos empregados e das comunidades onde atuamos, através de programas de Responsabilidade Social.

Somos associados ao Instituto Ethos, entidade mantida por um grupo de empresas interessadas em promover o desenvolvimento social sustentado.

Desejamos contribuir para uma sociedade mais justa, priorizando programas de Responsabilidade Social, através da inserção de pessoas na vida cidadã, incluindo-se, entre as ações, a oportunidade de emprego, principalmente nas localidades onde atuamos. Em complemento, poderão ocorrer algumas ações de filantropia, dentro de um contexto onde essas práticas sejam recomendadas.

[Página intencionalmente deixada em branco]

3. ANEXOS

[Página intencionalmente deixada em branco]

Estatuto Social Consolidado da Companhia

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ESTATUTO SOCIAL DA MARFRIG ALIMENTOS S.A.

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º - A Marfrig Alimentos S/A ("Companhia") é uma sociedade por ações que se rege pelo presente Estatuto Social e pela legislação aplicável.

Artigo 2º - A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1912, Conjunto 7-B, podendo instalar e encerrar filiais, agências, depósitos, escritórios, sucursais, representações e quaisquer outros estabelecimentos no País ou no exterior, por deliberação da Diretoria.

Artigo 3º - A Companhia tem por objeto social (a) exploração das atividades frigoríficas, com abate de bovinos, eqüinos, suínos, caprinos, ovinos, aves, bufalinos e a industrialização e comercialização de produtos e subprodutos de origem animal, comestíveis ou não, incluindo-se, mas não limitado à industrialização e comercialização de produtos e subprodutos de couro, em estabelecimento próprio ou de terceiros; (b) compra, venda, distribuição, representação, importação e exportação de produtos alimentícios em geral, inclusive bebidas alcoólicas ou não e outros; (c) compra e venda de bovinos, eqüinos, suínos, caprinos, ovinos, aves, bufalinos em pé; (d) fornecimento de mão de obra efetiva junto a outras empresas; (e) exploração de atividade agropecuária; (f) participação como sócia ou acionista em qualquer empresa de caráter comercial ou civil; (g) distribuição e comercialização de produtos alimentícios em geral; (h) produção, distribuição e comercialização de sabões, preparações para lavagem, desinfetantes, amaciantes e outros produtos de higiene e limpeza; (i) cogeração, produção e comercialização de energia e biodiesel; (j) participação no mercado financeiro, bem como no mercado de crédito de carbono; (k) comercialização e produção de produtos derivados de leguminosas e vegetais, bem como de todos os seus derivados e sucedâneos; rações, conservas, enlatados e gorduras; e (l) transporte de seus produtos e de terceiros; representações e outros empreendimentos correlatos e que forem necessários aos objetivos sociais..

Parágrafo Único – A companhia poderá explorar outros ramos de negócio que tenham afinidade com o objeto expresso no artigo 3º.

Artigo 4º - A Companhia tem prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II

DO CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES

Artigo 5º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito, é de R$140.000.000,00 (cento e quarenta milhões de reais), dividido em 140.000.000 (cento e quarenta milhões) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Artigo 6º - A Companhia fica autorizada, mediante deliberação do Conselho de Administração, a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, com emissão de até 200.000.000 (duzentas milhões) de ações ordinárias.

Parágrafo 1º - O Conselho de Administração fixará as condições da emissão de ações referida no caput acima, inclusive preço e prazo de integralização, podendo, dentro do limite do capital autorizado, deliberar a emissão de bônus de subscrição.

Parágrafo 2º - Dentro do limite do capital autorizado e de acordo com o plano aprovado pela Assembléia Geral, o Conselho de Administração poderá autorizar a Companhia a outorgar opção de compra de ações a seus administradores, empregados e prestadores de serviços, assim como aos administradores, empregados e prestadores de serviços de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia, sem direito de preferência para os acionistas.

Parágrafo 3º - É vedado à Companhia emitir partes beneficiárias.

Artigo 7º - O capital social será representado exclusivamente por ações ordinárias e a cada ação ordinária corresponderá o direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral.

Artigo 8º - Todas as ações da Companhia serão nominativas ou escriturais e, caso sejam escriturais, serão mantidas em conta de depósito junto a instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários.

Parágrafo Único - Observados os limites máximos fixados pela Comissão de Valores Mobiliários, o custo de transferência e averbação, assim como o custo do serviço relativo às ações escriturais poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição depositária, conforme definido em contrato de escrituração de ações.

Artigo 9º - A critério do Conselho de Administração, poderá ser realizada emissão, sem direito de preferência ou com redução do prazo de que trata o §4º do art. 171 da Lei nº 6.404/76, de ações e debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do capital autorizado.

CAPÍTULO III

DOS ÓRGÃOS DA COMPANHIA

SEÇÃO I

DA ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 10 - A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano e, extraordinariamente, quando convocada, nos termos da legislação aplicável ou deste Estatuto.

Artigo 11 - A Assembléia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, por qualquer membro do Conselho de Administração ou, na ausência deste, por acionista ou administrador da Companhia escolhido pela maioria de votos dos presentes, cabendo ao Presidente da Assembléia Geral indicar o secretário, que poderá ser acionista ou não da Companhia.

Artigo 12 - Compete à Assembléia Geral, além das atribuições previstas em lei e neste Estatuto Social:

I. eleger e destituir os membros do Conselho de Administração, bem como indicar o Presidente do Conselho de Administração;

II. fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;

III. tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;

IV. reformar o Estatuto Social;

V. deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação da Companhia, ou de qualquer sociedade na Companhia;

VI. aprovar planos de outorga de opção de compra de ações aos seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas, direta ou indiretamente, pela Companhia;

VII. deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos;

VIII. eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;

IX. deliberar o pedido de cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia e saída do segmento especial de Listagem denominado Novo Mercado ("Novo Mercado") da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA ("BOVESPA");

X. escolher a empresa especializada responsável pela preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado, conforme previsto no Capítulo V deste Estatuto Social, dentre as empresas indicadas pelo Conselho de Administração; e

XI. deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

SEÇÃO II

DA ADMINISTRAÇÃO

Sub-Seção I

Disposições Gerais

Artigo 13 - A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria.

Parágrafo 1º - A investidura dos administradores da Companhia nos seus cargos far-se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo administrador empossado, dispensada qualquer garantia de gestão.

Parágrafo 2º - A partir da adesão pela Companhia ao Novo Mercado da BOVESPA, a posse dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria é condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores, conforme previsto no Regulamento do Novo Mercado. Os administradores deverão comunicar à Companhia, e, se for o caso, à CVM e à BOVESPA, a titularidade e as negociações realizadas com valores mobiliários de emissão da Companhia, nos termos da lei e da regulamentação em vigor.

Parágrafo 3º - Os administradores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos.

Artigo 14 - A Assembléia fixará um limite de remuneração global anual para distribuição entre os administradores e caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre a remuneração individual dos administradores, observado o disposto neste Estatuto.

Artigo 15 - Observada convocação regular na forma deste Estatuto Social, qualquer dos órgãos de administração se reúne validamente com a presença da maioria de seus membros e delibera pelo voto da maioria dos presentes.

Parágrafo Único - Somente será dispensada a convocação prévia de todos os administradores para reunião, como condição de sua validade, se estiverem presentes todos os membros do órgão a se reunir, admitida, para este fim, verificação de presença mediante apresentação de votos por escrito entregues por outro membro ou enviados à Companhia previamente à reunião.

Sub-Seção II

Conselho de Administração

Artigo 16 - O Conselho de Administração será composto de no mínimo 05 (cinco) e, no máximo 11 (onze) membros, todos acionistas, eleitos pela Assembléia Geral, com mandato unificado de 02 (dois) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo 1º - Na Assembléia Geral Ordinária, os acionistas deverão deliberar qual o número efetivo de membros do Conselho de Administração.

Parágrafo 2º - No mínimo 20% (vinte por cento) dos membros do Conselho de Administração da Companhia deverão ser Conselheiros Independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, sendo que a condição de Conselheiro Independente deverá constar obrigatoriamente na ata da Assembléia Geral de Acionistas que eleger referido(s) membro(s). Quando, em decorrência da observância do percentual referido neste Parágrafo 2º, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro: (i) imediatamente superior, quando a fração for igual ou superior a 0,5, ou (ii) imediatamente inferior, quando a fração for inferior a 0,5.

Parágrafo 3º - Também serão considerados Conselheiros Independentes aqueles eleitos mediante a faculdade prevista no Artigo 141, Parágrafos 4º e 5º, da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 4º - Os membros do Conselho de Administração serão investidos nos seus cargos mediante a assinatura de termo lavrado em livro próprio. Os membros do Conselho de Administração deverão permanecer em seus cargos e no exercício de suas funções até que sejam eleitos seus substitutos, exceto se de outra forma for deliberado pela Assembléia Geral de Acionistas.

Parágrafo 5º - O membro do Conselho de Administração deve ter reputação ilibada, não podendo ser eleito, salvo dispensa da Assembléia Geral, aquele que (i) ocupar cargos em sociedades que

possam ser consideradas concorrentes da Companhia; ou (ii) tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia; não poderá ser exercido o direito de voto pelo membro do Conselho de Administração caso se configurem, supervenientemente, os mesmos fatores de impedimento.

Parágrafo 6º - O membro do Conselho de Administração não poderá ter acesso a informações ou participar de reuniões de Conselho de Administração relacionadas a assuntos sobre os quais tenha ou represente interesse conflitante com a Companhia, ficando expressamente vedado o exercício do seu direito de voto.

Parágrafo 7º - O Conselho de Administração, para melhor desempenho de suas funções, poderá criar comitês ou grupos de trabalho com objetivos definidos, sendo integrados por pessoas por ele designadas dentre os membros da administração e/ou outras pessoas que não façam parte da administração da Companhia.

Artigo 17 - O Presidente do Conselho de Administração será indicado pela Assembléia Geral.

Parágrafo 1º - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as Assembléias Gerais e as reuniões do Conselho de Administração e em caso de ausência ou impedimento temporário, essas funções deverão ser exercidas por outro membro do Conselho de Administração escolhido pela maioria dos demais membros.

Parágrafo 2° - Ocorrendo vacância no Conselho de Administração que não resulte em composição inferior à maioria dos cargos do órgão, de acordo com o número de conselheiros efetivos deliberado pela assembléia Geral, os demais membros do Conselho de Administração poderão (i) nomear substituto(s), que deverão permanecer no cargo até o final do mandato do(s) membro(s) substituído(s); ou (ii) optar por deixar vago(s) o(s) cargo(s) do(s) membro(s) vacante(s), desde que seja respeitado o número mínimo de membros previsto no caput do Artigo 16.

Parágrafo 3° - Ocorrendo vacância no Conselho de Administração que resulte em composição inferior à maioria dos cargos do órgão, de acordo com o número de conselheiros efetivos deliberado pela Assembléia Geral, o Conselho de Administração deverá convocar Assembléia Geral para eleger substituto(s) que deverão permanecer no cargo até o final do mandato do(s) membro(s) substituído(s).

Parágrafo 4º - Nas deliberações do Conselho de Administração, será atribuído ao Presidente do órgão, além do voto próprio, o voto de qualidade, no caso de empate na votação em decorrência de eventual composição de número par de membros do Conselho de Administração. Cada conselheiro terá direito a 1 (um) voto nas deliberações do órgão.

Artigo 18 - O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que convocado pelo Presidente do Conselho de Administração. As reuniões do Conselho poderão ser realizadas, excepcionalmente, por conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação no qual haja prova inequívoca da manifestação de voto.

Parágrafo 1º - As convocações para as reuniões serão feitas por escrito com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, por meio de carta, telegrama, fax, e-mail ou qualquer forma que permita a comprovação do recebimento da convocação pelo destinatário, devendo conter a ordem do dia e serem acompanhadas de documentação relativa à ordem do dia.

Parágrafo 2º - Todas as deliberações do Conselho de Administração constarão de atas lavradas no respectivo livro do Conselho e assinadas pelos conselheiros presentes.

Parágrafo 3º - Nas reuniões do Conselho de Administração são admitidos o voto escrito antecipado e o voto proferido por fax, correio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação, computando-se como presentes os membros que assim votarem.

Parágrafo 4º - As deliberações do Conselho de Administração serão sempre tomadas pelo voto favorável da maioria dos membros presentes à reunião.

Artigo 19 - Compete ao Conselho de Administração, além de outras atribuições que lhe sejam atribuídas por lei ou no presente Estatuto:

I. Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;

II. Eleger e destituir os Diretores da Companhia;

III. Estabelecer ou alterar o valor de alçada da Diretoria para a emissão de quaisquer instrumentos de crédito para a captação de recursos, sejam eles debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real, “bonds”, “notes”, “commercial papers”, ou outros de uso comum no mercado, bem como para fixar as suas condições de emissão e resgate, podendo, nos casos que definir, exigir a prévia autorização do Conselho de Administração como condição de validade do ato;

IV. Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;

V. Escolher e destituir os auditores independentes da Companhia;

VI. Convocar os auditores independentes para prestar os esclarecimentos que entender necessários;

VII. Apreciar o Relatório da Administração e as contas da Diretoria e deliberar sobre sua submissão à Assembléia Geral;

VIII. Aprovar os orçamentos anuais da Companhia e suas respectivas alterações;

IX. Manifestar previamente qualquer proposta a ser submetida à deliberação da Assembléia Geral;

X. Autorizar a emissão de ações da Companhia, nos limites autorizados no Artigo 6º deste Estatuto, fixando as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização, podendo, ainda, excluir (ou reduzir prazo para) o direito de preferência nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei;

XI. Deliberar sobre a aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão, ou sobre o lançamento de opções de venda e compra, referenciadas em ações de emissão da Companhia, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação;

XII. Deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição;

XIII. Outorgar opção de compra de ações a seus administradores, empregados e prestadores de serviços, assim como aos administradores, empregados e prestadores de serviços de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia, sem direito de preferência para os acionistas nos termos dos programas aprovados em Assembléia Geral;

XIV. Autorizar a Companhia a prestar garantias a obrigações de suas controladas e/ou subsidiárias integrais, cujo valor seja superior ao valor de alçada estabelecido nos termos do Parágrafo Único abaixo;

XV. Aprovar qualquer aquisição ou alienação de bens do ativo permanente, cujo valor seja superior ao valor de alçada estabelecido nos termos do Parágrafo Único abaixo, ressalvado o disposto no item XVI abaixo;

XVI. Autorizar a participação da Companhia como acionista ou quotista em outras sociedades, ou a associação da Companhia com outras sociedades para a formação de joint ventures;

XVII. Aprovar a criação de ônus reais sobre os bens da Companhia ou a outorga de garantias a terceiros, independentemente de valor e ressalvado o disposto no item XIV acima;

XVIII. Aprovar a obtenção de qualquer financiamento ou empréstimo, incluindo operações de leasing, em nome da Companhia, não prevista no orçamento anual, cujo valor seja superior ao valor de alçada estabelecido nos termos do Parágrafo Único abaixo;

XIX. Aprovar qualquer transação ou conjunto de transações cujo valor anual seja igual ou superior ao valor de alçada da diretoria definido pelo Conselho de Administração, envolvendo a Companhia e qualquer Parte relacionada, direta ou indiretamente. Para fins desta disposição, entende-se como parte relacionada qualquer administrador da Companhia, empregado ou acionista que detenha, direta ou indiretamente, mais de 10% (dez por cento) do capital social da Companhia;

XX. Autorizar a cessão do uso, alienar, transferir ou licenciar qualquer tipo de propriedade intelectual ou industrial que pertença à Companhia;

XXI. Deliberar previamente sobre operações de cisão, fusão, incorporação, dissolução ou liquidação, ou qualquer outra operação de reorganização societária com efeitos semelhantes envolvendo qualquer das sociedades controladas da Companhia; e

XXII. Atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;

Parágrafo Único – Parágrafo Único – O Conselho de Administração poderá estabelecer alçadas para a diretoria praticar quaisquer dos atos referidos nos itens III, XV, XVIII, XX, observados limites de valor por ato ou série de atos.

Sub-Seção III

Da Diretoria

Artigo 20 - A Diretoria será composta de 2 (dois) a 7 (sete) Diretores, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Operacional, um Diretor de Relações com Investidores, um Diretor Administrativo-Financeiro e os demais Diretores sem designação específica. O cargo de Diretor de Relações com Investidores poderá ser exercido cumulativamente com o cargo de qualquer outro Diretor, conforme determinação do Conselho de Administração.

Parágrafo 1º - Os Diretores serão eleitos para mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos.

Parágrafo 2º - Os membros da Diretoria não reeleitos permanecerão no exercício dos respectivos cargos até a posse dos novos Diretores.

Parágrafo 3º - Na hipótese de impedimento definitivo ou vacância do cargo o Conselho de Administração deverá ser imediatamente convocado para eleição de substituto.

Parágrafo 4º - A ausência ou impedimento de qualquer Diretor por período contínuo superior a trinta dias, exceto se autorizada pelo Conselho de Administração, determinará o término do respectivo mandato, aplicando-se o disposto no parágrafo 3º deste artigo.

Parágrafo 5º - Um Diretor não poderá substituir, simultaneamente, mais do que um outro Diretor.

Parágrafo 6º - A Diretoria reunir-se-á por convocação de seu Diretor Presidente ou por quaisquer dois membros em conjunto, sempre que os interesses sociais o exigirem. As reuniões da Diretoria, que se realizarão na sede social, serão instaladas com a presença da maioria de seus membros, dentre eles necessariamente o Diretor Presidente ou a maioria absoluta dos membros da Diretoria, sendo as respectivas deliberações tomadas pelo voto da maioria dos membros presentes, ressalvado que no caso de empate, será atribuído ao Diretor Presidente o voto qualificado para aprovar ou rejeitar a matéria em discussão. Serão lavradas no Livro competente atas com as correspondentes deliberações.

Artigo 21 - Compete aos Diretores administrar e gerir os negócios da Companhia, especialmente:

I. Cumprir e fazer cumprir este Estatuto e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembléia Geral;

II. Submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de aplicação dos lucros apurados no exercício anterior;

III. Submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual da Companhia;

IV. Apresentar trimestralmente ao Conselho de Administração o balancete econômico-financeiro e patrimonial detalhado da Companhia e suas controladas;

V. Emitir e aprovar instruções e regulamentos internos que julgar útil ou necessário; e

VI. Representar a Companhia ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, observado o previsto no artigo 26.

Artigo 22 - Compete ao Diretor Presidente coordenar a ação dos Diretores e dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia, além das funções, atribuições e poderes a ele cometidos pelo Conselho de Administração, e observadas a política e orientação previamente traçadas pelo Conselho de Administração:

I. Convocar e presidir as reuniões da Diretoria;

II. Superintender as atividades de administração da Companhia, coordenando e supervisionando as atividades dos membros da Diretoria;

III. Coordenar a política de pessoal, organizacional, gerencial, operacional e de marketing da Companhia;

IV. Anualmente, elaborar e apresentar ao Conselho de Administração o plano anual de negócios e o orçamento anual da Companhia; e

V. Administrar os assuntos de caráter societário em geral.

Artigo 23 - Compete ao Diretor Operacional, além das funções, atribuições e poderes a ele concedidos pelo Conselho de Administração, e observadas a política e orientação previamente traçadas pelo Conselho de Administração:

I. superintender e dirigir as atividades das áreas de fusões e aquisições, expansão, engenharia, marketing e vendas da Companhia;

II. recomendar qualquer operação de aquisição de empresas, observados os termos e condições deste Estatuto Social e das legislação aplicável; e

III. recomendar qualquer investimento em ativo imobilizado, por meio da aprovação isolada do projeto do investimento ou de aprovação de um orçamento geral para um projeto ou departamento, observando as diretrizes previamente estabelecidas pela Assembléia Geral e pelo Conselho de Administração da Companhia.

Artigo 24 - Compete ao Diretor de Relações com Investidores prestar informações ao público investidor, à Comissão de Valores Mobiliários e às bolsas de valores e mercados de balcão organizado em que a Companhia estiver registrada, e manter atualizado o registro de companhia aberta da Companhia, cumprindo toda a legislação e regulamentação aplicável às companhias abertas.

Artigo 25 - Compete ao Diretor Administrativo-Financeiro, além das funções, atribuições e poderes a ele concedidos pelo Conselho de Administração, e observadas a política e orientação previamente traçadas pelo Conselho de Administração:

I. propor alternativas de financiamento e aprovar condições financeiras dos negócios da Companhia;

II. administrar o caixa e as contas a pagar e a receber da Companhia; e

III. dirigir as áreas contábil, de planejamento financeiro e fiscal/tributária.

Artigo 26 - A Companhia será representada da seguinte forma:

(a) pelo Diretor Presidente, isoladamente;

(b) por 2 (dois) diretores em conjunto, sendo um deles necessariamente o Diretor Presidente;

(c) por qualquer diretor em conjunto com um procurador indicado pelo Diretor Presidente; ou

(d) por 2 (dois) procuradores em conjunto, indicados pelo Diretor Presidente.

Parágrafo Único – As procurações serão sempre outorgadas em nome da Companhia na forma do item (a) acima, e terão prazo de validade limitado ao máximo de um ano, ressalvado que as procurações para fins de representação judicial ou em processos administrativos poderão ser outorgadas por prazo de validade indeterminado.

SEÇÃO III

DO CONSELHO FISCAL

Artigo 27 - O Conselho Fiscal da Companhia, com as atribuições estabelecidas em lei, será composto de 03 (três) a 05 (cinco) membros e igual número de suplentes.

Parágrafo 1º - O Conselho Fiscal não funcionará em caráter permanente e somente será instalado mediante solicitação dos acionistas, de acordo com as disposições legais.

Parágrafo 2º - A partir da adesão pela Companhia ao Novo Mercado da BOVESPA, a posse dos membros do Conselho Fiscal é condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal, conforme previsto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado. Os membros do Conselho Fiscal deverão, imediatamente após a investidura nos respectivos cargos, comunicar à BOVESPA a quantidade e as características dos valores mobiliários de emissão da Companhia de que sejam titulares direta ou indiretamente, inclusive seus derivativos.

CAPÍTULO IV

DO EXERCÍCIO SOCIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Artigo 28 - O exercício social se inicia em 1º de janeiro e se encerra em 31 de dezembro de cada ano.

Parágrafo 1º - Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, com observância dos preceitos legais pertinentes, as demonstrações financeiras requeridas em Lei e no Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo 2º - Fará parte das demonstrações financeiras do exercício, proposta da administração sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, com observância do disposto neste Estatuto e na legislação aplicável.

Parágrafo 3º - O lucro líquido do exercício terá obrigatoriamente a seguinte destinação:

(a) 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito;
(b) pagamento de dividendo obrigatório, observado o disposto no artigo 33 deste Estatuto e a legislação aplicável;
(c) constituição de reserva de lucros e distribuição de dividendos além dos dividendos obrigatórios nos termos da Lei nº 6.404/76.

Artigo 29 - Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício, a título de dividendos, um percentual mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o lucro líquido do exercício, com os seguintes ajustes:

I. o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências; e

II. o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas.

Parágrafo 1º - Sempre que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a administração poderá propor, e a Assembléia Geral aprovar, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº. 6.404/76).

Parágrafo 2º - A Assembléia poderá atribuir aos administradores da Companhia ou de suas sociedades controladas uma participação nos lucros, observados os limites legais pertinentes. É condição para pagamento de tal participação a atribuição aos acionistas do dividendo mínimo obrigatório a que se refere este artigo.

Parágrafo 3º - A Companhia poderá levantar balanços semestrais ou em períodos menores. Observadas as condições impostas por lei, o Conselho de Administração poderá: (a) deliberar a distribuição de dividendos a débito da conta de lucro apurado em balanço semestral ou em períodos menores ad referendum da Assembléia Geral; e (b) declarar dividendos intermediários a débito da conta de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo 4º - Os dividendos não reclamados em três anos prescrevem em favor da Companhia.

Parágrafo 5° - O Conselho de Administração deliberará sobre proposta da Diretoria de pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio, ad referendum da Assembléia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados, sendo que os valores correspondentes aos juros sobre capital próprio deverão ser imputados ao dividendo obrigatório.

CAPÍTULO V

DA ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO, DO CONTROLE DIFUSO, DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA E DA SAÍDA DO NOVO MERCADO

Artigo 30 - Caso ocorra a alienação do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, essa alienação deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante.

Artigo 31 - A oferta pública referida no artigo anterior também deverá ser efetivada:

I. nos casos em que houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na alienação do controle da Companhia; ou

II. em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o poder de controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o controlador alienante ficará obrigado a declarar à BOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que o comprove.

Artigo 32 - Aquele que já detiver ações da Companhia e venha a adquirir o poder de controle da mesma, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a:

I. efetivar a oferta pública referida no Artigo 31 deste Estatuto Social; e

II. ressarcir os acionistas dos quais tenha comprado ações em bolsa de valores nos 6 (seis) meses anteriores à data da alienação de controle, devendo pagar a estes a eventual diferença entre o preço pago ao acionista controlador alienante e o valor pago em bolsa de valores por ações da

Companhia nesse mesmo período, devidamente atualizado até o momento do pagamento pelo IPCA.

Artigo 33 - Na oferta pública de aquisição de ações a ser efetivada pelo acionista controlador ou pela Companhia para o cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao valor econômico apurado em laudo de avaliação referida no Artigo 35 deste Estatuto Social.

Artigo 34 - Caso os acionistas reunidos em Assembléia Geral Extraordinária deliberem: (i) a saída da Companhia do Novo Mercado, de modo que suas ações deixem de ter registro no Novo Mercado, ou (ii) a reorganização societária da qual a companhia resultante não seja admitida para negociação no Novo Mercado, o acionista, ou grupo de acionistas, que detiver o poder de controle da Companhia deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações dos demais acionistas, no mínimo, pelo seu respectivo valor econômico, a ser apurado em laudo de avaliação, referido no Artigo 35 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Artigo 35 - O laudo de avaliação de que tratam os artigos 33 e 34 deste Estatuto Social deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independente quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e controladores, devendo o laudo também satisfazer os requisitos do parágrafo 1º do artigo 8º da Lei nº 6.404/76 e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º do mesmo artigo de referida Lei.

Parágrafo 1º - A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico da Companhia é de competência privativa da Assembléia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada por maioria dos votos dos acionistas representantes das ações em circulação presentes na Assembléia Geral que deliberar sobre o assunto, que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de ações em circulação ou, se instalada em segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas representantes das ações em circulação.

Parágrafo 2º - Os custos de elaboração do laudo de avaliação exigido deverão ser assumidos integralmente pelo ofertante.

Artigo 36 - A Companhia não registrará qualquer transferência de ações para o comprador do poder de controle, ou para aquele(s) que vier(em) a deter o poder de controle, enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores, a que alude o Regulamento do Novo Mercado. A Companhia tampouco registrará acordo de acionista que disponha sobre o exercício do poder de controle enquanto seus signatários não subscreverem o referido Termo de Anuência dos Controladores.

Artigo 37 - É facultada a formulação de uma única oferta pública de aquisição de ações, visando a mais de uma das finalidades previstas neste Capítulo V, no Regulamento do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM,

desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública de aquisição de ações e não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável.

Artigo 38 – A Companhia ou os acionistas responsáveis pela efetivação da oferta pública de aquisição de ações prevista neste Capítulo V, no Regulamento do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM poderão assegurar sua realização por intermédio de qualquer acionista, terceiro e, conforme o caso, pela Companhia. A Companhia ou o acionista, conforme o caso, não se eximem da obrigação de efetivar a oferta pública de aquisição de ações até que a mesma seja concluída com observância das regras aplicáveis.

Artigo 39 - Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela Assembléia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei n° 6.404/76.

CAPÍTULO VI

DA ARBITRAGEM

Artigo 40 - A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei nº 6.404/76, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, do Contrato de Participação no Novo Mercado e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

CAPÍTULO VII

DA LIQUIDAÇÃO DA COMPANHIA

Artigo 41 - A Companhia entrará em liquidação nos casos determinados em lei, cabendo à Assembléia Geral eleger o liquidante ou liquidantes, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar nesse período, obedecidas as formalidades legais.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 42 - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais.

Artigo 43 - As disposições contidas no Artigo 16, parágrafo 2º e no Capítulo V deste Estatuto Social somente terão eficácia a partir da data de publicação do Anúncio de Início de Distribuição Pública de Ações referente à primeira distribuição pública de ações de emissão da Companhia objeto do pedido de registro nº RJ/2007-03628, protocolado na CVM em 18 de abril de 2007.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Ata de Reunião do Conselho de Administração da Companhia de 21 de setembro de 2009 que aprovou a Oferta

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

JUCESP PROTOCOLO
0.829.693/09-9

Marfrig Alimentos S.A.

CNPJ/MF n.º 03.853.896/0001-40
NIRE 35.300.341.031

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 21 de setembro de 2009

1. **Local, hora e data**: Aos 21 dias do mês de setembro de 2009, às 10:00 horas, na sede social da Marfrig Alimentos S.A. ("Companhia"), situada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1912, Conjunto 7-B, CEP 01451-000, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

2. **Presenças**: A totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia.

3. **Mesa**: Presidente: Sr. Marcos Antonio Molina dos Santos. Secretário: Dr. Heraldo Geres.

4. **Ordem do dia**: Deliberar sobre: **(i)** ratificar o texto do *caput* do artigo 5° do estatuto social da Companhia, *ad referendum* da Assembléia Geral, considerando a homologação do capital social da Companhia, no valor de R$ 2.559.718.051,00 (dois bilhões, quinhentos e cinqüenta e nove milhões, setecentos e dezoito mil e cinqüenta e um reais), dividido em 267.943.954 (duzentas e sessenta e sete milhões, novecentas e quarenta e três mil novecentas e cinquenta e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, representando nesta data 100% (cem por cento) do Capital Social da Companhia; **(ii)** a autorização para o aumento do capital social autorizado da Companhia, *ad referendum* da Assembléia Geral, independentemente de reforma estatutária, com emissão de até 232.056.046 (duzentas e trinta e dois milhões, cinqüenta e seis mil e quarenta e seis) ações ordinárias adicionais, perfazendo um capital autorizado, incluído o atual Capital Social da Companhia, a ser ratificado conforme item acima, de 500.000.000 (quinhentas milhões) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; **(iii)** a autorização para a realização de distribuição pública primária de ações ordinárias de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado ("Oferta" e "Ações"), sob coordenação do Banco Bradesco BBI S.A. ("Bradesco BBI" ou "Coordenador Líder"), do Banco Santander S.A. ("Santander"), do BB Investimentos S.A. ("BB Investimentos"), do Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. ("Credit Suisse") e do Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA" e, em conjunto com o Coordenador Líder, "Coordenadores") e com a participação de determinadas instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição ("Coordenadores Contratados"), e com instituições intermediárias autorizadas a operar na BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA") que farão parte exclusivamente do esforço de colocação de Ações a investidores não-institucionais, conforme definidos abaixo ("Corretoras" e, em conjunto com os Coordenadores Contratados, "Instituições Participantes da Oferta"), e contará, ainda, com esforços de venda das Ações no exterior, por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN"), pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), a serem realizados por Bradesco Securities Inc., Banco do Brasil Securities LLC, BB Securities Limited, Itaú USA Securities Inc. e Santander Investment Securities Inc., ("Agentes de Colocação Internacional"), exclusivamente para investidores institucionais qualificados residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, conforme definidos na Regra 144A do *Securites Act* de 1933, dos Estados Unidos da América, conforme alterada ("Regra 144A" e "*Securites Act*", respectivamente), nos termos de isenções de registro previstas no *Securities Act*, e, nos demais países, exceto no Brasil e nos Estados Unidos da América, em conformidade com os procedimentos previstos no Regulamento S do *Securities Act* ("Regulamento S"), e de acordo com a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor (em conjunto, "Investidores Institucionais Estrangeiros"); **(iv)** a autorização para o aumento de capital da Companhia dentro do limite do capital autorizado, nos termos do seu Estatuto Social, mediante emissão de ações ordinárias, a serem objeto da distribuição primária de ações, sendo que tais ações farão jus ao recebimento de dividendos que

forem declarados pela Companhia a partir da data de sua subscrição e a todos os demais benefícios que forem conferidos às demais ações ordinárias de emissão da Companhia a partir de então, em igualdade de condições com as demais ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e do Estatuto Social da Companhia; **(v)** fica aprovada a outorga ao Coordenador Líder, nos termos do artigo 24, caput da Instrução CVM 400, de uma opção a ser exercida, total ou parcialmente, pelo Coordenador Líder, após notificação aos Coordenadores, para a aquisição de um lote suplementar que, considerando o número de ações de emissão da Companhia a serem alienadas no âmbito da Oferta, seja equivalente a até 15% das Ações inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta. A Opção de Ações Suplementares será destinada exclusivamente a atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta e poderá ser exercida a partir da data de assinatura do Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de emissão da Companhia ("Contrato de Distribuição") e por um período de até 30 (trinta) dias contados, contados a partir do primeiro dia útil (inclusive) após a publicação do anúncio de início da Oferta, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas, desde que a decisão de sobrealocação das Ações no momento da precificação da Oferta tenha sido tomada em comum acordo entre os Coordenadores. Sem prejuízo da Opção de Ações do Lote Suplementar, a quantidade de Ações inicialmente ofertadas poderá, a critério da Companhia, ser aumentada em até 20% do total de Ações inicialmente ofertadas ("Ações Adicionais"), conforme dispõe o artigo 14, parágrafo 2º da Instrução CVM nº. 400; **(vi)** a confecção e impressão do Prospecto Preliminar e do *Preliminary Offering Memorandum* e a realização de *roadshow* relativo ao esforço de colocação das Ações, no Brasil e no exterior, de acordo com o calendário a ser definido pelos Coordenadores; **(vii)** a autorização para os membros da Diretoria tomarem todas as providências e praticarem todos os atos necessários à consecução do aumento de capital social da Companhia, dentro do seu limite de capital autorizado, bem como negociarem e assinarem, em nome e por conta da Companhia, todos os documentos e contratos necessários à realização da Oferta, incluindo o Contrato de Distribuição, o Contrato de Estabilização e o *Placement Facilitation Agreement*, além de tomarem todas as medidas necessárias para a consecução da Oferta; **(viii)** a ratificação dos atos já praticados pela Diretoria da Companhia com vistas à realização da Oferta; **(ix)** a convocação da Assembléia Geral Extraordinária para fins de ratificação de tudo quanto deliberado nessa reunião.

5. **Deliberações tomadas por unanimidade:** Aprovação relativa aos itens (i), (ii), (iii), (iv), (v), (vi), (vii), (viii) e (ix) acima.

6. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lavrada, lida, aprovada e assinada pela totalidade dos presentes e pelo Presidente e Secretário da Mesa. São Paulo, 21 de setembro de 2009. **Assinaturas**: Presidente da Mesa: Marcos Antonio Molina dos Santos. Secretário: Heraldo Geres. **Membros do Conselho de Administração presentes:** Marcos Antonio Molina dos Santos, Márcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos, Rodrigo Marçal Filho, David G. McDonald, Marcelo Correa, Carlos Geraldo Langoni e Antonio Maciel Neto.

São Paulo, 21 de setembro de 2009.

A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.

Marcos Antonio Molina dos Santos
Presidente

Heraldo Geres
Secretário

SECRETARIA DA FAZENDA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO 375.874/09-4
KÁTIA REGINA BUENO DE GODOY SECRETÁRIA GERAL
JUCESP

Ata de Reunião do Conselho de Administração da Companhia de [•] de [•] de 2009 que aprovou o aumento de capital e o Preço por Ação

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Marfrig Alimentos S.A.

CNPJ/MF n.º 03.853.896/0001-40
NIRE 35.300.341.031

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM [●] de [●] de 2009

1. **Local, hora e data**: Aos [●] dias do mês de [●] de 2009, às [●] horas, na sede social da Marfrig Alimentos S.A. ("Companhia"), situada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1912, Conjunto 7-B, CEP 01451-000, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

2. **Presenças**: A totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia.

3. **Mesa**: Presidente: Sr. [●]. Secretário: Sr. [●].

4. **Ordem do dia**: Deliberar sobre: **(i)** aprovação do aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado, mediante emissão e alienação de ações ordinárias a serem distribuídas por oferta pública primária de ações no Brasil e com esforços de venda no exterior; **(ii)** fixação do preço de emissão das ações objeto do aumento de capital social e respectiva justificativa; **(iii)** exclusão do direito de preferência dos acionistas da Companhia na subscrição das novas ações ordinárias; **(iv)** determinação da forma de subscrição e integralização das ações a serem emitidas; **(v)** determinação dos direitos que as ações a serem emitidas conferirão a seus titulares; **(vi)** aprovação do Prospecto Definitivo utilizado na distribuição pública primária; e **(vii)** destinação dos recursos a serem auferidos pela Companhia em decorrência do aumento de capital.

5. **Deliberações tomadas por unanimidade**: Foram tomadas as seguintes deliberações, por unanimidade de votos:

(i) Foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R$[●] ([●]) o qual passará de R$[●] ([●]) para R$[●] ([●]), e a destinação de R$[●] ([●]) para a conta de reserva de capital, mediante a emissão de [●] ([●]) ações ordinárias ("Ações da Oferta"), todas nominativas escriturais e sem valor nominal, que serão objeto de distribuição pública primária a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, sob coordenação do Banco Bradesco BBI S.A. ("Bradesco BBI" ou "Coordenador Líder"), do Banco Santander S.A. ("Santander"), do BB Investimentos S.A. ("BB Investimentos"), do Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. ("Credit Suisse") e do Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA" e, em conjunto com o Coordenador Líder, "Coordenadores"), a qual foi aprovada pela Companhia na Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em [●] de [●] de 2009. Serão realizados esforços de venda no exterior, por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional, Banco Central do Brasil e Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos Estados Unidos da América, para investidores institucionais qualificados, conforme definido na *Rule* 144A editada pela *Securities and Exchange Commission* ("SEC"), em operações isentas de registro em conformidade com o disposto no *Securities Act* de 1933 ("*Securities Act*") e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act* e, nos demais países, de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor e em conformidade com a *Regulation* S editada pela SEC ("Oferta");

(ii) Foi aprovado o preço de emissão das Ações da Oferta de R$[●] ([●]) por ação, com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento ("Procedimento de *Bookbuilding*") conduzido pelos Coordenadores, em conformidade com o artigo 44 da Instrução CVM nº 400, e de

acordo com o artigo 170, §1º, III da Lei n.º 6.404/76, de modo que tal preço não promoverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia;

(iii) Foi aprovada a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das Ações da Oferta, em conformidade com o disposto no artigo 172 da Lei nº 6.404/76;

(iv) As Ações da Oferta deverão ser integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional;

(v) As Ações da Oferta terão os mesmos direitos conferidos às demais ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos do Estatuto Social da Companhia e da legislação aplicável, fazendo jus ao recebimento integral de dividendos e demais proventos de qualquer natureza que vierem a ser declarados pela Companhia;

(vi) Foi aprovado o inteiro teor do Prospecto Definitivo utilizado na Oferta; e

(vii) Foi aprovada a utilização dos recursos a serem obtidos pela Companhia, com a Oferta, para aquisição de novas empresas, ativos e marcas.

6. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lavrada, lida, aprovada e assinada pela totalidade dos presentes e pelo Presidente e Secretário da Mesa. São Paulo, [●] de [●] de 2009. **Assinaturas**: Presidente da Mesa: [●]. Secretário: [●]. **Membros do Conselho de Administração presentes:** Marcos Antonio Molina dos Santos, Márcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos, Rodrigo Marçal Filho, David G. McDonald, Marcelo Correa, Carlos Geraldo Langoni e Antonio Maciel Neto.

São Paulo, [●] de [●] de 2009.

A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.

_____

[●]
Secretário

Declaração da Companhia e do Coordenador Líder para fins do artigo 56 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

Marfrig Alimentos S.A., companhia aberta de capital autorizado, com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1912, conjunto 7-B, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.853.896/0001-40, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social ("Companhia"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, as quais se encontram livres e desembaraçadas de qualquer ônus ou gravames ("Ações"), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, e coordenada pelo BANCO BRADESCO BBI S.A. ("Bradesco BBI" ou, para os fins da Instrução CVM 400, "Coordenador Líder"), o BANCO SANTANDER (Brasil) S.A. ("Santander"), o BB-BANCO DE INVESTIMENTO S.A. ("BB-BI"), o BANCO DE INVESTIMENTOS CREDIT SUISSE (BRASIL) S.A. ("Credit Suisse") e o BANCO ITAÚ BBA ("Itaú BBA" e, em conjunto com o Santander, o BB-BI, o Credit Suisse e o Coordenador Líder, os "Coordenadores"), com a participação de determinadas instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários contratadas pelos Coordenadores da Oferta, em conformidade com o disposto na Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, e ainda, com esforços de colocação no exterior, exclusivamente junto a investidores institucionais qualificados residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, conforme definidos na Regra 144A do *Securities Act*, em operações isentas de registro previstas no *Securities Act*, e a investidores nos demais países, exceto no Brasil e nos Estados Unidos da América, em conformidade com os procedimentos previstos no Regulamento S do *Securities Act*, observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor e, em qualquer caso, por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pela legislação brasileira aplicável (a "Oferta"), sendo que as Ações serão emitidas pela Companhia com a exclusão do direito de preferência dos seus atuais acionistas, nos termos do artigo 172, inciso I da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e alterações posteriores, dentro do limite de capital autorizado previsto no seu Estatuto Social, a Companhia declara ser responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro da Oferta e fornecidas ao mercado durante a Oferta e, considerando que:

(i) a Companhia e os Coordenadores da Oferta constituíram consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(ii) para realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia, suas controladas e suas subsidiárias, iniciada em agosto de 2009 (a "Auditoria"), sendo que a Auditoria prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de emissão da Companhia (o "Prospecto Definitivo");

(iii) a Companhia disponibilizou, para análise dos Coordenadores da Oferta e seus consultores legais, todos os documentos que estes consideraram relevantes para a preparação do Prospecto Preliminar de Distribuição Pública Primária de Ações Ordinárias de Emissão da

Companhia (o "Prospecto Preliminar") e do Prospecto Definitivo, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iv) além dos documentos a que se refere o item (iii), foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia; e

(v) a Companhia, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram na elaboração do Prospecto Preliminar e participarão na elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e através de seus próprios assessores jurídicos.

Adicionalmente, a Companhia declara, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, que:

(vi) o Prospecto Preliminar contém, nesta data, e que o Prospecto Definitivo conterá, na data de sua publicação, todas as informações relevantes a respeito da Oferta, das Ações e da Companhia, suas atividades e os riscos inerentes às mesmas, sua situação econômico-financeira e outras informações relevantes, as quais são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, para permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

(vii) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes.

São Paulo, 21 de setembro de 2009.

Marfrig Alimentos S/A

Marcos Antonio Molina dos Santos
Diretor Presidente

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

Banco Bradesco BBI S.A, instituição financeira, estabelecida na Avenida Paulista, nº. 1.450, 8º andar, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.271.464/0073-93, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social, na qualidade de Coordenador Líder ("Coordenador Líder") da oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de qualquer ônus ou gravames, de emissão da Marfrig Alimentos S.A. ("Ações", "Oferta" e "Companhia,, respectivamente), vem, pela presente, nos termos do artigo 56 da Instrução Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), considerando que:

I. o Coordenador Líder foi assessorado por consultores legais na implementação da Oferta;

II. para realização da Oferta está sendo realizada pelos consultores legais da Companhia e do Coordenador Líder, auditoria jurídica na Companhia e em suas controladas, iniciada em 24 de agosto de 2009 ("Auditoria Jurídica"), sendo que a Auditoria Jurídica prosseguirá até a divulgação do prospecto definitivo da Oferta ("Prospecto Definitivo");

III. por solicitação do Coordenador Líder, os auditores independentes da Companhia estão participando da revisão do prospecto preliminar da Oferta ("Prospecto Preliminar") e participarão da revisão do Prospecto Definitivo e emitirão para os coordenadores da Oferta uma carta de conforto nos termos do Pronunciamento IBRACON NPA nº 12, de 07 de março de 2006;

IV. a Companhia disponibilizou os documentos que considera relevantes para a Oferta;

V. além dos documentos a que se refere o item IV acima, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Companhia;

VI. conforme informações prestadas pela Companhia, foram disponibilizados, para análise do Coordenador Líder e dos consultores legais, todos os documentos, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

VII. a Companhia, em conjunto com o Coordenador Líder, participou da elaboração do Prospecto Preliminar e participará da elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e através de seus consultores legais;

Dessa forma, para fins do processo de registro da Oferta na CVM, o Coordenador Líder, vem, nos termos do parágrafo 1º, incisos I e II, do artigo 56 da Instrução CVM 400, declarar que (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, para assegurar que as informações prestadas pela Companhia são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos

BBI Área Jurídica

investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (ii) as informações prestadas ao mercado durante todo prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Companhia, que integram o Prospecto Preliminar, e as que venham a integrar o Prospecto Definitivo serão suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

O Coordenador Líder ainda declara, para os fins do parágrafo 5° do artigo 56 da Instrução CVM 400, que o Prospecto Preliminar contém, e o Prospecto Definitivo conterá, nas suas respectivas datas de publicação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, dos valores mobiliários ofertados, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; bem como que o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo a Instrução CVM 400.

São Paulo, 22 de setembro de 2009.

Banco Bradesco BBI S.A.

Nome: **João Carlos Zani**
Cargo: Diretor Estatutário

Nome: Fernando Buso
Cargo: Diretor Estatutário

BBI Área Jurídica

Página de assinatura integrante da Declaração para fins do artigo 56 da Instrução CVM 400 referente à Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações Ordinárias, Nominativas, Escriturais e Sem Valor nominal, Livres e Desembaraçadas de Qualquer Ônus ou Gravames, de emissão da Marfrig Alimentos S.A..

Informações Anuais relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 (apenas as informações não constantes neste Prospecto)

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Reapresentação Espontânea

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIAÇÃO SOBRE A COMPANHIA , SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
020788	MARFRIG ALIMENTOS SA	03853896000140

4 - DENOMINAÇÃO COMERCIAL
MARFRIG

5 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ANTERIOR
MARFRIG FRIG. COM. DE ALIM. S.A.

6 - NIRE	7 - SITE
35.300.341.031	http://www.marfrig.com.br
8 - DATA DE CONSTITUIÇÃO DA CIA	9 - DATA DE REGISTRO DA CIA NA CVM
06/06/2000	18/06/2007

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO				2 - BAIRRO OU DISTRITO
AV. BRIGADEIRO FARIA LIMA, 1912, CONJUNTO 7-B				JDM PAULISTANO
3 - CEP	4 - MUNICÍPIO			5 - UF
01451-000	SÃO PAULO			SP
6 - DDD	7 - TELEFONE	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEX
011	3093-4700	-	-	
11 - DDD	12 - FAX	13 - FAX	14 - FAX	
011	3093-4707	-	-	
15 - E-MAIL				
ri@marfrig.com.br				

01.03 - DEPARTAMENTO DE ACIONISTAS

ATENDIMENTO NA EMPRESA

1 - NOME				
RICARDO FLORENCE DOS SANTOS				
2 - CARGO				
DIRETOR DE RELAÇOES COM INVESTIDORES				
3 - ENDEREÇO COMPLETO				4 - BAIRRO OU DISTRITO
AV. BRIGADEIRO FARIA LIMA, 1912, CONJUNTO 7-B				JDM PAULISTANO
5 - CEP	6 - MUNICÍPIO			7 - UF
01451-000	SÃO PAULO			SP
8 - DDD	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE	11 - TELEFONE	12 - TELEX
11	3093-4700	-	-	
13 - DDD	14 - FAX	15 - FAX	16 - FAX	
11	3093-4707	-	-	
17 - E-MAIL				
ri@marfrig.com.br				

AGENTE EMISSOR / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DEPOSITÁRIA

18 - NOME				
Banco Itau S.A.				
19 - CONTATO				
Gercina Silva Bueno				
20 - ENDEREÇO COMPLETO				21 - BAIRRO OU DISTRITO
Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, 707				Pq. Jabaquara
22 - CEP	23 - MUNICÍPIO			24 - UF
04344-902	São Paulo			SP
25 - DDD	26 - TELEFONE	27 - TELEFONE	28 - TELEFONE	29 - TELEX
11	5029-1809	-	-	
30 - DDD	31 - FAX	32 - FAX	33 - FAX	
11	5029-1917	-	-	
34 - E-MAIL				
gercina.bueno@itau.com.br				

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02078-8	MARFRIG ALIMENTOS SA	03.853.896/0001-40

OUTROS LOCAIS DE ATENDIMENTO A ACIONISTAS

35 - ITEM	36 - MUNICÍPIO	37- UF	38 - DDD	39 - TELEFONE	40 - TELEFONE
01				-	-
02				-	-
03				-	-
04				-	-

01.04 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME				
RICARDO FLORENCE DOS SANTOS				
2 - ENDEREÇO COMPLETO			3 - BAIRRO OU DISTRITO	
AV. BRIGADEIRO FARIA LIMA, 1912			JDM PAULISTANO	
4 - CEP	5 - MUNICÍPIO			6 - UF
01451-000	SÃO PAULO			SP
7 - DDD	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE	11 - TELEX
011	3093-4700	-	-	
12 - DDD	13 - FAX	14 - FAX	15 - FAX	
011	3093-4707	-	-	
16 - E-MAIL				
ri@marfrig.com.br				
17 - DIRETOR BRASILEIRO	18 - CPF	18 - PASSAPORTE		
SIM	812.578.998-72			

01.05 - REFERÊNCIA / AUDITOR

1 - DATA DE INÍCIO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL
01/01/2008	31/12/2008

3 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO	4 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO	
01/01/2009	31/12/2009	
5 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR		6 - CÓDIGO CVM
BDO TREVISAN AUDITORES INDEPENDENTES		00210-0
7 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO		8 - CPF DO RESP. TÉCNICO
JOSÉ LUIZ SANCHES		065.351.898-64

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - BOLSA DE VALORES ONDE POSSUI REGISTRO				
	BVBAAL	BVMESB	BVPR	BVRJ	BVST
	BVES	BVPP	BVRG	X BOVESPA	

2 - MERCADO DE NEGOCIAÇÃO	
Bolsa	
3 - TIPO DE SITUAÇÃO	
Operacional	
4 - CÓDIGO DE ATIVIDADE	
1220 - Alimentos	
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL	6 - AÇÕES PREF. COM CLASSES
EXPLORAÇÃO DAS ATIVIDADES FRIGORÍFICAS, COM ABATE, INDÚSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO	NÃO

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02078-8	MARFRIG ALIMENTOS SA	03.853.896/0001-40

01.07 - CONTROLE ACIONÁRIO / VALORES MOBILIÁRIOS

1 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO

Privada Nacional

2 - VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS PELA CIA.

X	Ações		Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)
	Debêntures Conversíveis em Ações		Notas Promissórias (NP)
	Ações Resgatáveis		BDR
	Partes Beneficiárias		Outros
	Debêntures Simples		
	Bônus de Subscrição		
	Certificado de Investimento Coletivo (CIC)		

DESCRIÇÃO

01.08 - PUBLICAÇÕES DE DOCUMENTOS

1 - AVISO AOS ACIONISTAS SOBRE DISPONIBILIDADE DAS DFs.	2 - ATA DA AGO QUE APROVOU AS DFs.
18/03/2009	26/05/2009
3 - CONVOCAÇÃO DA AGO PARA APROVAÇÃO DAS DFs.	4 - PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
09/04/2009	19/03/2009

01.09 - JORNAIS ONDE A CIA. DIVULGA INFORMAÇÕES

1 - ITEM	2 - TÍTULO DO JORNAL	3 - UF
01	VALOR ECONOMICO	SP
02	DIARIO OFICIAL DE SAO PAULO	SP

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA	2 - ASSINATURA
28/10/2009	

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02078-8	MARFRIG ALIMENTOS SA	03.853.896/0001-40

02.01.01 - COMPOSIÇÃO ATUAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA

1 - ITEM	2 - NOME DO ADMINISTRADOR	3 - CPF	4 - DATA DA ELEIÇÃO	5 - PRAZO DO MANDATO	6 - CÓDIGO TIPO DO ADMINISTRADOR *	7 - ELEITO P/ CONTROLADOR	8 - CARGO /FUNÇÃO	9 - FUNÇÃO
01	MARCOS ANTONIO MOLINA DOS SANTOS	102.174.668-18	26/03/2007	03 ANOS	3	SIM	30	Presidente do C.A. e Diretor Presidente
02	MARCIA AP. PASCOAL MARÇAL DOS SANTOS	182.070.698-21	28/04/2009	02 ANOS	2	SIM	22	Conselho de Administração (Efetivo)
03	RODRIGO MARÇAL FILHO	184.346.398-90	28/04/2009	02 ANOS	2	SIM	22	Conselho de Administração (Efetivo)
04	JAMES DAVID RAMSAY CRUDEN	673.882.728-87	26/03/2007	03 ANOS	1		19	Diretor Operacional
08	MARCELO MAIA DE AZEVEDO CORREA	425.052.917-72	28/04/2009	2 ANOS	2	NÃO	27	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)
09	RICARDO FLORENCE DOS SANTOS	812.578.998-72	07/05/2007	3 ANOS	1		12	Diretor de Relaçoes com Investidores
10	CARLOS GERALDO LANGONI	110.847.077-72	28/04/2009	2 ANOS	2	NÃO	27	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)
11	ANTONIO MACIEL NETO	532.774.067-68	28/04/2009	2 ANOS	2	NÃO	27	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)
12	ALEXANDRE JOSÉ MAZZUCO	072.631.548-62	01/02/2008	2 ANOS	1		19	Diretor Administrativo e Financeiro
13	DAVID G. MCDONALD	233.461.648-61	28/04/2009	2 ANOS	2	NÃO	22	Conselho de Administração (Efetivo)

* CÓDIGO: 1 - PERTENCE APENAS À DIRETORIA;
2 - PERTENCE APENAS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO;
3 - PERTENCE À DIRETORIA E AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02078-8	MARFRIG ALIMENTOS SA	03.853.896/0001-40

03.01 - EVENTOS RELATIVOS À DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL

1 - EVENTO BASE	2 - DATA DO EVENTO	3 - PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS	4 - INVESTIDORES INSTITUCIONAIS	5 - ACORDO DE ACIONISTAS	6 - AÇÕES PREFER. COM DIREITO A VOTO
AGO/AGE	28/04/2009	929	355	NÃO	NÃO

7 - AÇÕES PREFERENCIAIS COM DIREITO A VOTO	8 - DATA DO ÚLTIMO ACORDO DE ACIONISTAS

AÇÕES EM CIRCULAÇÃO NO MERCADO

9 - EXISTEM AÇÕES EM CIRCULAÇÃO	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS		TOTAL	
	10 - QUANTIDADE (Unidade)	11 - PERCENTUAL	12 - QUANTIDADE (Unidade)	13 - PERCENTUAL	14 - QUANTIDADE (Unidade)	15 - PERCENTUAL
SIM	132.085.564	49,30	0	0,00	132.085.564	49,30

16 - AÇÕES PREFERENCIAIS EM CIRCULAÇÃO NO MERCADO

1 - CLASSE	2 - QUANTIDADE (Unidade)	3 - PERCENTUAL

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02078-8	MARFRIG ALIMENTOS SA	03.853.896/0001-40

03.02 - POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS CONTROLADORES E ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
004	MMS PARTICIPAÇÕES S.A.	08.542.030-0001/31	BRASILEIRA	SP
005	BNDES PARTICIPAÇÕES S.A	00.383.281-0001/09	BRASILERIA	SP
006	OSI INTERNATIONAL HOLDING LIMITED	10.394.511-0001/99	IRLANDESA	
007	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			
997	AÇOES EM TESOURARIA			
998	OUTROS			
999	TOTAL			

1 - ITEM	6 - AÇÕES ORDINÁRIAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - TOTAL DE AÇÕES (Unidades)	11 - '%	12 - COMP.CAP.SOC.	13 - PART. NO ACORDO DE ACIONISTAS	14 - CONTROLADOR
004	135.162.784	50,44	0	0,00	135.162.784	50,44	29/05/2007		SIM
005	39.286.259	14,66	0	0,00	39.286.259	14,66	22/10/2008		NÃO
006	20.117.637	7,51	0	0,00	20.117.637	7,51	22/10/2008		NÃO
007	7	0,00	0	0,00	7	0,00			NÃO
997	584.999	0,22	0	0,00	584.999	0,22			
998	72.792.268	27,17	0	0,00	72.792.268	27,17			
999	267.943.954	100,00	0	0,00	267.943.954	100,00			

1 - ITEM	15/1 - CLASSE	15/2 - QTD. AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	15/3 - % PREFERENCIAIS

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02078-8	MARFRIG ALIMENTOS SA	03.853.896/0001-40

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL
004	MMS PARTICIPAÇÕES S.A.	29/05/2007

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
004001	MARCOS ANTONIO MOLINA DOS SANTOS	102.174.668-18	BRASILEIRO	SP

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - ¨%	12 - COMP.CAP.SOC.
67.581.392	50,00	0	0,00	67.581.392	50,00	

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
004002	MÁRCIA A. PASCOAL MARÇAL DOS SANTOS	182.070.698-21	BRASILEIRA	SP

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - ¨%	12 - COMP.CAP.SOC.
67.581.392	50,00	0	0,00	67.581.392	50,00	

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
004999	TOTAL			

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - ¨%	12 - COMP.CAP.SOC.
135.162.784	100,00	0	0,00	135.162.784	100,00	

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02078-8	MARFRIG ALIMENTOS SA	03.853.896/0001-40

04.01 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

1 - Data da Última Alteração: 21/10/2008

2- ITEM	3 - ESPÉCIE DAS AÇÕES	4 - NOMINATIVA OU ESCRITURAL	5 - VALOR NOMINAL (Reais)	6 - QTD. DE AÇÕES (Unidades)	7 - SUBSCRITO (Reais Mil)	8 - INTEGRALIZADO (Reais Mil)
01	ORDINARIAS	ESCRITURAL		267.943.954	2.559.718	2.559.718
02	PREFERENCIAIS			0	0	0
03	PREFERENCIAIS CLASSE A			0	0	0
04	PREFERENCIAIS CLASSE B			0	0	0
05	PREFERENCIAIS CLASSE C			0	0	0
06	PREFERENCIAIS CLASSE D			0	0	0
07	PREFERENCIAIS CLASSE E			0	0	0
08	PREFERENCIAIS CLASSE F			0	0	0
09	PREFERENCIAIS CLASSE G			0	0	0
10	PREFERENCIAIS CLASSE H			0	0	0
11	PREFER. OUTRAS CLASSES			0	0	0
99	TOTAIS			267.943.954	2.559.718	2.559.718

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02078-8	MARFRIG ALIMENTOS SA	03.853.896/0001-40

04.02 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Unidades)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
01	26/03/2007	140.000	0	Transformação de Ltda para S.A	140.000.000	0,0000000000
02	26/06/2007	735.000	595.000	Subscrição Pública	35.000.000	17,0000000000
03	29/06/2007	1.124.760	389.760	Subscrição Particular em Dinheiro	25.474.510	15,3000000000
04	04/07/2007	1.183.826	59.066	Subscrição Pública	3.474.444	17,0000000000
05	21/10/2008	2.559.718	1.375.892	Subscrição Particular em Dinheiro	63.995.000	21,5000000000

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02078-8	MARFRIG ALIMENTOS SA	03.853.896/0001-40

04.04 - CAPITAL SOCIAL AUTORIZADO

1 - QUANTIDADE (Unidades)	2 - VALOR (Reais Mil)	3 - DATA DA AUTORIZAÇÃO
500.000.000	0	08/10/2009

04.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL AUTORIZADO

1- ITEM	2 - ESPÉCIE	3 - CLASSE	4 - QUANTIDADE DE AÇÕES AUTORIZADAS À EMISSÃO (Unidades)
01	ORDINÁRIAS		500.000.000

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02078-8	MARFRIG ALIMENTOS SA	03.853.896/0001-40

05.01 - AÇÕES EM TESOURARIA

1 - ITEM	2 - ESPÉCIE DAS AÇÕES	3 - CLASSE	4 - REUNIÃO	5 - PRAZO PARA AQUISIÇÃO	6 - QUANTIDADE A SER ADQUIRIDA (Unidades)	7 - MONTANTE A SER DESEMBOLSADO (Reais Mil)	8 - QUANTIDADE JÁ ADQUIRIDA (Unidades)	9 - MONTANTE JÁ DESEMBOLSADO (Reais Mil)
01	ORDINÁRIAS		02/10/2009	31/12/2008	699.489	12.966	695.599	12.966

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02078-8	MARFRIG ALIMENTOS SA	03.853.896/0001-40

05.02 - PARTES BENEFICIÁRIAS, BÔNUS DE SUBSCRIÇÃO OU OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

1 - ITEM	2 - VALOR MOBILIÁRIO	3 - DATA DA DELIBERAÇÃO	4 - DELIBERAÇÃO EVENTO	5 - DATA DA EMISSÃO	6 - QUANTIDADE EM CIRCULAÇÃO (Unidades)	7 - VALOR NOMINAL (Reais Mil)	8 - VENCIMENTO	9 - CONVERSÍVEL/ EXERCÍVEL
01	OPÇÃO DE COMPRA	28/07/2009	RCA	29/06/2007	132.781.170	20,35	02/09/2013	NÃO

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02078-8	MARFRIG ALIMENTOS SA	03.853.896/0001-40

06.01 - PROVENTOS DISTRIBUÍDOS NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1 - ITEM	2 - TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL	3 - LUCRO OU PREJUÍZO LÍQUIDO NO PERÍODO (Reais Mil)	4 - PROVENTO	5 - APROVAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO EVENTO	6 - DATA DA APROVAÇÃO DISTRIBUIÇÃO	7 - ESPÉCIE DAS AÇÕES	8 - CLASSE DAS AÇÕES	9 - MONTANTE DO PROVENTO APROVADO (Reais Mil)	10 -VALOR DO PROVENTO APROVADO POR AÇÃO	11 - Nº DE PARCELAS DE PGTOS.
12.1 - VALOR DISTRIBUIDO	12.2 - CORREÇÃO/JUROS	13 - DATA DE INÍCIO DE PAGAMENTO	14 - FATOR CORREÇÃO	15 - DATA POSIÇÃO ACIONÁRIA P/CRÉDITO DO PROVENTO	16 - OBSERVAÇÃO					
001	31/12/2006	61.903	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	AGE	02/01/2006	ORDINÁRIA		14.340	0,1024000000	0
0,0000000000	0,0000000000	02/01/2006	0,0000000000	31/12/2006						
002	31/12/2007	64.345	DIVIDENDO	AGE	07/05/2007	ORDINÁRIA		7.778	0,0555571000	0
0,0000000000	0,0000000000	07/07/2007	0,0000000000	07/05/2007						
003	31/12/2007	64.345	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	AGE	07/05/2007	ORDINÁRIA		3.647	0,0260500000	0
0,0000000000	0,0000000000	07/07/2007	0,0000000000	07/05/2007						
004	31/12/2007	64.345	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	AGE	11/04/2008	ORDINÁRIA		37.600	0,1843598570	0
0,0000000000	0,0000000000	09/05/2008	0,0000000000	19/12/2007						
005	31/12/2008	-2.215						0	0,0000000000	0
0,0000000000	0,0000000000		0,0000000000							

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02078-8	MARFRIG ALIMENTOS SA	03.853.896/0001-40

06.03 - DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS DO CAPITAL SOCIAL

1 - ITEM	2 - ESPÉCIE DA AÇÃO	3 - CLASSE DA AÇÃO	4 - % DO CAPITAL SOCIAL	5 - CONVERSÍVEL	6 - CONVERTE EM	7 - DIREITO A VOTO	8 - TAG ALONG %	9 - PRIORIDADE NO REEMBOLSO DE CAPITAL	17 - OBSERVAÇÃO
10 - PRÊMIO	11 - TIPO DE DIVIDENDO	12 - % DIVIDENDO	13 - R$/AÇÃO	14 - CUMULA-TIVO	15 - PRIORITÁ-RIO	16 - CALCULADO SOBRE			
01	ORDINÁRIA		100,00	NÃO		PLENO	100,00		
		0,00	0,00000						

06.04 - MODIFICAÇÃO ESTATUTÁRIA/DIVIDENDO OBRIGATÓRIO

1 - DATA DA ÚLTIMA MODIFICAÇÃO DO ESTATUTO	2 - DIVIDENDO OBRIGATÓRIO (% DO LUCRO)
28/04/2009	25,00

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02078-8	MARFRIG ALIMENTOS SA	03.853.896/0001-40

07.01 - REMUNERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO

1 - PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO	2 - VALOR DA REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES (Reais Mil)	3 - PERIODICIDADE
NÃO	20.000	ANUAL

07.02 - PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1 - DATA FINAL DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: 31/12/2008

2 - DATA FINAL DO PENÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: 31/12/2007

3 - DATA FINAL DO ANTEPENÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: 31/12/2006

4- ITEM	5 - DESCRIÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	6 - VALOR DO ÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	7 - VALOR DO PENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	8 - VALOR DO ANTEPENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)
01	PARTICIPAÇÕES-DEBENTURISTAS	0	0	0
02	PARTICIPAÇÕES-EMPREGADOS	1.093	987	577
03	PARTICIPAÇÕES-ADMINISTRADORES	0	0	0
04	PARTIC.-PARTES BENEFICIÁRIAS	0	0	0
05	CONTRIBUIÇÕES FDO. ASSISTÊNCIA	0	0	0
06	CONTRIBUIÇÕES FDO. PREVIDÊNCIA	0	0	0
07	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	0	1.701	965
08	LUCRO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO	0	64.345	61.903
09	PREJUÍZO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO	-2.215	0	0

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02078-8	MARFRIG ALIMENTOS SA	03.853.896/0001-40

07.03 - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS

1- ITEM	2 - RAZÃO SOCIAL DA CONTROLADA/COLIGADA	3 - CNPJ	4 - CLASSIFICAÇÃO	5 - % PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DA INVESTIDA	6 - % PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA INVESTIDORA

7 - TIPO DE EMPRESA	8 - INÍCIO ÚLTIMO EXERC. SOCIAL	9 - FINAL ÚLTIMO EXERC. SOCIAL	10 - QTD. AÇÕES ÚLTIMO EXERC. SOCIAL (Unidades)

11 - INÍCIO PENÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL	12 - FINAL PENÚLTIMO EXERC. SOCIAL	13 - QTD. AÇÕES PENÚLTIMO EXERC. SOCIAL (Unidades)	14 - INÍCIO ANTEPENÚLT. EXERC. SOCIAL	15 - FINAL DO ANTEPENÚLT. EXERC. SOCIAL	16 - QTD. AÇÕES ANTEPENÚLTIMO EXERC. SOCIAL (Unidades)

01	ARGENTINE BREEDERS & PACKERS S.A	. . / -	FECHADA CONTROLADA	99,99	4,79
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		01/01/2008	31/12/2008		260.328
01/01/2007	31/12/2007	260.328	01/01/2006	31/12/2006	89.891

02	FRIGOCLASS ALIMENTOS S.A.	04.748.631/0001-44	FECHADA CONTROLADA	100,00	1,55
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		01/01/2008	31/12/2008		78.573.743
01/01/2007	31/12/2007	78.573.743			0

03	MARFRIG CHILE INVERSIONES LTDA	. . / -	FECHADA CONTROLADA	99,47	0,95
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		01/01/2008	31/12/2008		13.288.208.080
01/01/2007	31/12/2007	7.786.221.763	01/01/2006	31/12/2006	7.786.221.763

04	INALER S.A	. . / -	FECHADA CONTROLADA	100,00	2,41
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		01/01/2008	31/12/2008		66.247.320
01/01/2007	31/12/2007	66.247.320	01/01/2006	31/12/2006	66.247.320

05	FRIGORÍFICO TACUAREMBÓ S.A	. . / -	FECHADA CONTROLADA	93,45	5,16
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		01/01/2008	31/12/2008		80.000.000
01/01/2007	31/12/2007	80.000.000	01/01/2006	31/12/2006	80.000.000

06	WESTON IMPORTERS LTD.	. . / -	FECHADA CONTROLADA	100,00	0,76
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		01/01/2008	31/12/2008		1.338.278
01/01/2007	31/12/2007	1.338.278	01/01/2006	31/12/2006	1.338.278

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02078-8	MARFRIG ALIMENTOS SA	03.853.896/0001-40

07.03 - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS

1- ITEM	2 - RAZÃO SOCIAL DA CONTROLADA/COLIGADA	3 - CNPJ	4 - CLASSIFICAÇÃO	5 - % PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DA INVESTIDA	6 - % PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA INVESTIDORA
07	MASPLEN LIMITED	. . / -	FECHADA CONTROLADA	100,00	1,52
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		01/01/2008	31/12/2008		100
01/01/2007	31/12/2007	100			0
08	PRESTCOTT INTERNATIONAL	. . / -	FECHADA CONTROLADA	100,00	2,17
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		01/01/2008	31/12/2008		79.638.916
01/01/2007	31/12/2007	79.638.916			0
09	SECCULUM PARTICIPAÇÕES LTDA	04.655.620/0001-10	FECHADA CONTROLADA	99,00	0,94
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		01/01/2008	31/12/2008		5.834.000
01/01/2007	31/12/2007	5.834.000			0
10	UNIÃO FREDERIQUENSE PARTICIPAÇÕES LTDA	04.853.500/0001-27	FECHADA CONTROLADA	99,99	7,55
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		01/01/2008	31/12/2008		4.166.000
01/01/2007	31/12/2007	4.166.000			0
11	QUICKFOOD S.A	. . / -	ABERTA CONTROLADA	80,48	11,69
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		01/01/2008	31/12/2008		21.419.606
		0			0
12	ESTABLECIMIENTOS COLONIA S.A	. . / -	FECHADA CONTROLADA	100,00	6,68
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		01/01/2008	31/12/2008		80.647.477
		0			0

7 - TIPO DE EMPRESA	8 - INÍCIO ÚLTIMO EXERC. SOCIAL	9 - FINAL ÚLTIMO EXERC. SOCIAL	10 - QTD. AÇÕES ÚLTIMO EXERC. SOCIAL (Unidades)

11 - INÍCIO PENÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL	12 - FINAL PENÚLTIMO EXERC. SOCIAL	13 - QTD. AÇÕES PENÚLTIMO EXERC. SOCIAL (Unidades)	14 - INÍCIO ANTEPENÚLT. EXERC. SOCIAL	15 - FINAL DO ANTEPENÚLT. EXERC. SOCIAL	16 - QTD. AÇÕES ANTEPENÚLTIMO EXERC. SOCIAL (Unidades)

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02078-8	MARFRIG ALIMENTOS SA	03.853.896/0001-40

07.03 - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS

1- ITEM	2 - RAZÃO SOCIAL DA CONTROLADA/COLIGADA	3 - CNPJ	4 - CLASSIFICAÇÃO	5 - % PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DA INVESTIDA	6 - % PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA INVESTIDORA
13	MARFRIG HOLDINGS (EUROPE) BV	. . / -	FECHADA CONTROLADA	100,00	2,78

7 - TIPO DE EMPRESA	8 - INÍCIO ÚLTIMO EXERC. SOCIAL	9 - FINAL ÚLTIMO EXERC. SOCIAL	10 - QTD. AÇÕES ÚLTIMO EXERC. SOCIAL (Unidades)
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	01/01/2008	31/12/2008	900

11 - INÍCIO PENÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL	12 - FINAL PENÚLTIMO EXERC. SOCIAL	13 - QTD. AÇÕES PENÚLTIMO EXERC. SOCIAL (Unidades)	14 - INÍCIO ANTEPENÚLT. EXERC. SOCIAL	15 - FINAL DO ANTEPENÚLT. EXERC. SOCIAL	16 - QTD. AÇÕES ANTEPENÚLTIMO EXERC. SOCIAL (Unidades)
		0			0

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02078-8	MARFRIG ALIMENTOS SA	03.853.896/0001-40

10.01 - PRODUTOS E SERVIÇOS OFERECIDOS

1- ITEM	2 - PRINCIPAIS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS	3 - % RECEITA LÍQUIDA
01	Carne fresca	67,90
02	Carne industrializada	22,30
03	Outros produtos	9,80

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02078-8	MARFRIG ALIMENTOS SA	03.853.896/0001-40

13.01 - PROPRIEDADES RELEVANTES

1- ITEM	2 - TIPO DE PROPRIEDADE	3 - ENDEREÇO	4 - MUNICÍPIO	5 - UF	6 - ÁREA TOTAL (MIL M²)	7 - ÁREA CONSTRUÍDA (MIL M²)	8 - IDADE (ANOS)	9 - SEGURO	10 - HIPOTECA	11 - ALUGADA DE TERCEIROS	12 - DATA DO CONTRATO	13 - TÉRMINO LOCAÇÃO	14 - OBSERVAÇÃO
01	CENTRO DE DISTRIBUIÇAO	RUA ACARAPÉ,559	SANTO ANDRÉ	SP	12,500	4,810	20	SIM	SIM	NÃO			
02	COMPLEXO FRIGORIFICO	RODOVIA MANOEL DA COSTA LIMA BR 267	BATAGUASSU	MS	1.044,793	72,486	9	SIM	SIM	NÃO			
03	COMPLEXO FRIGORIFICO	VIA ACESSO DR. SHUEI UETSUKA, KM 02	PROMISSAO	SP	439,600	33,564	18	SIM	NÃO	SIM	27/03/2001	31/12/2013	
04	COMPLEXO FRIGORIFICO	VICINAL KITIZO YTIYAMA, KM 01	PROMISSAO	SP	81,942	10,678	5	SIM	NÃO	NÃO			
05	COMPLEXO FRIGORIFICO	ROD. BR 358, KM 05	TANGARA DA SERRA	MT	87,120	21,427	10	SIM	NÃO	NÃO			
06	COMPLEXO FRIGORIFICO	BR 267, KM 05	PORTO MURTINHO	MS	473,000	16,584	1	SIM	NÃO	NÃO			

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02078-8	MARFRIG ALIMENTOS SA	03.853.896/0001-40

13.01 - PROPRIEDADES RELEVANTES

1- ITEM	2 - TIPO DE PROPRIEDADE	3 - ENDEREÇO	4 - MUNICÍPIO	5 - UF	6 - ÁREA TOTAL (MIL M²)	7 - ÁREA CONSTRUÍDA (MIL M²)	8 - IDADE (ANOS)	9 - SEGURO	10 - HIPOTECA	11 - ALUGADA DE TERCEIROS	12 - DATA DO CONTRATO	13 - TÉRMINO LOCAÇÃO	14 - OBSERVAÇÃO
07	COMPLEXO FRIGORIFICO	ESTRADA PROJETADA, KM 04	CHUPINGUAIA	RO	1,816	489,500	5	SIM	SIM	NÃO			
08	COMPLEXO INDUSTRIAL	ROD. GO 341, KM 10, ZONA RURAL	MINEIROS	GO	1.440,000	52,728	2	SIM	NÃO	SIM	28/07/2006	28/07/2011	
09	COMPLEXO INDUSTRIAL	ROD. MT 130, KM 03	PARANATINGA	MT	555,000	19,447	10	SIM	NÃO	SIM	22/12/2006	22/12/2011	
10	COMPLEXO INDUSTRIAL	SANTA BRIGIDA	SAO GABRIEL	RS	981,500	10,280	15	SIM	NÃO	SIM	29/12/2006	29/12/2011	
11	COMPLEXO INDUSTRIAL	ROD. BR 116, KM 526 S/N	CAPÃO DO LEÃO	RS	426.900,000	9.585,000	10	SIM	NÃO	SIM	01/08/2009	31/07/2012	

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Minuta de Termo de Cessão de Direitos de Prioridade

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

MARFRIG ALIMENTOS S.A.
Companhia Aberta De Capital Autorizado
CNPJ/MF nº 03.853.896/0001-40 - NIRE nº 35.300.341.031
AV. Brigadeiro Faria Lima, 1912, conjunto 7-B
CEP 01451-000 - JDM PAULISTANO - SÃO PAULO - SP
Código CVM : 20788
CÓDIGO ISIN: BRMRFGACNORO

TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS DE PRIORIDADE

Pelo presente Instrumento, as Partes, a saber:

(i) [•], [qualificação] (doravante "Cedente"); e

(ii) [•], [qualificação, incluindo número de registro da CVM no caso de investidor estrangeiro] (doravante "Cessionária").

CONSIDERANDO QUE

(i) A Cedente é titular de [•] ações de emissão da Marfrig Alimentos S.A. ("Companhia"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, correspondentes, nesta data, a [•]% do capital votante e total da Companhia, respectivamente ("Ações da Cedente");

(ii) A Companhia pretende realizar uma oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de sua emissão ("Oferta"), no âmbito da qual os acionistas da Companhia, incluindo a Cedente e observados certos termos e condições, poderão exercer direito de prioridade para subscrição das ações da Oferta, conforme previsto no artigo 21 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº. 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Direito de Prioridade");

(iii) A Cedente deseja ceder o seu Direito de Prioridade à Cessionária [parcialmente/integralmente] e esta deseja assumir o Direito de Prioridade da Cedente [parcialmente/integralmente].

de Prioridade ("Instrumento"), conforme as cláusulas seguintes.

1. Observados as cláusulas deste Instrumento, a Cedente, neste ato e na melhor forma de direito, cede e transfere à Cessionária, e a Cessionária torna-se titular do Direito de Prioridade da Cedente no âmbito da Oferta, correspondente a [•] ações ordinárias de emissão da Companhia, equivalentes, nesta data, a [•]% do capital votante e total da Companhia.

1.1. A Cessionária fica, desde já, ciente que caso a Cedente venha a alienar Ações da Cedente entre o dia 13 de outubro de 2009 e 23 de outubro de 2009 (em qualquer caso conforme as posições de custódia verificadas com a BM&FBOVESPA ou com as respectivas instituições depositárias, após a liquidação das operações nesse período) a quantidade de Ações a serem adquiridas pela Cessionária por conta do Direito de Prioridade poderá ser automaticamente reduzida, caso a Cedente não tenha em 23 de outubro de 2009 ações ordinárias de emissão da Companhia suficientes para garantir o Direito de Prioridade cedido. Nesse caso, o Direito de Prioridade cedido será reduzido ao direito correspondente a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia detidas pelo Cedente.

1.2. A Cessionária fica, desde já, ciente, também, que a cessão do Direito de Prioridade não implica na subscrição automática das ações emitidas no âmbito da Oferta, uma vez que esta subscrição estará sujeita a apresentação de um pedido de reserva válido a uma Instituição Participante da Oferta.

2. Este Instrumento, devidamente assinado pelas partes, com firma reconhecida e, no caso de pessoas jurídicas, acompanhado de cópia dos documentos que comprovem os respectivos poderes de representação, deverá ser enviado pelo Cessionário ao Banco Bradesco BBI S.A. até o dia 22 de outubro de 2009, aos cuidados do Sr. Lucas Salomão.

3. Este Instrumento é celebrado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e por seus sucessores a qualquer título.

4. Para dirimir controvérsias entre as Partes relativas a este Instrumento, as Partes elegem como único foro competente o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo.

Estando justas e contratadas, as Partes assinam este Instrumento na presença das duas testemunhas abaixo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

[local], [data].

[CEDENTE]

_____

[Nome]
[Cargo]

[CESSIONÁRIA]

_____
[Nome]
[Cargo]

TESTEMUNHAS:

_____ _____
[Nome] [Nome]
[R.G.] [R.G.]

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

[Página intencionalmente deixada em branco]

Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas aos Exercícios Sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 2007 e respectivos pareceres dos auditores independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

MARFRIG GROUP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2008
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

[Página intencionalmente deixada em branco]

Senhores Clientes e Acionistas, a administração da Marfrig Frigoríficos e Comércio de Alimentos S.A. apresenta o Relatório de Administração com as Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2008 e o parecer dos Auditores Independentes. Todas as comparações apresentadas neste relatório contemplam dados consolidados, conforme a legislação societária e o mesmo período de 2007, exceto quando especificado.

Visão

A visão empresarial do Grupo Marfrig é ser reconhecido como uma empresa de excelência no mercado brasileiro e internacional por processar e comercializar produtos de alta qualidade em todos os seus segmentos e marcas comerciais e continuar a se expandir nos mercados em que atua no Brasil e no exterior, com o compromisso de aperfeiçoamento contínuo de seus produtos e o desenvolvimento sustentável e rentabilidade nos seus negócios.

Missão

Nossa missão é superar as expectativas de nossos clientes e parceiros, fornecendo produtos com qualidade diferenciada, através de modernas tecnologias e elevada qualidade da mão de obra, atuando com responsabilidade social e ambiental e gerando valor para nossos clientes, parceiros, empregados, acionistas e para a sociedade em que atuamos.

Para cumprir sua Missão e alcançar sua Visão, o grupo se empenha em:

- Garantir a qualidade e sanidade das etapas do processo
- Ética empresarial ao longo de todas as negociações do sistema produtivo
- Fidelização de seus clientes e fornecedores com duradouras parceiras
- Valorização e capacitação de seus profissionais
- Tecnologia de ponta ao longo do processo de produção
- Responsabilidade na interatividade com o Meio Ambiente e a Sociedade

Valores

O Código de Ética do Grupo Marfrig indica o caminho do êxito no atendimento de sua missão e baseia-se em três pilares de compromissos, dentre os quais os valores são a base de sustentação:

- Valores do Grupo Marfrig: Respeito aos Clientes; Respeito ao Meio Ambiente; Excelência e Qualidade; Responsabilidade Social; Segurança e Integridade. A segurança do trabalho reflete nosso respeito ao bem mais precioso do empregado que é a vida.

- Princípios de Ação Coletiva voltados para Acionistas, Clientes, Comunidade, Concorrentes, Consumidores e Fornecedores.

- Guia Prático do Comportamento no Grupo Marfrig: Trata da observância da legislação, o conflito de interesses, as atividades políticas, a corrupção, os presentes, a proteção dos ativos, a confidencialidade, a manifestação pública, o assédio moral e sexual, os empregados e a utilização dos recursos de informática.

Conteúdo

1 - MENSAGEM DO PRESIDENTE.....
2 - PERFIL CORPORATIVO .....
3 - DESTAQUES DE 2008.....
4 - GOVERNANÇA CORPORATIVA.....
5 - CONJUNTURA ECONÔMICA.....
6 - ESTRUTURA OPERACIONAL .....
7 - RESUMO SETORIAL.....
8 - ESTRATÉGIA EMPRESARIAL.....
9 - RELACIONAMENTO COM CLIENTES.....
10 - GESTÃO DE PESSOAS .....
11 - DESEMPENHO OPERACIONAL .....
12 - DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO .....
13 - MERCADO DE CAPITAIS.....
14 - RESPONSABILIDADE SÓCIO - AMBIENTAL.....
15 - CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA.....
16 - PROJEÇÕES EMPRESARIAIS DE RESULTADOS .....
17 - POLÍTICA DE DIVIDENDOS.....
18 – PERSPECTIVAS .....
19 - AGRADECIMENTOS .....

1 - MENSAGEM DO PRESIDENTE

Nesse quarto trimestre do ano de 2008, a Marfrig apresenta ao mercado os resultados com os números consolidados de suas recentes aquisições no Brasil e na Europa, dando continuidade à estratégia estabelecida de criar uma rentabilidade sustentável baseada em:

- Diversificação geográfica, aproximando sua operação do consumidor final;
- Criação de uma base de produção estruturada em proteínas animais (bovinos, frangos, suínos e ovinos);
- Estrutura balanceada entre vendas domésticas e de exportação;
- Crescimento da participação de produtos industrializados em sua receita de vendas;
- Aumento de vendas nos canais de distribuição de "*Food Service"* no Brasil e no exterior; e
- Fortalecimento de suas marcas nos mercados brasileiro e internacional.

A estratégia de expansão e diversificação do Grupo Marfrig mais uma vez se mostrou acertada em 2008, adquirindo empresas saudáveis com times bem formados e em condições de tocar o negócio de forma integrada e em equipe.

Avançamos igualmente nos aspectos de robustez e amplitude dos negócios, onde as novas aquisições nos dão acesso direto aos nossos clientes na Comunidade Européia, além de uma forte operação no segmento de frangos e de produtos industrializados e processados de valor adicionado.

Atingimos os objetivos operacionais dados ao mercado no início de 2008 com uma receita de vendas líquidas de R$ 6,2 bilhões, superior em 85,7% aos R$ 3,3 bilhões registrados em 2007, enquanto o EBITDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) alcançou R$ 884,4 milhões, elevando-se em 132,6% quando comparado aos R$ 380,2 milhões registrados em 2007.

Vemos o ano de 2008 como a conclusão de um ciclo de aquisições que possibilitou posicionar a Marfrig como a **"Empresa de Alimentos mais diversificada em Carnes".**

O histórico dos três últimos anos da Marfrig dá o tom dos objetivos alcançados e desafios superados pela empresa: crescimento por aquisições de forma integrada no Brasil e no exterior. Hoje operamos com 57 plantas únicas em nove países e estamos presentes com nossos produtos em mais de 120 países ao redor do mundo.

A sustentabilidade dos negócios do Grupo Marfrig no longo prazo está associada à diversificação da empresa, industrialização de produtos e aos canais de distribuição, resultando em uma estratégia concebida como instrumento para minimizar riscos e para aproveitar novas oportunidades.

Diversificação significa para a empresa a gestão de riscos no que tange aos aspectos sanitários, geográficos, de mercado e de toda a cadeia produtiva.

Somos signatários do Pacto Global contra o trabalho escravo e contra o desmatamento da Amazônia.

Agradecemos ao BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social pelo apoio ao setor de alimentos como estratégia para seus investimentos de médio e longo prazos, fundamental ao crescimento do Brasil e pelo aumento de participação em nosso Capital Social, criando uma parceria que nos impulsiona a cada vez mais a melhorarmos nossas práticas de governança corporativa.

A política de recursos humanos do Grupo é voltada para a retenção de talentos nas empresas adquiridas e busca, constantemente, integrar nossa cultura com as contribuições das empresas que agora fazem parte do Grupo Marfrig.

O ano de 2009 será dedicado a consolidar e integrar nossas operações com a mesma cultura em todas as nossas divisões operacionais (Bovinos Brasil e "*Food Service"*, Frangos, Suínos e Industrializados, Argentina, Uruguai e Europa) e a explorar as sinergias visualizadas entre todos os negócios.

Ganhos em eficiência operacional serão decisivos para a lucratividade e nossa expectativa é de que a crise global oferecerá oportunidades a explorar, uma vez que o setor de alimentos é dos mais resilientes em cenários restritivos.

Entendemos que este momento de ajuste por que passa a economia mundial é uma oportunidade para continuarmos a registrar crescimento pelo aproveitamento de sinergias entre nossas empresas e consolidarmos o Grupo Marfrig como uma indústria de alimentos global.

Acreditamos estar bem posicionados nos setores em que atuamos para enfrentar a crise financeira por que passa a economia global, tendo construído em nossa estratégia de crescimento a flexibilidade operacional e os baixos custos necessários para adequar os resultados às expectativas de nossos acionistas e potenciais investidores.

Obrigado aos colaboradores, clientes, investidores, fornecedores e a todos que colaboram conosco nesta jornada.

Marcos Antonio Molina dos Santos
CEO & Chairman

2 - PERFIL CORPORATIVO

Somos uma Companhia de alimentos com atividades nos segmentos de processamento e distribuição de produtos de carne bovina, suína, ovina e avícola "*In Natura",* Processadas e Industrializadas a clientes no Brasil e no exterior, além da distribuição de outros produtos alimentícios (batata pré-cozida congelada, legumes, embutidos, pescados, pratos prontos e massas). Operando em dezembro de 2008 com uma base diversificada e operacionalmente flexível com 57 plantas únicas localizadas na América do Sul, América do Norte e Europa.

A Marfrig é uma das Companhias mais internacionalizadas e a mais diversificada do setor brasileiro de alimentos baseada em proteínas animais. Nos últimos três anos, o grupo realizou 35 aquisições, sendo mais da metade no exterior, garantindo a sua presença física distribuída em nove países. Seus produtos são exportados para mais de 120 localidades globais distintas.

A operação do grupo é segmentada nas unidades de negócios: Bovinos – Brasil e "*Food Service"*, Frangos, Suínos e Industrializados, Argentina, Uruguai e Europa. No final de 2008, a Marfrig contava com mais de 39 mil funcionários, sendo 58,8% no Brasil.

Atualmente a Companhia possui a seguinte estrutura de unidades: 18 plantas de abate de bovinos (9 no Brasil, 5 na Argentina e 4 no Uruguai), 10 unidades de abate de frangos (7 no Brasil e 3 na Europa), 30 plantas de produtos industrializados e processados (12 no Brasil, 5 na Argentina, 3 no Uruguai, 1 nos Estados Unidos e 9 na Europa), 2 plantas de abate de suínos no Brasil, 4 plantas de abate de cordeiros (1 no Brasil, 2 no Uruguai e 1 no Chile), 4 fábricas próprias de ração para frangos e suínos e 2 tradings (Chile e Reino Unido). Ao final de 2008, a capacidade de abate diário era de 21,1 mil cabeças de bovino, 4,2 mil de suínos, 8,4 mil de ovinos e 1,726 milhão de frangos. Além disso, possuía capacidade de produção de industrializados e processados de 2.213 toneladas por dia.

O Grupo alcançou faturamento bruto de R$ 6,7 bilhões no ano de 2008, 56,7% desse total provenientes do mercado interno e 43,3% de exportações. O segmento com maior participação na composição da receita líquida foi Bovinos Brasil e "*Food Service"* com 34,8%, seguido de Argentina (16,9%), Uruguai (15,6%), Suínos e Frangos (17,8%), e, por fim, Europa e Tradings (15,0%).

A empresa tornou-se Companhia Aberta em 2007 e suas ações são negociadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA com o *"ticker"* MRFG3, segmento que segue critérios rigorosos de Governança Corporativa.

3 - DESTAQUES DE 2008

- **A Receita Bruta atingiu R$ 6.775,2 milhões, 81,8% superior aos R$ 3.726,2 milhões registrados em 2007.**
- **A Receita Líquida em 2008 foi de R$ 6.203,8 milhões, 85,7% superior aos R$ 3.339,9 milhões registrados em 2007.**
- **O EBITDA foi de R$ 884,4 milhões em 2008, com aumento de 132,6% em relação a 2007 (R$ 380,2 milhões). A margem EBITDA em 2008 foi de 14,3% e aumentou 281 pontos-base em comparação aos 11,4% registrados em 2007.**

- **Expansão em suínos com a aquisição da Carroll's Foods do Brasil. A Carroll's Foods do Brasil (atual MBL Alimentos S.A.) tem produção integrada de suínos, com granjas, fábricas de ração, criação e comercialização de suínos.**
- **Seguindo a estratégia de diversificação e aumento de produtos processados e industrializados, o Grupo iniciou a atuação em frangos com as aquisições das empresas DaGranja e Penapaulo Alimentos. A estratégia foi complementada com a aquisição de empresas do Grupo OSI no Brasil e na Europa. A aquisição incluiu 15 plantas de produtos processados e industrializados de frangos e outras proteínas, sendo 11 na Europa e 4 no Brasil. A aquisição da Moy Park (incluindo as subsidiárias no Reino Unido, França e Holanda) também complementam a estratégia de expansão na Europa iniciada em 2008 com a aquisição da CDB Meats, encurtando a cadeia de suprimentos até o cliente final.**
- **Expansão em "*beef jerky*" com a aquisição da empresa Mirab, líder na produção de "*beef jerky*" na Argentina, além da Mirab USA, maior processador e distribuidor de marca própria de "*beef jerky*" nos EUA e Canadá. Essa expansão foi complementada pela aquisição da marca Pemmican junto à ConAgra Foods nos EUA, onde foi estabelecido um acordo de distribuição junto aos maiores varejistas naquele país.**
- **Aumento de capital privado através da emissão de 63.995.000 ações ordinárias com direito a voto, onde foram captados R$ 943,4 milhões destinados ao plano de expansão da Companhia (especificamente direcionado para a Aquisição de Moy Park na Europa e das empresas do grupo OSI no Brasil), capital de giro e outras necessidades.**

4 - GOVERNANÇA CORPORATIVA

Como Companhia aberta listada no Novo Mercado da BM&FBOVESPA, os princípios de governança corporativa da Marfrig baseiam-se nas melhores práticas em relação à transparência, prestação de contas e equidade no tratamento dispensado a todos seus acionistas.

Seu capital é composto apenas por ações ordinárias, todas com iguais direitos em relação à alienação do controle acionário da empresa (*tag along* de 100%).

O Conselho de Administração da Companhia é formado atualmente por 7 Conselheiros, sendo 3 independentes.

Inspirado em valores éticos que estão além do cumprimento da legislação em vigor, o Código de Ética da Marfrig formaliza sua relação com clientes, consumidores, empregados, acionistas, fornecedores, poder público e comunidades.

Além de fornecer produtos e serviços de elevada qualidade, a Marfrig tem como propósito ser uma empresa cidadã, com práticas de gestão que a coloquem na vanguarda dentre as empresas que mantém a excelência nas relações, tanto no âmbito nacional quanto no internacional.

Em 2007, foram criados três comitês internos de apoio ao Conselho de Administração: (1º.) o Comitê de Auditoria, coordenado pelo conselheiro Marcelo Maia de Azevedo Correa; (2º.) o Comitê

Financeiro, coordenado pelo conselheiro Carlos Geraldo Langoni; e (3º.) o Comitê de Remuneração, Recursos Humanos e Governança Corporativa, sob coordenação do conselheiro Antonio Maciel Neto. Esses comitês se reúnem mensalmente.

Em 2008, foi criado o Comitê de Assessoramento Comercial, coordenado pelo conselheiro David G. McDonald, com a atribuição de assessorar o Conselho de Administração na gestão das atividades comerciais da Companhia.

5 - CONJUNTURA ECONÔMICA

Como reflexo do agravamento da crise de crédito norte-americana, o cenário econômico mundial apresentou forte deterioração na segunda metade do ano de 2008, apesar dos esforços feitos pelos governos para amenizar a desaceleração das suas economias. A escassez de crédito global precipitou uma crise de confiança que provocou significativa retração no nível de atividade econômica mundial. Entre as consequências desse recuo, está o avanço mais modesto do PIB mundial já em 2008, estimado hoje em 2,5%, comparado a uma expansão projetada de 0,9% a 1,3% para 2009, conforme o relatório “Perspectivas Econômicas Globais 2009”, publicado pelo Banco Mundial.

Os governos dos principais países vêm promovendo medidas para incentivar a economia, com o Banco Central Europeu reduzindo os juros gradativamente para fazer frente à desaceleração econômica na região. No início de janeiro de 2009, a taxa básica de juros foi reduzida para 2,00% ao ano, a mais baixa desde junho de 2003. Dados preliminares começam aparecer neste início de 2009, nos Estados Unidos, Japão e nas maiores economias do continente europeu (Alemanha, França, Reino Unido e Itália), mostrando que aqueles países sofrem uma forte degradação do nível de emprego.

O PIB brasileiro apresentou uma evolução sustentada nos últimos anos, encerrando 2008 com crescimento de 5,1%, contra 5,4% em 2007 e 3,6% em 2006 (Fonte: IBGE). Para 2009, o governo estima um crescimento entre 2,0% a 2,5%. A taxa de desemprego nas seis principais regiões metropolitanas avançou para 8,2% em janeiro, acima dos 6,8% verificados no mês anterior, segundo divulgado pelo o IBGE.

Pressionada pelo aumento da aversão ao risco, a taxa de câmbio sofreu depreciação de 30,5% frente ao dólar americano e fechou o ano com uma taxa de R$ 2,337 contra R$ 1,771 no final de 2007. A balança comercial manteve a trajetória de queda com redução de R$ 40,0 bilhões para R$ 24,7 bilhões no acumulado até dezembro de 2008.

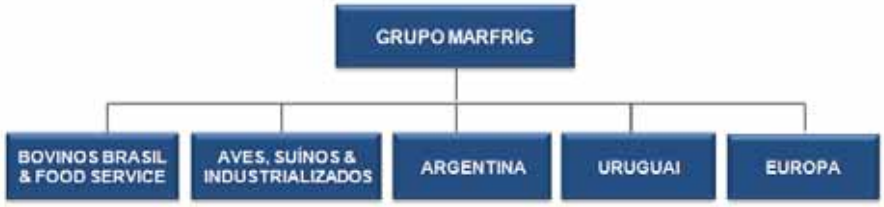
A crise financeira global requer atenção, mas as oportunidades no setor de alimentos são muito grandes. Segundo a ABIA (Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação), o setor de alimentos cresceu 4,4% em produção e 3,3% em faturamento real em 2008. A limitada elasticidade do consumo de alimentos deve fazer com que o segmento seja menos afetado pela desaceleração econômica em termos de volume de vendas. Na Europa, a carne de frango deve beneficiar-se da crise. Por ser a mais barata, há uma migração do consumo de outras proteínas para o consumo de frango.

A proteína bovina produzida na América do Sul também deve manter-se resiliente em seu consumo neste cenário, fortalecida por preços de gado mais baixo, como consequência da desvalorização das moedas sul-americanas frente ao Dólar norte-americano e ao baixo custo operacional de produção pela alimentação a pasto.

O posicionamento alcançado pela Marfrig em 2008 atesta que a empresa está pronta para atuar nesse cenário com oferta diversificada de proteínas animais. Ao mesmo tempo, a diversificação geográfica é um instrumento minimizador de riscos e a eficiência operacional é o caminho para a rentabilidade.

6 - ESTRUTURA OPERACIONAL

A Estrutura Operacional do Grupo Marfrig divide-se em cinco unidades estratégicas de negócios, onde cada unidade é gerida por um executivo responsável pelo desempenho operacional e financeiro. Todas as unidades operam com a mesma política, coordenadas por um departamento de controle centralizado, com clara aferição de desempenho, resultado e eficiência e orientadas por um comitê de comercialização, que alinha cada unidade à estratégia do Grupo.



Bovinos Brasil & *Food Service*

- 9 plantas de abate em 6 estados com capacidade de 13.300 cabeças/dia, 3 plantas de produtos processados e industrializados com capacidade de 465 toneladas/dia; 1 curtume na cidade de Promissão (SP) com capacidade de processamento de 1.500 couros/dia; Confinamentos de terminação nos estados de São Paulo e Mato Grosso e marcas: Bassi, Palatare, GJ (Exportação).

- 1 Centro de Distribuição na cidade de Santo André (SP) movimentando cerca de 300 toneladas de alimentos por dia; forte presença em São Paulo, Rio de Janeiro, Sul e Nordeste do Brasil; líder na distribuição de batatas pré-cozidas no eixo Rio – São Paulo; maior importador de cortes de cordeiros, cortes especiais de bovinos, salmão e pescados; frota própria com 55 veículos; aproximadamente 25 mil clientes ativos e distribuição de alimentos incluindo mais de 800 ítens: pescados, cortes especiais para churrasco, cortes bovinos, suínos, ovinos e frangos, batatas, vegetais congelados.

Frangos, Suínos & Industrializados

- 7 Plantas de abate de frangos em 5 estados com capacidade de 1,08 milhão de frangos/dia; 3 plantas de abate de suínos em 2 estados com capacidade diária de 4,2 mil suínos; 8 plantas de processados e industrializados com capacidade diária de 696 toneladas; granjas de suínos no Mato Grosso com capacidade de 12,2 mil matrizes e 1,2 mil suínos/dia; operação de frangos 100% integrada; fábricas de ração. Possui as marcas: DaGranja, Pena Branca e Mabella.

Argentina

- Marfrig é a maior empresa do setor argentino em termos de abate, vendas e exportações de carne bovina em valor; possui 62% de participação no mercado de hambúrgueres com sua marca Paty; opera 5 plantas de abate de bovinos

com capacidade diária de 3,9 mil cabeças; 5 plantas de produtos processados e industrializados com capacidade diária de 249 toneladas e possui as marcas: Paty e Aberdeen Angus. Nos Estados Unidos, opera com empacotamento e distribuição de *beef jerky* em marcas próprias para varejo e com a marca Pemmican.

Uruguai

- Marfrig é a maior empresa do Uruguai; representa cerca de 30% de todo o abate e das exportações de carne bovina do país; opera com 4 plantas de abate de bovinos com capacidade de 3,9 mil cabeças/dia; 2 plantas de abate de cordeiros com capacidade de 5,4 mil cabeças/dia; 3 plantas de produtos processados e industrializados com capacidade de 268 toneladas/dia; 1 planta de abate de cordeiros (no Chile) com capacidade diária de 3 mil cabeças; 1 planta de desossa (no Chile) e as marcas: Tacuarembó, Bernina e Paty.

Europa

- Moy Park é a maior empresa da Irlanda do Norte e líder no segmento de frangos com cerca de 30% de "*market share"*; maior produtor frango processado no Reino Unido; opera com 3 plantas de abate de frangos (2 na Inglaterra e 1 na Irlanda do Norte) com capacidade diária de 646 mil cabeças; 8 plantas de produtos processados e industrializados em 4 países (4 na Inglaterra, 2 na França, 1 na Irlanda do Norte e 1 na Holanda) com capacidade de 524 toneladas/dia de produtos industrializados; 1 unidade de importação e distribuição na Inglaterra; 1 fábrica de enlatados na Inglaterra; vendas concentradas em grandes varejistas e distribuidores no Reino Unido como por exemplo: Tesco e Sainsbury's; Moy Park tem 80% de "*market share"* no segmento de empanados resfriados e 75% em assados no Reino Unido e possui as marcas: Moy Park, Kitchen Range, Albert van Zoonen

7 - RESUMO SETORIAL

Bovinos

O ano de 2008 foi um ano desafiador para o Grupo Marfrig. Iniciamos com o embargo europeu contra a carne fresca brasileira, seguido pela crise econômica mundial que diminuiu o volume das exportações no fim do período devido à falta de crédito, estoques elevados e reajuste de preços em dólar. O setor, no Brasil, e ainda enfrentou o problema da baixa disponibilidade de oferta de gado provocado pelo elevado abate de matrizes em anos anteriores, levando o preço da arroba bovina em níveis recordes no ano, fazendo com que o setor trabalhasse com baixa utilização de capacidade.

A arroba do boi saiu de um patamar médio de R$ 55,00 em 2007 para atingir mais de R$ 103,00 em seu pico em algumas praças. No fim do ano, uma tendência de baixa iniciou-se ocasionada pela menor demanda externa devido à crise internacional e a falta de crédito para os importadores. O preço médio do boi gordo encerrou o ano cotado a R$ 75,30 (média de 17 praças no mês de dezembro), contra R$ 65,20 em dezembro de 2007, aumento de 15,5%.

O aumento no custo da matéria-prima foi repassado para o consumidor final, com os cortes de traseiro, dianteiro e ponta de agulha apresentando altas de 33,3%, 28,1% e 37,3% durante o ano no mercado interno, de acordo com os dados do Instituto de Economia Agrícola.

Dados da Secex apontam queda anual de 14% no volume de exportações de carne, de 1,61 milhão de toneladas de 2007 para 1,38 milhão de toneladas em 2008, que foi em parte compensada pelo aumento médio de 40% nos preços da carne no mercado internacional no último ano, com cotação média de US$ 3.848. As receitas de exportações de carne bovina geraram ao país US$ 5,325 bilhões contra US$ 4,424 bilhões em 2007, crescimento de 20,4%.

Em 2008, o Grupo Marfrig, através de sua diversificação geográfica, atendeu à demanda por carne fresca de seus clientes europeus através de suas plantas localizadas na Argentina e no Uruguai mesmo com a restrição às procedentes do Brasil. As exportações de carne bovina fresca do Brasil para a União Européia vêm crescendo gradativamente com o aumento do número de fazendas habilitadas e a Rússia demonstra sinais de retomada das importações da carne bovina brasileira, após o impacto inicial da crise global.

Frangos e Suínos

As safras 2007/2008 de milho e soja registraram produção de aproximadamente de 58,7 milhões e 60,0 milhões de toneladas respectivamente. Recordes na safra de milho, aliados às quedas nas exportações, provocaram a queda dos preços no mercado interno. Segundo dados do IEA (Instituto de Economia Agrícola) o preço da saca de milho (60 kg) no atacado em São Paulo atingiu R$ 19,40 em dezembro, representando uma queda de 35,5% em relação a dezembro de 2007.

O aumento da produção de soja foi motivado pelos bons preços do produto, aliado às boas condições climáticas ocorridas durante o ciclo da lavoura. O preço da soja em 2008 manteve-se em patamares elevados em relação ao ano anterior acompanhando a volatilidade dos preços no mercado internacional. O preço médio da saca da soja (60 kg) no atacado no Estado de São Paulo em dezembro foi de R$ 40,80, com alta de 5,6% em relação a dezembro de 2007.

Para a safra 2008/2009, a CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) estima uma produção de 50,3 milhões de toneladas de milho e 57,2 milhões de toneladas de soja. A estimativa de queda na produção deve-se aos efeitos climáticos em importantes estados produtores.

A receita de exportações de carne de frango cresceu 40% em 2008, atingindo US$ 7,1 bilhões (Fonte: Secex), sendo resultado de aumento anual de 11% no volume vendido, atingindo 3,7 milhões de toneladas, e de benefício do aumento dos preços da carne no mercado internacional. O preço médio da tonelada atingiu US$ 2.119 em setembro, elevação de 25% no ano, porém, no final do ano o setor também sofreu os efeitos da crise financeira e os preços voltaram a declinar. Ainda assim, o país continua sendo o maior exportador de frango do mundo.

Embora o consumo mundial de carne suína também apresente crescimento, o Brasil ainda possui uma atuação modesta no setor, com apenas 13% de "*market share"*. As receitas de novembro e dezembro foram afetadas pela queda na demanda da Rússia, que é atualmente o maior importador, respondendo por mais da metade das exportações brasileiras de carne suína. No ano, foram exportadas 530 mil toneladas, apresentando uma queda de 12% em relação a 2007. O aumento do preço da carne suína durante o ano fez com que a receita de exportação aumentasse 20% em relação a 2007, atingindo US$ 1,4 bilhão. (Fonte: Secex).

O consumo de proteínas animais (bovinos, suínos e frangos) tem crescido no mercado interno favorecido pelo crescimento do emprego e da renda e programas sociais voltados para camadas menos favorecidas. O Brasil é um dos maiores consumidores de carne bovina do mundo, consumindo cerca de 77% de sua produção. Segundo o IBGE, até o terceiro trimestre de 2008 o consumo das famílias aumentou 7,3% ante o mesmo período de 2007.

Outro fator importante, enfrentado pelas empresas exportadoras brasileiras foi a volatilidade cambial. O dólar iniciou o ano em um patamar de R$ 1,771 (janeiro), desvalorizou-se para R$ 1,591 em julho e valorizou-se para R$ 2,337 no mês de dezembro.

Argentina

A Argentina tem o maior índice de consumo per capita de carne bovina do mundo com aproximadamente 70 kg/habitante/ano. O ano de 2008 foi um ano desafiador na Argentina, onde no primeiro semestre, bloqueios nas estradas realizados pelos agricultores após o governo aumentar a alíquota do imposto de exportação de grãos provocaram impactos no setor agropecuário. No 2º trimestre, o governo introduziu novas regras de exportação de carne bovina, limitando as empresas a exportarem 25% de sua produção. Em meados do 2º semestre as exportações de carne bovina do país voltaram ao patamar normal, novamente impactadas no 4º trimestre com reflexos da crise financeira global. Por conta desses fatores, no ano foram exportadas 380 mil toneladas de carne, com uma queda de 20% em relação a 2007. A receita de exportação foi de US$ 1,67 bilhão, 15% superior à receita de 2007, impulsionada pelo aumento dos preços da tonelada exportada.

A continuidade na tendência de forte demanda no mercado interno favoreceu o Grupo Marfrig, que destina aproximadamente 85% do volume de produção ao mercado interno e detém 62% do mercado de hamburgueres no país com a marca Paty.

Uruguai

Em 2008, o Uruguai obteve o melhor ano de sua história com a exportação de carne bovina beneficiado pelas barreiras impostas ao Brasil e pelos problemas ocorridos na Argentina. Com o aumento da demanda pela carne uruguaia, o preço da tonelada no mercado internacional atingiu níveis elevados. Em setembro, chegou a atingir US$ 4.617/tonelada, quando o preço médio em 2007 foi de US$ 2.158/tonelada, retornando no final do ano ao patamar de US$ 2.388/tonelada. No ano, foram exportadas 373,5 mil toneladas, queda de 3,1% em relação a 2007. A receita de exportação cresceu 47,9% e atingiu US$ 1,22 bilhão.

Europa

A crise financeira e a alta dos preços dos alimentos e do petróleo tiveram reflexos na economia européia. Os governos dos principais países têm promovido medidas de incentivo à economia. O Banco Central Europeu vem reduzindo os juros para fazer frente à desaceleração econômica na região e, no início de janeiro de 2009, a taxa básica de juros chegou a 2,0% ao ano, a mais baixa desde junho de 2003. Essas sucessivas reduções na taxa de juros não tiveram reflexos em elevação de preços, fato comprovado pela inflação na zona do Euro que encerrou o ano em 1,6%, abaixo do limite estabelecido pelo BCE.

O setor de alimentos permanece menos afetado pela crise econômica. A carne de frango pouco sentiu em crises econômicas anteriores e é a mais consumida no Reino Unido, onde o consumo mantém-se estável nos últimos anos.

8 - ESTRATÉGIA EMPRESARIAL

A estratégia do Grupo Marfrig é criar uma rentabilidade sustentável baseada em:

- Diversificação geográfica, aproximando sua operação do consumidor final;
- Criação de uma base de produção estruturada em proteínas animais (bovinos, frangos, suínos e ovinos);

- Estrutura balanceada entre vendas domésticas e de exportação;
- Crescimento da participação de produtos industrializados em sua receita de vendas;
- Aumento de vendas nos canais de distribuição de "*Food Service"* no Brasil e no exterior; e
- Fortalecimento de suas marcas nos mercados brasileiro e internacional.

A estratégia de expansão e de diversificação do Grupo Marfrig mais uma vez mostrou-se acertada em 2008, com aquisição de empresas saudáveis e constituída de times bem formados em condições de conduzir o negócio de forma integrada e em equipe.

9 - RELACIONAMENTO COM CLIENTES

A filosofia de relacionamento da Marfrig assume o cliente como parceiro comercial e estratégico, e a empresa objetiva oferecer continuamente soluções personalizadas e atreladas às reais necessidades individuais. Consideram-se aspectos primordiais: a entrega no prazo estabelecido, a garantia de fornecimento, a entrega de produtos de qualidade, a inovação e uma comunicação fluente e constante com o cliente.

São esses diferenciais que adicionam valor às marcas do Grupo Marfrig.

10 - GESTÃO DE PESSOAS

O Grupo Marfrig encerrou 2008 com 39.219 colaboradores, dobrando em relação aos 19.648 funcionários de 2007, como conseqüência das 11 empresas adquiridas no ano de 2008. O quadro abaixo mostra o número de funcionários por Divisão:

Quadro de Funcionários Marfrig – Por Divisão/País		
	2007	**2008**
Administração	361	184
Bovinos Brasil	11.629	9.564
Food Service	469	597
Frangos & Suínos	981	12.720
Argentina	2.470	3.514
Uruguai	3.395	3.711
Chile	247	99
EUA	88	93
Europa	8	8.737
Total	**19.648**	**39.219**

Indicadores	2007	2008	Var %
Número de funcionários*	19.648	39.219	99,6%
Média do nº de funcionários no ano	14.618	26.933	84,2%
Faturamento Líquido por funcionário/ano - R$ mil	228,5	230,3	0,8%
Volume vendido por funcionário (ton/ano)	65,1	55,0	-15,5%

*Em dezembro de cada ano

A divulgação da Cultura do Grupo Marfrig objetiva unificar as práticas de RH em todas as empresas. Um novo conjunto de diretrizes sobre sistemas de gestão de segurança e saúde no trabalho para implementação em todas as empresas do Grupo está sendo desenvolvido, respeitando-se as especificidades de cada país em que atuamos.

O código de ética da Marfrig inclui mecanismos de procedimentos que previnem todas as formas de discriminação, desenvolvimento de sistemas de monitoramento e avaliação de seus resultados.

A empresa atende todas as determinações da OIT (Organização Internacional do Trabalho), bem como da Legislação Brasileira (Normas Regulamentadoras), desenvolvendo campanhas de orientações de segurança, treinamentos quanto ao uso correto de EPIs (equipamento de proteção individual), além de registro de todos os acidentes do trabalho e doenças profissionais.

A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, existente em todas as unidades e composta por membros da administração e dos trabalhadores, tem papel atuante e atende toda a mão-de-obra da empresa. Anualmente a Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho - SIPAT - é realizada, e, diariamente, ocorrem as inspeções de segurança com a participação dos membros da CIPA.

Todos os empregados do Brasil são orientados através de programas da empresa e em conjunto com a secretaria de saúde, sobre uso de preservativos, campanhas de saúde, DST e AIDS. Todas as informações de Segurança e Saúde são armazenadas nas unidades, os dados compilados, e, para que as políticas sejam implantadas de forma corporativa, as áreas de Saúde e Segurança interagem com as áreas de Recursos Humanos e de Operações.

.

11 - DESEMPENHO OPERACIONAL

Produção e Vendas Físicas

O abate de bovinos em 2008 manteve o mesmo nível de 2007, apresentando uma redução no Brasil que foi compensada pelo melhor desempenho no Uruguai e Argentina. Vale ressaltar que a redução no nível de animais abatidos no Brasil foi uma estratégia adotada pela Companhia para preservar suas margens, priorizando vendas através dos canais de distribuição com redução do volume vendido.

O elevado crescimento no número de suínos abatidos reflete principalmente a operação da Mabella que em 2007 foi adquirida no 4º trimestre e a aquisição da Carroll's Foods do Brasil (atual MBL Alimentos S.A.) em março de 2008.

O resultado parcial das operações de frangos reflete o significativo avanço da empresa neste segmento já nos posicionando no final de 2008 entre os 5 maiores produtores de frangos do Brasil e entre os dez maiores processadores dessa proteína animal no mundo. A operação de frango teve início no 2T08, com a entrada das operações do DaGranja e PenaPaulo para no 4T08 ser completada com as operações da Moy Park na Europa e das empresas do Grupo OSI no Brasil.

Cabeças Abatidas				Taxa Média de Utilização de Capacidade
	2007	2008	Var.%	2008
Bovinos	2.459.400	2.478.400	0,8%	51%
Suínos	177.407	873.729	392,5%	82%
Frangos	-	184.031.204	-	88%
Ovinos	56.000	319.894	471,7%	71%

VENDAS EM VALOR

A receita líquida consolidada da Marfrig atingiu R$ 6.203,8 milhões em 2008, com crescimento de 85,7% em relação a 2007. Vendas no mercado interno atingiram R$ 3.312,8 milhões e representaram 53,4% da Receita da Companhia enquanto as exportações atingiram R$ 2.891,0 milhões, representando 46,6%.

Carne "*in natura*" representou 67,9% da receita, enquanto que a linha de produtos processados e industrializados atingiu 22,3%, mostrando que a Companhia vem cumprindo sua estratégia de ampliar a participação dessa linha de produtos. O quadro seguinte mostra o desempenho de cada uma das divisões, por mercado:

POR DIVISÃO / MERCADO (R$ mil)	2007	2008	Var % 2008 X 2007
Bovinos Brasil	**1.935.079**	**1.690.203**	**-12,7%**
Mercado Interno	757.321	905.777	19,6%
Exportação	1.177.758	784.426	-33,4%
Varejo (*Food Service*) - Brasil	**330.727**	**467.188**	**41,3%**
Mercado Interno	330.727	467.188	41,3%
Exportação	-	-	-
Suínos e industrializados - Brasil	**60.963**	**368.262**	**504,1%**
Mercado Interno	29.464	209.987	612,7%
Exportação	31.499	158.275	402,5%
Frangos e industrializados - Brasil	**-**	**733.042**	**-**
Mercado Interno	-	309.099	-
Exportação	-	423.943	-
Total Frangos, Suínos e Industrializados	**60.963**	**1.101.304**	**1706,5%**
Mercado Interno	29.464	519.086	1661,8%
Exportação	31.499	582.218	1748,4%
Total Brasil	**2.326.769**	**3.258.695**	**40,1%**
Mercado Interno	1.117.512	1.892.051	69,3%
Exportação	1.209.257	1.366.644	13,0%
Argentina	**345.999**	**1.048.517**	**203,0%**
Mercado Interno	192.507	621.392	222,8%
Exportação	153.492	427.125	178,3%
Uruguai	**482.469**	**966.919**	**100,4%**
Mercado Interno	118.102	208.277	76,4%
Exportação	364.367	758.642	108,2%
Europa	**-**	**612.094**	**-**
Mercado Interno	-	504.799	-
Exportação	-	107.295	-
Tradings / Outras Unids Exterior	**184.712**	**317.572**	**71,9%**
Mercado Interno	105.693	86.259	-18,4%
Exportação	79.019	231.313	192,7%
Total Marfrig	**3.339.949**	**6.203.797**	**85,7%**
Mercado Interno	1.533.814	3.312.778	116,0%
Exportação	1.806.135	2.891.019	60,1%

VENDAS FÍSICAS (em toneladas)

As vendas físicas alcançaram 1.480,7 mil toneladas e superaram em 55,7% as vendas realizadas em 2007 (951,2 mil toneladas). As aquisições, as expansões de capacidade e a entrada no segmento de frangos contribuíram para esse crescimento.

O quadro seguinte mostra a quebra das vendas físicas e o crescimento registrado em 2008, por linha de divisão e por mercado:

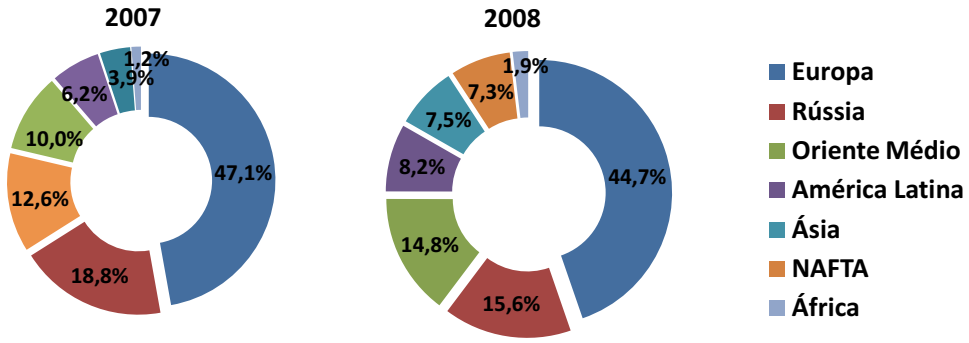
POR DIVISÃO / MERCADO (em toneladas)	2007	2008	Var % 2008 X 2007
Bovinos Brasil	**624.774**	**443.695**	**-29,0%**
Mercado Interno	399.387	337.711	-15,4%
Exportação	225.387	105.984	-53,0%
Varejo (*Food Service*) - Brasil	**59.796**	**84.298**	**41,0%**
Mercado Interno	59.796	84.298	41,0%
Exportação	-	-	-
Suínos e industrializados - Brasil	**17.964**	**108.136**	**502,0%**
Mercado Interno	10.940	78.061	613,5%
Exportação	7.024	30.075	328,2%
Frangos e industrializados - Brasil	**-**	**234.789**	**-**
Mercado Interno	-	115.688	-
Exportação	-	119.101	-
Total Frangos, Suínos e Industrializados	**17.964**	**342.925**	**1809,0%**
Mercado Interno	10.940	193.749	1671,0%
Exportação	7.024	149.176	2023,8%
Total Brasil	**702.534**	**870.918**	**24,0%**
Mercado Interno	470.123	615.758	31,0%
Exportação	232.411	255.160	9,8%
Argentina	**95.046**	**285.580**	**200,5%**
Mercado Interno	73.716	244.169	231,2%
Exportação	21.330	41.411	94,1%
Uruguai	**133.147**	**204.868**	**53,9%**
Mercado Interno	62.678	114.152	82,1%
Exportação	70.469	90.716	28,7%
Europa	**-**	**82.498**	**-**
Mercado Interno	-	66.026	-
Exportação	-	16.472	-
***Tradings* / Outras Unids Exterior**	**20.514**	**36.903**	**79,9%**
Mercado Interno	11.893	13.636	14,7%
Exportação	8.621	23.267	169,9%
Total Marfrig	**951.241**	**1.480.767**	**55,7%**
Mercado Interno	618.410	1.053.741	70,4%
Exportação	332.831	427.026	28,3%

Exportações

As vendas líquidas destinadas ao mercado externo cresceram 60,1% em 2008 e representaram 46,6% das vendas líquidas totais da Companhia, alcançando um valor de R$ 2.891,0 milhões contra R$ 1.806,1 milhões em 2007.

O Grupo Marfrig exporta seus produtos para mais de 120 países, sendo a União Européia o principal destino, respondendo por 44,7% da receita exportada em 2008 contra 47,1% em 2007. A Rússia vem em seguida com 15,6% de participação contra 18,8% em 2007 e sendo o Oriente Médio o terceiro principal destino respondendo por 14,8% da receita contra 12,6% em 2007. A queda na participação da União Européia reflete o embargo contra a carne bovina brasileira *in natura*. Contudo, a Companhia continua atendendo seus clientes através de suas plantas no Uruguai e Argentina. Abaixo, a abertura dos destinos de exportações.

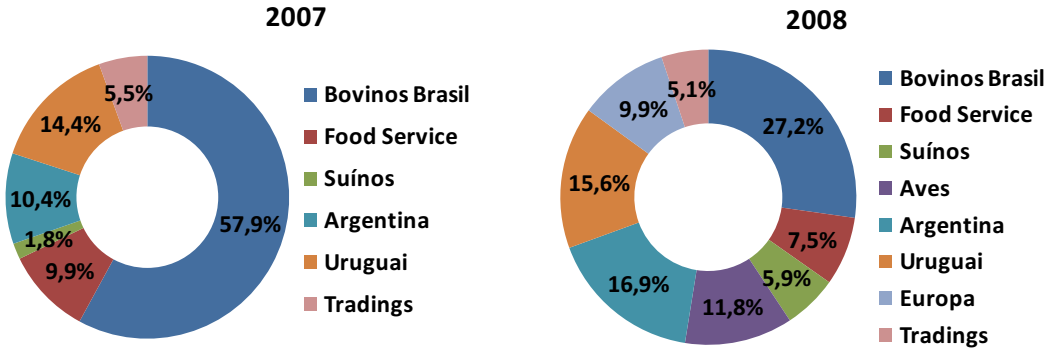
Consolidado - % na Receita



12 - DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

Receita Operacional Líquida

A receita líquida cresceu 85,7% e atingiu R$ 6.203,8 milhões em 2008, quando comparados aos R$ 3.339,9 milhões obtidos em 2007. Esse resultado foi alcançado devido à conclusão e implementação da estratégia de diversificação e crescimento através de aquisições, da entrada no segmento de frangos, do crescimento do segmento de produtos processados e industrializados de maior valor agregado, na Argentina, no Brasil no Uruguai e na Europa e do crescimento das vendas no segmento de "*food service*". O gráfico abaixo mostra a participação de cada Divisão na Receita Líquida da Companhia.



Desempenho Financeiro por Divisão de Negócios:

Bovinos Brasil e *Food Service*

No ano de 2008, as vendas líquidas da Divisão Bovinos Brasil foram de R$ 1.690,2 milhões, representando uma redução de 12,7% em relação a 2007. O volume vendido atingiu 443,7 mil toneladas, queda de 29% em relação ao ano anterior. O alto custo do gado devido à escassez, o embargo europeu contra a carne brasileira *in natura* e à redução nos pedidos da Rússia no 4º trimestre por conta da escassez de crédito naquele país impactaram as exportações dessa Divisão. O consumo no mercado interno se manteve elevado, sendo que os preços sofreram redução no final do ano devido à maior oferta de produtos com a queda nas exportações. No cenário de preços de gado elevados, a Companhia optou por priorizar suas vendas internas através dos canais de distribuição nos quais obteve maiores margens. Dentro dessa estratégia, há uma redução no volume vendido, minimizando os efeitos na rentabilidade da operação.

Outro destaque dessa Divisão foram os investimentos realizados na modernização e ampliação da capacidade de produtos de valor agregado nas plantas de Chupinguaia (desossa e túnel de congelamento contínuo), Tangará da Serra (graxaria e laboratório), Paranatinga (graxaria), Mineiros (graxaria), Bataguassu (graxaria), Promissão I (laboratório, ampliação de triparia, linha de produtos de limpeza), Promissão II (túnel de congelamento contínuo e abate de ovinos), São Gabriel (modernização, ampliação da desossa e túnel de congelamento contínuo) e Pampeano (ampliação da linha de enlatados).

Também foram realizados investimentos em tecnologias de melhoria ambiental, como tratamento de efluentes via biodigestores e substituição de combustível fóssil por sebo nas caldeiras de suas plantas.

No "*Food Service"* as vendas líquidas atingiram R$ 467,2 milhões, representando um aumento de 41,3% em relação a 2007. O volume vendido alcançou 84,3 mil toneladas, crescendo 41% em relação a 2007, explicado também pela entrada na operação de frangos. O preço médio no ano foi de R$ 5,54, mantendo o mesmo patamar de 2007. A maior diversificação aliada às sinergias entre as divisões da Companhia gerou maior volume vendido através do *food service*.

Frangos, Suínos e Industrializados

A receita de Suínos aumentou 504% em 2008 atingindo R$ 368,3 milhões com o preço médio crescendo 0,4% no ano. As vendas físicas foram de 108,1 mil toneladas, representando um

aumento de 502% em relação a 2007. O crescimento nas vendas é explicado pela aquisição da Mabella no 4º trimestre de 2007 e da Carroll's Foods do Brasil em fevereiro de 2008.

Dando prosseguimento à estratégia de crescimento e diversificação, em 2008 o Grupo Marfrig entrou no segmento de frangos no 2º trimestre com as empresas DaGranja e Penapaulo. Em junho de 2008 foi anunciada ao mercado a aquisição da Moy Park na Europa e dos ativos do Grupo OSI no Brasil. Acreditamos que as operações na Europa proporcionem ao Grupo Marfrig uma porta de entrada para os principais clientes Europeus. No Brasil, a aquisição incluiu as empresas Braslo, Penasul e Agrofrango (consolidadas no resultado do 4º trimestre da Companhia). As vendas líquidas do segmento de frangos atingiram R$ 733 milhões com volume de 234,8 mil toneladas.

Para o ano de 2009, essa Divisão contará com o lançamento de mais de 80 produtos, com predominância para produtos de valor agregado, seguindo a estratégia da Companhia de estar cada vez mais próximo do consumidor final. Também terá início as operações de uma fábrica de carne cozida e pratos prontos em Brasília e uma moderna fábrica de rações no Rio Grande do Sul. Outros investimentos serão realizados na modernização das plantas de abate, que permitirão uma redução de custos operacionais, melhoria na qualidade e acesso a novos mercados.

Argentina

As vendas líquidas da Divisão Argentina cresceram 203% em relação a 2007, atingindo R$ 1.048,5 milhões. O volume vendido foi de 285,6 mil toneladas, 200,5% superior em relação a 2007. O crescimento é explicado principalmente pelas aquisições das empresas Vivoratá, Estancias del Sur e Quickfood em novembro de 2007. As exportações de carne bovina Argentina, que haviam retornado aos patamares normais durante o segundo trimestre, foram impactadas pela crise financeira mundial no 4º trimestre, onde a desvalorização do Peso Argentino frente ao Dólar provocou uma queda nos preços em US$ FOB.

No mercado interno, houve aumento nas vendas com destaque para a venda de produtos de valor agregado. A marca Paty aumentou para 62% sua representatividade no mercado de hamburgueres contra 57% no ano anterior. O crescimento das vendas é resultado da estratégia comercial da Companhia que destina cerca de 85% de seu volume de produção para o mercado interno.

Uruguai

Em 2008, a Divisão Uruguai do Grupo Marfrig representou 26% do abate total do Uruguai com 28,5% das exportações de carne e 7% do total das exportações do país. As vendas líquidas da Divisão somaram R$ 966,9 milhões representando um crescimento de 100,4% em relação a 2007. O volume vendido foi de 204,8 mil toneladas, 53,9% superior ao ano anterior. As aquisições dos frigoríficos em Salto - Cledinor (jun/07) e Colonia (out/07), o aumento nos preços de venda (30,3% no ano) e o crescimento nas vendas de produtos de maior valor agregado impactaram o crescimento dessa Divisão.

As sinergias também são resultado da estratégia de integração das 4 empresas do Grupo no Uruguai (Tacuarembó, Inaler, Cledinor e Colonia), que permitiram:
- A centralização do marketing e de comunicação corporativa;
- A centralização da compra de insumos que melhorou o poder de negociação com os fornecedores;
- A centralização das vendas que permitiram ao Grupo melhorar o relacionamento e melhor poder de negociação com seus clientes. Além disso, permitiu uma otimização logística com redução de custos operacionais;
- A centralização das finanças que proporcionou uma utilização mais racional do capital, minimizando os custos financeiros.

Tradings

As vendas líquidas da Divisão "*Tradings"* somaram R$ 317,6 milhões, representando um crescimento de 72% em relação a 2007. O volume cresceu 80%, atingindo 36,9 mil toneladas. O crescimento é decorrente principalmente das aquisições das empresas Quinto Cuarto (jul/07) e Frigorífico Patagônia (ago/07) e da inserção de produtos de frangos e suínos nas vendas modificando o mix de nossos produtos.

Europa

Os resultados da Divisão Europa*,* refletem à adição das empresas Moy Park, Kitchen Range e Albert Van Zoonen no 4º trimestre de 2008. A Divisão Europa, consolidada no 4T08, possui operações integradas de Frango, onde em 2008 cerca de 61% de sua receita foi de produtos processados e industrializados. As vendas líquidas atingiram R$ 612,1 milhões com um volume de 82,5 mil toneladas.

Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos (CPV) cresceu 82,4%, passando de R$ 2.673 milhões em 2007 para R$ 4.877 milhões em 2008 explicado primordialmente devido a estratégia de expansão do Grupo ocorrida em 2008 (através de aquisições e expansões). O principal componente do CPV continuou sendo a compra de matéria-prima (animais e insumos para ração) que representou 77,2% em 2008 contra 79,4% em 2007. A elevação no preço da matéria-prima (gado e grãos) no ano de 2008 foi compensada pelo aumento nos preços da carne nos mercados interno e externo. Apesar da queda nos preços em Dólar da carne exportada (bovina, suína e frango) no final de 2008 devido ao reajuste de preços ocorrido no mundo e problemas de escassez de crédito e elevados estoques de alguns importadores, a depreciação do Real frente ao Dólar contribuiu para a elevação dos preços em Reais no ano.

Margem Bruta e Lucro Bruto

Em 2008, a Margem Bruta foi de 21,4% ou 140 b.p. superior aos 20,0% registrados em 2007. O Lucro Bruto atingiu R$ 1.326,9 milhões e aumentou 99% se comparado aos R$ 666,9 milhões registrados em 2007. Esse crescimento em termos absolutos deveu-se ao processo de expansão causado pelas 12 aquisições realizadas em 2008.
O Grupo manteve sua estratégia de forma a preservar sua rentabilidade no conjunto de suas unidades, principalmente através de sua diversificação geográfica (Brasil, Argentina, Uruguai, Chile, EUA e agora Europa) com o aumento da participação de produtos industrializados atingindo 30,8% no 4T08 e 22,3% em 2008, aumento nas vendas de frangos/suínos e retorno das exportações argentinas aos patamares anteriormente registrados.

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas (SG&A)

Em 2008, as despesas com vendas, gerais e administrativas foram de R$ 573,1 milhões contra R$ 323,4 milhões em 2007. O SG&A representou 9,3% da receita líquida em 2008, inferior em 40 pontos-base se comparado aos 9,7% da receita líquida em 2007. A Companhia continua focada em sua estratégia de redução de custos e despesas, principalmente na integração das estruturas das unidades recentemente adquiridas obtendo ganhos com as sinergias.

EBITDA

Em 2008 o EBITDA da Marfrig atingiu R$ 884,4 milhões de reais aumentando 132,6% se comparado com os R$ 380,2 milhões registrados em 2007. A margem EBITDA foi de 14,3% em 2008 contra 11,4% em 2007.

A Companhia incorporou R$ 131,1 milhões em créditos tributários no período. Sem considerá-los, o EBITDA da Marfrig em 2008 ficaria em R$ 752,9 milhões, superior em 98% se comparado com os R$ 380,2 milhões registrados em 2007.

Resultado Financeiro Consolidado

No exercício de 2008, o resultado financeiro da Companhia foi impactado pela apreciação do US$ frente ao R$ de aproximadamente 31,9%. A Companhia possui 81,6% de seu endividamento em moeda estrangeira dessa forma, a apreciação da moeda gerou um efeito líquido negativo de R$ 743,6 milhões (sem efeito caixa). O resultado financeiro líquido no ano foi uma despesa financeira de R$ 961,1 milhões contra R$ 256,9 milhões em 2007 ou R$ 226,7 milhões excluindo-se as despesas com abertura do capital.

Cumpre ressaltar que, dentro de sua política financeira conservadora, a Marfrig não se utiliza de derivativos alavancados ou de risco, sendo sua exposição limitada às necessidades operacionais e descrita nas notas abaixo.

Lucro Líquido e Margem Líquida

Em 2008 a empresa apresentou um prejuízo líquido de R$ 35,5 milhões influenciado principalmente pela desvalorização cambial ocorrida no ano. O resultado líquido foi negativo em R$ 35,5 milhões, 141,8% inferior aos R$ 84,9 milhões registrados em 2007. Em 2008, a margem líquida ficou negativa em 0,6% contra uma margem positiva de 2,5% registrada em 2007.

Endividamento Consolidado

O endividamento financeiro total da Companhia ao final de 2008 era de R$ 4.313,5 milhões, composto por R$ 1.232,1 milhões em dívidas de curto prazo (ou 28,6% do total) e R$ 3.081,4 milhões em dívidas de longo prazo (ou 71,4 % do total). Do total de nossas dívidas, 58,2% possuem garantias através de aval, fianças bancárias ou notas promissórias. A abertura das garantias está contida na Nota Explicativa nº 16 das demonstrações contábeis abaixo.

O objetivo da Companhia é adequar a estrutura de financiamento do capital de giro das empresas do Grupo para o longo prazo, a fim de restabelecer a política de endividamento adotada pela Marfrig que é de 15% no curto prazo e os restantes 85% no longo prazo.

Investimentos

No acumulado de 2008 a Marfrig investiu R$ 1.751,8 milhões, sendo R$ 1.466,9 milhões em aquisições de empresas no Brasil e exterior e R$ 284,8 milhões na construção, manutenção, modernização e/ou expansão de nossas plantas. Parte do investimento de 2008 foi pago com 20.117.637 ações ordinárias da Companhia emitidas a R$ 21,50 no aumento de capital privado finalizado em outubro de 2008, correspondendo a R$ 432,5 milhões.

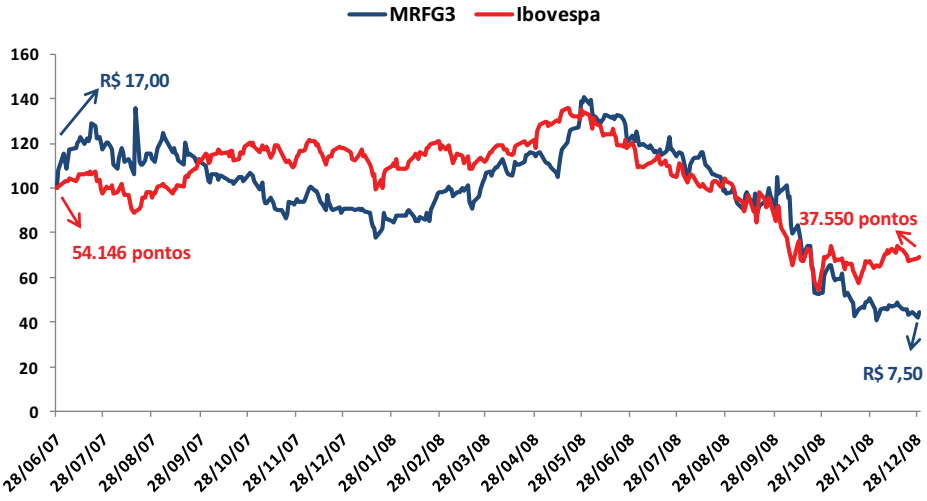
13 - MERCADO DE CAPITAIS

O capital social subscrito e integralizado da Marfrig em 31 de dezembro de 2008 era constituído por 267.943.954 ações ordinárias. Nossas ações participam das carteiras teóricas do IBrX – Índice Brasil, IGC – Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada, do ITAG – Índice de Ações com Tag Along, INDX – Índice do Setor Industrial, SMLL – Índice Small Cap e do ICON – Índice de Consumo.

Em outubro de 2008, a Marfrig realizou um aumento de capital privado, através da emissão de 63.995.000 novas ações ordinárias. Após a conclusão do aumento de capital, os acionistas da Companhia que detém mais de 5% de participação no capital social são: MMS Participações com 50,44% (135.162.786 ações ordinárias); BNDES Participações com 14,66% (39.286.259 ações ordinárias) e OSI Group International com 7,51% (20.117.637 ações ordinárias).

Em 2008, as bolsas em todo o mundo e inclusive no Brasil registraram fortes perdas. A crise financeira desencadeada nos Estados Unidos e as incertezas sobre o futuro geraram uma forte perda de confiança em todos os mercados, fazendo com que os investidores buscassem investimentos mais seguros e menos arriscados como, por exemplo, os papéis do tesouro norte-americano. A BM&FBOVESPA fechou 2008 com saldo negativo de R$ 24,6 bilhões na participação de capital externo, o desempenho mais fraco desde 1994, quando a Bolsa começou a publicar os dados de movimentação de recursos externos.

As ações da Marfrig encerraram o ano de 2008 cotadas a R$ 7,50, apresentando uma desvalorização de 50,8% no ano. No mesmo período, o Ibovespa desvalorizou 41,2%, encerrando o ano a 37.550 pontos. As ações da Marfrig estiveram presentes em 100% dos pregões, movimentando 88,7 milhões de ações, R$ 1,4 bilhão, em aproximadamente 51 mil negócios realizados. Em 31 de dezembro, o valor de mercado da Companhia era de R$ 2,009 bilhões. O gráfico abaixo mostra um comparativo do desempenho das ações da Marfrig com o Ibovespa.



14 - RESPONSABILIDADE SÓCIO - AMBIENTAL

A Marfrig tem atuado em seu papel no desenvolvimento social e na responsabilidade social em todos os países em que atua. Em 2007 foi criado o Departamento de Ação Social responsável por desenvolver projetos sociais. Anualmente a Marfrig tem contribuído com um volume crescente de recursos financeiros e capital humano para hospitais, entidades beneficentes e projetos sociais, destinando inclusive parte de sua produção para comunidades carentes em diversas regiões brasileiras.

Para a sustentabilidade das operações do Grupo Marfrig, a Companhia busca tomar todas as medidas para preservar o meio ambiente e gerar um impacto positivo nas comunidades em que atua. A Companhia possui uma Política Ambiental onde são definidas ações e procedimentos a serem adotados por todas as áreas da companhia.

São realizadas reuniões com a presença de diretores da Companhia, onde são definidos os projetos e estabelecidas as metas na área ambiental. Entre os projetos de geração de crédito de carbono em andamento, podem ser citados: (i) a geração de energia elétrica utilizando biomassa; (ii) a substituição de combustível fóssil por sebo nas caldeiras de suas plantas; e (iii) o tratamento de efluentes em reatores anaeróbicos (biodigestores) com captura e queima do gás metano. Além disso, foi implantado o tratamento de efluentes via biodigestores nas plantas de Bataguassu, Porto Murtinho, Promissão I e II e, se constatado viável pelas pesquisas de desenvolvimento, será implantado também nas plantas de Mineiros, Chupinguaia, Paranatinga e Tangará da Serra.

15 - CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

A Companhia, seus administradores e membros do conselho de administração obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada, ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos das disposições contidas no Contrato de participação no Novo Mercado, no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, no Estatuto Social, na Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM, nos regulamentos da BM&FBOVESPA, nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, nas Cláusulas Compromissórias e no Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, conduzida em conformidade com este último Regulamento.

16 - PROJEÇÕES EMPRESARIAIS DE RESULTADOS

Em 21 de janeiro de 2008 o Marfrig anunciou ao mercado as projeções dos resultados que pretenderia atingir em 2008. Demonstramos abaixo a comparação do resultado efetivamente alcançado pela Companhia em 2008 com as projeções máximas e mínimas, ressaltando que todos os resultados alcançados pela Companhia superaram ou ficaram dentro da projeção.

	Guidance 2008	Resultados Atingidos	Atingimento s/ mínimo
Receita Líquida	R$ 6,0 bilhões R$ 6,5 bilhões	R$ 6,2 bilhões	+3,4%
EBITDA[1]	R$ 600 milhões R$ 715 milhões	R$ 884,4 milhões	+47,4%
Margem EBITDA	10% 11%	14,2%	+420 b.p.
CAPEX[2]	R$ 250 milhões	R$ 284 milhões	+13,6%

1 Lucro antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações

2 Não inclui aquisições

A administração do Grupo Marfrig vê o ano de 2009 como um grande desafio a ser superado, dado o cenário apresentado pela crise econômica mundial.

Dentro desse contexto, o Grupo apresenta seus objetivos para o ano, ressaltando que tal projeção é feita dentro do atual cenário e mediante certas premissas que vão abaixo descritas, bem como os riscos inerentes às mesmas.

	Guidance 2009
Receita Líquida	R$ 10,5 a 12,0 bilhões
EBITDA[1]	R$ 840 milhões a 1,2 bilhão
Margem EBITDA	8% a 10%
Dívida Líquida / EBITDA [LTM]	< 3,0X
CAPEX[2]	R$ 220 milhões

LTM – ùlitmos 12 meses
Principais premissas de câmbio: R$ 2,30 / US$; USD 1,50 / libra esterlina, USD 1,35 / Euro
Riscos: deterioração do cenário econômico mundial, com consequências sobre a estratégia diversificada de operações do Grupo Marfrig.

17 - POLÍTICA DE DIVIDENDOS

O dividendo obrigatório do Grupo Marfrig é de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social, apurado nas demonstrações contábeis da Companhia controladora. A declaração anual de dividendos, incluindo o pagamento do mesmo, além do dividendo mínimo obrigatório, exige aprovação em Assembléia Geral Ordinária por maioria de votos de acionistas titulares das ações da Marfrig e irá depender de diversos fatores. Dentre esses fatores estão os resultados operacionais, condição financeira, necessidades de caixa e

perspectivas futuras da Companhia, dentre outros fatores que o Conselho de Administração e acionistas da Marfrig julguem relevantes.

Em função do resultado apurado no ano de 2008 e como medida julgada acertada em relação à sua política financeira, a administração propõe não serem atribuídos dividendos a distribuir relativos ao exercício de 2008, bem como confirma não ter declarado juros sobre o capital próprio no referido exercício.

18 – PERSPECTIVAS

O ano de 2009 será um ano de grandes desafios. Sinais da crise já podem ser sentidos no Brasil, afetando setores mais dependentes de crédito. Acreditamos que o setor de alimentos será menos impactado que os outros setores da economia, visto que alimentação é essencial para nossa sobrevivência. O consumo mundial de proteína animal continua crescendo impulsionado pelo aumento populacional no mundo e pelo crescimento da renda nos países em desenvolvimento. A desaceleração econômica deve provocar um reajuste de preços tanto na carne bovina, quanto na suína e frango, porém, sem redução do volume. A apreciação do Dólar norte-americano deve continuar beneficiando os países sul-americanos, que ganham mais em competitividade.

No caso do Brasil, as exportações de carne bovina devem apresentar crescimento com a União Européia voltando a importar volumes significativos, além de outros países como Chile, Honk Kong, Filipinas, Irã e China que tem potencial para aumentar o volume. A Rússia, que teve problemas de crédito para os importadores no final de 2008, já mostra sinais de retomada das importações. O mercado interno deve continuar aquecido com a maior disponibilidade de renda das classes menos favorecidas. Desde 2003, o consumo de carne no Brasil cresce a taxas anuais de 4,9%.

O consumo mundial de frango vem apresentando crescimento consistente nos últimos anos e deve continuar em 2009. Por ser a carne mais barata, deve beneficiar-se com a migração do consumo de carne bovina para o frango. O Brasil, que desde 2004 é o maior exportar de carne de frango do mundo, deve ter um crescimento no volume, porém, os preços devem manter-se estáveis. Deve haver uma pressão para reajuste dos preços no mercado internacional devido à depreciação do Real e queda nos preços dos grãos.

Para a Marfrig, 2009 será um ano de consolidação e integração de todas as Companhias adquiridas ao longo de 2008. Trabalharemos para obter sinergias em nossas operações e reduzir nossas despesas.

Acreditamos que em 2008 a Marfrig consolidou-se como uma das principais indústrias de alimentos do mundo, com 57 plantas únicas em 9 países, exportando seus produtos para mais de 120 países e contando com mais de 39 mil colaboradores.

19 - AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos os que contribuíram com o crescimento e com a integração da empresa desde seu início e, em especial, durante este ano de 2008.

No ano de 2009, queremos e precisamos contar, ainda mais, com todos para os grandes desafios que teremos em um ano conturbado pelo cenário internacional.

Obter melhores resultados é um desafio para todos, que é revertido para o benefício do mercado e dos que participam em nossa evolução dentro dos valores e princípios que norteiam o Grupo Marfrig.

Advertência - As afirmações contidas neste documento relacionadas a perspectivas dos negócios, resultados operacionais, resultados financeiros e crescimento da Marfrig Frigoríficos e Comércio de Alimentos S/A. são meramente projeções e, como tais, estão baseadas exclusivamente nas expectativas da Diretoria sobre o futuro dos negócios. Essas expectativas dependem, substancialmente, das condições de mercado, do desempenho da economia brasileira, do setor e dos mercados internacionais e, portanto, são sujeitas a mudança.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração e Acionistas
Marfrig Frigoríficos e Comércio de Alimentos S.A.
São Paulo - SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais individual (controladora) e consolidado da Marfrig Frigoríficos e Comércio de Alimentos S.A. levantados em 31 de dezembro de 2008 e as respectivas demonstrações individual (controladora) e consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, correspondentes ao exercício findo nessa data, elaboradas sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis das empresas controladas Frigoclass Alimentos S.A., Secculum Participações Limitada e União Frederiquense Participações Limitada, foram por nós revisadas. As demonstrações contábeis das empresas controladas Argentine Breeders & Packers S.A., Establecimientos Colonia S.A., Frigorífico Tacuarembó S.A., Inaler S.A., Marfrig Chile Inversiones Limitada, Masplen Limited, Quickfood S.A., Prestcott International S.A. e Weston Importers Limited, foram revisadas por outros auditores independentes, firmas membro da rede BDO. Nossa opinião, com respeito aos saldos dos investimentos nessas empresas e aos correspondentes resultados de equivalência patrimonial, está embasada nos trabalhos daqueles auditores. Destacamos que as demonstrações contábeis da Weston Importers Limited contemplam, a partir de 7 de março de 2008, as operações da CDB Meats Ltd. e a partir de 1° de outubro de 2008, as operações da Moy Park Holdings (Europe) Limited.

2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; a constatação com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração das Companhias, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, baseados em nossos exames e na opinião de outros auditores independentes, conforme mencionado no parágrafo 1, as demonstrações contábeis referidas no mesmo parágrafo representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual (controladora) e consolidada, da Marfrig Frigoríficos e Comércio de Alimentos S.A. em 31 de dezembro de 2008, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações referentes ao exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração e Acionistas
Marfrig Frigoríficos e Comércio de Alimentos S.A.
São Paulo - SP

4. Anteriormente, auditamos as demonstrações contábeis individuais (controladora) e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos desse exercício, sobre as quais emitimos parecer com ênfase referente a demonstração do fluxo de caixa como informação complementar àquelas demonstrações contábeis, datado de 6 de fevereiro de 2008 e 25 de fevereiro de 2008 para as notas explicativas "23.d" que tratava de restrições à importação de carne pela Rússia e "23.e", que tratava de novas aquisições. Conforme mencionado na nota explicativa 3, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 1º de janeiro de 2008. As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações contábeis de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC -13 – Adoção Inicial da lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.

5. A demonstração do fluxo de caixa correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, preparada em conexão com as demonstrações contábeis do exercício de 2008, foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo 2 e, em nossa opinião, essas demonstrações estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis mencionadas no parágrafo 4, tomadas em conjunto.

Ribeirão Preto, 26 de fevereiro de 2009 (exceto pela nota explicativa n° 25, que é datada de 5
de março de 2009).

Estefan George Haddad
Sócio-contador
CRC 1DF008320/O-5 "S" SP
BDO Trevisan Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5

QUADRO 1

MARFRIG FRIGORÍFICOS E COMÉRCIO DE ALIMENTOS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/08	31/12/07	31/12/08	31/12/07
ATIVO				
Circulante				
Disponibilidades (nota 4)	774.160	867.752	1.071.664	1.049.806
Valores a receber - clientes nacionais (nota 5)	380.987	321.455	686.035	387.169
Valores a receber - clientes internacionais (nota 5)	115.847	237.807	315.877	350.205
Estoques de produtos e mercadorias (nota 6)	774.872	446.363	1.581.934	594.571
Impostos a recuperar (nota 7)	455.572	221.693	689.393	297.867
Despesas do exercício seguinte	910	904	25.237	1.799
Outros valores a receber	304	-	305	-
Total do ativo circulante	2.502.652	2.095.974	4.370.445	2.681.417
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Aplicações financeiras	212	238	4.195	3.274
Depósitos compulsórios	15.895	5.498	23.378	5.524
Títulos a receber (nota 8)	1.589.329	56.515	363	2.629
Impostos diferidos (nota 9)	275.597	12.185	303.568	20.314
Impostos a recuperar (nota 7)	2.010	2.009	44.631	2.752
Outros valores a receber	93	89	9.243	8.784
	1.883.136	76.534	385.378	43.277
Investimento (nota 10)	867.354	944.043	1.197	647.016
Imobilizado (nota 11)	890.682	651.666	2.235.688	947.842
Intangível (nota 12)	525.038	-	2.144.212	-
Diferido (nota 13)	-	-	18.252	11.114
	2.283.074	1.595.709	4.399.349	1.605.972
Total do ativo não circulante	4.166.210	1.672.243	4.784.727	1.649.249
Total do ativo	6.668.862	3.768.217	9.155.172	4.330.666

	Controladora		Consolidado	
	31/12/08	31/12/07	31/12/08	31/12/07
PASSIVO				
Circulante				
Fornecedores	81.134	168.270	748.495	335.396
Pessoal, encargos e benefícios sociais (nota 14)	97.492	50.531	269.793	71.479
Impostos, taxas e contribuições (nota 15)	9.297	17.500	274.543	40.465
Empréstimos e financiamentos (nota 16)	577.500	246.463	1.232.097	428.105
Títulos a pagar	11.660	269.753	11.660	269.753
Juros sobre o capital próprio	-	32.111	-	32.111
Arrendamento a pagar (nota 17)	43.914	-	62.582	-
Outras obrigações	235	2.143	200.323	30.016
Total do passivo circulante	821.232	786.771	2.799.493	1.207.325
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos (nota 16)	2.820.083	1.510.770	3.081.377	1.645.856
Impostos, taxas e contribuições (nota 15)	37.087	60.207	78.674	61.794
Impostos diferidos (nota 19)	39.899	43.151	109.019	57.277
Provisões (nota 18)	44.990	43.976	108.475	48.154
Arrendamento a pagar (nota 17)	107.603	-	142.114	-
Outros	68.117	41.015	88.252	4.563
Total do passivo não circulante	3.117.779	1.699.119	3.607.911	1.817.644
Participação dos acionistas não controladores	-	-	17.917	23.370
Patrimônio líquido (nota 20)				
Capital social	2.525.639	1.183.826	2.525.639	1.183.826
Reservas de lucros	155.061	3.217	155.061	3.217
Ajustes de avaliação patrimonial	15.777	-	15.777	-
Ajustes acumulados de conversão	33.374	-	33.374	-
Lucros acumulados	-	95.284	-	95.284
	2.729.851	1.282.327	2.729.851	1.282.327
Total do passivo e patrimônio líquido	6.668.862	3.768.217	9.155.172	4.330.666

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 2

MARFRIG FRIGORÍFICOS E COMÉRCIO DE ALIMENTOS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
RECEITA OPERACIONAL BRUTA				
Mercado interno	1.641.642	1.489.722	3.838.545	1.869.706
Mercado externo	644.948	1.080.304	2.936.668	1.856.544
	2.286.590	2.570.026	6.775.213	3.726.250
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA				
Impostos sobre vendas	(133.415)	(129.769)	(314.883)	(183.585)
Devoluções e abatimentos	(184.794)	(190.051)	(256.533)	(202.716)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.968.381	2.250.206	6.203.797	3.339.949
Custo dos produtos vendidos	(1.387.088)	(1.705.283)	(4.876.825)	(2.673.076)
LUCRO BRUTO	581.293	544.923	1.326.972	666.873
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				
Comerciais	(157.719)	(171.485)	(393.354)	(219.742)
Administrativas e gerais	(77.626)	(67.563)	(179.731)	(103.613)
Resultado com equivalência patrimonial	228.892	6.985	-	-
Amortização do ágio	(36.580)	(10.124)	(37.132)	(10.124)
Outras receitas (despesas) operacionais	935	370	7.831	(208)
	(42.098)	(241.817)	(602.386)	(333.687)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO F	539.195	303.106	724.586	333.186
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS				
Receitas financeiras	208.120	52.522	234.095	65.437
Despesas financeiras	(350.382)	(240.472)	(451.542)	(260.598)
Juros sobre o capital próprio	-	(41.247)	-	(41.247)
Despesas com a abertura do capital	-	(30.273)	-	(30.273)
Variação cambial ativa	404.019	206.468	479.159	220.708
Efeito da variação cambial - conversão	-	-	-	(2.352)
Variação cambial passiva	(1.069.831)	(203.423)	(1.222.772)	(208.661)
	(808.074)	(256.425)	(961.060)	(256.986)
RESULTADO OPERACIONAL	(268.879)	46.681	(236.474)	76.200
Resultado não operacional	-	(90)	-	(2.005)
(PREJUÍZO) LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIC	(268.879)	46.591	(236.474)	74.195
Imposto de renda	196.076	(17.124)	144.174	(22.711)
Contribuição social	70.588	(6.369)	67.635	(5.355)
	266.664	(23.493)	211.809	(28.066)
(PREJUÍZO) LUCRO ANTES DA REVERSÃO DOS JUROS	(2.215)	23.098	(24.665)	46.129
Reversão dos juros sobre o capital próprio	-	41.247	-	41.247
(PREJUÍZO) LUCRO ANTES DA PARTICIPAÇÃO DOS AC	(2.215)	64.345	(24.665)	87.376
Participação dos acionistas não controladores			(10.835)	(2.421)
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO	(2.215)	64.345	(35.500)	84.955
POR LOTE DE MIL AÇÕES - em reais	(8,27)	315,50	(132,49)	416,55

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 3

MARFRIG FRIGORÍFICOS E COMÉRCIO DE ALIMENTOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Ajustes acumulados de conversão	Lucros acumulados	Total
EM 1º DE JANEIRO DE 2007	140.000	-			83.181	223.181
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	64.345	64.345
Reserva legal	-	3.217	-	-	(3.217)	-
Dividendos	-	-	-	-	(7.778)	(7.778)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(41.247)	(41.247)
Aumento de capital	1.043.826	-	-	-	-	1.043.826
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007	1.183.826	3.217	-	-	95.284	1.282.327
Ajuste por mudança de prática contábil	(30.273)	95.284	(25.078)	-	(23.543)	16.390
Aumento de capital	1.375.892	-		-	-	1.375.892
Gastos com emissão privada de ações	(3.806)	-	-	-	-	(3.806)
Variação cambial investimentos	-	-	40.855	-	-	40.855
Variação cambial - conversão balanço	-	-	-	33.374	-	33.374
Recompra de ações - tesouraria	-	(12.966)	-	-	-	(12.966)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(2.215)	(2.215)
Retenção de lucros	-	71.741	-	-	(71.741)	-
Absorção de prejuízo do exercício	-	(2.215)	-	-	2.215	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	2.525.639	155.061	15.777	33.374	-	2.729.851

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 4

MARFRIG FRIGORÍFICOS E COMÉRCIO DE ALIMENTOS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Atividades Operacionais				
(Prejuízo) Lucro do exercício	(2.215)	64.345	(35.500)	84.955
Itens de resultado que não afetam o caixa	242.294	(159.050)	839.914	(175.171)
Depreciação	50.241	23.076	116.865	35.561
Amortização	36.580	10.124	42.903	11.485
Participação dos acionistas não controladores	-	-	10.835	2.421
Provisão para contingências	1.014	8.072	62.403	8.072
Tributos diferidos	(266.664)	(7.832)	(261.673)	(14.901)
Equivalência patrimonial	(228.892)	(6.985)	-	-
Variação cambial sobre financiamentos	649.919	(185.505)	867.034	(197.199)
Baixa do ativo imobilizado	96	-	1.547	-
Ganho com investimentos	-	-	-	(20.610)
Mutações patrimoniais	(2.089.137)	(5.344)	(1.532.871)	(114.626)
Contas a receber de clientes	62.428	(249.929)	53.105	(373.290)
Estoques	(328.509)	(141.891)	(606.520)	(247.203)
Depósitos judiciais	(10.397)	(3.724)	(6.323)	(3.750)
Pessoal, encargos e benefícios sociais	46.961	(608)	77.638	14.379
Fornecedores	(87.136)	26.659	(259.126)	122.622
Tributos	(265.203)	(74.193)	(418.329)	(108.398)
Encargos financeiros	200.558	115.239	235.260	126.119
Provisões para contingências	-	35.904	-	40.082
Títulos a receber e a pagar	(1.763.805)	262.261	(610.783)	272.622
Outras contas ativas e passivas	55.966	24.938	2.207	42.191
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(1.849.058)	(100.049)	(728.457)	(204.842)
Atividades de investimentos				
Investimentos	(169.314)	(744.553)	(560.139)	(563.423)
Remessas de numerários pela controladora	-	(56.314)	-	-
Variação cambial sobre investimento	(74.229)	-	(74.229)	-
Redução de ágio sobre investimentos	10.703	-	10.703	-
Consolidação de investimentos sem efeito caixa	-	-	19.695	-
Aplicações em ativo imobilizado	(102.006)	(324.293)	(284.807)	(553.923)
Imobilizado - Arrendamento a pagar	(187.347)	-	(200.284)	-
Ativo intangível	(22.851)	-	(917.553)	-
Aplicações no diferido	-	-	-	(12.475)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	(545.044)	(1.125.160)	(2.006.614)	(1.129.821)
Atividades de financiamentos				
Dividendos pagos no exercício	-	(7.778)	-	(7.778)
Juros sobre o capital próprio pagos no exercício	-	(41.247)	-	(41.247)
Empréstimos e financiamentos	789.873	820.164	1.137.220	1.097.928
Empréstimos obtidos	2.062.339	1.410.897	3.426.003	1.989.470
Empréstimos liquidados	(1.272.466)	(590.733)	(2.288.783)	(891.542)
Arrendamento a pagar	151.517	-	204.696	-
Ações em tesouraria	(12.966)	-	(12.966)	-
Emissão de ações e gastos com emissão de ações	1.372.086	1.043.826	1.372.086	1.043.826
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	2.300.510	1.814.965	2.701.036	2.092.729
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa			55.893	
Fluxo de caixa do exercício	(93.592)	589.756	21.858	758.066
Caixa, contas bancárias e aplicações de liquidez imediata				
Saldo final	774.160	867.752	1.071.664	1.049.806
Saldo inicial	867.752	277.996	1.049.806	291.740
Variação no exercício	(93.592)	589.756	21.858	758.066

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 5

MARFRIG FRIGORÍFICOS E COMÉRCIO DE ALIMENTOS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(em milhares de Reais)

	Controladora	Consolidado
1 - RECEITAS	2.286.686	6.760.941
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	2.286.590	6.775.213
1.2) Outras Receitas	96	(9.239)
1.3) Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa-Reversão/(Constituição)	-	(5.033)
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)	1.349.792	4.855.589
2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	1.285.091	4.058.701
2.2) Materiais, energia.serviços de terceiros e outros	64.701	802.112
2.3) Perda / Recuperação de valores ativos	-	(5.224)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	936.894	1.905.352
4 - DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	86.821	159.768
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3 - 4)	850.073	1.745.584
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	841.031	713.254
6.1) Resultado de equivalência patrimonial	228.892	-
6.2) Receitas financeiras	612.139	713.254
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)	1.691.104	2.458.838
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO(*)	1.691.104	2.458.838
8.1) Pessoal	204.279	547.483
8.1.1 - Remuneração direta	167.022	476.472
8.1.2 - Benefícios	23.618	51.403
8.1.3 - F.G.T.S	13.639	19.608
8.2) Impostos, taxas e contribuições	(7.752)	178.376
8.2.1 - Federais	(98.834)	55.145
8.2.2 - Estaduais	91.082	122.417
8.2.3 - Municipais	-	814
8.3) Remuneração de capitais de terceiros	1.496.792	1.757.443
8.3.1 - Juros	1.420.213	1.674.314
8.3.2 - Aluguéis	76.579	83.043
8.3.3 - Outras		86
8.4) Remuneração de Capitais Próprios	(2.215)	(24.464)
8.4.1 - Lucros retidos/Prejuízo do exercício	(2.215)	(35.500)
8.4.2 - Participação dos não-controladores nos lucros retidos	-	11.036

MARFRIG FRIGORÍFICOS E COMÉRCIO DE ALIMENTOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS (CONTROLADORA) E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007.
(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Marfrig Frigoríficos e Comércio de Alimentos S.A. é uma companhia de capital aberto que tem como objetivo produção de produtos alimentícios e a exploração de atividades frigoríficas, como abate de bovinos, suínos, ovinos e aves; industrialização, distribuição e comercialização de produtos e subprodutos de origem animal, comestíveis ou não, em estabelecimentos próprios ou de terceiros, inclusive a importação e exportação de produtos e subprodutos de origem animal, bem como outras atividades descritas no objeto social da Companhia.

A Marfrig Frigoríficos e Comércio de Alimentos S.A. foi fundada em 06/06/2000 tornando-se uma Sociedade Anônima em 26/03/2007. A Companhia obteve seu Registro (Nº 20788) na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 18/06/2007 e realizou sua Oferta Pública Inicial (*IPO*) em 29/06/2007, tendo suas ações listadas no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) sob o código MRFG3. Seu capital social subscrito e integralizado em 31/12/2008 era constituído de 267.943.954 ações ordinárias onde 135.162.786 ações ou 50,44% estão sobre o controle da MMS Participações S.A. e 132.781.170 ações ou 49,56% estão em circulação "*free float*" no mercado de capitais. MMS Participações S.A. é controlada por Marcos Antônio Molina dos Santos e Márcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos, cada qual com 50% de participação.

Como participante do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, a Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

As posições patrimonial e financeira da Companhia devem ser consideradas no contexto operacional das atividades integradas de:

- Divisão Bovinos e Divisão Food Service – Brasil:
  - Marfrig Frigoríficos e Comércio de Alimentos S.A. (Brasil) – composta por nove unidades de abate de bovinos, três unidades de processamento e industrialização de carne bovina, localizadas nos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia, além de um Centro de Distribuição no estado de São Paulo;

  - Masplen Ltd (Ilha de Jersey), (empresa que detêm 100% da Pampeano Alimentos S.A. (Brasil)), empresa produtora de carnes enlatadas e outros produtos industrializados no Rio Grande do Sul.

- Divisão Aves, Suínos e Industrializados – Brasil:

- Secculum Participações Ltda. (Brasil) e União Frederiquense Participações Ltda. (Brasil), (empresas que em conjunto detêm 100% da empresa Frigorífico Mabella Ltda. (Brasil)). A Mabella opera uma unidade de abate de suínos no estado de Santa Catarina e 1 unidade de abate e industrialização de carne suína no estado do Rio Grande do Sul. Também concentra as operações de frangos e suínos da Marfrig, nas quais detém os seguintes percentuais do controle das empresas:
    - DaGranja Agroindustrial Ltda – 94%;
    - Braslo Produtos de Carnes Ltda – 100%;
    - Agrofrango Indústria e Comércio de Alimentos Ltda – 100%;
    - Penasul Alimentos Ltda – 100%;
    - A operação de frango é formada por sete plantas de abate de aves e sete unidades de processamento e industrialização de carne de aves nos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Distrito Federal;
    - MBL Alimentos S.A (Carroll's) – 100%, empresa que opera na criação de suínos.

- Divisão Argentina:
    - Argentine Breeders & Packers S.A. (Argentina), com três plantas de abates de bovinos (incluindo as posições em que detém 100% das empresas Best Beef S.A. (Argentina), Estâncias del Sur S.A. (Argentina) e Mirab S.A. (Argentina e EUA), produtora e distribuidora de beef jerky para o mercado norte-americano e diversos outros destinos de exportação;
    - Quickfood S.A (Argentina), detentora da marca PATY, líder nos mercados argentino, uruguaio e chileno de hambúrgueres, com 2 plantas de abate e 3 unidades de produtos processados e industrializados de carne bovina.
- Divisão Uruguai:
    - Frigorífico Tacuarembó S.A. (Uruguai), que opera uma unidade de abate e industrialização de carne bovina;
    - Inaler S.A. (Uruguai), unidade de abate de bovinos e ovinos;
    - Marfrig Chile Inversiones Ltda. (Chile), operando um frigorífico de cordeiros na Patagonia e uma unidade de desossa de carne e trading operando com o mercado chileno;
    - Prestcott International S.A. (Uruguai), que detém 100% da empresa Cledinor S.A (Uruguai), frigorífico de bovinos e ovinos na cidade de Salto;
    - Establecimientos Colonia S.A. (Uruguai), frigorífico de bovinos na cidade do mesmo nome.

- Divisão Europa:

    - Weston Importers Ltd. (Reino Unido), trading que atua no mercado europeu e que detém 100% da empresa CDB Meats Ltd (Reino Unido), produtora de carnes industrializadas e 100% da Moy Park Holdings (Europe) Limited (Empresa com sede da Irlanda do Norte) detém 100% das empresas Moy Park Group e Kitchen Range Foods Ltd (Inglaterra) que opera três plantas de abate de aves e oito plantas

de produtos processados e industrializados na Inglaterra, Irlanda do Norte, França e Holanda.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão expressas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que abrange a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº. 6.404/76), os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados e homologados pelas Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários – CVM bem como outros pronunciamentos emitidos por essa autarquia federal.

2.1 Nova Legislação e alterações nas práticas contábeis

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, a qual entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2008. Referida Lei sofreu modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008. Tais diplomas legais modificaram certos dispositivos da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações).

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 2008, a Companhia adotou pela primeira vez as alterações na legislação societária introduzidas pelos diplomas legais supracitados.

Com base nas normas legais supracitadas, foram publicados Pronunciamentos Contábeis emitidos pelo CPC, aprovados por Deliberações da CVM. Tendo em vista tais dispositivos a Companhia promoveu as seguintes alterações nas práticas contábeis e na divulgação das demonstrações contábeis:

- Foi realizada análise para verificar o grau de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado, intangível e diferido (teste de "*impairment*"), com base no Pronunciamento Técnico CPC nº 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Deliberação CVM nº 527, de 1 de novembro de 2007. Com base nos testes realizados, não há ativos registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

- Patrimônio Líquido – Foi criado um novo subgrupo de contas denominado "Ajustes de Avaliação Patrimonial", no qual foram registradas as variações cambiais de investimentos societários no exterior, cuja controlada caracteriza-se como uma entidade autônoma em relação à matriz no Brasil. Foi criado, também, o subgrupo denominado "Ajustes Acumulados de Conversão", no qual foram registradas as variações cambiais resultantes da conversão das demonstrações contábeis de subsidiárias no exterior, cuja moeda funcional da investida diverge da controladora. Dessa forma, tais valores deixaram de afetar o resultado da Companhia, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC nº 02 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de

Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 534, de 29 de janeiro de 2008.

- A Companhia substituiu a apresentação da DOAR (Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos) pela DFC (Demonstração dos Fluxos de Caixa), conforme Pronunciamento Técnico CPC nº 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pela Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008.

- A Companhia procedeu, na data da transição, à reclassificação de determinados bens do ativo imobilizado e do ativo diferido para o ativo intangível, de acordo com as disposições previstas no Pronunciamento Técnico CPC nº 04 - Ativo Intangível, aprovado pela Deliberação CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008.

- Com base no Pronunciamento Técnico CPC nº 06 – Operações de Arrendamento Mercantil, aprovado pela Deliberação CVM nº 554, de 12 de novembro de 2008, a Companhia procedeu o seguinte:

  1) Os bens obtidos por meio de contratos de arrendamento financeiro foram reconhecidos como ativo imobilizado pelo seu valor justo ou, se inferior, pelo valor presente do saldo de pagamentos mínimos previstos nos contratos de arrendamento financeiro, sendo depreciados pelas taxas de depreciação praticadas pela Companhia de acordo com a natureza de cada bem. Os bens obtidos por meio de contratos de arrendamento financeiro, alienados ou baixados por perda, têm o seu valor residual reconhecido como custo ou perda, respectivamente, na demonstração do resultado;

  2) Os respectivos saldos a pagar dos contratos de arrendamento financeiro foram reconhecidos no passivo circulante e no passivo não circulante com base no valor presente das prestações remanescentes a pagar na data da transição. A diferença entre o valor presente e o valor total das prestações vincendas será apropriada na demonstração do resultado como despesas financeiras pelos prazos remanescentes dos contratos por meio do método do custo amortizado e com base nas taxas de juros efetivas.

  Em 2007 os contratos de arrendamento financeiro eram contabilizados como arrendamento mercantil operacional com o correspondente reconhecimento dos valores a pagar no passivo da Companhia.

- Os custos incorridos no processo de captação de recursos através de emissão pública e privada de ações foram registrados no Patrimônio Líquido, no subgrupo denominado “Gastos com emissão de ações” deixando de afetar o resultado da Companhia, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC nº 08 – Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, aprovado pela Deliberação CVM nº 556, de 12 de novembro de 2008.

- A Companhia incluiu, pela primeira vez, na divulgação das demonstrações contábeis a DVA (Demonstração do Valor Adicionado), com base no Pronunciamento Técnico CPC nº 09 – Demonstração do Valor Adicionado, o qual foi aprovado pela Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, e que dispensou a apresentação de forma comparativa neste primeiro exercício. A DVA tem por objetivo demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia e sua distribuição aos empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, além do montante de riqueza não distribuído.

- Determinadas contas do ativo e passivo não circulante, bem como do ativo e passivo circulante, quando relevantes, foram ajustadas ao valor presente nas datas das respectivas transações, com base em taxas que refletem o custo do dinheiro no tempo para a empresa, bem como os riscos específicos relacionados aos fluxos de caixa programados para as contas em questão. Tais ajustes foram efetivados em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC nº 12, aprovado pela Deliberação CVM nº 564, de 17 de dezembro de 2008.

  Os efeitos iniciais dos ajustes a valor presente decorrentes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 foram registrados contra lucros acumulados.

- Os Instrumentos financeiros foram classificados em: "destinados a negociação", "mantidos até o vencimento" e "disponíveis para venda", sendo avaliados a custo acrescido de rendimentos ou a valor de mercado, em função da classificação, com base no Pronunciamento Técnico CPC nº 14 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação, aprovado pela Deliberação CVM nº 566, de 17 de dezembro de 2008.

- O saldo de Ativo Diferido (consolidado) em 31 de dezembro de 2008 será mantido até sua completa amortização, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC nº 13 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, aprovado pela Deliberação CVM nº 565, de 17 de dezembro de 2008.

- As alterações da legislação societária, trazidas pela MP nº 449/08, relacionadas ao método da equivalência patrimonial na avaliação de investimentos permanentes em todas as coligadas, não trouxeram impactos nas demonstrações contábeis da Companhia.

2.2 Adoção inicial da Lei nº 11.638/2007 e da Medida Provisória nº 449/2008

A Companhia adotou como data de transição para aplicação das novas práticas contábeis o dia 1º de janeiro de 2008, com base na Deliberação CVM nº 565/2008, a qual aprovou o CPC nº 13, que trata da elaboração das primeiras demonstrações contábeis com base nas novas práticas contábeis adotadas no Brasil. Dessa forma, a Companhia optou por aplicar somente o parágrafo 1º, do artigo 186, da Lei nº 6.404/76.

Tendo em vista tal opção, as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas conjuntamente com as demonstrações contábeis de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes naquela data, não sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.

2.3 Ajustes decorrentes da nova legislação

Em decorrência das alterações promovidas pela nova legislação contábil foram apurados os ajustes patrimoniais na data de transição, os quais, são decorrentes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, bem como os efeitos contábeis no exercício de 2008 decorrentes dos referidos diplomas legais e deliberações publicadas pela CVM, que são apresentados a seguir:

Ajustes patrimoniais na data de transição

		Controladora			Consolidado		
		31.12.07	Ajustes	01.01.08	31.12.07	Ajustes	01.01.08
Valores a receber - clientes nacionais	(a)	321.455	(6.440)	315.015	387.169	(6.440)	380.729
Valores a receber - clientes internacionais	(a)	237.807	(3.676)	234.131	350.205	(3.676)	346.529
Investimentos	(c)	944.043	(533.308)	410.735	647.016	(645.593)	1.423
Imobilizado	(b)	651.666	189.528	841.194	947.842	188.721	1.136.563
Intangível	(c)	-	533.308	533.308	-	645.593	645.593
Intangível	(d)	-	15.015	15.015	-	15.822	15.822
Intangível - Total		-	548.323	548.323	-	661.415	661.415
Fornecedor	(a)	168.270	(3.185)	165.085	335.396	(3.185)	332.211
Impostos, taxas e contribuições - CP	(a)	17.500	(136)	17.364	40.465	(136)	40.329
Empréstimos e financiamentos - CP	(b)	246.463	85.133	331.596	428.105	85.133	513.238
Títulos a pagar - CP	(a)	269.753	(7.442)	262.311	269.753	(7.442)	262.311
Empréstimos e financiamentos - LP	(b)	1.510.770	107.603	1.618.373	1.645.856	107.603	1.753.459
Impostos, taxas e contribuições - LP	(a)	60.207	(3.936)	56.271	61.794	(3.936)	57.858
Gastos com emissão pública de ações - PL		-	(30.273)	(30.273)	-	(30.273)	(30.273)
Variação cambial sobre investimento - PL		-	(25.078)	(25.078)	-	(25.078)	(25.078)
Retenção de lucros - PL		3.217	95.284	98.501	3.217	95.284	98.501
Lucros acumulados		95.284	(23.543)	71.741	95.284	(23.543)	71.741

(a) Ajuste a valor presente
(b) Registro do arrendamento mercantil financeiro
(c) Ágio nas aquisições das empresas controladas
(d) Marcas e patentes

Efeitos no exercício de 2008

	Resultado do exercício		Patrimônio Líquido	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Nova legislação (1)	**(2.215)**	**(35.500)**	**2.729.851**	**2.729.851**
Variação cambial sobre investimentos no exterior	74.229	74.229	-	-
Ajuste a valor presente de ativos e passivos	(14.821)	(14.821)	(14.821)	(14.821)
Gasto com emissão privada de ações	(3.806)	(3.806)	-	-
Arrendamento mercantil financeiro	(24.023)	(24.023)	(24.023)	(24.023)
	-	-	-	-
Pelas normas vigentes em 2007	**29.364**	**(3.921)**	**2.691.007**	**2.691.007**

(1) Não houve efeito tributário decorrente dos ajustes provenientes das novas práticas contábeis, haja vista o Regime Tributário de Transição - RTT, previsto na MP nº 449/2008.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações contábeis são as seguintes:

a. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

A receita de serviços é reconhecida no resultado em função da sua prestação.

b. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para devedores duvidosos, estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e as provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

c. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados de acordo com sua respectiva classificação:

- Instrumentos mantidos até o vencimento

  Se a Companhia tem a intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

- Instrumentos disponíveis para venda

  Os investimentos da Companhia em instrumentos de patrimônio e de certos ativos relativos a instrumentos de dívida são classificados como disponíveis para venda. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliadas pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moeda estrangeira destes instrumentos, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para resultado.

- Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

  Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

- Outros

  Outros instrumentos financeiros não-derivativos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor recuperável.

d. Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o real de acordo com as normas descritas no Pronunciamento Técnico CPC nº 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 534/08.

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

e. Ativos circulante e não circulante

- Contas a receber de clientes

  As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e quando aplicável, ajustado ao valor presente.

  A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

- Estoques

  Os estoques são demonstrados, ao custo médio das compras ou produção, inferiores aos valores de mercado ou de realização.

- Investimentos

  Os investimentos em empresas controladas e coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

- Imobilizado

  Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 11 e leva em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens e com base nos prazos contratuais dos imóveis alugados quanto às benfeitorias efetuadas nos mesmos.

  Os encargos financeiros dos financiamentos contratados na fase de construção de bens integrantes do ativo imobilizado são capitalizados.

  Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

- Arrendamento

  Arrendamento financeiro

  Determinados contratos de arrendamento transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes a propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas aplicáveis a cada grupo de ativo, conforme Nota Explicativa nº 11. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

  Arrendamento operacional

  Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos como despesas no demonstrativo de resultados em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

- Intangível

  Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios, e os gerados internamente pela Companhia. São registrados pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização calculada pelo método linear, com base nos prazos dos direitos de exploração decorrentes dos contratos de arrendamento e com base nos prazos estimados de recuperação do ágio.

  Os ativos intangíveis com vida útil indefinida e o ágio por expectativa de rentabilidade futura a partir de 1º de janeiro de 2009 não serão amortizados e terão o seu valor recuperável testado anualmente.

f. Redução ao valor recuperável

Os itens de ativos do imobilizado, intangível e diferido têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda dos mesmos. O "*goodwill"* e os ativos intangíveis com vida útil indefinida tem a recuperação do seu valor testado anualmente independentemente de haver indicadores de perda dos mesmos.

g. Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas que deram origem ao

referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

h. Provisões

As provisões são reconhecidas em decorrência de eventos passado que originaram um passivo, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar o mesmo. As provisões são registradas quando as mesmas são julgadas como prováveis tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

i. Plano de remuneração baseado em ações

Os efeitos do plano de remuneração baseado em ações são calculados com base no valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial e na demonstração do resultado conforme as condições contratuais sejam atendidas e de acordo com o comentado na Nota explicativa nº 21.

j. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é apurado com base no lucro real. O imposto de renda e a contribuição social são recolhidos mensalmente sobre bases de cálculo estimadas, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente.

Os ativos diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias são registrados em conformidade com a legislação tributária e Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade revisado anualmente.

A Companhia e suas controladas, quando aplicável, deverão optar pelo Regime Tributário de Transição (RTT), conforme a Medida Provisória nº 449/08, exercício de opção este que deverá ser manifestado, de forma irretratável, na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009.

k. Lucro por ação

O lucro por ação é calculado com base no número total de ações, na data do balanço patrimonial.

l. Consolidação

As práticas contábeis são aplicadas de forma uniforme em todas as empresas consolidadas e consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas;

- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados decorrentes de negócios entre as empresas.

3.2 Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as informações da Companhia e das suas controladas:

	Porcentagem de Participação	
CONTROLADAS DIRETAS	**31/12/08**	**31/12/07**
Argentine Breeders & Packers S.A	99,99%	100%
Frigoclass Alimentos S.A	100%	100%
Marfrig Chile Inversiones Ltda	99,47%	99,00%
Inaler S.A	100%	100%
Frigorífico Tacuarembó S.A	93,26%	93,22%
Weston Importers Ltd	100%	99,98%
Masplen Limited	100%	100%
Prestcott International S.A	97,99%	97,99%
Secculum Participações Ltda	99,00%	100%
União Frederiquense Partic. Ltda	99,84%	100%
Blue Horizon Trading Co. LLC (1)	-	100%
Zanzibar Capital, LLC (1)	-	100%
QuickFood S.A	80,31%	-
Establecimientos Colonia S.A	100%	-

(1) As empresas Blue Horizon e Zanzibar, que eram as acionistas de Quickfood e Colonia, respectivamente, foram incorporadas pela Companhia em 1 de dezembro de 2008. Dessa forma, a Companhia passou a ser o acinista controlador das referidas empresas.

As demonstrações contábeis das companhias controladas sediadas no exterior foram elaboradas, originalmente em moeda local, em conformidade com a legislação vigente em cada país onde estão localizadas e foram revisadas por auditores independentes tendo sido convertidas, às práticas contábeis emanadas pelo International Financial Reporting Standards - IFRS e dólares norte-americanos (US$) e, posteriormente, convertidas às normas contábeis aplicáveis no Brasil e para reais, pela taxa cambial correspondente na data do balanço.

4. DISPONIBILIDADES

Referem-se aos valores mantidos em caixa, bancos e aplicações financeiras, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/08	31/12/07	31/12/08	31/12/07
Caixa e bancos	293.469	172.564	395.662	211.551
Certificados de depósitos - DI	480.691	695.188	676.002	838.255
	774.160	867.752	1.071.664	1.049.806

As disponibilidades das empresas controladas no exterior são demonstradas abaixo:

	31/12/08	31/12/07
Caixa e bancos	73.002	36.040
Certificados de depósitos - DI	195.282	138.973
	268.284	175.013

5. VALORES A RECEBER - CLIENTES NACIONAIS E INTERNACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/08	31/12/07	31/12/08	31/12/07
Valores a receber - clientes nacionais	380.987	321.455	686.035	387.169
Valores a receber - clientes internacionais	168.488	335.342	409.533	459.447
(-) Adiantamentos de Cambiais Entregues - ACEs	(52.641)	(97.535)	(93.656)	(109.242)
	115.847	237.807	315.877	350.205
	496.834	559.262	1.001.912	737.374
Valores a vencer	484.830	537.815	885.254	662.815
Valores vencidos				
de 1 a 30 dias	9.657	20.527	75.156	51.614
de 31 a 60 dias	161	61	23.594	7.714
de 61 a 90 dias	205	55	5.992	3.086
Acima de 90 dias	1.981	804	40.150	17.974
(-) Provisão para devedores duvidosos	-	-	(28.234)	(5.829)
	496.834	559.262	1.001.912	737.374

A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

Os valores a receber foram atualizados ao valor presente, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC nº 12, aprovado pela Deliberação CVM nº 564/2008.

6. ESTOQUES DE PRODUTOS E MERCADORIAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/08	31/12/07	31/12/08	31/12/07
Produtos acabados e outros	743.801	398.118	1.468.800	515.283
Embalagens e almoxarifados	31.071	48.245	113.134	79.288
	774.872	446.363	1.581.934	594.571

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007, os estoques de produtos acabados foram avaliados pelo custo médio das compras e/ou produção, inferiores aos valores de realização, conforme destacado na nota explicativa 3.

Os estoques das empresas controladas no exterior são demonstrados abaixo:

	31/12/08	31/12/07
Produtos acabados e outros	490.129	96.264
Embalagens e almoxarifados	20.110	9.098
	510.239	105.362

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/08	31/12/07	31/12/08	31/12/07
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	163.950	144.336	217.527	153.159
Crédito Presumido do IPI	60.782	10.992	66.941	11.170
Crédito de PIS	38.605	15.463	64.056	19.464
Crédito da COFINS	152.483	45.880	262.090	63.551
Imposto de renda	5.827	-	27.946	1.833
Contribuição social	4.164	2.009	5.010	2.010
IRRF	31.771	5.022	33.147	5.049
IVA	-	-	36.704	22.903
Certificados de exportação	-	-	12.575	12.213
Outros	-	-	8.028	9.267
Total	**457.582**	**223.702**	**734.024**	**300.619**
Ativo Circulante	455.572	221.693	689.393	297.867
Ativo não Circulante	2.010	2.009	44.631	2.752
Total	**457.582**	**223.702**	**734.024**	**300.619**

7.1 ICMS

O saldo do ICMS a recuperar é proveniente da obtenção de créditos por compras de matérias-primas, materiais de embalagem e secundários em volume superior aos débitos gerados nas vendas locais, haja vista que as vendas ao mercado externo são isentas, bem como contemplam os saldos totais desses créditos provenientes das empresas adquiridas no exercício de 2008.

7.2 Crédito Presumido do IPI

Referem-se ao ressarcimento de PIS e COFINS incidentes sobre os insumos adquiridos no mercado interno e consumidos no processo de bens efetivamente exportados, bem como contemplam os saldos totais desses créditos provenientes das empresas adquiridas no exercício de 2008.

7.3 PIS e COFINS

Referem-se ao crédito não cumulativo do PIS e da COFINS incidente sobre as aquisições de matérias-primas, materiais de embalagem e materiais secundários, utilizados nos produtos comercializados no mercado externo, bem como contemplam os saldos totais desses créditos provenientes das empresas adquiridas no exercício de 2008.

7.4 Imposto de renda e Contribuição Social

Referem-se às antecipações de Impostos de Renda e Contribuição Social realizados no período findo em 31 de dezembro de 2008.

7.5 Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF

Referem-se ao IRRF retido sobre ganhos nas aplicações financeiras realizadas pela Companhia.

7.6 Certificado de Exportação

Referem-se à certificados emitidos pelo governo do Uruguai à título de devolução de um percentual do imposto pago pelos exportadores.

7.7 IVA – Imposto sobre Valor Agregado

Referem-se aos saldos de IVA a recuperar existentes em controladas no exterior, provenientes da diferença de imposto entre as compras e vendas, haja vista a diferença da taxa de alimentos ser menor que a maioria das transações.

8. TÍTULOS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/08	31/12/07	31/12/08	31/12/07
Partes relacionadas	1.566.063	55.671	-	-
Outros títulos a receber	23.266	844	363	2.629
	1.589.329	56.515	363	2.629

Os títulos a receber da Companhia, em sua maior parte, são compostos por saldos gerados nas transações com suas empresas controladas (partes relacionadas), conforme descrito na nota 8.1.

8.1 PARTES RELACIONADAS

CONTROLADORA

31 de dezembro de 2008	Contas a receber	Contas a pagar	Compras	Vendas	Títulos a receber	Títulos a pagar
Argentine Breeders & Packers S.A.	-	-	(4.208)	-	39.277	-
Frigorífico Tacuarembó S.A.	-	936	(3.935)	-	16.087	-
Inaler S.A.	-	1.056	(4.282)	-	10.035	-
Marfrig Chile Inversiones Ltda	-	-	-	-	168	-
Quinto Cuarto S.A.	401	-	-	-	-	-
Weston Importers Ltd.	7.186	-	-	15.040	-	-
Frigoclass Alimentos S.A.	-	-	-	-	306	(43.107)
Pampeano Alimentos S.A.	-	-	-	63.976	-	(102)
Cledinor S.A.	-	1.513	(4.428)	-	-	-
Frigorifico Mabella Ltda	-	-	(10.140)	-	136.878	-
Masplen Limited	-	-	-	-	104	-
Dagranja Agroindustrial Ltda	-	-	-	-	66.846	-
Mirab USA	-	-	-	-	68.671	-
Establecimientos Colonia S.A.	-	1.640	(4.195)	-	-	-
Quickfood S.A.	-	4.614	(4.366)	-	-	-
Moy Park Limited	-	-	-	-	23.370	-
Moy Park Holdings (Europe) Limited	-	-	-	-	1.188.770	-
Braslo Produtos de Carne Ltda	-	-	-	-	15.551	-
Marcos Antonio Molina dos Santos	-	843	(17.210)	-	-	-
	7.587	10.602	(52.764)	79.016	1.566.063	(43.209)

CONTROLADORA

31 de dezembro de 2007	Adiantamentos	Contas a receber	Contas a pagar	Compras	Vendas	Títulos a receber	Títulos a pagar
Argentine Breeders & Packers S.A.	-	-	702	(3.489)	-	-	-
Frigorífico Tacuarembó S.A.	-	-	256	(4.957)	-	38.350	-
Inaler S.A.	-	-	683	(4.434)	-	-	-
Quinto Cuarto S.A.	-	405	-	-	-	-	-
Weston Importers Ltd.	-	23.003	-	-	39.914	-	-
Frigoclass Alimentos S.A.	-	-	-	-	-	303	(41.015)
Pampeano Alimentos S.A.	-	-	-	(46.709)	-	2.018	-
Cledinor S.A.	-	-	236	-	2.108	-	-
Frigorifico Mabella Ltda	-	-	-	-	553	15.000	-
Establecimientos Colonia S.A.	-	-	-	-	621	-	-
Marcos Antonio Molina dos Santos (1)	5.387	-	-	(3.306)	-	-	-
Márcia Ap. Pacoal M. dos Santos (1)	4.460	-	-	-	-	-	-
	9.847	23.408	1.877	(62.895)	43.196	55.671	(41.015)

(1) Os saldos de adiantamentos, em 31 de dezembro de 2007, referem-se a adiantamento de pro-labore e a adiantamento para fornecimento de gado, os quais foram devidamente liquidados no exercício de 2008.

Os títulos a receber e a pagar entre partes relacionadas são corrigidos monetariamente de acordo com as taxas praticadas no mercado financeiro. Tais operações não impactam as demonstrações contábeis consolidadas, haja vista que as mesmas são eliminadas no processo de consolidação.

	CONSOLIDADO					
	Adiantamentos		Contas a Pagar		Total de compras no execício	
	31/12/08	31/12/07	31/12/08	31/12/07	31/12/08	31/12/07
Marcos Antonio Molina dos Santos	-	5.387	843	-	17.210	3.306
Marcia Ap. Pascoal M. dos Santos	-	4.460	-	-	-	-
	-	9.847	843	-	17.210	3.306

O Sr. Marcos Molina dos Santos e sua esposa, através da Maremar – Administração de Bens S/C Ltda., a qual é controlada pelos mesmos, adquiriu uma propriedade no Estado de São Paulo em 27 de abril de 2007, na qual são desenvolvidos estudos genéticos para aprimoramento de raças bovinas de corte. A partir de meados de 2008 a propriedade passou a operar um confinamento para 7.800 animais, cujo abate é realizado pelas unidades frigoríficas de bovinos da Companhia.

9. IMPOSTOS DIFERIDOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/08	31/12/07	31/12/08	31/12/07
Imposto de renda	202.644	8.959	226.421	16.030
Contribuição social	72.953	3.226	77.147	4.284
	275.597	12.185	303.568	20.314

Referem-se ao imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre os tributos com exigibilidade suspensa (provisões) que foram adicionados na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social dos exercícios de 2006 e 2007, bem como apurados sobre prejuízos fiscais e sobre futuro aproveitamento fiscal de ágio pago por rentabilidade futura, os quais serão realizados ao longo dos exercícios de 2009 a 2013.

Segue abaixo movimentação dos tributos diferidos em 2008:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	IRPJ	CSL	IRPJ	CSL
Saldo inicial	8.959	3.226	16.030	4.284
Tributos diferidos sobre aproveitamento fiscal do ágio	82.842	29.823	82.842	29.823
Tributos diferidos sobre prejuízo fiscal	110.843		110.843	
Tributos diferidos sobre base negativa de CSL		39.904		39.904
Tributos diferidos de empresa adquirida em 2008			7.738	3.160
Outros			8.968	(24)
Saldo final	202.644	72.953	226.421	77.147

10. INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/08	31/12/07	31/12/08	31/12/07
Participação em sociedades controladas	867.226	410.607	-	-
Ágio sobre investimentos (1)		533.308	-	645.593
Outros Investimentos	128	128	1.197	1.423
	867.354	944.043	1.197	647.016

(1) Em 2008 o saldo de ágio pago sobre investimentos foi reclassificado para o Ativo Intangível (nota explicativa nº 12), conforme Deliberação CVM nº 553/08 e 565/08.

10.1 - Investimentos (Controladora)

	Nº de quotas/ações	Porcentual de partic. no capital votante (1)	Negociação em bolsa	Capital Social	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido (prejuízo) do Período
Argentine Breeders & Packers S.A	260.328	99,99	Não	201.770	166.362	(20.597)
Frigoclass Alimentos S.A	78.573.743	100,00	Não	78.574	55.992	(2.278)
Marfrig Chile Inversiones Ltda	13.288.208.080	99,47	Não	57.694	26.323	(9.808)
Inaler S.A	66.247.320	100,00	Não	3.429	28.767	17.130
Frigorífico Tacuarembó S.A	80.000.000	93,26	Não	15.268	105.292	36.802
Weston Importers Ltd	1.338.278	100,00	Não	27.221	20.839	2.679
Masplen Limited	100	100,00	Não	0	27.782	737
Prestcott International S.A	79.638.916	97,99	Não	6.829	36.771	23.483
Secculum Participações Ltda	5.834.000	99,00	Não	9.200	13.196	4.604
União Frederiquense Partic. Ltda	4.166.000	99,84	Não	98.450	207.172	72.417
QuickFood S.A	21.419.606	80,31	Sim	34.924	117.976	39.921
Establecimientos Colonia S.A	80.647.477	100,00	Não	61.349	95.408	43.612
Total				594.708	901.880	208.702

(1) O capital total das empresas controladas é igual ao capital votante.

10.2 - Movimentação dos investimentos (Controladora)

	Saldo Contábil em 31 de Dezembro 2007	Aquisição de quotas	Aumento de capital	Investimento no período	Resultado da Eq. Patrimonial (5)	Variação Cambial no cálculo da Equiv. Patrimonial	Saldo Contábil em 31 de Dezembro 2008
Argentine Breeders & Packers S.A. (1)	131.093	-	30.774	30.774	(20.566)	25.060	166.361
Frigoclass Alimentos S.A. (2)	58.157	-	-	-	(2.165)		55.992
Marfrig Chile Inversiones Ltda. (1)	38.304	-	2.109	2.109	(24.473)	10.245	26.185
Inaler S.A. (1)	5.264	-	-	-	17.131	6.372	28.767
Frigorífico Tacuarembó S.A. (1)	41.074	-	-	-	34.435	22.576	98.085
Weston Importers Ltd. (1)	2.904	-	22.769	22.769	22.121	(29.286)	18.508
Masplen Limited (1)	26.638	-	-	-	1.142	(343)	27.437
Prestcott International S.A. (1)	5.088	-	-	-	23.016	7.928	36.032
Secculum Participações Ltda. (2)	15.503	-	-	-	(2.425)		13.078
União Frederiquense Partic. Ltda. (2)	11.061	-	90.680	90.680	105.338		207.079
QuickFood S.A (1 e 3)	45.397	7.166	-	7.166	31.906	10.087	94.556
Establecimientos Colonia S.A (1 e 3)	30.124	-	-	-	43.432	21.590	95.146
				-			-
Total	410.607	7.166	146.332	153.498	228.892	74.229	867.226

(1) Essas empresas tiveram suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2008 revisadas pelas firmas-membros da rede BDO, em seus países de origem com emissão de relatórios de revisão limitada.

(2) Demonstrações contábeis revisadas pela BDO Trevisan Auditores Independentes, com emissão de relatório de revisão limitada.

(3) As empresas Blue Horizon e Zanzibar, que eram as acionistas de Quickfood e Colonia, respectivamente, foram incorporadas pela Companhia em 1/12/2008. Dessa forma, a Companhia passou a ser o acionista controlador das referdias empresas.

Tais investimentos foram devidamente atualizados por equivalência patrimonial, uma vez que se tratam de companhias controladas. As demonstrações contábeis de tais empresas, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007, foram elaboradas em conformidade com a legislação vigente em cada país onde estão localizadas e foram revisadas por auditores independentes, tendo sido convertidas às práticas contábeis emanadas do International Financial Reporting Standards - IFRS e elaboradas em dólares norte-americanos (US$) e, posteriormente, convertidas às normas contábeis aplicáveis no Brasil, na moeda local.

11. IMOBILIZADO

				Controladora	
				31/12/08	31/12/07
Descrição	Taxas anuais médias de depreciação	Custo corrigido e reavaliado	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	2.118	-	2.118	1.998
Edificações e prédios	4%	279.617	(24.699)	254.918	175.622
Máquinas e equipamentos	10%	191.488	(41.838)	149.650	132.690
Móveis e utensílios	10%	4.773	(974)	3.799	2.404
Instalações	5%	155.936	(5.199)	150.737	34.517
Veículos	20%	10.579	(10.130)	449	220
Equipamentos de informática	20%	4.625	(2.228)	2.397	1.831
Aeronaves	20%	382	(76)	306	382
Adiantamento para aquisição de imobilizado	-	14.507	-	14.507	12.065
Benfeitorias em propriedades arrendadas	-	2.266	(13)	2.253	2.258
Arrendamento - veículos	20%	30.932	(11.071)	19.861	2.818
Arrendamento - informática	20%	17.010	(4.242)	12.768	143
Arrendamento - máquinas	10%	25.103	(2.146)	22.957	426
Arrendamento - instalações	5%	79.141	(6.692)	72.449	-
Arrendamento - edificações	4%	67.382	(5.911)	61.471	-
Obras em andamento	-	102.484	-	102.484	259.823
Software	20%	19.815	(2.800)	17.015	8.910
Marcas e patentes	-				15.015
Outras imobilizações	4%	543	-	543	544
		1.008.701	(118.019)	890.682	651.666

		Consolidado			
				31/12/08	31/12/07
Descrição	Taxas anuais médias de depreciação	Custo corrigido e reavaliado	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	57.406	-	57.406	15.688
Edificações e prédios	4%	883.569	(53.169)	830.400	301.419
Máquinas e equipamentos	10%	685.701	(83.438)	602.263	218.447
Móveis e utensílios	10%	23.849	(3.794)	20.055	6.244
Instalações	5%	199.618	(10.163)	189.455	64.879
Veículos	20%	18.677	(11.187)	7.490	3.561
Equipamentos de informática	20%	22.631	(5.698)	16.933	4.039
Aeronaves	20%	382	(76)	306	382
Adiantamento para aquisição de imobilizado	-	20.416	-	20.416	12.453
Benfeitorias em propriedades arrendadas	-	16.026	(633)	15.393	2.258
Arrendamento - veículos	20%	31.045	(11.095)	19.950	2.882
Arrendamento - informática	20%	17.362	(4.303)	13.059	301
Arrendamento - máquinas	10%	36.051	(2.813)	33.238	8.680
Arrendamento - instalações	5%	81.990	(7.265)	74.725	2.544
Arrendamento - edificações	4%	67.382	(5.911)	61.471	-
Obras em andamento	-	153.344	-	153.344	274.361
Software	20%	34.076	(2.968)	31.108	10.033
Marcas e patentes	-				15.218
Outras imobilizações	4%	95.481	(6.805)	88.676	4.453
		2.445.006	(209.318)	2.235.688	947.842

Com o advento da Deliberação CVM nº 554/2008 os bens adquiridos pela Companhia através de Arrendamento Mercantil Financeiro ("*Leasing"* Financeiro) passaram a ser registrados no Ativo Imobilizado, com suas respectivas depreciações, conforme supramencionado, tendo como contrapartida o registro do arrendamento a pagar, demonstrado na nota explicativa nº 17.

De acordo com a Deliberação CVM nº. 527/2007 foi realizada análise para verificar o grau de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado (teste de "*impairment"*). Com base nos testes realizados, não há ativos registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

12. INTANGÍVEL

De acordo com as Deliberações CVM nº 553/08 e 565/08, a Companhia constituíu o subgrupo Ativo Intangível, o qual irá compor o Ativo Não Circulante, conforme apresentado abaixo:

	31/12/08	31/12/07
Intangível - Controladora	525.038	-
Intangível - Controladas	1.619.174	-
	2.144.212	-

A movimentação do intangível na Controladora e no Consolidado no exercício de 2008 é a seguinte:

12.1 – Movimentação do intangível (Controladora)

	Saldo Contábil em 31 de Dezembro 2007	Reclassificação de Investimentos	Aquisição/Baixa (3)	Ágio na aquisição (1)	(-) Amortização do ágio (2)	Saldo Contábil em 31 de Dezembro 2008
Argentine Breeders & Packers S.A. - Ágio		25.576			(1.904)	23.672
Frigoclass Alimentos S.A. - Deságio		(12.478)			-	(12.478)
Inaler S.A. - Ágio		48.353	(6.433)		(3.541)	38.379
Frigorífico Tacuarembó S.A. - Ágio		62.420			(4.596)	57.824
Masplen Limited - Ágio		19.320			(2.062)	17.258
Prestcott International S.A. -Ágio		29.012	(4.270)		(1.820)	22.922
Secculum Participações Ltda. - Ágio		17.341			(1.153)	16.188
União Frederiquense Partic. Ltda. - Ágio		12.396			(713)	11.683
QuickFood S.A - Ágio		209.225		22.850	(13.127)	218.948
Establecimientos Colonia S.A - Ágio		122.143			(7.664)	114.479
Marcas e patentes		15.015	1.148			16.163
Total	-	548.323	(9.555)	22.850	(36.580)	525.038

(1) Ágio registrado na aquisição de mais uma parcela de 9,8046% de participação da empresa QuickFood S.A .

(2) A partir do exercício de 2009, com base na Deliberação CVM nº 565/08, o ágio pago por rentabilidade futura não será mais amortizado. Os benefícios fiscais obtidos a partir da amortização do ágio foram mantidos com base no Regime Ttributário de Transição - RTT instituído pela MP nº 449/08.

(3) As baixas referem-se ao ágio apurado na aquisição das empresas Prestcott International S.A e Inaler S.A., ambas referentes à provisão ("escrow"), previstos em contrato.

12.2 – Movimentação do intangível (Controladas)

	Saldo Contábil em 31 de Dezembro 2007	Reclassificação	Ágio/Deságio na aquisição	Aquisição de Marca	Variação Cambial na conversão	(-) Amortização do ágio	Saldo Contábil em 31 de Dezembro 2008
Argentine Breeders & Packers S.A.	**-**	**96.548**	**18.879**	**66.902**	**17.782**	**-**	**200.111**
Estancias del Sur - Ágio	-	55.514	-	-	8.706	-	64.220
Mirab(AR) - Ágio	-	16.966	18.879	-	5.418	-	41.263
Best Beef - Ágio	-	23.904	-	-	3.658	-	27.562
Marcas e patentes	-	164	-	66.902	-	-	67.066
Marfrig Chile Inversiones Ltda	**-**	**8.114**	**4.642**	**-**	**3.645**	**-**	**16.401**
QuintoCuarto - Ágio	-	2.008	501	-	641	-	3.150
QuintoCuarto - Deságio	-	(3.738)	3.738	-	-	-	-
Frigorífico Patagonia - Ágio	-	9.405	842	-	3.004	-	13.251
PBP Chile - Ágio	-	439	(439)	-	-	-	-
Weston Importers Ltd.	**-**	**-**	**725.175**	**-**	**157.272**	**(703)**	**881.744**
CDB Meats Ltd - Ágio	-	-	13.422	-	110	(703)	12.829
Moy Park - Ágio	-	-	639.376	-	141.180	-	780.556
Kitchen Range - Ágio	-	-	72.377	-	15.982	-	88.359
Masplen Limited	**-**	**322**	**-**	**-**	**-**	**-**	**322**
Marcas e patentes	-	322	-	-	-	-	322
Quickfood	**-**	**261**	**-**	**-**	**-**	**-**	**261**
Marcas e patentes	-	261	-	-	-	-	261
Prestcott International S.A	**-**	**7.787**	**-**	**-**	**2.487**	**-**	**10.274**
Cledinor - Ágio	-	7.787	-	-	2.487	-	10.274
União Frederiquense Partic. Ltda.	**-**	**57**	**479.503**	**-**	**-**	**-**	**479.560**
Pena Paulo - Ágio	-	-	4.597	-	-	-	4.597
MBL (Carroll's) - Ágio	-	-	8.077	-	-	-	8.077
Dagranja - Ágio	-	-	334.132	-	-	-	334.132
Agrofrango - Ágio	-	-	26.648	-	-	-	26.648
Penasul - Ágio	-	-	9.377	-	-	-	9.377
Braslo - Ágio	-	-	12.361	-	-	-	12.361
Mas do Brasil - Ágio	-	-	84.311	-	-	-	84.311
Marcas e patentes	-	57					57
Secculum Participações Ltda.	**-**	**3**	**30.498**	**-**	**-**	**-**	**30.501**
Pena Paulo - Ágio	-	-	292	-	-	-	292
MBL (Carroll's) - Ágio	-	-	514	-	-	-	514
Dagranja - Ágio	-	-	21.252	-	-	-	21.252
Agrofrango - Ágio	-	-	1.695	-	-	-	1.695
Penasul - Ágio	-	-	596	-	-	-	596
Braslo - Ágio	-	-	786	-	-	-	786
Mas do Brasil - Ágio	-	-	5.363	-	-	-	5.363
Marcas e patentes	-	3					3
Total	-	113.092	1.258.697	66.902	181.186	(703)	1.619.174

O ágio registrado na Controladora e nas empresas controladas foi pago por expectativa de rentabilidade futura nas respectivas empresas adquiridas.
De acordo com a Deliberação CVM nº. 527/2007 foi realizada análise para verificar o grau de recuperação dos valores registrados no ativo intangível (teste de

"*impairment"*). Com base nos testes realizados, não há ativos registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

13. DIFERIDO

				Consolidado	
				31/12/08	31/12/07
Descrição	Taxas anuais médias de amortização	Custo corrigido e reavaliado	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Gastos pré-operacionais	10%	21.507	(3.255)	18.252	11.114
		21.507	(3.255)	18.252	11.114

No exercício findo em 31 de dezembro de 2008, não ocorreram gastos pré-operacionais na controladora.

O saldo de Ativo Diferido (consolidado) em 31 de dezembro de 2008 será mantido até sua completa amortização, de acordo com a Deliberação CVM nº 565/2008.

14. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/08	31/12/07	31/12/08	31/12/07
INSS a recolher	75.107	34.601	147.119	34.880
Salários e provisões trabalhistas	21.101	14.541	72.981	28.169
Outros encargos e benefícios sociais a recolher	1.284	1.389	49.693	8.430
	97.492	50.531	269.793	71.479

Em 21 de novembro de 2005, foi publicada a Lei nº 11.196 que permite a compensação de débitos do INSS com créditos fiscais federais. Tal processo foi regulamentado pela Portaria Interministerial nº 23, de 2 de fevereiro de 2006.

15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/08	31/12/07	31/12/08	31/12/07
ICMS a recolher	601	788	29.974	788
IRRF Juros sobre o capital próprio	-	5.488	-	5.488
Parcelamento Especial - PAES	1.808	2.282	1.808	2.282
Parcelamento Excepcional - PAEX	42.276	66.978	42.276	66.978
Imposto de renda a Pagar	-	-	36.160	13.187
Parcelamento de impostos federais	-	-	118.813	
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	1.699	2.171	124.186	13.536
	46.384	77.707	353.217	102.259
Passivo circulante	9.297	17.500	274.543	40.465
Passivo não circulante	37.087	60.207	78.674	61.794

15.1. PAES – Parcelamento especial - Lei nº 10.684/03

Em 31 de julho de 2003, a Companhia aderiu ao PAES - Parcelamento Especial, instituído pela Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, que dispõe sobre o parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal - SRF, à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN e ao INSS - Instituto Nacional de Seguro Social, declarando seus débitos junto ao INSS, incluído o Funrural, no montante de R$23.562, e junto à SRF, no montante de R$4.063, a serem liquidados em 180 parcelas mensais. Os débitos do INSS foram migrados para o PAEX, conforme demonstrado na nota 15.2, restando, dessa forma, apenas os débitos junto à SRF no PAES.

O saldo é composto como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/08	31/12/07	31/12/08	31/12/07
Saldo inicial	2.282	2.663	2.282	2.663
Atualização monetária	175	150	175	150
(-) pagamentos efetuados	(579)	(531)	(579)	(531)
(-) ajuste a valor presente	(70)	-	(70)	-
Saldo final	1.808	2.282	1.808	2.282
Passivo circulante	570	614	570	614
Passivo não circulante	1.238	1.668	1.238	1.668

15.2 PAEX – Parcelamento excepcional - MP nº 303/06

Em 11 de setembro de 2006, a Companhia aderiu ao PAEX - Parcelamento Excepcional, instituído pela Medida Provisória nº 330, de 29 de junho de 2006, que dispõe sobre o parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal - SRF, à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN e ao INSS - Instituto Nacional de Seguro Social, declarando seus débitos junto ao INSS, incluído o Funrural, e os débitos de INSS que estavam parcelados no PAES, no montante total de R$76.977. Não houve parcelamento junto à SRF.

O saldo é composto como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/08	31/12/07	31/12/08	31/12/07
Saldo inicial	66.978	74.444	66.978	74.444
Atualização monetária	1.328	645	1.328	645
(-) pagamentos efetuados	(7.856)	(8.111)	(7.856)	(8.111)
(-) ajuste a valor presente	(18.174)	-	(18.174)	-
Saldo final	42.276	66.978	42.276	66.978
Passivo circulante	8.946	8.438	8.946	8.438
Passivo não circulante	33.330	58.540	33.330	58.540

16. EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS

				Controladora	
Linha de Crédito	**Encargos (% a.a.)**	**Taxa média ponderada de juros (a.a.)**	**Prazo médio ponderado de venc. (anos)**	**Saldo 31.12.08**	**Saldo 31.12.07**
Moeda nacional					
FINAME	TJLP + Taxa Fixa	13,12	1,48	260	695
BNDES Exim	TJLP + Taxa Fixa	10,19	0,67	74.236	137.787
BNDES Finem	TJLP + 1,80%	8,05	4,4	14.203	7.664
FINEP	TJLP + 1%	7,25	5,08	29.857	8.747
NCE	Taxa fixa+CDI	15,13	2,2	471.494	81.257
Pré Pagamento (juros)	CDI	13,86	0,5	341	-
Total moeda nacional				**590.391**	**236.150**
Moeda estrangeira					
ACC (US$)	Taxa Fixa + V.C.	5,56	0,46	387.905	111.366
Financiamento Parque Indutrial (US$)	7,35 / 7,28%+ V.C	7,46	3,81	21.899	21.099
Pré-pagamento (US$)	Libor+Taxa Fixa + V.C	8,76	5,91	1.027.046	454.361
BNDES Exim (US$)	Cesta de Moedas + Taxa Fixa	11,55	0,89	20.661	28.913
Bonds (US$)	Taxa Fixa + V.C	9,63	7,95	869.188	647.109
BNDES Finem	Cesta de Moedas + 1,30%	8,90	4,4	2.792	3.316
NCE (US$)	CDI+Taxa Fixa+V.C (US$)+Libor	8,77	3,34	452.966	254.919
Swap	Prêmio + V.C	Prêmio + V.C	0,5	24.735	-
Total moeda estrangeira				**2.807.192**	**1.521.083**
Total do endividamento				**3.397.583**	**1.757.233**
Passivo Circulante				**577.500**	**246.463**
Passivo Não Circulante				**2.820.083**	**1.510.770**

				Consolidado	
Linha de Crédito	**Encargos (% a.a.)**	**Taxa média ponderada de juros (a.a.)**	**Prazo médio ponderado de venc. (anos)**	**Saldo 31.12.08**	**Saldo 31.12.07**
Moeda nacional					
FINAME	TJLP + Taxa Fixa	9,92	3,7	11.544	7.234
BNDES Exim	TJLP + Taxa Fixa	10,19	0,67	74.236	137.787
BNDES Finem	TJLP + 1,80	8,05	4,15	14.203	7.664
FINEP	TJLP + 1%	7,25	5,08	29.857	8.747
NCE	Taxa fixa+CDI	15,12	1,93	512.221	81.257
Capital de Giro (R$)	Taxa fixa+CDI	17,88	1,88	102.814	7.890
Nota de Credito Rural (R$)	Taxa Fixa	7,32	1,76	49.076	16.855
Pré Pagamento (juros)	CDI	13,86	0,5	341	-
Outros			0,58	33	178
Total moeda nacional				**794.325**	**267.612**
Moeda estrangeira					
ACC (US$)	Taxa Fixa + V.C.	5,97	0,6	580.985	149.870
Financiamento Parque Indutrial (US$)	Libor+Taxa Fixa + V.C	5,88	2,81	40.186	31.840
Pré-pagamento (US$)	Libor+Taxa Fixa + V.C	8,61	5,02	1.335.609	550.732
BNDES Exim (US$)	Cesta de Moedas + Taxa Fixa	11,54	0,68	20.661	28.913
Bonds (US$)	Taxa Fixa + V.C	9,63	7,95	869.188	647.109
BNDES Finem	Cesta de Moedas + 1,30	8,90	4,15	2.792	3.316
NCE (US$)	CDI+Taxa Fixa+V.C (US$)+Libor	14,95	2	466.296	265.012
Swap	Prêmio + V.C	Prêmio + V.C	0,5	32.330	1.028
Capital de Giro (US$)	Taxa Fixa + Libor	6,04	3,17	58.797	61.414
Capital de Giro (Pesos)	Unidade Fomento	7,92	1,75	8.830	1.193
Emprestimo Bancario (US$)	Taxa Fixa	5,81	0,33	76.801	41.091
PAE (US$)	Taxa Fixa	7,5	0,5	12.559	7.243
Financiamentos (US$)	Taxa Fixa	6,5	0,75	14.115	11.357
Conta Garantida (US$)	Libor + 1,85%	4,93	1,25	-	6.200
Finimp	Libor+2%+ comissão 1,5%	7,72	-	-	31
Total moeda estrangeira				**3.519.149**	**1.806.349**
Total do endividamento				**4.313.474**	**2.073.961**
Passivo Circulante				**1.232.097**	**428.105**
Passivo Não Circulante				**3.081.377**	**1.645.856**

As modalidades de empréstimos e financiamentos da Companhia podem ser descritas da seguinte forma:

FINAME – Financiamento de Máquinas e Equipamentos

Linha de Crédito do BNDES para aquisição de bens de capital. A moeda utilizada pelo BNDES para a correção dos valores é a URTJLP. A Garantia das operações são os próprios bens adquiridos. O cronograma de pagamento ocorrerá até outubro de 2010.

BNDES Exim

Linha de Crédito do BNDES para incentivo a exportação, repassada por bancos comerciais. As operações captadas nessa modalidade são para financiamento das exportações. Essa operação é atualizada em parte pela TJLP (Taxa de juros de longo prazo) e o restante é atualizado pela UMBNDES, que é composta por uma cesta de moedas, a qual reflete a flutuação diária das moedas que o BNDES capta empréstimos. Essa modalidade é parcialmente garantida com um percentual de duplicatas, mantidas nos agentes que repassam o crédito e aval. O cronograma de pagamento é mensal com parcelas acrescidas de juros, com vencimento entre maio de 2008 a outubro de 2010.

BNDES FINEM - Financiamento de Empreendimentos

Linha de crédito do BNDES destinada a financiamento de empreendimentos. Os empréstimos foram celebrados para aquisição de maquinários, equipamentos e expansão das instalações produtivas. Essa operação é atualizada em parte pela TJLP (Taxa de juros de longo prazo) e o restante é atualizado pela UMBNDES, que é composta por uma cesta de moedas, a qual reflete a flutuação diária das moedas em que o BNDES capta empréstimos. Tal modalidade é garantida por uma fiança bancária emitida pelo Banco Bradesco. O cronograma de pagamento dessa operação é mensal com parcelas acrescidas de juros, com vencimento entre março de 2008 a fevereiro de 2013.

FINEP – Financiamento de Estudos e Projetos

Linha de Crédito da FINEP voltada para financiamento de Estudos e Projetos. A FINEP é uma instituição pública, vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia. A moeda utilizada para correção é a URTJ01, que é baseada na variação da TJLP. A garantia da operação é um contrato junto ao Banco Bradesco. O cronograma de pagamento dessa operação é mensal, com vencimento entre outubro de 2009 até outubro de 2013.

NCE - Nota de Crédito de Exportação

Linha de crédito destinada a empresas exportadoras, com benefícios fiscais. É necessária a comprovação das exportações efetuadas. As operações captadas nessa modalidade são utilizadas para Capital de Giro. Há operações em R$ e operações em US$, e são garantidas por duplicatas, avais e contratos de fornecimento, bem como , em alguns casos, não há garantias. O cronograma de vencimento dessas operações se dará até março de 2012.

Capital de Giro

As operações captadas nessa modalidade são para financiamento de capital de giro. Há operações em R$ e em pesos. Essas operações são garantidas por avais e hipotecas. O cronograma de vencimento dessas operações se dará até agosto de 2011.

Nota de Crédito Rural

Linha de crédito destinada a financiar o sistema de integração entre o produtor rural (parceiro) e os frigoríficos. Essas operações são captadas em R$ e vinculadas ao processo produtivo. Essa modalidade é garantida por aval. O cronograma de vencimento dessa operação se dará em setembro de 2009.

ACC – Adiantamento de Contrato de Câmbio

Linha de crédito externa destinada a empresas exportadoras. As operações captadas nessa modalidade são utilizadas para financiamento das exportações. As operações de ACC são captadas em US$, pagas com a vinculação das exportações e garantida por notas promissórias. O Cronograma de pagamento dessas operações se dará até agosto de 2009.

Financiamento Parque Industrial (US$)

Linha de crédito externa, destinada a aquisição de equipamentos. Essa operação é captada em US$, tendo como garantia os próprios equipamentos financiados. O Cronograma de vencimento dessa operação se dará até julho de 2012, com parcelas trimestrais de principal e juros.

Pré-Pagamento

Linha de crédito externa destinada a empresas exportadoras. As operações captadas nessa modalidade são utilizadas para financiamento das exportações. Essa operação é captada em US$ e garantida por notas promissórias, avais, contratos de fornecimento e documentos de exportação, bem como, em alguns

casos, não possui garantias. O cronograma de vencimento de pagamento ocorrerá entre outubro de 2008 e março de 2013.

Bonds

Notas de dívidas emitidas no exterior – 144A. / Reg. S, as quais se destinaram a aquisição das unidades da Argentina e Uruguai. Tal modalidade foi captada em US$, não possuindo garantias. O vencimento do principal é em novembro de 2016, com pagamentos semestrais de juros.

PAE – Antecipação de Empréstimo para Exportação

Linha de crédito do Chile destinada a empresas exportadoras. As operações captadas nessa modalidade, que podem ser usadas para qualquer produto de exportação, são utilizadas para financiamento das exportações de cordeiro, pescado e outros produtos trazidos ao Brasil. A diferença com uma linha normal está em que ela é isenta do IPE – "*Impuesto de Timbre y Estampilla*" (equivalente ao IOF no Brasil) e, somente neste ano de 2009, não haverá diferença com um empréstimo comum. As linhas são captadas em US$, sendo garantidas por fianças bancárias.

Segue abaixo o cronograma de vencimentos do endividamento:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.08	**31.12.07**	**31.12.08**	**31.12.07**
Moeda nacional				
1T08	-	2.932	-	13.777
2T08	-	14.955	-	22.234
3T08	-	21.877	-	28.078
4T08	-	25.886	-	27.740
1T09	46.257	31.126	70.527	32.045
2T09	22.385	19.170	29.351	19.572
3T09	24.139	19.170	153.129	19.558
4T09	7.861	7.333	9.603	7.709
2010	196.675	84.957	234.029	86.308
2011	267.774	3.646	271.092	4.981
2012	9.622	3.824	10.670	4.265
2013	7.262	1.274	7.508	1.345
2014	3.580	-	3.580	
2015	3.580	-	3.580	
2016	1.256	-	1.256	
	590.391	236.150	794.325	267.612
Moeda estrangeira				
1T08	-	58.109	-	113.518
2T08	-	39.228	-	90.321
3T08	-	40.136	-	77.842
4T08	-	43.340	-	54.595
1T09	86.303	9.638	316.512	24.613
2T09	236.402	8.766	364.709	19.717
3T09	35.617	5.814	102.859	13.477
4T09	118.536	3.157	185.407	14.465
2010	158.538	119.567	206.030	140.585
2011	457.992	158.287	536.985	176.598
2012	380.419	192.206	433.836	207.923
2013	278.077	67.696	303.796	77.622
2014	107.023	67.478	113.861	77.445
2015	89.028	67.478	95.846	77.445
2016	859.257	640.183	859.308	640.183
	2.807.192	1.521.083	3.519.149	1.806.349
Total do endividamento	**3.397.583**	**1.757.233**	**4.313.474**	**2.073.961**

Segue abaixo as garantias dos empréstimos e financiamentos:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.08	**31.12.07**	**31.12.08**	**31.12.07**
Saldo de financiamentos	3.397.583	1.757.233	4.313.474	2.073.961
Garantias:				
Sem Garantias	1.662.974	700.493	1.802.053	776.972
Nota Promissoria	626.878	470.511	640.483	492.260
Duplicatas	55.850	114.368	74.387	114.368
Fiança Bancaria	16.995	10.981	90.712	21.398
Contrato de Fornecimento	47.104	35.684	60.434	45.777
Aval	865.565	341.404	1.267.993	385.559
Bem Financiado	260	695	13.764	13.202
Documentos de exportação	70.201	53.251	103.283	53.251
Instalações	51.756	29.846	51.756	31.832
Hipoteca	-	-	56.774	44.803
Aplicação Financeira	-	-	115.905	80.561
Crédito de Exportação	-	-	35.930	13.978

Tendo em vista que as notas emitidas pela Companhia (Bonds Marfrig) representam 20,15% do endividamento consolidado, as restrições vinculadas à manutenção de determinados índices financeiros acordadas na emissão delas balizam os demais empréstimos e financiamentos em aberto no encerramento do período. Tais restrições, no aspecto de endividamento, correspondem a princípio: o Índice de Cobertura de Juros (quociente do EBITDA (ou LAJIDA) e o Resultado Financeiro Líquido) não pode ser inferior a 1,5; e o quociente da Dívida Líquida para o EBITDA (ou LAJIDA) não pode ser superior a 4,0.

17. ARRENDAMENTO A PAGAR

Tendo em vista a Deliberação CVM nº 554/08 as operações de arrendamento financeiro ("*leasing"* financeiro) passaram a ser reconhecidas no passivo circulante e no passivo não circulante da Companhia, tendo como contrapartida o registro do bem adquirido no ativo imobilizado, de acordo com o exposto na nota explicativa nº 11.

As operações contraídas anteriormente à data de promulgação da referida deliberação não são consideradas para efeito do cálculo dos *"covenants"* mencionados na nota explicativa nº 16.

				Controladora	
Linha de Crédito	**Encargos (% a.a.)**	**Taxa média ponderada de juros (a.a.)**	**Prazo médio ponderado de venc. (anos)**	**Saldo 31.12.08**	**Saldo 31.12.07**
Moeda nacional					
Arrend. Financeiro Leasing Veículos	CDI + Taxa	16,0%	3,6	20.080	-
Arrend. Financeiro Leasing Equip. Informatica	CDI + Taxa	9,0%	3,9	14.486	-
Arrend. Financeiro Leasing Maquinas e Equip.	CDI + Taxa	14,7%	4,2	22.209	-
Arrend. Financeiro Leasing Instalações Industriais	CDI + Taxa	16,4%	2,2	53.710	-
Arrend. Financeiro Leasing Edifições	CDI + Taxa	16,6%	2,6	41.032	-
Total moeda nacional				**151.517**	**-**
Total Controladora				**151.517**	**-**
Passivo Circulante				**43.914**	
Passivo Não Circulante				**107.603**	

				Consolidado	
Linha de Crédito	**Encargos (% a.a.)**	**Taxa média ponderada de juros (a.a.)**	**Prazo médio ponderado de venc. (anos)**	**Saldo 31.12.08**	**Saldo 31.12.07**
Moeda nacional					
Arrend. Financeiro Leasing Veículos	CDI + Taxa	16,0%	3,6	20.080	-
Arrend. Financeiro Leasing Equip. Informatica	CDI + Taxa	9,0%	3,9	14.486	-
Arrend. Financeiro Leasing Maquinas e Equip.	CDI + Taxa	14,7%	4,2	22.209	-
Arrend. Financeiro Leasing Instalações Industriais	CDI + Taxa	16,4%	2,2	53.710	-
Arrend. Financeiro Leasing Edifições	CDI + Taxa	16,6%	2,6	41.032	-
Total moeda nacional				**151.517**	**-**
Moeda estrangeira					
Arrend. Financeiro Leasing Veículos	Taxa	33,3%	4,8	1.359	
Arrend. Financeiro Leasing Maquinas e Equip.	Taxa	64,9%	5,7	42.895	
Arrend. Financeiro Leasing Instalações Industriais	Taxa	12,0%	5,0	2.576	
Arrend. Financeiro Leasing Edifições	Taxa	3,6%	4,0	6.350	
Total moeda estrangeira				**53.179**	**-**
Total Consolidado				**204.696**	**-**
Passivo Circulante				**62.582**	
Passivo Não Circulante				**142.114**	

Segue abaixo o cronograma de vencimentos do arrendamento:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.08	**31.12.07**	**31.12.08**	**31.12.07**
Moeda nacional				
1T09	10.681	-	10.681	-
2T09	10.883	-	10.883	-
3T09	11.065	-	11.065	-
4T09	11.285	-	11.285	-
2010	45.433	-	45.433	-
2011	42.232	-	42.232	-
2012	17.719	-	17.719	-
2013	2.219	-	2.219	-
Total moeda nacional	**151.517**	**-**	**151.517**	**-**
Moeda estrangeira				
1T09	-	-	5.511	-
2T09	-	-	4.598	-
3T09	-	-	4.390	-
4T09	-	-	4.170	-
2010	-	-	14.220	-
2011	-	-	10.668	-
2012	-	-	8.567	-
2013	-	-	1.055	-
Total moeda estrangeira	**-**	**-**	**53.179**	**-**
Total arrendamento	**151.517**		**204.696**	

Segue abaixo as garantias dos arrendamentos:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.08	**31.12.07**	**31.12.08**	**31.12.07**
Moeda Nacional				
Garantias:	-	-	-	-
Bem Financiado	151.517	-	151.517	-
Total moeda nacional	**151.517**	**-**	**151.517**	**-**
Moeda estrangeira				
Garantias:	-	-	-	-
Bem Financiado	-	-	53.179	-
Total moeda estrangeira	**-**	**-**	**53.179**	**-**
Total	**151.517**		**204.696**	

Com relação ao arrendamento operacional ("*leasing*" operacional), o mesmo permanece com o critério anterior de reconhecimento contábil, ou seja, registra-se mensalmente a despesa incorrida com o pagamento do arrendamento, conforme previsto na Deliberação CVM nº 554/08.

Segue abaixo o demonstrativo de arrendamento mercantil operacional em 31 de dezembro de 2008:

ARRENDAMENTO OPERACIONAL

						Controladora
Instituição financeira	**Bem arrendado**	**Data início**	**Taxa média ponderada de juros (a.a.)**	**Prazo médio ponderado de venc. (anos)**	**Valor total financiado**	**Montante despesa do exercicio de 2008**
	Moeda nacional					
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	18/02/05	10,47%	3,8	282	85
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	11/07/06	10,92%	2,9	2.270	909
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	07/11/06	11,73%	2,9	1.344	545
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	02/07/07	10,09%	2,9	1.173	464
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	05/12/07	17,81%	4,9	1.046	121
CSI LATINA A. M. S.A	Máquinas e equip.	03/05/04	10,39%	4,2	311	28
CSI LATINA A. M. S.A	Máquinas e equip.	30/09/04	10,26%	3,9	389	20
CSI LATINA A. M. S.A	Máquinas e equip.	21/12/05	6,93%	2,9	992	335
CSI LATINA A. M. S.A	Máquinas e equip.	21/01/06	6,93%	2,9	1.332	507
CSI LATINA A. M. S.A	Máquinas e equip.	15/02/06	8,45%	2,9	693	344
CSI LATINA A. M. S.A	Máquinas e equip.	23/03/06	6,95%	2,9	2.278	849
CSI LATINA A. M. S.A	Máquinas e equip.	28/03/07	11,19%	2,9	10.008	4.030
CSI LATINA A. M. S.A	Máquinas e equip.	21/12/07	17,19%	4,4	1.498	171
CSI LATINA A. M. S.A	Máquinas e equip.	10/01/08	17,19%	4,9	3.700	496
	Total moeda nacional				**27.316**	**8.904**

O cronograma de vencimentos do arrendamento operacional é como segue:

	31/12/08
Moeda nacional	
Até 1 ano	7.039
Mais de 1 ano ate 5 anos	5.602
Mais de 5 anos	-
	12.641

O arrendamento operacional Consolidado apresenta os mesmos contratos supramencionados.

18. PROVISÕES

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos, em curso normal de seus negócios, para os quais foram constituídas provisões com base na estimativa de seus consultores legais. As principais informações dos processos estão assim apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/08	31/12/07	31/12/08	31/12/07
Trabalhistas e previdenciárias	39.548	41.370	73.645	43.357
Fiscais	3.351	1.936	24.596	3.471
Cíveis	2.091	670	9.793	700
Outras	-	-	441	626
	44.990	43.976	108.475	48.154

Os passivos contingentes, as quais não estão registradas contabilmente, são demonstradas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/08	31/12/07	31/12/08	31/12/07
Trabalhistas e previdenciárias	14.007	-	14.638	-
Fiscais	63.765	-	68.009	-
Cíveis	2.984	-	4.509	-
Outras	-	-		-
	80.756	-	87.156	-

19. IMPOSTOS DIFERIDOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/08	31/12/07	31/12/08	31/12/07
Imposto de renda	29.336	31.727	86.105	44.969
Contribuição social	10.563	11.424	22.914	12.308
	39.899	43.151	109.019	57.277

Referem-se aos tributos diferidos contabilizados no momento da reavaliação dos bens do ativo imobilizado, que serão liquidados à medida que ocorram alienação, baixa ou depreciação/amortização dos bens reavaliados, conforme vida útil determinada no laudo de reavaliação.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2008, deduzido dos gastos com emissão pública e privada de ações, é de R$2.525.639 (em 31 de dezembro de 2007 era de R$1.183.826), representado por 267.943.954 ações ordinárias (em 31 de dezembro de 2007 era de 203.948.954 ações ordinárias), sem valor nominal.

Demonstramos a evolução do capital social da Companhia ao longo do exercício de 2008, tendo em vista o aumento de capital aprovado na ata de reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de agosto de 2008, integralizado da seguinte forma:

Data	Descrição	Valor
31/12/2007	Capital social	1.183.826
01/01/2008	Gastos com emissão pública de ações (1)	(30.273)
22/08/2008	Integralizado pela MMS Participações S.A.	25.000
29/08/2008	Integralizado pelo BNDESPAR	472.483
17/09/2008	Integralizado por Laurus Holdings Limited	430.000
17/09/2008	Integralizado pelos Minoritários	65
15/10/2008	Integralizado pelo BNDESPAR	243.172
15/10/2008	Integralizado por outras Instituições Financeiras	202.643
15/10/2008	Integralizado por Laurus Holdings Limited	2.529
15/10/2008	Gastos com emissão privada de ações (2)	(3.806)
31/12/2008	Capital social	2.525.639

(1) Gastos referentes a Oferta Pública Inicial (*IPO*) realizada no exercício de 2007.

(2) Gastos referentes a emissão privada de ações realizada no exercício de 2008.

Com base na Deliberação CVM nº 556/08, a Companhia registrou no patrimônio líquido os custos incorridos no processo de captação de recursos através de emissão pública e privada de ações.

b. Reservas de lucros

	Reserva de lucros		
	Reserva legal	Retenção de lucros	Total
Saldo inicial de reserva de lucros	3.217	-	3.217
Retenção de lucros acumulados referente ao saldo existente em 31.12.2007, tendo em vista as alterações nas práticas contábeis	-	95.284	95.284
Retenção de lucros acumulados gerados pelos ajutes promovidos pelas alterações nas práticas contábeis	-	71.741	71.741
Absorção de prejuízo do exercício	-	(2.215)	(2.215)
Saldo final de reserva de lucros	3.217	164.810	168.027
(-) Ações em tesouraria	-	(12.966)	(12.966)
Saldo final de reserva de lucros com a dedução das ações em tesouraria	3.217	151.844	155.061

Reserva legal

Constituída, tendo como base o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o lucro líquido da Companhia, conforme definido em seu estatuto e na legislação vigente. Em 2008 não houve constituição da referida reserva, haja vista o prejuízo gerado no exercício.

Retenção de lucros

Na Assembléia Geral de Acionistas, a ser realizada em 28 de abril de 2009, será proposta uma retenção de lucros no montante de R$ 167.025, sendo a parcela de R$ 95.284 proveniente do saldo de lucros acumulados em 31 de dezembro de 2007 e R$ 71.741 referente aos ajustes promovidos pelas alterações nas práticas contábeis, conforme Lei nº. 11.638/2007 e MP nº. 449/2008. Tal retenção se destina a financiar parte dos investimentos previstos para 2009, cujo montante é dado no Relatório de Administração – Item 16 - Projeções Empresariais de Resultados.

Ainda, será proposto, para aprovação na referida Assembléia, a absorção de prejuízo do exercício de 2008 pelas reservas de lucros (retenção de lucros), no montante de R$ 2.215.

Ações em tesouraria

No exercício de 2008 a Companhia adquiriu 695.600 ações pelo montante de R$ 12.966, ao custo médio, por ação, de R$ 18,64. Tais ações se destinam ao

programa de bônus de longo prazo em ações e opções de ações, conforme descrito na nota explicativa nº 21. Essas ações terão direito aos dividendos e proventos eventualmente distribuídos pela Companhia.

c. Ajustes de avaliação patrimonial

Tendo em vista a Deliberação CVM nº 534/08, a Companhia criou o subgrupo de contas denominado “Ajustes de Avaliação Patrimonial”, no qual foram registradas as variações cambiais de investimentos societários no exterior, cuja controlada caracteriza-se como uma entidade autônoma em relação à matriz no Brasil.

d. Ajustes acumulados de conversão

Conforme previsto no Ofício-Circular CVM/SNC/SEP nº 01, de 30 de janeiro de 2009, bem como na Deliberação CVM nº 534/08, a Companhia criou o subgrupo de contas denominado “Ajustes Acumulados de Conversão”, no qual foram registradas as variações cambiais resultantes da conversão das demonstrações contábeis de subsidiárias no exterior, cuja moeda funcional da investida diverge da controladora.

e. Dividendos

O dividendo obrigatório da Companhia é de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social, apurado nas demonstrações contábeis da Companhia controladora. A declaração anual de dividendos, incluindo o pagamento do mesmo, além do dividendo mínimo obrigatório, exige aprovação em Assembléia Geral Ordinária por maioria de votos de acionistas titulares das ações da Marfrig e irá depender de diversos fatores. Dentre esses fatores estão os resultados operacionais, condição financeira, necessidades de caixa e perspectivas futuras da Companhia, dentre outros fatores que o Conselho de Administração e acionistas da Marfrig julguem relevantes.

Em função do resultado apurado no ano de 2008 e como medida julgada acertada em relação à sua política financeira, a administração propõe não serem atribuídos dividendos a distribuir relativos ao exercício de 2008, bem como confirma não ter declarado juros sobre o capital próprio no referido exercício.

f. Participação dos acionistas não controladores

Refere-se à participação dos acionistas não controladores no Patrimônio Líquido da Companhia.

21. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

O valor agregado das remunerações recebidas pelos administradores da Companhia Controladora, por serviços nas respectivas áreas de competência, bem como do Conselho de Administração nos exercícios de 2008 e 2007 é assim apresentado:

		Salário e Pro-labore	Concessão de ações	Concessão de opções (1)	Total
Conselho de administração	2007	642	-	-	642
	2008	1.654	-	-	1.654
Diretoria	2007	3.853	-	-	3.853
	2008	2.634	1.596	-	4.230

(1) Tendo em vista que o valor das opções é superior ao valor de mercado das ações da Companhia, não haveria exercício das opções em 31 de dezembro de 2008 e, consequentemente, não há remuneração.

A Companhia mantém um programa de bônus de longo prazo em ações restritas para seus executivos e em opções de ações para seus conselheiros, conforme descrito abaixo:

i. Da aprovação do plano

Em 07 de maio de 2007 foi aprovado um plano de opção de compra de ações que tem como objetivo permitir aos administradores, empregados e prestadores de serviços adquirirem ações de emissão da Companhia. O plano tem como premissas básicas uma diluição não superior a cinco por cento do capital social da Companhia; e um preço de exercício das opções baseado no preço médio ponderado, pelo volume de negociação das ações da Companhia observado nos últimos 20 pregões na BM&FBOVESPA, imediatamente anteriores à data da outorga da opção, com um desconto de até 15%. As opções poderão ser exercidas da seguinte forma: 25% ao final do primeiro ano; 25% ao final do segundo ano; 25% ao final do terceiro ano; e 25% ao final do quarto ano; a contar da celebração do contrato de opção correspondente.

Mediante o exercício de uma opção adquirida e o pagamento do preço de exercício, o participante receberá uma ação ordinária do capital social. Exceto em algumas circunstâncias, as opções não poderão ser exercidas depois da data de término do vínculo do participante com a Companhia.

Em 20 de maio de 2007, o Conselho de Administração deliberou outorgar por opções de compra de ações para seus membros, em valor equivalente a R$ 3.000 e para os membros da Diretoria, (estatutária e executiva) em valor equivalente a R$ 20.000, cabendo ao Conselho de Administração distribuir as opções outorgadas entre seus integrantes e aos membros da Diretoria, de acordo com suas contribuições individuais para os resultados da Companhia. Todas as opções

obedecerão aos prazos de carência e validade estabelecidos no nosso plano de opção de compra de ações.

O preço de exercício das opções será o preço médio ponderado pelo volume de negociação das ações da Companhia observado nos últimos 20 pregões na BM&F BOVESPA, imediatamente anteriores à data da outorga da opção, com desconto de até 15%.

ii. Da concessão

Em 09 de abril de 2008 foi autorizado pelo Conselho de Administração a aquisição de até 699.489 ações da Companhia, equivalentes a 1% das ações em circulação no mercado, para permanência em tesouraria e posterior liberação aos diretores participantes do programa de bônus de longo prazo em ações e opções de ações, com limites já aprovados na AGE realizada em 20 de maio de 2007.

Esta aquisição deverá observar os seguintes limites e condições, em conformidade com o disposto na Instrução CVM n°10/80:

1-	Objetivo com a operação	Maximizar a geração de valor para o acionista por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital e alinhar os interesses dos executivos com os dos investidores do Mercado.
2-	Características do programa	A concessão de ações para o plano de ações restritas foi feita com base na média dos vinte pregões anteriores ao dia 04 de março de 2008, sem deságio (R$ 15,097/ação). Para os diretores do Conselho de Administração, houve desconto de 10% sobre a média acima referida, que será a base da opção. A liberação aos executivos e diretores participantes será feita na razão de 25% ao ano em 4 anos, de acordo com o regulamento aprovado.
3-	Quantidade de Ações a serem adquiridas	até 669.489 ações
4-	Prazo máximo para a realização das operações autorizadas	até 31 de dezembro de 2008
5-	Quantidade de Ações em Circulação no Mercado	69.948.954 ações
6-	Local das Aquisições	BM&FBOVESPA
7-	Preço Máximo das Ações	O preço de aquisição das ações não poderá ser superior ao da sua respectiva cotação em Bolsa de Valores
8-	Instituições Intermediárias	Credit Suisse Hedging Griffo CTVM S.A., Bradesco BBI S.A. e ABN AMRO Real S.A.

iii. Da aquisição das ações

Em 07 de maio de 2008 a Companhia adquiriu 205.600 ações, conforme autorização do Conselho de Administração, para permanência em tesouraria e

posterior liberação aos diretores participantes do programa de bônus de longo prazo em ações e em opções de ações, com limites já aprovados na AGE de 20 de maio de 2007. Esta aquisição observou os limites e condições dispostos na Instrução CVM nº 10/80. As aquisições foram realizadas pela Hedging Griffo CTVM S.A., totalizando R$ 3.886.

No 3º trimestre de 2008 a Companhia adquiriu mais 490.000 ações pelo montante de R$ 9.080, perfazendo um total de 695.600 ações no valor de R$ 12.966, ao custo médio, de R$ 18,6400.

Não haverá diluição da participação dos atuais acionistas quando do exercício das ações restritas ou das opções na data de performance, haja vista a manutenção de ações em tesouraria para esse fim.

iv. Dos direitos dos participantes

Todos os dividendos e distribuições, ou seu equivalente (seja em dinheiro, ações ou outra forma) sobre Ações Restritas não exercidas, serão direitos do participante e creditados pela Companhia na sua conta para liberação quando do vencimento das restrições.

A Companhia terá a opção de pagar tais créditos por dividendos ou distribuições acumulados ou seu equivalente em dinheiro, em ações da empresa no lugar de dinheiro ou outro meio. Se o pagamento for realizado em ações, sua conversão será feita pelo valor médio dos últimos vinte pregões na BM&FBOVESPA anteriores à data do pagamento, ajustada ao valor líquido do imposto de renda incidente sobre o crédito concedido.

Haverá perda do direito nos casos em que o participante se desligar da Companhia ou deixar de prestar serviços por qualquer motivo que não seja falecimento, invalidez, aposentadoria ou desligamento involuntário e/ou, que não por justa causa. Nessas hipóteses, todas as ações restritas vencerão e aquelas não efetivadas se transformarão em valores liberados, totalmente efetivados.

Os participantes terão direito a, nos aumentos de capital, exercer os direitos de subscrição com recursos próprios sobre o total do montante concedido, sendo as ações subscritas imediatamente liberadas para o participante.

v. Efeitos na demonstração do resultado caso a contabilização houvesse sido efetivada em 31 de dezembro de 2008

Segue abaixo demonstrativo do programa de bônus de longo prazo em ações restritas para os executivos e em opções de ações para os conselheiros, contemplando os efeitos no resultado da Companhia caso a contabilização houvesse sido efetivada em 31 de dezembro de 2008:

				Opções de Ações			Ações Restritas		
	Beneficiários	Data de concessão	Período de performance	Número de Ações Implícitas - Opções não exercidas	Preço de Exercício da Opção	Data de Expiração da Opção	Quantidade de ações não vestidas	Valor de Mercado das ações não vestidas em 31.12.08	Efeitos no resultado de 31.12.08 em caso de contabilização
Conselho de Administraçã	3	04/03/2008	04/03/2009	13.800	13,588	31/08/2009			(70)
	3	04/03/2008	04/03/2010	13.800	13,588	31/08/2010			(70)
	3	04/03/2008	04/03/2011	13.800	13,588	31/08/2011			(70)
	3	04/03/2008	04/03/2012	13.800	13,588	31/08/2012			(70)
Diretoria	21	04/03/2008	04/03/2009				53.169	399	(399)
	21	04/03/2008	04/03/2010				53.169	399	(399)
	21	04/03/2008	04/03/2011				53.169	399	(399)
	21	04/03/2008	04/03/2012				53.169	399	(399)
TOTAL				55.200			212.676	1.596	(1.876)

22. COBERTURA DE SEGUROS

É política da Companhia manter cobertura de seguros para os bens do ativo imobilizado e dos estoques sujeitos a risco, por montantes julgados suficientes para cobrir eventuais sinistros, de acordo com a natureza das atividades e a orientação dos consultores de seguros.

Segue abaixo o resumo dos montantes segurados pela Companhia:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	31/12/08	31/12/07	31/12/08	31/12/07
Edificações e instalações frigoríficas	896.300	1.080.215	3.991.019	1.296.043
Estoques e lucros cessantes	346.800	239.252	2.850.404	460.066
Veículos	20.305	6.622	31.251	8.894
Transporte de mercadorias	540.436	81.347	1.625.975	179.659
Garantia de diretores	40.000	40.000	104.341	51.513
Responsabilidade civil	1.673	300	306.960	7.679
Outros	208.482	600	683.138	85.543
	2.053.996	1.448.336	9.593.088	2.089.397

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS – DERIVATIVOS E GERENCIAMENTO DE RISCO - CONSOLIDADO

a) Contexto Geral

Em suas atividades a Companhia está sujeita a riscos de mercado relacionados a variações cambiais, flutuação das taxas de juros e a preços das commodities. Com o objetivo de minimizar esses riscos, a Companhia dispõe de políticas e procedimentos para administrar tais exposições e pode utilizar instrumentos de proteção, desde que previamente aprovados pelo Conselho de Administração.

Dentre as políticas estabelecidas pela Companhia destacamos: o acompanhamento dos níveis de exposição a cada risco de mercado; a mensuração dos mesmos; e a criação de limites para a tomada de decisão e utilização dos mecanismos de proteção, sempre visando minimizar a exposição cambial de sua dívida, fluxo de caixa e taxas de juros.

A Diretoria está autorizada a praticar todos e quaisquer atos dentre os abaixo indicados até o valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor do Patrimônio Líquido da Companhia, tomando por base sempre as últimas demonstrações contábeis divulgadas ao mercado, com a ressalva de que para os valores acima de 5% (cinco por cento) do valor do Patrimônio Líquido será necessária adicionalmente a autorização do Comitê Financeiro da Companhia.

Os Atos da Companhia mencionados no parágrafo anterior são: (a) Prestar garantia a obrigações de controladas e/ou subsidiárias integrais da Companhia; (b) aprovar aquisições e/ou alienações de bens do ativo permanente; (c) Aprovar a obtenção de operações financeiras, incluindo operações de "*leasing*"; e (d) Aprovar transação ou conjunto de transações envolvendo a Companhia e partes relacionadas, direta ou indiretamente.

A Companhia não pratica operações alavancadas em derivativos ou instrumentos similares que não objetivem proteção mínima de sua exposição a outras moedas, com a política conservadora de não assumir operações que possam comprometer sua posição financeira.

A Companhia também mantém uma sólida política financeira, com manutenção de elevado saldo de caixa e aplicações financeiras de curto prazo, ao mesmo tempo em que concentra seu endividamento no longo prazo em vencimentos distribuídos de forma a não causar concentrações em um único ano.

b) Administração de risco de taxas de juros

Refere-se ao risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido a alterações adversas nas taxas de juros. Esta exposição se trata, principalmente, da mudança nas taxas de juros de mercado que afetem passivos e ativos da Companhia indexados pela taxa TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo do BNDES), LIBOR, ou CDI (Taxa de juros dos Certificados de Depósitos Interbancários).

Visando minimizar os custos de serviço da dívida, a Companhia monitora

continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

No encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 a Companhia não possui derivativos relacionados à proteção contra risco de taxas de juros.

c) Administração de risco de preços de commodities

Em suas atividades a Companhia efetiva a compra de certas commodities como: milho, farelo de soja, gado e suínos vivos, os quais são os maiores componentes individuais do custo de produção e estão sujeitos a determinadas variáveis.

O preço do gado e suínos adquiridos de terceiros está diretamente relacionado às condições de mercado, sofrendo influência da disponibilidade interna e níveis de demanda no mercado internacional.

No tocante ao milho e farelo de soja, os mesmos estão sujeito à volatilidade gerada pelas condições climáticas, rendimento de safra, custos com transportes, custos com armazenagem, política agrícola, taxas de câmbio, cotação internacional e outras.

No intuito de diminuir o impacto das commodities, a Companhia administra os níveis de estoque, mantém confinamento de gado e negocia gado na BM&F BOVESPA.

No exercício findo em 31 de dezembro 2008 a Companhia não contratou derivativos relacionados a commodities.

d) Administração de risco cambial

Trata-se do risco de que alterações das taxas de câmbio de moeda estrangeira possam fazer com que a Companhia incorra em prejuízos, levando a uma redução dos valores dos ativos ou aumento dos valores das obrigações. A principal exposição à qual a Companhia está sujeita, no tocante às variações cambiais, se refere à flutuação do Dólar dos EUA em relação ao Real.

Como aproximadamente 70% das receitas da Companhia são originadas em outras moedas que não o real , a Companhia possui um hedge natural para fazer frente aos vencimentos de suas futuras obrigações em moeda estrangeira.

A Companhia também mantém uma sólida política financeira, com manutenção de elevado saldo de caixa e aplicações financeiras de curto prazo em sólidas instituições financeiras.

Acreditamos que a política financeira consistente da Companhia, alicerçada em sua estrutura de capital bem distribuída, fornece condições para consolidar o aproveitamento das sinergias com as aquisições realizadas.

e) Posição em moeda estrangeira e derivativos em aberto

Os ativos e passivos em moeda estrangeira são assim demonstrados:

			CONTROLADORA
EXPOSIÇÃO			Efeitos no resultado Variação
Descrição	31/12/08	31/12/07	cambial
OPERACIONAL			
Contas a receber	168.488	335.342	30.874
Adiantamento de cambiais entregues - ACEs	(52.641)	(97.535)	(47.735)
Importações a pagar	(23.170)	(16.677)	289
Subtotal	92.677	221.130	(16.572)
FINANCEIRO			
Créditos com controladas	1.376.694	38.350	334
Empréstimos e financiamentos	(2.419.287)	(1.409.717)	(649.918)
Títulos a pagar	(38.729)	(236.796)	1.611
ACC	(387.905)	(111.366)	(11.206)
Saldo de bancos e aplicações financeiras	94.545	143	9.939
Subtotal	(1.374.682)	(1.719.386)	(649.240)
TOTAL	(1.282.005)	(1.498.256)	(665.812)
Variação cambial ativa			404.019
Variação cambial passiva			(1.069.831)
Variação cambial liquida			(665.812)

			CONSOLIDADO
EXPOSIÇÃO			Efeitos no resultado Variação
Descrição	31/12/08	31/12/07	cambial
OPERACIONAL			
Contas a receber	456.554	447.759	79.901
Adiantamento de cambiais entregues - ACEs	(102.389)	(109.242)	(41.979)
Importações a pagar	(45.923)	(26.155)	(4.714)
Subtotal	308.242	312.362	33.208
FINANCEIRO			
Créditos com controladas	1.397.086	55.030	242
Empréstimos e financiamentos	(2.694.124)	(1.452.315)	(716.586)
Títulos a pagar	(134.343)	(236.796)	1.611
ACC	(592.085)	(165.561)	(72.027)
Saldo de bancos e aplicações financeiras	119.084	143	9.939
Subtotal	(1.904.382)	(1.799.499)	(776.821)
TOTAL	(1.596.140)	(1.487.137)	(743.613)
Variação cambial ativa			479.159
Variação cambial passiva			(1.222.772)
Variação cambial líquida			(743.613)

A posição de derivativos em aberto em 31 de Dezembro de 2008 é apresentada abaixo:

							31.12.08
Instrumento	**Vencimento**	**A receber**	**A pagar**	**Contraparte do valor principal**	**Valor de referência (nocional)**	**Valor Justo (*)**	**Valor a pagar**
NDF (Balcão - CE	09/01/2009	US$ menor 1,8725	US$ maior 1,8725	Citibank	20.000	46.812	(9.362)
NDF (Balcão - CE	02/02/2009	US$ menor 1,7805	US$ maior 1,7805	Safra	5.000	11.795	(2.892)
NDF (Balcão - CE	12/01/2009	US$ menor 1,825	US$ maior 1,825	Safra	5.000	11.710	(2.585)
NDF (Balcão - CE	16/03/2009	US$ menor 1,948	US$ maior 1,948	Bic Banco	5.000	11.859	(2.119)
							(16.958)
Swap	22/06/2009	£ menor 3,7376	£ maior 3,7376	HSBC	40.000	134.132	(15.372)
						216.307	(32.330)

(*) O valor justo informado representa estimativa do ponto médio de mercado, apurados com base em modelos e
e cotações disponíveis no mercado ou proprietários, que levam em conta condições de mercado presentes ou futuros, sendo valores brutos anteriores à incidência de impostos, e pressupondo resgates ou liquidações apenas nos vencimentos originais das transações.

Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade – Efeito caixa (para cada derivativo)

		Cenário		
Em dólar norte americano		Provável	Possível	Remoto
Operação	Risco	US$ = R$ 2,40	US$ = R$ 3,00	US$ = R$ 3,75
NDF - Venda	Valorização do US$	(18.783)	(39.783)	(66.033)
Em libra esterlina		Provável	Possível	Remoto
Operação	Risco	£ x R$ 3,25	£ x R$ 4,00	£ x R$ 5,00
Swap	Valorização da £	19.504	(10.496)	(50.496)

Cálculos - NDF

Paridade US$/R$ em 31/12/08		R$ 2,3370	Resultado em 31/12/2008	Cenário		
				Provável	Possível	Remoto
Valor US$	Paridade Contratada	Vencimento		US$ = R$ 2,40	US$ = R$ 3,00	US$ = R$ 3,75
20.000	1,8725	09/01/2009	(9.362)	(10.550)	(22.550)	(37.550)
5.000	1,7805	02/02/2009	(2.892)	(3.098)	(6.098)	(9.848)
5.000	1,8250	12/01/2009	(2.585)	(2.875)	(5.875)	(9.625)
5.000	1,9480	16/03/2009	(2.119)	(2.260)	(5.260)	(9.010)
35.000	1,8634		(16.958)	(18.783)	(39.783)	(66.033)

Cálculos - Swap £ / R$ em 31/12/08

Paridade £/R$ em 31/12/08		R$ 3,4151	Resultado em 31/12/2008	Cenário		
				Provável	Possível	Remoto
Valor £	Paridade Contratada	Vencimento		£ x R$ 3,25	£ x R$ 4,00	£ x R$ 5,00
40.000	3,7376	22/06/2009	(15.372)	19.504	(10.496)	(50.496)

A Companhia contratou operações de swap, NDF e contratos futuros não especulativos para minimizar os efeitos das mudanças nas taxas de câmbio na liquidação de suas operações de empréstimos e financiamentos e obrigações com fornecedores.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2008, o resultado financeiro líquido com derivativos totalizou uma despesa de R$ 41.216, sendo R$ 96.732 relativa às despesas com operações de NDF e R$ 55.516 relativo às receitas líquidas com operações de Opção de Compra.

Os ativos e passivos registrados em 31 de dezembro de 2008 com base nas operações com derivativos, as quais têm o objetivo de proteção patrimonial, estão demonstrados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/08	31/12/07	31/12/08	31/12/07
NDF	(9.363)	-	(16.958)	-
Swap	(15.372)	-	(15.372)	(1.028)
Swap - Financiamento (*)		(283.831)	-	(283.831)
	(24.735)	(283.831)	(32.330)	(284.859)

(*) Tal operação foi contratada para minimizar efeitos nas taxas de câmbio e proteção contra variações nas taxas de juros. Não há possibilidade de perda nessa operação, haja vista que a mesma foi liquidada em 20 de outubro de 2008, com ganho líquido de R$ 215.

A Administração entende que os resultados obtidos com estas operações de derivativos atendem à estratégia de gerenciamento de risco adotada pela Companhia.

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro foram apurados conforme legislação em vigor, bem como em conformidade com o Regime Tributário de Transição – RTT, previsto na MP 449/2008.

Os cálculos do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, bem como suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitas à revisão por parte das autoridades fiscais por períodos e prazos variáveis em relação à respectiva data do pagamento ou entrega da declaração de rendimentos.

Demonstramos o cálculo e a conciliação do montante de imposto de renda e da contribuição social apresentados no resultado do período:

Tributo	31/12/08	31/12/07
Lucro (prejuízo) antes dos efeitos tributários	(322.953)	46.592
Adições	48.214	56.635
(-) Exclusões	(168.634)	(9.365)
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social	(443.373)	93.862
Imposto de renda (15%)	-	14.079
Adicional (10%)	-	9.362
(-) PAT	-	(563)
Imposto de renda total	-	22.878
Contribuição social (9%)	-	8.448

Efeito na Demonstração de Resultados

Tributo	Grupo	31/12/08	31/12/07
(-) Imposto de renda - Corrente	Passivo circulante	-	(22.878)
(1)	Passivo não circulante	2.391	2.391
Imposto de renda diferido - Outros (2)	Ativo não circulante	193.685	3.363
Líquido	Resultado	196.076	(17.124)
(-) Contribuição social - Corrente	Passivo circulante	-	(8.448)
(1)	Passivo não circulante	861	868
Contribuição social diferida - Outros (2)	Ativo não circulante	69.727	1.211
Líquido	Resultado	70.588	(6.369)

(1) Referem-se à reversão do imposto de renda diferido e da contribuição social diferida, demonstrados na nota explicativa 19, tendo em vista a adição da depreciação dos bens reavaliados na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social.

(2) Referem-se ao imposto de renda diferido e a contribuição social diferida, apurados sobre: os tributos com exigibilidade suspensa (provisões) que foram adicionados na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social; aproveitamento fiscal de ágio pago sobre rentabilidade futura; e prejuízo fiscal / base negativa de CSL, os quais estão demonstrados na nota explicativa 9.

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 02 de Janeiro de 2009 a Companhia concluiu o pagamento de aquisição das empresas do Grupo Moy Park no valor de US$ 20.000.000,00 a uma taxa de câmbio de R$ 2,3480, equivalente a R$ 46.960.

Em 03 de janeiro de 2009 a Companhia concluiu o pagamento da aquisição da empresa Pena Paulo Ltda no valor de R$ 85.000.

A Companhia está em negociação com os Bancos Rabobank de uma operação de NCE no valor de total de USD 30 milhões, com prazo de 3 anos, à taxa LIBOR + 7% a.a, sendo que em 04 de março de 2009 foi adiantado o valor de R$ 45.000, pelo Rabobank, com vencimento para 30 de abril de 2009, à taxa CDI + 5% a.a, a título de ponte da operação inicial.

Em 05 de março de 2009 a Companhia captou financiamento de USD 75 milhões junto ao Banco Bradesco S/A com prazo de 6 anos para pagamento, amortizações anuais e período de carência de um ano, à taxa LIBOR + 7,25% a.a.

* * *

Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas aos Exercícios Sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007 e 2006 e respectivos pareceres dos auditores independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DE 2007

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2007 foi uma etapa de sucesso para o Grupo Marfrig. Tornamo-nos uma empresa de capital aberto e passamos a ter nossas ações negociadas no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa, o de mais elevada governança corporativa. Desse modo, captamos R$ 1,02 bilhão, reforçamos nosso patrimônio e aumentamos nossa capacidade de investimento. Realizamos importantes aquisições no Brasil e no exterior, que já começaram a apresentar resultados, como o Pampeano, uma empresa de produtos enlatados de carne com reconhecida qualidade, a Quickfood, empresa líder no mercado argentino de produtos industrializados e o Patagônia, produtora de carne de cordeiros de excelente qualidade. Tornamo-nos a quarta maior empresa do setor no mundo, a segunda na América Latina, primeira na Argentina em produtos processados e industrializados e a primeira do setor no Uruguai. Nossos resultados bateram recordes de receita, lucro e geração de caixa operacional. Ainda assim, ficamos com a sensação de que podemos fazer mais, pois com nossa força na origem de mercado de distribuição e nossa visão comercial, enxergamos oportunidades que ainda não foram aproveitadas. Seguimos assim com o objetivo de aumentar nossa eficiência e nossa produtividade.

Nossas vendas operacionais registraram um aumento de produção de 56% em relação a 2006. Nossa capacidade instalada em abate bovino cresceu 107,8% e houve maior participação (de 8% para 12% da receita) em produtos industrializados e processados. Demos passos decisivos para a transformação da Companhia de frigorífico bovino em uma indústria de alimentos baseados em proteína animal, diversificados e de maior valor agregado.

Em um momento de restrição de mercado, o Brasil enfrentou uma situação de menor oferta de gado para o abate e restrições de importação pela União Européia, aliados a uma elevação de preço de gado sustentada pela forte demanda do mercado doméstico. O bom trabalho realizado pelas nossas áreas operacionais e comerciais de Brasil,

Uruguai e Argentina provou ser acertada a estratégia de diversificação regional da Marfrig, atendendo nossos clientes no exterior de forma balanceada entre as unidades. Esta situação também facilitou realizar obras de expansão em unidades no Brasil, localizadas em Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Rondônia e São Paulo, e que já estão prontas para uma maior produção em 2008.

Procurando estar sempre à frente em tecnologia de produção e com isso obter o máximo de eficiência operacional, instalamos túneis contínuos de congelamento em oito unidades no Brasil, buscando o "estado-da-arte" em nossa atividade.

Em 2007, procuramos diversificar nossa atuação e firmamos presença no abate de suínos e na produção de industrializados no Brasil, além de fortalecer nossa presença em ovinos no Uruguai e no Chile.

Nossas operações na Argentina, no Uruguai e no Chile integram-se com bom desempenho e, com as restrições européias temporárias à carne *in natura* do Brasil, tornaram-se estrategicamente mais importantes para o bom atendimento aos nossos clientes.

Na área ambiental, onde há um rigoroso controle realizado pelos órgãos governamentais, concluímos a instalação de biodigestores em cada uma de nossas plantas no Brasil, resolvendo as questões de efluentes e diversificando a co-geração de energia, em projetos com direito a créditos de carbono.

Os riscos sanitários ou climáticos, que qualquer empresa de nossa atividade corre, são minimizados por nossa estratégia de diversificação, alicerçada no diferencial que a Marfrig possui por ter iniciado suas atividades como empresa comercial, que sabe fazer negócios, para depois ter ido à procura de uma produção própria (em contraposição aos que primeiro produzem e depois vão à procura de mercado para o produto).

Como participantes do Novo Mercado da Bovespa, temos nos empenhado em implantar cuidadosamente todos os requerimentos a que nos propusemos do melhor nível de governança corporativa. Criamos comitês de apoio ao Conselho de Administração e realizamos vários treinamentos, em 2007, tanto de executivos como de pessoal ligado diretamente à produção, neste caso visando reduzir rotatividade de pessoal operacional e acidentes de trabalho.

Com as aquisições realizadas nos últimos tempos, temos efetuado um enorme trabalho de integração de culturas e de alinhamento de políticas para todas as nossas unidades locais e no exterior.

Ao findar mais um ano, quero agradecer a todos os nossos funcionários e colaboradores, fornecedores e clientes, comunidades e governos e também dar as boas vindas aos nossos novos acionistas e a todos os investidores que fazem o mercado onde nossas ações passaram a ser negociadas.

Marcos Antonio Molina dos Santos
Presidente

NOVA ESTRUTURA OPERACIONAL

Em seu processo de expansão e integração entre unidades domésticas e internacionais, o Grupo Marfrig optou por mudar sua estrutura operacional e segmentou suas unidades no Brasil em função do mercado em que cada uma atua:

- Bovinos – Brasil;
- Industrializados (suínos e outros); e
- Distribuidora (*food service*).

Na área internacional, a nova segmentação levou em consideração a importância geográfica das unidades de negócio, que ficaram divididas entre:

- Argentina;
- Uruguai; e
- Escritórios Internacionais de Vendas (*Tradings* e Chile)

Todas as unidades passaram a operar com a mesma política, coordenadas por um departamento de controle centralizado, com clara aferição de desempenho, resultado e eficiência e orientadas por um comitê de comercialização, que alinha cada unidade à estratégia do Grupo Marfrig.

As informações por produto passaram a ter a divisão:

- in natura;
- processados e industrializados; e
- outros (inclui couro).

Quanto ao destino do produto, ficaram divididas, em cada país, em:

- mercado interno; e
- mercado externo.

Visando a um melhor entendimento dos negócios da empresa, as informações divulgadas ao mercado investidor terão, a partir de agora, essa estrutura.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Unidades e Capacidade Instalada

Ao final de 2007, a Marfrig contava com uma base operacional diversificada em termos regionais e sua produção concentrada na América do Sul, com 18 plantas de abate de bovinos (nove no Brasil, cinco na Argentina e quatro no Uruguai), 13 plantas de produtos industrializados e processados (seis no Brasil, quatro na Argentina, duas no Uruguai e uma no Chile), três unidades de abate de cordeiros (duas no Uruguai e uma no Chile), duas unidades de abate de suínos no Brasil e três escritórios internacionais de vendas (Chile, Estados Unidos e Reino Unido). A Companhia também opera um centro de distribuição na cidade de Santo André (SP) próximo aos principais clientes varejistas, e um curtume na cidade de Promissão (SP), com capacidade de processamento de 1.500 couros/dia, além de confinamentos de terminação de bovinos nas cidades de Guapiaçu e Pereira Barreto.

Capacidade de Abate (Bovinos) – cabeça/dia

	IPO	4T07	Var %
Brasil	10.300	13.300	29%
Argentina	700	3.900	457%
Uruguai	1.900	3.900	105%
Grupo Marfrig	**13.700**	**21.100**	**54%**

Capacidade de Industrializados e Processados – ton./dia

	IPO	4T07	Var %
Brasil	112	304	171%
Argentina	-	215	-
Uruguai	20	50	150%
Grupo Marfrig	**132**	**569**	**331%**

Capacidade de Abate (Cordeiros) – cabeça/ano

	IPO	4T07	Var %
Uruguai	150.000	150.000	-
Chile	-	300.000	-
Grupo Marfrig	**150.000**	**450.000**	**200%**

Capacidade de Abate (Suínos) – cabeça/dia

	IPO	4T07	Var %
Brasil	-	4.200	-
Grupo Marfrig	**-**	**4.200**	**-**

Encerramos 2007 com uma capacidade de abate de 21.100 cabeças de gado por dia, 4.200 cabeças de suínos por dia e 450.000 cabeças de ovinos por ano. A capacidade de industrialização e processamento atingiu o patamar de 569 toneladas/dia.

Comportamento dos Mercados

Brasil

Com o crescimento do emprego e da renda, em 2007, registrou-se uma evolução favorável do consumo interno de carne de boi, mesmo com o preço mais alto. O país tem um enorme mercado, que consome aproximadamente 77% da produção de carne bovina. O consumo *per capita* tem crescido continuamente nos últimos anos e situa-se atualmente em torno de 40 Kg/ano.

As exportações de carne bovina cresceram 6% em 2007 e atingiram 1.615 mil toneladas, com receita de US$ 4,4 bilhões, 12,8% acima da registrada em 2006. A Rússia continuou sendo o principal importador individual de carne bovina e sub-produtos do Brasil, com participação de 29% no volume exportado, seguida pela União Européia, com 18%.

Argentina

Houve um aumento de 11% no abate de bois. O governo continuou limitando as exportações em 500 mil toneladas para garantir o abastecimento interno a preços estabilizados. Em 2007, o consumo interno atingiu um recorde dos últimos 21 anos e foi de 2.671 mil toneladas (8% a mais do que as 2.471 mil toneladas de 2006). O país tem um dos maiores índices de consumo *per capita* de carne bovina do mundo com 67,8 kg/habitante/ano e, em 2007, consumiu 83% da sua produção internamente.

As exportações de carne bovina cresceram 1,7% em 2007, totalizando 475 mil toneladas, com receita de US$ 1,4 bilhão e alta de 10,4% em relação a 2006.

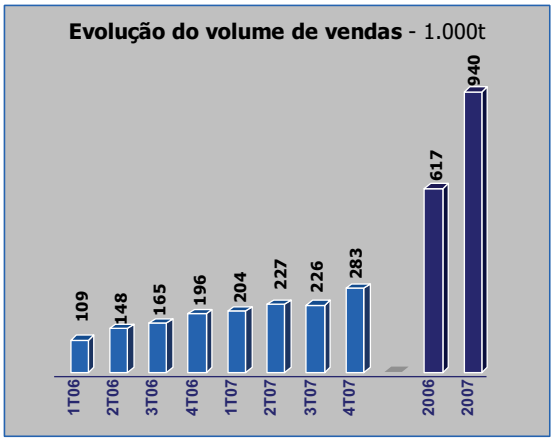
Uruguai

Em 2007, houve redução de 12% da oferta de carne para o mercado interno. Apesar disso, o consumo *per capita* apresentou um pequeno aumento e situou-se em 53 Kg no ano.

Após grande crescimento das exportações de carne bovina, nos últimos cinco anos, o volume caiu 18,9%, em 2007, para 275 mil toneladas. A receita foi de US$ 851 milhões, 13,9% menor do que em 2006. Deve-se ressalvar que em 2006 houve uma exportação atípica para a Rússia, que distorceu a base de comparação.

Produção e Vendas Físicas

Foram abatidas 2.449.183 cabeças de gado, em 2007, um aumento de 56% em relação aos 1.580.727 abates em 2006. Além disso, realizamos o abate de 177.047 suínos e 55.956 ovinos. A taxa média de utilização da capacidade das plantas de abate de bovinos foi de 61% ao longo de 2007, uma taxa reduzida em razão da realização de obras de expansão em cinco de nossas unidades e, também, devido ao período de entressafra.



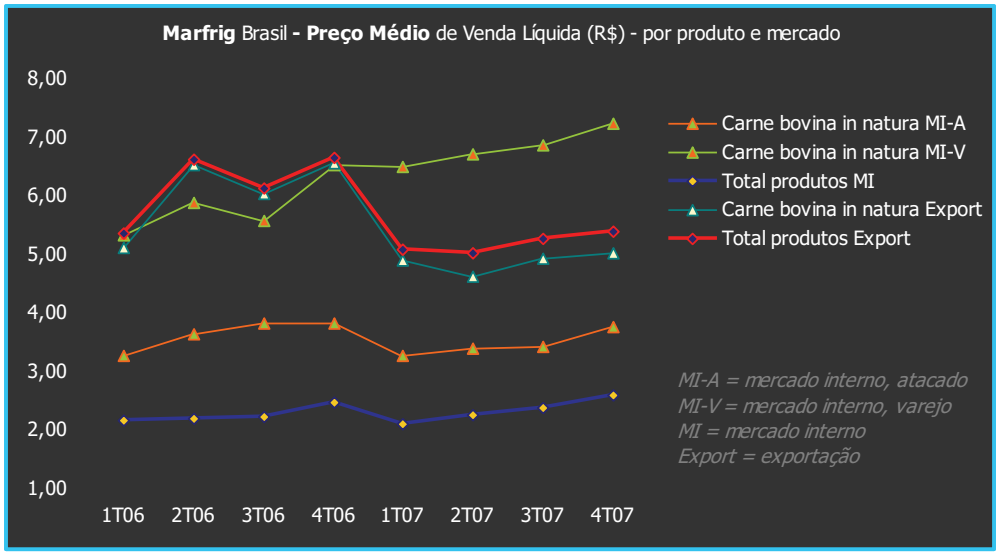
As vendas físicas alcançaram 940 mil toneladas e superaram em 52% as de 2006 (617 mil toneladas). As aquisições e expansões de capacidade contribuíram para esse crescimento, que ocorreu ao longo de todo ano.

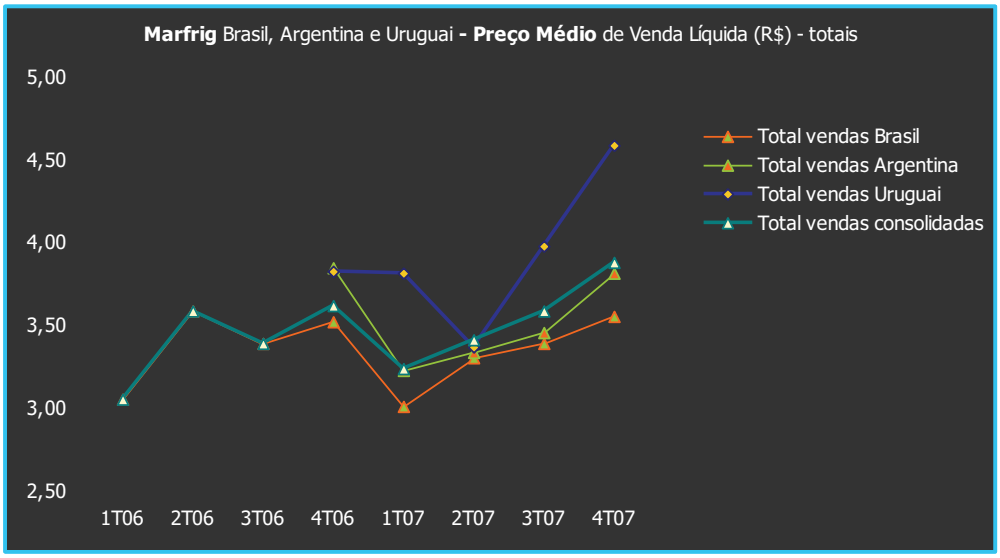
O quadro seguinte mostra a quebra das vendas físicas e o crescimento registrado em 2007, por divisão, de produto e país.

VENDAS FÍSICAS

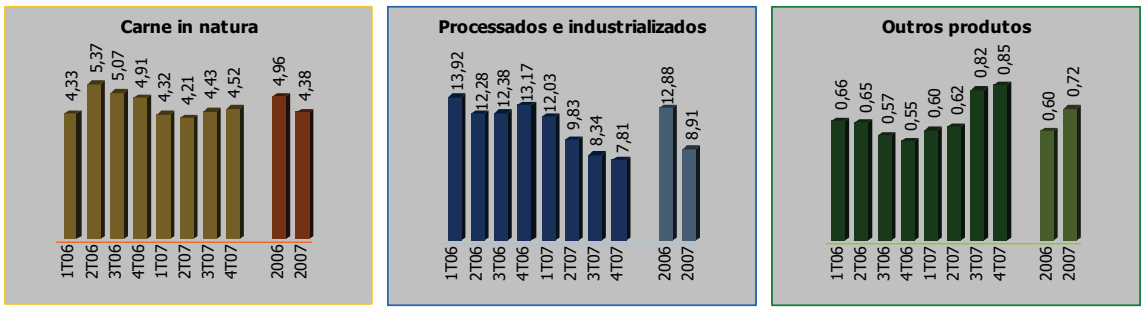
DISCRIMINAÇÃO	2006		2007		%Δ
	toneladas	%	toneladas	%	
POR DIVISÃO					
Bovinos - Brasil	528.513	85,6%	624.773	66,4%	18,2%
Varejo (*food service*) - Brasil	56.601	9,2%	59.797	6,4%	5,6%
Suínos e industrializados - Brasil	-	-	17.964	1,9%	-
Argentina	10.168	1,6%	95.046	10,1%	834,8%
Uruguai	16.835	2,7%	122.069	13,0%	625,1%
Tradings/Outras unidades no exterior	5.287	0,9%	20.514	2,2%	288,0%
POR LINHA DE PRODUTOS					
Carne in natura	354.778	57,5%	537.796	57,2%	51,6%
Processados e industrializados	13.640	2,2%	53.959	5,8%	295,6%
Outros	248.986	40,3%	348.408	37,0%	39,9%
POR PAÍS/MERCADO					
Brasil	419.046	67,9%	470.123	50,0%	12,2%
Argentina	7.248	1,2%	73.716	7,8%	917,1%
Uruguai	6.889	1,1%	62.678	6,7%	809,8%
Outros	2.677	0,4%	11.893	1,3%	344,3%
Total mercado interno	**435.860**	**70,6%**	**618.410**	**65,8%**	**41,9%**
Brasil	166.068	26,9%	232.411	24,7%	45,7%
Argentina	2.920	0,5%	21.330	2,3%	630,5%
Uruguai	9.946	1,6%	59.391	6,3%	497,1%
Outros	2.610	0,4%	8.621	0,9%	230,3%
Total mercado externo	**181.544**	**29,4%**	**321.753**	**34,2%**	**77,2%**
TOTAL QUANTIDADE VENDIDA	**617.404**	**100,0%**	**940.163**	**100,0%**	**52,3%**

Preços de Venda





Preço médio de venda nos últimos oito trimestres e últimos dois anos, em R$



Vendas em Valor

A receita líquida consolidada da Marfrig atingiu R$ 3.340 milhões, em 2007, com crescimento de 56,7%. O quadro seguinte mostra sua composição.

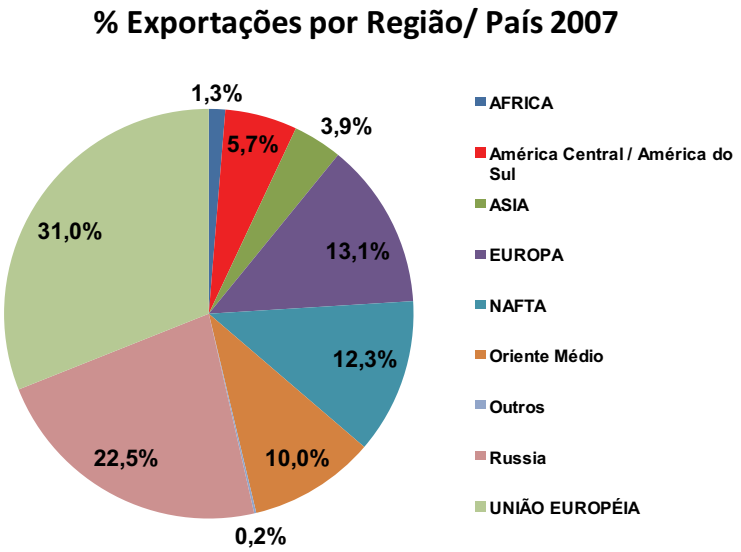
VALOR, COMPOSIÇÃO e EVOLUÇÃO DAS VENDAS LÍQUIDAS CONSOLIDADAS

DISCRIMINAÇÃO	2006		2007		%Δ
	R$ milhões	%	R$ milhões	%	
POR DIVISÃO					
Bovinos - Brasil	1.724,0	80,9%	1.926,3	57,7%	11,7%
Varejo (*food service*) - Brasil	272,8	12,8%	330,7	9,9%	21,2%
Suínos e industrializados - Brasil		-	60,9	1,8%	-
Argentina	39,1	1,8%	345,9	10,4%	784,2%
Uruguai	64,9	3,0%	482,6	14,4%	650,0%
Tradings/Outras unidades no exterior	30,1	1,4%	193,3	5,8%	541,3%
POR LINHA DE PRODUTOS					
Carne in natura	1.797,9	84,4%	2.612,4	78,2%	45,3%
Processados e industrializados	176,2	8,3%	409,2	12,3%	132,3%
Outros	156,4	7,3%	318,2	9,5%	103,5%
POR PAÍS/MERCADO					
Brasil	958,1	45,0%	1.125,5	33,7%	17,5%
Argentina	10,3	0,5%	178,8	5,4%	1630,1%
Uruguai	14,7	0,7%	121,0	3,6%	719,6%
Outros	15,3	0,7%	106,5	3,2%	597,8%
Total mercado interno	**998,5**	**46,9%**	**1.531,8**	**45,9%**	**53,4%**
Brasil	1.038,7	48,8%	1.192,5	35,7%	14,8%
Argentina	28,8	1,4%	167,2	5,0%	480,6%
Uruguai	49,6	2,3%	361,5	10,8%	629,2%
Outros	14,8	0,7%	86,9	2,6%	483,5%
Total mercado externo	**1.131,9**	**53,1%**	**1.808,1**	**54,1%**	**59,7%**
TOTAL DAS VENDAS LÍQUIDAS	**2.130,5**	**100,0%**	**3.339,9**	**100,0%**	**56,8%**

Exportações

As vendas líquidas destinadas ao mercado externo cresceram 59,7% e representaram 54,1% das vendas líquidas totais da Companhia, alcançando um valor de R$ 1.808,1 milhões, em 2007, contra R$ 1.132 milhões, em 2006.

Em relação ao destino das exportações, o conjunto de países europeus formado pela União Européia e outros países próximos, não incluindo Rússia, continuou sendo a principal região importadora de produtos do Grupo Marfrig, com 44,1% de participação, seguida pela Rússia, que representou sozinha 22,5% das vendas ao mercado externo do Grupo.



DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Receita Operacional Líquida

A receita líquida cresceu 56,8% (aumento superior ao *guidance* de 50,0%) e atingiu R$ 3.340 milhões, em 2007, que se comparam aos R$ 2.130 milhões obtidos em 2006.

Esse resultado foi devido à ampliação da capacidade de abate e à adição de produtos processados e industrializados, de maior valor agregado, na Argentina, no Brasil e no Uruguai e ao expressivo incremento de vendas no mercado doméstico (especialmente *food service*).

Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos (CPV) aumentou 56,3%, passando de R$ 1.710 milhões em 2006 para R$ 2.673 milhões em 2007, em razão do incremento de receita no período. O principal componente do CPV é a matéria-prima, cujo aumento foi compensado pelo repasse aos preços para o consumidor, uma vez que o mercado esteve aquecido, e também por medidas operacionais adotadas pela empresa para reduzir o aumento de custo do boi provocado pela sazonalidade, como a programação de atendimento a pedidos de exportação por diferentes unidades, regiões e países.

Margem Bruta e Lucro Bruto

O lucro bruto atingiu R$ 667 milhões, com aumento de 58,7% em relação a 2006, quando alcançou R$ 420 milhões. Esse comportamento é explicado pelo aumento de vendas, pelo aumento da proporção de produtos de maior valor agregado no *mix* de vendas e pela variação dos custos da matéria-prima no período. A margem bruta registrou aumento de 30 pontos-base em relação a 2006, passando para 20,0% contra 19,7%.

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas (SG&A)

Estas despesas operacionais atingiram R$ 323 milhões, com aumento de 68,3% em relação aos R$ 192 milhões de 2006, refletindo em grande parte a adição das novas empresas adquiridas no ano, motivo também de seu comportamento não uniforme, ao longo do ano, em relação à receita de vendas.

EBITDA

O EBITDA (*lucro operacional antes das despesas financeiras, impostos e depreciação*) alcançou R$ 380 milhões, em 2007, o que representa um crescimento de 53,6% em relação a 2006, quando registrou um EBITDA de R$ 248

milhões. A margem EBITDA em 2007 foi de 11,4%, ou seja, houve uma pequena redução de 20 pontos-base em relação aos 11,6% de 2006.

DEMONSTRAÇÃO DO CÁLCULO DO EBITDA CONSOLIDADO	2006	2007	VAR %
	(R$ Milhões)		
LUCRO LÍQUIDO	**64**	**85**	**32,7%**
RESULTADO FINANCEIRO	162	257	58,9%
Juros sobre o capital próprio	(14)	(41)	187,6%
Imposto de renda e contribuição social	19	28	47,7%
Resultado não-operacional	0	2	N/D
Depreciação e amortização	18	47	161,4%
Participação dos minoritários	(1)	2	-342,1%
EBITDA	**248**	**380**	**53,1%**

Resultado Financeiro Consolidado

Em 2007, o resultado financeiro (receitas financeiras - despesas financeiras) apresentado pela Marfrig foi negativo no valor de R$ 257 milhões, 58,6% superior ao resultado, também negativo, de R$ 162 milhões, apresentado em 2006. Sua relação com a receita líquida manteve-se praticamente estável, passando de -7,6% para -7,7% (10 pontos-base).

Lucro Líquido e Margem Líquida

Em 2007, a Marfrig apurou um lucro líquido de R$ 85 milhões, com crescimento de 32,1% sobre os R$ 64 milhões apurados em 2006, afetados pelas despesas da oferta pública inicial de ações, que somaram R$ 30,3 milhões em 2007.

A margem líquida em 2007 apresentou uma queda de 50 pontos-base em comparação à de 2006, situando-se em 2,5% contra 3,0% do ano anterior.

Endividamento Consolidado

A dívida financeira consolidada da Companhia, ao final de 2007, era de R$ 2.074 milhões, composta por R$ 428 milhões em dívidas de curto prazo (21% do total) e R$ 1.646 milhões em dívidas de longo prazo (79 % do total). Na Controladora (vide Nota Explicativa 15), o endividamento financeiro total é de R$ 1.757 milhões, onde 14,0% (R$

246 milhões) representam o endividamento de Curto Prazo e os restantes 86,0% o endividamento de Longo Prazo (R$ 1.511 milhões).

As aquisições feitas no ano aumentaram a participação da dívida de curto prazo no consolidado da Companhia para 21%. A Marfrig está tomando medidas para alongar os prazos de financiamento de capital de giro das empresas na Argentina e no Uruguai, a fim de restabelecer sua política de endividamento de 15% no curto prazo e 85% no longo.

Os vencimentos da dívida estão distribuídos da seguinte forma:

Ano	R$ milhões	%
2008	428,1	21%
2009	151,2	7%
2010	226,9	11%
2011	181,6	9%
2012	212,2	10%
2013	79,0	4%
2014	77,4	4%
2015	77,4	4%
2016	640,2	31%
Total	2.074,0	100%

A dívida líquida (deduzindo-se as disponibilidades de caixa) ao final de 2007 era de R$ 1.024 milhões, 35,6% maior que a de R$ 755 milhões registrada ao final de 2006.

A Marfrig tem como política de atuação e controle a contratação de operações financeiras com *hedge* para proteção de sua exposição à variação cambial, em adição ao *hedge* natural proveniente de suas operações de comércio exterior. Os contratos de *swaps* estão devidamente contabilizados e possuem os seguintes vencimentos:

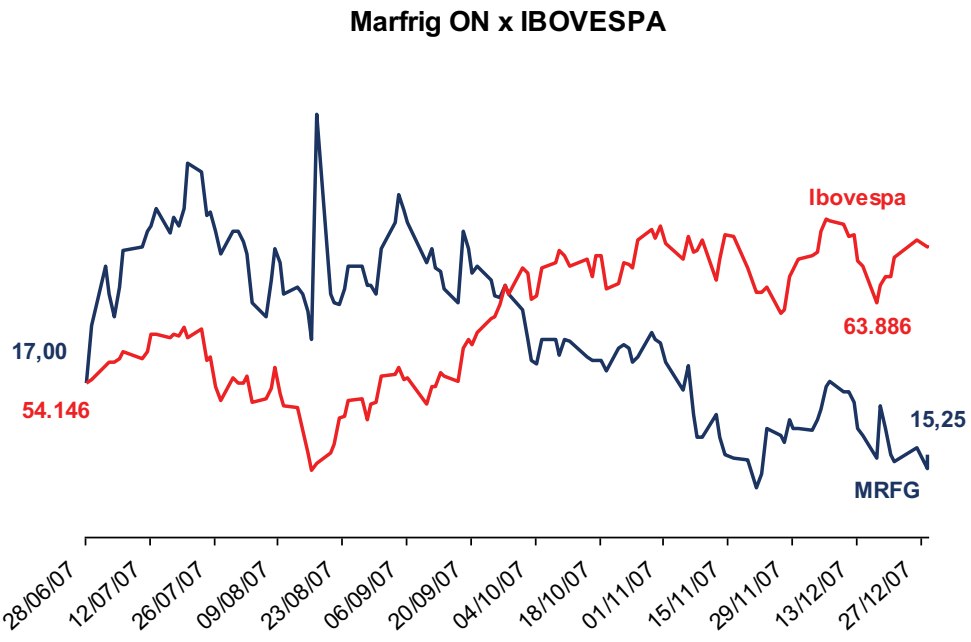
Prazos	2006	2007
De 91 a 180 dias	38,6	15,8
De 181 a 360 dias	38,6	15,8
Acima de 360 dias	323,7	252,3
Total	400,9	283,8

Investimentos

Em 2007 a Marfrig investiu R$ 1.129 milhões, sendo R$ 563 milhões em aquisições de empresas no Brasil e no exterior e R$ 566 milhões na construção, manutenção, modernização e/ou expansão de suas plantas.

MERCADO DE CAPITAIS

A Marfrig encerrou 2007 com capital social constituído por 203.948.954 ações ordinárias. Em 28/06/07, iniciou a negociação de suas ações ordinárias no Novo Mercado da Bovespa, sob código MRFG3. Essas ações participam das carteiras teóricas do *IGC – Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada* e do *ITAG – Índice de Ações com Tag Along*. Na oferta pública primária e secundária, foram distribuídas ao público um total de 60.030.000 ações ao preço unitário de R$ 17,00, totalizando um volume de R$ 1,02 bilhão.



As ações da Marfrig estiveram presentes em 100% dos pregões e registraram evolução de -9,2% em 2007, considerando-se os ajustes por proventos. No mesmo período, o Ibovespa evoluiu 17,9%. Entre 28/6/07 e 28/12/07,

18.679 negócios com ações da Companhia movimentaram 51,5 milhões de ações e geraram um volume financeiro de R$ 918,7 milhões, com média diária de R$ 7,5 milhões.

No encerramento do ano, os papéis estavam cotados a R$ 15,25, o que equivale ao valor de mercado de R$ 3,1 bilhões para a Marfrig.

Em 18/7/07 foi contratada a *Hedging Griffo Corretora de Títulos e Valores Mobiliários* como agente formador de mercado, com o objetivo de promover melhor ambiente para a negociação das ações e garantir níveis mínimos de liquidez.

Em 28/12/07, a Companhia distribuiu juros sobre capital próprio no montante de R$ 37,6 milhões, equivalente a R$ 0,184359857 por ação.

MELHORES PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Como companhia aberta listada no Novo Mercado da Bovespa, os princípios de governança corporativa da Marfrig baseiam-se nas melhores práticas em relação à transparência, prestação de contas e eqüidade no tratamento dispensado a todos seus acionistas.

Seu capital é composto apenas por ações ordinárias, todas com iguais direitos em relação à alienação do controle acionário da empresa (*tag along* de 100%).

Inspirado em valores éticos que estão além do cumprimento da legislação em vigor, o Código de Ética da Marfrig formaliza sua relação com clientes, consumidores, empregados, acionistas, fornecedores, poder público e comunidades.

Além de fornecer produtos e serviços de elevada qualidade, a Marfrig tem como propósito ser uma empresa cidadã, com práticas de gestão que a coloquem na vanguarda dentre as empresas que mantêm a excelência nas relações, tanto no âmbito nacional quanto no internacional.

Em 2007, foram criados três comitês internos de apoio ao Conselho de Administração: (1º.) o Comitê de Auditoria, coordenado pelo conselheiro Marcelo Maia de Azevedo Correa; (2º.) o Comitê Financeiro, coordenado pelo conselheiro Carlos Geraldo Langoni; e (3º.) o Comitê de Remuneração, Recursos Humanos e Governança Corporativa, sob coordenação do conselheiro Antonio Maciel Neto. Esses comitês se reúnem mensalmente.

INVESTIMENTO AMBIENTAL

Em 2007, a Marfrig investiu em novas tecnologias de melhoria ambiental, destacando-se os projetos de biodigestores, produção de biogás e usina de reciclagem de plásticos, que retira todas as impurezas retorna o material ao seu estado reciclável. Além disso, a empresa implantou sistemas de tratamento de efluentes, via biodigestores, nas unidades de Bataguassu, Porto Murtinho, Promissão I e Promissão II.

A Marfrig possui projetos de geração de crédito de carbono, decorrentes de: (1) geração de energia elétrica com utilização de biomassa constituída por bagaço da cana de açúcar; (2) substituição de combustível fóssil por sebo nas caldeiras de suas plantas; e (3) tratamento de efluentes em reatores anaeróbicos (biodigestores) com captura e queima do gás metano. Todos estes projetos estão em fase de desenvolvimento e pesquisa e os recursos arrecadados serão reinvestidos no meio ambiente.

A Marfrig também iniciou, em 2007, o projeto de neutralização de emissões de gases nas unidades de Promissão I e II. O objetivo é quantificar as emissões de gases de efeito estufa (GEEs) e compensá-las por meio da captação de CO_2 atmosférico por plantio de árvores nativas em áreas degradadas. O projeto é em parceria com a *Key Associados* e a *SOS Mata Atlântica*.

INVESTIMENTO SOCIAL

Consciente do seu papel no desenvolvimento social do País, a Marfrig desenvolve ações sociais em todos os Estados em que atua. A cada ano, a Companhia tem contribuído com um volume crescente de recursos financeiros e capital humano para hospitais, entidades beneficentes e projetos sociais, destinando inclusive parte da própria produção para comunidades carentes em diversas regiões brasileiras. Em 2007, merecem destaques as seguintes ações: (1) *Campanha Natal das Crianças*, com doação de cestas de alimentos para distribuição a famílias de extrema pobreza; (2) *Programa Parceiros para a Vida* com doação mensal de quase uma tonelada de carne para a alimentação dos hóspedes da Casa Hope; e (3) *HC Vida*, junto com outras empresas, participou da 4ª edição do programa de doações para o Hospital de Câncer de Barretos.

EVENTOS SUBSEQÜENTES AO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO

Em 27 de dezembro de 2007, a Marfrig adquiriu, por meio da sua subsidiária integral *Argentine Breeders & Packers S.A. (AB&P)*, 100% das ações da ***Mirab S.A.***, localizada em Buenos Aires, na Argentina, pelo equivalente a US$ 36 milhões. A Mirab é o fabricante líder na Argentina de *meat snacks* e ainda controla integralmente a ***Mirab USA, Inc.***, localizada no Estado de Michigan, nos Estados Unidos. A *Mirab USA* é o maior processador e distribuidor de marca própria de *beef jerky*.

Em 25 de Fevereiro de 2008, a Marfrig firmou compromisso de compra e venda para aquisição, por meio da sua subsidiária *Frigoríficos Mabella Ltda.*, de 100% das ações de controle da ***Carroll's Food do Brasil S.A.*** pelo equivalente a R$ 42.262 mil. A *Carroll's* atua na criação e comercialização de suínos de alta qualidade, além de

possuir uma das maiores fábricas de ração do Estado de Mato Grosso. Na mesma data a Companhia arrendou, por meio da sua subsidiária *Frigorífico Mabella Ltda*., uma unidade frigorífica de suínos na cidade de Itararé (SP), com capacidade de abates de 1.000 cabeças/dia.

PERSPECTIVAS

O ano de 2008 iniciou-se com uma nova aquisição feita pela Marfrig na área de industrializados de suínos (Mabella, ex-Carroll´s), dando seqüência à nossa estratégia já divulgada. Em 2007, com as compras de Pampeano, Kilo Certo, QuickFood e Mirab (2008), a Marfrig entrou pesado na área de industrializados. As aquisições foram todas voltadas para verticalizar a produção e aumentar a participação de produtos com maior valor agregado no *mix* de vendas. Há muita sinergia na organização da produção a ser explorada, com os produtos industrializados e processados funcionando como um regulador do mercado da Marfrig.

Em 2008, os investimentos no Brasil serão para reduzir custos e aumentar eficiência. Na Argentina serão para aumentar a capacidade de produção. Há ainda um grande trabalho a ser feito para realizar as sinergias previstas nas aquisições.
Em 2008, consideramos que a capacidade de abate se manterá, com crescente utilização das plantas e com a demanda interna permanecendo forte. A União Européia permanece neste início de 2008 com importações de carnes restritas a partir do Brasil, mas a exportação segue via Argentina e Uruguai, habilitados a exportar para a região.
O mercado mundial de carnes está bastante aquecido, pois falta carne no mundo e a demanda aumenta mais do que a oferta. A grande expectativa dos exportadores mundiais é a entrada da China como compradora no mercado. A Marfrig, por sua vez, enxerga a China como um grande mercado para seus produtos a ser ainda explorado.
A Marfrig vê o seu cliente como um parceiro comercial importante e estratégico. Sempre oferece solução personalizada, procurando atender as necessidades específicas deste. Cumpre todos os acordos e realiza as entregas nas datas combinados, além de garantir o fornecimento e o acesso a produtos de qualidade. Por isso, desenvolveu uma comunicação fluente com seus clientes e este relacionamento é visto pela empresa como um ativo intangível importante.
Resumo das perspectivas e *Guidance* para 2008 –Em 21 de janeiro de 2008, a Marfrig anunciou suas expectativas (*Guidance*) para o ano de 2008, em que foram apresentados os seguintes números:

***Guidance* 2008 (21/01/08)**

Receita líquida	Entre R$ 6,0 e R$ 6,5 bilhões
EBITDA *	Entre R$ 600 milhões e R$ 715 milhões
Margem EBITDA	Entre 10% e 11%
CAPEX (não inclui aquisições)	R$ 250 milhões

** lucro operacional antes dos juros e impostos, mais depreciação e amortização*

Advertência - ***As afirmações contidas neste documento relacionadas a perspectivas dos negócios, resultados operacionais, resultados financeiros e crescimento da Marfrig Frigoríficos e Comércio de Alimentos S/A. são meramente projeções e, como tais, estão baseadas exclusivamente nas expectativas da Diretoria sobre o futuro dos negócios. Essas expectativas dependem, substancialmente, das condições de mercado, do desempenho da economia brasileira, do setor e dos mercados internacionais e, portanto, são sujeitas a mudança sem aviso prévio.***

MARFRIG FRIGORÍFICOS E COMÉRCIO DE ALIMENTOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS (CONTROLADORA) E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006 E PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

A BDO International é uma rede mundial de empresas de auditoria denominadas firmas-membro BDO, com presença em 111 países e 626 escritórios. Cada firma-membro é uma entidade juridicamente independente em seu próprio país. A BDO Trevisan é firma-membro da rede BDO International desde 2004.

MARFRIG FRIGORÍFICOS E COMÉRCIO DE ALIMENTOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS (CONTROLADORA) E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

CONTEÚDO

Parecer dos Auditores Independentes

Quadro 1 - Balanços patrimoniais

Quadro 2 - Demonstrações dos resultados dos exercícios

Quadro 3 - Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Quadro 4 - Demonstrações das origens e aplicações de recursos

Notas explicativas às demonstrações contábeis

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Quotistas da
Marfrig Frigoríficos e Comércio de Alimentos S.A.

1. Examinamos os balanços patrimoniais individual (controladora) e consolidado da Marfrig Frigoríficos e Comércio de Alimentos S.A.(Companhia), levantado em 31 de dezembro de 2007 e as respectivas demonstrações individual (controladora) e consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis das empresas controladas Argentine Breeders & Packers S.A., Frigorífico Tacuarembó S.A., Inaler S.A., Marfrig Chile Inversiones Limitada, Weston Importers Limited, Prestcott International S.A., Masplen Limited, Secculum Participações Limitada, União Frederiquense Participações Limitada, Zanzibar Capital, LLC e Blue Horizon Trading Co., LLC foram revisadas por outros auditores independentes, firmas membro da rede BDO e nossa opinião, com respeito aos saldos dos investimentos nessas empresas e aos correspondentes resultados de equivalência patrimonial, está embasada nos trabalhos daqueles auditores.

2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, baseada em nossos exames e nos trabalhos de outros auditores independentes, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Marfrig Frigoríficos e Comércio de Alimentos S.A. em 31 de dezembro de 2007, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Quotistas da
Marfrig Frigoríficos e Comércio de Alimentos S.A.

4. Nosso exame foi conduzido com o objetivo de formarmos uma opinião sobre as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1, tomadas em conjunto. As demonstrações dos fluxos de caixa individual (controladora) e consolidada representam informações complementares àquelas demonstrações contábeis, as quais não são requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e são apresentadas para possibilitar uma análise adicional. Essas informações complementares foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo 2 e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007.

5. As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, foram por nós examinadas e nosso parecer, datado de 08 de fevereiro de 2007 (19 de abril de 2007 para as notas 2 e 21 daquele relatório) apresentou menção quanto a mudança de prática na avaliação dos estoques. Citado relatório apresentou ênfases referentes a apresentação das demonstrações contábeis "Pro Forma" das empresas Argentine Breeders & Packers S.A., Frigorífico Tacuarembó S.A., Inaler S.A. e constituição das empresas Weston Importers Limited e Marfrig Chile Inversiones Limitada e a apresentação das demonstrações contábeis da Marfrig Frigoríficos e Comércio de Alimentos S.A. em conexão ao processo de pedido de abertura de capital protocolizado junto a Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Ribeirão Preto, 06 de fevereiro de 2008 (25 de fevereiro de 2008 para as notas explicativas 23 (d) e 23 (e))

Estefan George Haddad
Sócio-contador
CRC/DF 1DF 008.320/O-5-"S"SP
BDO Trevisan Auditores Independentes
CRC/SP 2SP013.439/O-5

QUADRO 1

MARFRIG FRIGORÍFICOS E COMÉRCIO DE ALIMENTOS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
ATIVO	2007	2006	2007	2006
Circulante				
Disponibilidades (nota 4)	172.564	22.718	211.551	36.462
Aplicações financeiras (nota 4)	695.188	255.278	838.255	255.278
Valores a receber - clientes nacionais (nota 5)	321.455	144.223	387.169	185.858
Valores a receber - clientes internacionais (nota 5)	237.807	165.110	350.205	178.226
Estoques de produtos e mercadorias (nota 6)	446.363	304.472	594.571	347.368
Impostos a recuperar (nota 7)	221.693	149.971	297.867	165.316
Despesas do exercício seguinte	904	372	1.799	1.313
Outros valores a receber	-	148	-	6.884
Total do Ativo Circulante	2.095.974	1.042.292	2.681.417	1.176.705
Não Circulante				
Realizável a Longo Prazo				
Aplicações financeiras	238	187	3.274	187
Depósitos compulsórios	5.498	1.774	5.524	1.774
Títulos a receber	56.515	8.008	2.629	935
Impostos diferidos (nota 8)	12.185	7.611	20.314	14.446
Impostos a recuperar	2.009	-	2.752	-
Outros valores a receber	89	-	8.784	559
	76.534	17.580	43.277	17.901
Permanente				
Investimento (nota 9)	944.043	146.315	647.016	93.718
Imobilizado (nota 10)	651.666	350.449	947.842	429.480
Diferido (nota 11)	-	-	11.114	-
	1.595.709	496.764	1.605.972	523.198
Total do ativo não circulante	1.672.243	514.344	1.649.249	541.099
Total do ativo	3.768.217	1.556.636	4.330.666	1.717.804

	Controladora		Consolidado	
PASSIVO	2007	2006	2007	2006 (reclassificado)
Circulante				
Fornecedores	168.270	141.611	335.396	212.774
Pessoal, encargos e benefícios sociais (nota 12)	50.531	51.139	71.479	57.100
Impostos, taxas e contribuições (nota 12)	17.500	9.126	40.465	18.426
Empréstimos e financiamentos (nota 15)	246.463	86.633	428.105	118.126
Títulos a pagar	269.753	-	269.753	-
Juros sobre o capital próprio	32.111	-	32.111	-
Outras obrigações	2.143	8.792	30.016	13.546
Total do passivo circulante	786.771	297.301	1.207.325	419.972
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos (nota 15)	1.510.770	920.702	1.645.856	928.987
Impostos, taxas e contribuições (nota 12)	60.207	69.043	61.794	70.482
Impostos diferidos (nota 17)	43.151	46.409	57.277	52.755
Provisões (nota 16)	43.976	-	48.154	-
Outros	41.015	-	4.563	-
Total do passivo não circulante	1.699.119	1.036.154	1.817.644	1.052.224
Participação dos minoritários	-	-	23.370	22.427
Patrimônio Líquido (nota 18)				
Capital social	1.183.826	140.000	1.183.826	140.000
Reservas	3.217	-	3.217	-
Lucros acumulados	95.284	83.181	95.284	83.181
	1.282.327	223.181	1.282.327	223.181
Total do passivo e patrimônio líquido	3.768.217	1.556.636	4.330.666	1.717.804

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 2

MARFRIG FRIGORÍFICOS E COMÉRCIO DE ALIMENTOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006 (reclassificado)	2007	2006 (reclassificado)
RECEITA OPERACIONAL BRUTA				
Mercado interno	1.489.722	1.152.027	1.869.706	1.225.817
Mercado externo	1.080.304	1.100.805	1.856.544	1.165.204
	2.570.026	2.252.832	3.726.250	2.391.021
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA				
Impostos sobre vendas	(129.769)	(100.150)	(183.585)	(104.104)
Devoluções e abatimentos	(190.051)	(155.799)	(202.716)	(156.408)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.250.206	1.996.883	3.339.949	2.130.509
Custo dos produtos vendidos	(1.705.283)	(1.590.545)	(2.673.076)	(1.710.185)
LUCRO BRUTO	544.923	406.338	666.873	420.324
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				
Comerciais	(171.485)	(130.873)	(219.742)	(136.091)
Administrativas e gerais	(67.563)	(51.067)	(103.613)	(56.019)
Resultado com equivalência patrimonial	6.985	200	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	(9.754)	470	(10.332)	1.066
	(241.817)	(181.270)	(333.687)	(191.044)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS INFLACIONÁRIOS E FINANCEIROS	303.106	225.068	333.186	229.280
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS				
Receitas financeiras	52.522	16.273	65.437	17.439
Despesas financeiras	(240.472)	(162.263)	(260.598)	(164.536)
Juros sobre o capital próprio	(41.247)	(14.340)	(41.247)	(14.340)
Despesas com a abertura do capital	(30.273)	-	(30.273)	-
Variação cambial ativa	206.468	93.871	220.708	95.208
Efeito da variação cambial - conversão	-	-	(2.352)	(396)
Variação cambial passiva	(203.423)	(94.802)	(208.661)	(95.092)
	(256.425)	(161.261)	(256.986)	(161.717)
LUCRO OPERACIONAL	46.681	63.807	76.200	67.563
Resultado não operacional	(90)	29	(2.005)	29
LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	46.591	63.836	74.195	67.592
Imposto de renda	(17.124)	(11.830)	(22.711)	(14.508)
Contribuição social	(6.369)	(4.443)	(5.355)	(4.443)
	(23.493)	(16.273)	(28.066)	(18.951)
LUCRO ANTES DA REVERSÃO DOS JUROS SOBRE O CAPI	23.098	47.563	46.129	48.641
Reversão dos juros sobre o capital próprio	41.247	14.340	41.247	14.340
LUCRO ANTES DA PARTICIPAÇÃO DOS MINORITÁRIOS	64.345	61.903	87.376	62.981
Participação dos minoritários	-	-	(2.421)	1.323
LUCRO LÍQUIDO	64.345	61.903	84.955	64.304
POR LOTE DE MIL AÇÕES - em reais	315,50	442,16	416,55	459,31

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 3

MARFRIG FRIGORÍFICOS E COMÉRCIO DE ALIMENTOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Lucros acumulados	Total
EM 1º DE JANEIRO DE 2006	140.000	-	35.618	175.618
Lucro líquido	-	-	61.903	61.903
Juros sobre o capital próprio	-	-	(14.340)	(14.340)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006	140.000	-	83.181	223.181
Lucro líquido	-	-	64.345	64.345
Reserva legal	-	3.217	(3.217)	-
Dividendos	-	-	(7.778)	(7.778)
Juros sobre o capital próprio	-	-	(41.247)	(41.247)
Aumento de capital	1.043.826	-	-	1.043.826
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007	1.183.826	3.217	95.284	1.282.327

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 4

MARFRIG FRIGORÍFICOS E COMÉRCIO DE ALIMENTOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
ORIGENS DOS RECURSOS	2007	2006	2007	2006
Das operações:				
Lucro líquido	64.345	61.903	84.955	64.304
Itens que não afetam o capital circulante:				
Depreciações e amortizações	33.200	17.213	47.046	18.343
Participação minoritária	-	-	2.421	(1.323)
Variação monetária e encargos do exigível a longo prazo	(185.631)	655	(186.561)	655
Impostos federais diferidos	(7.832)	(10.839)	(14.901)	(10.839)
Resultado com equivalência patrimonial	(6.985)	(200)	-	-
Ganhos com investimentos	-	-	(20.610)	(2.401)
Recursos originados das operações	(102.903)	68.732	(87.650)	68.739
De acionistas				
Aumento de capital	1.043.826	-	1.043.826	-
Participação dos minoritários	-	-	943	22.427
De terceiros:				
Aumento do exigível a longo prazo	1.444.540	2.652	1.576.362	2.652
Redução do realizável a longo prazo	125.156	1.443.374	7.946	1.457.582
TOTAL DAS ORIGENS DE RECURSOS	2.510.619	1.514.758	2.541.427	1.551.400
APLICAÇÕES DE RECURSOS				
No realizável a longo prazo	182.074	21.348	22.184	18.484
Em investimentos	800.867	146.115	563.423	93.718
No imobilizado	324.293	105.217	553.923	185.378
No diferido	-	-	12.475	-
Redução do exigível a longo prazo	471.023	403.981	484.303	403.981
Por transferência de exigíveis a longo prazo para o circulante	119.125	169.728	138.735	169.728
Juros sobre o capital próprio	41.247	14.340	41.247	14.340
Dividendos	7.778	-	7.778	-
TOTAL DAS APLICAÇÕES DE RECURSOS	1.946.407	860.729	1.824.068	885.629
AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	564.212	654.029	717.359	665.771
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO				
Ativo circulante				
No início do exercício	1.042.292	407.565	1.176.705	407.565
No final do exercício	2.095.974	1.042.292	2.681.417	1.176.705
	1.053.682	634.727	1.504.712	769.140
Passivo circulante				
No início do exercício	297.301	316.603	419.972	316.603
No final do exercício	786.771	297.301	1.207.325	419.972
	489.470	(19.302)	787.353	103.369
AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	564.212	654.029	717.359	665.771
	-	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

MARFRIG FRIGORÍFICOS E COMÉRCIO DE ALIMENTOS S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa
(Valores expressos em milhares de reais)

	CONTROLADORA 31/12/2007	CONSOLIDADO 31/12/2007
Atividades Operacionais		
Lucro líquido do exercício	64.345	84.955
Itens de resultado que não afetam o caixa	(159.050)	(175.171)
Depreciação	23.076	35.561
Amortização	10.124	11.485
Participação minoritária	-	2.421
Provisão para contingências	8.072	8.072
Tributos diferidos	(7.832)	(14.901)
Equivalência patrimonial	(6.985)	-
Variação cambial sobre financiamentos	(185.505)	(197.199)
Ganho com investimentos	-	(20.610)
Mutações patrimoniais	(5.344)	(114.626)
Contas a receber de clientes	(249.929)	(373.290)
Estoques	(141.891)	(247.203)
Depósitos judiciais	(3.724)	(3.750)
Pessoal, encargos e benefícios sociais	(608)	14.379
Contas a pagar e despesas provisionadas	26.659	122.622
Tributos	(74.193)	(108.398)
Encargos financeiros	115.239	126.119
Provisões para contingências	35.904	40.082
Títulos a receber e a pagar	262.261	272.622
Outras contas ativas e passivas	24.938	42.191
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(100.049)	(204.842)
Atividades de investimentos		
Investimentos	(744.553)	(563.423)
Remessas de numerários pela controladora	(56.314)	-
Aplicações no ativo permanente	(324.293)	(553.923)
Aplicações no ativo diferido	-	(12.475)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	(1.125.160)	(1.129.821)
Atividades de financiamentos		
Dividendos/JSCP pagos no exercício	(49.025)	(49.025)
Empréstimos e financiamentos	820.164	1.097.928
Empréstimos obtidos	1.410.897	1.989.470
Empréstimos liquidados	(590.733)	(891.542)
Emissão de ações	1.043.826	1.043.826
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	1.814.965	2.092.729
Fluxo de caixa do exercício	589.756	758.066
Caixa, contas bancárias e aplicações de liquidez imediata		
Saldo final	867.752	1.049.806
Saldo inicial	277.996	291.740
Variação no exercício	589.756	758.066

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

MARFRIG FRIGORÍFICOS E COMÉRCIO DE ALIMENTOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS (CONTROLADORA) E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006
(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Marfrig Frigoríficos e Comércio de Alimentos S.A. é uma companhia de capital aberto que tem como objetivo a exploração de atividades frigoríficas, como abate de bovinos, suínos, ovinos e eqüinos; industrialização, distribuição e comercialização de produtos e subprodutos de origem animal, comestíveis ou não, em estabelecimentos próprios ou de terceiros, inclusive a importação e exportação de produtos e subprodutos de origem animal e a compra e venda de bovinos, eqüinos e suínos em pé; a participação como sócia ou acionista em qualquer companhia; o fornecimento de mão-de-obra a outras companhias; e ainda a produção, distribuição e comercialização de sabões, preparações para lavagem, desinfetantes, amaciantes e outros produtos de higiene e limpeza.

As posições patrimonial e financeira da Companhia devem ser consideradas no contexto operacional das atividades integradas da Marfrig Frigoríficos e Comércio de Alimentos S.A. (Brasil), da Frigoclass Alimentos S.A. (Brasil), da Argentine Breeders & Packers S.A. (Argentina), do Frigorífico Tacuarembó S.A. (Uruguai), da Inaler S.A. (Uruguai), da Marfrig Chile Inversiones Ltda. (Chile), da Weston Importers Ltd. (Reino Unido), da Prestcott International S.A. (Uruguai), Masplen Limited (Ilha de Jersey), (empresa que detêm 100% da Pampeano Alimentos S.A. (Brasil)), Secculum Participações Ltda. (Brasil) e União Frederiquense Participações Ltda. (Brasil), (empresas que em conjunto detêm 100% do Frigorífico Mabella Ltda. (Brasil), Zanzibar Capital, LLC (EUA) que detêm 100% da empresa Establecimientos Colonia S.A. (Uruguai) e Blue Horizon Trading Co., LLC (EUA) que detêm 70,51% da empresa Quickfood S.A. (Argentina).

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão expressas em milhares de reais e foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76, e suas alterações) nas regras e regulamentos emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e nas normas contábeis emitidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, contemplando os reflexos requeridos pela Deliberação nº 488/2005 da CVM e pelo Pronunciamento IBRACON nº 27.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações contábeis são as seguintes:

Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração utilize premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos, que estejam sujeitos a essas estimativas, incluindo a definição de vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, estoques, imposto de renda diferido ativo e passivo, provisão para contingências, valorização de instrumentos derivativos ativos e passivos.

A liquidação de transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão das imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

Reconhecimento dos efeitos monetários e cambiais

Os efeitos são reconhecidos mediante a atualização monetária e cambial dos ativos e passivos indexados com contrapartida em receitas e despesas financeiras.

Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência e considera:

- Os rendimentos, encargos e efeitos das variações monetárias, calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos da Companhia.

- Os efeitos dos ajustes dos ativos para o valor de mercado ou de realização, quando aplicável.

Ativos e passivos circulantes e a longo prazo

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos, encargos e variações monetárias correspondentes.

Em 31 de dezembro de 2007 e 2006, os estoques são demonstrados, ao custo médio das compras ou produção, inferiores aos valores de mercado ou de realização.

Permanente

- *Investimentos*

Os investimentos em companhias controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os demais investimentos estão avaliados pelo custo de aquisição, deduzido, quando aplicável, de provisão para perdas prováveis na realização de seu valor.

- *Imobilizado*

Demonstrado ao custo histórico para os bens adquiridos a partir de 1º de janeiro de 1996. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

Considera, ainda, a reavaliação dos bens realizada em 31 de dezembro de 2003, conforme laudo de peritos engenheiros avaliadores.

Em 31 de dezembro de 2005, a Companhia, com base em laudo elaborado por peritos engenheiros avaliadores, procedeu à nova reavaliação de seu ativo imobilizado, conforme demonstrado na nota explicativa 10.

- *Diferido*

Demonstrado ao custo histórico de formação. A amortização é calculada pelo método linear, observado o prazo máximo de 10 (dez) anos, conforme demonstrado na nota explicativa 11.

Outros ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

Imposto de renda e contribuição social

Os impostos correntes são apurados e registrados com base no lucro tributário, em conformidade com a legislação e alíquotas em vigor.

Os impostos diferidos passivo, que contempla o imposto de renda e a contribuição social diferidos, foram constituídos sobre a reserva de reavaliação.

O imposto de renda diferido ativo é constituído sobre os saldos de prejuízos fiscais e diferenças temporárias, e a contribuição social diferida ativa é constituída sobre base negativa de CSL e sobre as diferenças temporárias.

Consolidação das demonstrações contábeis

Na consolidação das demonstrações contábeis da Marfrig Frigoríficos e Comércio de Alimentos S.A. e suas controladas, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006, foram eliminadas as participações entre as companhias consolidadas, os saldos de contas a receber e a pagar, as receitas e as despesas entre as empresas.

As demonstrações contábeis das companhias controladas sediadas no exterior foram elaboradas, originalmente em moeda local, em conformidade com a legislação vigente em cada país onde estão localizadas e foram revisadas por auditores independentes tendo sido convertidas, às práticas contábeis emanadas pelo International Financial Reporting Standards - IFRS e elaboradas em dólares norte-americanos (US$) e, posteriormente, convertidas às normas contábeis aplicáveis no Brasil e para reais, pela taxa cambial correspondente na data do balanço.

As companhias controladas incluídas na consolidação de 31 de dezembro de 2007, são: Frigoclass Alimentos S.A. (Brasil), Argentine Breeders & Packers S.A. (Argentina), Frigorífico Tacuarembó S.A. (Uruguai), Inaler S.A. (Uruguai), Marfrig Chile Inversiones Ltda. (Chile), Weston Importers Ltd. (Reino Unido), Prestcott International S.A. (Uruguai) e Masplen Limited (Ilha de Jersey), (empresa que detêm 100% da Pampeano Alimentos S.A.), Secculum Participações Ltda. (Brasil) e União Frederiquense Participações Ltda. (Brasil), (empresas que em conjunto detêm 100% da empresa Frigorífico Mabella Ltda. (Brasil)), Zanzibar Capital, LLC (EUA) que detêm 100% da empresa Establecimientos Colonia S.A. (Uruguai) e Blue Horizon Trading Co., LLC (EUA) que detêm 70,51% da empresa Quickfood S.A. (Argentina).

4. DISPONIBILIDADES

Referem-se aos valores mantidos em caixa, bancos e aplicações financeiras, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Caixa e bancos	172.564	22.718	211.551	36.462
Certificados de depósitos - DI	695.188	255.278	838.255	255.278
	867.752	277.996	1.049.806	291.740

5. VALORES A RECEBER - CLIENTES NACIONAIS E INTERNACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Valores a receber - clientes nacionais	321.455	144.223	387.169	185.858
Valores a receber - clientes internacionais	335.342	279.051	459.447	292.167
(-) Adiantamentos de Cambiais Entregues - ACEs	(97.535)	(113.941)	(109.242)	(113.941)
	237.807	165.110	350.205	178.226
	559.262	309.333	737.374	364.084

A Companhia tem como critério a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, para os títulos vencidos há mais de 90 dias, bem como dos títulos a receber de companhias concordatárias, em processo de falência, cuja possibilidade de recebimento não esteja assegurada e/ou não possua garantia real.

Com base no relatório de títulos a receber por data de vencimento (*aging list*), não foram identificados títulos vencidos há mais de 90 dias passíveis de provisão para devedores duvidosos.

6. ESTOQUES DE PRODUTOS E MERCADORIAS

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Produtos acabados e outros	398.118	281.365	515.283	322.034
Embalagens e almoxarifados	48.245	23.107	79.288	25.334
	446.363	304.472	594.571	347.368

No exercício de 2007, os estoques de produtos acabados foram avaliados pelo custo médio das compras e/ou produção, inferiores aos valores de realização, conforme destacado na nota explicativa 3.4.

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	144.336	121.830	153.159	121.830
Crédito Presumido do IPI	10.992	10.993	11.170	10.993
Crédito de PIS	15.463	4.728	19.464	4.728
Crédito da COFINS	45.880	9.074	63.551	9.074
Imposto de renda	-	695	1.833	695
Contribuição social	-	2.264	640	2.264
IRRF	5.022	387	5.049	387
IVA	-	-	22.903	9.663
Certificados de exportação	-	-	12.213	5.003
Outros	-	-	7.885	679
	221.693	149.971	297.867	165.316

ICMS

O saldo do ICMS a recuperar é proveniente da obtenção de créditos por compras de matérias-primas, materiais de embalagem e secundários em volume superior aos débitos gerados nas vendas locais, haja vista que as vendas ao mercado externo são isentas.

PIS e COFINS

Referem-se ao crédito não cumulativo do PIS e da COFINS incidente sobre as aquisições de matérias-primas, materiais de embalagem e materiais secundários, utilizados nos produtos comercializados no mercado externo.

Atualização monetária

A Marfrig Frigoríficos e Comércio de Alimentos S.A., amparada na jurisprudência em decisões da Câmara Superior do Conselho de Contribuintes e por seus assessores jurídicos, registrou no exercício de 2007 a atualização monetária com base na SELIC, no valor de R$26.603, relativa a créditos de PIS e COFINS a recuperar.

8. IMPOSTOS DIFERIDOS

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Imposto de renda	8.959	5.596	16.030	12.431
Contribuição social	3.226	2.015	4.284	2.015
	12.185	7.611	20.314	14.446

Referem-se ao imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre os tributos com exigibilidade suspensa (provisões) que foram adicionados na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social do exercício de 2006 e 2007, bem como apurados sobre prejuízos fiscais das controladas no Brasil, os quais serão realizados ao longo dos exercícios de 2008 e 2009.

9. INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Participações em sociedades controladas	943.915	146.190	646.888	93.593
Outros investimentos	128	125	128	125
	944.043	146.315	647.016	93.718

Movimentação dos investimentos

	Nº de quotas	Porcentual de partic. no capital votante	Negociação em bolsa	Capital Social	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido (prejuízo) do Exercício
Argentine Breeders & Packers S.A. (1)	89.891	100,00	Não	126.188	131.122	1.749
Frigoclass Alimentos S.A. (2)	78.573.743	100,00	Não	78.574	58.157	(4.474)
Marfrig Chile Inversiones Ltda. (1)	7.786.221.763	99,00	Não	43.302	38.691	(6.547)
Inaler S.A. (1)	66.247.320	100,00	Não	2.599	5.264	3.466
Frigorífico Tacuarembó S.A. (1)	80.000.000	93,22	Não	5.043	44.272	15.470
Weston Importers Ltd. (1)	1.338.278	99,98	Não	4.718	3.279	-
Masplen Limited (1)	100	100,00	Não	0	26.639	8.123
Prestcott International S.A. (1)	79.638.916	97,99	Não	5.176	5.198	3.677
Secculum Participações Ltda. (2)	5.834.000	100,00	Não	9.200	15.542	921
União Frederiquense Partic. Ltda. (2)	4.166.000	100,00	Não	7.770	11.088	657
Blue Horizon Trading Co. LLC (5)	10.000.000	100,00	Não	12.048	64.441	6.716
Zanzibar Capital LLC (1)	60.020.000	100,00	Não	37.901	30.208	2.401
Total				332.519	433.901	32.159

Movimentação dos investimentos

9.2 - MOVIMENTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

Movimentação dos Investimentos

	Em 1º de janeiro	Aquisição de quotas	Ágio/Deságio na aquisição (3)	Aumento de capital	Investimento no exercício	Resultado da Eq. Patrimonial (4)	(-) Amortização do ágio (3)	Saldo Contábil em 31 de Dezembro
Argentine Breeders & Packers S.A. (1)	50.573	-	-	115.643	115.643	(7.547)	(2.000)	156.669
Frigoclass Alimentos S.A. (2)	-	62.631	(12.478)	-	50.153	(4.474)	-	45.679
Marfrig Chile Inversiones Ltda. (1)	8.537	-	-	35.175	35.175	(5.408)	-	38.304
Inaler S.A. (1)	34.415	1.428	17.949	-	19.377	2.773	(2.948)	53.617
Frigorífico Tacuarembó S.A. (1)	52.665	13.993	33.578	-	47.571	7.436	(4.178)	103.494
Weston Importers Ltd. (1)	-	5.128	-	-	5.128	(2.224)	-	2.904
Masplen Limited (1)	-	21.178	19.830	-	41.008	5.460	(510)	45.958
Prestcott International S.A. (1)	-	1.980	29.497	-	31.477	3.109	(486)	34.100
Secculum Participações Ltda. (2)	-	14.745	17.341	-	32.086	758	-	32.844
União Frederiquense Partic. Ltda. (2)	-	10.517	12.396	-	22.913	544	-	23.457
Blue Horizon Trading Co. LLC (5)	-	39.870	209.225	-	249.095	5.527	-	254.622
Zamzibar Capital LLC (1)	-	29.093	122.143	-	151.236	1.031	-	152.267
Total	146.190	200.563	449.481	150.818	800.862	6.985	(10.122)	943.915

(1) Essas empresas tiveram suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2007 revisadas pelas firmas-membro da rede BDO, em seus países de origem com emissão de relatórios de revisão limitada.

(2) Demonstrações contábeis revisadas pela BDO Trevisan Auditores Independentes, com emissão de relatório de revisão limitada.

(3) O ágio registrado nas aquisições está baseado na geração de resultado futuro das controladas e será amortizado no período de 10 (dez) anos, a partir de janeiro de 2007. Foram projetados os resultados futuros dos próximos (10) dez, em uma taxa média de crescimento de 10% a.a., os quais foram descontados pela TJLP do último trimestre de 2006 e do último trimestre de 2007, respectivamente 6,85% a.a. e 6,25% a.a.

(4) Refere-se ao resultado da equivalência patrimonial contabilizado no exercício e, conseqüentemente, no patrimônio líquido da controladora por meio da conta de lucros ou prejuízos acumulados.

(5) Essas empresas tiveram suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2007 revisadas por outros auditores independentes.

A Marfrig Frigoríficos e Comércio de Alimentos S.A., no exercício de 2007, efetuou aquisições e integralizações de capital, como se descreve a seguir, as quais impactaram seus investimentos.

Em 2 de janeiro de 2007, foram adquiridas mais 38,82% (trinta e oito por cento e oitenta e dois centésimos) do Frigorífico Tacuarembó S.A., companhia controlada, com sede em Tacuarembó - Uruguai, totalizando 92,74% (noventa e dois por cento e setenta e quatro centésimos). No último trimestre de 2007, foram adquiridas 0,48% (quarenta e oito centésimos) das ações da referida empresa, totalizando 93,22% (noventa e três por cento e vinte e dois centésimos).

Em 23 de janeiro de 2007, foi efetuada integralização de capital no montante de US$2.200.000 (dois milhões e duzentos mil dólares norte-americanos) no capital da Weston Importers Ltd., com sede em Northampton - Reino Unido.

Em 23 de janeiro de 2007, foram adquiridas 100% (cem por cento) das ações da Frigoclass Alimentos S.A., companhia controlada, com sede em Promissão/SP.

Em 29 de janeiro de 2007, foram adquiridas 42% (quarenta e dois por cento) das ações da Inaler S.A., companhia controlada, com sede em San José - Uruguai, totalizando 100% (cem por cento).

A partir de 1º de abril de 2007, a Companhia assumiu as atividades da Pampeano Alimentos S.A., companhia localizada em Hulha Negra/RS, a qual atua no seguimento de carne industrializada. Tal companhia é controlada pela Masplen Limited, com sede na Ilha de Jersey, a qual foi formalmente adquirida pela Marfrig em 10 de maio de 2007. Dessa forma, a Marfrig passou a deter 100% das ações da Masplen e, indiretamente, 100% das ações da Pampeano Alimentos S.A.

Em 2 de junho de 2007, foram adquiridas 97,99% (noventa e sete por cento e noventa e nove centésimos) das ações da Prestcott International S.A., companhia controlada, com sede em Montevideo - Uruguai, a qual é detentora de 100% das ações da Cledinor S.A., com sede em Salto - Uruguai. A Cledinor S.A. desenvolve as atividades com nome comercial de “Frigorífico La Caballada”.

Em 23 de julho de 2007, a Companhia, por meio de sua subsidiária no Chile (Marfrig Chile Inversiones Ltda.), adquiriu pelo valor de US$850.000 (oitocentos e cinqüenta mil dólares norte-americanos) os 50% remanescentes do capital da companhia Quinto Cuarto S.A., com sede em Santiago - Chile, passando, dessa forma, a deter a sua totalidade. No período de julho a dezembro de 2007, a Companhia efetuou aportes de capital na Marfrig Chile Inversiones Ltda. no montante de US$19.124.000 (dezenove milhões e cento e vinte e quatro mil dólares norte-americanos).

Tendo em vista os recursos aportados na subsidiária chilena, a mesma efetivou a aquisição de 97,82% (noventa e sete por cento e oitenta e dois centésimos) das ações do Frigorífico Patagônia S.A., localizado em Comuna Porvenir - Tierra del Fogo - Chile, pelo equivalente a US$8.500.000 (oito milhões e quinhentos mil dólares norte-americanos).

Em 24 de setembro de 2007, foi efetivado o aumentou de capital na Argentine Breeders & Packers S.A., no montante de US$25.000.000 (vinte e cinco milhões de dólares norte-americanos)

Em 31 de outubro de 2007 a Companhia adquiriu, por meio de sua subsidiária integral Argentine Breeders & Packers S.A., as empresas Best Beef S.A., localizada em Ciudad Autónoma de Buenos Aires e Estâncias del Sur S.A., localizada em Unquillo, Provincia de Cordoba, ambas na Argentina, pelo valor de US$39.300.000 (trinta e nove milhões e trezentos mil dólares norte-americanos).

No período de outubro a dezembro de 2007, a Companhia efetuou novos aportes de capital na Argentine Breeders & Packers S.A., no montante de US$37.500.000 (trinta e sete milhões e quinhentos mil dólares norte-americanos).

Em 13 de novembro, a Companhia firmou contrato de compra e venda para aquisição da empresa Zanzibar Capital, LLC, com sede em Delaware - EUA, que detêm 100% da empresa Establecimientos Colonia S.A., localizada em Montivideo - Uruguai, pelo valor de US$85.531.250 (oitenta e cinco milhões, quinhentos e trinta e um mil e duzentos e cinqüenta dólares norte-americanos).

Em 20 de novembro, a Companhia concluiu a aquisição da empresa Blue Horizon Trading Co., LLC, com sede em Delaware - EUA, controladora de 70,51% das ações da empresa Quickfood S.A., localizada em Buenos Aires - Argentina, pelo valor de US$140.875.000 (centro e quarenta milhões e oitocentos e setenta e cinco mil dólares norte-americanos).

Em 30 de novembro, foram adquiridas as empresas Secculum Participações Ltda., localizada na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina - Brasil e União Frederiquense Participações Ltda., com sede na cidade de Frederico Westphalen, Estado do Rio Grande do Sul - Brasil, empresas que em conjunto detêm 100% do controle da empresa Frigorífico Mabella Ltda., com sede na cidade de Frederico Westphalen, Estado do Rio Grande do Sul - Brasil, pelo valor de R$55.000.000 (cinqüenta e cinco milhões de reais). A Mabella possui duas plantas de abates de suínos nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul e produz carne suína in natura e produtos industrializados derivados de suínos.

Em 27 de dezembro de 2007, a Companhia firmou contrato de aquisição, por meio de sua subsidiária integral Argentine Breeders & Packers S.A. (AB&P), de 100% das ações da Mirab S.A., localizada em Buenos Aires na Argentina, pelo equivalente a US$36.000.000 (trinta e seis milhões de dólares norte-americanos). A Mirab é o fabricante líder na Argentina de meat snacks e ainda controla 100% a Mirab USA, Inc, localizada no Estado de Michigan nos Estados Unidos. A Mirab USA é o maior processador e distribuidor de marca de terceiros (“*private label*”) de beef jerky. Os resultados das referidas empresas passarão a ser consolidados a partir de 02 de janeiro de 2008.

Tais investimentos foram devidamente atualizados por equivalência patrimonial, uma vez que se trata de companhias controladas. As demonstrações contábeis de tais companhias, para o exercício findo em 31 de dezembro 2007, foram elaboradas em conformidade com a legislação vigente em cada país onde estão localizadas e foram revisadas por auditores independentes, tendo sido convertidas às práticas contábeis emanadas do International Financial Reporting Standards - IFRS e elaboradas em dólares norte-americanos (US$) e, posteriormente, convertidas às normas contábeis aplicáveis no Brasil, na moeda local.

10. IMOBILIZADO

		Controladora			
				2007	2006
Descrição	Taxas anuais médias de depreciação	Custo corrigido e reavaliado	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos		1.998	-	1.998	1.996
Edificações e prédios	4%	189.519	(13.897)	175.622	123.117
Máquinas e equipamentos	10%	159.352	(26.662)	132.690	76.455
Móveis e utensílios	10%	3.012	(608)	2.404	1.478
Instalações	5%	35.977	(1.460)	34.517	11.098
Veículos	20%	10.280	(10.060)	220	2.633
Equipamentos de informática	20%	4.009	(2.178)	1.831	1.902
Aeronaves	20%	382	-	382	-
Adiantamento para aquisição de imobilizado	-	12.065	-	12.065	14.140
Benfeitorias em propriedades arrendadas	-	2.266	(8)	2.258	2.264
Arrendamento Mercantil Leasing	-	3.390	(3)	3.387	2.461
Obras em andamento	-	259.823	-	259.823	99.615
Software	20%	10.680	(1.770)	8.910	2.171
Marcas e patentes	-	15.015	-	15.015	10.576
Outras imobilizações	4%	544	-	544	543
		708.312	(56.646)	651.666	350.449

		Consolidado			
				2007	2006
Descrição	Taxas anuais médias de depreciação	Custo corrigido e reavaliado	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos		15.688	-	15.688	4.983
Edificações e prédios	4%	370.165	(68.746)	301.419	158.095
Máquinas e equipamentos	10%	287.935	(69.488)	218.447	99.199
Móveis e utensílios	10%	7.829	(1.585)	6.244	1.825
Instalações	10%	70.342	(5.463)	64.879	17.465
Veículos	20%	15.729	(12.168)	3.561	4.485
Equipamentos de informática	20%	7.792	(3.753)	4.039	3.290
Aeronaves	20%	382		382	
Adiantamento para aquisição de Imobilizado		12.453	-	12.453	14.140
Benfeitorias em propriedades arrendadas		2.266	(8)	2.258	2.264
Arrendamento Mercantil Leasing VRG		14.747	(340)	14.407	4.986
Obras em andamento		274.361	-	274.361	104.608
Software	20%	12.583	(2.550)	10.033	2.966
Marcas e patentes		15.278	(60)	15.218	10.576
Outras imobilizações	4%	4.490	(37)	4.453	598
		1.112.040	(164.198)	947.842	429.480

Em 31 de dezembro de 2005, nos termos da Lei nº 6.404/76, a Companhia, embasada em laudo emitido por peritos engenheiros avaliadores, registrou a reavaliação de bens do imobilizado, como segue:

Descrição	Laudo de reavaliação	Saldo contábil	Valor da reavaliação
Unidade de produção - Bataguassú/MS	92.826	41.357	51.469
Unidade de produção - Promissão/SP	92.257	35.640	56.617
Unidade de produção - Tangará/MT	45.919	23.988	21.931
	231.002	100.985	130.017

Sobre o total de R$130.017, correspondente a mais valia, foram calculados os respectivos tributos, no total de R$44.182, sendo R$32.480 relativo ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e R$11.702 relativo à Contribuição Social sobre o Lucro - CSL. A citada reavaliação teve como contrapartida conta específica do patrimônio líquido e foi incorporada ao capital social, líquida dos efeitos tributários, que são demonstrados, nos termos da legislação em vigor, no exigível a longo prazo e estão sendo realizados na forma da lei.

11. DIFERIDO

		Consolidado			
				2007	2006
Descrição	Taxas anuais médias de depreciação	Custo corrigido e reavaliado	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Gastos pré-operacionais	10%	13.609	(2.495)	11.114	-
		13.609	(2.495)	11.114	-

No exercício de 2007, não ocorreram gastos pré-operacionais na controladora.

12. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Os seguintes montantes, acrescidos dos respectivos encargos legais, estão apresentados no passivo circulante:

12.1. Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
INSS a recolher	34.601	31.256	34.880	31.256
Salários e Provisões Trabalhistas	14.541	18.845	28.169	24.806
Outros encargos e benefícios sociais a recolher	1.389	1.038	8.430	1.038
	50.531	51.139	71.479	57.100

Em 21 de novembro de 2005, foi publicada a Lei nº 11.196 que permite a compensação de débitos do INSS com créditos fiscais federais. Tal processo foi regulamentado pela Portaria Interministerial nº 23, de 2 de fevereiro de 2006.

12.2. Impostos, Taxas e Contribuições

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
ICMS a recolher	788	206	788	206
IRRF - Juros sobre o capital próprio	5.488	-	5.488	-
Parcelamento Especial - PAES	2.282	2.663	2.282	2.663
Parcelamento Excepcional - PAEX	66.978	74.444	66.978	74.444
Imposto de renda a pagar	-	-	13.187	-
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	2.171	856	13.536	11.595
	77.707	78.169	102.259	88.908
Passivo circulante	17.500	9.126	40.465	18.426
Exigível a longo prazo	60.207	69.043	61.794	70.482

13. PAES - PARCELAMENTO ESPECIAL - LEI Nº 10.684/03

Em 31 de julho de 2003, a Companhia aderiu ao PAES - Parcelamento Especial, instituído pela Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, que dispõe sobre parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal - SRF, à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN e ao INSS - Instituto Nacional de Seguro Social, declarando seus débitos junto ao INSS, incluído o Funrural, no montante de R$23.562, e junto à SRF, no montante de R$4.063, a serem liquidados em 180 parcelas mensais. Os débitos do INSS foram migrados para o PAEX, conforme demonstrado na nota 14, restando, dessa forma, apenas os débitos junto à SRF no PAES.

O saldo é composto como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Saldo inicial	2.663	22.312	2.663	22.312
Atualização monetária	150	120	150	120
(-) pagamentos efetuados	(531)	(2.500)	(531)	(2.500)
(-) transferência de débitos do INSS para o PAEX	-	(17.269)	-	(17.269)
Saldo final	2.282	2.663	2.282	2.663
Passivo circulante	614	564	614	564
Exigível a longo prazo	1.668	2.099	1.668	2.099

PAEX - PARCELAMENTO EXCEPCIONAL - MP Nº 303/06

Em 11 de setembro de 2006, a Companhia aderiu ao PAEX - Parcelamento Excepcional, instituído pela Medida Provisória nº 330, de 29 de junho de 2006, que dispõe sobre parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal - SRF, à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN e ao INSS - Instituto Nacional de Seguro Social, declarando seus débitos junto ao INSS, incluído o Funrural, e os débitos de INSS que estavam parcelados no PAES, no montante total de R$76.977. Não houve parcelamento junto à SRF.

O saldo é composto como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Saldo final	74.444	76.977	74.444	76.977
Atualização monetária	645	34	645	34
(-) pagamentos efetuados	(8.111)	(2.567)	(8.111)	(2.567)
Saldo inicial	66.978	74.444	66.978	74.444
Passivo circulante	8.438	7.500	8.438	7.500
Exigível a longo prazo	58.540	66.944	58.540	66.944

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora		Consolidado	
Modalidade e encargos	2007	2006	2007	2006
ACC - Atualizados pela variação cambial (em dólar), acrescida de juros de 5,50% a.a., com vencimento do principal em 07/2008 sem garantias	111.366	6.413	111.366	6.413
Capital de Giro - Atualização pelo CDI, acrescido de juros de 3,75% a.a., com vencimento do principal em 10/2010, com garantia de duplicatas	-	44.919	-	44.919
Capital de Giro - BNDES - Atualizado pela TJLP, acrescido de juros 3,50% a.a., com vencimento em 07/2007, com garantia de carta de fiança bancária	-	6.521	-	6.521
Financiamento da unidade Frigorífica de Tangará - Arroba do boi	-	1.875	-	1.875
Finame - Variação da TJLP, acrescida de juros de 7% a.a., com vencimento em 04/2010, com garantia do bem financiado	464	39	464	39
Financiamento de veículos - Atualizado pelos juros de 5% a.a mais TJLP., com vencimento em 06/2008, com garantia do bem financiado	231	691	231	691
Financiamento Parque Industrial - Libor, acrescido 3,50% a.a., em dólar, com vencimento principal em 07/2012, com garantia dos equipamentos	21.099	11.249	21.099	11.249
Pré-Pagamento - Libor, acrescida de 4,20% a.a., em dólar, com o vencimento do principal em 09/2011, com garantia de duplicata e contrato de fornecimento	41.965	89.919	41.965	89.919
ABN Pré-Pagamento - Atualizado por juros de 7,30% a.a., em dólar, com vencimento do principal em 10/2015, sem garantia	359.145	-	359.145	-
ING Bank Pré Pagamento - Libor, acrescida de 2,00% a.a, em dólar, com garantia de documentos de exportação	53.251	-	53.251	-
BNDES Exim Bradesco - 4% a.a., acrescido de TJLP, com vencimento do principal em 10/2009, com garantia de duplicatas	51.831	32.685	51.831	32.685
BNDES Exim Bradesco - 4% a.a., acrescido de cesta moedas, com vencimento do principal em 10/2009, com garantia de duplicatas	10.814	-	10.814	-
BNDES Exim Safra - 4% a.a., acrescido de TJLP, com vencimento do principal em 03/2009, com garantia de duplicatas	17.249	21.561	17.249	21.561
BNDES Exim Safra - 4% a.a., acrescido de cesta moedas, com vencimento do principal em 03/2009, com garantia de duplicatas	3.564	-	3.564	-
BNDES Exim Banco do Brasil - 3,80% a.a., acrescido de cesta moedas, com vencimento do principal em 10/2009, sem garantia de duplicatas	5.459	-	5.459	-
BNDES Exim Banco do Brasil - 3,80% a.a., acrescido de TJLP, com vencimento do principal em 10/2009, com garantia de duplicatas	25.607	-	25.607	-

	Controladora		Consolidado	
Modalidade e encargos	2007	2006	2007	2006
BNDES Exim J. Safra - 5,04% a.a., acrescido de TJLP, com vencimento do principal em 07/2008, com garantia de duplicatas	3.609	-	3.609	-
BNDES Exim J. Safra - 5,04% a.a., acrescido de cesta moedas, com vencimento do principal em 10/2008, com garantia de duplicatas	17.483	-	17.483	-
BNDES Exim Votorantim - 4% a.a., acrescido de TJLP, com vencimento do principal em 10/2009, sem garantia	25.617	-	25.617	-
BNDES Exim Votorantim - 4% a.a., acrescido de cesta moedas, com vencimento do principal em 10/2009,sem garantias	5.467	-	5.467	-
Bonds Marfrig - Atualizado pelos juros de 9,625% a.a., em dólar, com vencimento do principal em 11/2016 sem garantia	647.109	791.463	647.109	791.463
Financiamento Finep - Atualizado pela TJLP, acrescido de juros de 1% a.a., com vencimento em 10/2013, com garantia do próprio projeto	8.747	-	8.747	-
BNDES 07.2.0464-1 - Atualização pela TJLP, acrescido de juros de 1,80% a.a., com vencimento do principal em 04/2013, com garantia de fiança bancaria	7.664	-	7.664	-
BNDES 07.2.0463-1 - Atualização por cestas de moeda / TJLP, acrescido de juros de 1,30% a.a., com vencimento do principal em 04/2013, com garantia de fiança bancaria	3.316	-	3.316	-
Votorantim NCE - Cédula de crédito a exportação, atualizado pelos juros de 9,5% a.a., com variação cambial (em dólar), com vencimento do principal em 03/2012, com garantia de contrato de fornecimento	35.684	-	35.684	-
ABN NCE - Cédula de crédito a exportação, atualizado por Libor, acrescidos de juros de 2,00% a.a., com variação cambial (em dólar), com vencimento do principal em 06/2012, com garantia de duplicatas	30.498	-	30.498	-
Citibank NCE - Cédula de crédito de exportação, atualizado pelos juros de 7,35% a.a, com variação cambial (em dólar), com vencimento do principal em 09/2012, sem garantia	54.419	-	54.419	-
Citibank NCE II - Cédula de crédito de exportação, atualizado pelos juros de 7,28% a.a, com variação cambial (em dólar), com vencimento do principal em 10/2012, sem garantia	80.934	-	80.934	-
Banco do Brasil NCE - Cédula de crédito de exportação, atualizado pelos juros de 11,46% a.a, com vencimento do principal em 10/2010, sem garantia	81.257	-	81.257	-
Societe Generali Brasil NCE - Cédula de crédito de exportação, atualizado pelos juros de 7,90% a.a, com variação cambial (em dólar), com vencimento do principal em 10/2010, sem garantia	53.384	-	53.384	-
Finame - variação da TJLP, acrescida de juros de 7% a.a, com alienação fiduciária	-	-	84	-
Compror - Atualizado por juros de 8% a.a., com garantia de penhor mercantil	-	-	242	-

	Controladora		Consolidado	
Modalidade e encargos	2007	2006	2007	2006
Capital de Giro - Atualizado por cambio mais juros de 8,85% a.a., com garantia e aval de diretores	-	-	16.971	-
ACC - Atualizado pela variação cambial (em dólar), acrescida de juros de 7% a 8% a.a., com vencimento do principal em 2008 com garantias de hipoteca e aval de diretores	-	-	38.932	-
Leasing Planta Frigorífica - Atualizado Pela U.F.(unidade de fomento) diária, acrescida de 19% do I.V.A - Imposto de Valor Agregado, com vencimento em 08/2009, com garantia do imóvel	-	-	1.006	802
Carta de Crédito para pagamentos de Importações de Mercadorias - Atualizado por juros de 5,50% a.a., em dólar, com vencimento a partir 60 dias.	-	-	8.492	8.749
Capital de Giro - Atualizados por juros de 7,2% a.a., em pesos chilenos, com vencimento a partir de 04/2007, com garantia por aval dos sócios	-	-	7.227	385
Capital de Giro - Cédula de crédito rural - acrescido de juros 6,75% a 8,75% a.a., com vencimento do principal em 11/2008, com garantia de aval, fiança dos diretores e estoques	-	-	16.855	-
Finame - Variação da TJLP, acrescida de juros de 5,65% a 7% a.a., com vencimento de 06/2006 a 08/2012, com garantia do bem financiado	-	-	5.385	-
Finame - taxa fixa de juros 13,95% a.a., com vencimento de 02/2006 a 04/2012, com garantia do bem financiado	-	-	1.020	-
Pré-financiamento de Exportações - Atualizado por juros de 5% a.a., em dólar, sem garantias	-	-	2.983	9.659
Empréstimo do exterior - DEG - Atualizado por juros de L6m + 1,85% a.a., em dólar, com vencimento a partir de 09/2007	-	-	6.200	7.483
Mercadorias - Atualizado por juros de 6,70% a 6,90% a.a., em dólar, com vencimento a partir 60 dias, com garantia por aval dos sócios	-	-	3.373	-
Vales Bancários - Atualizados por juros de 5,30% a 5,70% a.a., em dólar com vencimento a partir de 04/2007, com garantia de vales bancários.	-	-	15.954	-
Vales Bancários - Financiamento circular 1456 BCU - 270 dias	-	-	95.833	12.616

	Controladora		Consolidado	
Modalidade e encargos	2007	2006	2007	2006
Empréstimos Bancários - Atualizados por juros de 6% a.a., e ajuste CER em pesos, com garantia hipotecária e maquinas			2.675	-
Leasing de maquinas - Atualizados por juros de 18% a 20% a.a.,em pesos, com garantia do próprio bem financiado			7.702	-
Empréstimo B.R.O.U - Atualizado por juros de L6m +1,5% a.a., em dólar, com vencimento em 10/2015, com garantia de vale bancário.	-	-	35.428	-
ABN Amro - Empréstimo em moeda estrangeira, atualizado por juros de 7,05% a.a., em dólar.	-	-	3.837	-
NBC - em moeda estrangeira, atualizado por juros de L30d, mais juros de 0,6% a 1,5% a.a., em dólar	-	-	4.783	-
Rabo Bank - empréstimo em moeda estrangeira, atualizado a juros de 6,5% a.a., em dólar, com garantia hipotecária e máquinas	-	-	9.034	-
Itaú Bank - em moeda estrangeira, atualizado por juros de L6m + 1,25%a.a., em dólar, com vencimento a partir de 12/2008 sem garantias	-	-	8.857	-
Citibank - Atualizado pelos juros de 5,38% a.a., em dólar, com vencimento do principal em 01/2008, sem garantias	-	-	7.085	-
Empréstimo B.R.O.U - Atualizado por juros 6,5% a.a., em dólar com vencimento a partir de 02/2012	-	-	1.884	-
Financiamento de Veículos - Atualizados pelos juros de 5% a.a., com vencimento em 06/2008, com garantia do bem financiado	-	-	396	-
PAE para pagamento de exportações de cordeiro (Patagônia) - Atualizado por juros de 4,80% a.a., em dólar com vencimento a partir de 180 dias	-	-	7.242	-
Outros - Atualizados por variação cambial, juros de 2% a 8% a.a., com garantia de alienação fiduciária, hipoteca e aval de diretores	-	-	7.248	84
	1.757.233	1.007.335	2.073.961	1.047.113
Passivo circulante	246.463	86.633	428.105	118.126
Exigível a longo prazo	1.510.770	920.702	1.645.856	928.987

(1) Tendo em vista que as notas emitidas pela Companhia (Bonds Marfrig) representam 31,20% do endividamento, as restrições vinculadas à manutenção de determinados índices financeiros acordadas na emissão delas balizam os demais empréstimos e financiamentos em aberto no encerramento do exercício. Tais restrições, no aspecto de endividamento, correspondem: o Índice de Cobertura de Juros (quociente do EBITDA (ou LAJIDA) e o Resultado Financeiro Líquido) não pode ser inferior a 1,5; e o quociente da Dívida Líquida para o EBITDA (ou LAJIDA) não pode ser superior a 4,0.

Os empréstimos e financiamentos foram classificados de acordo com a modalidade contratada e segregados em curto e longo prazo com base no prazo de vencimento dos juros e do montante principal.

As parcelas de longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
2008		93.301		95.439
2009	104.176	30.797	151.156	33.737
2010	204.523	12.257	226.893	14.395
2011	161.933	872	181.579	1.941
2012	196.030	-	212.188	-
2013	68.969	-	78.967	-
2014	67.478	-	77.445	-
2015	67.478	-	77.445	-
2016	640.183	783.475	640.183	783.475
TOTAL	1.510.770	920.702	1.645.856	928.987

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por alienação fiduciária de bens do imobilizado financiado, notas promissórias e avais de diretores.

15. PROVISÕES

A Companhia e suas controladoras são partes em diversos processos, em curso normal de seus negócios, para os quais foram constituídas provisões com base na estimativa de seus consultores legais. As principais informações dos processos estão assim apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Trabalhistas	3.161	-	5.148	-
Fiscais e Previdenciárias	40.145	-	41.680	-
Cíveis	670	-	700	-
Outras	-	-	626	-
	43.976	-	48.154	-

16. IMPOSTOS DIFERIDOS

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Imposto de renda	31.727	34.118	44.969	40.464
Contribuição social	11.424	12.291	12.308	12.291
	43.151	46.409	57.277	52.755

Referem-se aos tributos diferidos contabilizados no momento da reavaliação dos bens do ativo imobilizado, que serão liquidados à medida que ocorram alienação, baixa ou depreciação/amortização dos bens reavaliados, conforme vida útil determinada no laudo de reavaliação.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2007 é de R$1.183.826 (em 31 de dezembro de 2006, R$140.000), representado por 203.948.954 ações ordinárias (em 31 de dezembro de 2006, 140.000.000 quotas), sem valor nominal.

Demonstramos abaixo a evolução do capital social da Companhia ao longo de 2007, tendo em vista o aumento de capital para negociação na Bovespa, bem como as conversões das notas e debêntures.

Descrição	Valor
Capital social	140.000
Aumento de Capital - Conversão das notas	194.880
Aumento de Capital - Conversão das debêntures	194.880
Aumento de Capital - Abertura do capital	595.000
Aumento de Capital - Complemento de oferta de ações	59.066
Capital social	1.183.826

Segue, abaixo, demonstrativo das despesas com a abertura do capital:

Descrição	Valor
Comissão dos coordenadores	26.576
Comissão - CBLC	378
Auditoria	321
Advogados	1.153
Publicações	269
Taxa de registro	166
Despesas com Roadshow e outras	1.410
Total	30.273

Reserva legal

Constituída, tendo como base o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o lucro líquido da Companhia, conforme definido em seu estatuto e na legislação vigente.

Dividendos

Os acionistas terão direito de receber, em cada exercício, como dividendos, um percentual mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e distribuídos no corrente exercício na forma de juros sobre o capital próprio, conforme demonstrado na nota 18.4.

Juros sobre o capital próprio

O artigo 9º da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995, com as alterações do artigo 88, XXVI, da Lei nº 9.430/96, permitiu a dedutibilidade, para fins de imposto de renda e contribuição social, dos juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas, calculados com base na variação da taxa de juros de longo prazo - TJLP, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Em milhares de reais
Limite conforme legislação	41.590
Valor dos juros sobre o capital próprio - 2007	41.247
(-) Imposto de renda retido na fonte - IRRF	(6.035)
Valor dos juros sobre o capital próprio, líquido	35.212

No exercício de 2006 os juros sobre o capital próprio estavam classificados como Outras Receitas (Despesas) Operacionais, tendo sido reclassificados para o grupo de Receitas (Despesas) Financeiras, conforme apresentação no exercício de 2007.

Participação dos minoritários

Refere-se a participação dos acionistas não controladores no Patrimônio Líquido da Companhia.

Tendo em vista o processo de abertura de capital, cujo registro foi concedido pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM em 18 de junho de 2007, em 31 de dezembro de 2006, não existia saldo relativo à participação dos minoritários, informação suplementar, apresentada para auxílio na comparabilidade e apurada considerando-se o percentual de participação existente em 31 de dezembro de 2007.

18. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

O valor agregado das remunerações recebidas pelos administradores da companhia controladora, por serviços nas respectivas áreas de competência, no exercício de 12 (doze) meses findo em 31 de dezembro de 2007, foi de R$3.853 (em 31 de dezembro de 2006, R$1.440).

19. COBERTURA DE SEGUROS

É política de a Companhia manter cobertura de seguros para os bens do ativo imobilizado e dos estoques sujeitos a risco, por montantes julgados suficientes para cobrir eventuais sinistros, de acordo com a natureza das atividades e a orientação dos consultores de seguros.

	Controladora		Consolidado	
Descrição	2007	2006	2007	2006
Edificações e instalações frigoríficas	1.080.215	359.590	1.296.043	1.075.898
Estoques e lucros cessantes	124.252	99.629	305.471	126.984
Armazéns de terceiros	115.000	73.465	154.595	33.000
Veículos	6.622	6.089	8.894	16.497
Transporte de mercadorias	81.347	-	179.659	94.334
Garantia de diretores	40.000	-	51.513	40.000
Responsabilidade civil	300	-	7.679	1.369
Outros	600	-	85.543	2.243
	1.448.336	538.773	2.089.397	1.390.325

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS - DERIVATIVOS

A Companhia tem como política de atuação e controle a contratação de operações financeiras com derivativos para proteção de sua exposição a moedas, decorrente de endividamento em dólar norte-americano e de suas exportações, em razão da volatilidade da taxa de câmbio.

Os contratos de swaps, os quais estão devidamente contabilizados, possuem os seguintes vencimentos:

Prazos	2007	2006
De 91 a 180 dias	15.768	38.584
De 181 a 360 dias	15.768	38.584
Acima de 360 dias	252.295	323.707
	283.831	400.875

Os critérios e premissas adotados na contabilização dos valores supramencionados estão baseados na cotação do dólar acordada contratualmente, qual seja, R$1,7475. Considerando a cotação do dólar do encerramento do exercício, de R$1,7713, o valor de mercado dos contratos de swap é de R$287.697.

Em face das políticas e práticas estabelecidas para as operações com derivativos, a Administração considera improvável a ocorrência de situações de risco não mensuráveis.

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro foram apurados conforme legislação em vigor.

Os cálculos do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, bem como suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitas à revisão por parte das autoridades fiscais por períodos e prazos variáveis em relação à respectiva data do pagamento ou entrega da declaração de rendimentos.

Demonstramos o cálculo e a conciliação do montante de imposto de renda e da contribuição social apresentados no resultado do exercício:

Tributo	Grupo	2007	2006
Lucro antes dos efeitos tributários		46.592	63.836
Adições		56.635	34.155
(-) Exclusões		(9.365)	(16.676)
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social		93.862	81.315
Imposto de Renda (15%)		14.079	12.197
Adicional (10%)		9.362	8.108
(-) PAT		(563)	(488)
Imposto de renda total		22.878	19.817
Contribuição social (9%)		8.448	7.318
Demonstrativo - Resultado			
(-) Imposto de renda - Corrente	Passivo circulante	(22.878)	(19.817)
Imposto de renda diferido - Reavaliação (1)	Passivo exigível a longo prazo	2.391	2.391
Imposto de renda diferido - Outros (2)	Ativo Realizável a longo prazo	3.363	5.596
Líquido	Resultado	(17.124)	(11.830)
(-) Contribuição social - Corrente	Passivo circulante	(8.448)	(7.318)
Contribuição social diferida - Reavaliação (1)	Passivo exigível a longo prazo	868	860
Contribuição social diferida - Outros (2)	Ativo Realizável a longo prazo	1.211	2.015
Líquido	Resultado	(6.369)	(4.443)

(1) Referem-se à reversão do imposto de renda diferido e da contribuição social diferida, demonstrados na nota explicativa 17, tendo em vista a adição da depreciação dos bens reavaliados na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social.

(2) Referem-se ao imposto de renda diferido e a contribuição social diferida, apurados sobre os tributos com exigibilidade suspensa (provisões) que foram adicionados na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social, demonstrados na nota explicativa 8.

22. EVENTOS SUBSEQÜENTES

23 (a) Lei 11.638/07

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638/07, que modificou certos dispositivos da Lei nº 6404/76 (Lei das Sociedades por Ações), a qual entrou em vigor em 1º de janeiro de 2008.

A nova Lei determinou que as normas contábeis emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM estejam em consonância com os padrões contábeis internacionais, substituiu a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos - DOAR pela Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC, determinou a elaboração e a divulgação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA pelas companhias abertas, além de diversas alterações relacionadas aos grupos de contas do Balanço patrimonial, em especial a introdução do conceito de Ajuste a Valor Presente derivado de ativos e passivos de longo prazo.

A Empresa está analisando os impactos das alterações introduzidas pela nova Lei, as quais serão reconhecidas no decorrer de 2008.

23 (b) Guidance 2008

Em 21 de janeiro de 2008, a Marfrig anunciou suas expectativas (“Guidance”) para o ano de 2008, em que foram apresentados os seguintes números:

GUIDANCE 2008

	2008
RECEITA LÍQUIDA	entre R$ 6,0 - 6,5 bilhões
EBITDA(1)	entre R$ 600 - 715 milhões
MARGEM EBITDA	entre 10 e 11%
CAPEX (2)	R$ 250 milhões

(1) Lucro antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização

(2) Não inclui aquisições

23 (c) Restrições da União Européia

Em 30 de janeiro de 2008, a Marfrig comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral as medidas a serem adotadas pela Companhia, em face das restrições à importação da carne bovina brasileira "in natura" adotadas pela União Européia de acordo com as notícias veiculadas na mídia hoje se confirmadas esclarece ao mercado que:

1. Suas nove unidades de abate de bovinos no Brasil terão sua produção de carne "in natura" direcionada à exportação para outros destinos que não para a União Européia enquanto perdurar a restrição, bem como um fortalecimento ao mercado doméstico brasileiro.

2. Trabalhará com plena capacidade em suas nove unidades de abate de bovinos na Argentina e no Uruguai (5 e 4 plantas respectivamente), onde prevê haver melhoria de resultados em função da maior demanda por exportações originadas desses dois países para a Europa.

3. Não há restrição para exportação de carne cozida a partir do Brasil e as exportações desse produto para a União Européia prosseguirão com projeção de maior demanda, haja vista as restrições à carne “in natura”, a partir de nossas 3 unidades de industrializados no Brasil (Pampeano, Louveira e Promissão).

4. A Marfrig já está em obras de expansão em sua unidade Pampeano no Estado do Rio Grande do Sul para dobrar a capacidade atual de produção de 117 toneladas/dia de carne industrializada.

A flexibilidade acima é resultado da estratégia de diversificação e crescimento em bases sólidas adotada pela Companhia em sua expansão nos últimos anos.

A Marfrig mantém seus objetivos de resultado para 2008 recentemente divulgados ao Mercado e supramencionados.

23 (d) Restrições Rússia

Em 12 de fevereiro de 2008, a Marfrig esclareceu aos seus acionistas e ao mercado em geral que o Ministério da Agricultura, por meio da Circular nº 146/2008/CGPE/DIPOA, divulgou em 11 de fevereiro de 2008 a suspensão da certificação de carne bovina “in natura”, com destino à Rússia para animais provenientes do Mato Grosso, em função da ocorrência de estomatite vesicular naquele estado, informada pela Nota Técnica DAS nº 02/08, em 02/02/2008.

A Companhia informou que a exportação para a Rússia a partir do Brasil será plenamente atendida por meio de suas unidades localizadas em outros estados. A exportação a partir de Mato Grosso prosseguirá normalmente para outros destinos.

23 (e) Novas aquisições

Em 25 de fevereiro de 2008, a Marfrig firmou, por meio de sua subsidiária integral Frigorífico Mabella Ltda., compromisso de compra e venda para aquisição de 100% das ações de controle da Carroll's Food do Brasil S.A. (Carroll's), pelo equivalente a R$42.262.(quarenta e dois milhões, duzentos e sessenta e dois mil reais), pendente de ajuste após *due diligence* ser ratificada em futura Assembléia Geral de Acionistas. A Carroll's tem como atividade principal a criação e comercialização de suínos de alta qualidade (com custo mais baixo e localização estratégica em área produtora de grãos), além de possuir uma das maiores fábricas de ração do estado de Mato Grosso, com capacidade de produção de 50 ton/hora. A Carroll's Food possui duas granjas localizadas em Petrovina (MT) e Diamantino (MT), as quais dispõem de 12.500 matrizes e 160 mil suínos em estoque e produzem 1.200 cabeças/dia.

Em 25 de fevereiro de 2008, a Marfrig arrendou, por meio de sua subsidiária Frigorífico Mabella Ltda., uma unidade frigorífica de suínos na cidade de Itararé (SP), com capacidade de abate de 1.000 cabeças/dia.

* * *

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Informações Trimestrais da Companhia referentes aos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2009 e 2008, e respectivos relatórios dos auditores independentes sobre as revisões limitadas

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

MARFRIG ALIMENTOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS (CONTROLADORA) E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS PERÍODOS DE 9 (NOVE) MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2009 E 2008 E RELATÓRIO DE REVISÃO ESPECIAL DOS AUDITORES INDEPENDENTES

BDO International é uma rede mundial de empresas de auditoria, juridicamente independentes em seu próprio país, denominadas Firmas Membro BDO. A rede é coordenada pela BDO Global Coordination B.V., com sede estatutária em Eindhoven, Holanda (registro comercial n°33205251). O Escritório Executivo Internacional está situado no Boulevard de la Woluwe 60, 1200 Bruxelas, Bélgica.
BDO Trevisan Auditores Independentes é a Firma Membro da BDO no Brasil.
BDO é o nome comercial para a rede BDO International e para cada uma das Firmas Membro BDO.

MARFRIG ALIMENTOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS (CONTROLADORA) E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS PERÍODOS DE 9 (NOVE) MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2009 E 2008

CONTEÚDO

Relatório de revisão especial dos auditores independentes

Quadro 1 - Balanços patrimoniais

Quadro 2 - Demonstração dos resultados

Quadro 3 - Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro 4 - Demonstração dos fluxos de caixa

Tel.: +55 (16) 3632-9300
Fax.: +55 (16) 3632-4353
www.bdobrazil.com.br

BDO Trevisan Auditores Independentes
Rua Bernardino de Campos, 1.001 - 4º andar
Ribeirão Preto - SP - Brasil
14015-130

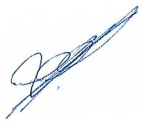
RELATÓRIO DE REVISÃO ESPECIAL DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Marfrig Alimentos S.A.
São Paulo - SP

1. Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais (ITR) individuais (controladora) e consolidadas da Marfrig Alimentos S.A. ("Companhia") e de suas controladas referentes ao período de 9 (nove) meses findo em 30 de setembro de 2009, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, as notas explicativas e o relatório de desempenho, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração.

2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo Ibracon (Instituto dos Auditores Independentes do Brasil), em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas Contábil, Financeira e Operacional da Companhia e de suas controladas quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais - ITR; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da Companhia e de suas controladas.

3. Com base em nossa revisão especial, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais (ITR) referidas no parágrafo 1, para que estejam de acordo com as práticas contábeis e normas expedidas pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), incluindo a Instrução CVM nº 469/2008.



RELATÓRIO DE REVISÃO ESPECIAL DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Marfrig Alimentos S.A.
São Paulo - SP

4. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas durante o exercício de 2008 e os efeitos de sua adoção inicial somente foram contabilizados pela Companhia e por suas controladas durante o quarto trimestre de 2008 e divulgados nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2008. As demonstrações dos resultados e dos fluxos de caixa, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2008, apresentadas em conjunto com as informações do trimestre corrente, não foram ajustadas para fins de comparação, conforme facultado pelo Ofício Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2009.

Ribeirão Preto, 23 de outubro de 2009

José Luiz Sanches
Sócio-contador
CRC 1SP124579/O-0
BDO Trevisan Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5

QUADRO 1

MARFRIG ALIMENTOS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2009 E 30 DE JUNHO DE 2009
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/09	30/06/09	30/09/09	30/06/09
ATIVO				
Circulante				
Disponibilidades (nota 4)	918.494	796.238	1.277.089	1.284.370
Valores a receber - clientes nacionais (nota 5)	471.351	410.184	662.238	690.808
Valores a receber - clientes internacionais (nota 5)	165.473	132.987	304.766	296.563
Estoques de produtos e mercadorias (nota 6)	971.689	944.026	1.672.708	1.679.832
Impostos a recuperar (nota 7)	584.837	520.665	888.311	796.143
Despesas do exercício seguinte	1.210	1.206	38.612	38.675
Outros valores a receber	9.144	8.912	9.144	8.912
Total do ativo circulante	3.122.198	2.814.218	4.852.368	4.795.303
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Aplicações financeiras	368	358	1.843	1.949
Depósitos compulsórios	15.308	16.020	24.041	24.277
Títulos a receber (nota 8)	1.734.716	1.639.625	1.546	1.540
Impostos diferidos (nota 9)	163.106	221.943	221.223	285.943
Impostos a recuperar (nota 7)	2.010	2.010	60.050	50.858
Outros valores a receber	246	71	33.448	24.601
	1.915.754	1.880.027	342.151	389.168
Investimentos (nota 10)	843.431	843.288	1.223	1.281
Imobilizado (nota 11)	966.915	898.318	2.282.783	2.175.559
Intangível (nota 12)	527.156	525.408	1.890.530	1.962.368
Diferido (nota 13)	-	-	12.038	12.648
	2.337.502	2.267.014	4.186.574	4.151.856
Total do ativo não circulante	4.253.256	4.147.041	4.528.725	4.541.024
Total do ativo	7.375.454	6.961.259	9.381.093	9.336.327

	Controladora		Consolidado	
	30/09/09	30/06/09	30/09/09	30/06/09
PASSIVO				
Circulante				
Fornecedores	122.800	115.096	748.206	804.410
Pessoal, encargos e benefícios sociais (nota 14)	69.711	122.589	208.134	315.964
Impostos, taxas e contribuições (nota 15)	21.383	11.924	146.079	234.327
Empréstimos e financiamentos (nota 16)	645.555	603.314	1.187.324	1.260.148
Títulos a pagar	32.884	12.847	32.884	12.847
Arrendamento a pagar (nota 17)	44.703	44.785	58.877	61.721
Outras obrigações	63.178	1.255	84.193	87.660
Total do passivo circulante	1.000.214	911.810	2.465.647	2.777.072
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos (nota 16)	3.180.250	2.965.185	3.407.541	3.264.570
Impostos, taxas e contribuições (nota 15)	116.997	40.004	287.433	93.744
Impostos diferidos (nota 19)	37.122	37.835	95.133	103.313
Provisões contingenciais (nota 18)	6.782	44.990	48.127	93.236
Arrendamento a pagar (nota 17)	75.305	86.479	103.526	117.184
Outros	137.138	82.025	136.833	79.815
Total do passivo não circulante	3.553.594	3.256.518	4.078.593	3.751.862
Participação dos acionistas não controladores	-	-	15.207	14.462
Patrimônio líquido (nota 20)				
Capital social	2.559.718	2.559.718	2.559.718	2.559.718
Gastos com emissão de ações	(34.079)	(34.079)	(34.079)	(34.079)
Reservas de lucros	157.122	155.061	157.122	155.061
Reserva legal	3.217	3.217	3.217	3.217
Retenção de Lucros	164.809	164.810	164.809	164.810
Ações em tesouraria	(10.904)	(12.966)	(10.904)	(12.966)
Ajustes de avaliação patrimonial	(462.953)	(286.878)	(462.953)	(286.878)
Ajustes acumulados de conversão	34.468	32.236	34.468	32.236
Lucros acumulados	567.370	366.873	567.370	366.873
	2.821.646	2.792.931	2.821.646	2.792.931
Total do passivo e patrimônio líquido	7.375.454	6.961.259	9.381.093	9.336.327

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 2

MARFRIG ALIMENTOS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS SEMESTRES FINDOS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2009 E 2008 E PARA O 3º TRIMESTRE DE 2009 E 2008
(Valores expressos em milhares de reais, exceto o resultado por ação)

	Controladora				Consolidado			
	3º Trimestre 2009	Acumulado 2009	3º Trimestre 2008	Acumulado 2008	3º Trimestre 2009	Acumulado 2009	3º Trimestre 2008	Acumulado 2008
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	671.149	1.889.332	602.419	1.638.977	2.537.709	7.555.593	1.641.710	4.147.080
Mercado interno	460.624	1.258.012	438.076	1.164.581	1.617.598	4.759.240	869.131	2.183.180
Mercado externo	210.525	631.320	164.343	474.396	920.111	2.796.353	772.579	1.963.900
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	(38.397)	(143.372)	(56.242)	(209.164)	(135.109)	(498.127)	(118.117)	(339.285)
Impostos sobre vendas	(26.148)	(79.400)	(27.109)	(95.861)	(72.370)	(256.786)	(77.005)	(202.802)
Devoluções e abatimentos	(12.249)	(63.972)	(29.133)	(113.303)	(62.739)	(241.341)	(41.112)	(136.483)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	632.752	1.745.960	546.177	1.429.813	2.402.600	7.057.466	1.523.593	3.807.795
Custo dos produtos vendidos	(461.633)	(1.286.748)	(434.428)	(1.094.530)	(2.034.771)	(6.052.044)	(1.238.625)	(3.061.107)
LUCRO BRUTO	171.119	459.212	111.749	335.283	367.829	1.005.422	284.968	746.688
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	93.111	235.999	(159.685)	(309.207)	(92.896)	(318.339)	(346.405)	(671.925)
Comerciais	(42.349)	(119.642)	(40.718)	(119.871)	(160.626)	(470.876)	(94.078)	(244.178)
Administrativas e gerais	(26.525)	(66.686)	(17.897)	(56.765)	(75.566)	(214.456)	(39.657)	(115.097)
Resultado com equivalência patrimonial	66.728	96.347	88.522	146.255	-	-	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	23.965	26.017	(8.899)	(26.911)	74.622	104.999	(8.353)	(27.742)
Resultado financeiro	71.292	299.963	(180.693)	(251.915)	68.674	261.994	(204.317)	(284.908)
Receitas financeiras	38.123	88.020	43.739	96.438	47.852	111.057	50.376	111.236
Variação cambial ativa	166.483	614.309	190.344	310.666	188.872	697.400	201.581	340.329
Efeito da variação cambial - conversão	-	-	-	-	-	-	21.741	18.886
Despesas financeiras	(128.619)	(350.520)	(77.055)	(188.697)	(167.445)	(459.784)	(97.645)	(231.181)
Variação cambial passiva	(4.695)	(51.846)	(337.721)	(470.322)	(605)	(86.679)	(380.370)	(524.178)
RESULTADO OPERACIONAL	264.230	695.211	(47.936)	26.076	274.933	687.083	(61.437)	74.763
Resultado não operacional	-	-	(118)	11		-	57	(727)
LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	264.230	695.211	(48.054)	26.087	274.933	687.083	(61.380)	74.036
PROVISÃO PARA IR E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(63.733)	(127.841)	11.023	2.440	(72.652)	(112.462)	10.683	(25.975)
Imposto de renda	(46.834)	(88.857)	8.063	1.794	(54.413)	(84.827)	7.124	(27.397)
Contribuição social	(16.899)	(38.984)	2.960	646	(18.239)	(27.635)	3.559	1.422
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DA PARTICIPAÇÃO DOS MINORITÁRIOS	200.497	567.370	(37.031)	28.527	202.281	574.621	(50.697)	48.061
Participação dos minoritários	-	-	-	-	(1.784)	(7.251)	(1.988)	(9.288)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) NO PERÍODO	200.497	567.370	(37.031)	28.527	200.497	567.370	(52.685)	38.773
POR LOTE DE MIL AÇÕES - em reais	749,92	2.122,13	(150,29)	115,78	749,92	2.122,13	(213,82)	157,36

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 3

MARFRIG ALIMENTOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Gasto com emissão de ações	Reserva de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Ajustes acumulados de conversão	Lucros acumulados	Total
EM 30 DE JUNHO DE 2009	2.559.718	(34.079)	155.061	(286.878)	32.236	366.873	2.792.931
Ações em tesouraria	-	-	2.061	-	-	-	2.061
Variação cambial sobre os investimentos líquidos	-	-	-	(176.075)	-	-	(176.075)
Variação cambial - conversão balanço	-	-	-	-	2.232	-	2.232
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	200.497	200.497
EM 30 DE SETEMBRO DE 2009	2.559.718	(34.079)	157.122	(462.953)	34.468	567.370	2.821.646

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 4

MARFRIG ALIMENTOS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2009 E 2008
E PARA O 3º TRIMESTRE DE 2009 E 2008
(Valores expressos em milhares de reais)

	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	3º Trimestre 2009	Acumulado 2009	3º Trimestre 2008	Acumulado 2008	3º Trimestre 2009	Acumulado 2009	3º Trimestre 2008	Acumulado 2008
Lucro líquido do período	200.497	567.370	(37.031)	28.527	200.497	567.370	(52.685)	38.773
Itens de resultado que não afetam o caixa	(75.477)	(284.290)	146.747	(20.873)	46.245	(42.243)	355.576	286.965
Depreciação	14.724	43.547	8.753	23.087	57.539	169.210	19.086	49.537
Amortização	-	-	9.145	27.435	8.730	25.199	9.485	28.455
Participação dos acionistas não controladores	-	-	-	-	1.784	7.251	1.988	9.289
Provisão para contingências	-	-	-	-	7.497	20.773	(284)	39.544
Tributos diferidos	58.124	109.714	(3.041)	(2.440)	58.905	73.274	(2.338)	30.603
Equivalência patrimonial	(66.728)	(96.347)	(88.522)	(146.255)				
Variação cambial sobre financiamentos	(160.359)	(590.535)	265.846	122.734	(186.335)	(675.293)	357.419	185.217
Variação cambial sobre investimentos	-	-	(45.434)	(45.434)	-	-	(45.434)	(45.434)
Variação cambial demais contas de ativo e passivo	(1.429)	28.072	-	-	(1.933)	64.571	-	-
Despesas de juros sobre dívidas financeiras	74.823	207.270	-	-	92.319	257.453	-	-
Despesas de juros sobre arrendamento financeiro	5.238	15.057	-	-	6.616	16.983	-	-
Baixa do ativo imobilizado	130	(1.068)	-	-	1.123	(1.664)	-	-
Ganho com investimentos	-	-	-	-	-	-	15.654	(10.246)
Mutações patrimoniais	(239.496)	(834.432)	(796.342)	(1.264.325)	(216.903)	(524.972)	(1.010.145)	(1.128.641)
Contas a receber de clientes	(93.653)	(177.835)	(245.103)	(137.292)	18.717	(2.366)	(316.556)	(298.406)
Estoques	(27.663)	(196.817)	(12.092)	(93.141)	2.182	(112.168)	(100.555)	(402.074)
Depósitos judiciais	712	587	(2.302)	(5.579)	232	(674)	(3.353)	(11.564)
Pessoal, encargos e benefícios sociais	(52.878)	(27.781)	10.526	45.683	(101.385)	(48.030)	25.320	147.147
Fornecedores	7.704	42.072	1.948	(69.353)	(57.575)	(2.470)	19.885	8.148
Tributos	(15.928)	(75.477)	(42.765)	(187.274)	(36.088)	(174.977)	(85.260)	(24.837)
Encargos financeiros	-	-	49.204	135.125	-	-	57.832	151.268
Títulos a receber e a pagar	(61.849)	(388.955)	(548.861)	(904.025)	(7.043)	(37.643)	(565.788)	(790.401)
Outras contas ativas e passivas	4.059	(10.226)	(6.897)	(48.469)	(35.943)	(146.644)	(41.670)	92.078
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(114.476)	(551.352)	(686.626)	(1.256.671)	29.839	155	(707.254)	(802.903)
Atividades de investimentos								
Investimentos	(4.521)	(23.212)	(118.005)	(168.967)	(3.452)	(190.417)	(30.017)	(276.144)
Redução de ágio sobre investimentos	-	-	-	10.703	-	-	-	10.703
Consolidação de investimentos sem efeito caixa	-	-	-	-	-	-	(48.787)	(423.044)
Aplicações em ativo imobilizado	(83.451)	(118.712)	(27.613)	(88.034)	(172.566)	(336.707)	(63.336)	(183.484)
Aplicações no ativo intangível	(1.748)	(2.118)	-	-	(1.728)	(2.229)	-	-
Aplicações no diferido	-	-	-	-	(89)	(89)	(137)	(4.894)
Ações em tesouraria	-	-	(9.043)	(12.929)	-	-	(9.043)	(12.929)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	(89.720)	(144.042)	(154.661)	(259.227)	(177.835)	(529.442)	(151.320)	(889.792)
Atividades de financiamentos								
Empréstimos e financiamentos	342.842	886.190	304.405	636.114	179.522	849.040	362.202	887.554
Empréstimos obtidos	777.028	2.025.546	443.921	1.561.971	1.173.254	2.994.884	673.823	2.296.533
Empréstimos liquidados	(434.186)	(1.139.356)	(139.516)	(925.857)	(993.732)	(2.145.844)	(311.621)	(1.408.979)
Emissão de ações	-	-	927.548	927.548	-	-	927.548	927.548
Arrendamento a pagar	(16.494)	(46.566)	-	-	(18.798)	(50.703)	-	-
Arrendamentos obtidos	40	420	-	-	7.006	11.954	-	-
Arrendamentos liquidados	(16.534)	(46.986)	-	-	(25.804)	(62.657)	-	-
Ações em tesouraria	104	104			104	104		
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	326.452	839.728	1.231.953	1.563.662	160.828	798.441	1.289.750	1.815.102
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	(20.113)	(63.729)	-	-
Fluxo de caixa do período	122.256	144.334	390.666	47.764	(7.281)	205.425	431.176	122.407
Caixa, contas bancárias e aplicações de liquidez imediata								
Saldo final	918.494	918.494	915.516	915.516	1.277.089	1.277.089	1.172.213	1.172.213
Saldo inicial	796.238	774.160	524.850	867.752	1.284.370	1.071.664	741.037	1.049.806
Variação no período	122.256	144.334	390.666	47.764	(7.281)	205.425	431.176	122.407

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

MARFRIG ALIMENTOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS (CONTROLADORA) E CONSOLIDADAS EM 30 DE SETEMBRO E 30 DE JUNHO DE 2009.
(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Marfrig Alimentos S.A. é uma companhia de capital aberto que tem como objetivo a produção de produtos alimentícios e a exploração de atividades frigoríficas, como abate de bovinos, suínos, ovinos e aves; industrialização, distribuição e comercialização de produtos e subprodutos de origem animal, comestíveis ou não, em estabelecimentos próprios ou de terceiros, inclusive a importação e exportação de produtos e subprodutos de origem animal, bem como outras atividades descritas no objeto social da Companhia.

A Marfrig Alimentos S.A. foi fundada em 06 de junho de 2000 tornando-se uma Sociedade Anônima em 26 de março de 2007. A Companhia obteve seu Registro (Nº 20788) na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 18 de junho de 2007 e realizou sua Oferta Pública Inicial (*IPO*) em 29 de junho de 2007, tendo suas ações listadas no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA) sob o código MRFG3. Em 28 de abril de 2009 a razão social da Companhia foi alterada para Marfrig Alimentos S.A. Seu capital social subscrito e integralizado em 30 de setembro de 2009 era constituído de 267.943.954 ações ordinárias onde 135.162.784 ações ou 50,44% estão sobre o controle da MMS Participações S.A. e 132.781.170 ações ou 49,56% estão em circulação "*free float*" no mercado de capitais. A MMS Participações S.A. é controlada por Marcos Antônio Molina dos Santos e Márcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos, cada qual com 50% de participação.

Como participante do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, a Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

As posições patrimonial e financeira da Companhia devem ser consideradas no contexto operacional das atividades integradas de:

- Divisão Bovinos e Divisão Food Service – Brasil:
  - Marfrig Alimentos S.A. (Brasil) – composta por 10 unidades de abate de bovinos, 3 unidades de processamento e industrialização de carne bovina,1 curtume, 1 fábrica de higiene e limpeza e 2 confinamentos, localizadas nos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia, além de um Centro de Distribuição no Estado de São Paulo;

- Masplen Ltd (Ilha de Jersey), (empresa que detêm 100% da Pampeano Alimentos S.A. (Brasil)). A Pampeano é produtora de carnes enlatadas e outros produtos industrializados no Estado do Rio Grande do Sul.

- Divisão Aves, Suínos e Industrializados – Brasil:
  - Secculum Participações Ltda. (Brasil) – 99% e União Frederiquense Participações Ltda. (Brasil) – 99,99%, (empresas que em conjunto detêm 100% da empresa Frigorífico Mabella Ltda. (Brasil)). A Mabella opera 1 unidade de abate de suínos no Estado de Santa Catarina e 1 unidade de abate e industrialização de carne suína no Estado do Rio Grande do Sul. Também concentra as operações de frangos e suínos da Marfrig, contemplando as empresas e seus respectivos percentuais de participação, abaixo:
    - DaGranja Agroindustrial Ltda – 94%;
    - Braslo Produtos de Carnes Ltda – 100%;
    - Agrofrango Indústria e Comércio de Alimentos Ltda – 100%;
    - Penasul Alimentos Ltda – 100%;

    A operação de frango é formada por 7 plantas de abate de aves e sete unidades de processamento e industrialização de carne de aves nos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Distrito Federal;
    - MBL Alimentos S.A (Carroll's), empresa que opera na criação de suínos – 100%.

- Divisão Argentina:
  - Argentine Breeders & Packers S.A. (Argentina), com 3 plantas de abates de bovinos (incluindo as posições em que detém 100% das empresas Best Beef S.A. (Argentina), Estâncias Del Sur S.A. (Argentina) e Mirab S.A. (Argentina e EUA)), produtora e distribuidora de beef jerky para o mercado norte-americano e diversos outros destinos de exportação – 99,99%;
  - Quickfood S.A (Argentina) é uma Companhia aberta, detentora da marca PATY, líder nos mercados argentino, uruguaio e chileno de hambúrgueres, com 2 plantas de abate e 3 unidades de produtos processados e industrializados de carne bovina – 81,48%.

- Divisão Uruguai:
  - Frigorífico Tacuarembó S.A. (Uruguai), que opera uma unidade de abate e industrialização de carne bovina - 93,45%;
  - Inaler S.A. (Uruguai), unidade de abate de bovinos e ovinos – 100%;
  - Marfrig Chile Inversiones Ltda. (Chile), operando um frigorífico de cordeiros na Patagonia uma unidade de desossa de carne e "*trading*" operando com o mercado chileno – 99,47%;

- Prestcott International S.A. (Uruguai), que detém 100% da empresa Cledinor S.A (Uruguai), frigorífico de bovinos e ovinos na cidade de Salto – 100%;
- Establecimientos Colonia S.A. (Uruguai), frigorífico de bovinos na cidade do mesmo nome – 100%.

- Divisão Europa:

  - Weston Importers Ltd. (Reino Unido), trading que atua no mercado europeu e que detém 100% da empresa CDB Meats Ltd (Reino Unido), produtora de carnes industrializadas. – 100%

  - Marfrig Holdings (Europe) – BV (Holanda) que detém 100% da Moy Park Holdings (Europe) Limited (Empresa com sede na Irlanda do Norte), que detém 100% das empresas Moy Park Group e Kitchen Range Foods Ltd (Inglaterra) que opera 3 plantas de abate de aves e 8 plantas de produtos processados e industrializados na Inglaterra, Irlanda do Norte, França e Holanda – 100%

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão expressas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que abrange a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº. 6.404/76), os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados e homologados pelas Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários – CVM bem como outros pronunciamentos emitidos por essa autarquia federal.

2.1 Nova legislação e alterações nas práticas contábeis

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, a qual entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2008. Referida Lei sofreu modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008. Tais diplomas legais modificaram certos dispositivos da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações). Essas alterações foram adotadas pela primeira vez nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 2008.

2.2 Adoção inicial da Lei nº 11.638/2007 e da Medida Provisória nº 449/2008

A Companhia adotou como data de transição para aplicação das novas práticas contábeis o dia 1º de janeiro de 2008, com base na Deliberação CVM nº 565/2008, a qual aprovou o CPC nº 13, que trata da elaboração das primeiras demonstrações contábeis com base nas novas práticas contábeis adotadas no Brasil. Dessa forma,

a Companhia optou por aplicar somente o parágrafo 1º, do artigo 186, da Lei nº 6.404/76.

As demonstrações contábeis referentes ao período findo em 30 de setembro de 2008 foram preparadas em conformidade com a legislação vigente naquela data. A Companhia optou por não reapresentá-las, com base no Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 02, de 05 de maio de 2009 e no Comunicado Técnico do IBRACON nº 04, de 07 de maio de 2009. Dessa forma, as mesmas não são comparáveis com as demonstrações contábeis do período findo em 30 de setembro de 2009.

Em decorrência das alterações promovidas pela nova legislação contábil, foram apurados os efeitos no resultado do período findo em 30 de setembro de 2008, que são apresentados a seguir:

Efeitos no período findo em 30 de setembro de 2008

	Resultado do período		Patrimônio líquido	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Nova legislação (1)	**110.325**	**120.571**	**2.242.950**	**2.242.950**
Variação cambial sobre investimentos no exterior	(64.320)	(64.320)	-	-
Arrendamento mercantil financeiro	(17.478)	(17.478)	(17.478)	(17.478)
Legislação anterior	**28.527**	**38.773**	**2.225.472**	**2.225.472**

(1) Não houve efeito tributário decorrente dos ajustes provenientes das novas práticas contábeis, haja vista o Regime Tributário de Transição - RTT, previsto na Medida Provisória nº 449/2008.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações contábeis são as seguintes:

a. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

A receita de serviços é reconhecida no resultado em função da sua prestação.

b. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, quando aplicáveis, o valor residual do ativo imobilizado, provisão para devedores duvidosos, estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e as provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

c. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados de acordo com sua respectiva classificação:

- Instrumentos mantidos até o vencimento

  Se a Companhia tem a intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

- Instrumentos disponíveis para venda

  Os investimentos da Companhia em instrumentos de patrimônio e de certos ativos relativos a instrumentos de dívida são classificados como disponíveis para venda. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliadas pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moeda estrangeira destes instrumentos, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para resultado.

- Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

  Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do

reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

- Outros

  Outros instrumentos financeiros não-derivativos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor recuperável.

d. Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o real de acordo com as normas descritas no Pronunciamento Técnico CPC nº 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 534/08.

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

e. Ativos circulante e não circulante

- Contas a receber de clientes

  As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e quando aplicável, ajustado ao valor presente.

  A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

- Estoques

  Os estoques são demonstrados, ao custo médio das compras ou produção, inferiores aos valores de mercado ou de realização.

- Investimentos

  Os investimentos em empresas controladas e coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

- Imobilizado

  Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na nota explicativa nº 11 e leva em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens e com base nos prazos contratuais dos imóveis alugados quanto às benfeitorias efetuadas nos mesmos.

  Os encargos financeiros dos financiamentos contratados na fase de construção de bens integrantes do ativo imobilizado são capitalizados.

  Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa, quando incorrido.

- Arrendamento

  Arrendamento financeiro

  Determinados contratos de arrendamento transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes a propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas aplicáveis a cada grupo de ativo, conforme nota explicativa nº 11. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

  Arrendamento operacional

  Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos como despesas no demonstrativo de resultados em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

- Intangível

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios, e os gerados internamente pela Companhia. São registrados pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização calculada pelo método linear, com base nos prazos dos direitos de exploração decorrentes dos contratos de arrendamento.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida e o ágio por expectativa de rentabilidade futura a partir de 1º de janeiro de 2009 não são amortizados e têm o seu valor recuperável testado anualmente.

f. Redução ao valor recuperável

Os itens de ativos do imobilizado, intangível e diferido têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda dos mesmos. O "*goodwill*" e os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testado anualmente independentemente de haver indicadores de perda dos mesmos.

g. Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. São registrados a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Os ajustes a valor presente foram apurados com base na média entre a taxa SELIC – Sistema Especial de Liquidação e Custódia (taxa estabelecida como a de retorno do capital próprio) e a taxa média de captação de recursos no mercado financeiro (taxa estabelecida como a de retorno do capital de terceiros).

Os prazos utilizados na apuração do ajuste a valor presente variam de acordo com atividade operacional envolvida, correspondendo à expectativa média do prazo para liquidação da mesma, como, por exemplo: prazo médio de recebimento de vendas, prazo médio de pagamento, prazo da liquidação dos parcelamentos tributários e outros que sejam necessários.

As taxas praticadas e os prazos estabelecidos, atrelado aos fatores de risco envolvidos nas operações da Companhia, estão perfeitamente refletidos na apuração do valor presente.

h. Provisões

As provisões são reconhecidas em decorrência de eventos passados que originaram um passivo, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar o mesmo. As provisões são registradas quando as perdas são julgadas como prováveis tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

i. Plano de remuneração baseado em ações

Os efeitos do plano de remuneração baseado em ações são calculados com base no valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial e na demonstração do resultado conforme as condições contratuais sejam atendidas e de acordo com o comentado na nota explicativa nº 21.

j. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é apurado com base no lucro real. O imposto de renda e a contribuição social são recolhidos mensalmente sobre bases de cálculo estimadas, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente.

Os ativos diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias são registrados em conformidade com a legislação tributária e Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade revisado anualmente.

A Companhia e suas controladas, optaram pelo Regime Tributário de Transição (RTT), conforme a Medida Provisória nº 449/08, convertida para a Lei nº 11.941/09 de 27 de maio de 2009,exercício da opção ser manifestado, de forma irretratável, na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009.

k. Lucro por ação

O lucro por ação é calculado com base no número total de ações, na data do balanço patrimonial.

l. Consolidação

As práticas contábeis são aplicadas de forma uniforme em todas as empresas consolidadas e consistentes com aquelas utilizadas no período anterior.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das

empresas controladas;

- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados decorrentes de negócios entre as empresas.

3.2 Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as informações da Companhia e das suas controladas:

	Porcentagem de Participação	
CONTROLADAS DIRETAS	**30/09/09**	**30/06/09**
Argentine Breeders & Packers S.A	99,99%	99,99%
Frigoclass Alimentos S.A	100,00%	100,00%
Marfrig Chile Inversiones Ltda	99,47%	99,47%
Inaler S.A	100,00%	100,00%
Frigorífico Tacuarembó S.A	93,45%	93,45%
Weston Importers Ltd	100,00%	100,00%
Masplen Limited	100,00%	100,00%
Prestcott International S.A	100,00%	100,00%
Secculum Participações Ltda	99,00%	99,00%
União Frederiquense Partic. Ltda	99,99%	99,99%
QuickFood S.A	81,48%	80,31%
Establecimientos Colonia S.A	100,00%	100,00%
Marfrig Holdings (Europe) BV	100,00%	100,00%

As demonstrações contábeis das companhias controladas sediadas no exterior foram elaboradas, originalmente em moeda local, em conformidade com a legislação vigente em cada país onde estão localizadas e foram revisadas por auditores independentes tendo sido convertidas, às práticas contábeis emanadas pelo International Financial Reporting Standards - IFRS e dólares norte-americanos (US$) e, posteriormente, convertidas às normas contábeis aplicáveis no Brasil e para reais, pela taxa cambial correspondente na data do balanço.

4. DISPONIBILIDADES

Referem-se aos valores mantidos em caixa, bancos e aplicações financeiras, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/09	30/06/09	30/09/09	30/06/09
Caixa e bancos	69.940	210.458	310.725	363.824
Certificados de depósitos - DI	848.554	585.780	966.364	920.546
	918.494	796.238	1.277.089	1.284.370

As disponibilidades das empresas controladas são demonstradas de forma consolidada abaixo:

	Brasil		Exterior	
	30/09/09	30/06/09	30/09/09	30/06/09
Caixa e bancos	23.820	16.563	216.965	136.802
Certificados de depósitos - DI	20.946	119.053	96.864	215.714
	44.766	135.616	313.829	352.516

A Companhia tem como política apresentar os seguintes itens na composição do caixa e equivalentes de caixa:

- Saldo em espécie disponível no caixa;
- Depósitos bancários à vista;
- Numerário em trânsito;
- Aplicações financeiras de liquidez imediata.

5. VALORES A RECEBER - CLIENTES NACIONAIS E INTERNACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/09	30/06/09	30/09/09	30/06/09
Valores a receber - clientes nacionais	471.351	410.184	662.238	690.808
Valores a receber - clientes internacionais	178.276	193.621	317.069	370.357
(-) Adiantamentos de Cambiais Entregues - ACEs	(12.803)	(60.634)	(12.803)	(73.794)
	165.473	132.987	304.266	296.563
	636.824	543.171	966.504	987.371
Valores a vencer	623.904	528.931	863.403	831.997
Valores vencidos				
de 1 a 30 dias	8.976	8.569	51.118	105.477
de 31 a 60 dias	2.349	1.144	29.317	25.038
de 61 a 90 dias	571	2.797	14.968	13.843
Acima de 90 dias	1.024	1.730	29.843	42.770
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(22.145)	(31.754)
	636.824	543.171	966.504	987.371

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

A Companhia tem como critério constituir provisão para os títulos vencidos a mais de 90 dias, cuja expectativa de recebimento seja improvável, tendo em vista o histórico de problemas identificados nos controles de contas a receber, bem como através de análise da situação atual dos clientes, a qual pode ser: operacionalmente em ordem, ou seja, compra e paga dentro de limites aceitáveis; histórico de atrasos; e estado concordatário ou falimentar.

A Companhia não tem histórico de problemas relevantes com recebimento de clientes, sendo certo que o departamento de contas a receber analisa cada cliente quando do cadastro e concessão dos créditos.

Para o financiamento das vendas a prazo, a Companhia utiliza linhas de crédito de financiamento de capital de giro disponíveis no mercado financeiro.

A conjuntura econômica atual já apresenta tendência de melhora no tocante às vendas e volume de crédito no mercado, o que reflete no poder de compra dos clientes e, consequentemente, no pagamento dentro do prazo.

Os valores a receber foram atualizados ao valor presente, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC nº 12, aprovado pela Deliberação CVM nº 564/2008.

6. ESTOQUES DE PRODUTOS E MERCADORIAS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/09	30/06/09	30/09/09	30/06/09
Produtos acabados e outros	944.719	916.607	1.580.117	1.595.523
Embalagens e almoxarifados	26.970	27.419	92.591	84.309
	971.689	944.026	1.672.708	1.679.832

Nos períodos findos em 30 de setembro e 30 de junho de 2009, os estoques de produtos acabados foram avaliados pelo custo médio das compras e/ou produção, inferiores aos valores de realização, conforme destacado na nota explicativa nº 3.

Os estoques das empresas controladas são demonstrados de forma consolidada abaixo:

	Brasil		Exterior	
	30/09/09	30/06/09	30/09/09	30/06/09
Produtos acabados e outros	249.900	239.471	385.498	439.444
Embalagens e almoxarifados	43.379	31.829	22.242	25.062
	293.279	271.300	407.740	464.506

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	30/09/09	30/06/09	30/09/09	30/06/09
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	214.337	198.064	282.632	263.097
Crédito Presumido do IPI	60.864	60.836	67.174	67.051
Crédito de PIS	48.659	39.665	81.835	70.576
Crédito da COFINS	208.192	181.124	358.352	318.294
Imposto de renda	22.629	25.837	55.191	55.729
Contribuição social	4.322	4.276	8.336	7.950
IRRF	27.844	12.873	28.400	13.128
IVA	-	-	35.029	34.087
Certificados de exportação	-	-	6.076	5.795
Créditos ONCCA	-	-	14.825	-
Outros	-	-	10.511	11.294
Total	586.847	522.675	948.361	847.001
Ativo Circulante	584.837	520.665	888.311	796.143
Ativo não Circulante	2.010	2.010	60.050	50.858
Total	586.847	522.675	948.361	847.001

7.1 ICMS

O saldo do ICMS a recuperar é proveniente da obtenção de créditos por compras de matérias-primas, materiais de embalagem e secundários em volume superior aos débitos gerados nas vendas locais, haja vista que as vendas ao mercado externo são isentas, bem como contemplam os saldos totais desses créditos provenientes das empresas adquiridas no exercício de 2008.

7.2 Crédito Presumido do IPI

Refere-se ao ressarcimento de PIS e COFINS incidentes sobre os insumos adquiridos no mercado interno e consumidos no processo de bens efetivamente exportados, bem como contemplam os saldos totais desses créditos provenientes das empresas adquiridas no exercício de 2008.

7.3 PIS e COFINS

Refere-se ao crédito não cumulativo do PIS e da COFINS incidente sobre as aquisições de matérias-primas, materiais de embalagem e materiais secundários, utilizados nos produtos comercializados no mercado externo, bem como contemplam os saldos totais desses créditos provenientes das empresas adquiridas no exercício de 2008.

7.4 Imposto de Renda e Contribuição Social

Referem-se às antecipações de Impostos de Renda e Contribuição Social realizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

7.5 Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF

Refere-se ao IRRF retido sobre ganhos nas aplicações financeiras realizadas pela Companhia.

7.6 Certificado de Exportação

Referem-se aos certificados emitidos pelo governo do Uruguai a título de devolução de um percentual do imposto pago pelos exportadores.

7.7 IVA – Imposto sobre Valor Agregado

Referem-se aos saldos de IVA a recuperar existentes em controladas no exterior, provenientes da diferença de imposto entre as compras e vendas, haja vista a diferença da taxa de alimentos ser menor que a maioria das transações.

8. TÍTULOS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	30/09/09	30/06/09	30/09/09	30/06/09
Partes relacionadas	1.711.346	1.616.255	-	-
Outros títulos a receber	23.370	23.370	1.546	1.540
Ativo não circulante	1.734.716	1.639.625	1.546	1.540

Os títulos a receber da Companhia, em sua maior parte, são compostos por saldos gerados nas transações com suas empresas controladas (partes relacionadas), conforme descrito na nota 8.1.

8.1 PARTES RELACIONADAS

	CONTROLADORA					
				30/09/09	3º Trim/09	
	Contas a receber	Contas a pagar	Títulos a receber	Títulos a pagar	Compras	Vendas
Argentine Breeders & Packers S.A.	390	1.448	29.377	-	749	842
Frigorífico Tacuarembó S.A.	-	1.031	6.650	-	1.415	-
Inaler S.A.	-	299	6.639	-	268	-
Marfrig Chile Inversiones Ltda	-	135	-	-	-	6.219
Quinto Cuarto S.A.	5.790	-	-	-	-	-
Weston Importers Ltd.	37.253	-	-	-	-	20.291
Frigoclass Alimentos S.A.	-	-	306	43.595	-	-
Pampeano Alimentos S.A.	9.209	15	50.323	-	2	12.887
Cledinor S.A.	-	613	-	-	1.085	-
Frigorifico Mabella Ltda	5.218	-	416.519	-	4.651	229
Masplen Limited	-	-	80	-	-	-
Dagranja Agroindustrial Ltda	3.872	421	114.695	-	836	1.288
Mirab USA	-	-	53.137	-	-	-
Establecimientos Colonia S.A.	-	593	-	-	1.467	-
Quickfood S.A.	-	1	-	-	1.692	-
Moy Park Limited	-	-	17.781	-	-	-
Moy Park Holdings Europe Limited	-	-	940.035	-	-	-
Braslo Produtos de Carne Ltda	5.811	1.209	21.656	-	3.271	18.760
MBL Alimentos Ltda	88	-	69	-	-	228
Mas Frangos Part. Ltda	-	-	2.935	-	-	-
Pena Branca Ltda	-	-	9	-	-	-
Penasul Alimentos Ltda	2.519	-	-	61.958	39	506
Agrofrango Ind. Com. Alim. Ltda	907	-	51.114	-	-	-
Maremar Adm. Bens S/C Ltda	-	-	21	-	-	-
Marcos Antonio Molina dos Santos	-	2.662	-	-	5.920	-
	71.057	8.427	1.711.346	105.553	21.395	61.250

	CONTROLADORA					
	30/06/09				2º Trim/09	
	Contas a receber	Contas a pagar	Títulos a receber	Títulos a pagar	Compras	Vendas
Argentine Breeders & Packers S.A.	-	1.604	32.799	-	593	139
Frigorífico Tacuarembó S.A.	-	418	9.582	-	571	-
Inaler S.A.	-	5	8.380	-	328	-
Marfrig Chile Inversiones Ltda	-	-	-	-	-	765
Quinto Cuarto S.A.	1.170	-	-	-	-	-
Weston Importers Ltd.	24.995	-	-	-	-	16.820
Frigoclass Alimentos S.A.	-	-	306	43.107	-	-
Pampeano Alimentos S.A.	9.744	7	12.715	-	4	15.083
Cledinor S.A.	-	302	-	-	222	-
Frigorifico Mabella Ltda	-	1.614	316.408	-	3.554	165
Masplen Limited	-	-	87	-	-	-
Dagranja Agroindustrial Ltda	1.587	-	107.672	-	1.236	2.328
Mirab USA	-	-	58.322	-	-	-
Establecimientos Colonia S.A.	-	409	-	-	560	-
Quickfood S.A.	-	739	-	-	1.039	-
Moy Park Limited	-	-	19.516	-	-	-
Moy Park Holdings Europe Limited	-	-	1.031.759	-	-	-
Braslo Produtos de Carne Ltda	8.956	2.514	15.478	-	4.176	23.201
MBL Alimentos Ltda	115	409	65	-	-	243
Mas Frangos Part. Ltda	-	-	2.935	-	-	-
Pena Branca Ltda	-	-	-	-	522	-
Penasul Alimentos Ltda	967	-	180	-	-	976
Agrofrango Ind. Com. Alim.Ltda	-	-	30	-	-	26
Maremar Adm. Bens S/C Ltda	-	-	21	-	-	-
Marcos Antonio Molina dos Santos	-	1.420	-	-	4.008	-
	47.534	9.441	1.616.255	43.107	16.813	59.746

	Consolidado			
	Contas a Pagar		Total de Compras no período	
	30/09/09	30/06/09	30/09/09	30/06/09
Marcos Antonio Molina dos Santos	2.662	1.420	13.991	8.071
	2.662	1.420	13.991	8.071

O Sr. Marcos Antonio Molina dos Santos e sua esposa, através da Maremar – Administração de Bens S/C Ltda., a qual é controlada pelos mesmos, adquiriram uma propriedade no Estado de São Paulo em 27 de abril de 2007, na qual são desenvolvidos estudos genéticos para aprimoramento de raças bovinas de corte. A

partir de meados de 2008 a propriedade passou a operar um confinamento para 7.800 animais, cujo abate é realizado pelas unidades frigoríficas de bovinos da Companhia.

Todos os relacionamentos entre coligadas e controladas da Companhia estão demonstrados na nota explicativa nº 1 – CONTEXTO OPERACIONAL.

Os relacionamentos entre as empresas do Grupo Marfrig são representados por transações mercantis (compras e vendas) e remessas de numerários para pagamento de tais transações e para capital de giro, sempre em condições semelhantes às que seriam aplicáveis às partes não relacionadas.

As transações de mútuos entre as empresas relacionadas são geridas por contratos, estipulando taxas e condições diversas. As transações de compra ou venda, acompanham o valor de mercado, não havendo exigência de garantias e, tampouco, provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Os títulos a receber e a pagar entre partes relacionadas são corrigidos monetariamente de acordo com as taxas praticadas no mercado financeiro.

As operações entre as empresas controladas não impactam as demonstrações contábeis consolidadas, haja vista que as mesmas são eliminadas no processo de consolidação.

9. IMPOSTOS DIFERIDOS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/09	30/06/09	30/09/09	30/06/09
Imposto de renda	119.931	163.193	165.020	213.850
Contribuição social	43.175	58.750	56.203	72.093
	163.106	221.943	221.223	285.943

Referem-se ao imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre os tributos com exigibilidade suspensa (provisões) que foram adicionados na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social de exercícios anteriores, bem como apurados sobre prejuízos fiscais e sobre futuro aproveitamento fiscal de ágio pago por rentabilidade futura, os quais serão realizados ao longo dos exercícios de 2009 a 2013.

Segue abaixo movimentação dos tributos diferidos no 3º. trimestre de 2009:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	IRPJ	CSL	IRPJ	CSL
Saldo inicial 30 de junho de 2009	163.193	58.750	213.850	72.093
(-) Realização por aproveitamento fiscal do	(4.480)	(1.613)	(4.480)	(1.613)
(-) Aproveitamento fiscal no Novo REFIS	(29.444)	(10.600)	(35.655)	(12.845)
(-) Realização de tributos diferidos sobre prejuízo fiscal	(9.338)	-	(9.338)	-
Tributos diferidos sobre prejuízo fiscal			278	
Tributos diferidos sobre Base de cálculo negativa de CSL	-	-		1.930
(-) Realização de tributos diferidos sobre base negativa de CSL	-	(3.362)	-	(3.362)
Outros	-	-	365	-
Saldo final 30 de setembro de 2009	119.931	43.175	165.020	56.203

A Companhia apresentou expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, trazidos a valor presente, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, que permitia a realização do "Ativo fiscal Diferido" em um prazo máximo de 10 (dez) anos.

A expectativa de realização do "Ativo Fiscal Diferido" estava definida da seguinte forma:

Exercício	Realização
2009	30.000
2010	30.000
2011	30.000
2012	30.000
2013	30.000
2014 a 2016	90.000
2017 a 2018	35.597
Saldo final	275.597

No período de 09 meses findo em 30/09/2009, a Companhia realizou R$ 58.837 do "Ativo Fiscal Diferido", acima do montante previsto para o exercício de 2009, tendo em vista a lucratividade da Companhia, aproveitamento fiscal do ágio e a compensação com multa e juros dos débitos incluídos no Novo Refis.

10. INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/09	30/06/09	30/09/09	30/06/09
Participação em sociedades controladas	843.296	843.160	-	-
Outros Investimentos	135	128	1.223	1.281
	843.431	843.288	1.223	1.281

10.1 - Investimentos (Controladora)

	Nº de quotas/ações	Porcentual de partic. no capital votante (1)	Negociação em bolsa	Capital Social	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido (prejuízo) do Período
Argentine Breeders & Packers S.A	293.811	99,99	Não	153.786	111.597	(24.743)
Frigoclass Alimentos S.A	78.573.743	100,00	Não	78.574	56.110	122
Marfrig Chile Inversiones Ltda	13.358.426.280	99,47	Não	44.233	26.747	8.254
Inaler S.A	66.247.320	100,00	Não	2.609	29.734	9.197
Frigorífico Tacuarembó S.A	166.925.258	93,45	Não	11.616	87.675	8.864
Weston Importers Ltd	1.338.278	100,00	Não	23.025	21.555	4.782
Masplen Limited	100	100,00	Não	-	25.714	(2.322)
Prestcott International S.A	79.638.916	100,00	Não	5.196	38.364	12.174
Secculum Participações Ltda	9.200.000	99,00	Não	9.200	10.231	(455)
União Frederiquense Partic. Ltda	98.449.805	99,99	Não	98.450	201.223	(8.979)
QuickFood S.A	21.419.606	81,48	Sim	24.240	110.883	30.414
Establecimientos Colonia S.A	80.647.477	100,00	Não	46.677	74.020	1.675
Marfrig Holdings(Europe) BV	900	100,00	Não	44	78.379	61.981
Total				497.650	872.232	100.964

(1) O capital total das empresas controladas é igual ao capital votante.

10.2 - Movimentação dos investimentos (Controladora)

	Saldo Contábil em 30/06/09	Ajuste	Aquisição de quotas	Aumento de capital	Investimento no período	Resultado da Eq. Patrimonial	Variação Cambial no cálculo da Equiv. Patrimonial	Saldo Contábil em 30/09/09
Argentine Breeders & Packers S.A. (1)	133.507	1.624	-	825	825	(11.064)	(13.296)	111.596
Frigoclass Alimentos S.A. (2)	57.248	-	-	-	-	(1.138)	-	56.110
Marfrig Chile Inversiones Ltda. (1)	29.084	(112)	-	-	-	772	(3.137)	26.607
Inaler S.A. (1)	28.230	(690)	-	-	-	4.695	(2.510)	29.725
Frigorífico Tacuarembó S.A. (1)	86.155	(584)	-	-	-	3.944	(7.663)	81.852
Weston Importers Ltd. (1)	20.599	(263)	-	-	-	1.675	(2.657)	19.354
Masplen Limited (1)	27.628	-	-	-	-	(1.988)	74	25.714
Prestcott International S.A. (1)	36.278	(914)	-	-	-	6.225	(3.225)	38.364
Secculum Participações Ltda. (2)	10.750	-	-	-	-	1.075	(1.698)	10.127
União Frederiquense Partic. Ltda. (2)	176.370	-	-	-	-	21.125	3.683	201.178
QuickFood S.A (1)	88.750	(888)	1.211	-	1.211	5.982	(4.782)	90.273
Establecimientos Colonia S.A (1)	77.600	(570)	-	-	-	3.887	(6.899)	74.018
Marfrig Holdings(Europe) BV	70.961	4.629	-	-	-	31.538	(28.750)	78.378
Total	843.160	2.232	1.211	825	2.036	66.728	(70.860)	843.296

(1) Essas empresas tiveram suas demonstrações contábeis de 30 de setembro de 2009 revisadas pelas firmas-membros da rede BDO, em seus países de origem com emissão de relatórios de revisão limitada.

(2) Demonstrações contábeis revisadas pela BDO Trevisan Auditores Independentes, com emissão de relatório de revisão limitada.

Tais investimentos foram devidamente atualizados por equivalência patrimonial, uma vez que se tratam de companhias controladas. As demonstrações contábeis de tais empresas, para os períodos findos em 30 de setembro e 30 de junho de 2009, foram elaboradas em conformidade com a legislação vigente em cada país onde estão localizadas e foram revisadas por auditores independentes, tendo sido convertidas às práticas contábeis emanadas do International Financial Reporting Standards - IFRS e elaboradas em dólares norte-americanos (US$) e, posteriormente, convertidas às normas contábeis aplicáveis no Brasil, na moeda local.

11. IMOBILIZADO

		Controladora			
				30/09/09	30/06/09
Descrição	Taxas anuais médias de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	12.154	-	12.154	2.475
Edificações e prédios	4%	280.868	(33.360)	247.508	247.175
Máquinas e equipamentos	10%	207.619	(54.797)	152.822	151.544
Móveis e utensílios	10%	5.180	(1.383)	3.797	3.709
Instalações	5%	168.302	(10.948)	157.354	147.079
Veículos	20%	10.722	(10.608)	114	214
Equipamentos de informática	20%	5.340	(2.786)	2.554	2.051
Aeronaves	20%	382	(134)	248	267
Adiantamento para aquisição de imobilizado	-	15.396	-	15.396	15.057
Benfeitorias em propriedades arrendadas	-	2.290	(17)	2.273	2.274
Arrendamento - veículos	20%	38.777	(15.805)	22.972	16.914
Arrendamento - informática	20%	9.310	(6.709)	2.601	11.145
Arrendamento - máquinas	10%	26.628	(4.079)	22.549	23.253
Arrendamento - instalações	5%	79.465	(9.469)	69.996	70.903
Arrendamento - edificações	4%	67.383	(7.932)	59.451	60.125
Obras em andamento	-	177.829	-	177.829	140.259
Software	20%	20.262	(3.508)	16.754	3.332
Outras imobilizações	4%	543	-	543	542
		1.128.450	(161.535)	966.915	898.318

		Consolidado			
				30/09/09	30/06/09
Descrição	Taxas anuais médias de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	78.701	-	78.701	56.080
Edificações e prédios	4%	794.056	(57.784)	736.272	743.489
Máquinas e equipamentos	10%	728.143	(141.705)	586.438	575.846
Móveis e utensílios	10%	28.270	(5.345)	22.925	22.481
Instalações	5%	220.712	(13.446)	207.266	191.682
Veículos	20%	18.557	(11.765)	6.792	7.772
Equipamentos de informática	20%	20.625	(8.263)	12.362	13.089
Aeronaves	20%	382	(134)	248	886
Adiantamento para aquisição de imobilizado	-	16.156	-	16.156	15.955
Benfeitorias em propriedades arrendadas	-	23.763	(6.300)	17.463	18.448
Arrendamento - veículos	20%	38.799	(15.806)	22.993	16.936
Arrendamento - informática	20%	9.828	(6.802)	3.026	11.145
Arrendamento - máquinas	10%	37.877	(4.734)	33.143	34.870
Arrendamento - instalações	5%	82.045	(9.480)	72.565	73.588
Arrendamento - edificações	4%	67.383	(7.932)	59.451	60.125
Obras em andamento	-	318.396	-	318.396	268.025
Software	20%	20.512	(3.534)	16.978	4.083
Outras imobilizações	4%	79.862	(8.254)	71.608	61.059
		2.584.067	(301.284)	2.282.783	2.175.559

Com o advento da Deliberação CVM nº 554/2008 os bens adquiridos pela Companhia através de Arrendamento Mercantil Financeiro ("*Leasing"* Financeiro) passaram a ser registrados no Ativo Imobilizado, com suas respectivas depreciações, conforme supramencionado, tendo como contrapartida o registro do arrendamento a pagar, demonstrado na nota explicativa nº 17.

De acordo com a Deliberação CVM nº 527/2007, em 31 de dezembro de 2008, foi realizada análise para verificar o grau de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado (teste de "*impairment"*). Com base nos testes realizados, não há ativos registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

Os testes compreendem a projeção de lucratividade e de caixa futuro das plantas da Companhia, os quais foram trazidos a valor presente, de forma a identificarmos o grau de recuperabilidade do ativo imobilizado.

12. INTANGÍVEL

De acordo com as Deliberações CVM nºs 553/08 e 565/08, a Companhia constituiu o subgrupo Ativo Intangível, o qual irá compor o Ativo Não Circulante, conforme apresentado abaixo:

	30/09/09	30/06/09
Intangível - Controladora	527.156	525.408
Intangível - Controladas	1.363.374	1.436.960
	1.890.530	1.962.368

A movimentação do intangível na Controladora e no Consolidado no trimestre findo em 30 de setembro de 2009 é a seguinte:

12.1 – Movimentação do intangível (Controladora)

	Saldo em 30 de junho 2009	Aquisição/Baixa	Ágio na aquisição	(-) Amortização do ágio	Saldo em 30 de setembro 2009
Argentine Breeders & Packers S.A. - Ágio	23.672	-	-	-	23.672
Frigoclass Alimentos S.A. - Deságio	(12.478)	-	-	-	(12.478)
Inaler S.A. - Ágio	38.379	-	-	-	38.379
Frigorífico Tacuarembó S.A. - Ágio	57.824	-	-	-	57.824
Masplen Limited - Ágio	17.258	-	-	-	17.258
Prestcott International S.A. -Ágio	22.922	-	-	-	22.922
Secculum Participações Ltda. - Ágio	16.188	-	-	-	16.188
União Frederiquense Partic. Ltda. - Ágio	11.683	-	-	-	11.683
QuickFood S.A - Ágio	218.948	-	1.748	-	220.696
Establecimientos Colonia S.A - Ágio	114.479	-	-	-	114.479
Marcas e patentes	16.533	-	-	-	16.533
Total	525.408	-	1.748	-	527.156

12.2 – Movimentação do intangível (Controladas)

	Saldo Contábil em 30 de Junho 2009	Ágio/Deságio na aquisição	Aquisição de Marca /Outros	Variação Cambial na conversão	Baixa de ágio	Saldo Contábil em 30 de Setembro de 2009
Argentine Breeders & Packers S.A.	**162.739**	**-**	**1.472**	**(16.669)**	**(363)**	**147.179**
Estancias del Sur - Ágio	52.117	-	-	(4.633)	-	47.484
Mirab(AR) - Ágio	31.313	-	-	(2.784)	-	28.529
Best Beef - Ágio	21.745	-	-	(1.933)	-	19.812
Marcas e patentes/outros	57.564	-	1.472	(7.319)	(363)	51.354
Marfrig Chile Inversiones Ltda	**13.963**	**-**	**-**	**(1.243)**	**-**	**12.720**
QuintoCuarto - Ágio	2.630	-	-	(234)	-	2.396
Frigorífico Patagonia - Ágio	11.333	-	-	(1.009)	-	10.324
Weston Importers Ltd.	**11.947**	**-**	**-**	**(1.095)**	**(425)**	**10.427**
CDB Meats Ltd - Ágio	11.947	-	-	(1.095)	(425)	10.427
Moy Park - Ágio	-	-	-	-	-	-
Moy Park France - Ágio	-	-	-	-	-	-
Dungannon Proteins - Ágio	-	-	-	-	-	-
Kitchen Range - Ágio	-	-	-	-	-	-
Marfrig BV	**729.334**	**-**	**-**	**(65.054)**	**-**	**664.280**
Moy Park - Ágio	651.715	-	-	(58.154)	-	593.561
Moy Park France - Ágio	68	-	-	(6)	-	62
Dungannon Proteins - Ágio	3.713	-	-	(330)	-	3.383
Kitchen Range - Ágio	73.838	-	-	(6.564)	-	67.274
Masplen Limited	**322**	**-**	**-**	**-**	**-**	**322**
Marcas e patentes/outros	322	-	-	-	-	322
Prestcott International S.A	**8.580**	**-**	**-**	**(763)**	**-**	**7.817**
Cledinor - Ágio	8.580	-	-	(763)	-	7.817
União Frederiquense Partic. Ltda.	**480.543**	**-**	**-**	**10.070**	**-**	**490.613**
Pena Paulo - Ágio	4.606	-	-	-	-	4.606
MBL (Carroll's) - Ágio	8.094	-	-	-	-	8.094
Dagranja - Ágio	334.807	-	-	-	-	334.807
Agrofrango - Ágio	26.702	-	-	-	-	26.702
Penasul - Ágio	9.396	-	-	-	-	9.396
Braslo - Ágio	12.386	-	-	-	-	12.386
Mas do Brasil - Ágio	84.482	-	-	-	-	84.482
Marcas e patentes/outros	70	-	-	10.070	-	10.140
Secculum Participações Ltda.	**29.532**	**-**	**-**	**484**	**-**	**30.016**
Pena Paulo - Ágio	283	-	-	-	-	283
MBL (Carroll's) - Ágio	497	-	-	-	-	497
Dagranja - Ágio	20.577	-	-	-	-	20.577
Agrofrango - Ágio	1.641	-	-	-	-	1.641
Penasul - Ágio	577	-	-	-	-	577
Braslo - Ágio	761	-	-	-	-	761
Mas do Brasil - Ágio	5.192	-	-	-	-	5.192
Marcas e patentes/outros	4	-	-	484	-	488
Total	1.436.960	-	1.472	(74.270)	(788)	1.363.374

O ágio registrado na Controladora e nas empresas controladas foi baseado na expectativa de rentabilidade futura nas respectivas empresas adquiridas.

De acordo com a Deliberação CVM nº 527/2007, em 31 de dezembro de 2008, foi realizada análise para verificar o grau de recuperação dos valores registrados no ativo intangível (teste de "*impairment*"). Com base nos testes realizados, não há ativos registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

Os testes compreenderam a preparação de laudos de avaliação das subsidiárias, devidamente elaborados por profissionais especializados, de forma a verificarmos o grau de recuperação dos valores registrados no ativo intangível.

13. DIFERIDO

					Consolidado	
					30/09/09	30/06/09
Descrição	Taxas anuais médias de amortização	Custo	Reclassificação	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Gastos pré-operacionais	10%	21.507	(3.908)	(5.561)	12.038	12.648
		21.507	(3.908)	(5.561)	12.038	12.648

Nos períodos findos em 30 de setembro e 30 de junho de 2009, não ocorreram gastos pré-operacionais na Controladora.

O saldo de ativo diferido (consolidado) será mantido até sua completa amortização, de acordo com a Deliberação CVM nº 565/2008.

14. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/09	30/06/09	30/09/09	30/06/09
INSS a recolher	40.414	95.044	64.354	175.864
Salários e provisões trabalhistas	27.769	26.524	134.607	128.238
Outros encargos e benefícios sociais a recolher	1.528	1.021	9.173	11.862
	69.711	122.589	208.134	315.964

Em 21 de novembro de 2005, foi publicada a Lei nº 11.196 que permite a compensação de débitos do INSS com créditos fiscais federais. Tal processo foi regulamentado pela Portaria Interministerial nº 23, de 2 de fevereiro de 2006.

15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	30/09/09	30/06/09	30/09/09	30/06/09
ICMS a recolher	815	1.092	41.282	40.983
Parcelamento Especial - PAES	-	1.855	-	1.855
Parcelamento Excepcional - PAEX	-	46.758	-	46.758
Parcelamento Lei 11.941 PGFN/SRF	131.874	-	304.884	-
Imposto de renda a pagar	-	-	34.563	27.953
PIS e COFINS a recolher	-	-	-	33.185
Parcelamento de impostos federais	-	-	740	141.710
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	5.691	2.223	51.993	35.622
	138.380	51.928	433.462	328.066
Passivo circulante	21.383	11.924	146.029	234.322
Passivo não circulante	116.997	40.004	287.433	93.744

15.1. PAES – Parcelamento especial - Lei nº 10.684/03

Em 31 de julho de 2003, a Companhia aderiu ao PAES - Parcelamento Especial, instituído pela Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, que dispõe sobre o parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal - SRF, à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN e ao INSS - Instituto Nacional de Seguro Social, declarando seus débitos junto ao INSS, incluído o Funrural, no

montante de R$23.562, e junto à SRF, no montante de R$4.063, a serem liquidados em 180 parcelas mensais. Em 30 de setembro de 2009 a Companhia aderiu ao parcelamento especial (Novo Refis) previsto na Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Os débitos do PAES foram migrados para a nova modalidade de parcelamento e serão liquidados em até 180 meses, conforme demonstrado no quadro 15.3.

O saldo é composto como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/09	30/06/09	30/09/09	30/06/09
Saldo inicial	1.855	1.788	1.855	1.788
Atualização monetária	51	49	51	49
Reversão do ajuste a valor presente	(149)	-	(149)	-
(-) pagamentos efetuados	(102)	(51)	(102)	(51)
(-) ajuste a valor presente	-	69	-	69
(-) adesão ao Novo Refis	(1.655)	-	(1.655)	-
Saldo final	-	1.855	-	1.855
Passivo circulante	-	654	-	654
Passivo não circulante	-	1.201	-	1.201

15.2 PAEX – Parcelamento excepcional - MP nº 303/06

Em 11 de setembro de 2006, a Companhia aderiu ao PAEX - Parcelamento Excepcional, instituído pela Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, que dispõe sobre o parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal - SRF, à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN e ao INSS - Instituto Nacional de Seguro Social, declarando seus débitos junto ao INSS, incluído o Funrural, e os débitos de INSS que estavam parcelados no PAES, no montante total de R$76.977. Não houve parcelamento junto à SRF. Em 30 de setembro de 2009 a Companhia aderiu ao parcelamento especial (Novo Refis) previsto na Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Os débitos do PAEX foram migrados para a nova modalidade de parcelamento e serão liquidados em até 180 meses, conforme demonstrado no quadro 15.3.

O saldo é composto como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/09	30/06/09	30/09/09	30/06/09
Saldo inicial	46.758	45.611	46.758	45.611
Atualização monetária	537	498	537	498
Reversão do ajuste a valor presente	9.264	-	9.264	-
(-) pagamentos efetuados	(2.350)	(4.629)	(2.350)	(4.629)
(-) ajuste a valor presente	-	5.278	-	5.278
(-) adesão ao Novo Refis	(54.209)	-	(54.209)	-
Saldo final	-	46.758	-	46.758
Passivo circulante	-	1.345	-	1.345
Passivo não circulante	-	45.413	-	45.413

15.3 Parcelamento Especial (Novo Refis) – Lei nº 11.941/2009

Em 30 de setembro de 2009, a Companhia aderiu ao Parcelamento Especial (NOVO REFIS), instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, que dispõe sobre o parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal - SRF, à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN e ao INSS - Instituto Nacional de Seguro Social, declarando seus débitos em aberto junto aos respectivos órgãos, bem como migrando os parcelamentos descritos nas notas explicativas nº 15.1 e 15.2, a serem liquidados em até 180 meses, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/09	30/06/09	30/09/09	30/06/09
Saldo inicial	172.589	-	387.667	-
(-) Compensação de multa e juros com prejuízo fiscal e base negativa	(40.044)	-	(81.712)	-
Saldo devedor	132.545	-	305.955	-
(-) pagamentos efetuados	(671)	-	(1.071)	-
Saldo final	131.874	-	304.884	-
Passivo circulante	14.877	-	29.552	-
Passivo não circulante	116.997	-	275.332	-

16. EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS

				Controladora	
Linha de Crédito	Encargos (% a.a.)	Taxa média ponderada de juros (a.a.)	Prazo médio ponderado de venc. (anos)	Saldo 30/09/09	Saldo 30/06/09
Moeda nacional					
FINAME	TJLP + Taxa Fixa	13,12	0,46	122	172
BNDES Exim	TJLP + Taxa Fixa	10,18	0,01	6.362	25.501
BNDES Finem	TJLP + 1,80%	8,05	3,39	11.758	12.565
FINEP	TJLP + 1%	7,25	4,06	33.380	30.094
NCE	Taxa fixa+%CDI	11,2	1,38	857.816	863.651
Capital de Giro	CDI + Taxa Fixa	11,15	1,91	17.570	-
Pré Pagamento (juros)	%CDI	10,00	0,25	805	-
Total moeda nacional		11,01		927.813	931.983
Moeda estrangeira					
ACC (US$)	5,56	7,19	0,6	257.299	457.571
Financiamento Parque Industrial (US$)	7,35 / 7,28 + V.C	4,14	2,79	11.656	14.207
Pré-pagamento (US$)	Libor+Taxa Fixa+V.C	6,79	4,58	1.546.171	994.171
BNDES Exim (US$)	Cesta de Moedas+Taxa Fixa	11,53	0,01	1.376	6.026
Bonds (US$)	9,625	9,63	7,19	673.475	722.300
BNDES Finem	Cesta de Moedas + 1,30%	8,90	3,39	2.416	2.730
NCE (US$)	%CDI+Taxa Fixa+ V.C (US$)+Libor	8,52	2,26	398.054	439.511
Swap	Prêmio + V.C + Libor			7.545	-
Total moeda estrangeira		7,70		2.897.992	2.636.516
Total do endividamento		8,50		3.825.805	3.568.499
Passivo circulante				645.555	603.314
Passivo não circulante				3.180.250	2.965.185

Consolidado

Linha de Crédito	Encargos (% a.a.)	Taxa média ponderada de juros (a.a.)	Prazo médio ponderado de venc. (anos)	Saldo 30/09/09	Saldo 30/06/09
Moeda nacional					
FINAME	TJLP + Taxa Fixa	6,99	2,01	6.487	7.700
BNDES Exim	TJLP + Taxa Fixa	10,18	0,01	6.362	25.501
BNDES Finem	TJLP + 1,80	8,05	3,39	11.758	12.565
FINEP	TJLP + 1%	7,25	4,06	33.380	30.094
NCE	Taxa fixa+%CDI	11,29	1,29	1.018.276	1.001.934
Capital de Giro (R$)	Taxa fixa+%CDI	8,54	0,47	76.455	146.691
Nota de Crédito Rural (R$)	Taxa Fixa	6,8	0,35	11.183	25.158
Pré-Pagamento (juros)	%CDI	10	0,25	805	-
Outros				-	2.227
Total moeda nacional		10,89		1.164.706	1.251.870
Moeda estrangeira					
ACC (US$)	Taxa Fixa + V.C.	7,2	0,54	510.543	695.970
Financiamento Parque Industrial (US$)	Libor+Taxa Fixa + V.C	3,74	2,33	23.823	28.216
Pré-pagamento (US$)	Libor+Taxa Fixa + V.C	6,81	4,53	1.653.131	1.063.759
BNDES Exim (US$)	Cesta de Moedas + Taxa Fixa	11,53	0,01	1.376	6.026
Bonds (US$)	Taxa Fixa + V.C	9,63	7,19	673.475	722.300
BNDES Finem	Cesta de Moedas + 1,30	8,90	3,39	2.416	2.730
NCE (US$)	%CDI+Taxa Fixa+V.C (US$)+Libor	8,52	2,25	406.618	450.636
Swap	Prêmio + V.C			7.545	-
Capital de Giro (US$)	Taxa Fixa + Libor	5,15	2,98	19.509	43.751
Capital de Giro (Pesos)	Unidade Fomento	5,1	0,3	496	1.128
Empréstimo Bancário (US$)	Taxa Fixa	3,5	2,03	45.888	48.079
PAE (US$)	Taxa Fixa	5,4	0,2	9.254	14.561
Financiamentos (US$)	Taxa Fixa	8,06	0,6	2.798	87.131
Conta Garantida (US$)	Libor + Taxa Fixa	2,27	0,2	25.343	108.560
Outros	Taxa Fixa			-	1
Bonds (US$) - Controladas	Taxa Fixa	6,69	4,11	47.944	-
Total moeda estrangeira		7,5		3.430.159	3.272.848
Total do endividamento		8,39		4.594.865	4.524.718
Passivo Circulante				1.187.324	1.260.148
Passivo Não Circulante				3.407.541	3.264.570

As modalidades de empréstimos e financiamentos da Companhia podem ser descritas da seguinte forma:

FINAME – Financiamento de Máquinas e Equipamentos

Linha de crédito do BNDES para aquisição de bens de capital. A moeda utilizada pelo BNDES para a correção dos valores é a URTJLP. As garantias das operações são os próprios bens adquiridos. O cronograma de pagamento ocorrerá até outubro de 2014.

BNDES Exim

Linha de crédito do BNDES para incentivo a exportação, repassada por bancos comerciais. As operações captadas nessa modalidade são para financiamento das exportações. Essa operação é atualizada em parte pela TJLP (Taxa de juros de longo prazo) e o restante é atualizado pela UMBNDES, que é composta por uma cesta de moedas, a qual reflete a flutuação diária das moedas que o BNDES capta empréstimos. Essa modalidade é parcialmente garantida com um percentual de duplicatas, mantidas nos agentes que repassam o crédito e aval. O cronograma de pagamento é mensal com parcelas acrescidas de juros, com vencimento até outubro de 2010.

BNDES FINEM - Financiamento de Empreendimentos

Linha de crédito do BNDES destinada a financiamento de empreendimentos. Os empréstimos foram celebrados para aquisição de maquinários, equipamentos e expansão das instalações produtivas. Essa operação é atualizada em parte pela TJLP (Taxa de juros de longo prazo) e o restante pela UMBNDES, que é composta por uma cesta de moedas, a qual reflete a flutuação diária das moedas em que o BNDES capta empréstimos. Tal modalidade é garantida por uma fiança bancária emitida pelo Banco Bradesco. O cronograma de pagamento dessa operação é mensal com parcelas acrescidas de juros, com vencimento até fevereiro de 2013.

FINEP – Financiamento de Estudos e Projetos

Linha de crédito da FINEP voltada para financiamento de Estudos e Projetos. A FINEP é uma instituição pública, vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia. A moeda utilizada para correção é a URTJ01, que é baseada na variação da TJLP. A garantia da operação é um contrato junto ao Banco Bradesco. O cronograma de pagamento dessa operação é mensal, com vencimento entre outubro de 2009 até outubro de 2013.

NCE - Nota de Crédito de Exportação

Linha de crédito destinada a empresas exportadoras, com benefícios fiscais. É necessária a comprovação das exportações efetuadas. As operações captadas nessa modalidade são utilizadas para capital de giro. Há operações em reais e em dólares norte-americanos, e são garantidas por duplicatas, avais e contratos de fornecimento, bem como, em alguns casos, não há garantias. O cronograma de vencimento dessas operações se dará até março de 2012.

Capital de Giro

As operações captadas nessa modalidade são para financiamento de capital de giro. Há operações em reais e em pesos. Essas operações são garantidas por avais e hipotecas. O cronograma de vencimento dessas operações se dará até agosto de 2011.

Nota de Crédito Rural

Linha de crédito destinada a financiar o sistema de integração entre o produtor rural (parceiro) e os frigoríficos. Essas operações são captadas em reais e vinculadas ao processo produtivo. Essa modalidade é garantida por aval. O cronograma de vencimento dessa operação se dará em agosto de 2010.

ACC – Adiantamento de Contrato de Câmbio

Linha de crédito externa destinada às empresas exportadoras. As operações captadas nessa modalidade são utilizadas para financiamento das exportações. As operações de ACC são captadas em dólares norte-americanos, pagas com a vinculação das exportações e garantida por notas promissórias. O cronograma de pagamento dessas operações se dará até agosto de 2010.

Financiamento Parque Industrial

Linha de crédito externa, destinada à aquisição de equipamentos. Essa operação é captada em dólares norte-americanos, tendo como garantia os próprios equipamentos financiados. O cronograma de vencimento dessa operação se dará até julho de 2012, com parcelas trimestrais de principal e juros.

Pré-Pagamento

Linha de crédito externa destinada às empresas exportadoras. As operações captadas nessa modalidade são utilizadas para financiamento das exportações. Essa operação é captada em dólares norte-americanos e garantida por notas promissórias, avais, contratos de fornecimento e documentos de exportação, bem como, em alguns casos, não possui garantias. O cronograma de vencimento de pagamento ocorrerá até outubro de 2015.

Bonds

Notas de dívidas emitidas no exterior – 144A / Reg. S, as quais se destinaram à aquisição das unidades da Argentina e Uruguai. Tal modalidade foi captada em dólares norte-americanos, não possuindo garantias. O vencimento do principal é em novembro de 2016, com pagamentos semestrais de juros.

PAE – Antecipação de Empréstimo para Exportação

Linha de crédito do Chile destinada às empresas exportadoras. As operações captadas nessa modalidade, que podem ser usadas para qualquer produto de exportação, são utilizadas para financiamento das exportações de cordeiro, pescado e outros produtos trazidos ao Brasil. A diferença com uma linha normal está em que ela é isenta do IPE – "*Impuesto de Timbre y Estampilla*" (equivalente ao IOF no Brasil) e, somente neste ano de 2009, não haverá diferença com um empréstimo comum. As linhas são captadas em dólares norte-americanos, sendo garantidas por fianças bancárias.

Segue abaixo o cronograma de vencimentos do endividamento:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/09	30/06/09	30/09/09	30/06/09
Moeda nacional				
3T09	-	70.209	-	215.167
4T09	43.106	7.876	80.370	23.094
1T10	122.927	1.559	139.353	7.708
2T10	24.812	30.886	171.002	170.725
3T10	103.966	-	135.246	-
2010	201.493	398.214	203.008	407.242
2011	404.726	397.925	407.864	401.212
2012	10.459	9.657	11.316	10.726
2013	7.932	7.264	8.156	7.603
2014	3.597	3.597	3.597	3.597
2015	3.597	3.597	3.597	3.597
2016	1.198	1.199	1.197	1.199
	927.813	931.983	1.164.706	1.251.870
Moeda estrangeira				
3T09	-	47.086	-	237.149
4T09	47.350	64.814	203.563	158.416
1T10	128.719	313.937	201.920	355.362
2T10	57.022	66.947	89.051	92.527
3T10	117.653	-	166.819	-
2010	111.129	149.129	123.007	187.592
2011	497.412	469.652	589.183	638.749
2012	506.236	347.121	556.771	392.244
2013	418.372	261.547	450.314	283.260
2014	288.168	118.648	312.651	124.266
2015	74.405	81.665	85.325	87.283
2016	651.526	715.970	651.555	716.000
	2.897.992	2.636.516	3.430.159	3.272.848
Total do endividamento	3.825.805	3.568.499	4.594.865	4.524.718

Seguem abaixo as garantias dos empréstimos e financiamentos:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/09	30/06/09	30/09/09	30/06/09
Saldo de financiamentos	3.825.805	3.568.499	4.594.865	4.524.718
Garantias:				
Sem Garantias	1.708.421	1.154.590	1.794.798	1.301.430
Nota Promissória	1.105.848	1.256.582	1.107.293	1.276.581
Duplicatas	267.485	59.400	274.152	76.472
Fiança Bancária	14.174	15.295	135.922	120.024
Contrato de Fornecimento	35.830	39.326	35.830	51.673
Aval	529.389	751.102	784.884	1.004.558
Bem Financiado	122	172	1.476	15.106
Documentos de exportação	45.036	44.302	64.477	63.153
Instalações	119.500	247.730	83.588	49.614
Hipotéca	-	-	13.478	77.822
Aplicação Financeira	-	-	130.902	331.111
Crédito de Exportação	-	-	168.065	157.174

Tendo em vista que as notas emitidas pela Companhia (Bonds Marfrig), com vencimento em 2016, representam 14,66% (em 30 de junho de 2009, 15,96%) do endividamento consolidado, as restrições vinculadas à manutenção de determinados índices financeiros, acordadas na emissão delas balizam os demais empréstimos e financiamentos em aberto no encerramento do período. Tais restrições, no aspecto de endividamento, correspondem a princípio: o Índice de Cobertura de Juros (quociente do EBITDA Pro-forma (ou LAJIDA) sobre o Resultado Financeiro Líquido não pode ser inferior a 1,5; e o quociente da Dívida Líquida ajustada para o EBITDA Pro-forma (ou LAJIDA) não pode ser superior a 4,0, sendo que não é considerado estar em violação aos mesmos unicamente como resultante de flutuação de taxas de câmbio de moedas.

17. ARRENDAMENTO A PAGAR

Tendo em vista a Deliberação CVM nº 554/08 as operações de arrendamento financeiro ("*leasing*" financeiro) passaram a ser reconhecidas no passivo circulante e no passivo não circulante da Companhia, tendo como contrapartida o registro do bem adquirido no ativo imobilizado, de acordo com o exposto na nota explicativa nº 11.

As operações contraídas anteriormente à data de promulgação da referida deliberação não são consideradas para efeito do cálculo dos "*covenants*" mencionados na nota explicativa nº 16.

						Controladora	
Linha de Crédito	**Encargos (% a.a.)**	**Taxa média ponderada de juros (a.a.)**	**Prazo médio ponderado de venc. (anos)**	**Saldo 30/09/09 (a valor presente)**	**Futuros Pagamentos 30/09/09**	**Saldo 30/06/09 (a valor presente)**	**Futuros Pagamentos 30/06/09**
Moeda nacional							
Arrend. Financeiro Leasing Veículos	CDI + Taxa	11,1%	2,9	16.139	27.897	17.537	29.941
Arrend. Financeiro Leasing Equip. Informatica	CDI + Taxa	8,4%	3,1	11.751	14.797	12.766	17.268
Arrend. Financeiro Leasing Maquinas e Equip.	CDI + Taxa	12,4%	3,5	19.469	29.424	21.418	32.136
Arrend. Financeiro Leasing Instalações Industriais	CDI + Taxa	11,4%	2,7	39.388	64.454	43.003	70.245
Arrend. Financeiro Leasing Edifições	CDI + Taxa	11,6%	2,1	33.261	57.143	36.540	63.390
Total moeda nacional				**120.008**	**193.715**	**131.264**	**212.980**
Total Controladora				**120.008**	**193.715**	**131.264**	**212.980**
Passivo Circulante				**44.703**		**44.785**	
Passivo Não Circulante				**75.305**		**86.479**	

						Consolidado	
Linha de Crédito	**Encargos (% a.a.)**	**Taxa média ponderada de juros (a.a.)**	**Prazo médio ponderado de venc. (anos)**	**Saldo 30/09/09 (a valor presente)**	**Futuros Pagamentos 30/09/09**	**Saldo 30/06/09 (a valor presente)**	**Futuros Pagamentos 30/06/09**
Moeda nacional							
Arrend. Financeiro Leasing Veículos	CDI + Taxa	11,4%	2,9	16.272	28.052	17.693	30.124
Arrend. Financeiro Leasing Equip. Informatica	CDI + Taxa	8,5%	3,1	11.751	14.797	12.766	17.268
Arrend. Financeiro Leasing Maquinas e Equip.	CDI + Taxa	12,5%	3,5	19.469	29.424	21.418	32.136
Arrend. Financeiro Leasing Instalações Industriais	CDI + Taxa	11,7%	2,7	39.944	65.278	43.596	71.133
Arrend. Financeiro Leasing Edifições	CDI + Taxa	12,0%	2,1	33.261	57.143	36.541	63.390
Total moeda nacional				**120.697**	**194.694**	**132.014**	**214.051**
Moeda estrangeira							
Arrend. Financeiro Leasing Veículos	Taxa	6,4%	2,2	1.607	1.870	1.927	2.210
Arrend. Financeiro Leasing Equip. Informatica	Taxa	8,0%	4,0	4.721	6.458	5.441	7.496
Arrend. Financeiro Leasing Maquinas e Equip.	Taxa	7,8%	1,8	29.737	34.479	32.867	37.701
Arrend. Financeiro Leasing Instalações Industriais	Taxa	12,0%	2,5	2.024	2.700	2.380	3.219
Arrend. Financeiro Leasing Edifições	Taxa	3,6%	2,1	3.617	3.980	4.276	4.610
Total moeda estrangeira				**41.706**	**49.487**	**46.891**	**55.236**
Total Consolidado				**162.403**	**244.181**	**178.905**	**269.287**
Passivo Circulante				**58.877**		**61.721**	
Passivo Não Circulante				**103.526**		**117.184**	

Segue abaixo o cronograma de vencimentos do arrendamento:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/09	**30/06/09**	**30/09/09**	**30/06/09**
Moeda nacional				
3T09	-	11.173	-	11.232
4T09	11.151	11.184	11.210	11.243
1T10	11.167	11.204	11.226	11.263
2T10	11.184	11.225	11.243	11.284
3T10	11.201	-	11.260	
2010	11.649	22.967	11.700	23.078
2011	42.605	41.740	42.766	41.901
2012	18.772	19.070	18.934	19.231
2013	2.278	2.701	2.357	2.782
2014	1	-	1	-
Total moeda nacional	**120.008**	**131.264**	**120.697**	**132.014**
Moeda estrangeira				
4T09	-	-	3.915	5.270
1T10	-	-	3.586	4.188
2T10	-	-	3.323	3.767
3T10	-	-	3.114	3.474
2010	-	-	3.029	6.369
2011	-	-	10.895	11.241
2012	-	-	8.183	9.292
2013	-	-	3.716	2.826
2014	-	-	1.522	464
2015	-	-	423	-
Total moeda estrangeira	**-**	**-**	**41.706**	**46.891**
Total arrendamento	**120.008**	**131.264**	**162.403**	**178.905**

O cronograma do valor presente do total dos futuros pagamentos mínimos do arrendamento mercantil financeiro é o seguinte:

	Controladora	
	30/09/09 (a valor presente)	30/06/09 (a valor presente)
Moeda nacional		
Até 1 ano	44.703	44.786
Mais de 1 ano até 5 anos	75.305	86.478
Mais de 5 anos	-	-
	120.008	131.264

	Consolidado	
	30/09/09 (a valor presente)	30/06/09 (a valor presente)
Moeda nacional		
Até 1 ano	44.939	45.022
Mais de 1 ano até 5 anos	75.758	86.992
Mais de 5 anos	-	-
	120.697	132.014
	30/09/09	**30/06/09**
Moeda estrangeira		
Até 1 ano	13.938	16.699
Mais de 1 ano ate 5 anos	27.345	30.192
Mais de 5 anos	423	-
	41.706	46.891
	162.403	178.905

Segue abaixo as garantias dos arrendamentos:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/09	**30/06/09**	**30/09/09**	**30/06/09**
Moeda nacional				
Garantias:	-	-	-	-
Bem financiado	120.008	131.264	120.697	132.014
Total moeda nacional	**120.008**	**131.264**	**120.697**	**132.014**
Moeda estrangeira				
Garantias:	-	-	-	-
Bem financiado	-	-	41.706	46.891
Total moeda estrangeira	**-**	**-**	**41.706**	**46.891**
Total	**120.008**	**131.264**	**162.403**	**178.905**

Com relação ao arrendamento operacional ("*leasing*" operacional), o mesmo permanece com o critério anterior de reconhecimento contábil, ou seja, registra-se mensalmente a despesa incorrida com o pagamento do arrendamento, conforme previsto na Deliberação CVM nº 554/08.

Segue abaixo o demonstrativo de arrendamento mercantil operacional em 30 de setembro de 2009 :

ARRENDAMENTO OPERACIONAL

			Controladora			
Instituição financeira	**Bem arrendado**	**Data início**	**Taxa média ponderada de juros (a.a.)**	**Prazo médio ponderado de venc. (anos)**	**Valor total financiado**	**Montante despesa em 30/09/09**
	Moeda nacional					
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	11/07/06	10,92%	2,9	2.270	682
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	07/11/06	11,73%	2,9	1.344	409
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	02/07/07	10,09%	2,9	1.173	348
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	05/12/07	17,97%	4,4	1.046	217
CSI LATINA A. M. S.A	Máquinas e equip.	21/12/05	6,93%	3,8	992	333
CSI LATINA A. M. S.A	Máquinas e equip.	21/01/06	6,93%	3,7	1.332	544
CSI LATINA A. M. S.A	Máquinas e equip.	15/02/06	8,45%	2,9	693	192
CSI LATINA A. M. S.A	Máquinas e equip.	23/03/06	6,95%	2,9	2.278	423
CSI LATINA A. M. S.A	Máquinas e equip.	28/03/07	17,35%	4,4	3.700	791
CSI LATINA A. M. S.A	Máquinas e equip.	10/01/08	11,19%	2,9	10.009	3.144
	Total moeda nacional				**24.837**	**7.083**

O cronograma de vencimentos do arrendamento operacional a pagar é como segue:

	30/09/09
Moeda nacional	
Até 1 ano	4.225
Mais de 1 ano até 5 anos	4.168
Mais de 5 anos	-
	8.393

O arrendamento operacional Consolidado apresenta os mesmos contratos supramencionados.

Os arrendamentos mercantis operacionais contratados pela Companhia não apresentam quaisquer restrições ou contingências, bem como expressa descrição de base para apuração das mesmas, tendo sido celebrados de acordo com as práticas convencionais de mercado, não havendo cláusulas de reajuste durante a vigência do contrato.

O valor dos bens arrendados são calculados a um custo definitivo total, que inclui custos de transporte, tributos e documentação. Sobre o valor do custo definitivo total calcula-se o valor das contraprestações, aplicando-se um percentual pré-definido para cada contrato. Em caso de rescisão à arrendadora terá a opção de cumulativamente: (i) rescindir unilateralmente de pleno direito o contrato de arrendamento; pleitear pela devolução dos bens arrendados; e (iii) declarar o vencimento antecipado do contrato de arrendamento mercantil. Nesse caso a arrendatária obriga-se a pagar o valor do saldo devedor das parcelas não quitadas, incluindo vencidas e vincendas, além de eventuais despesas, tributos e encargos em aberto, acrescidos de multa de 10% sobre o saldo devedor. A arrendatária, sem prejuízo da arrendadora, poderá pleitear por perdas e danos.

Em relação à opção de renovação, a arrendatária deve manifestar previamente sua intenção, no silêncio prorroga-se automaticamente a renovação cujas condições devem ser ajustadas entre as partes, caso não haja um ajuste entre as partes, a arrendatária deverá optar pela compra a valor de mercado ou devolver os bens.

18. PROVISÕES CONTINGENCIAIS

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos, em curso normal de seus negócios, para os quais foram constituídas provisões com base na estimativa de seus consultores legais. As principais informações dos processos estão assim apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/09	30/06/09	30/09/09	30/06/09
Trabalhistas e previdenciárias	1.340	39.548	16.898	64.233
Fiscais	3.351	3.351	26.894	23.549
Cíveis	2.091	2.091	4.007	5.060
Outras	-	-	328	394
	6.782	44.990	48.127	93.236

Trabalhistas

Em 30 de setembro de 2009, A Companhia era ré em 2.190 reclamações trabalhistas, cujo valor total estimado envolvido foi de R$ 51.375. Baseado no histórico passado de pagamentos da Companhia, com base nos pagamentos dos últimos dois anos, constituimos provisões no valor de R$1.339. Na opinião da Administração e de nossos assessores legais a provisão é suficiente para fazer frente a eventuais perdas. A maior parte das reclamações trabalhistas ajuizadas contra nós refere-se a temas comumente alegados em nosso segmento, tais como

justa causa, minutos de preparo, intervalo para pessoal que trabalha em ambiente refrigerado, horas *in itinere* entre outros.

Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços - ICMS

A totalidade das ações fiscais da Companhia que na opinião da Administração e de seus assessores legais são de risco provável, pelo valor histórico de R$3.351, referem-se a discussões de ICMS nos diversos Estados onde a Companhia atua. A Companhia discute o aproveitamento de créditos advindos de transferência de mercadorias, pelo valor histórico de R$1.144, a cobrança de recolhimento pela não comprovação de ingresso de mercadorias na Zona Franca de Manaus, pelo valor histórico de R$685 e discussão sobre emissão errônea de notas fiscais, pelo valor histórico de R$1.522.

Cíveis

Em 30 de setembro de 2009, éramos réus em 48 ações cíveis, pelo valor histórico de R$5.078, sendo que aquelas ações que são consideradas pela nossa Administração e por nossos assessores legais como de risco provável, pelo valor de R$2.091 constituímos provisão pelo mesmo valor. Nossas ações cíveis envolvem tipicamente controvérsias relativas a acordos comerciais e indenizatórias.

Os passivos contingentes, que não são sujeitos ao registro contábil, conforme as normas vigentes, são demonstrados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/09	30/06/09	30/09/09	30/06/09
Trabalhistas e previdenciárias	14.007	14.007	14.691	14.677
Fiscais	63.765	63.765	68.073	68.009
Cíveis	2.984	2.984	4.175	4.172
	80.756	80.756	86.939	86.858

Exceto pelo descrito acima em relação aos processos de natureza trabalhista e cível, apresentamos abaixo as matérias em discussão judicial de natureza fiscal que na opinião de nossa Administração e de nossos assessores legais estão classificadas como perda possível para a Companhia, pelo valor histórico de R$138.173.

Impostos e Contribuições Federais

Em 30 de setembro de 2009, éramos parte em 17 processos administrativos e judiciais movidos ou contra a União Federal e Delegacia da Receita Federal, pelo valor total histórico de R$33.449 exigindo (i) valores relativos ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, e tributação reflexa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, do PIS e da COFINS, devidos em razão de suposta omissão de receitas, apuradas pelo confronto dos valores que declaramos e escrituramos contabilmente e as notas fiscais apresentadas por nossos fornecedores, e (ii) diferenças de recolhimento de débitos de PIS e COFINS. O valor histórico total envolvido nestas autuações é de aproximadamente R$2.371, para os quais não constituímos provisão uma vez que, com base na opinião de nossos assessores jurídicos, acreditamos que as chances de perda nestes processos sejam possíveis. (iii) exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, sendo tal ação a de maior relevância, que trata de pedido de restituição, pelo valor total histórico de R$ 31.078, para os quais não constituímos provisão uma vez que, com base na opinião de nossos assessores jurídicos, acreditamos que as chances de perda nestes processos sejam possíveis. Apresentamos defesas administrativas alegando a inexigibilidade e decadência de parte dos débitos, incorreção em suas bases de cálculo, e que os valores foram presumidos pela fiscalização, o que é vedado em determinados casos. Nossas defesas ainda não foram analisadas.

PIS e COFINS sobre importação

Em novembro de 2004 a empresa propôs medida judicial questionando a exigência do PIS e COFINS sobre importação e requerendo o afastamento da exigência destas contribuições. A medida liminar foi concedida e confirmada em sentença que atualmente encontra-se em vigor, sendo objeto de recurso de apelação da União em trâmite no Tribunal Regional Federal da 3.ª Região. Referida ação gera efeito favoráveis ao fluxo de caixa, vez que permite o recolhimento desses tributos por ocasião da venda das mercadorias.

Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços - ICMS

As discussões relativas ao ICMS envolvendo a Companhia tratam de processos administrativos movidos pela Fazenda do Estado de São Paulo, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, que discutem aproveitamento de créditos advindos de transferência de mercadorias, descumprimento de obrigação acessória e emissão errônea de notas fiscais, que montam o valor histórico de R$23.630. Os processos de maior relevância referentes ao ICMS são movidos pela Fazenda do Estado de São Paulo exigindo valores relativos ao crédito presumido de ICMS sobre notas-fiscais de transferências de mercadorias remetidas por nossa filial localizada no Estado do Mato Grosso do Sul às nossas filiais localizadas no Estado de São Paulo – "Guerra Fiscal". Os valores dos lançamentos correspondem à diferença entre o imposto destacado nos documentos de entrada de mercadorias no centro de distribuição e o cobrado no Estado de origem. Apresentamos defesas administrativas questionando a exigência destes débitos, que ainda não foram

analisadas de forma definitiva. O valor histórico exigido nestes processos administrativos lavrados é pelo valor histórico R$ 81.094.

19. IMPOSTOS DIFERIDOS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/09	30/06/09	30/09/09	30/06/09
Imposto de renda	27.295	27.820	74.060	81.445
Contribuição social	9.827	10.015	21.073	21.868
	37.122	37.835	95.133	103.313

Referem-se aos tributos diferidos contabilizados no momento da reavaliação dos bens do ativo imobilizado, que serão liquidados à medida que ocorram alienação, baixa ou depreciação/amortização dos bens reavaliados, conforme vida útil determinada no laudo de reavaliação.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 30 de setembro de 2009 é de R$ 2.559.718 (em 30 de junho de 2009, mesmo valor) representado por 267.943.954 ações ordinárias (em 30 de junho de 2009, mesma quantidade), sem valor nominal. Deduzido dos gastos com emissão pública e privada de ações, este capital é de R$2.525.639 (em 30 de junho de 2009, mesmo valor).

Com base na Deliberação CVM nº 556/08, a Companhia registrou no patrimônio líquido os custos incorridos nos processos de captação de recursos através de emissão pública e privada de ações, realizadas em 2007 e 2008, respectivamente.

De acordo com o nosso Estatuto Social, por deliberação do Conselho de Administração, nosso capital social poderá ser aumentado, independentemente de reforma estatutária, com emissão de até 500.000.000 (quinhentos milhões) de ações ordinárias e nas condições que este vier a definir.

A critério do Conselho de Administração poderá ser realizada emissão, sem direito de preferência ou com redução do prazo de que trata o §4o do art. 171 da Lei nº 6.404/76, de ações e debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do capital autorizado.

As condições das emissões (preço e prazo) são definidas pelo Conselho de Administração.

A opção de compra de ações, os casos ou as condições em que os acionistas terão direito de preferência para subscrição, ou de inexistência desse direito; aos administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou sociedade sob seu controle, está apresentada na nota explicativa nº. 21.

b. Reservas de lucros

Reserva legal

Constituída, tendo como base o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o lucro líquido da Companhia, conforme definido em seu estatuto e na legislação vigente. No exercício de 2008, não houve constituição da referida reserva, haja vista o prejuízo gerado no exercício.

Retenção de lucros

Na Assembleia Geral de Acionistas, realizada em 28 de abril de 2009, foi aprovada a retenção de lucros no montante de R$ 167.025, sendo a parcela de R$ 95.284 proveniente do saldo de lucros acumulados em 31 de dezembro de 2007 e R$ 71.741 referente aos ajustes promovidos pelas alterações nas práticas contábeis, conforme Lei nº. 11.638/2007 e Medida Provisória nº. 449/2008. Tal retenção se destina a financiar parte dos investimentos previstos para 2009, cujo montante foi dado no Relatório de Administração – Item 16 - Projeções Empresariais de Resultados.

Na referida Assembleia, foi aprovada também, a absorção de prejuízo do exercício de 2008 pelas reservas de lucros (retenção de lucros), no montante de R$ 2.215.

Ações em tesouraria

No exercício de 2008 a Companhia adquiriu 695.600 ações pelo montante de R$ 12.966, ao custo médio de R$ 18,64, por ação. Tais ações se destinam ao programa de remuneração variável em opções de ações, conforme descrito na nota explicativa nº 21. Essas ações terão direito aos dividendos e proventos eventualmente distribuídos pela Companhia.

No 3º trimestre de 2009 foram transferidas 110.600 ações aos administradores da Companhia, tendo em vista o plano de opção de ações descrito na nota explicativa nº 21.

Em 30 de setembro de 2009 o saldo de ações em tesouraria passou a ser de 584.999, o qual está registrado contabilmente pelo montante de R$ 10.904.

O valor das ações em tesouraria, valorizadas à cotação de R$ 16,85/ação no último pregão do 3º. Trimestre de 2009, era de R$ 9.857.

c. Ajustes de avaliação patrimonial

Tendo em vista a Deliberação CVM nº 534/08, a Companhia criou o subgrupo de contas denominado "Ajustes de Avaliação Patrimonial", no qual foram registradas as variações cambiais de investimentos societários no exterior, cuja controlada caracteriza-se como uma entidade autônoma em relação à matriz no Brasil.

d. Ajustes acumulados de conversão

Conforme previsto no Ofício-Circular CVM/SNC/SEP nº 01, de 30 de janeiro de 2009, bem como na Deliberação CVM nº 534/08, a Companhia criou o subgrupo de contas denominado "Ajustes Acumulados de Conversão", no qual foram registradas as variações cambiais resultantes da conversão das demonstrações contábeis de subsidiárias no exterior, cuja moeda funcional da investida diverge da controladora.

e. Dividendos

O dividendo obrigatório da Companhia é de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social, apurado nas demonstrações contábeis da Companhia controladora. A declaração anual de dividendos, incluindo o pagamento do mesmo, além do dividendo mínimo obrigatório, exige aprovação em Assembleia Geral Ordinária por maioria de votos de acionistas titulares das ações da Companhia e irá depender de diversos fatores. Dentre esses fatores estão os resultados operacionais, condição financeira, necessidades de caixa e perspectivas futuras da Companhia, dentre outros fatores que o Conselho de Administração e acionistas da Companhia julgue relevantes.

A Assembleia Geral de Acionistas, realizada em 28 de abril de 2009, ratificou a proposta de não distribuição de dividendos relacionados ao exercício de 2008.

f. Participação dos acionistas não controladores

Refere-se à participação dos acionistas não controladores no Patrimônio Líquido da Companhia.

21. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

O valor agregado das remunerações recebidas pelos administradores da Companhia Controladora, por serviços nas respectivas áreas de competência, bem como do Conselho de Administração no 1º trimestre de 2009, 2º trimestre de 2009 e 3º trimestre de 2009 é assim apresentado:

		Salário e Pro-labore	Concessão de opções	Total
Conselho de Administração	1º Tr/09	369	45	414
	2º Tr/09	369	-	369
	3º Tr/09	369	-	369
Diretoria	1º Tr/09	478	-	478
	2º Tr/09	664	-	664
	3º Tr/09	664	1.814	2.478

A Companhia mantém um programa de remuneração variável de longo prazo em opções de ações restritas para seus executivos e para seus conselheiros, conforme descrito abaixo:

i. Da aprovação do plano

O Plano de Ações (Plano) foi aprovado pelos acionistas da Companhia na Assembleia Extraordinária realizada no dia 07 de maio de 2007, e alterado e consolidado pelos acionistas na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada no dia 29 de maio de 2009.

O capítulo 4 do Plano estabelece que o Conselho de Administração da Companhia poderá criar programas de concessão de opção de compra de ações de emissão da Companhia com condições específicas quanto a participantes, número de opções concedidas, metas de desempenho ou performance alcançadas, preço do exercício da opção e outras condições, podendo inclusive não guardar relação com as condições gerais estabelecidas no Plano ("Programas Específicos").

Assim, foram desenvolvidos 3 (três) Programas Específicos, apreciados pelo Comitê de Remuneração e Governança Corporativa no dia 29 de junho de 2009 e submetidos ao Conselho de Administração.

Os planos específicos e modelos de contrato foram elaborados com a assistência do Escritório Tozzini & Freire para exame das questões legais pertinentes à matéria, para assegurar a devida conformidade nos termos da legislação brasileira e disposições da CVM (Comissão de Valores Mobiliários).

Os beneficiários devem aderir à Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Marfrig Alimentos S/A, disponível no sítio de Relações com investidores da Companhia na Internet.

O total de ações em tesouraria (saldo) é de 695.599 ações, as quais são suficientes para cobertura do exercício até 2011 dos planos já emitidos, havendo necessidade de emissão de novas ações para essa finalidade somente em 2012.

ii. Da aquisição de ações através de programa de recompra para o plano de opções e sua manutenção em Tesouraria

Em 09 de abril de 2008 foi autorizada pelo Conselho de Administração a aquisição de até 699.489 ações da Companhia, equivalentes a 1% das ações em circulação no mercado, para permanência em tesouraria e posterior liberação aos diretores participantes do programa de bônus de longo prazo em ações e opções de ações, com limites já aprovados na AGE realizada em 20 de maio de 2007.

Esta aquisição observou o disposto na Instrução CVM n°10/80, sendo válida a autorização até 31 de dezembro de 2008 para as instituições nomeadas Credit Suisse Hedging Griffo CTVM S.A., Bradesco BBI S.A. e ABN AMRO Real S.A..

Todas as transações foram realizadas pela Hedging Griffo CTVM S.A. e em 07 de maio de 2008 a Companhia adquiriu 205.600 ações, totalizando R$ 3.886.

No 3º trimestre de 2008 a Companhia adquiriu mais 490.000 ações pelo montante de R$ 9.080, perfazendo um total no ano de 2008 de 695.599 ações adquiridas no valor de R$ 12.966, ao custo médio global de R$ 18,6401 / ação.

A cotação média diária máxima nessas operações foi de R$ 18,9355 / ação em 19 de agosto de 2008 e a menor de R$ 16,8504 / ação em 27 de agosto de 2008. Os valores médios acima incluem as despesas regulares de corretagem e taxas nas operações.

No 3º trimestre de 2009 foram transferidas 110.600 ações aos administradores da Companhia, conforme critérios estabelecidos no plano de opção de ações.

Em 30 de setembro de 2009 o saldo de ações em tesouraria passou a ser de 584.999, o qual está registrado contabilmente pelo montante de R$ 10.904, conforme descrito na nota explicativa nº 20b.

Não é prevista diluição da participação dos atuais acionistas quando do exercício das opções de ações na data de performance (“vesting”) até o limite das ações em mantidas em tesouraria para esse fim.

iii. Da concessão

Em 2008 foram concedidas ao Conselho de Administração 55.200 opções de ações, feita com base na média dos vinte pregões anteriores ao dia 04 de março de 2008, (R$ 15,097 / ação), com desconto de 10% sobre a média acima referida (R$ 13,588 / ação). O exercício será feito na razão de 25% ao ano em 4 anos, sendo 25% ao

final do primeiro ano; 25% ao final do segundo ano; 25% ao final do terceiro ano; e 25% ao final do quarto ano, de acordo com o regulamento aprovado. Também houve concessão de 212.676 ações restritas a 21 integrantes da Diretoria, que foram objeto de distrato e substituição em função da reformulação do Plano aprovada em Assembléia Geral em 29 de maio de 2009 e da concessão do Plano Específico I (2007/2008) aprovado na reunião do Conselho de Administração de 28 de julho de 2009.

Foi também re-ratificada a concessão em 2009 (relativa a 2008) de 165.800 ações ao Conselho de Administração estabelecida em contrato, pelo valor por ação de R$ 6,7783, baseado na média ponderada dos 20 (vinte) pregões anteriores ao dia 03 de março de 2009, data da concessão do Plano de Opções Máster, a serem exercidas pelo valor acima entre 2010 e 2013 à razão de 25% a cada ano.

A concessão dos 3 (três) Programas Específicos foi aprovada pelo Comitê de Remuneração e Governança no dia 29 de junho de 2009 e pelo Conselho de Administração em 28 de julho de 2009, conforme autorização dada pela Assembléia de 29 de maio de 2009, com as condições dadas abaixo:

1- Referente ao exercício 2007/2008, cujo exercício é previsto para ser realizado em 4 parcelas de 25% cada, por ano, sendo o primeiro até 30 de novembro de 2009 e os 3 outros da seguinte forma: 3 de março de 2010 a 2 de setembro de 2010; 3 de março de 2011 a 2 de setembro de 2011 e de 3 de março de 2012 a 2 de setembro de 2012.
2- Referente ao exercício 2008/2009 (Curto Prazo) – exercício até 30 de novembro de 2009 (100%).
3- Referente ao exercício 2008/2009 (Longo Prazo) – exercício em 4 parcelas de 25% cada, nos seguintes prazos: 3 de março de 2010 a 2 de setembro de 2010; 3 de março de 2011 a 2 de setembro de 2011; 3ª) 3 de março de 2012 a 2 de setembro de 2012; 4ª) 3 de março de 2013 a 2 de setembro de 2013.

Os preços de exercício serão:

1- R$ 0,75485 para ação referente à concessão relativas ao exercício 2007/2008;
2- R$ 1,03823 para as ações referentes à concessão de Curto Prazo relativa ao exercício 2008/2009;
3- R$ 0,67783 para as ações referentes à concessão de Longo Prazo relativa ao exercício 2008/2009.

Foram os seguintes os critérios adotados até hoje para efeito de concessão das opções de ações aos executivos da Marfrig:

1- Em 2008:
   - Média ponderada dos 20 pregões anteriores ao dia 03/03/2008: R$ 15,097

2. Em 2009:
   - Plano Específico I – Longo Prazo 2007/2008: Média ponderada dos 20 pregões anteriores ao dia 03/03/2008: R$ 15,097

- Plano Específico II – Curto Prazo 2008/2009: Média ponderada dos 20 pregões anteriores ao dia 11/05/2009: R$ 10,3823
- Plano Específico III – Longo Prazo 2008/2009: Média ponderada dos 20 pregões anteriores ao dia 03/03/2009: R$ 6,7783

O total de opções de ações outorgadas por esses 03 programas em 2009 foi de 704.330 ações, sendo 113.800 com vencimento das opções em 2009, 160.133 em 2010 e as restantes até 2013.

O total das ações outorgadas por esses 3 (três) planos corresponde a 0,26% do capital social, portanto, dentro do limite de 0,5% estabelecido pela Assembléia Geral de 29 de maio de 2009 para aprovação pelo Conselho de Administração.

Em 30 de setembro de 2009 havia 78 participantes no programa de opções da Companhia.

No 3º trimestre de 2009 foram transferidas 110.600 ações aos administradores da Companhia, conforme critérios estabelecidos no plano de opção de ações, representando um efeito negativo no resultado no período findo em 30 de setembro de 2009 no montante de R$ 1.957.

iv. Dos direitos dos participantes

Todos os dividendos e distribuições, ou seu equivalente (seja em dinheiro, ações ou outra forma) sobre Ações Restritas não exercidas, serão direitos do participante e creditados pela Companhia na sua conta para liberação quando do vencimento das restrições.

A Companhia terá a opção de pagar tais créditos por dividendos ou distribuições acumulados ou seu equivalente em dinheiro, em ações da Companhia no lugar de dinheiro ou outro meio. Se o pagamento for realizado em ações, sua conversão será feita pelo valor médio dos últimos vinte pregões na BM&FBOVESPA anteriores à data do pagamento, ajustada ao valor líquido do imposto de renda incidente sobre o crédito concedido.

Haverá perda do direito nos casos em que o participante se desligar da Companhia ou deixar de prestar serviços por qualquer motivo que não seja falecimento, invalidez, aposentadoria ou desligamento involuntário e/ou, que não por justa causa. Nessas hipóteses, todas as ações restritas vencerão e aquelas não efetivadas se transformarão em valores liberados, totalmente efetivados.

Os participantes terão direito a, nos aumentos de capital, exercer os direitos de subscrição com recursos próprios sobre o total do montante concedido, sendo as ações subscritas imediatamente liberadas para o participante.

v. Movimentações do Plano de Opções e efeitos na demonstração do resultado caso a contabilização houvesse sido efetivada em 30 de setembro de 2009

Segue abaixo demonstrativo do programa de bônus de longo prazo em ações restritas para os executivos e em opções de ações para os conselheiros, contemplando os efeitos no resultado da Companhia caso a contabilização houvesse sido efetivada em 30 de setembro de 2009:

Data de Fechamento:	30/09/2009
Cotação:	16,85

Plano de Opções de Ações

	Beneficiários Únicos	Data de concessão	Período de performance	Número de Ações Implícitas - Opções não exercidas	Preço de Exercício da Opção	Data de Expiração da Opção	Valor da Opção em 30/set/2009 (Black Scholes) em R$	Valor de Mercado - opções não vestidas em 30/set/2009 (R$ mil)	Valor de Mercado - opções vestidas em 30/set/2009 (R$ mil)	Efeitos no resultado de 30/set/2009 em caso de contabilização
Opções em aberto em 31/12/2007	**-**			**-**				**-**	**-**	**-**
Opções Canceladas	-			-						
Opções Concedidas	24			267.876				2.909	941	(1.726)
Conselho de Administração	3	03/03/2008	04/03/2009	13.800	13,588	02/09/2009	3,262		45	(70)
	3	03/03/2008	04/03/2010	13.800	13,588	02/09/2010	3,962	55		(70)
	3	03/03/2008	04/03/2011	13.800	13,588	02/09/2011	5,451	75		(70)
	3	03/03/2008	04/03/2012	13.800	13,588	02/09/2012	6,588	91		(70)
Executivos	21	03/03/2008	04/03/2009	53.169	-	02/09/2009	16,850		896	(362)
	21	03/03/2008	04/03/2010	53.169	-	02/09/2010	16,850	896		(362)
	21	03/03/2008	04/03/2011	53.169	-	02/09/2011	16,850	896		(362)
	21	03/03/2008	04/03/2012	53.169	-	02/09/2012	16,850	896		(362)
Opções Exercidas	-			-				-	-	-
Opções Expiradas	-			-				-	-	-
Opções em aberto em 31/12/2008	**24**			**267.876**				**2.909**	**941**	**(1.726)**
Opções Canceladas	-			-				-	-	-
Opções Concedidas	-			-				-	-	-
Opções Exercidas	-			-				-	-	-
Opções Expiradas	-			-				-	-	-
Opções em aberto em 30/06/2009	**24**			**267.876**				**2.909**	**941**	**(1.726)**
Opções Canceladas	(21)			(212.676)				(2.688)	(896)	1.446
Opções Concedidas	76			814.930				10.795	1.814	(13.375)
Conselho de Administração	3	28/07/2009	04/03/2010	27.650	6,77830	03/03/2011	10,263	284		(328)
	3	28/07/2009	04/03/2011	27.650	6,77830	03/03/2012	10,714	296		(328)
	3	28/07/2009	04/03/2012	27.650	6,77830	03/03/2013	11,174	309		(328)
	3	28/07/2009	04/03/2013	27.650	6,77830	03/03/2014	11,612	321		(214)
Executivos	13	28/07/2009	28/07/2009	63.800	1,03823	30/11/2009	15,812		1.009	(1.348)
	20	28/07/2009	28/07/2009	50.000	0,75485	30/11/2009	16,095		805	(894)
	20	28/07/2009	04/03/2010	50.000	0,75485	02/09/2010	16,116	806		(894)
	20	28/07/2009	04/03/2011	50.000	0,75485	02/09/2011	16,164	808		(894)
	20	28/07/2009	04/03/2012	50.000	0,75485	02/09/2012	16,209	810		(894)
	73	28/07/2009	04/03/2010	110.133	0,67783	02/09/2010	16,191	1.783		(1.978)
	73	28/07/2009	04/03/2011	110.133	0,67783	02/09/2011	16,234	1.788		(1.978)
	73	28/07/2009	04/03/2012	110.132	0,67783	02/09/2012	16,275	1.792		(1.773)
	73	28/07/2009	04/03/2013	110.132	0,67783	02/09/2013	16,312	1.796		(1.522)
Opções Exercidas	22			(110.600)	(0,94471)			-	(1.759)	(1.957)
Opções Expiradas	-			-				-	-	-
Opções em aberto em 30/09/2009	**80**			**759.530**				**11.016**	**100**	**(11.698)**

22. COBERTURA DE SEGUROS

É política da Companhia manter cobertura de seguros para os bens do ativo imobilizado e dos estoques sujeitos a risco, por montantes julgados suficientes para cobrir eventuais sinistros, de acordo com a natureza das atividades e a orientação dos consultores de seguros.

Segue abaixo o resumo dos montantes segurados pela Companhia:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	30/09/09	30/06/09	30/09/09	30/06/09
Edificações e instalações frigoríficas	891.300	891.300	3.848.667	4.171.211
Estoques e lucros cessantes	190.376	190.376	2.285.280	2.293.805
Armazem de terceiros	12.000	12.000	43.293	27.613
Veículos	23.083	17.155	30.079	23.769
Transporte de mercadorias	333.333	333.333	2.063.266	1.837.526
Garantia de diretores	40.000	40.000	69.339	52.685
Responsabilidade civil	-	1.673	294.364	314.336
Outros	306.140	301.121	327.823	321.321
	1.796.232	1.786.958	8.962.111	9.042.266

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS – DERIVATIVOS E GERENCIAMENTO DE RISCO - CONSOLIDADO

a) Contexto Geral

Em suas atividades a Companhia está sujeita a riscos de mercado relacionados a variações cambiais, flutuação das taxas de juros e a preços das "*commodities*". Com o objetivo de minimizar esses riscos, a Companhia dispõe de políticas e procedimentos para administrar tais exposições e pode utilizar instrumentos de proteção, desde que previamente aprovados pelo Conselho de Administração.

Dentre as políticas estabelecidas pela Companhia destacamos: o acompanhamento dos níveis de exposição a cada risco de mercado; a mensuração dos mesmos; e a criação de limites para a tomada de decisão e utilização dos mecanismos de proteção, sempre visando minimizar a exposição cambial de sua dívida, fluxo de caixa e taxas de juros.

A Diretoria está autorizada a praticar todos e quaisquer atos dentre os abaixo indicados até o valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor do patrimônio líquido da Companhia, tomando por base sempre as últimas demonstrações contábeis divulgadas ao mercado, com a ressalva de que para os valores acima de

5% (cinco por cento), será necessária adicionalmente a autorização do Comitê Financeiro da Companhia.

Os atos da Companhia mencionados no parágrafo anterior são: (a) Prestar garantia a obrigações de controladas e/ou subsidiárias integrais da Companhia; (b) aprovar aquisições e/ou alienações de bens do ativo permanente; (c) Aprovar a obtenção de operações financeiras, incluindo operações de "*leasing*"; e (d) Aprovar transação ou conjunto de transações envolvendo a Companhia e partes relacionadas, direta ou indiretamente.

A Companhia não pratica operações alavancadas em derivativos ou instrumentos similares que não objetivem proteção mínima de sua exposição a outras moedas, com a política conservadora de não assumir operações que possam comprometer sua posição financeira.

A Companhia também mantém uma sólida política financeira, com manutenção de elevado saldo de caixa e aplicações financeiras de curto prazo, ao mesmo tempo em que concentra seu endividamento no longo prazo em vencimentos distribuídos de forma a não causar concentrações em um único ano.

b) Administração de risco de taxas de juros

Refere-se ao risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido a alterações adversas nas taxas de juros. Esta exposição se trata, principalmente, da mudança nas taxas de juros de mercado que afetem passivos e ativos da Companhia indexados pela taxa TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo do BNDES), LIBOR, ou CDI (Taxa de juros dos Certificados de Depósitos Interbancários).

Visando minimizar os custos de serviço da dívida, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

c) Administração de risco de preços de "*commodities*"

Em suas atividades a Companhia efetiva a compra de certas "*commodities*" como: milho, farelo de soja, gado e suínos vivos, os quais são os maiores componentes individuais do custo de produção e estão sujeitos a determinadas variáveis.

O preço do gado e suínos adquiridos de terceiros está diretamente relacionado às condições de mercado, sofrendo influência da disponibilidade interna e níveis de demanda no mercado internacional.

No tocante ao milho e farelo de soja, os mesmos estão sujeitos à volatilidade gerada pelas condições climáticas, rendimento de safra, custos com transportes, custos com armazenagem, política agrícola, taxas de câmbio, cotação

internacional e outras.

No intuito de diminuir o impacto das "*commodities*", a Companhia administra os níveis de estoque, mantém confinamento de gado e negocia contratos de Boi Gordo na BM&FBOVESPA.

No período findo em 30 de setembro de 2009 a Companhia não contratou derivativos relacionados a "*commodities*".

d) Administração de risco cambial

Trata-se do risco de que alterações das taxas de câmbio de moeda estrangeira possam fazer com que a Companhia incorra em prejuízos, levando a uma redução dos valores dos ativos ou aumento dos valores das obrigações. A principal exposição à qual a Companhia está sujeita, no tocante às variações cambiais, se refere à flutuação do dólar dos EUA em relação ao real.

Como aproximadamente 72,19% das receitas da Companhia são originadas em outras moedas que não o Real, a Companhia possui um "*hedge*" natural para fazer frente aos vencimentos de suas futuras obrigações em moeda estrangeira.

A Companhia também mantém uma sólida política financeira, com manutenção de elevado saldo de caixa e aplicações financeiras de curto prazo em sólidas instituições financeiras.

Acreditamos que a política financeira consistente da Companhia, alicerçada em sua estrutura de capital bem distribuída, fornece condições para consolidar o aproveitamento das sinergias com as aquisições realizadas.

e) Posição em moeda estrangeira e derivativos em aberto

Os ativos e passivos em moeda estrangeira são assim demonstrados:

			CONTROLADORA
EXPOSIÇÃO			Efeitos no resultado Variação
Descrição	30/09/09	30/06/09	cambial
OPERACIONAL			
Contas a receber	178.276	193.621	(40.945)
Adiantamento de cambiais entregues - ACEs	(12.803)	(60.634)	36.944
Importações a pagar	(20.747)	(17.918)	1.595
Subtotal	144.726	115.069	(2.406)
FINANCEIRO			
Crédito com controladas	1.099.699	1.160.358	-
Empréstimos e financiamentos	(2.640.693)	(2.178.945)	498.768
Títulos a pagar	(8.189)	(8.479)	11.278
ACC	(257.299)	(457.571)	65.724
Saldo de bancos e aplicações financeiras	53.399	55.451	(10.901)
Subtotal	(1.753.083)	(1.429.186)	564.869
TOTAL	(1.608.357)	(1.314.117)	562.463
Variação cambial ativa			614.309
Variação cambial passiva			(51.846)
Variação cambial liquida			562.463

			CONSOLIDADO
EXPOSIÇÃO			Efeitos no resultado Variação
Descrição	30/09/09	30/06/09	cambial
OPERACIONAL			
Contas a receber	317.069	370.357	(76.816)
Adiantamento de cambiais entregues - ACEs	(12.803)	(73.794)	38.871
Importações a pagar	(75.752)	(106.294)	1.370
Outros	40.235	61.264	(1.160)
Subtotal	268.749	251.533	(37.735)
FINANCEIRO			
Crédito com controladas	1.099.699	1.117.809	-
Empréstimos e financiamentos	(2.919.616)	(2.576.878)	519.892
Títulos a pagar	(8.189)	(4.285)	11.278
ACC	(510.543)	(695.970)	125.990
Saldo de bancos e aplicações financeiras	132.102	148.066	(8.206)
Outros	10.986	5.994	(498)
Subtotal	(2.195.561)	(2.005.264)	648.456
TOTAL	(1.926.812)	(1.753.731)	610.721
Variação cambial ativa			697.400
Variação cambial passiva			(86.679)
Variação cambial liquida			610.721

A posição de derivativos em aberto em 30 de setembro de 2009 é apresentada abaixo:

							30.09.09	30.06.09
Instrumento	Vencimento	A receber	A pagar	Contraparte do valor principal	Valor de referência US$ (nocional)	Valor Justo R$	Valor a pagar R$(1)	Valor a pagar
Swap Taxa Juros	02/08/2012	Libor maior 2,02%	Libor menor 2,02%	BB Londres	16.800	29.872	(347)	(74)
Swap Taxa Juros	25/02/2011	Libor maior 1,83%	Libor menor 1,83%	BB Londres	20.000	35.562	(493)	(74)
Swap Taxa Juros	22/02/2012	Libor maior 2,08%	Libor menor 2,08%	BB Londres	30.000	53.343	(718)	(161)
Swap Taxa Juros	14/02/2013	Libor maior 2,4%	Libor menor 2,4%	BB Londres	39.500	70.235	(749)	179
Swap Taxa Juros	20/03/2013	Libor maior 2,38%	Libor menor 2,38%	BB Londres	10.500	18.670	(203)	48
Swap Taxa Juros	06/03/2015	Libor maior 2,18%	Libor menor 2,18%	BB Londres	75.000	133.358	(116)	1.070
Swap Taxa Juros	24/12/2012	Libor maior 2,10%	Libor menor 2,10%	BB Londres	30.000	53.343	(661)	(272)
					221.800	394.383	(3.286)	716

							30.09.09	30.06.09
Instrumento	Vencimento	A receber	A pagar	Contraparte do valor principal	Valor de referência (nocional)	Valor Justo	Valor a pagar(1)	Valor a pagar
Opção de compra	04/01/10	US$ maior 1,88	3,17% no período	Bradesco	200.000	355.620	(1.372)	
Opção de compra	04/01/10	US$ maior 1,88	3,03% no período	Bradesco	100.000	177.810	(608)	
Opção de compra	04/01/10	US$ maior 1,88	3,03% no período	Bradesco	50.000	88.905	(304)	
Opção de compra	04/01/10	US$ maior 1,88	3,03% no período	Bradesco	100.000	177.810	(608)	
Opção de compra	04/01/10	US$ maior 1,88	3,03% no período	Bradesco	100.000	177.810	(608)	
Opção de compra	04/01/10	US$ maior 1,88	3,25% no período	Bradesco	50.000	88.905	(253)	
Opção de compra	04/01/10	US$ maior 1,88	3,25% no período	Bradesco	50.000	88.905	(253)	
Opção de compra	04/01/10	US$ maior 1,88	3,26% no período	Bradesco	50.000	88.905	(253)	
					700.000	1.244.670	(4.259)	0

(1) O valor a pagar informado é apurado através do método "*market-to-market*" (MTM), que consiste em apurar o valor futuro com base
nas condições contratadas e determinar o valor presente com base nas curvas de mercado, extraídas da base de dados da Bloomberg
e da BM&FBOVESPA.

Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade – Efeito caixa (para cada derivativo)

CENÁRIO - SWAP

Valor	Vencimento	Provável		Possível		Remoto	
US$ (milhares)		R$	Libor	R$	Libor	R$	Libor
16.800	02/08/2012	90	2,22%	289	2,67%	488	3,11%
20.000	25/02/2011	(114)	1,51%	(6)	1,81%	101	2,11%
30.000	22/02/2012	(239)	1,86%	157	2,23%	553	2,60%
39.500	14/02/2013	226	2,51%	1.282	3,01%	2.337	3,51%
10.500	20/03/2013	83	2,51%	410	3,01%	737	3,51%
75.000	06/03/2015	5.120	3,39%	7.993	4,06%	10.866	4,74%
30.000	24/12/2012	164	2,22%	765	2,67%	1.367	3,11%
221.800		**5.330**		**10.890**		**16.449**	

CENÁRIO - COMPRA DE OPÇÕES

Valor	Vencimento	Provável		Possível		Remoto	
US$ (milhares)		R$	US$	R$	US$	R$	US$
200.000	04/01/2010	68.525	2,2226	157.440	2,6672	246.340	3,1170
100.000	04/01/2010	34.263	2,2226	78.720	2,6672	123.170	3,1170
50.000	04/01/2010	17.131	2,2226	39.360	2,6672	61.585	3,1170
100.000	04/01/2010	34.263	2,2226	78.720	2,6672	123.170	3,1170
100.000	04/01/2010	34.263	2,2226	78.720	2,6672	123.170	3,1170
50.000	04/01/2010	17.131	2,2226	39.360	2,6672	61.585	3,1170
50.000	04/01/2010	17.131	2,2226	39.360	2,6672	61.585	3,1170
50.000	04/01/2010	17.131	2,2226	39.360	2,6672	61.585	3,1170
700.000		**239.838**		**551.040**		**862.190**	

A Companhia contratou operações de "*swap*", não especulativos para minimizar os efeitos das mudanças nas taxas de juros na liquidação de suas operações de empréstimos e financiamentos.

Também foram contratadas opções de compra de dólar norte-americano no valor de USD 700 milhões ao valor de R$ 1,88 /USD como hedge cambial do pagamento da aquisição da empresa SEARA Alimentos quando de sua efetivação,

No período findo em 30 de setembro de 2009, o resultado financeiro líquido com derivativos totalizou uma receita de R$ 9.269, sendo R$ 8.469 relativo às despesas e R$ 17.738 relativo às receitas líquidas.

Os ativos e passivos registrados em 30 de setembro de 2009 com base nas operações com derivativos, as quais têm o objetivo de proteção patrimonial, estão demonstrados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/09	30/06/09	30/09/09	30/06/09
Swap	(7.545)	368	(7.545)	368
	(7.545)	368	(7.545)	368

A Administração entende que os resultados obtidos com estas operações de derivativos atendem à estratégia de gerenciamento de risco adotada pela Companhia.

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro foram apurados conforme legislação em vigor, bem como em conformidade com o Regime Tributário de Transição – RTT, previsto na Medida Provisória nº 449/2008.

Os cálculos do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, bem como suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitas à revisão por parte das autoridades fiscais por períodos e prazos variáveis em relação à respectiva data do pagamento ou entrega da declaração de rendimentos.

Demonstramos o cálculo e a conciliação do montante de imposto de renda e da contribuição social apresentados no resultado do período:

Tributo	30/09/09	30/06/09
Lucro antes dos efeitos tributários	695.211	430.981
Adições	69.320	36.142
(-) Exclusões	(606.799)	(333.407)
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social	157.732	133.716
(-) Compensação de prejuízo fiscal / base negativa de CSL	(47.320)	(40.115)
Base de cálculo após compensação	110.412	93.601
Imposto de renda (15%)	16.562	14.040
Adicional (10%)	11.023	9.348
(-) PAT	(662)	(562)
Imposto de renda total	26.923	22.826
Contribuição social (9%)	9.937	8.424

Efeito na Demonstração de Resultados

Tributo	Grupo	30/09/09	30/06/09
(-) Imposto de renda - Corrente	Passivo circulante	(26.923)	(22.826)
Imposto recolhido no exterior		18.732	18.732
Imposto de renda diferido - Reavaliação (1)	Passivo não circulante	2.042	1.517
Imposto de renda diferido - Outros (2)	Ativo não circulante	(82.708)	(39.446)
Líquido	Resultado	(88.857)	(42.023)
(-) Contribuição social - Corrente	Passivo circulante	(9.937)	(8.424)
Contribuição social diferida - Reavaliação (1)	Passivo não circulante	737	548
Contribuição social diferida - Outros (2)	Ativo não circulante	(29.784)	(14.209)
Líquido	Resultado	(38.984)	(22.085)

(1) Referem-se à reversão do imposto de renda diferido e da contribuição social diferida, demonstradas na nota explicativa nº 19, tendo em vista a adição da depreciação dos bens reavaliados na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social.

(2) Referem-se ao imposto de renda diferido e a contribuição social diferida, apurados sobre: os tributos com exigibilidade suspensa (provisões) que foram adicionados na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social; aproveitamento fiscal de ágio pago sobre rentabilidade futura; e prejuízo fiscal / base negativa de CSL, os quais estão demonstrados na nota explicativa 9.

25. RESPONSABILIDADE SÓCIO AMBIENTAL

A Companhia tem atuado em seu papel no desenvolvimento social e na responsabilidade social em todos os países em que opera. Em 2007 foi criado o Departamento de Ação Social responsável por desenvolver projetos sociais.

Anualmente a Companhia tem contribuído com um volume crescente de recursos financeiros e capital humano para hospitais, entidades beneficentes e projetos sociais, destinando inclusive parte de sua produção para comunidades carentes em diversas regiões brasileiras.

Para a sustentabilidade das operações do Grupo Marfrig, a Companhia busca tomar todas as medidas para preservar o meio ambiente e gerar um impacto positivo nas comunidades em que atua.

São realizadas reuniões com a presença de diretores da Companhia, nas quais são definidos os projetos e estabelecidas as metas na área ambiental. Entre os projetos de redução de emissões de gases do efeito estufa (créditos de carbono) em andamento, podem ser citados: (i) a geração de energia elétrica utilizando biomassa; (ii) a substituição de combustível fóssil por sebo nas caldeiras de suas plantas; e (iii) o tratamento de efluentes em reatores anaeróbicos (biodigestores) com captura e queima do gás metano. Além disso, foi implantado o tratamento de efluentes via biodigestores nas plantas de Bataguassu, Porto Murtinho, Tangará da Serra, Promissão I e II e, se constatado viável pelas pesquisas de desenvolvimento, será implantado também nas plantas de Mineiros, Chupinguaia, Paranatinga e São Gabriel.

No tocante a compra de gado, a Companhia segue a política de não adquirir gado de fazendas incluídas na relação de áreas embargadas relacionadas na Portaria IBAMA no. 19, de 02 de julho de 2008 e Decreto no. 6.321 de 21 de dezembro de 2007 e em suas atualizações disponibilizadas, bem como na Lista Suja do Trabalho Escravo do Ministério do Trabalho e Emprego (Portaria 540/2004, de 15/10/2004), agindo proativamente em relação a produtores que descumprem as legislações vigentes e providenciando imediatamente o seu descredenciamento na relação de fornecedores de animais para corte.

A Companhia reitera que adota práticas adequadas às legislações ambientais e trabalhistas vigentes, inclusive sendo signatária do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo e do Pacto Conexões Sustentáveis desde outubro de 2008, nos quais a empresa se compromete com a manutenção e fiscalização de suas relações comerciais, respeitando códigos de ética e humanitário.

A partir de 22 de junho de 2009 a Companhia se comprometeu a não adquirir e abater ou comercializar bovinos originários de área do Bioma Amazônico que tenham sido desmatadas a partir desta data, demonstrando o comprometimento em buscar uma solução de desenvolvimento sustentável para a pecuária. Nesse

sentido, a partir da referida data, a Companhia solicitou a BDO Auditores Independentes, que efetue a auditoria de 100% das aquisições de gado, de forma a corroborar o compromisso assumido..

A BDO realizou os trabalhos de auditoria das compras de gado a partir de 22 de junho de 2009, não tendo sido identificada qualquer compra de fazendas listadas pelo IBAMA (áreas embargadas) e pelo Ministério do Trabalho e Emprego (trabalho escravo).

A empresa compromete-se a trabalhar em parceria com os governos estaduais e em especial com o do Estado do Mato Grosso no Programa MT Legal e com a sociedade brasileira no desenvolvimento de um Programa de Garantia de Origem dos Animais, incluindo a adesão de seus fornecedores que fazem a engorda dos bovinos com animais provenientes de outras propriedades para:

- Controlar que a origem dos bovinos para abate não são de áreas embargadas pelo IBAMA ou que constam da lista do trabalho escravo do Ministério do Trabalho e Emprego.

- Implantar um plano de controle sobre as propriedades de fornecedores para que estas não adquiram animais de fazendas incluídas na lista de áreas embargadas pelo IBAMA ou que constem da lista do MTE do trabalho escravo.

Também serão objetivos da Marfrig, como parte de sua política de sustentabilidade:

- Desenvolver junto aos pecuaristas as boas práticas socioambientais.

- Implantar o Programa de Impulso Pecuário, que é a capacitação e valorização de boas práticas para melhorar a produtividade no campo, a exemplo do que as controladas da Companhia Alimentos já desenvolvem na Argentina e no Uruguai.

- Disponibilizar os resultados dos programas acima citados para consulta.

- Implantar o cadastramento sócio ambiental nas propriedades fornecedoras de gado, elevando os padrões de adequação e assegurando o comprometimento com a sustentabilidade em toda a cadeia.

A Companhia reitera que já segue a rígida conduta de não adquirir gado de fazendas incluídas na relação de áreas embargadas, agindo proativamente em relação a produtores que descumprem as legislações vigentes e providenciando imediatamente o seu descredenciamento na relação de fornecedores de animais para corte e que já adota práticas adequadas às legislações ambientais e trabalhistas vigentes.

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 08 de outubro de 2009, fora aprovado o aumento do limite do capital autorizado da Companhia para 500.000.000 (quinhentos milhões) de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, incluído o atual Capital Social da Companhia. Dessa forma, a Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração, poderá aumentar seu capital social, independentemente de reforma estatutária, dentro do limite do capital autorizado de 500.000.000 (quinhentos milhões) de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, incluído o atual Capital Social da Companhia.

* * *

[Página intencionalmente deixada em branco]